

ABONOS

Lei n.º 24	de 31.12.47	Concede abono aos funcionários e cancela dotações orçamentárias.
Lei n.º 49	de 02.4.48	Concede abono provisório ao funcionalismo municipal, abre crédito especial e reduz dotações orçamentárias.
Lei n.º 57	de 07.5.48	Estende o abono provisório concedido pela Lei n.º 49, de 02.4.48, aos servidores municipais que desempenham suas funções na Assistência Pública Municipal, dá providências sobre o seu funcionamento e abre crédito especial.
Lei n.º 83	de 16.7.48	Concede abono provisório ao professorado efetivo e abre crédito especial.
Lei n.º 84	de 16.7.48	Concede abono ao professorado contratado e abre crédito especial.
Lei n.º 91	de 13.8.48	Retifica Lei n.º 84, de 16.7.48.
Lei n.º 113	de 10.9.48	Prorroga até 31.12.49 a vigência da Lei n.º 49, de 02.4.48, e 57, de 07.5.48, que concederam abono provisório aos servidores municipais.
Lei n.º 183	de 22.7.49	Dispõe sobre a concessão de abono familiar aos servidores municipais e consolida a legislação em vigor.
Lei n.º 394	de 17.8.51	Abre crédito especial de Cr\$ 2.280,00.
Lei n.º 475	de 02.5.52	Concede abono provisório, abre crédito especial, reduz consignação orçamentária.
Lei n.º 556	de 30.12.52	Concede abono provisório e abre crédito especial.
Lei n.º 557	de 30.12.52	Concede abono provisório e abre crédito especial de Cr\$ 1.200,00.
Lei n.º 634	de 16.12.53	Concede abono de Natal ao funcionalismo municipal, abre crédito especial e reduz consignação orçamentária.
Lei n.º 706	de 20.11.54	Institui pagamento de gratificação de Natal ao funcionalismo do Município.
Lei n.º 746	de 28.11.54	Concede abono provisório ao pessoal do DMSI.

Lei n.º 752	de 19.02.55	Concede abono provisório, abre crédito especial e faz redução de verbas.
Lei n.º 753	de 30.12.52	Concede abono provisório, abre crédito especial e faz redução de verbas.
Lei n.º 762	de 04.3.55	Concede abono provisório e abre crédito especial.
Lei n.º 783	de 06.8.55	Concede abono aos servidores inativos e dá outras providências.
Lei n.º 1.075	de 20.12.58	Dispõe sobre a concessão de abono familiar aos servidores públicos do município.
Lei n.º 1.110	de 30.9.59	Concede abono provisório ao funcionalismo e dá outras providências.
Lei n.º 1.112	de 19.9.59	Altera o § 1.º da Lei n.º 1.110, de 12.9.59, e dá outras providências.
Lei n.º 1.134	de 08.01.60	Revoga o § 2.º do art. 1.º da Lei n.º 1.110 de 12.9.59.
Lei n.º 1.140	de 05.02.60	Autoriza o Poder Executivo a utilizar parte dos restos a pagar do exercício de 1958, no montante de Cr\$ 153.000,00 para a cobertura financeira do pagamento do abono provisório.
Lei n.º 1.165	de 30.6.60	Concede abono provisório aos funcionários de quadro, extranumerários, professorado efetivo e contratado, inativos, etc., abre crédito especial e reduz dotações orçamentárias.
Lei n.º 1.170	de 26.7.60	Altera o art. 3.º da Lei n.º 1.165, de 30.6.60, e dá outras providências.
Lei n.º 1.354	de 26.9.62	Eleva o quantum do abono familiar, instituído pela Lei n.º 1.075, de 20.12.58, e dá outras providências.
Lei n.º 1.430	de 12.11.63	Eleva o quantum do abono familiar, instituído pela Lei n.º 1.075/58.
Lei n.º 1.736	de 29.8.67	Eleva o quantum do abono familiar.
Lei n.º 1.739	de 14.9.67	Concede abono provisório aos servidores inativos do município.
Lei n.º 1.773	de 17.7.68	Concede abono provisório aos funcionários e professores de quadro.

Lei n.º 1.868	de 23.11.70	Concede abono de Natal aos funcionários e dá crédito especial.
Lei n.º 1.903	de 10.12.71	Concede abono de Natal aos funcionários e dá crédito especial.
Lei n.º 1.935	de 15.12.72	Concede abono de Natal aos funcionários e dá crédito especial.
Lei n.º 1.969	de 12.12.73	Concede abono de Natal aos funcionários e dá crédito especial.
Lei n.º 2.004	de 16.12.74	Concede abono de Natal aos funcionários e dá crédito especial.
Lei n.º 2.005	de 16.12.74	Concede abono provisório ao pessoal de 10% sobre seus vencimentos.
Lei n.º 2.028	de 03.12.75	Concede abono de Natal e abre crédito especial.
Lei n.º 2.058	de 29.11.76	Concede abono de Natal/abre crédito especial
Lei n.º 2.067	de 02.03.77	Concede abono provisório, etc.
Lei n.º 2.081	de 05.12.77	Concede abono de Natal/abre crédito especial
Lei n.º 2.114	de 27.11.78	Concede abono de Natal/abre crédito especial
Lei n.º 2.153	de 19.12.79	Concede abono de Natal/abre crédito especial
Lei n.º 2.185	de 03.12.75	Concede abono de Natal/abre crédito especial
Lei n.º 2.218	de 12.8.81	Concede abono de Natal/abre crédito especial
Lei n.º 2.304	de 01.7.83	Concede abono de Natal.
Lei n.º 2.365	de 30.11.84	Reajusta vencimentos do pessoal do Município.
Lei n.º 2.366	de 30.11.84	Concede complementação de abono de Natal.
Lei n.º 2.392	de 30.8.85	Concede abono de Natal aos funcionários municipais ativos, inativos e pensionistas.
Lei n.º 2.426	de 25.8.86	Concede abono de Natal.
Lei n.º 2.464	de 24.8.87	Concede abono de Natal.
Lei n.º 2.508	de 22.8.88	Concede abono de Natal aos funcionários municipais inativos e pensionistas e autoriza a abertura de crédito especial.

Lei n.º 4.416	de 27.03.06	Autoriza o Executivo conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à equipe do PSF.
Lei n.º 4.674	de 09.07.07	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.
Lei nº 4.797	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF e PACS.
Lei nº 5.043	de 24.03.09	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.
Lei nº 5.244	de 22.03.10	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.
Lei nº 5.362	de 09.12.10	Concede abono salarial aos Visitadores vinculados ao Programa Primeira Infância Melhor-PIM
Lei n.º 5.425	de 03.05.11	Concede abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à equipe do Programa de Saúde da Família-PSF

ABRIGO MENINO JESUS DE PRAGA

Lei n.º 4.069	de 24.5.04	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 3997, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.157	de 31.12.04	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005.
Lei n.º 4.532	de 25.09.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Sociedade Beneficente Espiritualista, mantenedora do Abrigo Menino Jesus de Praga, no valor de R\$ 4.487,62.
Lei n.º 4.535	de 02.10.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista, no valor de R\$ 1.000,00.
Lei nº 5.377	de 27.12.10	Acrescenta a alínea <i>e</i> ao inciso II do art. 1º da Lei nº 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (Soc. Beneficente Espiritualista)

Lei n.º 5.675	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 46.000,00 – Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.676	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 55.400,00 – Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.725	de 07.12.12	Repassa recursos à Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 218.000,00, mediante Termo para cobertura de “déficit de médio prazo”.
Lei n.º 5.750	de 25.03.13	Firma o convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 5.287,70 (Reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.801	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 40.000,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/03)
Lei n.º 5.802	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 39.340,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/04)
Lei n.º 5.807	de 19.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (projeto Família Feliz – R\$ 28.500,00)
Lei nº 6.023	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 205.000,00 (“Resgatando a Cidadania”-Abrigo Menino Jesus de Praga)

ABRIGO NESTOR BENDER

Lei n.º 388	de 03.8.51	Concede auxílio e abre crédito especial.
Lei n.º 470	de 04.4.52	Concede auxílio, abre crédito especial e reduz consignação orçamentária.
Lei n.º 546	de 30.12.52	Eleva o auxílio anual concedido ao Abrigo Nestor Bender.
Lei n.º 587	de 18.9.53	Concede auxílio especial à Sociedade Legião da Cruz.

ACESSIBILIDADE

Lei n.º 5.339	de 15.10.10	Institui a Semana Municipal de Luta da Pessoa com Deficiência e pela Acessibilidade.
Lei n.º 5.367	de 14.12.10	Concede carga horária especial ao servidor público do Poder Executivo pai, mãe, tutor, curador ou que possua a guarda e

responsabilidade de pessoa portadora de necessidades especiais.

LC n.º 5.600 de 20.03.12 Acrescenta o § 8.º e altera a redação do inciso I do art. 262 da Lei n.º 2.119/78, que dispõe sobre o Código de Posturas.

ACÁCIA NEGRA

Lei n.º 903 de 29.05.56 Torna obrigatório o combate ao "serrador" de acácia negra e dá outras providências.

Lei n.º 971 de 27.12.56 Altera a Lei n.º 903, de 29.5.56.

Lei n.º 1.617 de 13.04.65 Revoga a Lei n.º 971, de 27.12.56.

Lei n.º 2.564 de 22.05.89 Autoriza o Executivo a firmar contrato de concessão de uso com o Grupo de Escoteiros Acácia Negra.

ACADEMIAS

Lei n.º 4.113 de 31.08.04 Dispõe sobre o funcionamento de academias e estabelecimentos que atuam na prática de modalidades esportivas e similares em Montenegro e dá outras providências.

Lei n.º 5.476 de 04.07.11 Abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (academias ao ar livre)

ACCOR (Rede Hoteleira Francesa)

Lei n.º 5.313 de 23.08.10 Concede incentivos à empresa Montenegriano Administradora de Hotéis Sociedade de Propósito Específico Ltda.

AÇÕES – AUTORIZA SUBSCREVER

Lei n.º 1.780 de 29.08.68 Autoriza subscrever NCr\$ 5000,00 de ações da Inducitrus – Ind. de Sucos S.A.

Lei n.º 1.858 de 12.08.70 Autoriza subscrever ações da CEEE.

Lei n.º 1.904 de 10.12.71 Autoriza subscrever ações da Petrobrás.

Lei n.º 2.106	de 13.09.78	Autoriza dar baixa e incorporar ações da Habitasul Crédito Imobiliário S.A. e abertura de crédito especial.
Lei n.º 2.410	de 23.12.85	Autoriza o Executivo a subscrever ações da Habitasul Crédito Imobiliário S.A e abertura de Crédito Especial.
Lei n.º 2.994	de 08.06.94	Autoriza o Executivo a subscrever ações da Habitasul, Antarctica, RFFSA e CEEE.

AÇOUGUES POPULARES

Lei n.º 890	de 18.4.56	Autoriza o Poder Executivo a tomar as medidas necessárias para a instalação de açougues populares.
-------------	------------	--

AÇUDES

Lei n.º 2.967	de 07.01.94	Dispõe sobre incentivo à produção primária e ao aumento da produtividade dos imóveis rurais do município e dá outras providências.
---------------	-------------	--

ADITAMENTO

Lei n.º 3.059	de 22.05.95	Autoriza a prorrogação do prazo do parágrafo único do art. 2.º da Lei n.º 2.840/92; o aditamento da escritura pública n.º 27222-109 e dá outras providências. (Marsul)
Lei n.º 3.210	de 21.07.97	Autoriza a revogação de parágrafos das leis n.º 2.917/93 e 3.072/95; o aditamento das escrituras públicas n.º 8028 e 25392, e dá outras providências.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Lei n.º 1.802	de 02.04.69	Dispõe sobre a organização da Administração Municipal, estabelecendo diretrizes para a reforma administrativa.
Lei n.º 1.806	de 07.07.69	Cria o Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
Lei n.º 1.914	de 16.05.72	Altera a Lei nº 1.802/69, cria o Serviço de Oficina Mecânica e dá outras providências.
Lei n.º 2.084	de 07.12.77	Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura e dá outras providências.
Lei n.º 2.535	de 05.01.90	Reorganiza o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas.
Lei n.º 2.563	de 02.05.89	Altera a Lei 2.084 de 07.12.77 que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura.
Lei n.º 2.634	de 05.05.90	Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 2.974	de 11.01.94	Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 3.360	de 28.12.98	Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 3.573	de 31.01.01	Acrescenta o Gabinete do Vice-Prefeito ao item 1, do art. 2º da Lei 3.360/98.
Lei n.º 3.768	de 19.07.02	Altera a Lei 3.360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa.
Lei n.º 3.786	de 26.08.02	Altera a redação do art. 1º Lei 3.768/02, que altera a Lei 3.360/98 – reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa Prefeitura Munic.
Lei n.º 3.858	de 14.01.03	Inclui a Unidade do Sistema de Controle Interno na Estrutura Administrativa.
Lei n.º 4.041	de 19.03.04	Altera a redação do art. 4.º da Lei n.º 3.488, de 1.º de março de 2000, que dispõe sobre estágio de estudantes em órgãos da Administração Municipal.
Lei n.º 5.115	de 27.07.09	Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 5.432	de 17.05.11	Altera a redação do § 2º do art. 6º da Lei n.º 5.047/09, que dispõe sobre o programa de estágios do Município.

Lei n.º 5.884 de 20.01.14 Permite a utilização do documento eletrônico no âmbito da Administração Pública Municipal

AEROCLUBE DE MONTENEGRO

Lei n.º 132 de 26.11.48 Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1949.

Lei n.º 146 de 07.01.49 Declara de utilidade pública um imóvel destinado ao campo de pouso para aeronaves e suas instalações.

Lei n.º 244 de 28.04.50 Concede auxílios especiais.

Lei n.º 1.690 de 06.09.66 Autoriza a desapropriação amigável de uma área de terras destinada ao Aeroporto Municipal de Montenegro, etc.

Lei n.º 2.307 de 05.08.83 Concede auxílio ao Aeroclube Montenegro.

Lei n.º 3.197 de 21.05.97 Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Aeroclube de Montenegro.

Lei n.º 3.758 de 02.07.02 Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1949.

Lei n.º 3.787 de 26.08.02 Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3.758/02, que autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial não o valor de R\$ 40.000,00 e dá outras providências.

Lei n.º 3.856 de 31.12.02 Autoriza o Executivo Municipal a permutar uma área de 1.405,35 m², por outra de igual metragem, e dá outras providências.

Lei n.º 4.439 de 28.04.06 Autoriza o Executivo firmar convênio com Estado do RS, através da Secretaria dos Transportes, p/execução obras no Aeródromo, incluir ação no PPA 2006/09, na LDO/06, abrir crédito especial R\$ 67.557,15.

Lei n.º 4.631 de 09.04.07 Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 67.558,15 – SMIC (obras e equipamentos p/ Aeródromo)

Lei nº 4.806 de 15.01.08 Denomina Hélio Alves de Oliveira o Aeródromo Municipal.

Lei n.º 5.109 de 14.07.09 Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (melhorias aeródromo)

Lei nº 5.271	de 14.05.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 23.645,00 (obras de melhorias e aquisição de equipamentos p/ aeródromo)
Lei n.º 5.401	de 18.03.11	Abre crédito especial de R\$ 6.044,23 (aeródromo municipal-devolução de convênio)
Lei n.º 6.093	de 24.03.15	Conceder incentivos ao Aeroclube de Montenegro.

AEROFOTOGRAMETRIA

Lei n.º 3.834	de 09.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 280.000,00 e dá outras providências. (Aerofotogrametria do Município)
Lei n.º 4.061	de 03.05.04	Autoriza o Executivo Municipal a Crédito Especial no valor de R\$ 206.105,00 e dá outras providências. (Aerofotogrametria p/ realização do Plano Diretor)

AGÊNCIAS BANCÁRIAS

Lei n.º 3.032	de 28.12.94	Torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias e dá outras providências.
Lei n.º 3.109	de 18.12.95	Altera redação do art. 3º da Lei nº 3.032 de 28.12.94.
Lei n.º 3.177	de 27.02.97	Faculta o estacionamento temporário e rotativo de veículos defronte aos Bancos e Caixas Econômicas e dá outras providências.
Lei n.º 3.221	de 18.08.97	Estabelece prioridade de atendimento, em todas as repartições públicas do Município e estabelecimentos bancários, às pessoas idosas, às portadoras de deficiência física, gestantes e senhoras (es) carregando criança de colo, ou que apresente alguma enfermidade ou deficiência (física ou mental).
Lei n.º 3.644	de 05.09.01	Torna obrigatória a colocação de assentos e bebedouros nas agências bancárias e dá outras providências.
Lei n.º 3.647	de 01.10.01	Obriga as agências bancárias, no âmbito do Município, a colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente ao "Setor de Caixas" para

		que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.
Lei n.º 3.937	de 08.09.03	Altera redação do art. 2º da Lei nº 3.221/97.
Lei n.º 4.017	de 16.01.04	Altera a redação do § 1.º, da Lei 3221/97
Lei nº 4.586	de 22.12.06	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação e monitoramento de câmeras de vídeo em agências bancárias.
Lei nº 5.111	de 16.07.09	Altera redação do caput do art. 2.º da Lei 3.647/01, que obriga as agências bancárias, no âmbito do município, a colocar a disposição dos usuários pessoal suficiente ao "setor de caixas" para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.
Lei nº 5.290	de 29.06.10	Acrescenta artigos 2-A e 2-B à Lei 3.647/01, que obriga as agências bancárias, no município, a colocar a disposição dos usuários pessoal suficiente ao "Setor de caixas" p/ que o atendimento seja efetuado em tempo razoável
Lei nº 5.317	de 03.09.10	Altera redação do artigo 2-A da Lei 5.290/10 (colocação de placas; tempo de espera nas agências bancárias)
Lei n.º 5.435	de 24.05.11	Altera a redação do parágrafo único do art. 1.º, acrescenta parágrafos ao art. 2.º e altera a redação do art. 4.º da Lei n.º 5.101/09, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. (Provias)
Lei n.º 5.526	de 08.11.11	Dispõe sobre a proteção e segurança dos consumidores nas agências bancárias do Município de Montenegro (biombos/divisórias)
Lei n.º 5.532	de 28.11.11	Firma convênio com o Banrisul S.A., no âmbito do Programa Gaúcho de Microcrédito)
Lei n.º 6.139	de 03.07.15	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos bancários em manter guarda-volumes à disposição de seus usuários.

AGENTES COMUNITÁRIOS E DE CAMPO

Lei n.º 3.852	de 27.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 17
---------------	-------------	--

		Agentes de Campo e dá outras providências.
Lei n.º 3.904	de 23.06.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 10 Agentes de Campo e dá outras providências.
Lei n.º 4.043	de 01.04.04	Autoriza o Executivo Municipal a repassar valor de R\$ 6.960,00 para a COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DO ALTO URUGUAI LTDA – COOMTAU.
Lei n.º 4.046	de 01.04.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 17 Agentes Comunitários de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, e dá outras providências.
Lei n.º 4.083	de 18.06.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 10 (dez) Agentes de Campo e dá outras providências.
Lei n.º 4.093	de 28.06.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 30 (trinta) Agentes Comunitários de Saúde e de 1 (um) Enfermeiro para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS.
Lei n.º 4.216	de 10.06.05	Autoriza prorrogar os contratos temporários de Excepcional Interesse Público de 17 Agentes Comunitários de Saúde no PACS.
Lei nº 4.232	de 01.07.05	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de 10 (dez) Agentes de Campo.
Lei nº 4.241	de 18.07.05	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comun. de Saúde – PSF.
Lei nº 4.244	de 29.07.05	Autoriza o Executivo alterar a redação do art. 4º da Lei 4.083/04.
Lei n.º 4.288	de 13.10.05	Altera o art. 3º da Lei 4.406/04.
Lei n.º 4.290	de 13.10.05	Altera o art. 4º da Lei 4.093/04.
Lei n.º 4.416	de 27.03.06	Autoriza o Executivo conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à equipe do PSF.
Lei n.º 4.444	de 02.05.06	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2635/90 e autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários e emergenciais dos profissionais contratados para PACS e PSF.

Lei n.º 4.483	de 30.06.06	Excepciona regra geral art. 235 da LC 2.635/90 – prorrogar contratos temporários dos Agentes de Campo.
Lei n.º 4.484	de 30.06.06	Excepciona regra geral art. 235 da LC 2.635/90 – prorrogar contratos temporários dos Agentes Comunitários de Saúde.
Lei n.º 4.613	de 28.02.07	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários dos profissionais contratados para o Programa de Combate à Dengue.
Lei n.º 4.674	de 09.07.07	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.
Lei nº. 4.692	de 14.08.07	Altera valor do salário constante do Art. 4º, Lei 4.083/04, que contrata temporariamente 10 Agentes de Campo.
Lei nº 4.796	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 05 Agentes de Campo. (Vigilância Ambiental)
Lei nº 4.797	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF e PACS.
Lei nº 4.914	de 18.07.08	Autoriza Executivo reajustar salário constante do art. 3º, Lei nº 4.046/04, contratação temporária de 17 Agentes Comunitários de Saúde-PACS.
Lei nº 4.916	de 18.07.08	Autoriza o Executivo a reajustar salário constante do art. 4º da Lei nº 4.083/04, contratação temporária de 10 Agentes de Campo.
Lei nº 4.917	de 18.07.08	Autoriza o Executivo a reajustar salário constante do art. 4º da Lei nº 4.093/04, contratação temporária de 30 Agentes Comunitários de Saúde e 01 Enfermeiro-PACS.
Lei nº 4.946	de 08.09.08	Autoriza o Executivo reajustar salário constante do art. 3º da Lei nº 4.796/07, contratação temporária de 05 Agentes de Campo
Lei nº 5.024	de 26.10.09	Excepciona a regra geral do inciso III do art. 236 da LC n.º 2.635/90 e autoriza o gozo de férias para os profissionais contratados para o PACS, PSF e Agentes de Campo

Lei nº 5.043	de 24.03.09	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.
Lei nº 5.092	de 02.06.09	Ratifica e reajusta o salário constante do art. 4.º da Lei 4.892/08, que autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 12 Agentes Comunitários de Saúde p/ o PACS e o PSF.
Lei nº 5.244	de 22.03.10	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.
Lei n.º 5.381	de 30.12.10	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2.635/90 e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde ESF e Dengue.
Lei n.º 5.425	de 03.05.11	Concede abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à equipe do Programa de Saúde da Família-PSF
Lei n.º 5.671	de 18.07.12	Contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 31 Agentes Comunitários de Saúde para ESF e PACS. (Com parte vetada promulgada).
Lei n.º 6.069	de 13.02.15	Concede abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à equipe da Estratégia de Saúde da Família – ESF.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Lei n.º 5.654	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 02 Agentes de Combate a Endemias.
---------------	-------------	---

AGREGADOS

Lei n.º 1.309	de 13.10.50	Fixa a classificação de agregado.
---------------	-------------	-----------------------------------

AGRICULTURA

Lei n.º 2.967	de 07.01.94	Dispõe sobre incentivo à produção primária e ao aumento da produtividade dos imóveis rurais do município e dá outras providências.
Lei n.º 4.213	de 03.06.05	Cria o Programa de Desenvolvimento Rural e o Programa de Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural.
Lei nº 4.889	de 09.06.08	Transforma o parágrafo único em § 1º e acrescenta o § 2º ao art. 12 da Lei nº 4.682/07, que reestrutura FUNDAGRO-FUNDER.
Lei nº 4.955	de 29.09.08	Acrescenta parágrafo 3º ao art. 12 da Lei 4.682/07, que reestrutura o FUNDAGRO/FUNDER (prorroga financiamento em caso de frustração de safra).
Lei n.º 4.991	de 08.12.08	Transforma o parágrafo único em § 1º e acrescenta parágrafos 2º, 3º e 4º ao art. 5º da Lei 4.213/05 que cria Prog. de Desenvolvimento Rural e o Prog. de Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural.
Lei nº 5.312	de 13.08.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 160.000,00 (aquisição de caminhão caçamba-SMAM).
Lei nº 5.333	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 427.589,00 (incentivo à citricultura)
Lei n.º 5.446	de 13.06.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 160.000,00 (aquisição de caminhão caçamba basculante)
LC n.º 5.510	de 04.10.11	Altera a redação da alínea "f" do inciso I e acrescenta § 4º ao art. 30 da LC n.º 4.010/03 – Código Tributário (imóvel destinado à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial).
Lei n.º 5.580	de 24.01.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 160.000,00 (aquisição caminhão caçamba basculante – setor de fomento agropecuário).
Lei n.º 5.628	de 21.05.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 83.100,00 (Aquisição de equipamentos p/ a produção de sucos)
Lei n.º 5.661	de 06.07.12	Firma convênio com o SEBRAE/RS e abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (Desenvolver a Citricultura do Vale do Caí)
Lei n.º 5.715	de 26.10.12	Cria o Programa de Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à alimentação escolar

no âmbito do Município de Montenegro (aquisição diretamente da agricultura familiar).

Lei n.º 5.833 de 27.09.13

Inclui ações no Plano Plurianual PPA 2014 – 2017. (Fibra ótica para secretarias e videomonitoramento; reestruturação sala datacenter; Sistema telefonia IP – VOIP; ampliação quadro de pessoal; Assessoria tributária; Bolsa Família; Aquisição de equipamentos de informática – SMEC; Aquisição de implementos agrícolas; Transcitrus; Legalização área e reforma EMEF Adolfo Schüller; Incentivos; Pavimentação pista de caminhada do Parque Centenário)

Lei nº 5.998 de 29.09.14

Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 212.800,00 (aquisição de calibrador eletrônico de frutas/incentivo à citricultura)

Lei nº 6.001 de 08.10.14

Abre crédito especial de R\$ 9.117,41 (devolução saldo-caminhão caçamba basculante)

Lei n.º 6.012 de 20.10.14

Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 41.507,70 (aquisição equipamentos para produção sucos cítricos)

AGROGEN

Lei n.º 3.141 de 04.06.96

Concede isenção de taxas.

Lei n.º 3.267 de 23.03.98

Isenta a empresa Agrogen Desenvolvimento Genético Ltda. do pagamento de taxas de construção.

Lei n.º 3.355 de 21.12.98

Autoriza a doação de saibro para a empresa Agrogen Desenvolvimento Genético Ltda.

Lei n.º 3.370 de 31.12.98

Isenta a empresa Agrogen Desenvolvimento Genético Ltda. do pagamento de taxas de construção.

Lei n.º 3.409 de 09.07.99

Isenta a empresa Agrogen Desenvolvimento Genético Ltda. do pagamento de taxas.

Lei n.º 4.625 de 22.03.07

Altera a redação do Inciso I, alínea "d" do art. 2º da Lei n.º 4.213/05, que cria o Programa de Desenvolvimento e incentivo à expedição de NFPR.

AGROPECUÁRIA CINCO ESTRELAS

Lei n.º 2.995 de 08.06.94 Autoriza a doação de uma área de terras para a empresa Agropecuária Cinco Estrelas Ltda., para a implantação de um parque industrial.

ÁGUA

Lei n.º 5.442 de 07.06.11 Institui a "SEMANA MUNICIPAL DA ÁGUA" no Município de Montenegro/RS

Lei nº 6.107 de 10.04.15 Adquire uma caixa d'água de 10.000 litros para utilização da Associação Comunitária da localidade de Muda Boi.

Lei n.º 6.220 de 19.10.15 Altera e acrescenta dispositivos à Lei n.º 5.556/11, que autorizou a realização de convênios de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul e com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul e/ou outro agente regulador, a celebração de Contrato de Programa com a CORSAN e dá outras providências.

ALARMES

Lei nº 4.774 de 10.12.07 Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 729,45 (SMSAS-Alarme-Serviço de Habitação Social)

Lei n.º 5.126 de 10.08.09 Altera classificação orçamentária constante do art. 2.º da Lei 5.107/09, que autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/09 e abre crédito especial no valor de R\$ 4.000,00 (alarmes EMEIs)

Lei n.º 5.493 de 15.08.11 Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 1.316,11 (instalação de alarmes no CRAS e DASC).

Lei n.º 5.805 de 19.08.13 Inclui programas e ações na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 11.000,00 (instalação de alarmes EMEI Bairro Estação, Biblioteca Pública e Teatro Roberto A. Cardona)

ALIENAÇÕES

Lei n.º 1.058 de 21.10.58 Autoriza o Poder Executivo a alienar um terreno para a instalação do Expresso Rio Grande – São Paulo.

Lei n.º 1.079	de 07.04.59	Autoriza a transferência de imóvel desapropriado.
Lei n.º 1.304	de 29.03.62	Autoriza a alienação de 16m de canos usados.
Lei n.º 1.324	de 25.04.62	Autoriza alienar veículos inservíveis.
Lei n.º 1.533	de 10.06.64	Autoriza alienar sucata e veículos.
Lei n.º 1.576	de 22.09.64	Autoriza alienar uma carroceria inservível.
Lei n.º 1.590	de 24.11.64	Autoriza alienar veículos inservíveis.
Lei n.º 1.595	de 09.12.64	Revoga a Lei n.º 1.590, etc.
Lei n.º 1.646	de 14.09.65	Autoriza a alienação de uma caminhoneta Fargo 1952, pelo preço de Cr\$ 2.000,00.
Lei n.º 1.879	de 06.04.71	Autoriza alienar 88500 ações da Petrobrás.
Lei n.º 1.889	de 16.06.71	Autoriza alienação de diversos bens imóveis.
Lei n.º 1.892	de 22.07.71	Dá nova redação ao art. 1.º da Lei 1.879/71.
Lei n.º 1.956	de 03.07.73	Autoriza a alienação de uma máquina de somar elétrica e duas caminhonetas inservíveis.
Lei n.º 1.964	de 02.10.73	Autoriza a alienação de um trator escavo-carregador Michigan e uma motoniveladora Huber Warco.
Lei n.º 2.044	de 31.05.76	Autoriza a alienação de diversos bens do Patrimônio do Município.
Lei n.º 2.129	de 25.05.79	Autoriza alienar, por doação, diversos bens móveis à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Agência Maratá).
Lei n.º 2.268	de 30.08.82	Autoriza alienação de um motor Detroit.
Lei n.º 2.284	de 26.11.82	Autoriza alienar mato de acácia.
Lei n.º 2.378	de 06.05.85	Autoriza a alienação de vários veículos.
Lei n.º 2.388	de 01.06.85	Autoriza alienação de imóvel (RS 240).
Lei n.º 2.566	de 22..5.89	Aliena diversos bens do Patrimônio Municipal.
Lei n.º 2.583	de 30.06.89	Alienação de diversos bens pertencentes ao Patrimônio do Município.

Lei n.º 2.723	de 12.06.91	Autoriza o Executivo Municipal a alienar diversos bens do Patrimônio do Município.
Lei n.º 2.737	de 13.08.91	Autoriza o Executivo Municipal a alienar uma faixa de terras situada na Rua Carlos Lampert.
Lei n.º 2.760	de 28.10.91	Autoriza alienação de imóvel situado na rua José Luiz, que compõe a antiga Subprefeitura.
Lei n.º 2.968	de 07.01.91	Autoriza o Executivo Municipal a alienar uma fração de terreno dominial.
Lei n.º 2.969	de 07.01.94	Autoriza o Executivo Municipal a alienar uma fração de terreno dominial.
Lei n.º 2.994	de 08.06.94	Autoriza o Município a alienar suas ações da Petrobrás, Antarctica, Habitasul, RFFSA e CEEE.
Lei n.º 3.491	de 17.03.00	Autoriza o Executivo Municipal a alienar uma fração de terreno e dá outras providências.

ALPHA HOTÉIS E TURISMO LTDA.

Lei n.º 3.172	de 12.12.96	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à Alpha Hotéis e Turismo Ltda.
---------------	-------------	---

ALTO-FALANTES

Lei n.º 2.119	de 11.12.78	Estabelece o Código de Posturas do Município.
L.C. n.º 3.434	de 30.09.99	Altera os artigos 89 e 94 da Lei n.º 2.119, de 11.12.78 – Código de Posturas do Município.

ALVARÁS

Lei n.º 2.763	de 05.11.91	Autoriza concessão de Alvará Provisório a empresas que desejarem se instalar no Município.
Lei n.º 3.017	de 22.11.94	Dispõe sobre a concessão de Alvará de Localização Precário, a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
L.C. n.º 3.063	de 13.06.95	Dá nova redação aos artigos da Lei n.º 3.017/94, que menciona e acrescenta dois artigos.
L.C. n.º 3.094	de 01.11.94	Altera a redação do art. 262 da Lei n.º 2.119/78 – Código de Posturas, e acrescenta parágrafos ao mesmo.
Lei n.º 3.233	de 31.10.97	Dispõe sobre isenção de documentação para obtenção de Alvará.
LC n.º 5.048	de 30.03.09	Inclui Inciso VI ao art. 263, da Lei n.º 2.119/78-Código de Posturas (cassação de alvará de licença)
LC n.º 5.306	de 09.08.10	Transforma parágrafo único em § 1º e acrescenta § 2º ao art. 136 da Lei n.º 2.119/78-Código de Posturas (ocupação de vias com mesas e cadeiras)
Lei n.º 5.708	de 02.10.12	Excepciona a regra geral do art. 262 da LC n.º 2.119/78, e prorroga o prazo de concessão de Alvará de Licença para Localização Temporário ao RECREO.
Lei n.º 6.055	de 29.12.14	Excepciona a regra geral do art. 21 da LC nº 5.881/14-prorroga prazo de concessão de Alvará de Licença para Localização Temporário ao RECREO.

AMÉRICA FUTEBOL CLUBE

Lei n.º 548	de 30.12.52	Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1953.
Lei n.º 635	de 29.12.53	Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1954.
Lei n.º 1.178	de 24.08.60	Autoriza doação de terreno ao América F.C.
Lei n.º 3.149	de 17.07.96	Revoga condições da Lei nº 1.178/60.

Lei n.º 6.146 de 15.07.15 Firma convênio com o América Futebol Clube Esporte e Cultura para participação na liga Encosta da Serra no valor de R\$ 8.472,00.

AMIGO DO LIVRO

Lei n.º 4.520 de 29.08.06 Dispõe sobre a criação do Amigo do Livro e da Biblioteca Pública.

ANDRÉ ZANATTA – ESPAÇO CULTURAL

Lei n.º 5.817 de 09.09.13 Denomina de Espaço Cultural André Zanatta o hall de entrada da Câmara Municipal de Vereadores.

ANILA MÓVEIS

Lei n.º 4.327 de 23.11.05 Autoriza o Executivo a conceder incentivos para instalação da unidade da empresa Anila Móveis Ltda.

ANIMAIS

Lei n.º 220 de 13.12.49 Dispõe sobre as multas aos proprietários de animais encontrados em via pública.

Lei n.º 240 de 14.04.50 Amplia a todo o território do Município a vedação da Lei 220/49.

Lei n.º 923 de 27.08.56 Altera, parcialmente, a Lei nº 220/49.

Lei n.º 1.510 de 03.02.64 Dispõe sobre as multas aplicáveis aos proprietários de animais encontrados soltos nas vias públicas.

Lei n.º 3.767 de 18.07.02 Disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães no Município de Montenegro.

Lei n.º 3.828 de 19.11.02 Dispõe sobre impedimento da circulação de cães no Parque Centenário Erny Carlos Heller.

Lei n.º 3.978	de 18.11.03	Acrescenta parágrafo ao artigo 13 e altera a redação do artigo 14 da Lei 3.739/2002 – Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Montenegro. (abertura de valas para enterro de animais)
Lei n.º 4.014	de 31.12.03	Altera a redação do artigo 1.º da Lei 3.828/02, que dispõe sobre o impedimento da circulação de cães no Parque Centenário Erny Carlos Heller. (uso de guia e focinheira)
Lei n.º 4.214	de 09.06.05	Dispõe sobre a proibição de estada e apresentação de espetáculos circenses e similares no Município, que utilizem animais silvestres ou domesticados, nativos ou exóticos.
Lei n.º 4.431	de 19.04.06	Cria o Sistema de controle ao transporte com tração animal e disciplina o transporte de animais no Município.
Lei n.º 5.297	de 26.07.10	Firma convênio com a AMOGA e abre crédito especial de R\$ 30.000,00
Lei n.º 5.349	de 08.11.10	Prorroga prazo previsto no parágrafo único da Lei n.º 5.297/10, que firma convênio com a AMOGA e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (projeto Controle de Reprodução de Cães e Gatos de Rua)
Lei n.º 5.523	de 08.11.11	Firma convênio com a AMOGA de R\$ 37.500,00 (controle de reprodução de cães e gatos em situação de rua)
Lei n.º 5.729	de 18.12.12	Institui o "Dia de Proteção e Bem Estar dos Animais" no Município de Montenegro/RS.
Lei n.º 5.861	de 02.12.13	Firma convênio com a AMOGA no valor de R\$ 35.000,00.

ANISTIA FISCAL

Lei n.º 1.047	de 13.06.58	Concede anistia fiscal e dá outras providênc.
Lei n.º 1.080	de 30.12.58	Prorroga por 60 dias a vigência da Lei nº 1.047 de 13.06.58.
Lei n.º 1.136	de 08.01.60	Concede anistia fiscal aos contribuintes que saldarem seus débitos dentro de 90 dias.

Lei n.º 1.441	de 05.12.63	Concede anistia fiscal até 31.12.63.
Lei n.º 1.496	de 14.01.64	Prorroga até 28.02.64 a anistia fiscal concedida pela Lei nº 1.441/63.
Lei n.º 1.790	de 27.12.68	Concede anistia fiscal até 31.12.68.
Lei n.º 1.793	de 10.02.69	Concede anistia fiscal até 31.03.69.
Lei n.º 2.066	de 02.03.77	Concede anistia fiscal até 30.04.77.
Lei n.º 2.174	de 26.06.80	Concede anistia fiscal por 90 dias.
Lei n.º 2.292	de 11.05.83	Concede anistia fiscal até 30.04.83.
Lei n.º 2.296	de 29.04.83	Prorroga anistia fiscal até 30.05.83.
Lei n.º 5.521	de 1º.11.11	Autoriza o não-ajuizamento e o posterior cancelamento de créditos tributários e não-tributários.

ANJOS DE LUZ, ASSOCIAÇÃO

Lei n.º 4.243	de 29.07.05	Autoriza a cessão de uso de uma área de terras para a Associação Anjos de Luz.
Lei n.º 4.478	de 30.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006, abrir crédito especial de R\$ 35.000,00 e firmar convênio c/ Associação Anjos de Luz.
Lei nº 4.697	de 14.08.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com Associação Anjos de Luz no valor de R\$ 20.000,00 e abrir crédito especial de R\$ 2.000,00.
Lei nº 4.859	de 22.04.08	Autoriza Executivo firmar convênio com Assoc. Anjos de Luz no valor de R\$ 27.000,00 (Proj. Semeando p/ Colher Amanhã)
Lei nº 4.944	de 08.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.480,00 e firmar convênio com entidades assistenciais p/ repasse de recursos do FEAS/2008 (Soc. Benef. Espiritualista e Anjos de Luz)
Lei nº 4.958	de 06.10.08	Acrescenta valor à alínea c do inciso II, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (Assoc. Anjos de Luz)
Lei nº 4.966	de 20.10.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Associação Anjos de Luz (projeto Semeando p/ Colher Amanhã)

ANTENAS

Lei n.º 5.087 de 27.05.09 Dispõe sobre a Instalação de Estações Rádio-Base – ERB’s, Mini-ERB’s, torres, Sistemas de Rádio-Transmissão e Equipamentos Afins no Município de Montenegro.

APÓLICES

Lei n.º 1.245 de 01.07.96 Autoriza o Poder Executivo a vender 3.542 apólices estaduais e empregar o produto da venda em construção de redes elétricas.

Lei n.º 1.420 de 10.10.63 Autoriza o lançamento de empréstimos de CR\$ 3.000.000,00 mediante apólices ao portador, para obras de eletrificação.

Lei n.º 1.425 de 31.10.63 Autoriza a emissão de títulos da dívida pública no total de Cr\$ 20.000.000,00.

Lei n.º 1.532 de 26.05.64 Autoriza a emissão de Cr\$ 14.000.000,00 em apólices municipais para eletrificação rural.

Lei n.º 1.917 de 06.06.72 Autoriza a venda de duas máquinas de escrever, marca Remington.

Lei n.º 2.044 de 31.05.76 Autoriza a alienação de diversos bens do patrimônio municipal.

APOSENTADORIA

Lei n.º 2.271 de 14.09.82 Dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado a entidade privada para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO

Lei n.º 2.089 de 17.04.78 Altera os limites da área urbana da cidade de Montenegro (expansão urbana).

Lei n.º 2.791 de 27.12.91 Altera o art. 1º da Lei 2089/78, que fixa a Zona de Expansão Urbana do Município.

Lei n.º 3.490 de 13.03.00 Altera a Planta de Zoneamento de que trata o art. 1º LC 2703/90.

Lei n.º 4.026	de 19.02.04	Altera redação do art. 1.º da Lei n.º 2.089/78, que altera os limites da área urbana da cidade de Montenegro.
Lei nº 5.353	de 19.11.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 358.500,00 (recadastramento imobiliário)
Lei n.º 5.649	de 02.07.12	Abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (recadastramento imobiliário zona urbana)
LC nº 5.880	de 13.01.14	Institui o Perímetro da Macrozona Urbana do Município
LC n.º 5.883	de 13.01.14	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo do Município

ÁREAS DE LAZER

Lei n.º 4.057	de 27.04.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 157.328,75 e dá outras providências. (Construção de quadra de esportes no Bairro Cinco de Maio)
Lei n.º 5.476	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (academias ao ar livre)
Lei n.º 5.555	de 26.12.11	Disciplina a utilização de bens municipais por particulares e dá outras providências.

ARMAS DE FOGO

Lei n.º 3.095	de 10.11.95	Inclui parágrafo e altera redação do art. 103 da Lei nº 2119/78 – Código de Posturas (proíbe venda de réplicas)
---------------	-------------	---

ARQUIVO HISTÓRICO

Lei n.º 4.421	de 31.03.06	Denomina Maria Eunice Müller Kautzmann o Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro.
Lei nº 5.161	de 09.10.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 143.615,14 (restauração prédio farmácia dos ferroviários)

Lei nº 5.386 de 25.01.11 Abre crédito especial de R\$ 14.029,51 (devolução de saldo convênio-Restauração prédio farmácia dos ferroviários)

ARRENDAMENTO MERCANTIL

Lei n.º 2.294 de 25.03.83 Autoriza arrendamento mercantil com IOCHPE no valor de CR\$ 103.060.230,00.

ARROIOS MONTENEGRO E SÃO MIGUEL

Lei nº 4.827 de 03.03.08 Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (macrodrenagem Arroio Montenegro).

Lei nº 4.867 de 25.04.08 Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006-2009, a incluir crédito espec no vlr. de R\$ 4.392.049,24 – Macrodrenagem Arroio Montenegro

Lei n.º 5.211 de 18.12.09 Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem do Arroio São Miguel)

Lei n.º 5.243 de 22.03.10 Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.437.085,18 (macrodrenagem do Arroio Montenegro)

Lei n.º 5.466 de 30.06.11 Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 5.127.415,57 (Macro drenagem do Arroio São Miguel).

Lei n.º 5.577 de 24.01.12 Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem Arroio São Miguel).

Lei n.º 5.644 de 18.06.12 Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 461.000,00 (galerias pluviais Arroio Montenegro)

ARROIO MARATÁ

Lei n.º 5.650 de 02.07.12 Firma convênio com o Município de São José do Sul visando a construção da ponte sobre o Arroio Marata na divisa entre os Municípios.

ARRUAMENTO E MEIO-FIO

Lei n.º 2.579 de 30.06.89 Colocação de meio-fio e arruamento da fábrica Marko Esquadrias Ltda.

ARTESANATO

Lei n.º 3.840 de 13.12.02 Institui o Mercado de artesanato de Montenegro sob a denominação de feira do Artesanato, brique e Arte na Praça do Município de Montenegro.

ÁRVORES

Lei n.º 2.998 de 15.06.94 Proíbe o plantio de árvores de grande porte nas divisas de propriedades.

ASILO

Lei n.º 4.620 de 16.03.07 Autoriza o Executivo a realizar o transporte de material para aterro em benefício de organização de acolhimento a idosos.

Lei n.º 5.674 de 23.07.12 Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres de R\$ 22.000,00 (Manutenção Asilo).

Lei n.º 5.751 de 1º.04.13 Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00 (pagamento de despesas).

Lei n.º 5.752 de 1º.04.13 Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 83.000,00 (projeto "Envelhecimento Jovem").

Lei n.º 5.815 de 02.09.13 Altera redação do art. 2 da Lei N.º 5.751 de 2013, que autoriza a firmar convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de 50.000,00 (Manutenção da casa de amparo)

Lei n.º 5.932 de 13.06.14 Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 e firmar convênio com a Associação Beneficente Casa e Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 85.500,00

ASILO PÉLA E VALETUDINÁRIOS BETÂNIA-TAQUARI

Lei n.º 132	de 26.11.48	Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1948.
Lei n.º 2.191	de 04.11.80	Concede auxílio aos asilos Pella Bethânia.
Lei n.º 3.745	de 21.06.02	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Pella Bethânia.
Lei n.º 3.997	de 22.12.03	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.077	de 31.05.04	Altera o art. 2.º da Lei n.º 3745, de 21 de junho de 2002, que autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com a Sociedade Pella Bethânia e dá outras providências. (alteração anual do valor do repasse por adolescente atendido – R\$ 260,00)
Lei n.º 4.157	de 31.12.04	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005.
Lei n.º 4.620	de 16.03.07	Autoriza o Executivo a realizar o transporte de material para aterro em benefício de organização de acolhimento a idosos.

ASSISTÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL

Lei n.º 20	de 31.12.47	Abre crédito especial de CR\$ 700,00.
Lei n.º 57	de 07.05.48	Estende o abono provisório concedido pela Lei nº 49, de 02.04.48, aos serviços municipais que desempenham as suas funções na Assistência Pública Municipal, dá providências sobre seu funcionamento e abre crédito especial.
Lei n.º 88	de 30.07.48	Dispõe sobre a prestação de serviços pela Assistência Pública ao funcionalismo.
Lei n.º 131	de 26.11.48	Dispõe sobre a aplicação da renda da Taxa de Assistência e Segurança Social.
Lei n.º 267	de 14.07.50	Abre crédito especial de Cr\$ 16.500,00.
Lei n.º 334	de 15.12.50	Abre crédito especial de Cr\$ 7.500,00.

Lei n.º 397	de 17.08.51	Abre crédito especial.
Lei n.º 413	de 16.11.51	Abre crédito especial.
Lei n.º 889	de 18.04.56	Altera a forma de provimento do cargo de médico da Diretoria de Assistência Médica e Social e dispõe sobre o cargo de Engenheiro da Diretoria de Obra Pública e DMAER.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei n.º 3.103	de 30.11.95	Institui o Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS e dá outras provid.
Lei n.º 3.145	de 05.07.96	Altera a Lei 3.103/95, com a substituição do CSU pela FGTAS.
Lei n.º 3.147	de 08.07.96	Institui o Fundo Mun. de Assistência Social.
Lei n.º 3.152	de 20.08.96	Estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações, critérios de atendimento aos munícipes necessitados.
Lei n.º 3.206	de 07.07.97	Altera os artigos da Lei 3.103/95, que institui o COMAS.
Lei n.º 3.281	de 04.05.98	Altera a Lei nº 3.152/96.
Lei n.º 3.486	de 23.02.00	Autoriza contratação temporária de Assistente Social.
Lei n.º 3.499	de 10.04.00	Estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações, critérios de atendimento aos munícipes usuários.
Lei n.º 3.817	de 25.10.02	Altera a redação do art. 1º da Lei 3.103/95.
Lei n.º 3.885	de 14.04.03	Acrescenta inciso no art. 4º da Lei 3.499/00.
Lei n.º 3.890	de 02.05.03	Altera o inciso VII do art. 4º da Lei 3499/00.
Lei n.º 3.923	de 18.08.03	Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei 3.499/00.
Lei n.º 4.319	de 17.11.05	Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei 3499/00 (almofada d'água).
LC nº 4.350	de 19.12.05	Cria cargo de Diretor de Departamento de Assistência Social na SMSAS – CC/FG8.

Lei n.º 4.618	de 09.03.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 22.790,00 – SMSAS – Convênio PEAS.
Lei nº 4.824	de 03.03.08	Cria Seção de Coordenação do Centro de Referência em Assistência Social e extingue a Seção de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Depto. de Assistência Social, Lei nº 3.360/98.
Lei nº 4.825	de 03.03.08	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 15.410,21 (Projetos Sociais).
Lei nº 4.828	de 03.03.08	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 3.000,00 (Aquisição uniformes Prosepa).
Lei nº 4.939	de 01.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 78.676,00 (compra de vagas p/ abrigagem criança e adolescente)
Lei nº 4.952	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 26.040,00 (centro de referência especializada de Assistência Social)
Lei nº 5.030	de 09.02.09	Autoriza Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 14.644,80.
Lei n.º 5.082	de 25.05.09	Autoriza Executivo Municipal abrir crédito especial de R\$ 5.040,00 (material distribuição gratuita p/ campanha contra violência sexual infantil)
Lei n.º 5.484	de 26.07.11	Estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações e critérios de atendimento aos munícipes usuários.
Lei n.º 5.487	de 29.07.11	Abre crédito especial de R\$6.768,91 (saldo devolução convênio)
Lei n.º 5.691	de 27.08.12	Reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS e o Fundo Municipal a ele vinculado.
Lei n.º 5.702	de 02.10.12	Abre crédito especial de R\$ 14.947,00 (Sistema Único de Assistência Social – SUAS).
Lei n.º 5.711	de 19.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 223.260,00 (Equipamentos e material permanente – ACESSUAS).
Lei n.º 5.776	de 13.05.13	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2013 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00. (CADUNICO/Bolsa Família).
Lei n.º 5.900	de 18.03.14	Autoriza a firmar convênio com entidades assistenciais para o repasse de recursos do FNAS, programa de ação continuada- SAS

		2014 (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres; Associação Lar Sagrada Família; Apae).
Lei n.º 5.944	de 04.07.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 64.800,00 (serviço de conveniência e fortalecimento de vínculo).
Lei n.º 5.950	de 21.07.14	Revoga o Inciso V do art 5º da Lei n.º5.484, de 2011, que estabelece a política municipal de assistência social, as respectivas ações e critérios de atendimento aos munícipes usuários (fraldas geriátricas).
Lei n.º 5.953	de 28.07.14	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00.

A.A.S.E.M.

Lei n.º 2.376	de 08.04.85	Torna indemissíveis o Presidente e o Vice-Presidente da A.A.S.E.M.
Lei n.º 4.142	de 29.11.04	Autoriza o Executivo doar fardamentos.
Lei n.º 4.292	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a AASEM e abrir crédito especial no valor de R\$ 12.000,00.
Lei n.º 4.300	de 01.11.05	Altera art. 2º da Lei nº 4.292/05.

ACIM

Lei n.º 609	de 24.11.53	Abre crédito especial de Cr\$ 20.000,00.
Lei n.º 1.036	de 25.03.58	Prorroga por mais cinco anos a isenção do Imposto Predial à ACIM.
Lei n.º 1.392	de 18.07.63	Prorroga por mais cinco anos a isenção do Imposto Predial à ACIM.
Lei n.º 3.154	de 18.09.96	Autoriza a isenção do ITBI em favor da ACIM e dá outras providências.
Lei n.º 3.433	de 27.09.99	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a ACIM (Sorte 2000).
Lei n.º 4.562	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a ACI (Publicação Revista).

Lei n.º 4.571 de 29.11.06	Autoriza o Legislativo Municipal a firmar convênio com a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montenegro (Publicação Revista).
Lei n.º 4.647 de 30.04.07	Ratifica convênio n.º 002/05-ER n.º 015 com o Estado RS, por intermédio da Secr.Desenv. e Ass.Internacionais, com interveniência da J.Cml.RS e da ACI.(c/cedencia de 1 serv. E 1 supl.)
Lei n.º 5.164 de 09.10.09	Autoriza o Executivo firmar convênio com ACI R\$ 4.853,20 (Uma arte de Natal – decoração das vias e prédios)
Lei n.º 5.226 de 30.12.09	Firma convênio com ACI R\$ 2.194,30 (complementação do Projeto Uma arte de Natal)

ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO MENDES FILHO DOS SERVIDORES DE NÍVEL MÉDIO DA BRIGADA MILITAR – ABAMF

Lei nº 4.984 de 01.12.08	Autoriza Executivo doar uma área de terras à ABAMF p/ implantação do Loteamento mda Segurança Pública.
Lei n.º 6.186 de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Beneficente Antônio Mendes Filho dos Servidores de Nível Médio da Brigada Militar de Montenegro - ABAMF/SNMBM/MN, no valor de R\$ 4.300,00 (projeto "Pés na Areia").

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL – AABB

Lei nº 5.032 de 09.02.09	Autoriza Executivo a firmar convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil - Montenegro
Lei n.º 5.110 de 14.07.09	Firma convênio c/ AABB-Montenegro (manutenção do Programa Integração AABB-Comunidade)
Lei n.º 5.241 de 16.03.10	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (R\$ 2.000,00 - obras infraestrutura na área externa do prédio)
Lei n.º 5.242 de 16.03.10	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (R\$ 19.236,00 Programa Integração AABB Comunidade de Montenegro)
Lei n.º 5.352 de 19.11.10	Firma convênio com a AABB - Montenegro (Programa Integração AABB Comunidade de Montenegro)

Lei n.º 5.482	de 19.07.11	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (Projeto “Oficina de Dança Folclórica Gaúcha no Programa Integração AABB Comunidade em Montenegro-RS”)
Lei n.º 5.706	de 02.10.12	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (AABB Comunidade – Qualificação de oficinas).
Lei n.º 5.707	de 02.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.500,00 (Aquisição de equipamento p/ oficina de informática – AABB Comunidade).
Lei n.º 6.083	de 09.03.15	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil Montenegro.
Lei n.º 6.149	de 15.07.15	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil, para atender ao projeto "AABB Comunidade" no valor de R\$ 4.000,00.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA DE AMPARO MÃO DE DEUS

Lei nº 5.365	de 09.12.10	Acrescenta a alínea <i>d</i> ao inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (Assoc. Benef. Casa de Amparo Mão de Deus).
Lei n.º 5.542	de 09.12.11	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus, no valor de R\$ 50.000,00.
Lei n.º 5.651	de 02.07.12	Firma convênio com Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00.
Lei n.º 5.667	de 16.07.12	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.575/11 – Plano de Auxílios e subvenções 2012 (casa de Amparo Mão de Deus).
Lei n.º 5.751	de 1º.04.13	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00 (pagamento de despesas).
Lei n.º 5.752	de 1º.04.13	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 83.000,00 (projeto “Envelhecimento Jovem”).
Lei n.º 5.815	de 02.09.13	Altera redação do art. 2 da Lei N.º 5.751 de 2013, que autoriza a firmar convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão

		de Deus no valor de 50.000,00 (Manutenção da casa de amparo)
Lei n.º 5.926	de 27.05.14	Autoriza firmar convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus
Lei n.º 5.953	de 28.07.14	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00.
Lei n.º 6.040	de 17.11.14	Concede isenção de imposto e taxas à Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus (imposto predial e taxa de esgoto e lixo)
Lei nº 6.077	de 23.02.15	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 86.100,00.
Lei n.º 6.148	de 15.07.15	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 88.000,00 (Projeto "Envelhecimento Jovem").
Lei n.º 6.150	de 15.07.15	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 60.000,00 (Projeto "Envelhecimento Jovem").
Lei n.º 6.180	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 40.000,00.

ASSOCIAÇÃO PÚBLICA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO CAÍ-CIS/CAÍ

Lei nº 5.036	de 25.02.09	Dispõe sobre a criação da Associação Pública Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí-CIS/CAÍ.
--------------	-------------	---

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ADOTE UM ATLETA

Lei n.º 5.095	de 16.06.09	Firma convênio c/ Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 3.600,00.
Lei n.º 5.553	de 19.12.11	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta, no valor de R\$ 6.000,00 (Projeto "Adote um Atleta")

Lei n.º 5.631	de 28.05.12	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 85.000,00.
Lei n.º 5.641	de 12.06.12	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 4.000,00
Lei n.º 5.736	de 28.12.12	Altera a redação do art. 3.º da Lei n.º 5.631/12-firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 85.000,00.
Lei n.º 5.749	de 18.03.13	Firma o convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.854	de 11.11.13	Firma Convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 78.912,70
Lei n.º 6.130	de 23.06.15	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 116.800,00 (projeto "Adote um Atleta").

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Lei n.º 4.764	de 30.11.07	Autoriza o Executivo a alterar prazo previsto no § 3.º do art. 30 da LC 4.010-Cód. Trib.-isenção a aposentados e pensionistas.
---------------	-------------	--

ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE MONTENEGRO

Lei n.º 3.506	de 24.04.00	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação dos Artesãos de Montenegro.
Lei n.º 3.796	de 16.09.02	Altera redação do art. 2º da Lei nº 3.506/00, que autoriza o Executivo firmar convênio com a Associação dos Artesãos de Montenegro.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE FLORESTA NEGRA

Lei n.º 4.758	de 06.11.07	Acrescenta a alínea <i>i</i> ao Inciso IV do art. 1º, da Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2007.
---------------	-------------	---

Lei nº 4.977	de 14.11.08	Acrescenta alíneas <i>d, e, f, e g</i> ao inciso IV, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (Coral Avante, Coral Vozes, Assoc. Com. Bom Jardim e Assoc. Cult. Floresta)
Lei n.º 6.187	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Cultural Beneficente Floresta Montenegrina no valor de R\$ 4.725,00 ("8º Seminário da Consciência Negra - 2015").

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA FUNDARTE

Lei n.º 5.767	de 19.04.13	Firma convênio com a Associação Amigos da Fundarte como entidade Coordenadora e Executora da 1ª Festa da Integração dos Filhos de Montenegro
---------------	-------------	--

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

Lei n.º 1.930	de 03.10.72	Autoriza doação imóvel à APAE.
Lei n.º 2.000	de 04.12.74	Autoriza a reversão e doação de terrenos.
Lei n.º 2.122	de 02.01.79	Doa terreno à APAE.
Lei n.º 2.561	de 24.04.89	Autoriza cedência de servidores municipais.
Lei n.º 2.682	de 26.10.90	Autoriza cedência de servidores municipais.
Lei n.º 2.708	de 22.02.91	Autoriza cedência de servidores municipais.
Lei n.º 2.733	de 25.07.91	Prorroga prazo de cedência de servidores.
Lei n.º 2.787	de 27.12.91	Prorroga prazo de cedência de servidores.
Lei n.º 2.911	de 19.02.93	Prorroga prazo de cedência de servidores.
Lei n.º 2.927	de 02.07.93	Autoriza cedência de servidores à APAE.
Lei n.º 2.982	de 18.02.94	Prorroga prazo de cedência de servidores.
Lei n.º 3.047	de 31.03.95	Prorroga prazo de cedência de servidores.
Lei n.º 3.158	de 25.09.96	Autoriza o Executivo a prorrogar o prazo de cedência (6 servidores à APAE).
Lei n.º 3.188	de 17.04.97	Autoriza prorrogar prazo de cedência de 06 servidores à APAE.
Lei n.º 3.244	de 19.12.97	Autoriza prorrogar prazo de cedência.

Lei n.º 3.257	de 18.02.98	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a APAE.
Lei n.º 3.364	de 28.12.98	Autoriza prorrogar prazo de cedência.
Lei n.º 3.372	de 31.12.98	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE.
Lei n.º 3.468	de 27.12.99	Autoriza a firmar convênio de colaboração com a APAE.
Lei n.º 3.535	de 28.07.00	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a APAE.
Lei n.º 3.788	de 02.09.02	Acrescenta o art. 1ºA à Lei 3709/02, que autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 3.883	de 14.04.03	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 3.997	de 22.12.03	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.048	de 05.04.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 22.000,00. (Convênio c/ APAE)
Lei n.º 4.050	de 13.04.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 4.069	de 24.05.04	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 3997, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.126	de 11.10.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a APAE.
Lei n.º 4.131	de 25.10.04	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a APAE (Projeto Equoterapia).
Lei n.º 4.157	de 31.12.04	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005.
Lei n.º 4.178	de 29.03.05	Autoriza o Executivo a firmar Convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 4.223	de 28.06.05	Autoriza o Executivo a receber, em doação, recursos financeiros para repassar a APAE.
Lei n.º 4.328	de 23.11.05	Ratifica a cedência de servidores e autoriza o Executivo firmar convênio.

Lei n.º 4.385	de 19.01.06	Acrescenta valor ao inciso I do art. 1º da Lei 4.374/05 – Plano Auxílios (R\$ 28.800,00).
Lei n.º 4.517	de 21.08.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a APAE no valor de R\$ 5.127,62.
Lei n.º 4.675	de 09.09.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
Lei nº 4.722	de 17.09.07	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> Inciso I, art. 1º, Lei 4.579/06 – Auxílios e Subvenções (APAE)
Lei nº 4.756	de 06.11.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE (Projeto Qualidade de Vida)
Lei nº 4.757	de 06.11.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE (reforma telhado)
Lei nº 4.850	de 14.04.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais .
Lei nº 4.910	de 14.07.08	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a APAE (Projeto <i>Dar Continuidade com qualidade nos atendimentos para PNE's</i>).
Lei nº 4.941	de 01.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 22.000,00 (compra de vagas APAE)
Lei nº 4.959	de 06.10.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a APAE (manutenção e conservação prédio escolar)
Lei nº 4.967	de 20.10.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE (Dar continuidade com qualidade nos atendimentos p/ PNE's)
Lei nº 4.981	de 24.11.08	Altera redação do art. 1º da Lei 4.967/08 que autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE (Dar continuidade com qualidade nos atendimentos p/ PNE's)
Lei n.º 5.062	de 14.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (R\$ 9.300,00).
Lei n.º 5.072	de 05.05.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 5.145	de 08.09.09	Acrescenta alínea <i>e</i> ao inciso I do art. 1.º da Lei 4980/08 - Plano de Auxílios e Subvenções 2009 e abre crédito especial (APAE)
Lei n.º 5.315	de 30.08.10	Firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (R\$ 4.010,00)

p/ Projeto "Continuar oferecendo os nossos serviços com qualidade")

Lei nº 5.343	de 15.10.10	Firma convênio c/ entidades assistenciais (sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.359	de 30.11.10	Firma convênio a APAE (Projeto continuar oferecendo nossos serviços com qualidade)
Lei nº 5.391	de 21.02.11	Ratifica cedência de servidores e firma convênio com a APAE (5 professores e 1 auxiliar de serviços escolares)
Lei nº 5.402	de 18.03.11	Acrescenta valor à alínea <i>b</i> do inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.357/10, que estabelece o Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2011. (APAE)
Lei n.º 5.454	de 13.06.11	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão do Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.455	de 13.06.11	Firma convênio com a APAE de R\$ 30.000,00 (Projeto "Oferecer os nossos serviços com qualidade")
Lei n.º 5.527	de 16.11.11	Firma convênio com entidades assistenciais (APAE, Associação Lar Sagrada Família e Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres)
Lei n.º 5.551	de 19.12.11	Firma convênio com a APAE de Montenegro no valor de R\$ 22.760,00 (Projeto "Oferecer os nossos serviços com qualidade")
Lei n.º 5.597	de 09.03.12	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.618	de 23.04.12	Firma convênio com a APAE (R\$ 4.510,00 – Projeto: "Oferecer nossos serviços com qualidade")
Lei n.º 5.627	de 14.05.12	Firma convênio com a APAE de R\$ 55.000,00 (Projeto "Oferecer os nossos serviços com qualidade")
Lei n.º 5.670	de 16.07.12	Firma convênio com a APAE de Montenegro de R\$ 22.000,00
Lei n.º 5.748	de 08.03.13	Firma convênio com a APAE para atender ao projeto "Oferecer nossos serviços com qualidade", visando o repasse de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.777	de 13.05.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais. (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres; Associação Lar Sagrada Família; Apae).

Lei n.º 5.808	de 19.08.13	Firma convênio com a APAE para atender ao projeto "Em busca de igualdade estamos aqui" 2013, visando o repasse de R\$ 21.000,00
Lei n.º 5.845	de 21.10.13	Firma Convênio com a APAE no valor de R\$ 60.000,00 (Em busca de igualdade estamos aqui-2013)
Lei n.º 5.927	de 27.05.14	Autoriza firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montenegro – APAE no valor de 17.020,00
Lei nº 5.974	de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 84.000,00 e firma convênio com a APAE.
Lei nº 5.976	de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 5.638,00 e firma convênio com a APAE (11º Encontro de APAEs)
Lei nº 6.013	de 20.10.14	Altera redação do art. 1º da Lei nº 5.976/14-abre crédito especial e firma convênio APAE (11º Encontro APAEs)
Lei nº 6.027	de 27.10.14	Firma convênio com a APAE de R\$ 53.000,00 (projeto "Superando desafios para a Inclusão")
Lei nº 6.076	de 23.02.15	Firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montenegro – APAE no valor de R\$ 50.000,00.
Lei n.º 6.089	de 16.03.15	Firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montenegro – APAE de R\$ 25.000,00.
Lei nº 6.110	de 27.04.15	Firma convênio com entidades assistenciais para o repasse de recursos do FNAS, Programa Serviço de Ação Continuada - SAC 2015.
Lei nº 6.115	de 18.05.15	Acrescenta valor à alínea "b" do inciso I do art. 1.º da Lei n.º 6.057/14 – Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2015 (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE).
Lei n.º 6.169	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Montenegro visando o repasse de R\$ 84.000,00.
Lei n.º 6.178	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montenegro - APAE no valor de R\$ 47.800,00 (projeto "Oferecer condições para a superação de desafios à Inclusão Social - 2015").

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS E OSTOMIZADOS - ASSDEFO

Lei n.º 4.673 de 09.07.07	Acrescenta a alínea e ao Inciso I do art. 1º, da Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2007.
Lei n.º 6.147 de 15.07.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (convênio com a Associação dos Deficientes Físicos e Ostomizados – ASSDEFO).

ASSOCIAÇÃO MONTENEGRINA DOS GUARDIÕES DOS ANIMAIS – AMOGA

Lei n.º 5.297 de 26.07.10	Firma convênio com a AMOGA e abre crédito especial de R\$ 30.000,00
Lei n.º 5.349 de 08.11.10	Prorroga prazo previsto no parágrafo único da Lei n.º 5.297/10, que firma convênio com a AMOGA e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (projeto Controle de Reprodução de Cães e Gatos de Rua)
Lei n.º 5.523 de 08.11.11	Firma convênio com a AMOGA de R\$ 37.500,00 (controle de reprodução de cães e gatos em situação de rua)
Lei n.º 5.861 de 02.12.13	Firma convênio com a AMOGA no valor de R\$ 35.000,00.

ASSOCIAÇÃO MONTENEGRINA DE ARTISTAS-AMARTI

Lei n.º 6.019 de 27.10.14	Firma convênio com a Associação Montenegrina de Artistas-AMARTI para repasse de R\$ 122.000,00 – Natal Iluminado 2014
---------------------------	---

ASSOCIAÇÃO LAR SAGRADA FAMÍLIA

Lei n.º 3.788 de 02.09.02	Acrescenta o art. 1.ºA à Lei 3709/02 que autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei nº 3.883 de 14.04.03	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais.

Lei n.º 4.050	de 13.04.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 4.178	de 29.03.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei nº 4.850	de 14.04.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais
Lei n.º 5.072	de 05.05.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais
Lei n.º 5.098	de 22.06.09	Firma convênio c/ a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres e Associação Lar Sagrada Família (serviços socioassistenciais)
Lei nº 5.343	de 15.10.10	Firma convênio c/ entidades assistenciais (sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.454	de 13.06.11	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão do Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.527	de 16.11.11	Firma convênio com entidades assistenciais (APAE, Associação Lar Sagrada Família e Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres)
Lei n.º 5.597	de 09.03.12	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.688	de 20.08.12	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família no valor de R\$ 4.400,00.
Lei n.º 5.777	de 13.05.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais. (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres; Associação Lar Sagrada Família; Apae).
Lei n.º 5.806	de 19.08.13	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família no valor de R\$ 14.000,00 (projeto Prosseguindo a Caminhada)
Lei n.º 5.869	de 30.12.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza a abrir crédito especial no valor de 23.067,64. (Equipamento e material Permanente Lar Sagrada Família)
Lei n.º 5.925	de 27.05.14	Autoriza firmar convênio com a Associação Lar Sagrada Família no valor de 13.550,00
Lei n.º 6.088	de 16.03.15	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família de R\$ 25.000,00.
Lei nº 6.110	de 27.04.15	Firma convênio com entidades assistenciais para o repasse de recursos do FNAS,

ASSOCIAÇÃO MONTENAGRINA DE FRUTICULTORES

Lei n.º 4.509 de 07.08.06	Autoriza firmar convênio com Associação Montenegrina de Fruticultores e abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (SMAM – Incentivo a Fruticultura).
Lei n.º 4.670 de 25.06.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir Crédito Especial de R\$ 23.401,00 (SMAM-Aq. Máq. Beneficiadora e Classificadora de Frutas).
Lei nº 4.963 de 13.10.08	Autoriza o Executivo Municipal firmar convênio com a Associação Montenegrina de Fruticultores (pagamento aluguel)
Lei n.º 5.730 de 21.12.12	Altera o valor do aluguel previsto no art. 2º, altera a redação do inciso III e acrescenta o inciso V ao art. 4º da Lei n.º 4.963/08-firma convênio com a Associação Montenegrina de Fruticultores.
Lei n.º 5.894 de 12.03.14	Autoriza a firmar convênio com a Associação Montenegrina de Fruticultores

ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA E EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA DE MONTENEGRO - APCECM

Lei n.º 2.561 de 24.04.89	Autoriza a cedência de servidores.
Lei n.º 2.600 de 10.10.89	Autoriza o Município a associar-se e ceder professores à APCECM.
Lei n.º 2.642 de 28.05.90	Ratifica convênio firmado entre a APCECM e o Município de Montenegro.
Lei n.º 2.675 de 04.10.90	Fixa o prazo de cedência de professores à APCECM.
Lei n.º 2.733 de 25.07.91	Prorroga prazo de cedência de professores à APCECM.
Lei n.º 2.776 de 18.12.91	Prorroga prazo de cedência de professores à APCECM.
Lei n.º 2.911 de 19.02.93	Prorroga prazo de cedência de servidores municipais.

Lei n.º 2.978	de 18.02.94	Autoriza o Executivo a alterar a cláusula II (1.) do Convênio decorrente da Lei 2.600/89 e dá nova redação ao art. 2º da mesma Lei.
Lei n.º 3.049	de 06.04.95	Autoriza o Executivo a prorrogar prazo de cedência de professores à APCECM.
Lei n.º 3.130	de 03.04.96	Autoriza o Executivo a prorrogar prazo de cedência de professores à APCECM.
Lei n.º 3.186	de 17.04.97	Autoriza o Executivo a prorrogar prazo de cedência de professores à APCECM.
Lei n.º 3.252	de 30.12.97	Autoriza o Executivo a prorrogar prazo de cedência à APCECM.
Lei n.º 3.477	de 31.12.99	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a APCECM.
Lei n.º 3.368	de 28.12.98	Autoriza o Executivo a prorrogar o prazo de cedência de servidores para a APCECM.
Lei n.º 4.108	de 05.08.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.
Lei n.º 4.430	de 17.04.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com APCM – Cedência Profes.- São José.
Lei nº 4.727	de 08.10.07	Ratifica cedência de professores e autoriza firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.
Lei n.º 4.932	de 08.08.08	Ratifica a cedência de professores e autoriza firmar convênio com a Assoc. Pró-cultura e Educação Comunitária (Instituto São José)
Lei n.º 5.059	de 14.04.09	Ratifica cedência de professores e autoriza firmar convênio com Associação Pró-Cultura e Educ. Comunitária de Montenegro
Lei n.º 5.234	de 1º.03.10	Firma convênio c/ Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro (cedência de professores Inst. de Educação São José)

ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO ASSISTÊNCIA RURAL - ASCAR

Lei n.º 1.068	de 09.12.58	Institui a contribuição anual à Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) e retifica o termo de acordo entre a Prefeitura e aquela entidade.
---------------	-------------	---

Lei n.º 1.685 de 03.08.66 Autoriza o Poder Executivo a firmar termo aditivo ao acordo celebrado com a ASCAR em 09.12.58.

ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA MONTENEGRINA – ATM

Lei n.º 4.473 de 19.06.06 Autoriza o Executivo firmar concessão de uso COM Associação Tradicionalista Montenegrina – ATM.

Lei n.º 4.526 de 11.09.06 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina.

Lei n.º 4.717 de 11.09.07 Acrescenta a alínea *h* ao inc IV do art 1.º da Lei 4579/06 - Plano de Aux e Subv p/ o exercício de 2007 (Assoc. Tradic. Montenegrina- R\$ 27.000,00)

Lei nº 4.948 de 08.09.08 Acrescenta alínea *b* ao inciso IV, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (ATM-Semana Farroupilha)

Lei nº 5.015 de 29.12.08 Autoriza o Executivo a acrescentar a alínea *b* ao inciso III do art. 1.º da Lei n.º 4980/08 que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2009 **(ATM)**

Lei nº 5.025 de 26.01.09 Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 25.000,00 **(ATM)**

Lei nº 5.135 de 28.08.09 Acrescenta valor à alínea *b* do inciso III do art. 1.º da Lei 4.980/08, Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2009 (ATM – Semana Farroupilha)

Lei nº 5.267 de 10.05.10 Acrescenta alínea *b* ao inciso III do art. 1º da Lei 5.185/09-Auxílios e Subvenções 2010 e abre crédito especial R\$ 128.000,00 (ATM - Expomonte)

Lei n.º 5.269 de 10.05.10 Firma Termo de Parceira com a ATM como entidade Coordenadora e Executora da 3.ª Expomonte 2010.

Lei n.º 5.303 de 27.07.10 Altera redação do art. 4º da Lei 5.269/10, que firma Termo de Parceria com a ATM como entidade Coordenadora e Executora da 3ª Expomonte 2010

Lei n.º 5.314 de 23.08.10 Acrescenta valor à alínea *b* do inciso III do art. 1º da Lei nº 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (ATM-patrocínios recebidos)

Lei n.º 5.322	de 10.09.10	Acrescenta valor à alínea b do inciso III do art. 1º da Lei nº 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (ATM-Semana Farroupilha)
Lei n.º 5.492	de 15.08.11	Firma convênio com a ATM e abre crédito especial de R\$ 20.000,00 (repasse de patrocínios recebidos 3ª Expomonte)
Lei n.º 5.504	de 13.09.11	Acrescenta a alínea b ao inciso III do art. 1.º da Lei n.º 5.357/10, que estabelece o Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2011. (Repasse recursos ATM – Semana Farroupilha)
Lei n.º 5.566	de 30.12.11	Repassa recursos à ATM, de R\$ 35.000,00, mediante Termo para cobertura de déficit do 12º Arraial de São João Batista.
Lei n.º 5.698	de 14.09.12	Acrescenta a alínea "b" ao inciso III do art. 1.º da Lei n.º 5.575/2011, que estabelece o Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2012 (ATM – 12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.699	de 14.09.12	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 35.529,05 (12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.820	de 14.09.12	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 49.645,26 (12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.873	de 30.12.13	Altera redação do art.1.º da Lei n.º 5.820, de 2013, que autoriza a firmar convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 49.645,26.
Lei n.º 5.891	de 28.02.14	Autoriza a firmar convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina-ATM, no valor de 30.000,00.
Lei nº 5.981	de 08.09.14	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 45.752,29 – 14.ª Semana Farroupilha.
Lei nº 6.074	de 23.02.15	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina ATM no valor de R\$ 50.000,00 (Rodeio Integração).
Lei n.º 6.157	de 24.07.15	Firma convênio com a 15ª Coordenadoria Regional Tradicionalista no valor de R\$ 30.636,00 (Cavalgada Regional para condução da Chama Crioula).
Lei n.º 6.158	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$

52.000,00 (projeto "Semana Farroupilha de Montenegro 2015").

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE MONTENEGRO - APOPESMONT

Lei n.º 4.754 de 06.11.07 Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel à APOPESMONT.

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

Lei n.º 3.976 de 18.11.03 Autoriza a cessão de uso de imóvel à Associação Comunitária Costa da Serra.

Lei n.º 4.088 de 23.06.04 Autoriza a cessão de uso de imóvel à Associação Comunitária de Vapor Velho.

Lei n.º 4.111 de 24.08.04 Autoriza a cessão de uso de imóvel à Associação Comunitária Cinco de Maio.

Lei n.º 4.127 de 11.10.04 Autoriza a Cessão de Uso de Bem público à Associação Agrícola e Com. de Serra Velha.

Lei n.º 4.376 de 30.12.05 Autoriza o Executivo Municipal a receber imóvel, em dação em pagamento, da Associação Comunitária Bela Vista.

Lei n.º 4.518 de 28.08.06 Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, da Associação Comunitária Bom Jardim. (Construção ginásio)

Lei n.º 4.851 de 14.04.08 Autoriza o Executivo firmar convênio com Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 4.500,00

Lei nº 4.894 de 16.06.08 Autoriza Executivo firmar convênio com a Associação Comunitária da Vila Jô, no valor de R\$ 1.710,00 (projeto Vila Jô com a Bola Toda)

Lei nº 5.146 de 15.09.09 Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 404.413,24 (construção de Centro Comunitário Bela Vista)

Lei n.º 5.286 de 28.06.10 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 4.000,00

Lei n.º 5.406	de 28.03.11	Abre crédito especial de R\$ 2.139,64 (devolução saldo convênio-Centro Comunitário Bela Vista)
Lei n.º 5.757	de 11.04.13	Isenta a Associação Comunitária da localidade de Porto Garibaldi do pagamento das faturas de energia elétrica do ano de 2002 a 2006.
Lei nº 6.107	de 10.04.15	Adquire uma caixa d'água de 10.000 litros para utilização da Associação Comunitária da localidade de Muda Boi.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO EM ESTABELECIMENTOS

Lei n.º 3.221	de 18.08.97	Estabelece prioridade de atendimento em todas repartições públicas do Município e estabelecimentos bancários às pessoas idosas as portadoras de deficiência física, gestantes e senhoras(es) carregando criança de colo, ou que apresente alguma enfermidade ou deficiência (física ou mental).
Lei n.º 3.937	de 08.09.03	Altera a redação do art. 2º da Lei 3221/97.
Lei n.º 4.017	de 16.01.04	Altera a redação do § 1.º, da Lei 3221/97.

ATERRO

Lei n.º 2.988	de 28.03.94	Dispõe sobre o fornecimento de aterro.
Lei n.º 3.181	de 27.03.97	Autoriza doação de aterro para Unimed Vale do Caí e dá outras providências.
Lei n.º 3.201	de 30.05.97	Autoriza a complementação do aterro à Unimed Vale do Caí e dá outras providências.
Lei n.º 3.237	de 25.11.97	Autoriza doação de aterro à Marsul Proteínas Ltda. e dá outras providências.
Lei n.º 3.310	de 03.08.98	Autoriza o Executivo a doar 150 cargas de aterro para a empresa Poker – Com. e Ind. do Vestuário Ltda.
Lei n.º 3.325	de 25.09.98	Autoriza a doação de aterro a E.E. de 2º Grau São João Batista, desta cidade.
Lei n.º 3.374	de 31.12.98	Autoriza a doação de aterro para a Sociedade Beneficente Espiritualista.

Lei n.º 3.388	de 12.04.99	Autoriza o Executivo a doar 150 cargos de aterro para a empresa Poker Comércio e Indústria do Vestuário Ltda.
Lei n.º 3.800	de 30.09.02	Autoriza o Executivo a indenizar o fornecimento de 50.000 m ³ de jazida de aterro e área de terra de 916 m ² .
Lei n.º 4.574	de 04.12.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Cooperativa Central dos Assentados do RS (aterro).
Lei n.º 4.620	de 16.03.07	Autoriza o Executivo a realizar o transporte de material para aterro em benefício de organização de acolhimento a idosos.

ATERRO SANITÁRIO

Lei n.º 3.789	de 02.09.02	Autoriza o Executivo a abrir crédito Especial no valor de R\$ 34.774,32 e dá outras provid.
Lei n.º 3.896	de 09.06.03	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 22.000,00 e dá outras provid. (elaboração de projeto de uso e remediação do aterro sanitário).
Lei n.º 4.028	de 25.02.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.000,00 e dá outras providências. (eletrificação trifásica do poço artesiano do Aterro Sanitário)
Lei n.º 4.119	de 17.09.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 65.000,00 e dá outras providências. (cercamento da área do aterro sanitário)
Lei n.º 4.341	de 13.12.05	Ratifica convênio com a Metroplan, autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 176.267,58 – construção galpão reciclagem lixo.
Lei n.º 4.557	de 13.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial R\$ 37.000,00 (asfaltamento área aterro sanitário).

ATRIBUIÇÕES

Lei n.º 3.140	de 20.05.96	Estabelece atribuições ao Vice-Prefeito.
LC n.º 5.605	de 27.03.12	Altera redação do anexo que trata sobre a atribuição do cargo de Assessor de Comunicação, instituído pela LC n.º 3.615/01, que reorganiza o quadro de pessoal do Poder Legislativo.

ATIVIDADES INSALUBRES E PERIGOSAS

Lei n.º 5.340	de 15.10.10	Define as atividades insalubres e perigosas p/ efeitos de percepção do adicional correspondente
---------------	-------------	---

AUTOLOCADORA ANDERSON

Lei n.º 2.896	de 14.12.92	Autoriza a cessão de uso de uma área de terras para a Auto Locadora Anderson.
---------------	-------------	---

AUTÓDROMO MUNICIPAL

Lei n.º 1.861	de 16.09.70	Autoriza a aquisição de um imóvel destinado à construção de um autódromo municipal.
---------------	-------------	---

AUXILIAR DE CRECHE

L.C. n.º 3.866	de 07.03.03	Cria mais quatorze cargos de Auxiliar de creche no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Compl. 2636/90.
Lei n.º 3.867	de 07.03.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, catorze auxiliares de creche e dá outras providências.
Lei n.º 3.944	de 16.09.03	Autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários de Auxiliares de Creche.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Lei n.º 21	de 31.12.47	Abre crédito especial para o exercício de 1948 (Auxílio Ginásio Feminino São José).
------------	-------------	---

Lei n.º	108	de 10.09.48	Concede auxílio para a instalação de uma Escola Normal.
Lei n.º	117	de 01.10.48	Institui subvenção ao Ginásio Feminino São José.
Lei n.º	120	de 15.10.48	Institui subvenção ao Ginásio São João.
Lei n.º	122	de 22.10.48	Subvenciona com Cr\$ 5.000,00 o Hospital São João de Brochier.
Lei n.º	132	de 26.11.48	Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1949.
Lei n.º	133	de 26.11.48	Concede auxílio para prosseguimento obras construção da praça municipal de desportos.
Lei n.º	157	de 01.04.49	Autoriza a compra e a doação de uma máquina de escrever.
Lei n.º	174	de 01.07.49	Concede auxílio para construção da Igreja Matriz São João Batista.
Lei n.º	179	de 08.07.49	Eleva a subvenção anual concedida ao Ginásio São João Batista.
Lei n.º	182	de 22.07.49	Aumenta o auxílio concedido à Junta de Alistamento Militar.
Lei n.º	191	de 19.08.49	Abre crédito especial de CR\$ 5.000,00.
Lei n.º	198	de 30.09.49	Altera o art. 2º da Lei n.º 174/49.
Lei n.º	214	de 25.11.49	Concede auxílio especial ao Hospital Montenegro.
Lei n.º	234	de 31.03.50	Regula a distribuição de subvenções às escolas primárias particulares.
Lei n.º	244	de 28.04.50	Concede auxílios especiais.
Lei n.º	245	de 28.04.50	Concede auxílios e subvenções.
Lei n.º	261	de 30.06.50	Autoriza o executivo a conceder auxílio, abre crédito especial e reduz verbas.
Lei n.º	290	de 14.07.50	Altera a Lei n.º 234 de 31.03.50.
Lei n.º	302	de 08.09.50	Concede subvenção especial de Cr\$ 2.000,00 ao Colégio São José de Pareci.
Lei n.º	320	de 17.11.50	Concede auxílio ao núcleo do Círculo Operário Ferroviário.

Lei n.º	323	de 17.11.50	Aumenta a subvenção do Ginásio São José.
Lei n.º	325	de 17.11.50	Concede auxílios especiais ao exercício 1951.
Lei n.º	326	de 17.11.50	Altera a Lei n.º 244/50.
Lei n.º	342	de 12.01.51	Concede auxílio Cr\$ 10.000,00 para criação do internato no Ginásio São João Batista.
Lei n.º	388	de 03.08.51	Concede auxílio e abre crédito especial.
Lei n.º	403	de 31.08.51	Abre crédito especial.
Lei n.º	424	de 03.12.51	Concede auxílios e subvenções.
Lei n.º	425	de 03.12.51	Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1952.
Lei n.º	426	de 03.12.51	Revoga concessão de auxílio.
Lei n.º	439	de 17.12.51	Concede auxílio.
Lei n.º	447	de 15.02.52	Regula a concessão de auxílio.
Lei n.º	448	de 15.02.52	Revoga a Lei nº 290 de 14.07.50.
Lei n.º	449	de 15.02.52	Altera o parágrafo 3º do art. 2º Lei 179/49.
Lei n.º	454	de 16.02.52	Revoga a Lei 302/50.
Lei n.º	455	de 16.02.52	Cancela saldo orçamentário.
Lei n.º	458	de 16.02.52	Reduz auxílio.
Lei n.º	461	de 28.02.52	Reduz auxílio concedido à Junta de Alistamento Militar.
Lei n.º	470	de 04.04.52	Concede auxílio, abre crédito especial e reduz consignações orçamentárias.
Lei n.º	476	de 02.05.52	Altera parcialmente a Lei 234/50.
Lei n.º	491	de 01.08.52	Abre crédito especial.
Lei n.º	526	de 24.11.52	Concede auxílio para o exercício de 1953.
Lei n.º	528	de 29.11.52	Altera a Lei 234/50.
Lei n.º	530	de 29.11.52	Concede auxílio ao Ginásio São João Batista.
Lei n.º	532	de 05.12.52	Revoga a Lei 439/51.
Lei n.º	546	de 30.12.52	Eleva o auxílio anual concedido ao "Abrigo Nestor Bender".

Lei n.º	548	de 30.12.52	Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1953.
Lei n.º	552	de 30.12.52	Abre crédito especial de Cr\$ 12.000,00.
Lei n.º	581	de 17.07.53	Concede auxílio e reduz consignação orçamentária.
Lei n.º	587	de 18.09.53	Concede auxílio especial à Sociedade Legião da Cruz.
Lei n.º	588	de 25.09.53	Concede auxílio especial de CR\$ 2.000,00 para o exercício de 1954.
Lei n.º	609	de 24.11.53	Abre o crédito especial de Cr\$ 20.000,00.
Lei n.º	619	de 30.11.53	Concede auxílio ao Ginásio São João Batista.
Lei n.º	620	de 30.11.53	Altera a Lei nº 179 de 08.07.49.
Lei n.º	621	de 30.11.53	Concede auxílio ao Ginásio Jacob Renner desta cidade.
Lei n.º	627	de 04.12.53	Concede auxílio para o serviço eleitoral do município.
Lei n.º	635	de 29.12.53	Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1954.
Lei n.º	636	de 29.12.53	Concede auxílio especial ao Círculo Operário Ferroviário.
Lei n.º	637	de 29.12.53	Eleva auxílio à Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres.
Lei n.º	638	de 29.12.53	Concede auxílios para o exercício de 1954 (Hospital Montenegro, Brochier e Salvador)
Lei n.º	640	de 29.12.53	Concede auxílios para o exercício de 1954 (Sociedade Tiro ao Alvo Avante e Liga E. São José – Pareci).
Lei n.º	643	de 29.12.53	Concede auxílio e abre Crédito Especial de Cr\$ 3.000,00.
Lei n.º	664	de 28.05.04	Abre crédito especial de Cr\$ 50.000,00.
Lei n.º	670	de 04.06.54	Concede auxílio para viagem de estudos, abre crédito especial e reduz consignação orçamentária.
Lei n.º	728	de 17.12.54	Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1955.

Lei n.º	729	de 17.12.54	Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1955.
Lei n.º	730	de 17.12.54	Concede auxílio a diversos estabelecimentos hospitalares do município e revoga as leis nºs 245 e 424.
Lei n.º	732	de 17.12.54	Concede auxílios para o exercício de 1955.
Lei n.º	733	de 17.12.54	Eleva e concede auxílio à Escola N. São José.
Lei n.º	829	de 28.11.55	Concede auxílios para o exercício de 1956.
Lei n.º	830	de 28.11.55	Concede auxílios.
Lei n.º	831	de 28.11.55	Concede auxílio à Comunidade Evangélica desta cidade.
Lei n.º	832	de 28.11.55	Eleva os auxílios concedidos pelas Leis nºs 470/52 e 621/53.
Lei n.º	833	de 28.11.55	Concede auxílio à Comunidade Escolar Nossa Senhora Aparecida.
Lei n.º	834	de 28.11.55	Concede auxílio à Igreja Evangélica de Cafundó.
Lei n.º	843	de 05.12.55	Concede auxílio anual.
Lei n.º	844	de 05.12.55	Eleva auxílio à Sociedade Abrigo Pão dos Pobres.
Lei n.º	860	de 31.12.55	Concede auxílios a diversos estabelecimentos hospitalares.
Lei n.º	888	de 18.04.56	Concede auxílio no exercício de 1956. Abre crédito especial e reduz consignação orçamentária.
Lei n.º	925	de 03.09.56	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 para reconstrução da Igreja Evangélica desta cidade.
Lei n.º	956	de 30.11.56	Concede auxílios.
Lei n.º	958	de 06.12.56	Concede auxílios.
Lei n.º	959	de 06.12.56	Eleva auxílio à Escola Normal e Ginásios.
Lei n.º	974	de 31.12.56	Concede auxílio e abre crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (trigêmeos nascidos em Tupandi).
Lei n.º	1.050	de 18.07.58	Concede auxílio ao Ginásio Jacob Renner e abre crédito especial.
Lei n.º	1.059	de 30.10.58	Concede auxílio e abre crédito especial.

Lei n.º 1.077	de 30.12.58	Concede auxílios especiais para 1959.
Lei n.º 1.078	de 30.12.58	Concede auxílios a diversos estabelecimentos hospitalares.
Lei n.º 1.244	de 19.06.61	Abre crédito especial de Cr\$ 35.000,00 como auxílio ao Futebol Clube Montenegro desta cidade.
Lei n.º 1.246	de 05.07.61	Abre crédito especial de Cr\$ 150.000,00 como auxílio à Sociedade Hospitalar Beneficente São José Operário de Pareci.
Lei n.º 1.248	de 20.07.61	Concede auxílio ao Núcleo Montenegrino de Orquidófilos, desta cidade, na importância de Cr\$ 30.000,00, abrindo o necessário crédito especial para a sua cobertura, etc.
Lei n.º 1.292	de 02.12.61	Concede auxílio à IX Olimpíada Bancária Regional.
Lei n.º 1.294	de 13.12.61	Abre crédito especial de CR\$ 15.000,00 como auxílio para construção de uma escola.
Lei n.º 1.309	de 04.04.62	Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 à Paróquia São João Batista local.
Lei n.º 1.310	de 04.04.62	Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 aos sindicatos locais.
Lei n.º 1.313	de 04.04.62	Concede auxílio de Cr\$ 30.000,00 para construção de uma Escola Rural.
Lei n.º 1.314	de 11.04.62	Concede auxílio de Cr\$ 40.000,00 à Sociedade Escola Católica São Francisco de Sales.
Lei n.º 1.321	de 25.04.62	Concede auxílio de Cr\$ 30.000,00 ao União Operário Esportivo.
Lei n.º 1.323	de 25.04.62	Concede a contribuição de Cr\$ 25.000,00 à Academia Literária de Letras Águia de Haia.
Lei n.º 1.327	de 16.05.62	Concede auxílio de Cr\$ 7.000,00 ao estudante Walter Antônio Dalcin.
Lei n.º 1.329	de 16.05.62	Abre crédito especial de Cr\$ 10.000,00 para a Miss Montenegro 1962.
Lei n.º 1.330	de 24.05.62	Concede auxílio pecuário de Cr\$ 20.000,00 ao servidor inativo José André Conrad.
Lei n.º 1.333	de 27.06.62	Concede auxílio de Cr\$ 10.000,00 à União Montenegrina de Estudantes Secundários.

Lei n.º 1.334	de 27.06.62	Concede auxílio de Cr\$ 20.000,00 ao Xadrez Clube de Montenegro.
Lei n.º 1.342	de 24.07.62	Concede auxílio de Cr\$ 20.000,00 à professora Hediga Idalina Muller, etc.
Lei n.º 1.343	de 23.07.62	Concede auxílio de Cr\$ 20.000,00 à Frente Agrária Gaúcha.
Lei n.º 1.344	de 23.07.62	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 ao Ginásio São João Batista nesta cidade.
Lei n.º 1.359	de 21.11.62	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Associação Rural de Montenegro e abre crédito especial.
Lei n.º 1.383	de 24.05.63	Abre crédito especial de Cr\$ 15.000,00 à Miss Montenegro – 1963.
Lei n.º 1.386	de 08.07.63	Abre crédito especial de Cr\$ 20.000,00 como contribuição ao pintor Ênio Pinalli.
Lei n.º 1.389	de 10.07.62	Abre crédito especial de Cr\$ 84.000,00 como auxílio à UMES.
Lei n.º 1.391	de 18.07.62	Concede auxílio de Cr\$ 400.000,00 à Comunidade Evangélica dessa cidade.
Lei n.º 1.396	de 01.08.63	Crédito especial de Cr\$ 250.000,00 para a Festa da Laranja.
Lei n.º 1.398	de 22.08.63	Auxílio à educandários locais.
Lei n.º 1.399	de 28.08.63	Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 à Sociedade Tiro ao Alvo Avante.
Lei n.º 1.403	de 12.09.63	Concede auxílio à formandas do Ginásio da escola Normal São José.
Lei n.º 1.410	de 25.09.63	Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 ao CTG Estância de Montenegro.
Lei n.º 1.412	de 01.10.63	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Igreja Sagrado Coração de Jesus, local.
Lei n.º 1.414	de 01.10.63	Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 ao Sr. Arthur Hanauer.
Lei n.º 1.415	de 01.10.63	Concede auxílio de Cr\$ 20.000,00 à UMES.
Lei n.º 1.418	de 10.10.63	Concede auxílio de Cr\$ 300.000,00 à Sociedade União Operário Esportivo, local.

Lei n.º 1.419	de 10.10.63	Concede auxílio de Cr\$ 25.000,00 à Sociedade Cultural e Recreativa São Luiz de Tupandi.
Lei n.º 1.422	de 10.10.63	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Igreja de Vila Pareci.
Lei n.º 1.423	de 10.10.63	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Paróquia de São Pedro de Salvador do Sul.
Lei n.º 1.431	de 14.11.63	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Escola Normal Regional de Barão, etc.
Lei n.º 1.440	de 05.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres.
Lei n.º 1.455	de 12.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Comunidade Evangélica de Maratá.
Lei n.º 1.456	de 12.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à escola Sagrado Coração de Jesus, Harmonia.
Lei n.º 1.458	de 19.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 9.000,00 a estudantes da UMES.
Lei n.º 1.464	de 19.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Sociedade Beneficente Espiritualista, local.
Lei n.º 1.465	de 19.22.63	Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 ao Núcleo Avícola de Montenegro.
Lei n.º 1.470	de 19.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 à Paróquia de Linha Francesa Alta.
Lei n.º 1.471	de 19.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 30.000,00 ao Senhor João Osmar Jahn.
Lei n.º 1.472	de 19.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 à Igreja Matriz de Poço das Antas.
Lei n.º 1.473	de 21.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 à Comunidade Evangélica de Poço das Antas.
Lei n.º 1.474	de 21.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Igreja Episcopal Brasileira, local.
Lei n.º 1.485	de 31.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 12.000,00 à estudante Júlia Almeida.
Lei n.º 1.506	de 30.01.64	Revoga a lei n.º 1.471/63.
Lei n.º 1.507	de 03.02.64	Autoriza assinar termo de compromisso para recebimento de auxílio de Cr\$ 30.000,00 do estado para obras de asfaltamento, etc.

Lei n.º 1.525	de 22.04.64	Concede auxílio de Cr\$ 200.000,00 à Comunidade Evangélica de Montenegro.
Lei n.º 1.578	de 29.09.64	Concede auxílio de Cr\$ 200.000,00 à Dalva Regina Garcia, Miss Objetiva/64.
Lei n.º 1.744	de 19.10.67	Concede auxílio de NCr\$ 700,00 ao Conselho Municipal de Desportos.
Lei n.º 1.769	de 09.07.68	Concede auxílio de NCr\$ 6.000,00 à AJURIS.
Lei n.º 1.774	de 18.07.68	Concede auxílio de NCr\$ 10.000,00 ao Sindicato Rural de Montenegro (2 parcelas).
Lei n.º 2.186	de 14.10.80	Concede auxílio à diversas entidades.
Lei n.º 2.188	de 21.10.80	Concede auxílio a diversas entidades.
Lei n.º 2.191	de 04.11.80	Concede auxílio aos asilos Pella Bethânia.
Lei n.º 2.226	de 04.11.81	Concede auxílios a Santa Casa de Misericórdia e ao Hospital São Pedro.
Lei n.º 2.274	de 04.10.82	Concede auxílios a Santa casa de Misericórdia e ao Hospital São Pedro.
Lei n.º 2.307	de 05.08.83	Concede auxílio ao Aeroclube Montenegro.
Lei n.º 2.318	de 21.11.83	Concede auxílio a diversas entidades.
Lei n.º 2.363	de 12.11.84	Concede auxílio a diversas entidades.
Lei n.º 2.438	de 02.12.86	Autoriza o Executivo a conceder auxílios a entidades e dá outras providências.
Lei n.º 2.480	de 17.11.87	Autoriza o Executivo a conceder auxílios a entidades e dá outras providências.
Lei n.º 2.523	de 17.11.88	Autoriza o Executivo a conceder auxílios a entidades e dá outras providências.
Lei n.º 2.589	de 15.08.89	Autoriza o Executivo a conceder auxílio e celebrar convênio com o Conselho Montenegrino de Bem Estar do Menor.
Lei n.º 2.615	de 27.11.89	Altera a Lei nº 2589/89, que autoriza concessão de auxílio ao COMBEM.
Lei n.º 2.620	de 01.12.89	Autoriza o Executivo a conceder auxílios a entidades e dá outras providências.

Lei n.º 2.644	de 12.06.90	Autoriza o Executivo a conceder auxílio para a construção de uma Unidade Operacional do SENAI.
Lei n.º 2.823	de 15.05.92	Concede auxílio até Cr\$ 15.000,00 ao 5º BPM/1ª Cia. PM.
Lei n.º 2.850	de 21.08.92	Dispõe sobre a concessão de auxílios e subvenções e dá outras providências.
Lei n.º 2.885	de 23.11.92	Estabelece o Plano de Distribuição de Auxílios e Subvenções para o exercício de 1993.
Lei n.º 2.907	de 19.01.93	Autoriza a concessão de auxílio financeiro a entidades carnavalescas e dá outras provid.
Lei n.º 2.940	de 13.09.93	Inclui a Liga Montenegrina de Futebol no Plano de Distribuição de Auxílios e Subvenções para o exercício de 1994.
Lei n.º 2.944	de 22.10.93	Estabelece o Plano de Distribuição de Auxílios e Subvenções para o exercício de 1994.
Lei n.º 3.042	de 05.01.95	Estabelece o Plano de Distribuição de Auxílios e Subvenções para o exercício de 1995.
Lei n.º 3.107	de 15.12.95	Estabelece o Plano de Distribuição de Auxílios e Subvenções para o exercício de 1996.
Lei n.º 3.841	de 16.12.02	Institui normas para a concessão de auxílios e subvenções e dá outras providências.
Lei n.º 3.845	de 26.12.02	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2003.
Lei n.º 3.870	de 24.03.03	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3845/02, que estabelece Plano de Auxílios e Subvenções para 2003.
Lei n.º 3.878	de 07.04.03	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei 3845/02, alterado p/Lei 3870/03.
Lei n.º 3.888	de 02.05.03	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei nº 3845/02, alterado p/Lei 3870 e 3878/03.
Lei n.º 3.993	de 15.12.03	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei nº 3845/02, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2003.
Lei n.º 3.997	de 22.12.03	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.008	de 30.12.03	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei nº 3997/03, que estabelece o Plano de Auxílios e

		Subvenções para o exercício de 2004. (R\$ 114.000,00, para o Hospital Montenegro)
Lei n.º 4.069	de 24.05.04	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 3997/03, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.106	de 03.08.04	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 3997/03, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.138	de 08.11.04	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei 3997/03, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para 2004.
Lei n.º 4.157	de 31.12.04	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005.
Lei n.º 4.169	de 1º.03.05	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei 4157/04 – (R\$ 360.000,00 p/OASE).
Lei n.º 4.225	de 28.06.05	Acrescenta valor ao art. 1º Lei 4.157/04, que estabelece Plano de Auxílios e Subvenções para exercício de 2005.
Lei n.º 4.246	de 29.07.05	Autoriza o Executivo acrescentar valor ao art. 1º da Lei 4.157/04 – Plano Auxílios e Subvenções 2005 – Hospital Montenegro.
Lei n.º 4.281	de 03.10.05	Acrescenta valor art. 1º Lei 4.157/04 – Sociedade Beneficente Espiritualista. Lei n.º 4.332 de 28.11.05 Acrescenta valor ao art. 1º Lei 4.157/04 – OASE (Hospital Montenegro).
Lei n.º 4.333	de 28.11.05	Acrescenta valor ao art. 1º Lei 4.157/04 – OASE – Hospital Montenegro.
Lei n.º 4360	de 27.12.05	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 4157/2004, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005 (Sociedade e Abrigo Pão dos Pobres).
Lei n.º 4.372	de 30.12.05	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 4157/2004, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005 (recursos p/ o Hospital Montenegro, através da OASE).
Lei n.º 4.374	de 30.12.05	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2006.

Lei n.º 4.385	de 19.01.06	Acrescenta valor ao inciso I do art. 1º da Lei 4.374/05 – APAE (R\$ 28.800,00).
Lei n.º 4.427	de 13.04.06	Acrescenta valor ao art. 1º, inc. I, b da Lei nº 4.374/05, Plano de Auxílios e Subvenções – R\$ 240.000,00 – OASE/HM.
Lei n.º 4.451	de 15.05.06	Acrescenta a alínea “e” ao inciso I do art. 1º da Lei 4.374/05, que estabelece Plano de Auxílios e Subvenções p/2006 (Pella Bethânia)
Lei n.º 4.531	de 25.09.06	Acrescenta valor ao art. 1º. Inc. I, b, da Lei nº 4.374/05, que estabelece Plano Auxílios e Subvenções (R\$ 50.000,00 - HM).
Lei n.º 4.542	de 09.10.06	Acrescenta valor ao art. 1º. Inc. I, b, da Lei nº 4.374/05, que estabelece Plano Auxílios e Subvenções (R\$ 100.000,00 - HM).
Lei n.º 4.544	de 13.10.06	Acrescenta valor ao art. 1º. Inc. I, b, da Lei nº 4.374/05, que estabelece Plano Auxílios e Subvenções (R\$ 100.000,00 - HM).
Lei n.º 4.561	de 14.11.06	Acrescenta alínea ao inciso IV do art. 1º da Lei nº 4.374/05 – Plano de Auxílios e Subvenções 2006 – Efica.
Lei n.º 4.569	de 28.11.06	Acrescenta valor aos incisos II e III do art. 1º da Lei nº 4.374/05, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções p/06 (Soc.Ben.Espirit.).
Lei n.º 4.575	de 04.12.06	Acrescenta valor ao art. 1º, inc. I, b da Lei nº 4.374/05, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções p/06 (R\$ 400.000,00 p/OASE – HM).
Lei n.º 4.579	de 12.12.06	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para 2007.
Lei n.º 4.597	de 29.12.06	Acrescenta valor ao art. 1º, inc. I, b da Lei nº 4.374/05 (OASE – 73.000,00).
Lei n.º 4.661	de 04.06.07	Acrescenta o Inciso IV, alíneas <i>a</i> , <i>b</i> , <i>c</i> e <i>d</i> à Lei n.º 4.579/06, Plano de Auxílios e Subvenções 2007. (corais municipais)
Lei n.º 4.673	de 09.07.07	Acrescenta a alínea <i>e</i> ao Inciso I do art. 1º, da Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2007.
Lei n.º 4.679	de 16.07.07	Acrescenta alínea <i>e</i> ao Inciso IV, art. 1º, da Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2007.

Lei n.º 4.683	de 24.07.07	Acrescenta a alínea <i>f</i> ao inciso IV do art. 1º da lei n.º 4579/06 – Plano de Auxílio e Subvenções para o exercício 2007.(Assoc Com Bom Jardim)
Lei n.º 4.688	de 30.07.07	Acrescenta a alínea <i>g</i> ao inc IV do art 1º da L 4.579/06, que estabelece o Plano de Aux e Subv p/ o exercício 2007 (Efica-Estação Ferroviária).
Lei nº 4.699	de 17.08.07	Acrescenta valor à alínea b do Inciso I, art. 1º, Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2007 (Hosp. Montenegro)
Lei n.º 4.700	de 20.08.07	Acrescenta a alínea <i>h</i> ao inciso II do art. 1º da lei n.º 4579/06 – Plano de Auxílio e Subvenções para o exercício 2007(UMAC)
Lei nº 4.704	de 27.08.07	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> Inciso III, art. 1º, Lei 4.579/06 – Auxílios e Subvenções (Sociedade Beneficente Espiritualista)
Lei nº 4.722	de 17.09.07	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> Inciso I, art. 1º, Lei 4.579/06 – Auxílios e Subvenções (APAE)
Lei n.º 4.758	de 06.11.07	Acrescenta a alínea <i>i</i> ao Inciso IV do art. 1º, da Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2007.
Lei nº 4.760	de 23.11.07	Acrescenta valor à alínea <i>b</i> do inciso I do art. 1º da Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções (Hosp. Montenegro)
Lei nº 4.788	de 28.12.07	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2008.
Lei n.º 4.883	de 26.05.08	Acresc. alínea <i>c</i> ao inc. IV do art. 1.º da L 4788/07, que estabelece o Plano de Aux. e Subv. p/o Exerc. de 2008- Paisagismo da Estação da Cultura-EFICA.
Lei nº 4.909	de 14.07.08	Altera valor da alínea <i>c</i> do inciso I e acrescenta alínea <i>d</i> ao inciso II do art. 1º, Lei nº 4.788/07 – Plano de Auxílios e Subvenções. (Recreo)
Lei nº 4.920	de 21.07.08	Acrescenta valor à alínea <i>b</i> , inciso I, do art. 1º da Lei nº 4.788/07 – Plano de Auxílios e Subvenções (OASE-HM, forros de colchão e roupas de cama)
Lei nº 4.942	de 01.09.08	Acrescenta alínea <i>b</i> ao inciso III, do art. 1º da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (qualificação mão-de-obra-Sinodal)

Lei nº 4.943	de 01.09.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a ISAEC no valor de R\$ 6.440,00 e abrir crédito especial (qualificação mão-de-obra-Sinodal)
Lei nº 4.948	de 08.09.08	Acrescenta alínea <i>b</i> ao inciso IV, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (ATM-Semana Farroupilha)
Lei nº 4.950	de 15.09.08	Acrescenta valor à alínea <i>b</i> do inciso I, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (OASE/HM-pagamento anestesistas)
Lei nº 4.958	de 06.10.08	Acrescenta valor à alínea <i>c</i> do inciso II, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (Assoc. Anjos de Luz)
Lei nº 4.973	de 03.11.08	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso IV, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (Coral Com. Evangélica)
Lei nº 4.977	de 14.11.08	Acrescenta alíneas <i>d</i> , <i>e</i> , <i>f</i> , e <i>g</i> ao inciso IV, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (Coral Avante, Coral Vozes, Assoc. Com. Bom Jardim e Assoc. Cult. Floresta)
Lei nº 4.980	de 24.11.08	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para 2009.
Lei nº 5.001	de 19.12.08	Acrescenta valor à alínea <i>b</i> do inciso I do art. 1.º da Lei n.º 4.788. de 2007, que estabelece o Plano de Auxílio e subvenções para o exercício de 2008.
Lei nº 5.015	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a acrescentar a alínea <i>b</i> ao inciso III do art. 1.º da Lei n.º 4980/08 que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2009 (ATM)
Lei nº 5.021	de 20.01.09	Autoriza o Executivo a acrescentar valor à alínea <i>a</i> inciso III do art. 1.º da Lei n.º 4980/08 que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2009 (EFICA)
Lei nº 5.027	de 30.01.09	Autoriza o Executivo a acrescentar valor à alínea <i>b</i> inciso III do art. 1.º da Lei n.º 4.980/08 que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2009 (ATM)
Lei n.º 5.132	de 24.08.09	Acrescenta inciso IV, alínea <i>a</i> ao art. 1.º da Lei n.º 4.980/08, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções p/ o exercício de 2009 (convênio c/ ISAEC-Colégio Sinodal Progresso).
Lei nº 5.135	de 28.08.09	Acrescenta valor à alínea <i>b</i> do inciso III do art. 1.º da Lei 4.980/08, Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2009 (ATM – Semana Farroupilha)

Lei n.º 5.145	de 08.09.09	Acrescenta alínea <i>e</i> ao inciso I do art. 1.º da Lei 4980/08, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções 2009 e abre crédito especial
Lei n.º 5.158	de 06.10.09	Acrescenta alínea <i>c</i> ao inciso III do art. 1.º da Lei 4980/08 - Auxílios e Subvenções 2009 (Grupo de dança Estrela Gaudéria-EMEF Etelvino de Araújo Cruz)
Lei n.º 5.163	de 09.10.09	Acrescenta valor à alínea <i>f</i> do inciso II do art. 1.º da Lei 4980/08 - Auxílios e Subvenções 2009 (RECREO)
Lei nº 5.179	de 13.11.09	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso I do art. 1º da Lei 4.980/08, Plano de Auxílios e Subvenções 2009 (Repasse de R\$ 290.000,00 à OASE – Hospital Montenegro, verba da Câmara)
Lei nº 5.185	de 23.11.09	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2010
Lei nº 5.202	de 14.12.09	Acrescenta alínea <i>f</i> ao inciso I do art. 1º da Lei 4.980/08, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2009 (Ligação de água no PSF de Santos Reis)
Lei nº 5.267	de 10.05.10	Acrescenta alínea <i>b</i> ao inciso III do art. 1º da Lei 5.185/09-Auxílios e Subvenções 2010 e abre crédito especial R\$ 128.000,00 (ATM - Expomonte)
Lei nº 5.270	de 14.05.10	Acrescenta valor a alínea <i>a</i> do inciso III do art. 1.º da Lei 5.185/09 – Auxílios e Subvenções 2010 e abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (EFICA-construção de subestação de energia elétrica na Estação da Cultura)
Lei nº 5.280	de 14.06.10	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso I do art. 1º da Lei nº 5.185/09 - Plano de Auxílios e Subvenções 2010 - e abre crédito especial de R\$ 85.000,00 (OASE)
Lei nº 5.289	de 28.06.10	Acrescenta o valor de R\$ 25.000,00 à alínea <i>a-EFICA</i> do inciso III do art. 1.º da Lei 5.185/09 – Auxílios e Subvenções 2010 (tratamento paisagístico na Estação da Cultura)
Lei n.º 5.314	de 23.08.10	Acrescenta valor à alínea <i>b</i> do inciso III do art. 1º da Lei nº 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (ATM-patrocínios recebidos)

Lei n.º 5.322	de 10.09.10	Acrescenta valor à alínea b do inciso III do art. 1º da Lei n.º 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (ATM-Semana Farroupilha)
Lei n.º 5.357	de 30.11.10	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para 2011.
Lei n.º 5.365	de 09.12.10	Acrescenta a alínea d ao inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (Assoc. Benef. Casa de Amparo Mão de Deus)
Lei n.º 5.376	de 27.12.10	Acrescenta valor à alínea a do inciso I do art. 1º da Lei n.º 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (OASE)
Lei n.º 5.377	de 27.12.10	Acrescenta a alínea e ao inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (Soc. Beneficente Espiritualista)
Lei n.º 5.402	de 18.03.11	Acrescenta valor à alínea b do inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.357/10, que estabelece o Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2011. (APAE)
Lei n.º 5.499	de 26.08.11	Acrescenta valor à alínea a do inciso I do art. 1º da Lei n.º 5.357/10 – Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2011. (R\$ 350.000,00 à OASE mantenedora do HM)
Lei n.º 5.504	de 13.09.11	Acrescenta a alínea b ao inciso III do art. 1º da Lei n.º 5.357/10, que estabelece o Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2011. (Repasse recursos ATM – Semana Farroupilha)
Lei n.º 5.562	de 30.12.11	Acrescenta valor à alínea a do inciso I do art. 1º da Lei 5.357/10, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2011 (R\$ 250.000,00 – OASE)
Lei n.º 5.575	de 30.12.11	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2012
Lei n.º 5.667	de 16.07.12	Acrescenta valor à alínea a do inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.575/11 – Plano de Auxílios e subvenções 2012 (casa de Amparo Mão de Deus)
Lei n.º 5.668	de 16.07.12	Acrescenta valor à alínea a do inciso I do art. 1º da Lei n.º 5.575/11 – Plano de Auxílios e subvenções 2012 (OASE/HM)
Lei n.º 5.692	de 27.08.12	Firma convênio com Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte para atender ao projeto “Renascença – Novos Rumos”, no valor de R\$ 10.000,00

Lei n.º 5.694	de 27.08.12	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, um esporte a ser divulgado e renovado", no valor de R\$ 8.500,00.
Lei n.º 5.698	de 14.09.12	Acrescenta a alínea "b" ao inciso III do art. 1.º da Lei n.º 5.575/2011, que estabelece o Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2012 (ATM – 12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.734	de 28.12.12	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para 2013.
Lei n.º 5.746	de 27.02.13	Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 30.000,00 (1.º Rodeio Crioulo Cidade de Montenegro).
Lei n.º 5.748	de 08.03.13	Firma convênio com a APAE para atender ao projeto "Oferecer nossos serviços com qualidade", visando o repasse de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.749	de 18.03.13	Firma o convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.750	de 25.03.13	Firma o convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 5.287,70 (Reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.751	de 1º.04.13	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00 (pagamento de despesas).
Lei n.º 5.801	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 40.000,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/03)
Lei n.º 5.802	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 39.340,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/04)
Lei n.º 5.806	de 19.08.13	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família no valor de R\$ 14.000,00 (projeto Prosseguindo a Caminhada)
Lei n.º 5.807	de 19.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (projeto Família Feliz – R\$ 28.500,00)
Lei n.º 5.808	de 19.08.13	Firma convênio com a APAE para atender ao projeto "Em busca de igualdade estamos

		aqui" 2013, visando o repasse de R\$ 21.000,00
Lei n.º 5.819	de 10.09.13	Autoriza a firmar convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ. (procedimentos de média e alta complexidade)
Lei n.º 5.821	de 13.09.13	Autoriza a firmar termo de repasse com Alexandre Ferraz da Conceição e Jade Bandeira Kuhn. (Milset Expo-Sciences International 2013)
Lei n.º 5.820	de 14.09.13	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 49.645,26 (12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.825	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com o Grupo Coral de Vozes de Montenegro no valor de R\$ 8.000,00.
Lei n.º 5.826	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com a Assoc. Cult. Benef. De Cantores Santo Antônio no valor de 8.000,00.
Lei n.º 5.827	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com a Sociedade Cult Benef. e Esportiva Santos Reis no valor de R\$ 8.000,00
Lei n.º 5.828	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Débora Regina Primaz no valor de 4.400,00
Lei n.º 5.829	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Renascença Companhia de Teatro – Assoc. Cultura & Arte para atender ao projeto "Renascença 25 anos", no valor de 11.500,00
Lei n.º 5.830	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Marcelo Ohlweiler no valor de R\$ 6.000,00 (divulgação do CD paisagem)
Lei n.º 5.831	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Assoc. Cultural Clube da Amizade dos Coroas no valor de R\$ 6.600,00 (Envelhecer com qualidade)
Lei n.º 5.834	de 07.10.13	Firma Termo de repasse com a Soc. Benef. Espir. no valor de R\$ 275.695,50 (Lar do Menor)
Lei n.º 5.837	de 07.10.13	Firma Termo de repasse com a Soc. Benef. Espir. no valor de R\$ 275.695,50 (Complementação de recurso)
Lei n.º 5.838	de 07.10.13	Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 15.000,00 (Projeto "Capaz!")

Lei n.º 5.845	de 21.10.13	Firma Convênio com a APAE no valor de R\$ 60.000,00 (Em busca de igualdade estamos aqui-2013)
Lei n.º 5.848	de 29.10.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro para atender ao projeto "Vínculo & Valorização – Gestante, crianças e família" visando repasse de R\$ 13.500,00.
Lei n.º 5.853	de 11.11.13	Abre crédito Especial no valor de R\$ 9.561,36 (Projeto Taça 140 anos – FUNDERGS)
Lei n.º 5.854	de 11.11.13	Firma Convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 78.912,70
Lei n.º 5.855	de 26.11.13	Firma Convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.500,00.
Lei n.º 5.857	de 26.11.13	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 16.500,00.
Lei n.º 5.863	de 06.12.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro visando o repasse de R\$ 15.000,00 para a realização de evento no Natal Iluminado 2013.
Lei n.º 5.869	de 30.12.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de 23.067,64 (Equipamento e material Permanente Lar Sagrada Família)
Lei n.º 5.873	de 30.12.13	Altera redação do art.1.º da Lei n.º 5.820/13-convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina de R\$ 49.645,26.
Lei n.º 5.875	de 30.12.13	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2014
Lei n.º 5.951	de 28.07.14	Acrescenta valor ao inciso I, alínea "a" do art. 1.º da Lei n.º 5.875/13, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2014 (Samu/Salvar).
Lei n.º 5.952	de 28.07.14	Efetua pagamento a OASE referente ao mês de junho de 2014 para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192 e firma convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.
Lei n.º 5.953	de 28.07.14	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00.

Lei n.º 5.969 de 25.08.14	Firma convênio com o Clube do Comércio – Coral Avante para atender ao projeto “Canto Coral” no valor de R\$ 15.000,00.
Lei nº 5.974 de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 84.000,00 e firma convênio com a APAE.
Lei nº 5.975 de 01.09.14	Firma convênio com Débora Regina Primaz no valor de R\$ 22.000,00 (Espetáculo Anual de Dança)
Lei nº 5.976 de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 5.638,00 e firma convênio com a APAE (11º Encontro de APAEs)
Lei nº 5.981 de 08.09.14	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 45.752,29 – 14.ª Semana Farroupilha.
Lei nº 5.988 de 16.09.14	Firma convênio com Cassiano de Azeredo Produções–ME para atender ao projeto “3.º Montenegro em Cena” – Festival de Teatro de Montenegro no valor de R\$ 17.448,00.
Lei nº 5.990 de 16.09.14	Firma convênio com Marni Alexandre Vargas de Almeida no valor de R\$ 5.000,00 (publicação de livro).
Lei nº 5.995 de 22.09.14	Firma convênio com Marcelo Olweiler no valor de R\$ 14.700,00 (Turnê Vértice).
Lei nº 5.996 de 22.09.14	Firma convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro no valor de R\$ 20.000,00.
Lei nº 6.008 de 13.10.14	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto “Olé” de R\$ 60.000,00
Lei nº 6.010 de 16.10.14	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro de R\$ 80.000,00 (Carnaval 2015)
Lei nº 6.013 de 20.10.14	Altera redação do art. 1º da Lei nº 5.976/14-abre crédito especial e firma convênio APAE (11º Encontro APAEs)
Lei nº 6.017 de 27.10.14	Firma convênio com Clube de Regatas Caça e Pesca Cruzeiro do Sul para atender ao projeto (Pingue-Pongue para Todos) de R\$ 3.090,00
Lei nº 6.018 de 27.10.14	Firma convênio com o Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte – projeto “integrações Sociais em Cena” de R\$ 33.000,00

Lei n.º 6.019	de 27.10.14	Firma convênio com a Associação Montenegrina de Artistas-AMARTI para repasse de R\$ 122.000,00 – Natal Iluminado 2014
Lei n.º 6.020	de 27.10.14	Firma convênio com o Grêmio Gaúcho-projeto "Natação e Diversão", valor de R\$ 5.700,00
Lei n.º 6.021	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Cultural, Beneficente e Esportiva Santos Reis de R\$ 8.000,00 (coral)
Lei nº 6.022	de 27.10.14	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol Sete de R\$ 7.449,25 (campeonato entre vilas)
Lei nº 6.023	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 205.000,00 ("Resgatando a Cidadania"-Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei nº 6.024	de 27.10.14	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube de R\$ 13.880,00 (cidadino de veloterra e arrancadas de motocicletas)
Lei nº 6.025	de 27.10.14	Firma convênio com Ana Júlia Vieira de R\$ 15.576,20 (projeto "Bodas da Filha do Bandoleiro")
Lei nº 6.026	de 27.10.14	Firma convênio com Sociedade Beneficente Espiritualista e abre crédito especial de R\$ 236.679,46 (vagas educação infantil)
Lei nº 6.027	de 27.10.14	Firma convênio com a APAE de R\$ 53.000,00 (projeto "Superando desafios para a Inclusão")
Lei nº 6.028	de 27.10.14	Firma convênio com CPM da Escola Técnica São João Batista para realização da 18ª Expotec, valor de R\$ 9.000,00
Lei nº 6.029	de 27.10.14	Firma convênio com CTG Presilha Crioula de R\$ 7.000,00-1ª Festa Campeira
Lei nº 6.042	de 01.12.14	Prorroga convênio nº 118102013 com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores de Santo Antônio
Lei nº 6.057	de 29.12.14	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para 2015
Lei nº 6.064	de 30.12.14	Altera redação do art. 1º e acrescenta alínea "d" no inciso III do art. 1º da Lei nº 6.057/14-Plano de Auxílios e Subvenções 2015 (Kerb de Santos Reis-Soc. Cultural Benef. Esp. Santos Reis)
Lei nº 6.115	de 18.05.15	Acrescenta valor à alínea "b" do inciso I do art. 1.º da Lei n.º 6.057/14 – Plano de

Auxílios e Subvenções para o exercício de 2015 (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE).

ASSOC COM BOM JARDIM

Lei nº 4.518	de 28.08.06	Recebe imóvel, em doação, da Associação Comunitária Bom Jardim.
Lei n.º 4.683	de 24.07.07	Acrescenta a alínea <i>f</i> ao inciso IV do art. 1º da lei n.º 4579/06 – Plano de Auxílio e Subvenções para o exercício 2007.
Lei n.º 4.717	de 11.09.07	Acrescenta a alínea <i>h</i> ao inc IV do art 1.º da Lei 4579/06 - Plano de Aux e Subv p/ o exercício de 2007 (Assoc. Tradic. Montenegrina- R\$ 27.000,00)
Lei nº 4.720	de 17.09.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Associação Comunitária Bom Jardim RS 411 (Aquisição material esportivo)
Lei nº 4.977	de 14.11.08	Acrescenta alíneas <i>d</i> , <i>e</i> , <i>f</i> , e <i>g</i> ao inciso IV, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (Coral Avante, Coral Vozes, Assoc. Com. Bom Jardim e Assoc. Cult. Floresta)

AVANÇOS

Lei n.º 1.074	de 20.12.58	Regula a concessão dos avanços periódicos, estabelecidos pelo art. 1217 da LOM e 96 a 98 do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Município (Lei nº 1004 de 27.7.57).
Lei n.º 1.212	de 30.11.60	Regula a concessão dos avanços periódicos.
Lei n.º 1.498	de 20.01.64	Eleva em 100% os avanços trienais.
Lei n.º 1.737	de 29.08.67	Eleva o valor dos avanços trienais.
Lei n.º 2.424	de 18.08.86	Eleva para 10%.

AVENIDA ITÁLIA

Lei n.º 4.104	de 30.07.04	Autoriza o Executivo Municipal a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, no máximo, 7,37% do custo da obra de pavimentação da Avenida Itália.
---------------	-------------	---

Lei n.º 4.115 de 06.09.04 Autoriza o Executivo Municipal a Convênio com a CORSAN. (troca de rede de água da Avenida Itália)

Lei n.º 4.159 de 14.01.05 Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.179.938,65.

AVENIDAS

Lei n.º 2.872 de 26.10.92 Denomina diversas ruas, travessas, passarelas e estradas (avenidas).

AZ INDÚSTRIA LTDA.

Lei n.º 3.125 de 19.03.96 Autoriza a cessão de uso de uma área de terras para a AZ Indústria Ltda.

Lei n.º 3.413 de 23.07.99 Autoriza o Executivo a conceder incentivos a empresa AZ Indústria Eletrônica Ltda.

BAIRROS

Lei n.º 2.334	de 11.05.84	Denomina o núcleo habitacional Promorar de "Bairro Germano Henke".
Lei n.º 2.481	de 17.11.87	Cria bairros no perímetro urbano.
Lei n.º 2.487	de 23.11.99	Cria o bairro dos Ferroviários.
Lei n.º 2.602	de 16.10.89	Altera a denominação do bairro Popular.
Lei n.º 2.894	de 11.12.92	Denomina o Bairro Aeroclube.
Lei n.º 2.921	de 18.06.93	Cria e delimita os bairros no Município de Montenegro.
Lei n.º 3.405	de 02.07.99	Cria e delimita os bairros no Município de Montenegro e revoga a Lei n.º 2.921/93.
Lei n.º 3.501	de 10.04.00	Altera as delimitações dos bairros Centenário e Rui Barbosa.
Lei n.º 4.710	de 10.09.07	Cria a Escola Municipal de Educação Infantil Profª Maria Laurinda Leindecker (B. 5 de Maio)
Lei nº 4.919	de 18.07.08	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 78.376,08 (ampliação PSF bairro Senai)
Lei nº 5.332	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 117.807,36 (implantação de Telecentro-Bairro Timbaúva)
Lei n.º 5.406	de 28.03.11	Abre crédito especial de R\$ 2.139,64 (devolução saldo convênio-Centro Comunitário Bela Vista)
Lei n.º 5.412	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 200.877,71 (construção de ginásio no Bairro Ferroviário)
Lei n.º 5.438	de 27.05.11	Inclui ações no PPA 2010-2013, exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre créditos especiais. (Construção de quadras de esportes- Bairros Aeroclube e Timbaúva, EMEF José Pedro Steigleder – Microdrenagem e Pavimentação Estrada Antônio Inácio de Oliveira Filho; construção do Ginásio São João; Capeamento Asfáltico da Rua Capitão Cruz; Construção do CRAS; iluminação e semáforos Ramiro Barcelos; construção de quadra coberta em Alfama)
Lei n.º 5.474	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 13.250,00 (alterações no projeto urbanístico no bairro Panorama)

Lei n.º 5.497	de 22.08.11	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista ("Ampliação da área de recreação das Creches Cinco de Maio, Trilhos, Promorar e Panorama")
Lei n.º 5.548	de 19.12.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 160.808,49 (Construção Centro Comunitário Germano Henke)
Lei n.º 5.550	de 19.12.11	Inclui programas e ações no Plano Plurianual – PPA 2010-2013 (Secretarias – Renovação e ampliação de frota – CRAS – CREAS – Saúde da Mulher – Regionalização do Turismo – Pavimentação de vias urbanas: Rua Artidor Rodrigues da Costa – Rua Carlos Correa da Silva – Rua Adão Luiz Kauer – Via J)
Lei n.º 5.614	de 10.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 340.160,00 (construção ESF Santo Antônio)
Lei n.º 5.615	de 10.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 319.000,00 (construção de quadra coberta em Alfama)
Lei n.º 5.620	de 23.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 166.500,00 (implantação de Telecentro no Bairro Timbaúva)
Lei n.º 5.769	de 19.04.13	Abre crédito especial de R\$ 111.660,66 (devolução contrato construção ginásio bairro Ferroviário)
Lei n.º 6.213	De 14.09.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 9.293,96 (Construção da EMEF no Bairro Senai).

BANAVALÉ

Lei n.º 4.528	de 11.09.06	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à ampliação da empresa Jérvisson Schefer de Souza – Banavale.
---------------	-------------	--

BALNEÁRIO MUNICIPAL

Lei n.º 2.200	de 31.12.80	Autoriza firmar contrato de concessão para a exploração do Balneário Municipal.
Lei n.º 3.155	de 24.09.96	Autoriza a concessão para exploração do Balneário Municipal Affonso Kunrath e dá outras providências.

Lei nº 4.789	de 28.12.07	Dispõe s/ a concessão de uso de bem público (Balneário Municipal Affonso Kunrath)
Lei nº 5.389	de 21.02.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 97.500,00 (revitalização do balneário municipal)

BANCO DA TERRA

Lei n.º 3.730	de 20.05.02	Inclui meta e reduz valores de Meta Prioritária no Plano Plurianual – PPA 2002-2005 e LDO 2002.
Lei n.º 3.731	de 20.05.02	Dispõe sobre a adesão ao programa Banco da Terra e dá outras providências.

BANCO DO BRASIL S.A.

Lei n.º 1.616	de 07.04.65	Concede 50% de desconto nos impostos devidos pelo Banco do Brasil S.A.
Lei n.º 1.798	de 25.03.69	Concede isenção tributária aos estabelecimentos bancários, etc.
Lei n.º 3.032	de 28.12.94	Torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias e dá outras providências.
Lei n.º 4.270	de 26.09.05	Ratifica convênio com a Fundação Banco do Brasil, autoriza abertura de crédito especial valor de R\$ 5.000,00 (Programa AABB Comunidade).
Lei n.º 4.522	de 06.09.06	Ratifica o convênio com a Fundação Banco do Brasil.
Lei nº 5.023	de 20.01.09	Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao BNDES, por intermédio do Banco do Brasil S.A. (Transporte escolar) .
Lei n.º 5.101	de 29.06.09	Contrata financiamento junto ao Banco do Brasil S.A (Provias – aquisição de máquinas e equipamentos)
Lei n.º 5.435	de 24.05.11	Altera a redação do parágrafo único do art. 1.º, acrescenta parágrafos ao art. 2.º e altera a redação do art. 4.º da Lei n.º 5.101/09, que

		autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. (Provias)
Lei n.º 5.480	de 11.07.11	Altera redação do caput e parágrafo único, transforma o parágrafo único em § 1.º, acrescenta o § 2.º ao art. 2º da Lei n.º 5.023/09-contrata financiamento junto ao Banco do Brasil (transporte escolar zona rural)
Lei n.º 5.616	de 10.04.12	Altera redação do parágrafo único do art. 1.º, do caput e acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei n.º 5.023/09-financiamento junto ao BNDES, por intermédio do Banco do Brasil (veículos para transporte escolar)
Lei n.º 5.706	de 02.10.12	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (AABB Comunidade – Qualificação de oficinas).

BANCOS (Agências Bancárias)

Lei n.º 3.032	de 28.12.94	Torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias e dá outras providências.
Lei n.º 3.109	de 18.12.95	Altera redação do art. 3º da Lei n.º 3.032/94.
Lei n.º 3.177	de 27.02.97	Faculta o estacionamento temporário e rotativo de veículos defronte aos Bancos e Caixas Econ. e dá outras providências.
Lei n.º 3.221	de 18.08.97	Estabelece prioridade de atendimento , em todas as repartições públicas do município e estabelecimentos bancários, às pessoas idosas, às portadoras de deficiência física , gestantes e senhoras (es) carregando criança de colo, ou que apresente alguma enfermidade ou deficiência (física ou mental).
Lei n.º 3.644	de 05.09.01	Torna obrigatória a colocação de assentos e bebedouros nas agências bancárias e dá outras providências.
Lei n.º 3.647	de 01.10.01	Obriga as agências bancárias, no âmbito do município, a colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente ao "Setor de Caixas" para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.
Lei n.º 3.937	de 08.09.03	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 3221/97.

Lei n.º 4.017	de 16.01.04	Altera a redação do § 1.º, da Lei 3221/97
Lei n.º 4.306	de 07.11.05	Autoriza o Executivo a firmar contrato com instituições financeiras oficiais.
Lei nº 4.586	de 22.12.06	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação e monitoramento de câmeras de vídeo em agências bancárias
Lei n.º 5.111	de 16.07.09	Altera redação do caput do art. 2.º da Lei 3.647/01, que obriga as agências bancárias, no âmbito do município, a colocar a disposição dos usuários pessoal suficiente ao "setor de caixas" para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.
Lei n.º 5.290	de 29.06.10	Acrescenta artigos 2-A e 2-B à Lei 3.647/01, que obriga as agências bancárias, no município, a colocar a disposição dos usuários pessoal suficiente ao "Setor de caixas" p/ que o atendimento seja efetuado em tempo razoável
Lei n.º 5.317	de 29.06.10	Altera redação do artigo 2-A da Lei 5.290/10 (colocação de placas; tempo de espera nas agências bancárias)
Lei n.º 5.435	de 24.05.11	Altera a redação do parágrafo único do art. 1.º, acrescenta parágrafos ao art. 2.º e altera a redação do art. 4.º da Lei n.º 5.101/09, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. (Provias)
Lei n.º 5.526	de 08.11.11	Dispõe sobre a proteção e segurança dos consumidores nas agências bancárias do Município de Montenegro (biombos)

BANCO DE MATERIAIS

Lei n.º 4.210	de 01.06.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 23.500,00 – construção prédio.
---------------	-------------	--

BELA VISTA

L.C. n.º 3.173	de 12.12.96	Introduz alterações na Lei 1971/73, destinadas à regularização e viabilização do aglomerado urbano conhecido como "Loteamento Bela Vista" e dá outras provid.
Lei n.º 3.212	de 21.07.97	Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção para a Associação Comunitária do

Bairro Bela Vista e aos adquirentes de lotes desmembrados no aglomerado urbano conhecido como "Loteamento Bela Vista", no Bairro Bela Vista, e dá outras provid.

Lei n.º 5.502 de 12.09.11

Concede isenção para a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista e aos adquirentes de lotes desmembrados no aglomerado urbano conhecido como Loteamento Bela Vista, no Bairro Bela Vista (isenção de pagamento de taxas de desmembramento e ITBI)

BELQUÍMICA

Lei n.º 2.963 de 28.12.93

Autoriza o Executivo Municipal a doar uma área de terras à empresa Belquímica Ltda., para instalação de indústria.

Lei n.º 3.120 de 29.12.95

Autoriza prorrogação do prazo previsto no art. 2º da Lei nº 2963/93 e dá outras provid.

Lei nº 3.153 de 18.09.96

Autoriza o Executivo a proceder aterramento do terreno doado à Belquímica Ltda..

BEPO

Lei n.º 3.363 de 28.12.98

Autoriza conceder incentivos a empresa Instaladora São Marcos Ltda – Bepo.

Lei n.º 3.440 de 22.10.99

Prorroga prazo para instalação da empresa Instaladora São Marcos Ltda.

BERÇÁRIO INDUSTRIAL

Lei n.º 3.748 de 25.06.02

Regularizações do Programa Incubadora Empresarial; autoriza a Concessão de Uso dos módulos estruturais e dá outras provid.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Lei n.º 209 de 25.11.49

Cria a Biblioteca Pública Municipal.

Lei n.º 238 de 14.04.50

Altera o art. 5.º e suprime os seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 209/49.

Lei n.º 253	de 26.05.50	Aprova o Regimento Interno da Biblioteca Pública Municipal.
Lei n.º 541	de 23.12.52	Altera, parcialmente, a Lei nº 209/49.
Lei n.º 639	de 29.12.53	Eleva dotação para manutenção da Biblioteca Pública Municipal.
Lei n.º 3.443	de 08.11.99	Dá denominação à Biblioteca – Biblioteca Pública Municipal Hélio Alves de Oliveira.
Lei n.º 4.520	de 29.08.06	Dispõe sobre a criação do Amigo do Livro e da Biblioteca Pública.
Lei n.º 4.559	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 13.361,44 (aquisição equipamentos p/Biblioteca e Auditório).
Lei nº 4.787	de 21.12.07	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 140.000,00 (ampliação Biblioteca Pública).
Lei n.º 5.704	de 02.10.12	Institui a Feira de Troca de Livros de Montenegro, que ocorrerá, anualmente, no mês de Novembro.
Lei n.º 5.805	de 19.08.13	Inclui programas e ações na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 11.000,00 (instalação de alarmes EMEI Bairro Estação, Biblioteca Pública e Teatro Roberto A. Cardona)
Lei n.º 5.870	de 30.12.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza a abrir crédito especial no valor de 68.750,00. (Mobiliário, acervo e equipamento – Biblioteca Pública Municipal)
Lei n.º 5.960	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 27.790,25 (aquisição de livros – Concurso Biblioteca Ativa SEDAC)

BICICLETAS

Lei n.º 2.938	de 10.09.93	Regulamenta o trânsito de bicicletas e o uso de carrinhos de lombo, skates e brinquedos similares.
Lei n.º 4.474	de 23.06.06	Altera redação do art. 2º e suas alíneas “a” e “b” e acrescenta alínea “c”, os incisos I e III do art. 8º e revoga o § 2º do art. 8º, todos da Lei 2.938/93.

BMZ COUROS

Lei n.º 4.004 de 29.12.03 Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à instalação da empresa BMZ COUROS LTDA. e dá outras providências.

BOLÃO DO ICMS

Lei n.º 2.952 de 16.11.93 Autoriza o Executivo a instituir o programa de estímulo à expedição de notas fiscais, visando o aumento da arrecadação do município, incentivo ao comércio e prestação de serviço local, estabelece sorteio e premiação e dá outras providências.

Lei n.º 2.976 de 18.02.94 Altera o art. 3º e inclui dispositivos no art. 4º da Lei nº 2.952 de 16.11.93.

Lei n.º 3.009 de 30.09.94 Altera o art. 4º da Lei n.º 2.952/93.

Lei n.º 3.138 de 20.05.96 Dá nova redação ao art. 3º da Lei 2.952/93.

BOLSA FAMÍLIA

Lei nº 4.873 de 19.05.08 Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 08 e abrir crédito esp de R\$ 25.800,00-Equip. e mtl. Permanente-Bolsa Família.

Lei nº 5.081 de 25.05.09 Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 22.000,00 (equipamento e material permanente/Bolsa Família)

Lei n.º 5.485 de 26.07.11 Contrata, temporária e administrativamente, 10 Entrevistadores para atuarem na SMHAD e abre crédito especial (Bolsa Família)

Lei n.º 5.679 de 03.08.12 Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (aquisição de ar condicionado CRAS-Bolsa Família)

Lei n.º 5.776 de 13.05.13 Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2013 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00. (CADUNICO/Bolsa Família).

Lei n.º 5.833 de 27.09.13 **Inclui ações no Plano Plurianual PPA 2014 – 2017.** (Fibra ótica para secretarias e videomonitoramento; reestruturação sala datacenter; Sistema telefonia IP – VOIP; ampliação quadro de pessoal; Assessoria tributária; Bolsa Família; Aquisição de equipamentos de informática – SMEC;

Aquisição de implementos agrícolas; Transcitrus; Legalização área e reforma EMEF Adolfo Schüller; Incentivos; Pavimentação pista de caminhada do Parque Centenário)

BOLSAS DE ESTUDO

Lei n.º 3.967	de 11.11.03	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.440,00. (Bolsa de estudo p/ estudantes da UERGS)
Lei n.º 4.262	de 29.08.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 62.250,00 e a incluir meta na LDO 2005 (Creches).
Lei n.º 5.307	de 09.08.10	Abre crédito especial de R\$ 198,98 (devolução de saldo convênio-ProJovem Urbano)
Lei n.º 5.399	de 18.03.11	Cria o Programa de Concessão de Bolsas de Estudos para alunos carentes e residentes no Município de Montenegro matriculados na UNISC, campus de Montenegro.
Lei n.º 5.773	de 06.05.13	Acrescenta os §§ 3º e 4º e altera a redação do caput do art. 5º e altera a redação do inciso IV do art. 7º da Lei n.º 5.399/11, a qual cria o Programa de Concessão de Bolsas de Estudos para Alunos Carentes e Residentes no Município de Montenegro matriculados na UNISC.

BOMBEIROS

Lei n.º 4.691	de 06.08.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/07 e abrir crédito especial de R\$ 2.295,00 (Mtl e Equip p/ FUMREBOM-Bombeiros)
Lei nº 4.795	de 28.12.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 135.339,00 (Corpo de Bombeiros)
Lei nº 5.235	de 1º.03.10	Cria o Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiros - Fumrebom
Lei nº 5.345	de 22.10.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (ampliação quartel Corpo de Bombeiros)
Lei nº 6.071	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 680.000,00 (aquisição

caminhão autobomba tanque para Corpo de Bombeiros).

BRENNER VEÍCULOS

- Lei n.º 4.466 de 06.06.06 Autoriza o Executivo conceder incentivos à Brenner Veículos e Peças Ltda. para melhoria no pátio da nova unidade da empresa
- Lei n.º 5.572 de 30.12.11 Altera a redação do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.970/08, que concede incentivo à empresa A.D. Brenner & Cia. Ltda.

BRIGADA MILITAR

- Lei n.º 1.669 de 09.03.66 Autoriza doação de 20 terrenos ao 4º BP da Brigada Militar.
- Lei n.º 1.783 de 31.10.68 Autoriza a aquisição e doação de um imóvel ao 5º BPM , sediado nesta cidade.
- Lei n.º 2.061 de 17.12.76 Autoriza a doação de um imóvel ao 5º BPM, sediado nesta cidade.
- Lei n.º 2.413 de 01.04.86 Autoriza o Executivo a participar com 25% na aquisição do imóvel destinado à manutenção do CPA/4, nesta cidade.
- Lei n.º 2.550 de 17.03.89 Autoriza o Executivo a firmar convênio com o 5º BPM e dá outras providências.
- Lei n.º 2.555 de 10.04.89 Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial.
- Lei n.º 2.575 de 27.06.89 Altera a redação da Lei nº 2.061/76.
- Lei n.º 2.685 de 26.11.90 Autoriza o Executivo a firmar termo de Cooperação Mútua com o 5º BPM.
- Lei n.º 2.704 de 23.01.91 Altera redação do art. 1º da Lei nº 2.061/76.
- Lei n.º 2.720 de 15.05.91 Altera convênio firmado com o 5º BPM, autorizado pela Lei nº 2.550/89.
- Lei n.º 2.823 de 15.05.92 Concede auxílio no valor de até Cr\$ 15.000.000,00 ao 5º BPM/1ª Cia. PM.
- Lei n.º 2.926 de 02.07.93 Altera o nº de VRMs que, mensalmente, são repassados ao 5º BPM.
- Lei n.º 3.242 de 12.12.97 Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Conselho Pró-Segurança Comunitária – CONSEPRO e dá outras providências.

Lei n.º 4.109	de 10.08.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Brigada Militar de Montenegro, e dá outras providências.
Lei n.º 4.128	de 11.10.04	Ratifica o Convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Justiça e da Segurança, com interveniência da Brigada Militar e com o DETRAN/RS.
Lei n.º 4.418	de 27.03.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Unimed/Vale do Caí e o Estado do RS, por intermédio da Secretaria da Justiça e da Segurança, com a interveniência da Brigada Militar.
Lei n.º 4.516	de 21.08.06	Autoriza o Executivo a proceder a desafetação de áreas de ruas (Loteamento habitacional da segurança pública).
Lei n.º 4929	de 04.08.08	Dispõe sobre o Loteamento Brigada Militar
Lei nº 5.044	de 24.03.09	Altera redação do art. 1.º da Lei n.º 4.477/06, que autoriza o Executivo firmar convênio com o CONSEPRO (manutenção Posto Atendimento Mulher)
Lei n.º 5.717	de 13.11.12	Firma convênio com o Estado do RS, por intermédio da SSP, com a interveniência da Brigada Militar, visando à conjugação de esforços para viabilizar e apoiar o processo de Segurança Pública previsto no projeto de videomonitoramento.
Lei n.º 5.718	de 13.11.12	Regula a instalação, operação, tratamento de imagens, dados e informações produzidas a partir do sistema de videomonitoramento.
Lei nº 6.004	de 13.10.14	Firma convênio com o Consepro (projeto Brigada Mirim)
Lei n.º 6.133	de 29.06.15	Firma convênio com o Estado do RS, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência da Brigada Militar, visando a conjugação de esforços entre os partícipes para viabilizar e apoiar o processo de Segurança Pública visando o incremento das ações de polícia ostensiva com a utilização do sistema de videomonitoramento de Montenegro.

BRINQUEDOS

LC n.º 3.095 de 10.11.95 Inclui parágrafo e altera redação do art. 103 da Lei nº 2.119/78 – Código de Posturas (proíbe venda de réplica de armas de fogo).

Lei n.º 6.208 De 31.08.15 Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 4.289,30 (aquisição e instalação de brinquedos na Praça Pró-Lurb I e II).

BRIQUE NA PRAÇA

Lei n.º 2.806 de 20.01.92 Cria o “Brique na Praça” e as “Ruas do Passeio” e dá outras provid. (vetado § 1º).

Lei n.º 3.840 de 13.12.02 Institui o Mercado de Artesanato de Montenegro sob a denominação de Feira do Artesanato, Brique e Arte na Praça no Município de Montenegro.

BRITADEIRA (EQUIPAMENTOS DE BRITAGEM)

Lei n.º 3.432 de 24.09.99 Autoriza a concessão onerosa do conjunto dos equipamentos de britagem.

BULLYING

Lei n.º 5.522 de 08.11.11 Dispõe sobre o desenvolvimento de política antibullying por instituições de ensino e de educação infantil pública municipal ou privada, com ou sem fins lucrativos.

CADASTRO – LEVANTAMENTO CADASTRAL DA CIDADE

Lei n.º 1.039	de 15.04.58	Autoriza contratar o levantamento cadastral da cidade – zona urbana e suburbana da cidade.
Lei n.º 1.054	de 17.09.58	Autoriza reajustar o preço por quadra fixado na Lei 1.054 de 17.09.58 para o levantamento cadastral da cidade.
Lei n.º 1.078	de 07.04.58	Reajusta o preço por quadra fixado na Lei 1.054/58 para o levantamento cadastral da cidade.
Lei n.º 1.542	de 09.07.64	Autoriza contratar o reinício do levantamento cadastral da cidade e abre crédito especial.
Lei nº 1.747	de 08.11.67	Autoriza o levantamento cadastral das economias do município.
Lei n.º 1.765	de 07.05.68	Cria o serviço do cadastro rural, etc.
Lei n.º 2.539	de 31.01.89	Cria a Diretoria do Cadastro Imobiliário .
Lei n.º 3.834	de 09.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 280.000,00 e dá outras providências. (Aerofotogrametria do Município)
Lei n.º 4.061	de 03.05.04	Autoriza o Executivo Municipal a Crédito Especial no valor de R\$ 206.105,00 e dá outras providências. (Aerofotogrametria p/ realização do Plano Diretor)
Lei nº 5.353	de 19.11.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 358.500,00 (recadastramento imobiliário)
Lei n.º 5.649	de 02.07.12	Abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (recadastramento imobiliário zona urbana)

CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA

Lei n.º 3.112	de 21.12.95	Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de caixa de correspondência na área de fachada dos prédios.
---------------	-------------	---

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – Seção RS

Lei n.º 400	de 17.08.51	Autoriza os servidores municipais a contrair empréstimo, sob consignação, na Caixa Econômica Federal.
Lei n.º 3.269	de 30.03.98	Autoriza o Executivo firmar Convênio de Cooperação Técnica com a CEF.
Lei n.º 3.565	de 28.12.00	Autoriza o Executivo a celebrar Contrato de Repasse com a União Federal através da CEF, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Morar Melhor – Saneamento Básico.
Lei n.º 3.570	de 29.12.00	Autoriza o Executivo Municipal celebrar dois Contratos de Repasse com o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, através da CEF, objetivando a execução de projetos de infra-estrutura do desporto.
Lei nº 4.792	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (Loteamentos)
Lei n.º 4.827	de 03.03.08	Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (macrodrenagem Arroio Montenegro).
Lei n.º 5.006	de 29.12.08	Estabelece condições especiais para aprovação de projetos de edificações enquadradas no Programa de Financiamento de Imóveis com recursos do FGTS junto à CEF
Lei n.º 5.465	de 30.06.11	Contrata operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.140.755,27 (pavimentação das ruas Getúlio Vargas, Eng. Ernesto Zietlow e Selma Wallauer)
Lei n.º 5.885	de 20.01.14	Doa à Caixa Econômica Federal, em nome do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, área de sua propriedade para operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida.

Lei n.º 5.886 de 20.01.14 Altera a redação do art.2.º da Lei n.º 5.122 que estabelece condições especiais para aprovação de projetos de edificações enquadradas no programa Minha casa Minha vida.

CAIS RIO CAÍ

Lei n.º 5.576 de 20.01.12 Denomina PORTO DAS LARANJEIRAS o Cais do Porto do Rio Caí.

Lei n.º 5.666 de 06.07.12 Firma convênio com R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda. de R\$ 5.000,00 (Resgate Histórico do Cais de Montenegro)

CALÇADAS - RUAS

Lei n.º 1.971 de 13.12.73 Dispõe sobre loteamentos e dá outras providências.

Lei n.º 2.354 de 24.08.84 Dá nova redação a artigos da Lei nº 1971/73.

Lei n.º 3.384 de 01.03.99 Autoriza o Executivo a instituir o Programa de Parceria Comunitária.

Lei n.º 5.565 de 30.12.11 Abre crédito especial de R\$ 330.000,00 (Revitalização do Cais – Recuperação Talude)

CALÇAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS

Lei n.º 3.956 de 20.10.03 Autoriza o Executivo a reduzir valor de metas constantes na LDO 2003. (Calçamento com microdrenagem da Rua Licínio Faustino da Silva e Saneamento Básico, Pavimentação e calçamento do Bairro Imigração)

Lei n.º 4.070 de 24.05.04 Exclui metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2004 (calçamento e microdrenagem em ruas do Bairro Germano Henke)

Lei n.º 4.074 de 31.05.04 Exclui meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2004.

		(calçamento e microdrenagem da rua Curitiba)
Lei n.º 4.103	de 30.07.04	Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, no máximo, 7,38% do custo da obra de calçamento da rua Goiânia.
Lei n.º 4.104	de 30.07.04	Autoriza o Executivo recuperar, através de Contribuição de Melhoria, no máximo, 7,37% do custo da obra de pavimentação da Avenida Itália.
Lei n.º 4.115	de 06.09.04	Autoriza o Executivo firmar Convênio com a CORSAN. (troca de rede de água da Avenida Itália)
Lei n.º 4.302	de 03.11.05	Autoriza o Executivo a recuperar, através de contribuição de melhoria, 56,76% do custo da obra de capeamento asfáltico da Rua Fernando Ferrari.
Lei n.º 4.303	de 03.11.05	Autoriza o Executivo a recuperar, através de contribuição de melhoria, 31,49% do custo da obra de calçamento da Rua Boa Vista.
Lei n.º 4.336	de 05.12.05	Autoriza o Executivo a recuperar, através de contribuição de melhoria, 68,82% do custo da obra de calçamento da Rua Getúlio Vargas.
Lei n.º 4.346	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 47,97% do custo da obra do calçamento da Rua Emílio Leiphitz.
Lei n.º 4.359	de 27.12.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial de R\$ 83.634,32 (calçamento da Rua Capitão Cruz).
Lei n.º 4.371	de 30.12.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO/05 e abrir crédito de R\$ 252.766,02 (calçamento da Rua Licínio Faustino da Silva)
Lei n.º 4.687	de 30.07.07	Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 62,12% do custo da obra de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Heitor Müller.

Lei nº 4.826	de 03.03.08	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 69.628,74 (calçamento Rua Salvador).
Lei nº 5.204	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 1.170.012,25 (obras rua Antônio Ignácio O. Filho – B. Aeroclube)
Lei nº 5.205	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 307.335,44 (capeamento asfáltico da rua Cap. Cruz)
Lei nº 5.208	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 142.393,81 (microdrenagem e calçamento da Rua Canadá)
Lei nº 5.378	de 30.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 1.000.000,00 (revitalização vias centrais)
Lei nº 5.379	de 30.12.10	Contrata operação de crédito com a Caixa Estadual RS para ampliação da infraestrutura urbana, inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 2.480.000,00 (pavimentação de ruas)
Lei n.º 5.397	de 11.03.11	Inclui atividade no PPA 2010-2013, ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 58.990,00 (Calçamento na localidade de Rua Nova)
Lei n.º 5.465	de 30.06.11	Contrata operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.140.755,27 (pavimentação das ruas Getúlio Vargas, Eng. Ernesto Zietlow e Selma Wallauer)
Lei n.º 5.540	de 09.12.11	Inclui ações na LDO 2012 e abre créditos especiais de R\$ 3.140.755,27 (microdrenagem e calçamento das ruas Eng. Ernesto Zietlow, Selma Wallauer e Getúlio Vargas)
Lei n.º 5.693	de 27.08.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 250.834,71 (microdrenagem e calçamento das ruas Coriolano Coelho de Souza e Ludwig Wagner)
Lei n.º 5.690	de 27.08.12	Abre crédito especial de R\$ 343.100,00 (conclusão obras Estrada Reynaldo Hörle).
Lei n.º 5.710	de 19.10.12	Ratifica convênio com a METROPLAN, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 974.692,12.

Lei n.º 5.714	de 22.10.12	Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)
Lei nº 5.982	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 73.990,90 (Infraestrutura Rua 01 – Loteamento Francez).
Lei nº 5.984	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 1.638.011,39 (Pavimentação das ruas Selma Wallauer e Ernesto Zietlow)
Lei nº 5.985	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 1.502.743,88 (Pavimentação da rua Getúlio Vargas)
Lei n.º 6.044	de 05.12.14	Inclui programa no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 15.200,00 (projetos de infraestrutura urbana de diversas ruas).
Lei n.º 6.190	de 24.07.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (Amortização do PAC - pavimentação da Rua Getúlio Vargas).
Lei n.º 6.191	de 24.07.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (Amortização do PAC - pavimentação das Ruas Selma Wallauer e Ernesto Zietlow).

CALENDÁRIO DE EVENTOS

Lei n.º 3.106	de 15.12.95	Aprova o Calendário de Eventos do Município.
Lei n.º 3.377	de 31.12.98	Dispõe sobre o Calendário Anual de Eventos.
Lei n.º 3.708	de 04.03.02	Inclui o "Dia da Bíblia" no Calendário de Eventos do Município.
Lei n.º 3.719	de 01.04.02	Altera redação do art. 3º da Lei n.º 3.377/98.
Lei n.º 4.676	de 13.07.07	Institui o Dia Municipal do Desafio. (última quarta-feira de maio)

Lei nº 4.979	de 20.11.08	Institui a Semana Municipal de Luta Contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
Lei nº 4.995	de 08.12.08	Institui a Semana Municipal de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.
Lei nº 5.020	de 12.01.09	Institui a Semana Municipal da Consciência Negra.
Lei nº 5.354	de 22.11.10	Institui a Semana Municipal do Idoso em Montenegro.
Lei n.º 5.442	de 07.06.11	Institui a "SEMANA MUNICIPAL DA ÁGUA" no Município de Montenegro/RS
Lei n.º 5.519	de 1º.11.11	Institui a "SEMANA MUNICIPAL DO HIP HOP" no Município de Montenegro/RS
Lei n.º 5.583	de 02.02.12	Institui a "Semana Municipal de Combate e Prevenção ao Câncer de Mama."
Lei n.º 5.584	de 02.02.12	Institui a "Semana Municipal do Artesanato, declara a data de 19 de março como "Dia do Artesão."
Lei n.º 5.638	de 11.06.12	Institui o Dia Municipal de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho)
Lei n.º 5.689	de 23.08.12	Institui o Dia da Trilha da Bergamota.
Lei n.º 5.704	de 02.10.12	Institui a Feira de Troca de Livros de Montenegro, que ocorrerá, anualmente, no mês de Novembro.
Lei n.º 5.729	de 18.12.12	Institui o "Dia de Proteção e Bem Estar dos Animais" no Município de Montenegro/RS.
Lei n.º 5.739	de 08.01.13	Institui o Dia da Festa do Imigrante e da Festa da Bergamota Montenegrina.
Lei n.º 5.742	de 13.02.13	Institui o Dia da Festa de Kerb na localidade de Santos Reis – Montenegro.
Lei n.º 5.746	de 27.02.13	Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 30.000,00 (1.º Rodeio Crioulo Cidade de Montenegro).
Lei n.º 5.747	de 08.03.13	Institui a Semana da Mulher Montenegrina e dá outras providências (e o Dia da Mulher)

Lei n.º 5.767	de 19.04.13	Firma convênio com a Associação Amigos da Fundarte como entidade Coordenadora e Executora da 1ª Festa da Integração dos Filhos de Montenegro
Lei n.º 5.820	de 14.09.13	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 49.645,26 (12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.873	de 30.12.13	Altera redação do art.1.º da Lei n.º 5.820/13-convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina de R\$ 49.645,26.
Lei n.º 5.898	de 14.03.14	Institui o Dia da Literatura Montenegrina.
Lei n.º 5.908	de 04.04.14	Acrescenta o parágrafo único ao art. 1.º da Lei n.º 5.747/13, que institui a "Semana da Mulher Montenegrina", e dá outras providências.
Lei n.º 6.014	de 27.10.14	Institui a Semana da Paz no Município.
Lei nº 6.028	de 27.10.14	Firma convênio com CPM da Escola Técnica São João Batista para realização da 18ª Expotec, valor de R\$ 9.000,00
Lei nº 6.029	de 27.10.14	Firma convênio com CTG Presilha Crioula de R\$ 7.000,00-1ª Festa Campeira
Lei nº 6.064	de 30.12.14	Altera redação do art. 1º e acrescenta alínea "d" no inciso III do art. 1º da Lei nº 6.057/14-Plano de Auxílios e Subvenções 2015 (Kerb de Santos Reis-Soc. Cultural Benef. Esp. Santos Reis)
Lei nº 6.074	de 23.02.15	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina ATM no valor de R\$ 50.000,00 (Rodeio Integração).

CALENDÁRIO FISCAL

Lei n.º 1.583	de 13.10.64	Institui o Calendário Fiscal para a cobrança de tributos municipais, bem como a correção monetária para os débitos.
---------------	-------------	---

Lei n.º 1.675	de 18.05.66	Dá nova redação ao art. 2º da Lei 1.583/64.
Lei n.º 1.719	de 21.12.66	Institui o Calendário Fiscal para cobrança monetária para os débitos.
Lei n.º 1.839	de 23.03.70	Altera Lei nº 1.719/66 (Imposto Predial).

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL

Lei n.º 3.831	de 22.11.02	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Montenegro.
Lei n.º 3.942	de 15.09.03	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003 – SMIC/Projeto Abrace Montenegro.
Lei n.º 4.011	de 30.12.03	Acrescenta o art. 3ºA à Lei 3.942/03.
Lei n.º 4.140	de 16.11.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 20.000,00 – SMIC/CDL – Campanha 2004 – Abrace Montenegro.
Lei n.º 4.425	de 05.04.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a CDL para realização da ExpoMonte, abrir crédito especial de R\$ 100.000,00 e excluir e incluir ações no PPA 2006/9.
Lei n.º 4.987	de 01.12.08	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.000,00 e a firmar convênio com CDL (Promoção de Natal)
Lei n.º 5.184	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 30.000,00 e firma convênio c/ Câmara de Dirigentes Lojistas de Montenegro – CDL (Promoção Sorte de Natal)

CÂMARA MUNICIPAL

Lei n.º 1.254	de 22.08.61	Autoriza a construção de um pedestal na Praça Rui Barbosa, destinado à colocação do busto do eminente estadista Getúlio Dorneles Vargas.
---------------	-------------	--

Lei n.º 2.112	de 27.10.78	Cria cargos no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara.
Lei n.º 2.228	de 04.11.81	Cria cargo de Assistente Legislativo na Câmara Municipal.
Lei n.º 2.293	de 25.03.83	Altera o art. 1º da Lei nº 2.112/78.
Lei n.º 2.342	de 08.06.84	Revoga a Lei nº 2.293/83.
Lei n.º 2.353	de 24.08.84	Revoga o art. 2º e seu parágrafo único e dá nova redação ao art. 3º da Lei 2.112/78.
Lei n.º 2.415	de 28.05.86	Revoga a Lei n.º 2.228/81.
Lei n.º 2.446	de 18.12.86	Reorganiza o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da Câmara Municipal, cria cargo de escriturário e dá outras provid.
Lei n.º 2.490	de 08.12.87	Institui a verba de Encargos Gerais de Gabinete e dá outras providências.
Lei n.º 3.315	de 11.08.98	Fixa os subsídios dos Vereadores. (Inconst.)
Lei n.º 3.543	de 27.09.00	Fixa o subsídio dos Vereadores de Montenegro para a Legislatura 2001/2004.
LC n.º 3.615	de 05.07.01	Reorganiza o quadro de pessoal do Poder Legislativo de Montenegro.
Lei n.º 3.619	de 06.07.01	Autoriza o Legislativo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um motorista.
Lei n.º 3.620	de 06.07.01	Autoriza a contratação temporária de um Assistente Legislativo Administrativo.
Lei n.º 3.621	de 06.07.01	Autoriza a contratação temporária de um Encarregado de Serviços Gerais.
LC n.º 3.705	de 16.01.02	Altera dispositivo da Lei Complementar 3.615/01 – Reorganiza os quadros de pessoal
Lei n.º 3.735	de 20.05.02	Altera redação do art. 2º da Lei nº 3.543/00.
Lei n.º 3.815	de 17.10.02	Altera redação do art. 2º da Lei nº 3.543/00.

Lei n.º 3.899	de 13.06.03	Altera redação do art. 2º da Lei n.º 3.543/00.
Lei n.º 3.912	de 08.07.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir meta constante na LDO 2003 (construção do prédio da Câmara p/construção de Creche no Bairro Ferroviário.
Lei n.º 3.971	de 14.11.03	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3543/00, que fixa o subsídio dos Vereadores de Montenegro.
L.C. n.º 3.972	de 14.11.03	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Legislativo de Montenegro.
Lei n.º 3.991	de 12.12.03	Institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo Municipal.
Lei n.º 4.018	de 20.01.04	Fixa remuneração dos vereadores de Montenegro - Legislatura 2005/2008.
L.C. n.º 4.021	de 21.01.04	Cria mais dois cargos de Assistente Legislativo e Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído p/LC 3.615/01.
Lei n.º 4.036	de 19.03.04	Altera redação do art. 2.º da Lei 3.543/00.
L.C. n.º 4.037	de 19.03.04	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Poder Legislativo de Montenegro.
Lei n.º 4.055	de 26.04.04	Exclui meta constante na LDO 2004 (Construção do prédio da Câmara" para "Coral Santos Reis", "Semana Farroupilha", "Bolamar e Everest" e "Horas-máquina p/ agricultores".
LC n.º 4.062	de 04.05.04	Altera o CC/FG atribuído ao Cargo de Assessor de Comunicação do Quadro de Cargos em Comissão/Função Gratificada do Poder Legislativo de Montenegro – artigo 4.º da Lei Complementar 3615/01.
LC n.º 4.150	de 27.12.04	Altera o CC/FG atribuído ao cargo de Secretário Geral, instituído pela LC 3.615/04.
Lei n.º 4.151	de 27.12.04	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente, um encarregado de serviços gerais.

Lei n.º 4.162	de 28.01.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 569,96.
Lei n.º 4.163	de 14.02.05	Altera redação do § 4º, acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei 3.966/03.
Lei n.º 4.177	de 15.03.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 10.000,00 (despesas passagens e locomoção).
LC n.º 4.190	de 15.04.05	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo.(repos. 8%)
Lei n.º 4.235	de 11.07.05	Altera redação art. 4º da Lei 3.991/03 que institui o Programa de Vale Alimentação aos servidores do Legislativo.
LC n.º 4.238	de 15.07.05	Cria o Departamento de Pessoal e de Processamento da Folha de Pagamento na Secretaria da Câmara.
LC nº 4.239	de 15.07.05	Cria 1 (um) cargo de Diretor do Departamento de Pessoal e de Processamento da Folha de Pagamento na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores.
LC nº 4.240	de 15.07.05	Altera CC/FG atribuído ao Cargo de Assessor Legislativo/ Administrativo, Quadro de Cargos do Legislativo, instituído pela LC 3615/01.
LC n.º 4.301	de 01.11.05	Cria mais um cargo de Assistente Legislativo e Administrativo no Quadro da Câmara, conforme LC nº 3.615/01.
Lei n.º 4.345	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (melhorias prédio Câmara-Usina).
Lei n.º 4.364	de 30.12.05	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente um Encarregado de Serviços Gerais.
LC n.º 4.381	de 06.01.06	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Legislativo de Montenegro.

Lei n.º 4.383	de 19.01.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 1.000,00– Contrat. Encarreg. Serv. Gerais.
Lei n.º 4.395	de 01.03.06	Autoriza o Executivo excluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (obras e equipamentos prédio Usina).
Lei n.º 4.398	de 02.03.06	Revoga artigo 5º da Lei 4.018/04 que fixa remuneração dos Vereadores para Legislatura 2005/2008 (Extingue Pagamento Sessão Extraordinária).
Lei n.º 4.447	de 09.05.06	Dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal.
Lei n.º 4.448	de 09.05.06	Autoriza o Legislativo a contratar, temporária e administrativamente, dois Assistentes Legislativos e Administr.
Lei n.º 4.571	de 29.11.06	Autoriza o Legislativo Municipal a firmar convênio com a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montenegro (Publicação Revista).
Lei n.º 4.584	de 18.12.06	Altera art. 2º da Lei nº 4.448/06, que autoriza o Legislativo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 2 Assistentes Legislativos e Administrativos.
Lei n.º 4.604	De 02.02.07	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente um encarregado de serviços gerais.
Lei n.º 4.616	de 07.03.07	Cria 10 cargos de Assessor Parlamentar no Quadro de Cargos em Comissão/Funções Gratificadas do Legislativo, cfe. LC n.º 3615/01.
Lei n.º 4.639	de 16.04.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 120.000,00 (elevador)
LC n.º 4.643	de 18.04.07	Dispõe sobre revisão geral dos vencimentos do pessoal do Legislativo (3,5%).
Lei n.º 4.646	de 26.04.07	Altera a redação do art. 4º da Lei n.º 3.991/03, que institui o Programa de Vale Alimentação aos servidores do Legislativo – R\$ 10,00.

Lei nº. 4.685	de 30.07.07	Altera redação do Anexo I da Lei 4.616/07, de 07/03/07, que criou 10 cargos de Assessor Parlamentar.
Lei n.º 4.753	de 26.10.07	Altera a L 3.991/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 12,00)
Lei n.º 4.770	de 05.12.07	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente 1 Encarregado de Serviços Gerais
Lei nº 4.839	de 31.03.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 34.277,34 (Aditivo elevador Câmara)
LC nº 4.841	de 31.03.08	Dispõe s/ revisão geral de vencimentos do pessoal Legislativo (5,5%)
Lei n.º 4.844	de 31.03.08	Altera redação do art. 4º Lei 3.991/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação Legislativo. (R\$ 14,00)
Lei n.º 4.880	de 23.05.08	Dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal.
Lei n.º 5.014	de 29.12.08	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente 1 Encarregado de Serviços Gerais
Lei n.º 5.052	de 30.03.09	Dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal e revoga Lei n.º 4.880/08
Lei n.º 5.215	de 30.12.09	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente 1 Encarregado de Serviços Gerais.
LC nº 5.256	de 16.04.10	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do município (6,50%)
Lei n.º 5.260	de 26.04.10	Institui a Comissão Permanente de Licitações na Câmara de Vereadores.
Lei n.º 5.293	de 14.07.10	Altera redação do art. 4.º da Lei nº 3.991, de 12/12/2003, que institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 15,50)
Lei nº 5.347	de 22.10.10	Desafeta imóvel e concede cessão de direito real de uso à Câmara Municipal (construção nova sede)

LC n.º 5.419	de 19.04.11	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município (reajuste de 6%)
Lei n.º 5.494	de 16.08.11	Altera a redação do art. 4.º da Lei 3.991/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 16,50)
LC n.º 5.530	de 18.11.11	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro (reajuste de 2%)
Lei n.º 5.599	de 16.03.12	Abre crédito especial de R\$ 500,00 (Câmara de Vereadores – Obrigações patronais P. Física)
Lei n.º 5.601	de 20.03.12	Altera a redação do § 1.º e do <i>caput</i> do art. 4.º da Lei n.º 5.052/09, que dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal.
LC n.º 5.605	de 27.03.12	Altera redação do anexo que trata sobre a atribuição do cargo de Assessor de Comunicação, instituído pela LC n.º 3.615/01, que reorganiza o quadro de pessoal do Poder Legislativo
LC n.º 5.607	de 09.04.12	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro (reajuste 7%)
Lei n.º 5.611	de 09.04.12	Altera redação art. 4.º da Lei n.º 3.991/03–Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 18,50)
Lei n.º 5.621	de 25.04.12	Altera a redação do inciso I do art. 5.º da Lei n.º 5.052/09, que dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal.
Lei nº 5.682	de 06.08.12	Dispõe sobre a fixação do subsídio dos Vereadores p/ Legislatura 2013-2016
Lei n.º 5.712	de 22.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (aquisição veículo p/ Câmara de Vereadores).
LC n.º 5.761	de 15.04.13	Cria mais um cargo de Assistente Legislativo a Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 3.615/2001.

LC n.º 5.763	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Legislativo (8%)
Lei n.º 5.766	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores (2%)
Lei n.º 5.817	de 09.09.13	Denomina de Espaço Cultural André Zanatta o hall de entrada da Câmara Municipal de Vereadores.
Lei n.º 5.821	de 13.09.13	Autoriza a firmar termo de repasse com Alexandre Ferraz da Conceição e Jade Bandeira Kuhn. (Milset Expo-Sciences International 2013)
Lei n.º 5.876	de 09.01.14	Altera redação do art. 4.º da Lei n.º 3.991/03-Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo Municipal
LC nº 5.913	de 15.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro (7%).
Lei n.º 5.955	de 28.07.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 e firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO (Recurso Câmara)
Lei n.º 6.060	de 30.12.14	Institui Turno Único no serviço da Câmara Municipal
Lei nº 6.102	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo (8%).
Lei nº 6.103	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro (7,55%).

CAMELÔS

LC n.º 2.319	de 28.11.83	Acrescenta um parágrafo (6º) ao art. 260 da Lei 2.118/78.
LC n.º 2.328	de 21.12.83	Acrescenta dois parágrafos (6º e 7º) ao art. 260 da Lei 2.119/78 e revoga Lei 2.319/83.
LC n.º 2.960	de 13.12.93	Transforma o parágrafo único em § 1º e acrescenta o § 2º ao art. 145, alterando,

		também, o § 6º do art. 260 da Lei 2.119/78.
LC n.º 3.396	de 07.06.99	Altera a redação do art. 3º da LC 2.960/93.
LC n.º 4.143	de 06.12.04	Altera a redação do § 6º do art. 260 da LC 2.119/78 – dispõe sobre o Código de Posturas do Município.

CANALIZAÇÃO DE ARROIOS

Lei nº 4.827	de 03.03.08	Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (macrodrenagem Arroio Montenegro)
Lei nº 4.867	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação no PPA 2006-2009, a incluir crédito espec no vlr. de R\$ 4.392.049,24 – Macrodrenagem Arroio Montenegro
Lei nº 5.211	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem do Arroio São Miguel)
Lei nº 5.243	de 22.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.437.085,18 (macrodrenagem do Arroio Montenegro)
Lei nº 5.296	de 20.07.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 65.000,00 (Canalização do Arroio no Cemitério Municipal)
Lei n.º 5.466	de 30.06.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 5.127.415,57 (Macro drenagem do Arroio São Miguel)
Lei n.º 5.577	de 24.01.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem Arroio São Miguel).
Lei n.º 5.644	de 18.06.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 461.000,00 (galerias pluviais Arroio Montenegro)

CANCELAMENTOS

Lei n.º 610	de 24.11.53	Cancela lançamentos e autoriza o Executivo.
-------------	-------------	---

Lei n.º 892 de 18.04.56	Autoriza o Poder Executivo a cancelar débitos de tributos em casos plenamente justificados.
Lei n.º 1.084 de 27.01.59	Cancela lançamentos referentes à Taxa de Calçamento.
Lei n.º 2.282 de 26.11.82	Cancela dívida de Denizar Alff Soares, referente ao ISSQN.
Lei n.º 2.283 de 26.11.82	Cancela dívida de Cneu Garcia dos Santos, referente ao ISSQN.
Lei nº 2.610 de 13.11.89	Cancela débitos de valor igual ou inferior a NCz\$ 0,50, lançados até 31.12.87.
Lei n.º 5.521 de 1º.11.11	Autoriza o não-ajuizamento e o posterior cancelamento de créditos tributários e não-tributários.

CAPACETE

Lei n.º 4.689 de 03.08.07	Proíbe o uso de capacete e similares em diversos estabelecimentos.
---------------------------	--

CARGOS PÚBLICOS

Lei n.º 4.422 de 05.04.06	Cria mais 1 (um) cargo de Chefe de Seção – CC/FG 04 - Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
Lei n.º 4.591 de 29.12.06	Cria mais 1 cargo de Psicólogo e mais 1 cargo de Assistente Social no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC nº 2.636/90
Lei n.º 4.605 de 12.02.07	Cria mais 2 cargos de Nutricionista no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90, Plano de Carreira
Lei n.º 4.616 de 07.03.07	Cria 10 cargos de Assessor Parlamentar no Quadro de Cargos em Comissão/Funções Gratificadas do Legislativo, cfe. LC n.º 3.615/01

Lei n.º 4.640	de 16.04.07	Cria mais 2 cargos de psicólogo, instituído pela LC n.º 2.636/90- (Plano de Carreira dos Servidores)
Lei n.º 4.685	de 30.07.07	Altera redação do Anexo I da Lei 4.616/07, de 07/03/07, que criou 10 cargos de Assessor Parlamentar.
Lei n.º 4.740	de 16.10.07	Cria mais 19 cargos de Guarda Municipal, instituídos pela LC 2.636/90.
Lei n.º 4.747	de 22.10.07	Cria cargo de Assessor Técnico CC/FG 06 no quadro de cargos e funções gratificadas.
Lei n.º 4.765	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a criar mais 35 cargos de Professor Área I no Quadro do Magistério, instituído pela LC 3943/03.
Lei n.º 4.766	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a criar 45 cargos de Assistente e 25 cargos de Auxiliar de Serviços Escolares-Efetivos.
Lei n.º 4.767	de 04.12.07	Cria mais 2 cargos de Técnico de Enfermagem-Efetivos.
Lei n.º 4.813	de 18.02.08	Cria mais 1 cargo de Diretor de Dto., mais 2 cargos de Chefe de Turma e extingue 1 cargo de Chefe de Serviço no Quadro de CC's e FG's.
Lei n.º 4.874	de 19.05.08	Cria cargo de Atendente de Farmácia, P 3, no Quadro de Cargos de Prov Efetivo no Plano de Carreira dos Serv.
Lei nº 4.907	de 14.07.08	Aut. o Exec. a alterar a redação do art. 2.º da LC 3649/01, que cria 01 cargo de Chefe de Serviço de Informática – CC/FG 06 e extingue o cargo de Chefe de Serviço de Atendimento Laboratorial – na SMSAS.
Lei nº 4.908	de 14.07.08	Aut. Exec. a transferir o cargo de Chefe de Serviço de Informática – CC/FG 06 da SMSAS p/ a SMAP, L n.º 3360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei nº 4.928	de 04.08.08	Cria o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, P 08, no Quadro de Cargos de Prov Efetivo, LC 2636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.

Lei nº 5.026	de 26.10.09	Autoriza o Executivo a criar p cargo de Terapeuta Ocupacional, Padrão 10 no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.054	de 08.04.09	Cria o cargo de Assessor Técnico – CC/FG 08 no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas
Lei nº 5.116	de 27.07.09	Altera art. 20 e extingue cargos da LC 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores
LC nº 5.217	de 30.12.09	Cria cargos de Professor e Apoio Pedagógico no Quadro do Magistério, instituído pela LC 3.943/03.
LC nº 5.218	de 30.12.09	Cria mais 20 cargos de Assistente de Escola e 04 cargos de Secretário de Escola no quadro de cargos de provimento efetivo-LC 2.636/90.
LC nº 5.245	de 30.03.10	Cria cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC nº 5.278	de 14.06.10	Cria o cargo de Assistente Administrativo, Padrão 07, no quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC nº 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.299	de 26.07.10	Cria 05 cargos de Assessor Especial I – CC/FG 10, altera nomenclatura e extingue 01 cargo de Assessor Especial e 04 cargos de Assessor Técnico no quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da LC 2.636/90- Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.336	de 04.10.10	Cria mais 02 cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – LC 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores
LC n.º 5.337	de 04.10.10	Cria mais um cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, Padrão 8, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo - LC 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores

LC n.º 5.369	de 17.12.10	Altera o coeficiente de vencimentos dos Padrões 01 e 10 previstos no art. 24 da LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.373	de 20.12.10	Cria mais cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Odontólogo no Quadro de Cargos-LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.384	de 30.12.10	Altera art. 1º da LC n.º 5.369/10, que altera o coeficiente de vencimentos dos Padrões 01 e 10 previstos no art. 24 da LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.444	de 13.06.11	Cria mais 1 cargo de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.460	de 20.06.11	Cria 1 cargo de Auxiliar de Consultório Dentário no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.462	de 20.06.11	Cria cargos de Médico, Odontólogo, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.469	de 30.06.11	Cria cargos de Professor Área I e II no Quadro do Magistério, instituído pela LC n.º 3.943/03.
LC n.º 5.470	de 30.06.11	Cria cargos de Assistente de Escola no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.496	de 22.08.11	Cria mais um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.500	de 05.09.11	Cria um cargo de Contador no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.

LC n.º 5.506	de 26.09.11	Cria um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.538	de 09.12.11	Cria dois cargos de Procurador no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.546	de 19.12.11	Cria um cargo de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores
LC n.º 5.581	de 24.01.12	Cria três cargos de Odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.663	de 06.07.12	Cria 01 cargo de Agente Fiscal, Padrão 09, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90–Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.664	de 06.07.12	Cria 06 cargos de Assistente Administrativo, Padrão 07, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90–Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.700	de 02.10.12	Extingue o cargo de Agente Sanitário e altera as especificações do cargo de Agente Fiscal no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.738	de 28.12.12	Estabelece a Lei da Ficha Limpa, disciplina as nomeações para cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 5.741	de 22.02.13	Estabelece a Lei da Ficha Limpa, disciplina as nomeações para Cargos em Comissão no âmbito do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.
LC n.º 5.759	de 15.04.13	Cria um cargo de Assistente Social no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.

LC n.º 5.761	de 15.04.13	Cria mais um cargo de Assistente Legislativo a Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 3.615/2001.
LC n.º 5.780	de 07.06.13	Cria dois cargos de Auxiliar de Consultório Dentário no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo - LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5818	de 10.09.13	Cria quatro cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargo de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5823	de 16.09.13	Cria três cargos de Enfermeiro no Quadro de Cargo de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5847	de 29.10.13	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.901	de 19.03.14	Institui o Plano de Carreira dos Servidores Efetivos e estabelece os Quadros de Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Vereadores de Montenegro/RS.
Lei nº 5.904	de 24.03.14	Cria cargos de Professor Área I e Área II no Quadro do Magistério, instituído pela LC n.º 3.943/03.
Lei nº 5.910	de 07.04.14	Cria cargos de Assistente de Escola e Auxiliar de Serviços Escolares no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.919	de 28.04.14	Cria um cargo de pedreiro no Quadro de Cargo de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.939	de 04.07.14	Cria três cargos de técnico de enfermagem no Quadro de Cargo de Provimento Efetivo, instituído pela LC

		n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.940	de 04.07.14	Cria quatro cargos de Enfermeiro no Quadro de Cargo de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.941	de 04.07.14	Cria um cargo de técnico em enfermagem no Quadro de Cargo de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.942	de 04.07.14	Cria um cargo de farmacêutico no Quadro de Cargo de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.943	de 04.07.14	Cria um cargo de auxiliar de consultório dentário no Quadro de Cargo de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.965	de 18.08.14	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.978	de 08.09.14	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.979	de 08.09.14	Cria dois cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.980	de 08.09.14	Cria três cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.991	de 16.09.14	Cria um cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC

		n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.033	de 10.11.14	Abre crédito especial e cria 05 cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC 2.636/90.
LC n.º 6.034	de 10.11.14	Cria 01 cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC 2.636/90.
LC n.º 6.035	de 10.11.14	Cria 01 cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC 2.636/90.
LC n.º 6.045	de 05.12.14	Cria 02 cargos de Técnico de Segurança do Trabalho no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC n.º 2.636/90
LC n.º 6.047	de 05.12.14	Cria 01 cargo de Atendente de Farmácia, Padrão 3, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.082	de 09.03.15	Cria um cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.086	de 16.03.15	Cria dois cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.087	de 16.03.15	Cria 1 (um) cargo de Odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.109	de 27.04.15	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.116	de 21.05.15	Cria cargos de Assistente de Escola no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.117	de 21.05.15	Cria cargos de Professor Área I e Área II no Quadro do Magistério, instituído pela LC n.º 3.943/03.

LC n.º 6.118	de 29.05.15	Cria 1 (um) cargo de Assistente Administrativo e 3 (três) cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.192	de 24.07.15	Cria 1 (um) cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.193	de 24.07.15	Cria 2 (dois) cargos de Arquiteto no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.194	de 24.07.15	Cria 2 (dois) cargos de Operador de Máquina Rodoviária no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.223	De 26.10.15	Autoriza o Executivo Municipal a criar 01 (um) cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636, de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.228	De 27.11.15	Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município; estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências.

CARNAVAL

Lei n.º 5.386	de 25.01.11	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de R\$ 40.000,00 (Carnaval 2011)
Lei n.º 5.569	de 30.12.11	Repassa recursos à AESM, no valor de R\$ 12.000,00, mediante Termo para cobertura de déficit do projeto "Carnaval 2011".
Lei n.º 5.582	de 24.01.12	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro–AESM no valor de 53.000,00 (Carnaval 2012).

Lei n.º 5.745 de 15.02.13 Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro de R\$ 50.000,00 (Carnaval 2013).

Lei nº 6.010 de 16.10.14 Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro de R\$ 80.000,00 (Carnaval 2015)

CARROÇAS

Lei n.º 4.431 de 19.04.06 Cria o Sistema de controle ao transporte com tração animal e disciplina o transporte de animais no Município.

CARRINHOS DE LOMBA

Lei n.º 2.938 de 10.09.93 Regulamenta o trânsito de bicicletas e o uso de carrinhos de lomba, skates e brinquedos similares.

CASA DO PRODUTOR RURAL

Lei n.º 4.386 de 19.01.06 Autoriza o Executivo a alterar e incluir ação em Programa do PPA, incluir ações na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 300.000,00.

Lei n.º 4.460 de 29.05.06 Autoriza o Executivo excluir ações da LDO 2006 – SMAM (aquis.equip. e reforma prédios públicos p/Casa Produtor Rural).

Lei n.º 4.564 de 21.11.06 Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 9.700,00 (SMAM – aquisição equipamentos p/Casa Produtor Rural).

Lei n.º 4.577 de 08.12.06 Cria a Casa do Produtor Rural de Montenegro.

Lei n.º 4.609 de 22.02.07 Inclui o art. 3.º e o inciso II ao art. 5.º da Lei n.º 4.577/06, cria a Casa do Produtor Rural de Montenegro.

Lei n.º 4.905 de 07.07.08 Autoriza o Executivo excluir ação na LDO/08 (reforma da SI de Reuniões e Reforma Prédio Casa do Produtor)-

CEDÊNCIAS

Lei n.º 2.512 de 19.09.88 Autoriza o Executivo Municipal a ceder funcionários da administração.

Lei n.º 2.522 de 17.11.88 Autoriza a cedência de até 30 professores com ônus para o município e dá outras prov.

Lei n.º 2.561 de 24.04.89 Autoriza cedência de 151 servidores municipais e dá outras provid.

Lei n.º 2.600 de 10.10.89 Autoriza o Município a associar-se e ceder professores à Associação Pró-Cultura e Educação Comum. de Montenegro – APCECM.

Lei n.º 2.626 de 15.12.89 Altera redação do caput do art. 3º da Lei 2.561/89.

Lei n.º 2.672 de 28.09.90 Cedência de servidores ao Escritório Regional da Junta Comercial do Estado.

Lei n.º 2.675 de 04.10.90 Fixa o prazo de cedência de professores à APCECM.

Lei n.º 2.682 de 26.10.90 Prorroga prazo de cedência de servidores municipais.

Lei n.º 2.708 de 22.02.91 Prorroga prazo de cedência de servidores municipais.

Lei n.º 2.733 de 25.07.91 Prorroga prazo de cedência de professores à APCECM.

Lei n.º 2.776 de 18.12.91 Prorroga o prazo de cedência de professores à APCECM.

Lei n.º 2.787 de 27.12.91 Prorroga prazo de cedência de servidores municipais.

Lei n.º 2.911 de 19.02.93 Prorroga prazo de cedência de servidores municipais.

Lei n.º 2.925 de 28.06.93 Autoriza o Executivo a ceder, em regime de comodato, à FEBEM, um imóvel de propriedade do município.

Lei n.º 2.927	de 02.07.93	Autoriza a cedência de servidora à APAE, entidade mantenedora da Escola de 1º Grau Incompleto Nossa Senhora Medianeira.
Lei n.º 2.978	de 18.02.94	Autoriza o Executivo a alterar a clausula 2ª (1.) do Convênio decorrente da Lei 2.600/89 e dá nova redação ao art. 2º da mesma Lei. (Escola Comunit. São José).
Lei n.º 2.982	de 18.02.94	Prorroga prazo de cedência de servidores municipais.
Lei n.º 2.983	de 09.03.94	Autoriza o Executivo a celebrar convênio e ceder 02 funcionários à Delegacia Regional do Trabalho – Ministério do Trabalho.
Lei n.º 3.047	de 31.03.95	Autoriza o Executivo a prorrogar prazo de cedência.
Lei n.º 3.049	de 06.04.95	Autoriza o Executivo a prorrogar prazo de cedência (APCECM).
Lei n.º 3.050	de 07.04.95	Autoriza o Executivo a prorrogar prazo de cedência (Escola Progresso).
Lei n.º 3.052	de 24.04.95	Autoriza a prorrogação de prazo de cedência (Lar do Menor).
Lei n.º 3.055	de 17.05.95	Autoriza a prorrogação do prazo de cedência (Junta Comercial do Estado)
Lei n.º 3.056	de 18.05.95	Autoriza assinatura de convênio para oficialização da cedência de um servidor para o PAM (Posto Atendimento Médico).
Lei n.º 3.058	de 22.05.94	Autoriza a prorrogação do prazo de cedência de um servidor para a Justiça Eleitoral – Cartório Eleitoral até 31.12.95.
Lei n.º 3.123	de 19.03.96	Autoriza prorrogação do prazo de cedência – Junta Comercial.
Lei n.º 3.128	de 27.03.96	Autoriza o Executivo Municipal a prorrogar o prazo de cedência.
Lei n.º 3.130	de 03.04.96	Autoriza o Executivo a prorrogar prazo de cedência – APCECM.

Lei n.º 3.157	de 25.09.96	Autoriza a prorrogação prazo de cedência de um servidor para a Justiça Eleitoral – Cartório Eleitoral, até 31.12.96.
Lei n.º 3.158	de 25.09.96	Autoriza o Executivo a prorrogar o prazo de cedência (6 servidores – APAE).
Lei n.º 3.159	de 25.09.96	Autoriza a prorrogação do prazo de cedência (3 servidores – Socied. Benef. Espiritualista)
Lei n.º 3.185	de 16.04.97	Autoriza prorrogação prazo de cedência – 2 servidores – Delegacia do Trabalho.
Lei n.º 3.186	de 17.04.97	Autoriza o Executivo prorrogar prazo de cedência (24 servidores à APCECM)
Lei n.º 3.187	de 17.04.97	Autoriza prorrogação prazo de cedência – 1 serv. P/Justiça Eleitoral – Cartório Eleitoral.
Lei n.º 3.188	de 17.04.97	Autoriza o Executivo a prorrogar prazo de cedência – 6 servidores à APAE.
Lei n.º 3.189	de 17.04.97	Autoriza prorrogação prazo de cedência - 2 servidores – Junta Comercial do Estado.
Lei n.º 3.190	de 23.04.97	Autoriza o Executivo prorrogar prazo de cedência – 2 servid. - Esc. Evang. Progresso.
Lei n.º 3.200	de 26.05.97	Autoriza prorrogação prazo cedência – 5 servidores - Soc. Benef. Espiritualista.
Lei n.º 3.244	de 29.12.97	Autoriza o Executivo prorrogar prazo de cedência – APAE.
Lei n.º 3.245	de 29.12.97	Autoriza o Executivo a prorrogar prazo de cedência – 3 servid. Soc. Benef. Espiritualista.
Lei n.º 3.246	de 29.12.97	Autoriza o Executivo prorrogar prazo de cedência – 1 servid. Esc. Evang. Progresso.
Lei n.º 3.249	de 30.12.97	Autoriza o Executivo prorrogar prazo de cedência – 2 servid. - Junta Comercial Estado.
Lei n.º 3.250	de 30.12.97	Autoriza Executivo prorrogar prazo de cedência – 1 servid. Deleg. Reg. Trabalho.

Lei n.º 3.251	de 30.12.97	Autoriza Executivo prorrogar prazo de cedência – 1 servid. Justiça Eleitoral-Cartório.
Lei n.º 3.252	de 30.12.97	Autoriza Executivo prorrogar prazo cedência – 18 servidores à APCECM.
Lei n.º 3.268	de 30.03.98	Autoriza cedência servidor para Justiça do Trabalho da 4ª Região.
Lei n.º 3.364	de 28.12.98	Autoriza o Executivo prorrogar prazo de cedência – 5 servidores à APAE.
Lei n.º 3.365	de 28.12.98	Autoriza Executivo prorrogar prazo de cedência – 03 servid.-Soc.Benef. Espiritualista.
Lei n.º 3.367	de 28.12.98	Autoriza prorrogar prazo de cedência – 01 servidor – Escola Evangélica Progresso.
Lei n.º 3.368	de 28.12.98	Autoriza prorrogar prazo de cedência-18 servidores à APCECM.
Lei n.º 3.369	de 28.12.98	Autoriza prorrogar prazo de cedência – 02 servid. – Junta Comercial do Estado.
Lei n.º 3.402	de 18.06.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com Estado RS, através da Secretaria de Educação - PRADEM.
Lei n.º 3.466	de 27.12.99	Autoriza o Executivo firmar convênio de colaboração com Sociedade Beneficente Espiritualista – cedência de 3 professores.
Lei n.º 3.468	de 27.12.99	Autoriza o Executivo firmar convênio de colaboração com a APAE – cedência 5 servid.
Lei n.º 3.477	de 31.12.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APCECM (cedência de até 18 servidores).
Lei n.º 3.479	de 31.12.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com Comunidade Evangélica Montenegro, mantenedora do Colégio Sinodal Progresso – cedência 01 professor.
Lei n.º 3.481	de 31.12.99	Autoriza o Executivo prorrogar prazo de cedência de 2 servidores para Junta Comercial do Estado.

Lei n.º 3.553	de 07.11.00	Autoriza Executivo firmar convênio c/ Estado – cedência 1 servidor – Junta Comercial.
Lei n.º 4.108	de 05.08.04	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APCECM – cedência de 13 servidores em 2004 e 11 em 2005.
Lei n.º 4.183	de 06.04.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com Tribunal Regional Eleitoral.
Lei n.º 4.198	de 29.04.05	Autoriza o Executivo a firmar Convênio com Tribunal de Justiça do Estado RS.
Lei n.º 4.328	de 23.11.05	Ratifica cedência de servidores e autoriza o Executivo firmar convênio (APAE).
Lei n.º 4.344	de 19.12.05	Ratifica a cedência de professores e autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 4.430	de 17.04.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com APCM – Cedência-Colégio São José.
Lei n.º 4.462	de 30.05.06	Ratifica cedência de servidores e autoriza Executivo renovar convênio com Tribunal de Justiça do Estado RS.
Lei n.º 4.626	de 26.03.07	Ratifica cedência de servidores e autoriza o Executivo firmar convênio com Tribunal de Justiça do Estado.
Lei nº 4.727	de 08.10.07	Ratifica cedência de professores e autoriza firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro
Lei nº 4.803	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Tribunal de Justiça do RS. (cedência servidores)
Lei n.º 4.932	de 08.08.08	Ratifica a cedência de professores e autoriza firmar convênio com a Assoc. Pró-cultura e Educação Comunitária (Instituto São José)
Lei n.º 5.059	de 14.04.09	Ratifica cedência de professores e autoriza firmar convênio com Associação Pró-Cultura e Educ. Comunitária de Montenegro
Lei n.º 5.229	de 18.02.10	Firma convênio c/ TJ/RS para cedência de 2 estagiários.

Lei n.º 5.234	de 1º.03.10	Firma convênio c/ Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro (cedência de professores Inst. de Educação São José)
Lei n.º 5.274	de 10.06.10	Firma convênio c/ a Defensoria Pública do RS p/ cedência de 02 estagiários.
Lei nº 5.391	de 21.02.11	Ratifica cedência de servidores e firma convênio com a APAE (5 professores e 1 auxiliar de serviços escolares)
Lei n.º 5.403	de 28.03.11	Ratifica a cedência de servidor e firma convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do RS
Lei n.º 5.424	de 27.04.11	Ratifica a cedência de servidores e firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista
Lei n.º 5.559	de 26.12.11	Ratifica convênio com o Estado do RS, através da Secretaria da Saúde. (Cedência do Servidor Cristiano Barreto Kochenborger – PIM)
Lei n.º 5.602	de 27.03.12	Ratifica a cedência de servidores e firma convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, com a interveniência da Junta Comercial do Estado e da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montenegro.
Lei n.º 5.720	de 20.11.12	Firma convênio com a Justiça Federal de Primeiro Grau-Seção Judiciária do RS para a locação de espaço físico e cedência de dois estagiários.
Lei n.º 5.832	de 27.09.13	Firma convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (cedência de 2 funcionários)
Lei nº 6.015	de 27.10.14	Firma convênio com o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (cedência de 1 servidor)
Lei nº 6.037	de 10.11.14	Firma convênio com o Poder Judiciário do Estado RS (cedência de 01 servidor)

CELETISTAS

Lei n.º 2.919	de 01.06.93	Fixa remuneração básica para servidores municipais celetistas com estabilidade.
Lei n.º 3.133	de 25.04.96	Concede aos servidores celetistas estáveis direito à Licença-Prêmio.
Lei n.º 3.168	de 20.11.96	Altera o enquadramento de servidor celetista estável e dá outras providências.
Lei n.º 3.691	de 27.12.01	Altera a redação do art. 4º e acrescenta § 1º e 2º à Lei nº 3.133/01.

CEMITÉRIOS

Lei n.º 3.470	de 27.12.99	Autoriza o Executivo a adquirir imóvel para ampliação do Cemitério Municipal.
Lei n.º 3.774	de 30.07.02	Autoriza Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 24.000,00 – inclui meta LDO 02 - construção 200 jazigos no Cemitério.
Lei n.º 3.973	de 18.11.03	Autoriza o Executivo a excluir meta constante na LDO 2003 (muro do Cemitério)
Lei n.º 3.974	de 18.11.03	Autoriza o Executivo a reduzir valor de meta constante na LDO 03 (jazigos para Cemitério).
Lei n.º 4.130	de 25.10.04	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 – SMVSU (construção de jazigos no cemitério).
Lei n.º 4.530	de 12.09.06	Acrescenta no Quadro de Usos que trata o artigo 1º da lei nº 2.095/78 – Plano Diretor, como não permitido na ZR2 – Cemitérios.
Lei nº 5.383	de 30.12.10	Exclui e inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 65.000,00 (construção de muro no Cemitério Municipal)
Lei n.º 5.724	de 07.12.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 32.500,00 (cercamento do Cemitério Municipal).

CENTRO ADMINISTRATIVO

Lei n.º 2.706 de 23.01.91 Institui premiação para criação do anteprojeto arquitetônico do Centro Administrativo e da Câmara de Vereadores de Montenegro.

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS I

Lei n.º 4.537 de 02.10.06 Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006-2009 e na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 92.523,00 – CAPS.

Lei nº 4.761 de 23.11.07 Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 01 Médico Psiquiatra e 01 Enfermeiro (CAPS).

Lei nº 4.992 de 08.12.08 Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, um médico psiquiatra e um enfermeiro para o CAPS I

Lei n.º 5.440 de 03.06.11 Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição de equipamento para o CAPS I)

Lei n.º 5.475 de 04.07.11 Abre crédito especial de R\$ 1.600,00 (passagens urbanas para pacientes do CAPS I)

Lei n.º 5.629 de 21.05.12 Contrata, temporária e administrativamente, 1 Psicólogo (CAPS I).

Lei n.º 5.6237 de 04.06.12 Abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (contratação de serviço técnico profissional - CAPS I)

Lei n.º 5.652 de 02.07.12 Convocação de profissionais para o regime suplementar de trabalho para atuação no CAPS, contratação temporária de 1 Médico Psiquiatra e abertura de crédito especial de R\$ 75.677,83.

Lei n.º 5.760 de 15.04.13 Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 2 (dois) Psicólogos (p/ atuarem na SMS/CAPS).

Lei n.º 5.814	de 26.08.13	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000,00 (referente ao bloco gestão do SUS)
Lei nº 6.000	de 08.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 48.000,00 (custeio CAPS I)
Lei n.º 6.227	De 23.11.15	Autoriza a convocação de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem para o regime suplementar de trabalho junto ao CAPS.

CENTRO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL DE MONTENEGRO

Lei n.º 2.830	de 09.06.92	Cria o Centro Assistencial e Educacional de Montenegro.
Lei nº 4.829	de 10.03.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/2007 e abrir crédito especial de R\$ 32.000,00 (aquisição veículo CAPSI).

CENTRO DE CONVIVÊNCIA (IDOSOS)

Lei n.º 4.777	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a <u>excluir</u> ação na LDO/07 (SMSAS-Centro de Convivência dos Idosos)
Lei nº 4.925	de 28.07.08	Autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui instalação de alarmes centro de convivência)
Lei n.º 5.824	de 16.09.13	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 61.928,11. (Centro de Convivência do PPV – Bairro Senai, indenização/restituição)

CENTRO DE SAÚDE

Lei nº 4.930	de 04.08.08	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, do Governo do Estado RS- Centro de Saúde – PSF).
--------------	-------------	--

CENTRO CULTURAL

Lei n.º 2.669	de 24.09.90	Denomina Teatro Roberto Atayde Cardona o auditório do Centro Cultural.
---------------	-------------	--

CENTRO DE EVENTOS

Lei n.º 5.531 de 18.11.11 Denomina Romeu Antônio Kirch o Centro de Eventos localizado no Parque Centenário Erny Carlos Heller

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

Lei n.º 4.952 de 29.09.08 Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 26.040,00 (centro de referência especializada de Assistência Social)

Lei n.º 4.965 de 20.10.08 Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (Projeto Semeando o Futuro – DAS/CRAS)

Lei n.º 5.082 de 25.05.09 Autoriza Executivo Municipal abrir crédito especial de R\$ 5.040,00 (material distribuição gratuita p/ campanha contra violência sexual infantil)

LC n.º 5.496 de 22.08.11 Cria mais um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.

Lei n.º 5.550 de 19.12.11 Inclui programas e ações no Plano Plurianual – PPA 2010-2013 (Secretarias – Renovação e ampliação de frota – CRAS – CREAS – Saúde da Mulher – Regionalização do Turismo – Pavimentação de vias urbanas: Rua Artidor Rodrigues da Costa – Rua Carlos Correa da Silva – Rua Adão Luiz Kauer – Via J)

Lei n.º 5.660 de 02.07.12 Contratação temporária e administrativa de 01 Psicólogo (SMHAD-CREAS)

Lei n.º 5.714 de 22.10.12 Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)

Lei n.º 5.756	de 11.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 2 (dois) Psicólogos (p/ atuarem no CREAS).
Lei n.º 5.930	de 06.06.14	Autoriza a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 100.000,00
Lei n.º 5.944	de 04.07.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 64.800,00 (serviço de conveniência e fortalecimento de vínculo)

CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

Lei nº 5.232	de 22.02.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (equipamentos p/ projetos CRAS)
Lei n.º 5.487	de 29.07.11	Abre crédito especial de R\$6.768,91 (saldo devolução convênio)
Lei n.º 5.493	de 15.08.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 1.316,11 (instalação de alarmes no CRAS e DASC).
LC n.º 5.496	de 22.08.11	Cria mais um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.550	de 19.12.11	Inclui programas e ações no Plano Plurianual – PPA 2010-2013 (Secretarias – Renovação e ampliação de frota – CRAS – CREAS – Saúde da Mulher – Regionalização do Turismo – Pavimentação de vias urbanas: Rua Artidor Rodrigues da Costa – Rua Carlos Correa da Silva – Rua Adão Luiz Kauer – Via J)
Lei n.º 5.592	de 05.03.12	Contrata, temporária e administrativamente, 01 Psicólogo e abre crédito especial (CRAS)
Lei n.º 5.679	de 03.08.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (aquisição de ar condicionado CRAS-Bolsa Família)
Lei n.º 5.695	de 31.08.12	Ratifica o Termo de Adesão ao PEAS, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de 10.571,00 (Projeto OASF – Orientação e Apoio Sócio-Familiar).

Lei n.º 5.852	de 11.11.13	Abre crédito Especial no valor de R\$ 8.000,00 (Aquisição de material de distribuição gratuita para o CRAS).
Lei n.º 5.962	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de 16.270,39 (FMAS – FEAS – Rede de Proteção Social Básica).
Lei n.º 6.136	de 29.06.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 38.000,00 (nomeação de um Terapeuta Ocupacional para atuar no CRAS).

CENTRO INFANTIL DE MONTENEGRO

Lei n.º 2.242	de 22.04.82	Cria o Centro Infantil de Montenegro.
Lei n.º 2.859	de 19.10.92	Altera a denominação do Centro Infantil, criado pela Lei 2.242/82 (Centro de Educação Infantil).
Lei n.º 3.235	de 07.11.97	Altera denominação do Centro de Educação Infantil, criado pela Lei 2.242/82 e alterado pela Lei 2.859/92 (Centro de Educação Infantil, Escola Maternal e Jardim de Infância Gente Miúda).

CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO POPULAR - CIEP

Lei n.º 2.759	de 28.10.91	Autoriza a doação de imóvel ao Estado do RS para construção de um CIEP.
Lei n.º 2.834	de 22.06.92	Altera a redação do art. 1º - Lei nº 2.759/91.
Lei n.º 2.899	de 28.12.92	Altera redação do art. 2º - Lei nº 2.759/91.

CENTRO TERAPÊUTICO SÃO FRANCISCO

Lei n.º 4.208	de 16.05.05	Autoriza o Executivo firmar Convênio com o Centro Terapêutico São Francisco.
---------------	-------------	--

Lei n.º 4.489 de 11.07.06

Altera art. 2º da Lei 4.208/05 - aumenta número de vagas.

CERCAS ENERGIZADAS

Lei n.º 3.725 de 24.04.02

Dispõe sobre a instalação de cercas energizadas destinadas à proteção de perímetros.

CESSÃO DE USO

Lei n.º 2.519 de 07.11.88

Autoriza cessão gratuita dos direitos de posse sobre uma área de 64,00m² de terreno para a Rádio Cultura do Vale.

Lei n.º 2.534 de 29.12.88

Autoriza cessão gratuita dos direitos de posse sobre uma área de 110,25m² de terreno para a Rádio América do RS.

Lei n.º 2.746 de 27.09.91

Autoriza a cessão de uso de uma área de terras para a Seitel Telecomunicações, destinado à instalação de equipamentos para implantação de Telefonia Rural.

Lei n.º 2.896 de 14.12.92

Autoriza a cessão de uso de uma área de terras para a Auto Locadora Anderson.

Lei n.º 3.125 de 19.03.96

Autoriza a cessão de uso de uma área de terras para a Az Indústria Ltda.

Lei n.º 3.346 de 27.11.98

Autoriza permissão de uso de uma área de terras para Telet S/A, destinada à instalação uma antena de telefonia celular, banda "B".

Lei n.º 3.692 de 27.12.01

Autoriza cessão de uso de imóvel ao Estado do Rio Grande do Sul (Escola de Pesqueiro).

Lei n.º 3.726	de 29.04.02	Autoriza a concessão de direito de uso de um imóvel à Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.975	de 18.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta constante na LDO 2003 e dá outras providências. (melhoria na E.M.E.F. Felisberto Porfírio de Souza)
Lei n.º 4.013	de 31.12.03	Autoriza a cessão de uso de imóvel ao Centro de Tradições Gaúchas Alma Estradeira.
Lei n.º 4.088	de 23.06.04	Autoriza a cessão de uso de imóvel à Associação Comunitária de Vapor Velho.
Lei n.º 4.111	de 24.08.04	Autoriza a cessão de uso de imóvel à Associação Comunitária Cinco de Maio.
Lei n.º 4.127	de 11.10.04	Autoriza a Cessão de Uso de bem público à Associação Agrícola e Com. de Serra Velha.
Lei n.º 4.243	de 29.07.05	Autoriza a cessão de uso de uma área de terras para a Associação Anjos de Luz.
Lei n.º 4.473	de 19.06.06	Autoriza o Executivo firmar concessão de uso com Associação Tradicionalista Montenegrina – ATM.
Lei nº 5.128	de 18.08.09	Ratifica o Contrato de Cessão de Uso e a formalizar Termo de Autorização de Uso do antigo leito da Rede Ferroviária.
Lei nº 5.347	de 22.10.10	Desafeta imóvel e concede cessão de direito real de uso à Câmara Municipal (nova sede)
Lei n.º 5.511	de 10.10.11	Firma convênio com o Município de Brochier, Maratá, Triunfo, São Sebastião do Caí e São José do Sul objetivando regulamentar a cessão de uso de equipamentos e máquinas rodoviárias entre os municípios
Lei n.º 5.512	de 10.10.11	Desafeta imóvel e concede cessão de direito real de uso ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Lei n.º 5.555	de 26.12.11	Disciplina a utilização de bens municipais por particulares e dá outras providências.

Lei n.º 5.622	de 02.05.12	Concede incentivo à empresa Marsul Proteínas Ltda.
Lei n.º 5.865	de 23.12.13	Revoga a Lei n.º 3.962/03, que autoriza a conceder direito real de uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A.
Lei n.º 6.041	de 24.11.14	Altera redação do inciso I do art. 3º da Lei nº 5.622/12, que concede incentivos à Marsul Proteínas Ltda.
Lei n.º 6.070	de 18.02.15	Concede de forma gratuita o Direito Real de Uso de Bem Público (Lar do Menor).

CICLOVIA

Lei nº 5.053	de 08.04.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/09 e abrir crédito especial de R\$ 18.522,37 (Conclusão iluminação da ciclovia RS 470)
Lei n.º 5.714	de 22.10.12	Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)

CIDADE DAS ARTES

Lei n.º 3.916	de 17.07.03	Institui a expressão "Montenegro Cidade das Artes" como designação distintiva para o município de Montenegro.
---------------	-------------	---

CINTEA – CIA. INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS

Lei n.º 3.286	de 25.05.98	Autoriza o Executivo a doar ações da Cinteia ao Estado do RS.
---------------	-------------	---

CINTER – CIA. INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO RS

Lei n.º 1.797	de 25.03.69	Autoriza participação do município na CINTER.
Lei n.º 1.811	de 23.06.69	Retifica e modifica a participação do município na CINTER, etc.

CIRCOS

Lei n.º 4.214	de 09.06.05	Dispõe sobre a proibição de estada e apresentação de espetáculos circenses e similares no Município, que utilizem animais silvestres ou domesticados, nativos ou exóticos.
---------------	-------------	--

CLUBE AMIGOS DA MELHOR IDADE DE SANTOS REIS

Lei n.º 4.523	de 11.09.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube Amigos da Melhor Idade de Santos Reis.
---------------	-------------	---

CLUBE DO COMÉRCIO

Lei nº 4.818	de 25.02.08	Autoriza Executivo firmar convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 6.500,00 (Camp. Gaúcho de Bolão)
Lei n.º 5.063	de 14.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube do Comércio de R\$ 6.500,00 (Campeonato Estadual de Bolão)
Lei n.º 5.282	de 21.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube do Comércio de R\$ 7.000,00 (Campeonato Estadual de Bolão)

Lei n.º 5.308	de 09.08.10	Firma convênio com o Clube do Comércio de R\$ 8.000,00 (Coral Avante)
Lei n.º 5.549	de 19.12.11	Firma convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 3.500,00 (Projeto "Bolão, um esporte a ser Divulgado")
Lei n.º 5.694	de 27.08.12	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, um esporte a ser divulgado e renovado", no valor de R\$ 8.500,00
Lei n.º 5.816	de 02.09.13	Autoriza a firmar convênio com o Clube do Comércio – Coral Avante para atender ao projeto "Canto Coral" no valor de R\$ 8.000,00. (Despesas com viagens e estadia do grupo)
Lei n.º 5.906	de 31.03.14	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, nossa luta é conservar e manter esse esporte", no valor de R\$ 15.000,00.
Lei n.º 6.145	de 15.07.15	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, nossa luta é conservar e manter esse esporte", no valor de R\$ 15.000,00.
Lei n.º 6.174	de 24.07.15	Firma convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 4.225,00 (projeto Canto Coral).

CLUBE RIOGRANDENSE

Lei n.º 5.142	de 31.08.09	Firma convênio com o Clube Riograndense de R\$ 12.000,00 (Gaúcho 2009)
Lei n.º 5.284	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube Riograndense de R\$ 21.300,00 (Campeonato Estadual de Futebol)
Lei n.º 5.311	de 13.08.10	Firma convênio com o Clube Riograndense de R\$ 3.000,00 (Campeonato Estadual de Futebol-Gaúcho Master)
Lei n.º 5.448	de 13.06.11	Firma convênio com o Clube Riograndense no valor de R\$ 40.000,00 (projeto FERA)

Lei n.º 5.686	de 10.08.12	Firma convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 40.000,00.
Lei n.º 5.855	de 26.11.13	Firma Convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.500,00.
Lei n.º 5.905	de 31.03.14	Firma convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.752,00.
Lei n.º 6.127	de 09.06.15	Firma convênio cor o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 52.000,00.

CEO – CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS

Lei n.º 4.456	de 22.05.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do vale do Caí – CIS/CAÍ para viabilização do projeto CEO.
Lei n.º 4.482	de 30.06.06	Altera redação art. 2º Lei 4.456/06 – Convênio CIS/CAÍ – Projeto CEO.
Lei n.º 4.815	de 18.02.08	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO (R\$ 18.600,00 mensais).
Lei n.º 5.050	de 30.03.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO.
Lei n.º 5.392	de 21.02.11	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO.
Lei n.º 5.392	de 21.02.11	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO.
Lei n.º 5.579	de 24.01.12	Firma convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do CEO.
Lei n.º 5.786	de 28.06.13	Firma convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí - CIS/CAÍ para manutenção do CEO.
Lei n.º 5.819	de 10.09.13	Autoriza a firmar convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ.

COBRANÇAS JUDICIAIS

Lei n.º 36	de 02.02.48	Regula a cobrança judicial dos débitos de impostos e taxas à Fazenda Municipal.
Lei n.º 74	de 02.07.48	Altera a Lei n.º 36 de 21.02.48.
Lei n.º 481	de 30.05.52	Cria a multa regulamentar de 30% e dá providências a sua arrecadação.
Lei n.º 778	de 11.07.55	Autoriza cobrança judicial de dívida pública do município do Caí.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Lei n.º 3.193 de 28.04.97	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do endereço e telefone do Órgão de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de serviço no nosso município.
---------------------------	---

CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE

Lei n.º 4.293 de 20.10.05	Institui o Código de Meio Ambiente do Município.
Lei n.º 4.294 de 20.10.05	Dispõe sobre o licenciamento ambiental do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.868 de 28.04.08	Excepciona a regra contida no inciso I, art. 8º, da Lei nº 4.293/05-Código Meio Ambiente (instalação antenas).
Lei n.º 5.086 de 27.05.09	Altera redação e revoga os incisos do art. 8º, da Lei 4.293/05, que institui o Código do Meio Ambiente do Município

CÓDIGO DE OBRAS

Lei n.º 1.972 de 13.12.73	Institui o Código de Obras do Município.
Lei n.º 2.073 de 16.08.77	Dá nova redação ao art. 98 da Lei 1972/73.
Lei n.º 2.076 de 19.10.77	Dispõe sobre as construções de madeiras, casas e apartamentos populares.
Lei n.º 2.339 de 25.05.84	Altera o art. 96, revoga o art. 98, dá nova redação aos itens 1,2 e 3 do art. 99, todos da Lei nº 1972/73 e revoga a Lei 2.073/77.

Lei n.º 2.341	de 04.06.84	Estabelece que toda e qualquer edificação procedidas nas áreas atingidas pelas cheias do Rio Caí, só serão licenciadas quando obedecidas as cotas de altura estabelecidas pela Prefeitura.
Lei n.º 2.467	de 04.09.87	Modifica a redação do nº 1 do art. 204 da Lei 1.972/73 e acrescenta nº 3 ao mesmo artigo.
Lei n.º 2.661	de 07.08.90	Inclui dispositivo ao art. 127 da Lei 1.972/73 e acrescenta o nº 3 ao mesmo artigo.
LC nº 2.770	de 22.11.91	Acrescenta parágrafo ao art. 41 do Código de Obras – Lei nº 1972/73.
LC n.º 2.792	de 27.12.91	Altera, dando nova redação aos artigos 65 e 185 da lei n.º 1.972/73 – Código de Obras.
LC n.º 2.844	de 17.08.92	Acrescenta artigo ao Código de Obras – instituído pela Lei n.º 1.972/73.
LC n.º 2.922	de 21.06.93	Altera o parágrafo único do art. 41 do Código de Obras.
LC nº 2.990	de 28.04.94	Acrescenta parágrafo único ao art. 47 e acrescenta item 3 ao art. 48 da Lei n.º 1.972.
LC n.º 3.498	de 05.04.00	Altera dispositivos do Código de Obras, instituído pela Lei n.º 1.972/73.
Lei n.º 3.725	de 24.04.02	Dispõe sobre a instalação de cercas energizadas destinadas à proteção de perímetros e dá outras providências.
Lei n.º 3.749	de 25.06.02	Dispõe sobre a regularização de construções no Município de Montenegro.
Lei n.º 4.776	de 10.12.07	Dispõe sobre a regularização de construções em Montenegro.
Lei n.º 5.070	de 28.04.09	Dispõe sobre regularização de construções em Montenegro.
LC n.º 5.263	de 10.05.10	Concede prazo para regularização de construções sem aplicação de multa.

LC n.º 5.305	de 06.08.10	Altera redação do art. 185 da Lei n.º 1.972/73-Código de Obras (fossas sépticas e sumidouros-filtro anaeróbio)
LC n.º 5.388	de 03.02.11	Altera a redação do item 2 do art.125 da Lei Complementar n.º 1.972/73 -Código de Obras (dependência destinada a zelador)
LC n.º 5.388	de 03.02.11	Altera a redação do § 5.º do art. 203 da Lei Complementar n.º 1.972/73 -Código de Obras. (n.º de elevadores)
LC n.º 5.393	de 05.03.12	Altera a redação de artigos da Lei n.º 1.972/73-Código de Obras (categorias Arquitetos e Urbanistas saem do CREA e passam p/ CAU)
LC n.º 5.877	de 13.01.14	Dispõe sobre o Código de Obras do Município.

CÓDIGO DE POSTURAS

Lei n.º 2.119	de 11.12.78	Dispõe sobre o Código de Posturas e dá outras providências.
Lei n.º 2.313	de 23.09.83	Dá nova redação ao art. 111, Cap. II, da Lei nº 2.119/78.
Lei n.º 2.319	de 23.09.83	Acrescenta um parágrafo à Lei nº 2.119/78.
Lei n.º 2.328	de 21.12.83	Acrescenta dois parágrafos ao art. 260 e revoga a Lei nº 2.319.
Lei n.º 2.396	de 18.10.85	Dá nova redação e nova disposição ao art. 114, Cap. II da Lei nº 2.119/78.
Lei n.º 2.400	de 08.11.85	Regula abertura e fechamento do comércio.
Lei n.º 2.443	de 16.12.86	Altera redação do inciso II do art. 214, da Lei nº 2.119/78.
Lei n.º 2.461	de 29.06.87	Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei 2.400/85 e altera o art. 3º da Lei.
Lei n.º 2.639	de 28.05.90	Dá nova redação inciso II, do art. 214, da Lei 2.119/78 (Código de Posturas).
Lei n.º 2.697	de 28.12.90	Acrescenta atividades comerciais ao art. 3º da Lei nº 2.400/85.
LC n.º 2.780	de 26.12.91	Acrescenta parágrafos ao art. 235 da Lei nº 2.119/78 – Código de Posturas.

LC n.º 2.924	de 25.06.93	Altera a red. do art. 108 da Lei 2.119.
LC n.º 2.960	de 13.12.93	Transforma o parágrafo único em § 1º e acrescenta o § 2º ao art. 145, alterando, também, o § 6º do art. 260, ambos da Lei nº 2.119/78.
LC nº 3.012	de 04.10.94	Altera a redação do § 7º do art. 235 da Lei 2.119/78, acrescentado pela LC 2.780/91.
LC nº 3.094	de 01.11.95	Altera a redação do art. 262 da Lei 2.119/78 e acrescenta parágrafos aos mesmos.
LC n.º 3.095	de 10.11.95	Inclui parágrafo e altera redação do art. 103 da Lei 2.119/78.
LC n.º 3.135	de 30.04.96	Altera redação do inciso II do art. 149 da Lei 2.119/78 – Código de Posturas.
LC n.º 3.139	de 20.05.96	Dá nova redação ao art. 236 do Código de Posturas (calçadas, muros, etc.).
LC n.º 3.239	de 26.11.97	Acrescenta parágrafo único ao art. 15 da Lei 2.119/78 – Código de Posturas.
LC n.º 3.342	de 09.11.98	Altera red. do parágrafo único do art. 218 e do art. 225 da Lei nº 2.119/78.
LC n.º 3.396	de 07.06.99	Altera a redação do art. 3º da LC 2.960/93.
Lei n.º 3.421	de 13.08.99	Estabelece normas para a exploração do comércio ambulante.
LC n.º 3.434	de 30.09.99	Altera os arts. 89 e 94 da Lei 2.119/78.
LC n.º 3.497	de 05.04.00	Altera arts. 235 e 236 da Lei 2.119/78.
LC n.º 3.516	de 26.05.00	Altera dispositivos do Código de Posturas do Município – Lei 2.119/78.
LC n.º 3.663	de 29.10.01	Altera a redação dos arts. 139 e 141, e acrescenta art. 141 ^A e 141B à Lei 2.119/78.
Lei n.º 3.725	de 24.04.02	Dispõe sobre a construção de cercas energizadas destinadas à proteção de perímetros.
LC nº 4.204	de 10.05.05	Acrescenta art. 103 ^A LC 2.119/78 – Código de Posturas do Município

		(Cartazes contra exploração sexual crianças/adolescentes).
LC n.º 4.267	de 19.09.05	Altera redação do § 1º do art. 236 da Lei n. 2.119/78 – (prazo p/cercar/murar)
LC n.º 4.388	de 19.01.06	Altera red. art. 89, alinea b, da Lei 2.119/78 (horário propaganda alto-falantes).
LC n.º 4.556	de 09.11.06	Altera redação inciso II do art. 154 da Lei nº 2.119/78 – propaganda em postes, árvores e logradouros.
LC n.º 4.614	de 02.03.07	Acrescenta parágrafo ao art. 149, da Lei n.º 2.119/78, Código de Posturas do Município (Toldos nas calçadas).
LC n.º 5.048	de 30.03.09	Inclui o inciso VI ao art. 263 da Lei n.º 2.119/78, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município.
LC n.º 5.306	de 09.08.10	Transforma parágrafo único em § 1º e acrescenta § 2º ao art. 136 da Lei nº 2.119/78-Código de Posturas (ocupação de vias com mesas e cadeiras)
LC n.º 5.600	de 20.03.12	Acrescenta o § 8.º e altera a redação do inciso I do art. 262 da Lei n.º 2.119/78, que dispõe sobre o Código de Posturas.
Lei n.º 5.708	de 02.10.12	Excepciona a regra geral do art. 262 da LC n.º 2.119/78, e prorroga o prazo de concessão de Alvará de Licença para Localização Temporário ao RECREO.
LC n.º 5.881	de 13.01.14	Dispõe sobre a instituição do Código de Posturas do Município.
Lei n.º 6.055	de 29.12.14	Excepciona a regra geral do art. 21 da LC nº 5.881/14-prorroga prazo de concessão de Alvará de Licença para Localização Temporário ao RECREO.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Lei n.º 2.035	de 24.12.75	Institui o Novo Código Tributário do Município de Montenegro.
Lei n.º 2.063	de 31.12.76	Institui o Novo Código Tributário do Município de Montenegro.
Lei n.º 2.150	de 30.11.79	Altera o art. 63 da Lei 2.063/76.

Lei n.º 2.154	de 19.12.79	Altera alíquotas dos incisos 19 e 20 do anexo I, da Lei n.º 2.063/76.
Lei n.º 2.198	de 08.12.80	Altera dispositivos da Lei n.º 2.063/76.
Lei n.º 2.201	de 31.12.80	Altera os percentuais do art. 74 do Código Tributário Municipal.
Lei n.º 2.202	de 31.12.80	Altera os percentuais e a redação do anexo IX do Código Tributário e Taxa de Lixo.
Lei n.º 2.203	de 16.02.81	Altera redação do nº 1, parágrafo único, da Lei nº 2.202/80.
Lei n.º 2.447	de 31.12.86	Altera e acrescenta disposições à Lei 2202/80.
Lei n.º 2.494	de 31.12.87	Eleva a alíquota a ser aplicada no cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.
Lei n.º 2.495	de 31.12.87	Incorpora ao Código tributário Municipal a lista de serviço editada pela LC 56/87.
Lei n.º 2.606	de 23.12.89	Altera a Lei nº 2063/76 – Código Tributário Municipal.
LC n.º 2.698	de 28.12.90	Estabelece novo Código Tributário Municipal, consolida a Legislação Tributária.
LC n.º 2.736	de 25.07.91	Dá nova redação ao § 1.º do art. 59 e acrescenta parágrafo ao art. 62 da LC 2.698/90 – Código Tributário Municipal.
LC n.º 2.774	de 29.11.91	Altera dispositivos Código Tributário Municipal referentes à Contribuição de Melhoria.
LC n.º 2.783	de 27.12.91	Acrescenta letra “d” ao inciso I do art. 62 do Código Tributário Municipal.
Lei n.º 2.788	de 27.12.91	Dispõe sobre a isenção de impostos às novas indústrias.
LC n.º 2.793	de 27.12.91	Altera o art. 97 da LC nº 2.698/90.
LC n.º 2.906	de 19.01.93	Concede desconto de até 20% para cota única do IPTU, Taxa Serviços Urbanos, ISSQN e Taxa de Vistorias.
LC n.º 2.912	de 17.03.93	Acrescenta parágrafos aos arts. 7º e 8º ao art. 62 do Código Tributário.

LC n.º 2.928	de 12.07.93	Altera dispositivos do Código Tributário, referentes à Contribuição de Melhoria.
LC n.º 2.958	de 06.12.93	Autoriza o Executivo a conceder desconto de 10% para pagamento do ITBI até 5 dias após a avaliação fiscal.
LC n.º 2.962	de 28.12.93	Altera dispositivo da lei n.º 2.698/90.
LC n.º 2.964	de 30.12.93	Altera redação Capítulo VI, da Lei 2.698/90, parcelamento débito.
Lei n.º 2.977	de 18.02.94	Isenta da Taxa de Coleta de Lixo as Unidades Industriais e Templos de qualquer culto.
LC n.º 3.014	de 03.11.94	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 2.928/90.
LC n.º 3.022	de 09.12.94	Altera o Anexo III da LC nº 2.698/90.
LC n.º 3.034	de 28.12.94	Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício de 1995.
LC n.º 3.040	de 04.01.95	Isenta do pagamento do IPTU imóvel com área superior a 1(um) hectare com destinação à exploração agrícola e produção mínima comprovada.
LC n.º 3.041	de 04.01.95	Institui alíquota progressiva no IPTU.
LC n.º 3.043	de 09.01.95	Dispõe sobre incentivos fiscais para as empresas da área de informática.
LC n.º 3.117	de 28.12.95	Concede desconto no pagamento no IPTU e TSU do exercício de 1996.
LC n.º 3.118	de 09.12.94	Altera dispositivos do Código Tributário do Município – LC 2.698/90.
Lei n.º 3.141	de 04.06.96	Concede isenção de taxas de expediente, de aprovação e licença de construção, de expedição do "habite-se" e de vistoria (Frangosul e Agrogen).
Lei n.º 3.162	de 29.12.96	Ratifica a extinção da VRM; adota a UFIR como indexador e dá outras providências.
Lei n.º 3.169	de 29.11.96	Dispõe sobre as novas bases da Planta de Valores para cálculo do IPTU.

Lei n.º 3.174	de 19.12.96	Dá nova redação à seção VI, art. 62 e ao art. 155 da LC 2.698/90.
LC n.º 3.230	de 14.10.97	Altera o art. 157 da LC 2.698/90.
LC n.º 3.231	de 14.10.97	Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício de 1998.
LC n.º 3.234	de 07.11.97	Isenta do pagamento da Taxa de Coleta de Lixo os Templos de qualquer culto.
LC n.º 3.241	de 12.12.97	Altera dispositivos do Código Tributário do Município – LC 2.698/90.
LC n.º 3.334	de 20.10.98	Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício de 1999.
LC n.º 3.341	de 09.11.98	Altera e acrescenta dispositivos no Código Tributário do Município – LC 2.698/90.
LC n.º 3.343	de 27.11.98	Altera a redação do parágrafo único do art. 3º da LC 3.241/97.
LC n.º 3.455	de 10.12.99	Altera dispositivos do Código Tributário do Município – LC nº 2.698/90.
LC n.º 3.560	de 20.12.00	Altera dispositivos do Código Tributário do Município – LC nº 2.698/90.
LC n.º 3.593	de 18.05.01	Acrescenta o art. "157 ^A " no Código Tributário do Município – LC 2.698/90.
LC n.º 4.010	de 30.12.03	Estabelece o Código Tributário do Município e dá outras providências.
Lei n.º 4.141	de 29.11.04	Autoriza o Executivo a proceder ao expurgo de créditos tributários lançados no período de 1990 a 1996.
Lei n.º 4.164	de 14.02.05	Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Pessoa Física e Jurídica – Refis Montenegro PF/PJ.
Lei n.º 4.264	de 29.08.05	Altera parágrafo único, passando p/1º e acrescenta §2º ao art. 41 e acrescenta alínea "e" ao inciso I do Anexo I da LC 4.010/03.(Trabalhadores autônomos)
LC n.º 4.353	de 19.12.05	Altera o § 2º e acrescenta o § 3º e § 4º ao art. 41 da LC 4010/03 (ISSQN – prestadores de serviço).

LC n.º 4.370	de 30.12.05	Revoga inciso do art 83, alínea do Anexo II e Tabela do Anexo III da L.C. n.º 4010/03, que estabelece o Código Tributário do Município.
L.C. n.º 4.572	de 04.12.06	Altera a redação do art. 52 e acrescenta o parágrafo único, altera a redação do art. 54 e revoga o § 1º e § 2º da LC nº 4.010/03, que estabelece o Código Tributário do Município (imposto na escrituração).
LC n.º 4.637	de 13.04.07	Acrescenta § 3º ao art. 30 da LC n.º 4010/03 (isenção aposentados/pensionistas – prazo p/requerer até 30 de novembro)
LC n.º 4.664	de 12.06.07	Altera a redação do Inciso I, alíneas <i>a</i> e <i>b</i> , § 1º e § 2º, Art. 135 da LC n.º 4.010/03, Código Tributário. (parcelamento dívida)
LC n.º 4.741	de 22.10.07	Acrescenta parágrafo único ao art. 71 da LC nº 4.010/03, Código Tributário (ITBI)
LC n.º 4.764	de 30.11.07	Autoriza o Executivo a alterar o prazo previsto no § 3.º da LC n.º 4.010/03, que estabelece o Código Tributário. (prazo p/concessão benefícios)
LC n.º 4.951	de 25.11.08	Altera redação do § 2º do art. 30 da LC n.º 4.010/03, que estabelece o Código Tributário. (validade laudo p/ isenção IPTU na zona de expansão urbana)
LC n.º 5.019	de 05.01.09	Acrescenta o item 5 na Tabela p/ Coleta de Lixo, Anexo III e acrescenta parágrafo único ao art. 83 da LC 4.010/030-Código Tributário.
LC n.º 5.124	de 10.08.09	Altera a redação do item 8 do art. 33 e do caput do art. 47, a acrescentar §§ ao art. 54, alterar a redação do inciso VII e do caput do § 4.º e a acrescentar incisos ao § 4.º do art. 59 da LC 4.010/03, Código Tributário do Município
LC n.º 5.177	de 09.11.09	Acrescenta artigo à LC nº 4.010/03, Código Tributário do Município (Obrigatoriedade da declaração eletrônica para todos os tomadores de serviços)
LC n.º 5.351	de 19.11.10	Altera redação do § 2.º do art. 41 da LC nº 4.010/03-Código Tributário (ISSQN)

Lei n.º 5.411	de 04.04.11	Institui o Programa de Regularização do Imposto sobre Transmissão "Intervivos" de Bens Imóveis – ITBI
LC n.º 5.468	de 30.06.11	Acrescenta a alínea <i>g</i> ao inciso IV do Anexo I da LC n.º 4.010/03, que estabelece o Código Tributário do Município (redução alíquota ISSQN-entidades culturais)
LC n.º 5.491	de 15.08.11	Acrescenta incisos ao §1º e altera a redação do §1º do art. 40 da LC n.º 4.010/03 – Código Tributário do Município (isenção de tributação p/ receitas do SUS – NEFROCLIN).
LC n.º 5.510	de 04.10.11	Altera a redação da alínea "f" do inciso I e acrescenta § 4º ao art. 30 da LC n.º 4.010/03 – Código Tributário (imóvel destinado à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial).
LC n.º 5.520	de 1º.11.11	Altera a redação do § 8.º do art. 59 da LC n.º 4.010/03 – Código Tributário do Município (multa sonegação de imposto)
Lei nº 5.770	de 19.04.13	Institui o Programa de Regularização do Imposto sobre Transmissão "Intervivos" de Bens Imóveis – ITBI
LC nº 6.030	de 03.11.14	Revoga o § 4º do art. 41 da LC 4.010/03-Código Tributário (empresário individual)
LC nº 6.123	de 29.05.15	Acrescenta o § 8º ao art. 54 da LC n.º 4.010/03 – Código Tributário do Município (prazo regime tributário do Simples Nacional).

COLA-DE-SAPATEIRO

Lei n.º 4.122	de 29.09.04	Dispõe sobre o controle na venda de cola-de-sapateiro e produtos similares no município de Montenegro.
---------------	-------------	--

COLÉGIO SINODAL PROGRESSO

Lei n.º 4.533	de 25.09.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Instituto Sinodal de Assistência, Educação e Cultura-ISAEC, no valor de R\$ 21.942,62.
Lei n.º 4.563	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assis-

		tência, Educação e Cultura-ISAEC, no valor de R\$ 50.974,47.
Lei n.º 4.568	de 28.11.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura – ISAEC, no valor de R\$2.4000,00.
Lei n.º 4.580	de 12.12.06	Altera o art. 2º e acrescenta o art. 2º A e 2ºB à Lei nº 4.568/06. , que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura – ISAEC, no valor de R\$2.400,00.
Lei n.º 4.590	de 26.12.06	Autoriza o Executivo firmar com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura-ISAEC, no valor de R\$ 130.100,00 e abrir crédito especial.
Lei n.º 4.610	de 22.02.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 16,00 (repasso de recursos para a Assembléia).
Lei nº 4.942	de 01.09.08	Acrescenta alínea <i>b</i> ao inciso III, do art. 1º da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (qualificação mão-de-obra-Sinodal)
Lei nº 4.943	de 01.09.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a ISAEC no valor de R\$ 6.440,00 e abrir crédito especial (qualificação mão-de-obra-Sinodal)
Lei nº 4.986	de 01.12.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a ISAEC, mantenedora do Colégio Sinodal Progresso, no valor de R\$ 23.700,00 (Projeto Camaleão)
Lei n.º 5.132	de 24.08.09	Acrescenta inciso IV, alínea <i>a</i> ao art. 1.º da Lei n.º 4.980/08, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções p/ o exercício de 2009 (convênio c/ ISAEC-Colégio Sinodal Progresso).
Lei n.º 5.133	de 24.08.09	Firma convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura – ISAEC.
Lei nº 5.220	de 30.12.09	Firma convênio com a ISAEC, mantenedora do Colégio Sinodal Progresso, valor R\$ 6.000,00 (Projeto Camaleão)

COLETA DE LIXO

Lei n.º 3.192	de 23.04.97	Autoriza o Executivo a dar concessões a empresas para exploração da coleta de resíduos domiciliares no território.
LC n.º 5.019	de 05.01.09	Acrescenta o item 5 na Tabela p/ Coleta de Lixo, Anexo III e acrescenta parágrafo único ao art. 83 da LC 4.010/030-Código Tributário.

COMÉRCIO

Lei n.º 488	de 18.07.52	Regula o comércio ambulante.
Lei n.º 2.400	de 08.11.85	Revoga e consolida a legislação municipal que regula o horário de abertura e fechamento do comércio do município de Montenegro e traça normas a respeito.
Lei n.º 2.451	de 13.03.87	Dispõe sobre o horário de abertura e fechamento dos estabelecimentos bancários.
Lei n.º 2.498	de 11.04.88	Revoga a Lei nº 2.451/87.
Lei n.º 2.691	de 19.12.90	Dispõe sobre o funcionamento do comércio aos sábados, domingos e feriados.
Lei n.º 2.697	de 28.12.90	Acrescenta atividades comerciais ao art. 3º da Lei nº 2.400/85.
Lei n.º 3.421	de 13.08.99	Estabelece normas para a exploração do comércio ambulante.
Lei n.º 4.122	de 29.09.04	Dispõe sobre o controle na venda de cola-de-sapateiro e produtos similares no município de Montenegro.
LC n.º 5.306	de 09.08.10	Transforma parágrafo único em § 1º e acrescenta § 2º ao art. 136 da Lei nº 2.119/78-Código de Posturas (ocupação de vias com mesas e cadeiras)
Lei n.º 6.006	de 13.10.14	Institui o Programa Municipal de Premiação a Consumidores, mediante

utilização da Plataforma da Nota Fiscal Gaúcha do Estado do RS.

COMEXI DO BRASIL

- | | | |
|---------------|-------------|--|
| Lei n.º 3.807 | de 11.10.02 | Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 165.000,00 e dá outras provid. |
| Lei n.º 3.988 | de 02.12.03 | Ratifica a concessão de incentivo à empresa COMEXI DO BRASIL, e dá outras providências. |

COMISSÃO DE COBRANÇA

- | | | |
|---------------|-------------|---|
| Lei n.º 1.205 | de 17.11.60 | Institui comissão de cobrança sobre todos os tributos municipais. |
| Lei n.º 1.370 | de 29.12.62 | Torna extensiva a percepção da percentagem sobre cobrança de impostos e taxas aos funcionários lotados na Diretoria da Fazenda. |
| Lei n.º 1.613 | de 04.03.65 | Comissão de arrecadação de que trata a Lei n.º 1.370/62. |
| Lei n.º 1.663 | de 28.01.66 | Revoga a Lei n.º 1.370 de 29.12.62. |

COMISSÃO ORGANIZADORA DE EVENTOS DE MONTENEGRO

- | | | |
|---------------|-------------|---|
| Lei n.º 3.387 | de 01.04.99 | Autoriza o Executivo a firmar Convênio com a Comissão Organizadora de Eventos de Montenegro e abertura de Crédito Especial. |
| Lei n.º 3.404 | de 18.06.99 | Autoriza o Executivo a firmar Termo Aditivo ao Convênio com a Comissão Organizadora de Eventos de Montenegro. |

COMISSÕES COMUNITÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DOMICILIARES

Lei n.º 3.247 de 29.12.97 Autoriza a instituição de Comissões Comunitárias de Serviços Públicos Domiciliares e o recebimento da Cota de Participação Voluntária para manutenção e ampliação do Serviço de Iluminação Pública Domiciliar.

COMISSÕES SOBRE ARRECADAÇÕES E LANÇAMENTOS NOVOS

Lei n.º 32 de 02.02.48 Fixa as comissões dos sub-prefeitos sobre a arrecadação de impostos e taxas.

Lei n.º 73 de 02.07.48 Altera a Lei n.º 32 de 02.02.48.

Lei n.º 87 de 30.07.48 Dispõe sobre a designação de cobradores especiais e fixa-lhes as vantagens.

Lei n.º 129 de 19.11.48 Fixa a comissão sobre lançamentos novos ou revisados.

Lei n.º 142 de 29.12.48 Dispõe sobre a comissão devida aos cobradores.

Lei n.º 232 de 31.03.50 Eleva para 5% a comissão atribuída aos sub-prefeitos de que trata a Lei n.º 32.

Lei n.º 336 de 15.12.50 Dispõe sobre a comissão atribuída aos agentes fiscais e cobradores.

Lei n.º 1.370 de 29.12.62 Torna extensiva a percepção da percentagem sobre cobrança de impostos e taxas aos funcionários lotados na Diretoria da Fazenda.

Lei n.º 1.613 de 04.03.65 Dispõe sobre a comissão de arrecadação de que trata a Lei nº 1.370/62.

Lei n.º 1.749 de 24.11.67 Revoga as leis nº 32/48 e 1.370/62.

COMODATO

Lei n.º 2.925 de 28.06.93 Autoriza o Executivo a ceder, em regime de comodato, à FEBEM, um imóvel de propriedade do Município.

COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS

Lei n.º 3.324 de 14.09.98 Autoriza o Executivo a conceder incentivos à instalação da empresa Companhia Brasileira de Cartuchos.

Lei n.º 3.462 de 17.12.99 Altera a redação do inciso I do art. 3.º da Lei nº 3.324/98.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE

Lei n.º 671 de 31.07.54 Transfere para o patrimônio do Estado do RS ou à CEEE os bens e serviços da usina elétrica municipal.

Lei n.º 698 de 25.10.54 Autoriza o Poder Executivo a transferir para o patrimônio do RS ou à CEEE os bens da usina municipal.

Lei n.º 699 de 25.10.54 Revoga a Lei n.º 671 de 31.07.54.

Lei n.º 703 de 19.11.54 Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio entre o município e a CEEE para o fornecimento de energia elétrica.

Lei n.º 707 de 20.11.54 Autoriza a lavratura de convênio entre o município e a CEEE para o fornecimento de energia elétrica.

Lei n.º 797 de 24.10.55 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a CEEE.

Lei n.º 1.526 de 27.04.64 Autoriza o pagamento a CEEE em apólices estaduais.

Lei n.º 1.858	de 12.08.70	Autoriza subscrever ações da CEEE.
Lei n.º 2.104	de 12.09.78	Abre crédito especial para pagamento à CEEE – consumo energia elétrica.
Lei n.º 2.107	de 13.09.78	Ratifica escritura pública de encampação dos serviços de eletricidade que fazem entre si, o município e a CEEE.
Lei n.º 3.148	de 16.07.96	Autoriza o Poder Executivo repactuar dívida com a CEEE e dá outras providências.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Lei n.º 4.652	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a CONAB (aquisição de gêneros alimentícios).
---------------	-------------	---

COMPROVAÇÃO DE MANUTENÇÃO DOS SALÁRIOS

Lei n.º 3.872	de 24.03.03	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços ao Município, prestarem conta da manutenção dos salários dos funcionários.
---------------	-------------	--

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CAMPO DO MEIO

Lei n.º 4.496	de 17.07.06	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 10.000,00 e firmar convênio com a Comunidade Evangélica Campo Meio.
Lei n.º 4.679	de 16.07.07	Acrescenta alínea e ao Inciso IV, art. 1º, da Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2007.
Lei n.º 5.114	de 20.07.09	Firma convênio c/ a Comunidade Evangélica de Campo do Meio

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE MONTENEGRO

Lei n.º 2.303	de 01.07.83	Isenta a Comunidade da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas – Hospital Montenegro.
Lei n.º 2.385	de 25.06.85	Isenta do pagamento de taxas a Comunidade Evangélica de Montenegro.
Lei n.º 2.902	de 28.12.92	Isenta o Hospital Montenegro do pagamento de Contribuição de Melhoria.
Lei n.º 3.479	de 31.12.99	Autoriza o Executivo a firmar Convênio com a Comunidade Evangélica de Montenegro, mantenedora do Colégio Sinodal Progresso.

CONCESSÃO

Lei n.º 3.302	de 13.07.98	Autoriza o Executivo a fazer concessão pública dos serviços de remoção e guarda de animais soltos em vias públicas.
Lei n.º 3.303	de 13.07.98	Autoriza o Executivo a fazer concessão pública dos serviços de remoção e depósito de veículos.
Lei n.º 3.432	de 24.09.99	Autoriza a concessão onerosa do conjunto dos equipamentos de britagem.
Lei n.º 3.884	de 14.04.03	Autoriza a concessão de uso de imóvel do município (Bar e Lancheria da Usina).
Lei n.º 3.962	de 03.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a conceder Direito Real de Uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A. e dá outras providências.
Lei n.º 4.105	de 03.08.04	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 2.676/90, que autoriza o Executivo a dar concessões a empresas de transporte coletivo do Município. (possibilidade de prorrogação da concessão).
Lei n.º 4.567	de 21.11.06	Autoriza o Executivo firmar concessão de uso com a empresa WIA TV Comunicação Digital Ltda.
Lei n.º 4.611	de 22.02.07	Autoriza a Concessão de Uso de bens públicos à OASE (equipamentos Programa Viva Criança).

Lei n.º 4.656	de 18.05.07	Autoriza o Executivo a proceder a desafetação e a concessão do uso de ruas (empresa Erplasti).
Lei nº 4.754	de 06.11.07	Autoriza concessão de direito real de uso de imóvel à APOPEMONT
Lei nº 4.789	de 28.12.07	Dispõe s/ a concessão de uso de bem público (Balneário Municipal Affonso Kunrath)
Lei nº 4.800	de 28.12.07	Autoriza o Executivo firmar Termo de Concessão Real de Uso e convênio com APESC, incluir ação LDO/2007 e abrir crédito especial p/ implantação de campus universitário. (UNISC)
Lei nº 4.804	de 08.01.08	Autoriza o Executivo a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso de um imóvel à Empresa Jornalística Ibiá Ltda.
Lei nº 4.975	de 03.11.08	Autoriza a concessão de uso de bem público à Sociedade Beneficente Espiritualista (salas da DTT devido remodelação da Praça Rui Barbosa)
Lei n.º 5.309	de 10.08.10	Realiza a concessão onerosa de bem público (restaurante do Parque Centenário)
Lei n.º 5.555	de 26.12.11	Disciplina a utilização de bens municipais por particulares e dá outras providências.
Lei n.º 5.622	de 02.05.12	Concede incentivo à empresa Marsul Proteínas Ltda.
Lei n.º 5.678	de 27.07.12	Concede incentivo à empresa CARUCCIO MONTANARI PROJETOS & SERVIÇOS LTDA. (concessão de uso de terreno)
Lei n.º 5.726	de 17.12.12	Celebra Termo de Concessão de Direito Real de Uso de uma área de 1.031,85m ² , bem como repasse financeiro e isenção de tributos à Ecocitrus.
Lei n.º 5.865	de 23.12.13	Altera o art. 5.º da Lei n.º 3962/03, que autoriza o Executivo Municipal a conceder Direito Real de Uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A. e dá outras providências. (prorroga prazo p/ instalação de equipamentos)

Lei n.º 5.920	de 06.05.14	Autoriza o Executivo Municipal a proceder à concessão de uso de bem móvel (Dois veículos para OASE – SAMU SALVAR 192).
Lei n.º 5.973	de 26.08.14	Firma concessão de uso de bem público com a Escola Estadual Técnica São João Batista.
Lei n.º 6.041	de 24.11.14	Altera redação do inciso I do art. 3º da Lei nº 5.622/12, que concede incentivos à Marsul Proteínas Ltda.
Lei n.º 6.048	de 05.12.14	Procede concessão para exploração dos serviços de gestão, controle e arrecadação de tarifas do sistema de Estacionamento Rotativo Pago no Município.
Lei n.º 6.093	de 24.03.15	Conceder incentivos ao Aeroclube de Montenegro.
Lei n.º 6.224	De 26.10.15	Altera redação do art. 1º da Lei nº 6.070 de 2015, que autoriza o Executivo Municipal a conceder de forma gratuita o Direito Real de Uso de Bem Público.

CONCURSO MISS RIO GRANDE DO SUL 2010

Lei nº 5.096	de 16.06.09	Efetua pagamento do aluguel do vestido à candidata Montenegrina no Concurso Miss Rio Grande do Sul 2010.
--------------	-------------	--

CONCURSOS PÚBLICOS

Lei n.º 1.960	de 19.09.73	Prorroga prazo de validade do concurso de Auxiliar de Administração.
Lei n.º 1.992	de 27.08.74	Prorroga prazo de validade do concurso de Escrivário.
Lei n.º 2.020	de 17.09.75	Prorroga prazo de validade do concurso de Motorista.
Lei n.º 2.022	de 15.10.75	Prorroga prazo de validade de Técnico em Contabilidade.
Lei n.º 3.385	de 25.03.99	Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas

		portadoras de deficiência e define os critérios de sua admissão.
Lei n.º 3.461	de 17.12.99	Dispõe sobre provimento de cargos públicos municipais por pessoas deficientes e revoga Lei n.º 3.385/99.
Lei n.º 4.016	de 15.01.04	Dispõe sobre a reserva de vagas para afro-brasileiros(as) em concursos públicos para provimento de cargos efetivos.
LC n.º 5.774	de 06.05.13	Cria 03 (três) cargos de odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.888	de 14.02.14	Institui gratificação para desempenhar tarefa de fiscalização no Concurso Público C/91/2013.

CONDOMÍNIOS

LC n.º 5.878	de 13.01.14	Permite a instituição de condomínio de lotes por unidade autônoma para fins residenciais
--------------	-------------	--

CONSCIÊNCIA NEGRA

Lei nº 5.020	de 12.01.09	Institui a Semana Municipal da Consciência Negra.
Lei n.º 6.187	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Cultural Beneficente Floresta Montenegrina no valor de R\$ 4.725,00 ("8º Seminário da Consciência Negra - 2015").

CONDUTO

Lei nº 4.827	de 03.03.08	Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (macro drenagem Arroio Montenegro).
Lei nº 4.867	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação no PPA 2006-2009, a incluir crédito espec no vlr. de R\$ 4.392.049,24 – Macro drenagem Arroio Montenegro

Lei n.º 5.243 de 22.03.10 Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.437.085,18 (macro drenagem do Arroio Montenegro)

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei n.º 2.937 de 23.08.93 Cria a Conferência Municipal de Saúde no Município de Montenegro.

Lei n.º 3.211 de 21.07.97 Cria a Conferência Municipal de Assistência Social no Município de Montenegro.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM

Lei nº 4.934 de 18.08.08 Autoriza o Executivo a contribuir mensalmente com a entidade nacional de representação dos municípios do Estado do RS - CNM

CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA – COMEMP

Lei n.º 5.155 de 25.09.09 Institui Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda – COMEMP e o Fundo Municipal de Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montenegro

CONSELHOS ESCOLARES

Lei n.º 3.127 de 25.03.96 Regulamenta o art. 177 da Lei Orgânica do Município.

CONSELHO DE DESENV. ECON. E SOCIAL DE MONTENEGRO

Lei n.º 1.753 de 14.12.67 Cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Montenegro.

Lei n.º 2.666 de 24.09.90 Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Montenegro.

Lei n.º 3.023 de 09.12.94 Altera e suprime dispositivos da Lei 2666/90.

Lei n.º 3.514 de 22.05.02 Reorganiza o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Montenegro – COMDEM.

Lei n.º 3.727 de 13.05.02 Altera a redação do § 2º do art. 3º da Lei 3.514/00.

Lei n.º 3.772 de 13.05.02 Altera a composição do COMDEM.

CONSELHO MONTENEGRINO DO BEM ESTAR DO MENOR-COMBEM

Lei n.º 2.589 de 15.08.89 Autoriza o Executivo a conceder auxílio e celebrar convênio com o COMBEM.

Lei n.º 2.615 de 27.11.89 Altera a Lei n.º 2.589/89 que autoriza a concessão de auxílio para o COMBEM.

Lei n.º 2.996 de 13.06.94 Exclui a participação de Vereadores em Conselhos Municipais.

CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS-COMAD

Lei n.º 5.515 de 14.10.11 Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD e extingue o Conselho Municipal de Entorpecentes – COMEN

Lei n.º 5.987 de 09.09.14 Institui o Programa Municipal Antidrogas-PROMAD.

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Lei n.º 3.290 de 15.05.98 Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Mag.

Lei n.º 4.521 de 01.09.06 Reorganiza o Conselho Mun.de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO.

Lei n.º 4.728 de 08.10.07 Cria o Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do FUNDEB.

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE

Lei n.º 3.091 de 09.10.95 Institui o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE.

Lei n.º 3.289 de 09.06.98 Altera os artigos 3º e 5º da Lei 3.091/95.

Lei n.º 3.309 de 03.08.98 Altera a composição do COMAE.

Lei n.º 3.538 de 18.08.00 Institui o Conselho de Alimentação Escolar – CAE e dá outras providências.

Lei n.º 3.559 de 08.12.00 Altera o inciso V do art. 3º da Lei nº 3538/00, que institui o CAE.

Lei n.º 5.275 de 10.06.10 Altera redação, acrescenta e revoga incisos do art. 3º da Lei nº 3.538/00, que institui o Conselho de Alimentação Escolar-CAE

CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – CMJ

Lei n.º 4.808 de 16.01.08 Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Juventude e da Conferência Municipal da Juventude.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE

Lei n.º 4.808 de 16.01.08 Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Juventude e da Conferência Municipal da Juventude

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS / a partir de 27.08.2012 passou a ser CMAS

Lei n.º 3.103	de 30.11.95	Institui o Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS e dá outras provid.
Lei n.º 3.145	de 05.07.96	Altera a Lei 3.103/95, com a substituição do CSU pela FGTAS.
Lei n.º 3.147	de 08.07.96	Institui o Fundo Mun. de Assistência Social.
Lei n.º 3.206	de 07.07.97	Altera os artigos da Lei 3.103/95, que institui o COMAS.
Lei n.º 3.817	de 25.10.02	Altera a redação do art. 1º da Lei 3.103/95.
Lei n.º 5.454	de 13.06.11	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão do Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.597	de 09.03.12	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.691	de 27.08.12	Reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS e o Fundo Municipal a ele vinculado.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - COMSEMCO

Lei n.º 3.030	de 26.12.94	Cria o Conselho Municipal de Contribuintes – COMSEMCO, dispõe sobre sua organização e funcionamento.
---------------	-------------	--

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – CMC

Lei n.º 3.054	de 02.05.95	Cria o Conselho Municipal de Cultura.
Lei n.º 3.075	de 11.08.95	Altera artigo da Lei 3.054/95.
Lei nº 4.701	de 20.08.07	Altera o Inciso III e acrescenta Inciso IV ao art. 1º e altera a redação dos art. 2º, 3º e 7º da Lei nº 3.054/95 que cria o Conselho Municipal de Cultura.

Lei n.º 5.838	de 08.10.13	Firma convênio com Cassiano de Azeredo e Marcos Cardoso Produções Ltda. ME para atender ao projeto "2º Montenegro em Cena" no valor de R\$ 13.500,00 (Festival de Teatro de Montenegro)
Lei n.º 5.839	de 08.10.13	Firma convênio com Flávio Patrício Oliveira Vargas para atender ao projeto "Querência dos Poetas Livres" no valor de R\$ 4.000,00.
Lei n.º 5.840	de 08.10.13	Firma convênio com Rosani Brochier no valor de R\$ 12.000,00. (Publicação Livro-Imagens que contam nossa história)
Lei n.º 5.841	de 08.10.13	Firma convênio com Herança Rancho de Luso Descendentes e Folclore Internacional no valor de R\$ 10.000,00
Lei n.º 6.100	de 06.04.15	Reformula o Conselho Municipal de Cultura – CMC.

CONSELHO MUN. DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

Lei n.º 2.146	de 17.08.79	Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.
Lei n.º 2.547	de 21.02.89	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 2146/79.
Lei n.º 2.556	de 18.04.89	Dá nova redação ao art. 3º Lei 2.146/79.
Lei n.º 2.996	de 13.06.94	Exclui a participação de Vereadores em Conselhos Municipais.
Lei n.º 3.079	de 30.08.95	Reformula e consolida o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
Lei n.º 3.151	de 20.08.96	Altera a Lei n.º 3.079/95 com a substituição da Sociedade Ecológica Vale do Rio cáí pelo Movimento de Preservação do Patrimônio Histórico.
Lei n.º 3.288	de 09.06.98	Altera o art. 3º da Lei n.º 3.079/95, que reformula e consolida o Comdema.
Lei n.º 3.529	de 25.07.00	Reorganiza o COMDEMA.
Lei n.º 3.531	de 25.07.00	Cria o FUNDEMA e dá outras providências.

Lei n.º 4.315	de 07.11.05	Altera a redação e revoga alíneas do art. 3º da Lei nº 3.529/00.
Lei n.º 4.412	de 27.03.06	Altera a redação da alínea a do art. 3º da Lei 3.529/00 – COMDEMA.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – COMDER (ex-COMAP)

Lei n.º 2.913	de 19.03.93	Cria o Conselho Municipal de Agropecuária – COMAP.
Lei n.º 2.996	de 13.06.94	Exclui a participação de Vereadores em Conselhos Municipais.
Lei n.º 3.001	de 15.07.94	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 2913/93.
Lei n.º 3.284	de 25.05.98	Altera a composição do COMAP.
Lei n.º 3.298	de 08.07.98	Altera a composição do COMAP.
Lei n.º 4.471	de 12.06.06	Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER (Ex-COMAP).
Lei n.º 5.867	de 30.12.13	Altera Arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º; da Lei 4.213, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS - CMD

Lei n.º 1.678	de 15.06.66	Cria o Conselho Municipal de Desporto.
Lei n.º 1.744	de 19.10.67	Concede auxílio de NCr\$ 700,00 ao Conselho Municipal de Desportos.
Lei n.º 2.812	de 27.03.92	Altera dispositivo da Lei n.º 1.678/66, que cria o CMD.
Lei n.º 3.254	de 08.01.98	Altera o art. 2º da Lei 1678/66, alterado pela Lei 2812/92.
Lei n.º 4.653	de 14.05.07	Institui Programa Mun. De Desporto e autoriza o Executivo a abrir crédito especial no vlr. de R\$ 15.000,00.

Lei n.º 4.663 de 04.06.07	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 9º da Lei nº 4.653/07, Programa Municipal do Desporto e autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.000,00. (Programa Municipal de Desporto)
Lei n.º 5.963 de 18.08.14	Firma convênio com a Associação Esportiva, Recreativa e Eventos Garotos do canhoto, no valor de 5.700,00 (projeto Apoio a Formação de Atletas e Cidadãos).
Lei nº 6.081 de 02.03.15	Firma convênio com Adriano Luis de Souza no valor de R\$ 6.663,80. (projeto "Montenegro representada em campeonato mundial de Muay Thai").

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME

Lei n.º 2.178 de 02.07.80	Cria o Conselho Municipal de Educação de Montenegro.
Lei n.º 2.996 de 13.06.94	Exclui a participação de Vereadores em Conselhos Municipais.
Lei n.º 3.340 de 04.11.98	Altera dispositivos da Lei nº 2178/90.
Lei n.º 3.684 de 04.12.01	Reestrutura o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.
Lei n.º 5.552 de 19.12.11	Altera a redação dos arts. 9.º, 10 e 26 da Lei n.º 3.574/01, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino

CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES - COMEN

Lei n.º 2.646 de 13.06.90	Cria o Conselho Municipal de Entorpecentes.
Lei n.º 2.693 de 26.12.90	Acrescenta ao art. 2º da Lei 2.646/90, um representante da SMEC.
Lei n.º 2.955 de 26.11.93	Altera o art. 2º da Lei 2.646/90, que criou o Comen.
Lei n.º 2.996 de 13.06.94	Exclui a participação de vereadores em Conselhos Municipais.
Lei n.º 3.096 de 16.11.95	Acrescenta ao art. 2º da lei 2.955/93, um representante do SESI.
Lei n.º 5.515 de 14.10.11	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD e extingue o Conselho Municipal de Entorpecentes – COMEN

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - COMHAB

Lei n.º 3.587	de 23.04.01	Dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Habitação, criação do Fundo Municipal a ele vinculado.
Lei n.º 3.632	de 20.08.01	Revoga o inciso VIII, do art. 5º da Lei nº 3.587/01.
Lei n.º 4.985	de 01.12.08	Autoriza Executivo criar Conselho Municipal Gestor de Habitação de Interesse Social-COMHAB e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social-FMHIS.
Lei n.º 5.165	de 16.10.09	Dispõe sobre a reserva de vagas em apartamentos térreos para idosos e deficientes físicos, nos conjuntos habitacionais populares e dá outras providências.
Lei n.º 5.478	de 11.07.11	Altera redação dos arts. 11, 12 e 14 da Lei n.º 4.985/09-cria o COMHAB e o FMHIS (número de membros).

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

Lei n.º 2.936	de 23.08.93	Institui o Conselho Municipal de Saúde - CMS.
Lei n.º 2.996	de 13.06.94	Exclui a participação de vereadores em Conselhos Municipais.
Lei n.º 3.214	de 25.07.97	Altera artigos da Lei n.º 2.936/93, que instituiu o Conselho Municipal de Saúde.
Lei n.º 4.271	de 26.09.05	Ratifica a Resolução nº 18, de 2005, do CMS (Hospital Montenegro).

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO - CMTT

Lei n.º 2.306	de 01.07.83	Cria o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito.
Lei n.º 2.554	de 03.04..89	Alteração no § 2º da Lei 2.306/83.

Lei n.º 2.594	de 15.09.89	Altera a redação dos artigos 4º e 5º da Lei nº 2.306/83.
Lei n.º 2.996	de 13.06.94	Exclui a participação de Vereadores em Conselhos Municipais.
Lei n.º 3.067	de 19.06.95	Reformula o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito. – CMTT.
Lei n.º 3.076	de 14.08.95	Altera art. 7º e acrescenta parágrafo único ao mesmo – Lei nº 3.067/95.
Lei n.º 3.143	de 25.06.96	Acrescenta atribuição ao Conselho Mun. de Transporte e Trânsito – CMTT.
Lei n.º 3.452	de 29.11.99	Reformula Cons.M Transporte Trânsito.
Lei n.º 5.368	de 14.12.10	Altera a redação do caput e acrescenta alínea ao art. 2º da Lei n.º 3.452/99-reformula o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito-CMTT (Polícia Civil)

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - CMT

Lei n.º 1.432	de 16.11.63	Cria o Conselho Municipal de Turismo.
Lei n.º 1.589	de 04.11.64	Cria o Conselho Municipal de Turismo e revoga a Lei nº 1.432/63.
Lei n.º 3.025	de 19.12.94	Reformula e consolida o Conselho Municipal de Turismo – CMTUR.
Lei n.º 3.507	de 27.07.00	Altera a composição dos membros do Conselho Municipal de Turismo – CMTUR de que trata a Lei nº 3.025/94.
Lei n.º 3.919	de 29.07.03	Altera o art. 2º da Lei nº 3.025/94.
Lei n.º 4.467	de 12.06.06	Altera redação e acrescenta alíneas ao art. 2º da Lei 3.025/94 – reformula e consolida o Conselho Municipal de Turismo – CMTUR.
Lei n.º 5.625	de 14.05.12	Altera a redação do “caput” e das alíneas “i”, “k” e “p” e acrescenta a alínea “s” ao art. 2.º da Lei n.º 3.025/94, que reformula e consolida o Conselho Municipal de Turismo – CMTUR.

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO - CMU

Lei n.º 2.548	de 21.02.89	Dispõe sobre a organização e funcionamento do CMU.
Lei n.º 2.557	de 18.04.89	Dá nova redação ao art. 2º da Lei 2.548/89.
Lei n.º 2.816	de 13.04.92	Altera o art. 2º da Lei 2.548/89.
Lei n.º 2.939	de 13.09.93	Altera o inciso II do art. 2º da Lei 2548/89.
Lei n.º 2.996	de 13.06.94	Exclui a participação de Vereadores em Conselhos Municipais.
Lei n.º 3.166	de 13.11.96	Reformula e consolida o Conselho Municipal de Urbanismo – CMU.
Lei n.º 3.394	de 28.05.99	Altera o art. 2º da Lei nº 3.166/96.

CONSELHO MUNICIPAL DE USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO – CMUT

Lei n.º 5.503	de 12.09.11	Institui o Conselho Municipal de Usuários do Transporte Coletivo Público
---------------	-------------	--

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Lei n.º 4.248	de 29.07.05	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo M. a ele vinculado.
Lei n.º 5.587	de 13.02.12	Altera a redação de artigos da Lei n.º 4.248/05, que cria o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal a ele vinculado.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMCRAD

Lei n.º 2.681	de 19.10.90	Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei n.º 2.826	de 01.06.92	Dispõe sobre o atendimento do Conselho Tutelar dos Direitos da criança

		e do Adolescente, bem como fixa a remuneração dos seus membros.
Lei n.º 2.828	de 08.06.92	Altera dispositivos da Lei nº 2.681/90, que dispõe sobre a política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei n.º 2.892	de 04.12.92	Dispõe sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei n.º 2.901	de 28.12.92	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 2.681/90, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei n.º 2.996	de 13.06.94	Exclui a participação de Vereadores em Conselhos Municipais.
Lei n.º 3.071	de 10.07.95	Orça a receita e fixa a despesa do FMDCA para o exercício de 1995.
Lei n.º 3.121	de 08.01.96	Altera dispositivos da Lei nº 2.681/90 e revoga a Lei nº 2.828/92.
Lei n.º 3.122	de 08.01.96	Dispõe sobre o processo de eleição do Conselho Tutelar no Município de Montenegro.
Lei n.º 3.131	de 12.04.96	Prorroga o prazo de mandato dos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da criança e do Adolescente.
Lei n.º 3.163	de 04.11.96	Reformula e consolida a legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei n.º 3.215	de 04.08.97	Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e COMCRAD.
Lei n.º 3.223	de 11.09.97	Altera artigos da Lei n.º 3.163/96.
Lei n.º 3.552	de 30.10.00	Altera os artigos 9º e 10 da Lei nº 3163/96.
Lei n.º 3.844	de 26.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com o CPM da EMEF Esperança (Projeto Férias 2003).

Lei n.º 4.272	de 26.09.05	Autoriza Executivo estabelecer parceria com Governo do Estado RS para viabilização Projeto Prosepa 2005.
Lei n.º 4.377	de 30.12.05	Altera redação do art. 29 da Lei n.º 3122/96, que dispõe sobre o processo de eleição do Conselho Tutelar.
Lei n.º 4.729	de 08.10.07	Reformula e consolida a Legislação q/ dispõe s/ a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; COMCRAD e Conselho Tutelar.
Lei nº 4.939	de 01.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 78.676,00 (compra de vagas p/ abrigagem criança e adolescente)
Lei n.º 4.979	de 20.11.08	Institui a Semana Municipal de Luta Contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
Lei n.º 5.328	de 21.09.10	Reformula e consolida a legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMCRAD; O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar
Lei n.º 5.400	de 18.03.11	Altera a redação do art.70 da Lei n.º 5.328/10, que reformula e consolida a Legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o COMCRAD; o Fundo Municipal e o Conselho Tutelar.
Lei n.º 5.434	de 17.05.11	Firma convênio com o RECREO de R\$ 37.000,00 (projeto "Sem Medo de Sonhar")
Lei n.º 5.455	de 13.06.11	Firma convênio com a APAE de R\$ 30.000,00 (Projeto "Oferecer os nossos serviços com qualidade")
Lei n.º 5.627	de 14.05.12	Firma convênio com a APAE de R\$ 55.000,00 (Projeto "Oferecer os nossos serviços com qualidade")
Lei nº 5.772	de 06.05.13	Altera os arts. 14, 70 e 72 da Lei nº 5.328/10, a qual reformula e consolida a legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMCRAD; o Fundo Municipal da

		Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.
Lei n.º 5.845	de 21.10.13	Firma Convênio com a APAE no valor de R\$ 60.000,00 (Em busca de igualdade estamos aqui-2013)
Lei n.º 5.854	de 11.11.13	Firma Convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 78.912,70
Lei n.º 5.873	de 30.12.13	Altera redação do art.1.º da Lei n.º 5.820, de 2013, que autoriza a firmar convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 49.645,26.
Lei n.º 6.083	de 09.03.15	Firma convênio com a Associação Atlético Banco do Brasil Montenegro.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA MULHER

Lei n.º 3.664	de 05.11.01	Cria o Conselho Municipal dos Diretos da Mulher.
---------------	-------------	--

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE MONTENEGRO

Lei n.º 5.228	de 12.01.10	Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Montenegro
---------------	-------------	--

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - COMUDES

Lei n.º 4.015	de 13.01.04	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento – COMUDES e dá outras providências.
---------------	-------------	---

CONSEPRO – CONSELHO PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA DE MONTENEGRO

Lei n.º 4.175	de 15.03.05	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com o Consepro.
---------------	-------------	--

Lei n.º 4.477	de 26.06.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Consepro (Posto de Atendimento à Mulher).
Lei n.º 4.924	de 28.07.08	Autoriza o Executivo alterar redação do art. 2º da Lei nº 4.477/06, que autoriza convênio com o CONSEPRO.
Lei n.º 5.044	de 24.03.09	Altera redação do art. 1.º da Lei n.º 4.477/06, que autoriza o Executivo firmar convênio com o CONSEPRO (manutenção Posto Atendimento Mulher)
Lei n.º 5.505	de 13.09.11	Ratifica repasse efetuado pelo Executivo Municipal, repassa recursos e firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO
Lei n.º 5.946	de 04.07.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO
Lei n.º 5.947	de 14.07.14	Autoriza a firmar convênio com a Federação Gaúcha de Karate para atender ao projeto Karate Além do esporte, valor de 43.986,00
Lei n.º 5.955	de 28.07.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 e firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO.
Lei nº 6.004	de 13.10.14	Firma convênio com o Consepro (projeto Brigada Mirim)
Lei nº 6.075	de 23.02.15	Firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO para a cedência de dois estagiários.
Lei nº 6.112	de 06.05.15	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 6.075/15 – firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro - CONSEPRO para a cedência de dois estagiários.

CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei n.º 2.681	de 19.10.90	Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
---------------	-------------	---

Lei n.º 2.826	de 01.06.92	Dispõe sobre o atendimento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como fixa a remuneração dos seus membros.
Lei n.º 2.828	de 08.06.92	Altera dispositivos da Lei nº 2.681/90, que dispõe sobre a política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei n.º 2.892	de 04.12.92	Dispõe sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei n.º 2.901	de 28.12.92	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 2.681/90, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei n.º 2.996	de 13.06.94	Exclui a participação de Vereadores em Conselhos Municipais.
Lei n.º 3.121	de 08.01.96	Altera dispositivos da Lei nº 2.681/90 e revoga a Lei nº 2.828/92.
Lei n.º 3.122	de 08.01.96	Dispõe sobre o processo de eleição do Conselho Tutelar no Município de Montenegro.
Lei n.º 3.131	de 12.04.96	Prorroga o prazo de mandato dos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da criança e do Adolescente.
Lei n.º 3.163	de 04.11.96	Reformula e consolida a legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei n.º 3.223	de 11.09.97	Altera artigos da Lei n.º 3.163/96.
Lei n.º 3.552	de 30.10.00	Altera os artigos 9º e 10 da Lei nº 3163/96.
L.C. n.º 4.204	de 10.05.05	Acrescenta art. 103 ^A à LC nº 2.119/78 – Código de Posturas do Município. (Cartazes contra exploração sexual crianças/adolesc.).
Lei n.º 4.377	de 30.12.05	Altera redação do art. 29 da Lei n.º 3122/96, que dispõe sobre o processo de eleição do Conselho Tutelar.

Lei nº 4.729	de 08.10.07	Reformula e consolida a Legislação q/ dispõe s/ a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; COMCRAD e Conselho Tutelar.
Lei nº 4.939	de 01.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 78.676,00 (compra de vagas p/ abrigagem criança e adolescente)
Lei nº 4.979	de 20.11.08	Institui a Semana Municipal de Luta Contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
Lei nº 5.328	de 21.09.10	Reformula e consolida a legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMCRAD; O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar
Lei n.º 5.323	de 13.09.10	Institui o sistema de sobreaviso no serviço público municipal
Lei nº 5.400	de 18.03.11	Altera a redação do art.70 da Lei n.º 5.328/10, que reformula e consolida a Legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o COMCRAD; o Fundo Municipal e o Conselho Tutelar.
Lei nº 5.772	de 06.05.13	Altera os arts. 14, 70 e 72 da Lei nº 5.328/10, a qual reformula e consolida a legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMCRAD; o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.

CONSÓRCIO

Lei n.º 2.970	de 10.01.94	Autoriza o Executivo a constituir consórcio intermunicipal para aquisição de equipamentos para a Delegacia de Polícia de Montenegro.
Lei n.º 3.347	de 27.11.98	Autoriza o Executivo a promover a participação de Montenegro na implantação do consórcio dos Municípios do

		Vale do Rio Caí, sua projeção, instalação e funcionamento, abre Crédito Especial.
Lei n.º 4.815	de 18.02.08	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO (R\$ 18.600,00 mensais).
Lei n.º 4.886	de 26.05.08	Aut.Exec. a abrir crédito especial de R\$ 240.000,00-Consórcio CIS/ CAÍ-Assist.farmacêutica e Insumos.
Lei nº 4.982	de 01.12.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 24.024,50 (consórcio CIS/CAÍ)
Lei nº 5.036	de 25.02.09	Dispõe sobre a criação da Associação Pública Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí-CIS/CAÍ
Lei n.º 5.050	de 30.03.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO.
Lei n.º 5.392	de 21.02.11	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO.
Lei n.º 5.909	de 07.04.14	Firma convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ para viabilizar o custeio de próteses dentárias.

CONSÓRCIO INTERM. DE SAÚDE REGIÃO VALE DO CAÍ – CIS/CAI

Lei n.º 4.263	de 29.08.05	Autoriza o Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Caí – CIS/CAI e abrir crédito especial no valor de R\$ 24.000,00.
Lei n.º 4.413	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 84.321,00 (Bens Móveis).
Lei n.º 4.436	de 26.04.06	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei 3.857/03, Unidade do Sistema de Controle Interno.
Lei n.º 4.441	de 02.05.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 703.200,00 (compra de serviços e materiais).

Lei n.º 4.456	de 22.05.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do vale do Caí – CIS/CAI para viabilização do projeto CEO.
Lei n.º 4.482	de 30.06.06	Altera redação art. 2º Lei 4.456/06 – Convênio CIS/CAÍ – Projeto CEO.
Lei n.º 4.671	de 02.07.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 10.000,00. (Equipamento e Material permanente)
Lei n.º 4.815	de 18.02.08	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO (R\$ 18.600,00 mensais).
Lei n.º 4.886	de 26.05.08	Aut.Exec. a abrir crédito especial de R\$ 240.000,00-Consórcio CIS/ CAÍ-Assist.farmacêutica e Insumos.
Lei nº 4.982	de 01.12.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 24.024,50 (consórcio CIS/CAÍ)
Lei nº 5.036	de 25.02.09	Dispõe sobre a criação da Associação Pública Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí-CIS/CAÍ
Lei n.º 5.050	de 30.03.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO.
Lei n.º 5.094	de 08.06.09	Abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (Consórcio CIS/CAÍ – compra de equipamentos p/ SMSAS)
Lei n.º 5.171	de 03.11.09	Firma Contrato de Rateio c/ Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí – CIS/CAÍ
Lei nº 5.193	de 04.12.09	Altera redação do § 2º da Lei nº 5.036/09, que dispõe sobre a criação da Associação Pública CIS/CAÍ.
Lei nº 5.194	de 04.12.09	Ratifica o Aditivo nº 01/09 do Protocolo de Intenções do CIS/CAÍ
Lei nº 5.195	de 04.12.09	Constitui o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, integrado ao CIS/CAÍ
Lei nº 5.203	de 14.12.09	Abre crédito especial no valor de R\$ 5.771,61 (Devolução saldo convênio – ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei n.º 5.221	de 30.12.09	Firma Contrato de Rateio c/ Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí – CIS/CAÍ

Lei nº 5.261	de 10.05.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial R\$ 25.000,00 (aquisição equipamentos para área médica ambulatorial, através do CIS/CAI)
Lei n.º 5.371	de 20.12.10	Firma convênio com o CIS/CAI e abre crédito especial de R\$ 11.000,00 (CEO)
Lei nº 5.382	de 30.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 80.000,00 (investimentos na Unidade de Saúde Prisional)
Lei n.º 5.392	de 21.02.11	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO.
Lei n.º 5.579	de 24.01.12	Firma convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do CEO.
Lei n.º 5.713	de 22.10.12	Firma convênio com o CIS/CAÍ para viabilizar o custeio de próteses dentárias.
Lei n.º 5.786	de 28.06.13	Firma convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí - CIS/CAÍ para manutenção do CEO.
Lei n.º 5.798	de 29.07.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Consórcio intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAI para viabilizar o custeio de próteses dentárias.
Lei n.º 5.909	de 07.04.14	Firma convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ para viabilizar o custeio de próteses dentárias.
Lei n.º 5.928	de 02.06.14	Autoriza a firmar convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ para viabilizar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e abrir crédito especial no valor de R\$ 12.098,60
Lei n.º 5.929	de 06.06.14	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 5.909, de 2014, que firma convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí – CIS/CAI para viabilizar o custeio de próteses dentárias.
Lei n.º 5.964	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 10.100,00 (próteses dentárias).

CONSTRUÇÕES IRREGULARES

Lei n.º 3.749	de 25.06.02	Dispõe sobre a regularização de construções no Município de Montenegro.
Lei n.º 4.776	de 10.12.07	Dispõe sobre a regularização de construções em Montenegro.
Lei n.º 5.070	de 28.04.09	Dispõe sobre regularização de construções em Montenegro.
LC n.º 5.263	de 10.05.10	Concede prazo para regularização de construções sem aplicação de multa.

CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

Lei n.º 2.993	de 08.06.94	Autoriza a contratação temporária de 10 (dez) garis para varrição/limpeza das ruas centrais do município.
Lei n.º 3.126	de 25.03.96	Autoriza a contratação temporária de profissionais de educação para atendimento à Rede Municipal de Ensino.
Lei n.º 3.156	de 24.09.96	Autoriza a contratação temporária de um pediatra e dá outras providências.
Lei n.º 3.196	de 19.05.97	Autoriza a contratação temporária de profissionais de educação para atendimento à Rede Municipal de Ensino.
LC n.º 3.204	de 17.06.97	Autoriza a contratação temporária de um Assistente Social para a área saúde.
LC n.º 3.226	de 30.09.97	Autoriza a contratação temporária de profissionais de educação para atendimento Rede Municipal de Ensino.
Lei n.º 3.259	de 27.02.98	Autoriza a contratação temporária de profissionais de educação para atendimento Rede Municipal de Ensino.
LC n.º 3.306	de 17.07.98	Autoriza a contratação temporária de Agentes de Trânsito.
LC n.º 3.307	de 03.08.98	Autoriza o Executivo a contratar, administrativamente, 5 pedreiros e 5 operários.

Lei n.º 3.316	de 24.08.98	Autoriza a contratação temporária de profissionais de educação para atendimento Rede Municipal de Ensino.
Lei n.º 3.383	de 26.02.99	Autoriza a contratação temporária de um Nutricionista para atuar na SMSAS.
Lei n.º 3.392	de 14.05.99	Autoriza a contratação temporária de um Médico para atuar na SMSAS.
Lei n.º 3.408	de 09.07.99	Autoriza a contratação temporária de um Agente Fiscalização de Transporte.
Lei n.º 3.410	de 09.07.99	Autoriza a contratação temporária de dois médicos e um enfermeiro.
Lei n.º 3.416	de 23.07.99	Autoriza a contratação temporária de Professores e Auxiliares de Serviços Escolares (Pradem).
Lei n.º 3.417	de 23.07.99	Autoriza a contratação temporária de professores e Auxiliar de Serviços Escolares (Programa Integração – AABB Comunidade).
Lei n.º 3.446	de 12.11.99	Autoriza a contratação temporária de um Bioquímico.
Lei n.º 3.449	de 26.11.99	Autoriza a contratação temporária de um Médico Veterinário.
Lei n.º 3.478	de 31.12.99	Autoriza a contratação temporária de um Médico Psiquiatra atuar na SMSAS.
Lei n.º 3.486	de 23.02.00	Autoriza a contratação temporária de um Assistente Social.
Lei n.º 3.487	de 23.02.00	Autoriza a contratação temporária de Professores.
Lei n.º 3.489	de 10.03.00	Autoriza a contratação temporária de Professores e Auxiliar de Serviços Escolares.
Lei n.º 3.493	de 17.03.00	Autoriza o Executivo a contratar temporária e administrativamente, diversos profissionais.
Lei n.º 3.495	de 27.03.00	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, quatro motoristas.

Lei n.º 3.500	de 10.04.00	Autoriza a contratação temporária de professores.
Lei n.º 3.505	de 24.04.00	Autoriza a contratação temporária de professores.
Lei n.º 3.512	de 22.05.00	Autoriza a contratação administrativa e temporária de um Engenheiro.
Lei n.º 3.515	de 22.05.00	Autoriza a contratação temporária de um Bioquímico.
Lei n.º 3.601	de 05.06.01	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Operador de Máquina Rodoviária.
Lei n.º 3.723	de 23.04.02	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um topógrafo.
Lei n.º 3.724	de 23.04.02	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, dois professores de Estudos Sociais e um Professor de Língua Estrangeira.
Lei n.º 3.732	de 20.05.02	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Operador de Máquina Rodoviária.
Lei n.º 3.756	de 26.06.02	Acrescenta o parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 3.724/02.
Lei n.º 3.761	de 08.07.02	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um auxiliar de serviços escolares.
Lei n.º 3.852	de 27.12.02	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 17 Agentes de Campo.
Lei n.º 3.863	de 21.02.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, três professores Área II.
Lei n.º 3.867	de 07.03.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, catorze Auxiliares de Creche.
Lei n.º 3.894	de 02.06.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um professor Língua Estrangeira – Inglês.

Lei n.º 3.904	de 23.06.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 10 Agentes de Campo.
Lei n.º 3.908	de 30.06.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um professor de Língua Portuguesa.
Lei n.º 3.926	de 26.08.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Nutricionista.
Lei n.º 3.927	de 26.08.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Professor de Língua Portuguesa.
Lei n.º 3.936	de 08.09.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, dois professores—Área II.
LC n.º 3.939	de 12.09.03	Acrescenta parágrafo único ao art. 235 da LC 2.635/90 – Regime Jurídico Único (Prorrogação Contratos Temporários).
Lei n.º 3.941	de 15.09.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Especialista em Educação – Supervisão Escolar.
Lei n.º 3.944	de 16.09.03	Autoriza Executivo a prorrogar contratos temporários de Auxiliares de Creche.
Lei n.º 3.961	de 03.11.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e admin., dois professores.
Lei n.º 3.984	de 25.11.03	Autoriza o Executivo contratar, temporária e admin., um operário.
Lei n.º 4.000	de 29.12.03	Autoriza o Executivo contratar, temporária e admin., um psiquiatra.
Lei n.º 4.022	de 09.02.04	Autoriza o Executivo Municipal a prorrogar contratos temporários de Agentes de Campo.
Lei n.º 4.024	de 16.02.04	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, professores, assistentes de escola e auxiliares de serviços escolares.
Lei n.º 4.040	de 19.03.04	Autoriza o Executivo contratar, temporária e admin., um pediatra.

Lei n.º 4.045	de 01.04.04	Autoriza o Executivo contratar, temporária e admin., um Clínico Geral.
Lei n.º 4.046	de 01.04.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 17 Agentes Comunitários de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS.
Lei n.º 4.047	de 01.04.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento no Programa de Saúde da Família – PSF.
Lei n.º 4.058	de 27.04.04	Altera redação do art. 4.º da Lei n.º 4047, de 1.º de abril de 2004, que autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento no Programa de Saúde da Família – PSF, e dá outras providências.
Lei n.º 4.067	de 17.05.04	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, dez Visitadores p/ atender Programa Primeira Infância Melhor.
Lei n.º 4.079	de 07.06.04	Altera o art. 3.º da Lei n.º 4.047/04, atendimento ao Programa de Saúde da Família – PSF. (altera valores a serem pagos aos contratados)
Lei n.º 4.083	de 18.06.04	Autoriza Executivo a contratar, temporária e administrativamente, dez Agentes de Campo.
Lei n.º 4.084	de 18.06.04	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e admin., um Odontólogo.
Lei n.º 4.090	de 28.06.04	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Auxiliar de Enfermagem para atender ao Programa Primeira Infância Melhor–PIM.
Lei n.º 4.093	de 28.06.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 30 (trinta) Agentes Comunitários de Saúde e de 1 (um) Enfermeiro para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS.

Lei n.º 4.152	de 27.12.04	Autoriza o Legislativo a contratar, temporária e administrativamente, um encarregado de serviços gerais.
Lei n.º 4.168	de 1º.03.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, seis professores Área II (Matemática=3, Ciências=2 e 1 Educação Física).
Lei n.º 4.195	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, dois professores Área II.
Lei n.º 4.196	de 29.04.05	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento ao Programa de Saúde da Família – PSF.
Lei n.º 4.197	de 29.04.05	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de Excepcional Interesse Público de 30 Agentes Comunitários de Saúde e 1 Enfermeiro para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS.
Lei n.º 4.216	de 10.06.05	Autoriza Executivo prorrogar contratos temporários de Excepcional Interesse Público de 17 Agentes Comunitários Saúde no PACS.
Lei n.º 4.230	de 01.07.05	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento ao PSF.
Lei n.º 4.231	de 01.07.05	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de 10 (dez) Visitadores para atender ao PIM.
Lei n.º 4.232	de 01.07.05	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de 10 (dez) Agentes de Campo.
Lei n.º 4.244	de 29.07.05	Autoriza o Executivo alterar redação do art. 6º da Lei nº 4.067/04 – PIM.
Lei n.º 4.245	de 29.07.05	Autoriza o Executivo alterar redação do art. 4º da Lei n.º 4.083/04 – Agentes Campo.
Lei n.º 4.258	de 22.08.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, três

		médicos Clínico geral e um médico Ginecologista – SMSAS.
Lei n.º 4.288	de 13.10.05	Altera art. 3º Lei 4.046/04.
Lei n.º 4.289	de 13.10.05	Altera o art. 3º Lei 4.047/04.
Lei n.º 4.290	de 13.10.05	Altera art. 4º Lei 4.094/04.
Lei n.º 4.311	de 07.11.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Bibliotecário.
Lei n.º 4.312	de 07.11.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Fonoaudiólogo.
Lei n.º 4.352	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, em Assistente Social.
Lei n.º 4.364	de 30.12.05	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente um Encarregado de Serviços Gerais.
Lei n.º 4.391	de 14.02.06	Autoriza o Executivo contratar, temporária e admin., um Odontólogo.
Lei n.º 4.397	de 01.03.06	Autoriza a Fundarte contratar, temporária e administrativamente, um Professor Auxiliar de Canto e autoriza abrir crédito especial de R\$ 5.000,00.
Lei n.º 4.400	de 06.03.06	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, onze professores Área II.
Lei n.º 4.443	de 02.05.06	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, três médicos para atender o PSF.
Lei n.º 4.444	de 02.05.06	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2635/90 e autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários e emergenciais dos profissionais contratados para PACS e PSF.
Lei n.º 4.448	de 09.05.06	Autoriza o Legislativo a contratar, temporária e administrativamente, dois Assistentes Legislativos e Administr.

Lei n.º 4.470	de 12.06.06	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um enfermeiro (SMSAS).
Lei n.º 4.483	de 30.06.06	Excepciona regra geral art. 235 da LC 2.635/90 – prorrogar contratos temporários dos Agentes de Campo.
Lei n.º 4.484	de 30.06.06	Excepciona regra geral art. 235 da LC 2.635/90 – prorrogar contratos temporários dos Agentes Comunitários de Saúde
Lei n.º 4.506	de 07.08.06	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, profissionais para a Farmácia Popular.
Lei n.º 4.529	de 11.09.06	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento ao Programa de Saúde da Família–PSF
Lei n.º 4.551	de 30.10.06	Autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários dos profissionais contratados para o PACS, PSF e Programa de Combate a Dengue.
Lei n.º 4.604	de 02.02.07	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente um encarregado de serviços gerais.
Lei n.º 4.608	de 22.02.07	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Médico Veterinário.
Lei n.º 4.613	de 28.02.07	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários dos profissionais contratados para o Programa de Combate à Dengue.
Lei nº 4.721	de 17.09.07	Altera Incisos III e IV do art. 3º e Anexo I, da Lei 4.506/06, que autoriza a contratar temporária e administrativamente profissionais p/ a Farmácia Popular.
Lei nº4.733	de 08.10.07	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de vários profissionais p/ atendimento do PSF.
Lei nº 4.736	de 16.10.07	Autoriza o Executivo a reajustar salário de Auxiliar de Serviços Gerais, Lei nº

		4.506/06, que autorizou a contratar temporária e administrativamente profissionais para a Farmácia Popular.
Lei nº 4.738	de 16.10.07	Autoriza o Executivo a prorrogar contrato temporário de Médico Veterinário.
Lei nº 4.739	de 16.10.07	Autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários de vários profissionais da Farmácia Popular.
Lei nº 4.761	de 23.11.07	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 01 Médico Psiquiatra e 01 Enfermeiro (CAPS).
Lei n.º 4.770	de 05.12.07	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente 1 Encarregado de Serviços Gerais
Lei nº 4.786	de 21.12.07	Autoriza o Executivo a prorrogar contrato de um profissional p/ o Programa de Combate a Dengue.
Lei nº 4.796	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 05 Agentes de Campo. (Vigilância Ambiental)
Lei nº 4.853	de 14.04.08	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 01 Médico Veterinário. (SMAM)
Lei nº 4.878	de 19.05.08	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e admin. 4 atendentes de farmácia.
Lei nº 4.892	de 10.06.08	Aut. Contratação Temporária e Administrativa de excepcional interesse público de 12 Agentes Comunitários de Saúde para o PACS e o PSF.
Lei nº 4.914	de 18.07.08	Autoriza Executivo reajustar salário constante do art. 3º, Lei nº 4.046/04, contratação temporária de 17 Agentes Comunitários de Saúde-PACS.
Lei nº 4.915	de 18.07.08	Autoriza o Executivo reajustar salário constante do art. 3º da Lei nº 4.047/04, contratação temporária diversos profissionais p/ o PSF.
Lei nº 4.916	de 18.07.08	Autoriza o Executivo a reajustar salário constante do art. 4º da Lei nº 4.083/04,

		contratação temporária de 10 Agentes de Campo.
Lei nº 4.917	de 18.07.08	Autoriza o Executivo a reajustar salário constante do art. 4º da Lei nº 4.093/04, contratação temporária de 30 Agentes Comunitários de Saúde e 01 Enfermeiro-PACS.
Lei nº 4.918	de 18.07.08	Autoriza o Executivo reajustar salário constante do art. 2ºA, Lei nº 4.601/06, que autoriza a contratar temporária e administrativamente 12 Visitadores para o PIM.
Lei nº 4.946	de 08.09.08	Autoriza o Executivo reajustar salário constante do art. 3º da Lei nº 4.796/07, contratação temporária de 05 Agentes de Campo
Lei nº 4.957	de 03.10.08	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, profissionais para a Farmácia Popular
Lei nº 4.992	de 08.12.08	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, um médico psiquiatra e um enfermeiro para o CAPS I
Lei nº 4.993	de 08.12.08	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, dois médicos (PSF 1 e unidade móvel)
Lei nº 4.994	de 08.12.08	Autoriza o Executivo prorrogar contratos temporários de vários profissionais para atendimento ao PSF
Lei nº 5.003	de 19.12.08	Autoriza o Executivo prorrogar o contrato temporário de um médico veterinário
Lei nº 5.014	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a contratar temporária e administrativamente, dois odontólogos.
Lei nº 5.017	de 30.12.08	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente, um encarregado de Serviços Gerais
Lei nº 5.033	de 09.02.09	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente, um Psicólogo

Lei nº 5.041	de 16.03.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 480.000,00 (contratação temporária de professores, assistentes e auxiliares de escola)
Lei nº 5.042	de 16.03.09	Autoriza o Executivo a contratar temporária e administrativamente, profissionais para atuarem na SMEC (Professores, Assistentes e Auxiliares de Escola)
Lei nº 5.079	de 25.05.09	Contrata, temporária e administrativamente, 01 Engenheiro
Lei nº 5.090	de 02.06.09	Contrata, temporária e administrativamente 01 enfermeiro e 02 Técnicos de Enfermagem.
Lei nº 5.092	de 02.06.09	Ratifica e reajusta o salário constante do art. 4.º da Lei 4.892/08, que autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 12 Agentes Comunitários de Saúde p/ o PACS e o PSF.
Lei nº 5.099	de 22.06.09	Contrata, temporária e administrativamente, 01 psicólogo
Lei nº 5.103	de 06.07.09	Contrata, temporária e administrativamente, 15 visitantes p/ atender ao Programa 1.ª infância Melhor.
Lei nº 5.112	de 20.07.09	Reajusta o salário constante do art. 3.º da Lei 4.443/06, que autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente 3 médicos p/ o PSF.
Lei nº 5.113	de 20.07.09	Reajusta o salário constante do art. 3.º da Lei 4.993/08, que autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente 2 médicos.
Lei n.º 5.117	de 03.08.09	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Médico Veterinário.
Lei n.º 5.121	de 10.08.09	Contratar, temporária e administrativamente, um Médico e um Técnico em Enfermagem
Lei n.º 5.149	de 15.09.09	Contratação, temporária e administrativa, 1 Auxiliar de Consultório Dentário

Lei n.º 5.154	de 25.09.09	Contrata, temporária e administrativamente, 10 guardas municipais (SMAP)
Lei n.º 5.168	de 23.10.09	Excepciona a regra do art. 235 da LC 2635/90, autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários dos profissionais de Educação e a contratar 01 Auxiliar de Serviços Escolares.
Lei n.º 5.188	de 30.11.09	Contrata temporária e administrativamente, 01 psicólogo.
Lei n.º 5.190	de 04.12.09	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n. 2.635/90 e prorroga contratos temporários dos profissionais que atuam nas ESF e Dengue.
Lei n.º 5.215	de 30.12.09	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente 1 Encarregado de Serviços Gerais
Lei nº 5.239	de 08.03.10	Contrata, temporária e administrativamente, vários profissionais para atendimento à Estratégia de Saúde da Família-ESF (postos de saúde de Santos Reis, Muda Boi e bairro Esperança)
Lei nº 5.283	de 28.06.10	Contratação, temporária e administrativa, de um Médico Ginecologista.
Lei n.º 5.292	de 06.07.10	Contrata, temporária e administrativamente, um Odontólogo.
Lei n.º 5.318	de 06.09.10	Contrata temporária e administrativamente, 02 Engenheiros e 01 Arquiteto
Lei n.º 5.326	de 13.09.10	Contrata, temporária e administrativamente, 01 médico
Lei n.º 5.348	de 03.11.10	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, por excepcional interesse público (contratação temporária de um médico)
Lei n.º 5.358	de 30.11.10	Contratação, temporária e administrativa, de 01 Auxiliar de Consultório Dentário.
Lei n.º 5.381	de 30.12.10	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2.635/90 e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde ESF e Dengue.

Lei n.º 5.415	de 15.04.11	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 5.318/10, que contrata temporária e administrativamente dois Engenheiros e um Arquiteto.
Lei n.º 5.433	de 17.05.11	Contrata, temporária e administrativamente, 03 (três) Operadores de Máquina Rodoviária.
Lei n.º 5.436	de 24.05.11	Autoriza a FUNDARTE a contratar, temporária e administrativamente, dois Professores Auxiliares
Lei n.º 5.463	de 20.06.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam na ESF, PACS e Combate à Dengue.
Lei n.º 5.464	de 20.06.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde da SMS.
Lei n.º 5.471	de 30.06.11	Contrata, temporária e administrativamente, um Atendente de Farmácia.
Lei n.º 5.485	de 26.07.11	Contrata, temporária e administrativamente, 10 Entrevistadores para atuarem na SMHAD e abre crédito especial (Bolsa Família)
Lei n.º 5.489	de 05.08.11	Contrata, temporária e administrativamente, 1 (um) Médico para o PSF 1.
Lei n.º 5.508	de 04.10.11	Contrata, temporária e administrativamente, 2 (dois) Eletricistas.
Lei n.º 5.509	de 04.10.11	Contrata, temporária e administrativamente, um Engenheiro ou um Arquiteto.
Lei n.º 5.547	de 19.12.11	Contrata, temporária e administrativamente, 1 (um) Médico
Lei n.º 5.573	de 30.12.11	Contrata, temporária e administrativamente, 3 (três) Médicos Clínicos Geral
Lei n.º 5.574	de 30.12.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga, em caráter excepcional, o contrato temporário e

		administrativo, em vigor, do profissional Médico que atua na SMS/ESF
Lei n.º 5.588	de 22.02.12	Contrata, temporária e administrativamente, 1 (um) Auxiliar de Consultório Dentário
Lei n.º 5.589	de 22.02.12	Contrata, temporária e administrativamente, um Psicólogo.
Lei n.º 5.590	de 27.02.12	Contrata, temporária e administrativamente, um Bioquímico.
Lei n.º 5.592	de 05.03.12	Contrata, temporária e administrativamente, 01 Psicólogo e abre crédito especial (CRAS)
Lei n.º 5.603	de 27.03.12	Contrata, temporária e administrativamente, 1 (um) Médico Gineco-Obstetra.
Lei n.º 5.613	de 10.04.12	Contrata, temporária e administrativamente, diversos profissionais para atuarem na SMEC.
Lei n.º 5.619	de 23.04.12	Autoriza a FUNDARTE a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Jornalista.
Lei n.º 5.629	de 21.05.12	Contrata, temporária e administrativamente, 1 Psicólogo (CAPS I).
Lei n.º 5.652	de 02.07.12	Convocação de profissionais para o regime suplementar de trabalho para atuação no CAPS, contratação temporária de 1 Médico Psiquiatra e abertura de crédito especial de R\$ 75.677,83.
Lei n.º 5.654	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 02 Agentes de Combate a Endemias.
Lei n.º 5.655	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Enfermeiro para atuar na SMS/PAM.
Lei n.º 5.656	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Auxiliar de Consultório Dentário para atuar na SMS/ESF 2 Esperança.
Lei n.º 5.657	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Enfermeiro para atuar na SMS/UBS Centenário.

Lei n.º 5.658	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Enfermeiro para atuar na SMS/ESF 2 Esperança.
Lei n.º 5.660	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Psicólogo (SMHAD-CREAS)
Lei n.º 5.671	de 18.07.12	Contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 31 Agentes Comunitários de Saúde para ESF e PACS. (Com parte vetada promulgada)
Lei n.º 5.721	de 20.11.12	Autoriza a FUNDARTE a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Jornalista.
Lei n.º 5.755	de 11.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Psicólogo (p/ atuar na SMS).
Lei n.º 5.756	de 11.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 2 (dois) Psicólogos (p/ atuarem no CREAS).
Lei n.º 5.758	de 11.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Enfermeiro (p/ atuarem na SMS/ESF1 Germano Henke).
Lei n.º 5.760	de 15.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 2 (dois) Psicólogos (p/ atuarem na SMS/CAPS).
Lei n.º 5.771	de 19.04.13	Contratação, temporária e administrativa, de 01 Odontólogo.
Lei n.º 5.781	de 07.06.13	Contratação, temporária e administrativa, de 02 Auxiliares de Consultório Dentário.
Lei n.º 5.785	de 17.06.13	Autoriza o Executivo Municipal a excepcionar a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635 de 1990, para prorrogar os contratos temporários dos profissionais da educação.
Lei n.º 5.788	de 28.06.13	Contrata, temporária e administrativamente, um Médico. (Saúde Prisional).

Lei n.º 5.789	de 1.º.07.13	Contrata, temporária e administrativamente, diversos profissionais para atuarem na SMEC.
Lei n.º 5.794	de 29.07.13	Autoriza a FUNDARTE a contratar, temporária e administrativamente, 1(um) Professor Auxiliar.
Lei n.º 5.799	de 29.07.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente 1(um) Engenheiro Agrônomo.
Lei n.º 5.813	de 26.08.13	Autoriza a contratar, temporária e administrativamente, 1 Topógrafo
Lei n.º 5.822	de 16.09.13	Autoriza a contratar, temporária e administrativamente, Médicos e enfermeiros. (Posto Timbaúva, PAM, UBS)
Lei n.º 5.858	de 26.11.13	Contrata, temporária e administrativamente, diversos profissionais para atuarem da SMEC.
Lei n.º 5.864	de 06.12.13	Acrescenta o parágrafo único ao art. 2.º da Lei n.º 5.789/13, que contrata, temporária e administrativamente, diversos profissionais para atuarem da SMEC.
Lei n.º 5.874	de 30.12.13	Autoriza a contratar, temporária e administrativamente 2 Auxiliares de Consultório Dentário.
Lei n.º 5.954	de 28.07.14	Contrata, temporária e administrativamente, um Médico. (Saúde Prisional).
Lei n.º 5.957	de 18.08.14	Contrata, temporária e administrativamente, um Engenheiro Civil.
Lei nº 6.046	de 05.12.14	Contratação, temporária e administrativa, de 02 Atendentes de Farmácia
Lei nº 6.140	de 07.07.15	Contrata, temporária e administrativamente, um Engenheiro Civil.
Lei n.º 6.211	de 14.09.15	Contrata, temporária e administrativamente, um Farmacêutico.

Lei n.º 6.212	de 14.09.15	Contrata, temporária e administrativamente, um Psicólogo.
LC n.º 6.226	De 16.11.15	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 2 (dois) enfermeiros.

CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS

Lei n.º 409	de 21.09.51	Autoriza a celebração de contrato.
Lei n.º 482	de 30.05.52	Autoriza a celebração de contrato.
Lei n.º 573	de 29.05.53	Autoriza a celebração de contrato.
Lei n.º 612	de 30.11.53	Autoriza a lavratura de convênio entre o Município e a União dos Funcionários Municipais do RS para distribuição de pensão à família do funcionário.
Lei n.º 652	de 05.03.54	Autoriza o Executivo a celebrar acordo com o Ministério da Agricultura para o fomento da produção vegetal.
Lei n.º 797	de 24.10.55	Autoriza o Executivo a firmar contrato com a CEEE.
Lei n.º 1.018	de 12.10.57	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Estado para construção da Escola Rural de Cafundó.
Lei n.º 1.019	de 04.10.57	Autoriza o Executivo a assinar termos de acordo com a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio para o combate ao "serrador" da acácia negra e a formiga cortadeira.
Lei n.º 1.130	de 11.12.59	Autoriza a celebração de contato com a empresa Irmãos Rammé Ltda.
Lei n.º 1.507	de 03.02.64	Autoriza assinar termo de compromisso para recebimento de auxílio do Governo do Estado para asfaltamento da Estrada que vai à Estação Experimental.
Lei n.º 1.511	de 12.10.64	Ratifica Termo de Ajuste com a Campanha Nacional de Merenda Escolar.
Lei n.º 1.534	de 18.06.64	Aprova Termo de Acordo com o serviço de inseminação artificial e abre crédito especial de Cr\$ 150.000,00.

Lei n.º 1.552	de 11.08.64	Ratifica Termo de Acordo Especial e respectivo aditivo celebrado com a Secretaria de Educação e Cultura.
Lei n.º 1.574	de 22.09.64	Autoriza rescisão de contrato celebrado com a firma Pedrasul S.A.
Lei n.º 1.605	de 22.12.64	Autoriza firmar convênio com a Prefeitura de Salvador do Sul para a aposentadoria da professora Elvira Krassmann Modena.
Lei n.º 1.609	de 04.03.65	Ratifica convênio celebrado com a Secretaria de Educação e Cultura.
Lei n.º 1.611	de 11.08.64	Ratifica termo de acordo especial e respectivo aditivo celebrado com a Secretaria de Educação e Cultura.
Lei n.º 1.622	de 11.05.65	Revoga a Lei n.º 1.552 de 11.8.64.
Lei n.º 1.629	de 17.06.65	Autoriza a celebração de contratos e convênio com Companhia de Habitação Estado do RS.
Lei n.º 1.647	de 22.09.65	Autoriza a celebração de acordo com a viúva de José Otto Mendel e abre crédito especial.
Lei n.º 1.654	de 24.11.65	Aprova contrato de locação de serviços com a DPM-Delegações de Prefeituras Municipais.
Lei n.º 1.657	de 10.12.65	Ratifica termo de convênio celebrado com o Ministério da Educação e Cultura.
Lei n.º 1.665	de 28.01.66	Autoriza rescindir Termo Aditivo ao acordo especial celebrado com a Secretaria de Educação e Cultura e revoga Lei nº 1.622/65.
Lei n.º 1.683	de 06.07.66	Autoriza firmar convênio com os Ministérios de Minas e Energia para recebimento de auxílios.
Lei n.º 1.684	de 11.07.66	Aprova e ratifica termo de acordo celebrado com o Estado para execução do plano de municipalização do Ensino Primário.
Lei n.º 1.695	de 30.09.66	Autoriza firmar convênio com a COHAB-RS, para execução do plano de habitação do Estado.

Lei n.º 1.723	de 03.01.67	Autoriza firmar convênio com a Secretaria da Fazenda para arrecadação de impostos.
Lei n.º 1.725	de 26.01.67	Autoriza firmar Termo de Compromisso com o DAER para aplicação de auxílio recebido.
Lei n.º 1.728	de 05.04.67	Autoriza firmar termo de acordo para a construção do G.E. de Brochier.
Lei n.º 1.758	de 21.12.67	Autoriza lavratura de convênio entre o município e a União dos Funcionários Municipais do RS.
Lei n.º 1.768	de 28.05.68	Autoriza celebração de acordo com servidores inativos e abre crédito especial.
Lei n.º 1.778	de 29.08.68	Autoriza firmar convênio com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.
Lei n.º 1.781	de 04.09.68	Autoriza firmar acordo com os funcionários inativos da municipalidade.
Lei n.º 1.808	de 03.06.69	Autoriza firmar acordo com os funcionários inativos da municipalidade.
Lei n.º 1.825	de 29.09.69	Autoriza firmar convênio com a S.O.P. para a construção do Ginásio Industrial AJ Renner.
Lei n.º 1.827	de 14.10.69	Autoriza celebrar contrato com a Corsan para a execução de obras de abastecimento de água.
Lei n.º 1.828	de 14.10.69	Autoriza firmar acordo com o Sr. João Lotário Gerstner e abre crédito especial.
Lei n.º 1.871	de 30.11.70	Autoriza firmar acordo com a S.O.P. para a construção da Escola de Morro da Manteiga.
Lei n.º 1.882	de 04.05.71	Autoriza retenção cotas FPM vinculadas a convênio com PREMEM.
Lei n.º 1.942	de 27.03.73	Autoriza firmar convênio com o Mobral.
Lei n.º 1.953	de 11.06.73	Ratifica Termo de Acordo com o Estado relacionado com o ensino no meio rural.

Lei n.º 1.965	de 13.11.73	Ratifica termo de ajuste para o fornecimento de alimentação escolar em 74.
Lei n.º 2.003	de 04.12.74	Autorizam celebrar convênio com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar – CNAE.
Lei n.º 2.007	de 04.05.75	Autoriza firmar convênio com a SEC para construção da Escola de Vendinha.
Lei n.º 2.030	de 24.12.75	Autoriza firmar convênio com a SEC para construção da Escola Rural de Batinga Norte.
Lei n.º 2.034	de 24.12.75	Autoriza firmar acordo com o Sr. Hélio Marcos Lauermann (acidente s/automóvel).
Lei n.º 2.041	de 14.04.76	Autoriza firmar acordo com os sucessores de Urbano José Lammel, Arnaldo Gallas e outros.
Lei n.º 2.050	de 28.06.76	Dá nova redação à lei nº 2030/75.
Lei n.º 2.051	de 28.06.76	Autoriza firmar convênio com a SEC para ampliação do Ginásio Industrial A.J. Renner.
Lei n.º 2.052	de 28.06.76	Autoriza firmar convênio com a SEC para reforma e rec. da G.E. de Harmonia.
Lei n.º 2.053	de 28.06.76	Autoriza firmar convênio com a SEC com vistas a um auxílio para construção de escolas municipais.
Lei n.º 2.055	de 27.10.76	Autoriza firmar convênio com a SEC para construção de poço artesiano na Escola Rural de Vendinha.
Lei n.º 2.069	de 12.04.77	Autoriza firmar contrato com a SEC para construção de sanitários na Escola Rural de Batinga Norte.
Lei n.º 2.088	de 17.04.78	Ratifica termo de acordo celebrado entre o Estado e a Prefeitura (SEC).
Lei n.º 2.093	de 23.05.78	Autoriza celebrar contrato com a SEC/RS.
Lei n.º 2.094	de 23.05.78	Autoriza celebrar convênio com a Emater.

Lei n.º 2.100	de 23.06.78	Autoriza o Executivo a firmar convênio de adesão ao programa e complementação urbana com o BNH.
Lei n.º 2.102	de 25.07.78	Autoriza firmar contrato com a SEC para ampliação, medição e distribuição de energia para o Ginásio Industrial AJ Renner.
Lei n.º 2.109	de 02.10.78	Autoriza efetuar operação de arrendamento mercantil com Bozano Simonsen Leasing S.A (Trator de Esteiras).
Lei n.º 2.117	de 04.12.78	Autoriza firmar convênio com vistas a receber numerário para recuperação de obras danificadas pelas enchentes de 1977.
Lei n.º 2.118	de 11.12.78	Autoriza ceder área de terras no Cemitério sob forma de contrato de comodato.
Lei n.º 2.124	de 16.02.79	Autoriza celebrar contrato com a Cinteia.
Lei n.º 2.130	de 25.04.79	Ratifica convênio celebrado entre o BNH e o município com intervenção do Banrisul.
Lei n.º 2.141	de 05.07.79	Autoriza rescindir contrato celebrado com a SEC.
Lei n.º 2.152	de 07.12.79	Autoriza firmar convênio com o Hospital Montenegro.
Lei n.º 2.173	de 26.06.80	Autoriza assinar contrato com o Estado, construção da EM João Fernandes Vieira.
Lei nº 2.176	de 02.07.80	Autoriza assinar contrato com o Estado para construção do prédio e outras obras na EE AJ Renner.
Lei n.º 2.182	de 30.09.80	Autoriza assinar contrato com o Estado para a compra de equipamentos e material permanente para a EM 1º Grau.
Lei n.º 2.183	de 30.09.80	Autoriza assinar contrato com Estado para construção de prédio administrativo da EE AJ Renner.
Lei n.º 2.184	de 30.09.80	Autoriza assinar contrato com Estado para ampliação da EE Adelaide Sá Brito.

Lei n.º 2.185	de 14.10.80	Autoriza firmar contrato com a CRT, Centro Telefônico de Brochier.
Lei n.º 2.199	de 31.12.80	Altera art. 1º da Lei nº 2184/80.
Lei n.º 2.215	de 02.07.81	Autoriza assinar contrato com o Estado através da SEC projeto município.
Lei n.º 2.224	de 28.09.81	Autoriza assinar contrato com o Estado, execução de obras na rede de ensino.
Lei n.º 2.250	de 16.06.82	Autoriza assinar contratos, convênio, com o Estado através da Secretaria da Educação.
Lei n.º 2.267	de 30.08.82	Autoriza assinar convênio com DNOS.
Lei n.º 2.276	de 18.10.82	Ratifica contrato entre Estado e Prefeitura através da Secretaria da Educação.
Lei n.º 2.278	de 04.11.82	Retifica contrato entre Estado e Prefeitura através da Secretaria da Educação.
Lei n.º 2.280	de 23.11.82	Ratifica contrato entre Estado e o município, através da Secretaria de Educação no valor de Cr\$ 1.561.000,00.
Lei n.º 2.299	de 27.05.83	Revoga a Lei nº 2250 e autoriza assinar convênio com a Secretaria de Educação e Cultural.
Lei n.º 2.316	de 28.10.83	Convênio com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento.
Lei n.º 2.348	de 29.06.84	Convênio para implantação de Telefonia Rural Social.
Lei n.º 2.357	de 08.09.84	Autoriza assinar convênios e acordos com a Secretaria de Educação e Cultura.
Lei n.º 2.364	de 24.11.84	Autoriza assinar convênio com a Lacesa.
Lei n.º 2.550	de 17.03.89	Autoriza firmar convênio com 5º BPM.
Lei n.º 2.551	de 17.03.89	Autoriza firmar convênio IAPAS para saldar débito do município com o mesmo.
Lei n.º 2.553	de 03.04.89	Convênio com Estado do RS, serviço incêndio, socorros públicos e emergência.

Lei n.º 2.564	de 22.05.89	Autoriza o Executivo a firmar contrato de concessão de uso com o Grupo de Escoteiros Acácia Negra.
Lei n.º 2.570	de 20.06.89	Altera convênio com a CEEE para cobrança de Taxa de Iluminação Pública.
Lei n.º 2.571	de 20.06.89	Contrato de concessão de uso com a Feira Artística de Montenegro – FAM.
Lei n.º 2.589	de 15.08.89	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio e celebrar convênio com o Conselho Montenegrino do Bem Estar do Menor.
Lei n.º 2.592	de 04.09.89	Autoriza o Executivo a firmar Contrato de concessão para instalação de um sistema de sonorização na Praça Rui Barbosa.
Lei n.º 2.600	de 10.10.89	Autoriza o Executivo a associar-se e ceder professores à Assoc. Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro – APCEM.
Lei n.º 2.601	de 10.10.89	Autoriza o Executivo a firmar Contrato de Concessão para ocupação de salas no Ginásio de Esportes do Parque Centenário.
Lei n.º 2.613	de 17.11.89	Autoriza o Executivo a firmar contrato de Comodato com o Hospital Montenegro.
Lei n.º 2.642	de 28.05.90	Ratifica convênio firmado entre a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro e o Município de Montenegro.
Lei n.º 2.671	de 28.09.90	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Hospital Montenegro.
Lei n.º 2.692	de 21.12.90	Autoriza a realização de operações de crédito com a Caixa Econômica Federal – CEF.
Lei n.º 2.694	de 26.12.90	Autoriza o Poder Executivo a firmar Contrato de Concessão para instalação de um Posto de Atendimento Bancário Especial (PAB) nesta Prefeitura Municipal.
Lei n.º 2.720	de 15.05.91	Altera convênio firmado com o 5º BPM, autorizado pela Lei nº 2.550/89.

Lei n.º 2.815	de 13.04.92	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Tribunal Regional Eleitoral.
Lei n.º 2.819	de 24.04.92	Autoriza o Executivo a firmar acordo de parcelamento de dívida para o INSS.
Lei n.º 2.829	de 09.06.92	Autoriza o Executivo a firmar acordo sobre prestação de contas entre os municípios de Montenegro e Brochier do Maratá.
Lei n.º 2.832	de 15.06.92	Autoriza o Executivo a alterar convênio com a OASE, mantenedora do Hospital Montenegro, firmado nos termos da Lei nº 2.671/90.
Lei n.º 2.843	de 17.08.92	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 2832/92 que autoriza alterar convênio com a OASE.
Lei n.º 2.856	de 02.10.92	Autoriza a contratação de serviços especializados visando a criação de um Instituto.
Lei n.º 2.950	de 16.11.93	Autoriza o Executivo a prorrogar por mais quatro anos o convênio firmado entre Estado RS e o município de Montenegro, para execução serviços de prevenção de incêndios, combate ao fogo e socorros públicos de emergência.
Lei n.º 3.039	de 04.01.95	Autoriza o Executivo celebrar convênio com a CRT para implantação telefonia celular fixa.
Lei n.º 3.183	de 16.04.97	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Estado do RS – Corpo de Bombeiros.
Lei n.º 3.192	de 23.04.97	Autoriza Executivo dar concessões a empresas para exploração coleta de resíduos domiciliares no território do município.
Lei n.º 3.194	de 05.05.97	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Hospital Montenegro.
Lei n.º 3.197	de 21.05.97	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Aeroclube de Montenegro.
Lei n.º 3.203	de 17.06.97	Autoriza o Executivo a renovar convênio com o Hospital Montenegro.

Lei n.º 3.208	de 15.07.97	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Pró-Ensino Superior de Novo Hamburgo, mantenedora da FEEVALE.
Lei n.º 3.215	de 04.08.97	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e COMCRAD.
Lei n.º 3.216	de 04.08.97	Autoriza o Executivo a complementar repasse financeiros, renovar convênio e firmar novo convênio com o Hospital Montenegro.
Lei n.º 3.217	de 04.08.97	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Ministério do meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.
Lei n.º 3.222	de 25.08.97	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Caixa Econômica Federal para concessão de empréstimos sob consignação.
Lei n.º 3.225	de 30.09.97	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Roessler – FEPAM.
Lei n.º 3.227	de 30.09.97	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação dos Citricultores de Harmonia – Harmonicitrus.
Lei n.º 3.229	de 13.10.97	Altera art. da Lei nº 3.217/97.
Lei n.º 3.232	de 24.10.97	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Estado RS, através da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, para execução descentralizada dos serviços assistenciais.
Lei n.º 3.238	de 24.10.97	Autoriza Executivo firmar convênio de aquisição, compensação e parcelamento de créditos e débitos que entre si celebram o Estado do RS, a Cia. Estadual de Energia Elétrica – CEEE e o município de Montenegro.
Lei n.º 3.242	de 12.12.97	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Conselho Pró-Segurança Comunitária – Consepro.
Lei n.º 3.243	de 23.12.97	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Lei n.º 3.255	de 28.01.98	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Círculo de pais e Mestres da Escola Estadual de 1º Grau Ivo Bühler e COMCRAD.
Lei n.º 3.256	de 06.02.98	Autoriza o Executivo a renovar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e COMCRAD.
Lei n.º 3.257	de 18.02.98	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.
Lei n.º 3.258	de 19.02.98	Autoriza o Executivo a prorrogar convênio com o Hospital Montenegro.
Lei n.º 3.262	de 13.03.98	Autoriza o Executivo a assinar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e Comcrad.
Lei n.º 3.263	de 16.03.98	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Estado do RS, através do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.
Lei n.º 3.264	de 16.03.98	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Estado do RS através da Secretaria Estadual da Justiça e Segurança, com interveniência da Brigada Militar.
Lei n.º 3.269	de 30.03.98	Autoriza o Executivo firmar convênio de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal.
Lei n.º 3.271	de 30.03.98	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Hospital Montenegro.
Lei n.º 3.283	de 20.05.98	Autoriza o executivo a renovar convênio para manutenção do Posto de Inseminação Artificial – PIA, instalado em Montenegro.
Lei n.º 3.312	de 03.08.98	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem – DAER.
Lei n.º 3.313	de 07.08.98	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.318	de 28.08.98	Autoriza o Executivo firmar convênio com Serviço Social da Indústria – Sesi.

Lei n.º 3.331	de 13.10.98	Autoriza o Executivo firmar contratos com prestadores serviços que atendem pelo SUS.
Lei n.º 3.349	de 11.12.98	Autoriza o Executivo a firmar Termo Aditivo ao Convênio de Colaboração nº 101008098, com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.366	de 28.12.98	Autoriza o Executivo firmar convênio com o CPM da Escola Municipal de Ensino Fundamental Esperança.
Lei n.º 3.371	de 31.12.98	Autoriza o Executivo firmar convênio para manutenção do Posto de Inseminação Artificial – PIA, instalado em Montenegro.
Lei n.º 3.372	de 31.12.98	Autoriza Executivo firmar convênio com APAE
Lei n.º 3.375	de 31.12.98	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.382	de 17.02.99	Autoriza o Executivo a firmar Termo Aditivo ao Convênio de Colaboração nº 03/3001099, com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.387	de 01.04.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Comissão Organizadora de Eventos de Montenegro e abertura de Crédito Especial.
Lei n.º 3.391	de 14.05.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas.
Lei n.º 3.398	de 11.06.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Consepro.
Lei n.º 3.402	de 18.06.99	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Estado do RS, através da Secretaria da Educação.
Lei n.º 3.403	de 18.06.99	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a OASE, mantenedora do Hospital Montenegro.
Lei n.º 3.404	de 18.06.99	Autoriza o Executivo firmar Termo Aditivo ao convênio com a Comissão Organizadora de Eventos de Montenegro.

Lei n.º 3.406	de 09.07.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Metroplan – Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional.
Lei n.º 3.419	de 30.07.99	Autoriza o Executivo firmar convênio de cooperação técnica com a Metroplan.
Lei n.º 3.431	de 09.09.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Consepro.
Lei n.º 3.433	de 27.09.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com a ACIM - Associação Comercial e Industrial de Montenegro.
Lei n.º 3.436	de 01.10.99	Autoriza o Executivo firmar contrato com a Embratel.
Lei n.º 3.437	de 01.10.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com a PROCERGS.
Lei n.º 3.448	de 26.11.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Delegacia Federal da Agricultura no Estado do RS, objetivando cooperação técnica na área de inspeção de produtos de origem animal, no Município.
Lei n.º 3.453	de 29.11.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Município de Pareci Novo (Lixo e Manutenção de Estradas).
Lei n.º 3.454	de 29.11.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Município de Brochier.
Lei n.º 3.456	de 17.12.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com o CPM da Escola Municipal de Ensino Fundamental Esperança.
Lei n.º 3.468	de 27.12.99	Autoriza o Executivo firmar convênio de colaboração com a APAE.
Lei n.º 3.469	de 27.12.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Recreo.
Lei n.º 3.471	de 27.12.99	Autoriza o Executivo a celebrar Convênio e abrir Crédito Especial no valor de R\$ 73.464,00 (Programa Habitar Brasil).
Lei n.º 3.477	de 31.12.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.

Lei n.º 3.479	de 31.12.99	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Comunidade Evangélica de Montenegro, mantenedora do Colégio Sinodal Progresso.
Lei n.º 3.485	de 11.02.00	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Conselho Pró Segurança Pública de Montenegro – Consepro.
Lei n.º 3.506	de 24.04.00	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação de Artesãos de Montenegro.
Lei n.º 3.513	de 22.05.00	Ratifica Termo Aditivo ao Convênio de compensação e parcelamento de créditos e débitos, firmado entre o Estado do RS, CEEE e o Município de Montenegro.
Lei n.º 3.524	de 20.06.00	Autoriza o Executivo a celebrar Convênio e abrir Crédito Especial no valor de R\$ 29.040,00 (SMAM – Extensão Rural).
Lei n.º 3.528	de 30.06.00	Autoriza o Executivo firmar Convênio com Estado do RS, através da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social.
Lei n.º 3.535	de 28.07.00	Autoriza o Executivo firmar Convênio com a APAE.
Lei n.º 3.547	de 06.10.00	Ratifica Convênio celebrado entre o Estado do RS, através da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e o Município de Montenegro, visando execução do Programa Estadual de Assistência Social.
Lei n.º 3.553	de 07.11.00	Autoriza o Executivo firmar Convênio com Estado do RS, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, com a interveniência da Junta Comercial, Industrial e de Serviços de Montenegro.
Lei n.º 3.562	de 27.12.00	Ratifica Contrato de repasse celebrado entre a União Federal, através da Caixa Econômica Federal, e o Município, objetivando a execução de ações relativas ao PRONAF.
Lei n.º 3.563	de 27.12.00	Ratifica Contrato de repasse celebrado entre a União Federal, através da Caixa Econômica Federal, e o Município,

		objetivando a execução de ações relativas ao Programa Morar Melhor – Produção de Unidades Habitacionais.
Lei n.º 3.565	de 28.12.00	Autoriza o Executivo a celebrar Contrato de Repasse com a União Federal, através da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Morar Melhor – Ação Saneamento Básico.
Lei n.º 3.567	de 29.12.00	Autoriza o Executivo a celebrar Convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social, com a interveniência do INSS, para a operacionalização da compensação previdenciária.
Lei n.º 3.568	de 29.12.00	Autoriza o Executivo firmar Convênio com o CPM da Escola M.E.F. Esperança.
Lei n.º 3.570	de 29.12.00	Autoriza o Executivo a celebrar dois Contratos de Repasse com o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, através da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de projetos de infra-estrutura do desporto.
Lei n.º 3.585	de 11.04.01	Autoriza o Executivo firmar Termo Aditivo ao Convênio nº 095007099, com a OASE, abrir Crédito Especial no valor de R\$ 39.528,00.
Lei n.º 3.598	de 28.05.01	Autoriza o Executivo firmar Termo Aditivo ao Convênio de Colaboração nº 003001099, com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.605	de 11.04.01	Autoriza a Fundarte firmar contrato com o BNDES.
Lei n.º 3.659	de 23.10.01	Autoriza o Executivo firmar Convênio com o Recreo – Retiro Comunitário de Reabilitação Ocupacional.
Lei n.º 3.680	de 26.11.01	Autoriza o Executivo firmar Convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista mantenedora do Abrigo Menino Jesus de Praga.
Lei n.º 3.688	de 14.12.01	Autoriza o Executivo firmar Convênio com o DAER/RS.
Lei n.º 3.689	de 14.12.01	Autoriza o Executivo receber, em doação, recursos financeiros para

		repassar, através de Convênio, à Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.702	de 28.12.01	Autoriza o Executivo firmar convênio com o CPM da Escola Municipal de Ensino Fundamental Esperança.
Lei n.º 3.706	de 19.02.02	Autoriza o Executivo firmar Termo Aditivo ao Convênio com a OASE.
Lei n.º 3.709	de 05.03.02	Autoriza o Executivo firmar Convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 3.711	de 12.03.02	Autoriza o Executivo firmar Termo Aditivo ao Convênio com a Sociedade Espiritualista Beneficente.
Lei n.º 3.712	de 18.03.02	Autoriza o Executivo firmar Convênio com o Recreo.
Lei n.º 3.713	de 18.03.02	Autoriza o Executivo firmar Convênio com a APAE.
Lei n.º 3.714	de 18.03.02	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 3.722	de 16.04.02	Acrescenta o art. 1ºA à Lei 3.714/02, que autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 3.745	de 21.06.02	Autoriza o Executivo firmar Convênio com a Sociedade Pella Bethânia.
Lei n.º 3.783	de 19.08.02	Autoriza o Executivo firmar Convênio e custear montante de recursos para atender a demanda do Transporte Escolar para alunos da Rede Pública Estadual.
Lei n.º 3.788	de 02.09.02	Acrescenta o art. 1º A à Lei nº 3.709/02, que autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 3.796	de 16.09.02	Altera redação do art. 2º da Lei 3.506/00, que autoriza o Executivo firmar convênio com Associação dos Artesãos de Montenegro.
Lei n.º 3.831	de 22.11.02	Autoriza o Executivo firmar convênio com CDL–Câmara de Dirigentes Lojistas (Natal Sem Igual).

Lei n.º 3.839	de 13.12.02	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Entidade de Filantropia, Cultura e Arte-Efica.
Lei n.º 3.841	de 16.12.02	Institui normas para concessão de auxílios e subvenções.
Lei n.º 3.844	de 26.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com o CPM da EMEF Esperança (Projeto Férias 2003).
Lei n.º 3.883	de 14.04.03	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais (APAE, Lar Sagrada Família, Abrigo e Pão dos Pobres, Sociedade Beneficente Espiritualista).
Lei n.º 3.909	de 08.07.03	Autoriza o Executivo firmar convênio com a UNDIME/RS.
Lei n.º 3.920	de 11.08.03	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (repassa recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação).
Lei n.º 3.951	de 06.10.03	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 3.952	de 06.10.03	Altera o art. 2º da Lei nº 3.745/02, que autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Pella Bethânia.
Lei n.º 3.955	de 13.10.03	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista. (Merenda Escolar)
Lei n.º 3.960	de 03.11.03	Altera o art. 1.º da Lei n.º 3955/03, que autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista. (Merenda Escolar)
Lei n.º 3.964	de 03.11.03	Autoriza o Executivo firmar convênio para manutenção do Posto de inseminação Artificial – PIA, instalado em Montenegro.
Lei n.º 3.990	de 08.12.03	Autoriza o Executivo a receber, em doação, recursos financeiros para repassar, através de Convênio, ao CPM da E. E. Aurélio Porto – 1.ª a 4.ª série, e dá outras providências.

Lei n.º 4.050	de 13.04.04	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 4.077	de 31.05.04	Altera o art. 2.º da Lei n.º 3745/02, que autoriza o Executivo firmar Convênio com a Sociedade Pella Bethânia. (alteração anual do valor do repasse por adolescente atendido – R\$ 260,00)
Lei n.º 4.107	de 03.08.04	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 4.108	de 05.08.04	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.
Lei n.º 4.109	de 10.08.04	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Brigada Militar de Montenegro.
Lei n.º 4.115	de 06.09.04	Autoriza o Executivo a firmar Convênio com a CORSAN. (troca de rede de água da Avenida Itália)
Lei n.º 4.123	de 04.10.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial de R\$ 18.802,69. (Devolução de sobras de recursos à União)
Lei n.º 4.126	de 11.10.04	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE.
Lei n.º 4.128	de 11.10.04	Ratifica o Convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Justiça e da Segurança, com interveniência da Brigada Militar e com o DETRAN/RS.
Lei n.º 4.131	de 25.10.04	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a APAE (Projeto Equoterapia).
Lei n.º 4.139	de 08.11.04	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 4.140	de 16.11.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 20.000,00 – SMIC – Campanha 2004 – Abrace Montenegro.
Lei n.º 4.146	de 13.12.04	Ratifica o Convênio de Cooperação entre a Universidade de Caxias do Sul e Município de Montenegro.

Lei n.º 4.153	de 27.12.04	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista - SMSAS – FMDCA – repasse de R\$ 307.088,44.
Lei n.º 4.175	de 15.03.05	Autoriza o Executivo firmar Convênio com o Consepro.
Lei n.º 4.178	de 29.03.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 4.183	de 06.04.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Tribunal Regional Eleitoral.
Lei n.º 4.198	de 29.04.05	Autoriza o Executivo a firmar Convênio com o Tribunal de Justiça do Estado RS.
Lei n.º 4.203	de 03.05.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, juntamente com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR.
Lei n.º 4.208	de 16.05.05	Autoriza o Executivo firmar Convênio com o Centro Terapêutico São Francisco.
Lei n.º 4.215	de 10.06.05	Altera art. 2º da Lei nº 3.745/02.- Convênio c/Sociedade Pella Bethânia.
Lei n.º 4.221	de 15.06.05	Autoriza o Executivo firmar Convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro.
Lei n.º 4.251	de 11.08.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol e abrir Crédito Especial no valor de R\$ 45.000,00.
Lei n.º 4.261	de 29.08.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a OASE, abrir crédito especial no valor de R\$ 464.872,50 e a incluir programa no PPA 2002/5 e meta na LDO 2005.
Lei n.º 4.266	de 13.09.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Herança e ATM e abrir crédito especial no valor de R\$ 30.000,00.
Lei n.º 4.270	de 26.09.05	Ratifica convênio com a Fundação Banco do Brasil, autoriza abertura crédito especial valor de R\$ 5.000,00 (Programa AABB Comunidade).

Lei n.º 4.273	de 26.09.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Coral da Sociedade Beneficente e Esportiva Santos Reis.
Lei n.º 4.282	de 13.10.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com BNDES, a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 25.973,00 (reforma do Museu).
Lei n.º 4.292	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a AASEM e abrir crédito especial no valor de R\$ 12.000,00.
Lei n.º 4.298	de 27.10.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com a OASE e abrir crédito especial no valor de R\$ 420.000,00 (Coredes).
Lei n.º 4.300	de 01.11.05	Altera art. 2º da Lei 4.292/05 (AASEM).
Lei n.º 4.306	de 07.11.05	Autoriza o Executivo firmar contrato com Instituições Financeiras Oficiais.
Lei n.º 4.320	de 18.11.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com Governo do RS, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR para implantar o Programa Minha Casa e abrir crédito especial no valor de R\$ 266.001,00.
Lei n.º 4.323	de 21.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 05, abrir crédito especial no valor de R\$ 21.300,00 e firmar convênio com a CDL – Sonho de Natal 2005.
Lei n.º 4.328	de 23.11.05	Ratifica a cedência de servidores e autoriza o Executivo firmar convênio (APAE).
Lei n.º 4.329	de 23.11.05	Autoriza Executivo firmar convênio com entidades e abrir crédito especial no valor de R\$ 129.385,92 (Recreio–Sinodal–EMEF Esperança).
Lei n.º 4.341	de 13.12.05	Ratifica convênio com a Metroplan, autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 176.267,58 – construção galpão reciclagem lixo.
Lei nº 4.344	de 19.12.05	Ratifica a cedência de professores e autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.

Lei n.º 4.347	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a OASE e abrir crédito especial no valor de R\$ 6.000,00.
Lei n.º 4.362	de 27.12.05	Autoriza Executivo firmar convênio com o Ministério das Cidades, incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 57.460,00 (regularização fundiária dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto).
Lei n.º 4.404	de 20.03.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 4.405	de 20.03.06	Ratifica convênio celebrado com Estado do RS, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais e abrir crédito especial de R\$ 22.790,00.
Lei n.º 4.406	de 20.03.06	Ratifica o Contrato de Repasse celebrado com a União, por intermédio do Ministério do Esporte, autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 48.000,00.
Lei n.º 4.417	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com Governo RS, através da SEHADUR para implantação de loteamento popular, alterar ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 420.000,00.
Lei n.º 4.418	de 27.03.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Unimed/Vale do Caí e o Estado do RS, por intermédio da Secretaria da Justiça e da Segurança, com a intervenção da Brigada Militar.
Lei n.º 4.426	de 10.04.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com universidades federais, estaduais e particulares.
Lei n.º 4.428	de 17.04.06	Autoriza Executivo firmar convênio com o Sesi para implementar o programa de alfabetização de jovens e adultos.
Lei n.º 4.430	de 17.04.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com APCM – Colégio São José.
Lei n.º 4.439	de 28.04.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Estado do RS, através da Secretaria dos Transportes, p/execução obras no

		Aeródromo, incluir ação no PPA 2006/09, na LDO/06, abrir crédito especial R\$ 67.557,15.
Lei n.º 4.445	de 05.05.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Estado do RS, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, (FECA) e abrir crédito especial de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 4.446	de 05.05.06	Autoriza Executivo firmar convênio com Estado do RS, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, firmar convênio com entidades assistenciais e abrir crédito especial R\$ 11.800,00 (PEAS).
Lei n.º 4.452	de 15.05.06	Altera o art. 2º da Lei 3.745/02, que autoriza o Executivo firmar convênio com Sociedade Pella Bethânia.
Lei n.º 4.456	de 22.05.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do vale do Caí – CIS/CAI para viabilização do projeto CEO.
Lei n.º 4.461	de 29.05.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Ecocitrus p/realização do XIII Ciclo Estadual de Palestras sobre Citricultura e Expocitrus – Exposição de Citros.
Lei n.º 4.462	de 30.05.06	Ratifica cedência de servidores e autoriza Executivo renovar convênio com Tribunal de Justiça Estado do RS.
Lei n.º 4.477	de 26.06.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Consepro (Posto de Atendimento à Mulher).
Lei n.º 4.478	de 30.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006, abrir crédito especial de R\$ 35.000,00 e firmar convênio c/ Associação Anjos de Luz.
Lei n.º 4.482	de 30.06.06	Altera redação art. 2º Lei 4.456/06 – Convênio CIS/CAÍ – Projeto CEO.
Lei n.º 4.486	de 30.06.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial R\$ 360.000,00 e firmar convênio com OASE.

Lei n.º 4.489	de 11.07.06	Altera art. 2º da Lei 4.208/05 – autoriza firmar convênio com Centro Terapêutico São Francisco (aumenta nº vagas).
Lei n.º 4.490	de 11.07.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com o IPA (Projeto Inventário Turístico).
Lei n.º 4.491	de 11.07.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com município de São José do Sul para execução conjunta da ponte sobre o Arroio Maratá.
Lei n.º 4.492	de 11.07.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a OASE (Aquis. aparelho Tomógrafo).
Lei n.º 4.493	de 14.07.06	Acrescenta o § 1º e o § 2º ao art. 3º da Lei nº 4.486/06 (contra-partida do Município).
Lei n.º 4.496	de 17.07.06	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 10.000,00 e firmar convênio com a Comunidade Evangélica Campo Meio.
Lei n.º 4.508	de 07.08.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com o CPM da EMEF Esperança e abrir crédito especial R\$ 4.000,00 – FMDCA.
Lei n.º 4.519	de 28.08.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Liga Montenegrina de Bocha.
Lei n.º 4.522	de 06.09.06	Ratifica o convênio com a Fundação Banco do Brasil.
Lei n.º 4.523	de 11.09.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube Amigos da Melhor Idade de Santos Reis.
Lei n.º 4.526	de 11.09.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina.
Lei n.º 4.527	de 11.09.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol.
Lei n.º 4.532	de 25.09.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Sociedade Beneficente Espiritualista, mantenedora do Abrigo Menino Jesus de Praga, no valor de R\$ 4.487,62.
Lei n.º 4.533	de 25.09.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Instituto Sinodal de Assistência,

		Educação e Cultura-ISAEC, no valor de R\$ 21.942,62.
Lei n.º 4.535	de 02.10.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista, no valor de R\$ 1.000,00 (Abrigo Menino Jesus de Praga).
Lei n.º 4.536	de 02.10.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista, no valor de R\$ 30.000,00 (Lavanderia – Lar do Menor).
Lei n.º 4.541	de 09.10.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Empresa Jornalística Ibiá e abrir crédito especial de R\$ 3.050,00 (Viva Bairro – Dia das Crianças).
Lei n.º 4.549	de 25.10.06	Acrescenta art. 2ºA a Lei 4.491/06, convênio com São José do Sul para reconstrução ponte Arroio Maratá.
Lei n.º 4.562	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a ACI (Publicação Revista).
Lei n.º 4.563	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura-ISAEC, no valor de R\$ 50.974,47.
Lei n.º 4.566	de 21.11.06	Ratifica cedência de sala e autoriza Executivo a firmar convênio com Sesi para implementar programa de alfabetização de jovens e adultos.
Lei n.º 4.568	de 28.11.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura – ISAEC, no valor de R\$2.4000,00.
Lei n.º 4.570	de 28.11.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista, no valor de R\$222.000,00.
Lei n.º 4.571	de 29.11.06	Autoriza o Legislativo Municipal a firmar convênio com a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montenegro (Publicação Revista).
Lei n.º 4.574	de 04.12.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Cooperativa Central dos Assentados do RS (aterro).

Lei n.º 4.580	de 12.12.06	Altera o art. 2º e acrescenta o art. 2º A e 2ºB à Lei nº 4.568/06(ISAEC).
Lei n.º 4.590	de 26.12.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura-ISAEC, no valor de R\$ 130.100,00 e abrir crédito especial.
Lei n.º 4.621	de 20.03.07	Ratifica convênio com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e abrir crédito especial no valor de R\$ 60.001,00 (aquisição de equiptos.Creches).
Lei n.º 4.648	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio c/ a Soc Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 4.795,00 (ampliação pracinha de brinq. Lar do Menor).
Lei n.º 4.649	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio c/ a Soc Espiritualista- Mantenedora do Abrigo Menino Jesus de Praga, no vlr. de R\$ 2.820,00 (objetivando a manutenção do Abrigo).
Lei n.º 4.652	de 14.05.07	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a CONAB (aquisição de gêneros alimentícios).
Lei n.º 4.657	de 18.05.07	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de médicos contratados para o Progr. de Saúde da Família-PSF.
Lei n.º 4.658	de 25.05.07	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol e abrir crédito especial no vlr. de R\$ 45.000,00.
Lei n.º 4.659	de 28.05.07	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Trevo da 5 de Maio)
Lei n.º 4.668	de 18.06.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com CPM da EMEF. Esperança no valor de R\$ 5.000,00
Lei n.º 4.675	de 09.09.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
Lei nº 4.697	de 14.08.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com Associação Anjos de Luz no valor

		de R\$ 20.000,00 e abrir crédito especial de R\$ 2.000,00
Lei nº 4.702	de 20.08.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o SESI (Cozinha Brasil)
Lei nº 4.696	de 14.08.07	Autoriza a ratificar cedência de professor e firmar convênio com a UNIMED (Programa Unimed Educar)
Lei nº 4.720	de 17.09.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Associação Comunitária Bom Jardim RS 411 (Aquisição material esportivo)
Lei nº 4.726	de 02.10.07	Autoriza Executivo firmar convênio com atleta Paulo Ricardo Araújo, no valor de R\$ 760,00.
Lei nº 4.727	de 08.10.07	Ratifica cedência de professores e autoriza firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.
Lei nº 4.756	de 06.11.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE (Projeto Qualidade de Vida)
Lei nº 4.757	de 06.11.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE (reforma telhado)
Lei nº 4.782	de 21.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol no valor de R\$ 5.300,00.
Lei nº 4.800	de 28.12.07	Autoriza o Executivo firmar Termo de Concessão Real de Uso e convênio com APESC, incluir ação LDO/2007 e abrir crédito especial p/ implantação de campus universitário. (UNISC)
Lei nº 4.802	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio de cooperação com a Universidade de Caxias do Sul.
Lei nº 4.803	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Tribunal de Justiça do RS.
Lei nº 4.818	de 25.02.08	Autoriza Executivo firmar convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 6.500,00 (Camp. Gaúcho de Bolão)
Lei nº 4.821	de 25.02.08	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Montenegro Automóvel Clube no

		valor de R\$ 9.000,00 (pagamento inscrições candidatos)
Lei nº 4.822	de 25.02.08	Autoriza Executivo firmar convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 7.500,00 (aquisição troféus e alvará)
Lei nº 4.823	de 26.02.08	Autoriza o Executivo firmar convênio de Operação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH (Loteamentos Bela Vista e Vila Esperança)
Lei nº 4.830	de 10.03.08	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 2.157,84 (restituição HM-COREDES)
Lei nº 4.838	de 31.03.08	Autoriza Executivo ratificar titularidade a firmar convênio com a EFICA (Estação da Cultura)
Lei nº 4.850	de 14.04.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais
Lei nº 4.851	de 14.04.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 4.500,00
Lei nº 4.854	de 14.04.08	Autoriza Poder Executivo firmar convênio com Estado do RS visando ajustamento das matrículas Educação Infantil
Lei nº 4.859	de 22.04.08	Autoriza Executivo firmar convênio com Assoc. Anjos de Luz no valor de R\$ 27.000,00 (Proj. Semeando p/ Colher Amanhã)
Lei n.º 4.872	de 19.05.08	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Bem Espiritualista, para a execução do Projeto INPV e Parceiros Revitalizando Abrigo.
Lei nº 4.879	de 19.05.08	Autoriza o Executivo Municipal a ratificar Termo de Compromisso com o Estado do RS, a firmar convênio com a OASE e a abrir crédito especial no valor de R\$ 360.000,00 (Programa Salvar)
Lei nº 4.894	de 16.06.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a Associação Comunitária da Vila Jô, no valor de R\$ 1.710,00 (projeto Vila Jô com a Bola Toda)

Lei nº 4.896	de 16.06.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol, no valor de R\$ 45.000,00 (Camp. Munic. 2008)
Lei nº 4.899	de 20.06.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a Rádio América Ltda e abrir crédito especial de R\$ 40.000,00 (2ª Expomonte)
Lei nº 4.903	de 30.06.08	Autoriza Executivo revogar o art. 4º da Lei 4.802/07 que autoriza convênio de cooperação com a UCS.
Lei nº 4.910	de 14.07.08	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.
Lei nº 4.924	de 28.07.08	Autoriza o Executivo alterar redação do art. 2º da Lei nº 4.477/06, que autoriza convênio com o CONSEPRO.
Lei nº 4.932	de 08.08.08	Ratifica a cedência de professores e autoriza firmar convênio com a Assoc. Pró-cultura e Educação Comunitária (Instituto São José)
Lei nº 4.935	de 18.08.08	Autoriza Executivo incluir ações na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 90.440,00 (aquisição de equipamentos e veículo p/ SMAM)
Lei nº 4.943	de 01.09.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a ISAEC no valor de R\$ 6.440,00 e abrir crédito especial (qualificação mão-de-obra-Sinodal)
Lei nº 4.944	de 08.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.480,00 e firmar convênio com entidades assistenciais p/ repasse de recursos do FEAS/2008 (Soc. Benef. Espiritualista e Anjos de Luz)
Lei nº 4.959	de 06.10.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a APAE (manutenção e conservação prédio escolar)
Lei nº 4.960	de 06.10.08	Autoriza Executivo firmar convênio com o Estado do RS, através da SSP, para a execução dos serviços de prevenção e combate a incêndios, buscas e salvamentos e atividades defesa civil (Corpo de Bombeiros)
Lei nº 4.963	de 13.10.08	Autoriza o Executivo Municipal firmar convênio com a Associação

		Montenegrina de Fruticultores (pagamento aluguel)
Lei nº 4.966	de 20.10.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Associação Anjos de Luz (projeto Semeando p/ Colher Amanhã)
Lei nº 4.967	de 20.10.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE (Dar continuidade com qualidade nos atendimentos p/ PNE's)
Lei nº 4.978	de 17.11.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Soc. Beneficente Espiritualista-Lar do Menor (renovação da roupa de cama, mesa e banho)
Lei nº 4.981	de 24.11.08	Altera redação do art. 1º da Lei 4.967/08 que autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE (Dar continuidade com qualidade nos atendimentos p/ PNE's)
Lei nº 5.008	de 29.12.08	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o COM da EEEF Adelaide Sá Brito, no valor de R\$ 5.000,00 (melhorias nas dependências p/ realização de práticas esportivas e de lazer)
Lei nº 5.032	de 09.02.09	Autoriza Executivo a firmar convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil - Montenegro
Lei nº 5.044	de 24.03.09	Altera redação do art. 1.º da Lei n.º 4.477/06, que autoriza o Executivo firmar convênio com o CONSEPRO (manutenção Posto Atendimento Mulher)
Lei nº 5.045	de 24.03.09	Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol (Campeonato Futebol Sete da Rua Nova)
Lei n.º 5.050	de 30.03.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do Projeto CEO.
Lei n.º 5.055	de 08.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol no valor de R\$ 6.800,00 (Campeonato Municipal de Futebol de Areia).
Lei n.º 5.059	de 14.04.09	Ratifica a cedência de professores e autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.

Lei n.º 5.061	de 14.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Montenegro Automóvel Clube, R\$ 13.000,00
Lei n.º 5.062	de 14.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (R\$ 9.300,00)
Lei n.º 5.063	de 14.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube do Comércio de R\$ 6.500,00 (Campeonato Estadual de Bolão)
Lei n.º 5.068	de 20.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Lia Montenegrina de Futebol no valor R\$ 50.000,00 (Campeonato Munic. de Futebol Campo 2009)
Lei n.º 5.069	de 20.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 3.000,00 (Projeto Genoma Colorado)
Lei n.º 5.072	de 05.05.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais
Lei n.º 5.095	de 16.06.09	Firma convênio c/ Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 3.600,00
Lei n.º 5.098	de 22.06.09	Firma convênio c/ a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres e Associação Lar Sagrada Família (serviços socioassistenciais)
Lei n.º 5.104	de 06.07.09	Ratifica convênio firmado c/ a Rádio América no valor de até R\$ 22.000,00 e abre crédito especial de R\$ 7.000,00 (9.º Arraial de São João Batista).
Lei n.º 5.106	de 06.07.09	Firma convênio c/ a Federação Gaúcha de Xadrez.
Lei n.º 5.110	de 14.07.09	Firma convênio c/ AABB-Montenegro (manutenção do Programa Integração AABB-Comunidade)
Lei n.º 5.114	de 20.07.09	Firma convênio c/ a Comunidade Evangélica de Campo do Meio
Lei n.º 5.118	de 03.08.09	Abre crédito especial de R\$ 2.448,80 (devolução convênio-PSF 2/Senai)
Lei n.º 5.120	de 03.08.09	Firma convênio com a Associação Esportiva, Recreativa e Eventos Garotos

		do Canhoto, R\$ 4.880,00 (escolinha de futebol)
Lei n.º 5.132	de 24.08.09	Acrescenta inciso IV, alínea <i>a</i> ao art. 1.º da Lei n.º 4.980/08, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções p/ o exercício de 2009 (convênio c/ ISAEC-Colégio Sinodal Progresso)
Lei n.º 5.133	de 24.08.09	Firma convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura – ISAEC.
Lei n.º 5.134	de 28.08.09	Firma convênio c/ RS, por intermédio do DAER (Pavimentação asfáltica da rodovia Transcitrus)
Lei n.º 5.142	de 31.08.09	Firma convênio com o Clube Riograndense de R\$ 12.000,00 (Gauchão 2009)
Lei n.º 5.159	de 06.10.09	Autoriza o Executivo firmar convênio com o MAC-Montenegro Automóvel Clube R\$ 2.100,00 (Camp. Regional MotoCross e Cidadino de arrancada de motocicleta)
Lei n.º 5.160	de 06.10.09	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Centro esportivo Cruzeiro R\$ 5.200,00 (Camp. Futebol Sete)
Lei n.º 5.164	de 09.10.09	Autoriza o Executivo firmar convênio com ACI R\$ 4.853,20 (Uma arte de Natal – decoração das vias e prédios)
Lei n.º 5.171	de 03.11.09	Firma Contrato de Rateio c/ Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí – CIS/CAÍ
Lei n.º 5.186	de 23.11.09	Firma convênio c/ OASE p/ manutenção e custeio do projeto Farmácia Popular do Brasil
Lei n.º 5.201	de 14.12.09	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 5.771,61 (devolução do saldo do convênio p/ ampliação da EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei n.º 5.212	de 28.12.09	Firma Protocolo de Ação Conjunta com o Estado do RS, através da SUSEPE (mão-de-obra prisional apenados albergue)
Lei n.º 5.219	de 30.12.09	Firma convênio com a OASE para manutenção e custeio do projeto Farmácia Popular do Brasil.

Lei nº 5.220 de 30.12.09	Firma convênio com a ISAEC, mantenedora do Colégio Sinodal Progresso, valor R\$ 6.000,00 (Projeto Camaleão)
Lei n.º 5.221 de 30.12.09	Firma Contrato de Rateio c/ Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí – CIS/CAÍ
Lei n.º 5.226 de 30.12.09	Firma convênio com ACI R\$ 2.194,30 (complementação do Projeto Uma arte de Natal)
Lei n.º 5.227 de 30.12.09	Firma convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para a reativação do Posto de Inseminação Artificial-PIA
Lei n.º 5.229 de 18.02.10	Firma convênio c/ TJRS p/ cedência de 2 estagiários
Lei n.º 5.234 de 1º.03.10	Firma convênio c/ Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro (cedência de professores Inst. de Educação São José)
Lei n.º 5.241 de 16.03.10	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (R\$ 2.000,00 - obras infraestrutura na área externa do prédio)
Lei n.º 5.242 de 16.03.10	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (R\$ 19.236,00 Programa Integração AABB Comunidade de Montenegro)
Lei n.º 5.246 de 06.04.10	Firma convênio com a OASE e abre crédito especial de R\$ 93.500,00 (reformas HM)
Lei n.º 5.255 de 16.04.10	Firma convênio c/ Montenegro Automóvel Clube de R\$ 20.000,00
Lei n.º 5.266 de 10.05.10	Firma convênio c/ a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 50.000,00 (Campeonato Municipal de Futebol 2010)
Lei n.º 5.268 de 10.05.10	Firma convênio c/ a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 3.500,00 (Campeonato Futebol Sete de Rua Nova 2010)
Lei n.º 5.269 de 10.05.10	Firma Termo de Parceira com a ATM como entidade Coordenadora e Executora da 3.ª Expomonte 2010.
Lei nº 5.272 de 14.05.10	Abre crédito especial de R\$ 9.593,70 (devolução saldo convênio – aquisição de diversos equipamentos p/ educação infantil)

Lei n.º 5.282	de 21.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube do Comércio de R\$ 7.000,00 (Campeonato Estadual de Bolão)
Lei n.º 5.284	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube Riograndense de R\$ 21.300,00 (Campeonato Estadual de Futebol)
Lei n.º 5.285	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Centro Esportivo Cruzeiroiro de R\$ 3.500,00 (Campeonato de Futebol Sete de Costa da Serra)
Lei n.º 5.286	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 4.000,00
Lei n.º 5.287	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro de R\$ 8.000,00
Lei n.º 5.297	de 26.07.10	Firma convênio com a AMOGA e abre crédito especial de R\$ 30.000,00
Lei n.º 5.298	de 26.07.10	Firma convênio de Cooperação Técnica Financeira com SEBRAE/RS
Lei n.º 5.303	de 27.07.10	Altera redação do art. 4º da Lei 5.269/10, que firma Termo de Parceria com a ATM como entidade Coordenadora e Executora da 3ª Expomonte 2010.
Lei n.º 5.308	de 09.08.10	Firma convênio com o Clube do Comércio de R\$ 8.000,00 (Coral Avante)
Lei n.º 5.311	de 13.08.10	Firma convênio com o Clube Riograndense de R\$ 3.000,00 (Campeonato Estadual de Futebol-Gaúcho Master)
Lei n.º 5.315	de 30.08.10	Firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (R\$ 4.010,00 p/ Projeto “Continuar oferecendo os nossos serviços com qualidade”)
Lei n.º 5.327	de 13.09.10	Firma convênio com a OASE p/ custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192
Lei nº 5.343	de 15.10.10	Firma convênio c/ entidades assistenciais (sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Lar Sagrada Família e APAE)

Lei n.º 5.349	de 08.11.10	Prorroga prazo previsto no parágrafo único da Lei n.º 5.297/10, que firma convênio com a AMOGA e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (projeto Controle de Reprodução de Cães e Gatos de Rua)
Lei n.º 5.352	de 19.11.10	Firma convênio com a AABB - Montenegro (Programa Integração AABB Comunidade de Montenegro)
Lei n.º 5.359	de 30.11.10	Firma convênio a APAE (Projeto continuar oferecendo nossos serviços com qualidade)
Lei n.º 5.360	de 30.11.10	Firma convênio a Sociedade Beneficente Espiritualista-Lar do Menor (Família Feliz 2010)
Lei n.º 5.363	de 09.12.10	Firma convênio a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 15.000,00 (ampliação área de recreação Lar do Menor)
Lei n.º 5.371	de 20.12.10	Firma convênio com o CIS/CAI e abre crédito especial de R\$ 11.000,00 (CEO)
Lei nº 5.379	de 30.12.10	Contrata operação de crédito com a Caixa Estadual RS para ampliação da infraestrutura urbana, inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 2.480.000,00 (pavimentação de ruas)
Lei nº 5.385	de 25.01.11	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de R\$ 40.000,00 (Carnaval 2011)
Lei nº 5.386	de 25.01.11	Abre crédito especial de R\$ 14.029,51 (devolução de saldo convênio-Restauração prédio farmácia dos ferroviários)
Lei nº 5.387	de 25.01.11	Abre crédito especial de R\$ 30.137,61 (devolução de saldo convênio-Saúde)
Lei nº 5.391	de 21.02.11	Ratifica cedência de servidores e firma convênio com a APAE (5 professores e 1 auxiliar de serviços escolares)
Lei nº 5.395	de 09.03.11	Ratifica convênio com a CORSAN, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 227.096,97 (ampliação de redes de distribuição de água)
Lei n.º 5.398	de 11.03.11	Firma convênio com o Estado do RS, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 7.020,84 (equipamento e material permanente PROCON)

Lei n.º 5.401	de 18.03.11	Abre crédito especial de R\$ 6.044,23 (aeródromo municipal-devolução de convênio)
Lei n.º 5.403	de 28.03.11	Ratifica a cedência de servidor e firma convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do RS
Lei n.º 5.404	de 28.03.11	Ratifica convênio firmado com o DAER, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 379.794,11 (trevo de acesso Doux Frangosul)
Lei n.º 5.406	de 28.03.11	Abre crédito especial de R\$ 2.139,64 (devolução saldo convênio-Centro Comunitário Bela Vista)
Lei n.º 5.409	de 28.03.11	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube, de R\$ 19.900,00 (Copas de Veloterra e Arrancadão de motos)
Lei n.º 5.416	de 15.04.11	Firma convênio com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores Santo Antônio, de R\$ 6.400,00.
Lei n.º 5.424	de 27.04.11	Ratifica a cedência de servidores e firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista
Lei n.º 5.428	de 16.05.11	Firma convênio com Cassiano de Azeredo de R\$ 11.056,50 (projeto "O Rei Cego")
Lei n.º 5.429	de 16.05.11	Firma convênio com Emma Ramos de Moraes de R\$ 5.000,00 (projeto "Os anjos não morrem no outono")
Lei n.º 5.430	de 16.05.11	Firma convênio com Grupo Tarca de Arte Nativa de R\$ 8.000,00 (projeto "Por um novo amanhã")
Lei n.º 5.431	de 16.05.11	Firma convênio com Lucimaura Souza Rodrigues de R\$ 8.885,43 (projeto "O Pequeno Príncipe")
Lei n.º 5.434	de 17.05.11	Firma convênio com o RECREO de R\$ 37.000,00 (projeto "Sem Medo de Sonhar")
Lei n.º 5.437	de 24.05.11	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro de R\$ 15.000,00
Lei n.º 5.447	de 13.06.11	Firma convênio com o RECREO no valor de R\$ 15.830,00 (projeto Recreo com Música)

Lei n.º 5.448	de 13.06.11	Firma convênio com o Clube Riograndense no valor de R\$ 40.000,00 (projeto FERA)
Lei n.º 5.449	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 50.000,00 (Camp. Munic. De Futebol de Campo 2011)
Lei n.º 5.450	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 6.600,00 (Camp. Munic. De Futsal)
Lei n.º 5.451	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 4.500,00 (Camp. Munic. De Futebol Sete de Rua Nova 2011)
Lei n.º 5.452	de 13.06.11	Firma convênio com o SEBRAE/RS e abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (Projeto "Desenvolver a Citricultura do Vale do Cai")
Lei n.º 5.454	de 13.06.11	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão do Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.455	de 13.06.11	Firma convênio com a APAE de R\$ 30.000,00 (Projeto "Oferecer os nossos serviços com qualidade")
Lei n.º 5.456	de 13.06.11	Firma convênio com o Grupo Tarca de Arte Nativa de R\$ 21.000,00 (Projeto "Por um novo amanhã")
Lei n.º 5.472	de 30.06.11	Firma convênio com o Instituto Cidadania 15 de Outubro de R\$ 15.000,00 (projeto "Artes Marciais para Educar")
Lei n.º 5.482	de 19.07.11	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (Projeto "Oficina de Dança Folclórica Gaúcha no Programa Integração AABB Comunidade em Montenegro-RS")
Lei n.º 5.487	de 29.07.11	Abre crédito especial de R\$6.768,91 (saldo devolução convênio)
Lei n.º 5.492	de 15.08.11	Firma convênio com a ATM e abre crédito especial de R\$ 20.000,00 (repasse de patrocínios recebidos 3ª Expomonte).
Lei n.º 5.495	de 22.08.11	Firma convênio com Cristiane Souza Tain de R\$ 5.000,00 ("Edição e Impressão da Antologia do 1º Concurso Cataventos de Revelação Literária").

Lei n.º 5.497	de 22.08.11	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista ("Ampliação da área de recreação das Creches Cinco de Maio, Trilhos, Promorar e Panorama")
Lei n.º 5.505	de 13.09.11	Ratifica repasse efetuado pelo Executivo Municipal, repassa recursos e firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO
Lei n.º 5.511	de 10.10.11	Firma convênio com o Município de Brochier, Maratá, Triunfo, São Sebastião do Caí e São José do Sul objetivando regulamentar a cessão de uso de equipamentos e máquinas rodoviárias entre os municípios
Lei n.º 5.513	de 10.10.11	Firma convênio com a Fundação Oswaldo Cruz para a manutenção e custeio do Programa Farmácia Popular do Brasil
Lei n.º 5.523	de 08.11.11	Firma convênio com a AMOGA de R\$ 37.500,00 (controle de reprodução de cães e gatos em situação de rua)
Lei n.º 5.524	de 08.11.11	Firma convênio com a ONG Amor Perfeito de R\$ 30.000,00 (projeto Novo Horizonte)
Lei n.º 5.525	de 08.11.11	Abre crédito especial de R\$ 831,71 (devolução saldo convênio – FNDE PEJA)
Lei n.º 5.527	de 16.11.11	Firma convênio com entidades assistenciais (APAE, Associação Lar Sagrada Família e Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres)
Lei n.º 5.532	de 28.11.11	Firma convênio com o Banrisul S.A., no âmbito do Programa Gaúcho de Microcrédito)
Lei n.º 5.542	de 09.12.11	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus, no valor de R\$ 50.000,00
Lei n.º 5.549	de 19.12.11	Firma convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 3.500,00 (Projeto "Bolão, um esporte a ser Divulgado")
Lei n.º 5.551	de 19.12.11	Firma convênio com a APAE de Montenegro no valor de R\$ 22.760,00 (Projeto "Oferecer os nossos serviços com qualidade)
Lei n.º 5.553	de 19.12.11	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um

		Atleta, no valor de R\$ 6.000,00 (Projeto "Adote um Atleta")
Lei n.º 5.554	de 26.12.11	Firma convênio com a Economisa, inclusão na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 55.591,00 (unidades habitacionais – complementação vigas de fundação)
Lei n.º 5.556	de 26.12.11	Autoriza a realização de Convênios de Cooperação com o Estado do RS e com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do sul e/ou outro Agente Regulador, a celebração de Contrato de Programa com a CORSAN e dá outras providências.
Lei n.º 5.557	de 26.12.11	Firma convênio com o Grupo Tarca de Arte Nativa no valor de R\$ 23.250,00 (Projeto "Por um Novo Amanhã")
Lei n.º 5.558	de 26.12.11	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 20.000,00 (Projeto "Olé")
Lei n.º 5.559	de 26.12.11	Ratifica convênio com o Estado do RS, através da Secretaria da Saúde. (Cedência do Servidor Cristiano Barreto Kochenborger – PIM)
Lei n.º 5.568	de 30.12.11	Firma convênio com o RECREO no valor de R\$ 15.000,00 (Projeto "República da Vida")
Lei n.º 5.578	de 24.01.12	Firma convênio com a OASE p/ custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.
Lei n.º 5.579	de 24.01.12	Firma convênio com o CIS/CAÍ para manutenção do CEO.
Lei n.º 5.582	de 24.01.12	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro–AESM no valor de R\$ 53.000,00 (Carnaval 2012).
Lei n.º 5.595	de 09.03.12	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 23.000,00
Lei n.º 5.597	de 09.03.12	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.602	de 27.03.12	Ratifica a cedência de servidores e firma convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria do

		Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, com a interveniência da Junta Comercial do Estado e da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montenegro.
Lei n.º 5.618	de 23.04.12	Firma convênio com a APAE (R\$ 4.510,00 – Projeto: “Oferecer nossos serviços com qualidade”)
Lei n.º 5.627	de 14.05.12	Firma convênio com a APAE de R\$ 55.000,00 (Projeto “Oferecer os nossos serviços com qualidade”)
Lei n.º 5.631	de 28.05.12	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 85.000,00.
Lei n.º 5.632	de 28.05.12	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 28.800,00 (projeto “Olé”)
Lei n.º 5.633	de 28.05.12	Firma convênio com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores Santo Antônio no valor de R\$ 10.000,00.
Lei n.º 5.634	de 28.05.12	Firma convênio com o músico e produtor Marcelo Ohlweiler no valor de R\$ 5.000,00 (projeto gravação do CD “Paisagens”)
Lei n.º 5.635	de 28.05.12	Firma convênio com o Herança Rancho de Luso Descendentes e Folclore Internacional no valor de R\$ 7.000,00.
Lei n.º 5.636	de 28.05.12	Firma convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 10.000,00 (Coral Avante)
Lei n.º 5.639	de 12.06.12	Firma convênio com Cassiano de Azeredo e Marcos Cardoso Prod. Culturais Ltda. de R\$ 13.000,00 (“Montenegro em Cena” – Festival de Teatro de Montenegro)
Lei n.º 5.640	de 12.06.12	Firma Termo de Repasse com o Grupo Tarca de Arte Nativa e abre crédito especial de R\$ 70.000,00 (4ª Expomonte-repasse de patrocínios)
Lei n.º 5.641	de 12.06.12	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 4.000,00

Lei n.º 5.646	de 22.06.12	Firma convênio com o Piquete XV de Novembro para a realização do "13º Arraial de São João Batista".
Lei n.º 5.650	de 02.07.12	Firma convênio com o Município de São José do Sul visando a construção da ponte sobre o Arroio Marata na divisa entre os Municípios.
Lei n.º 5.651	de 02.07.12	Firma convênio com Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00
Lei n.º 5.653	de 02.07.12	Firma convênio com OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192
Lei n.º 5.661	de 06.07.12	Firma convênio com o SEBRAE/RS e abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (Desenvolver a Citricultura do Vale do Caí)
Lei n.º 5.662	de 06.07.12	Firma convênio com Grupo Coral Vozes de Montenegro de R\$ 10.000,00
Lei n.º 5.665	de 06.07.12	Firma convênio com o CPM da EMEF Etelvino de Araújo Cruz de R\$ 10.000,00 (Grupo de Danças)
Lei n.º 5.666	de 06.07.12	Firma convênio com R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda. de R\$ 5.000,00 (Resgate Histórico do Cais de Montenegro)
Lei n.º 5.670	de 16.07.12	Firma convênio com a APAE de Montenegro de R\$ 22.000,00
Lei n.º 5.673	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 6.600,00 – Família Feliz)
Lei n.º 5.674	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres de R\$ 22.000,00 (Manutenção Asilo)
Lei n.º 5.675	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 46.000,00 – Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.676	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 55.400,00 – Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.680	de 03.08.12	Abre crédito especial de R\$ 14.362,12 (devolução saldo convênio – regularização fundiária)
Lei n.º 5.681	de 03.08.12	Firma convênio com a Empresa Jornalística Ibiá Ltda. no valor de R\$ 14.900,00 (Projeto Olho D'água)

Lei n.º 5.686	de 10.08.12	Firma convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 40.000,00.
Lei n.º 5.688	de 20.08.12	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família no valor de R\$ 4.400,00.
Lei n.º 5.692	de 27.08.12	Firma convênio com Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte para atender ao projeto “Renascença – Novos Rumos”, no valor de R\$ 10.000,00
Lei n.º 5.694	de 27.08.12	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto “Bolão, um esporte a ser divulgado e renovado”, no valor de R\$ 8.500,00.
Lei n.º 5.695	de 31.08.12	Ratifica o Termo de Adesão ao PEAS, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de 10.571,00 (Projeto OASF – Orientação e Apoio Sócio-Familiar).
Lei n.º 5.699	de 14.09.12	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 35.529,05 (12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.706	de 02.10.12	Firma convênio com a Associação Atlético Banco do Brasil – Montenegro (AABB Comunidade – Qualificação de oficinas).
Lei n.º 5.710	de 19.10.12	Ratifica convênio com a METROPLAN, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 974.692,12.
Lei n.º 5.713	de 22.10.12	Firma convênio com o CIS/CAÍ para viabilizar o custeio de próteses dentárias.
Lei n.º 5.717	de 13.11.12	Firma convênio com o Estado do RS, por intermédio da SSP, com a interveniência da Brigada Militar, visando à conjugação de esforços para viabilizar e apoiar o processo de Segurança Pública previsto no projeto de videomonitoramento.
Lei n.º 5.718	de 13.11.12	Regula a instalação, operação, tratamento de imagens, dados e informações produzidas a partir do sistema de videomonitoramento.
Lei n.º 5.720	de 20.11.12	Firma convênio com a Justiça Federal de Primeiro Grau-Seção Judiciária do RS

		para a locação de espaço físico e cedência de dois estagiários.
Lei n.º 5.722	de 20.11.12	Firma convênio com a CORSAN, inclusão na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 994.819,90 (recapeamento asfáltico das ruas Cel. Apolinário de Moraes, Flores da Cunha e Dr. Bruno de Andrade)
Lei n.º 5.727	de 17.12.12	Ratifica a utilização de recursos financeiro no valor de R\$ 5.000,00 para aquisição de medicamentos e material hospitalar pela OASE.
Lei n.º 5.730	de 21.12.12	Altera o valor do aluguel previsto no art. 2º, altera a redação do inciso III e acrescenta o inciso V ao art. 4º da Lei n.º 4.963/08-firma convênio com a Associação Montenegrina de Fruticultores.
Lei n.º 5.731	de 21.12.12	Abre crédito especial de R\$ 129.321,31 (devolução contrato de repasse-construção passarela na RST 287).
Lei n.º 5.732	de 21.12.12	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Olé", no valor de R\$ 50.000,00 (reforma da infraestrutura do clube).
Lei n.º 5.736	de 28.12.12	Altera a redação do art. 3.º da Lei n.º 5.631/12-firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 85.000,00.
Lei n.º 5.744	de 13.02.13	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Férias na Piscina" no valor de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.745	de 15.02.13	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro de R\$ 50.000,00 (Carnaval 2013).
Lei n.º 5.746	de 27.02.13	Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 30.000,00 (1.º Rodeio Crioulo Cidade de Montenegro).
Lei n.º 5.748	de 08.03.13	Firma convênio com a APAE para atender ao projeto "Oferecer nossos serviços com qualidade", visando o repasse de R\$ 5.287,70.

Lei n.º 5.749	de 18.03.13	Firma o convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.750	de 25.03.13	Firma o convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 5.287,70 (Reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga).
Lei n.º 5.751	de 1º.04.13	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00 (pagamento de despesas).
Lei n.º 5.752	de 1º.04.13	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 83.000,00 (projeto "Envelhecimento Jovem").
Lei n.º 5.754	de 05.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192 (R\$ 990.469,00).
Lei n.º 5.767	de 19.04.13	Firma convênio com a Associação Amigos da Fundarte como entidade Coordenadora e Executora da 1ª Festa da Integração dos Filhos de Montenegro.
Lei n.º 5.777	de 13.05.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais. (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres; Associação Lar Sagrada Família; Apae).
Lei n.º 5.785	de 17.06.13	Autoriza o Executivo Municipal a excepcionar a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635 de 1990, para prorrogar os contratos temporários dos profissionais da educação. (prorrogar os contratos dos profissionais da Educação)
Lei n.º 5.786	de 28.06.13	Firma convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí - CIS/CAÍ para manutenção do CEO.
Lei n.º 5.790	de 1º.07.13	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 31.250,00.
Lei n.º 5.791	de 1º.07.13	Firma convênio com a Federação Gaúcha de Karate para atender ao projeto "Karate Além do Esporte", valor de R\$ 18.200,00.

Lei n.º 5.801	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 40.000,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/03)
Lei n.º 5.802	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 39.340,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/04)
Lei n.º 5.806	de 19.08.13	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família no valor de R\$ 14.000,00 (projeto Prosseguindo a Caminhada)
Lei n.º 5.807	de 19.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (projeto Família Feliz – R\$ 28.500,00)
Lei n.º 5.808	de 19.08.13	Firma convênio com a APAE para atender ao projeto "Em busca de igualdade estamos aqui" 2013, visando o repasse de R\$ 21.000,00
Lei n.º 5.815	de 02.09.13	Altera redação do art. 2 da Lei N.º 5.751 de 2013, que autoriza a firmar convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de 50.000,00 (Manutenção da casa de amparo)
Lei n.º 5.816	de 02.09.13	Autoriza a firmar convênio com o Clube do Comércio – Coral Avante para atender ao projeto "Canto Coral" no valor de R\$ 8.000,00. (Despesas com viagens e estadia do grupo)
Lei n.º 5.820	de 13.09.13	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 49.645,26 (Semana farroupilha).
Lei n.º 5.825	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com o Grupo Coral de Vozes de Montenegro no valor de R\$ 8.000,00.
Lei n.º 5.826	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com a Assoc. Cult. Benef. De Cantores Santo Antônio no valor de 8.000,00.
Lei n.º 5.827	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com a Sociedade Cult Benef. e Esportiva Santos Reis no valor de R\$ 8.000,00
Lei n.º 5.828	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Débora Regina Primaz no valor de 4.400,00

Lei n.º 5.829	de 16.09.13	Firma convênio com Renascença Companhia de Teatro – Assoc. Cultura & Arte para atender ao projeto “Renascença 25 anos”, no valor de 11.500,00
Lei n.º 5.829	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Renascença Companhia de Teatro – Assoc. Cultura & Arte para atender ao projeto “Renascença 25 anos”, no valor de 11.500,00
Lei n.º 5.830	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Marcelo Ohlweiler no valor de R\$ 6.000,00 (divulgação do CD paisagem)
Lei n.º 5.831	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Assoc. Cultural Clube da Amizade dos Coroas no valor de R\$ 6.600,00 (Envelhecer com qualidade)
Lei n.º 5.832	de 27.09.13	Firma convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (cedência de 2 funcionários)
Lei n.º 5.835	de 07.10.13	Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 15.000,00 (Projeto “Capaz!”)
Lei n.º 5.837	de 08.10.13	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres no valor de R\$ 31.000,00 (atendimento básico)
Lei n.º 5.838	de 08.10.13	Firma convênio com Cassiano de Azeredo e Marcos Cardoso Produções Ltda. ME para atender ao projeto “2º Montenegro em Cena” no valor de R\$ 13.500,00 (Festival de Teatro de Montenegro)
Lei n.º 5.839	de 08.10.13	Firma convênio com Flávio Patrício Oliveira Vargas para atender ao projeto “Querência dos Poetas Livres” no valor de R\$ 4.000,00.
Lei n.º 5.840	de 08.10.13	Firma convênio com Rosani Brochier no valor de R\$ 12.000,00. (Publicação Livro-Imagens que contam nossa história)

Lei n.º 5.841	de 08.10.13	Firma convênio com Herança Rancho de Luso Descendentes e Folclore Internacional no valor de R\$ 10.000,00
Lei n.º 5.845	de 21.10.13	Firma Convênio com a APAE no valor de R\$ 60.000,00 (Em busca de igualdade estamos aqui-2013)
Lei n.º 5.848	de 29.10.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro para atender ao projeto "Vínculo & Valorização – Gestante, crianças e família" visando repasse de R\$ 13.500,00.
Lei n.º 5.854	de 11.11.13	Firma Convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 78.912,70
Lei n.º 5.855	de 26.11.13	Firma Convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.500,00.
Lei n.º 5.857	de 26.11.13	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 16.500,00.
Lei n.º 5.860	de 26.11.13	Firma convênio com o Estado do Rio Grande do Sul e abre crédito especial no valor de R\$ 359.342,40 (Consulta Popular – Regularização fundiária Loteamento Vitória).
Lei n.º 5.861	de 02.12.13	Firma convênio com a AMOGA no valor de R\$ 35.000,00.
Lei n.º 5.863	de 06.12.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro visando o repasse de R\$ 15.000,00 para a realização de evento no Natal Iluminado 2013.
Lei n.º 5.890	de 21.02.14	Altera redação dos art 1º, 2º, 3º, 4º e 6º da Lei 4.875 que autoriza a instituir a Unidade Municipal de Cadastro
Lei n.º 5.891	de 28.02.14	Autoriza a firmar convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina-ATM, no valor de 30.000,00
Lei n.º 5.893	de 05.03.14	Autoriza a firmar convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro no valor de R\$ 63.500,00

Lei n.º 5.894	de 12.03.14	Autoriza a firmar convênio com a Associação Montenegrina de Fruticultores
Lei n.º 5.900	de 18.03.14	Autoriza a firmar convênio com entidades assistenciais para o repasse de recursos do FNAS, programa de ação continuada- SAS 2014
Lei n.º 5.902	de 24.03.14	Ratifica convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, o município de Montenegro e a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montenegro.
Lei n.º 5.905	de 31.03.14	Firma convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.752,00.
Lei n.º 5.906	de 31.03.14	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, nossa luta é conservar e manter esse esporte", no valor de R\$ 15.000,00.
Lei n.º 5.907	de 31.03.14	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto Lifuga, no valor de R\$ 8.647,00.
Lei n.º 5.909	de 07.04.14	Firma convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ para viabilizar o custeio de próteses dentárias.
Lei n.º 5.921	de 06.05.14	Autoriza o Executivo Municipal a ratificar titularidade e a firmar convênio com a EFICA (Projeto Estação da Cultura de Montenegro).
Lei n.º 5.924	de 27.05.14	Autoriza a firmar convênio com a Sociedade Abrigo Pão dos Pobres no valor de R\$ 8.540,00
Lei n.º 5.925	de 27.05.14	Autoriza a firmar convênio com a Associação Lar Sagrada Família no valor de 13.550,00
Lei n.º 5.926	de 27.05.14	Autoriza a firmar convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus
Lei n.º 5.927	de 27.05.14	Autoriza a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos

		Excepcionais de Montenegro – APAE no valor de R\$ 17.020,00
Lei n.º 5.928	de 02.06.14	Autoriza a firmar convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ para viabilizar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e abrir crédito especial no valor de R\$ 12.098,60
Lei n.º 5.929	de 06.06.14	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 5.909, de 2014, que firma convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí – CIS/CAI para viabilizar o custeio de próteses dentárias.
Lei n.º 5.931	de 09.06.14	Autoriza a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 17.020,00
Lei n.º 5.932	de 13.06.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 e firmar convênio com a Associação Beneficente Casa e Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 85.500,00
Lei n.º 5.934	de 25.06.14	Autoriza a firmar convênio com o RECREO no valor de R\$ 17.020,00 (casa de passagem casulo)
Lei n.º 5.937	de 25.06.14	Altera a redação da emenda e do art 1º da Lei 5.860, de 2013, que firma convênio com o Estado do Rio Grande do Sul e abre crédito especial no valor de R\$ 359.342,40. (regularização fundiária do bairro vitória)
Lei n.º 5.946	de 04.07.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro - CONSEPRO
Lei n.º 5.953	de 28.07.14	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00.
Lei n.º 5.955	de 28.07.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 e firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO.
Lei n.º 5.963	de 18.08.14	Firma convênio com a Associação Esportiva, Recreativa e Eventos Garotos do canhoto, no valor de R\$ 5.700,00 (projeto Apoio a Formação de Atletas e Cidadãos).

Lei n.º 5.964 de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 10.100,00 (próteses dentárias).
Lei n.º 5.969 de 25.08.14	Firma convênio com o Clube do Comércio – Coral Avante para atender ao projeto “Canto Coral” no valor de R\$ 15.000,00.
Lei nº 5.974 de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 84.000,00 e firma convênio com a APAE.
Lei nº 5.975 de 01.09.14	Firma convênio com Débora Regina Primaz no valor de R\$ 22.000,00 (Espetáculo Anual de Dança)
Lei nº 5.976 de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 5.638,00 e firma convênio com a APAE (11º Encontro de APAEs)
Lei nº 5.988 de 16.09.14	Firma convênio com Cassiano de Azeredo Produções–ME para atender ao projeto “3.º Montenegro em Cena” – Festival de Teatro de Montenegro no valor de R\$ 17.448,00.
Lei nº 5.990 de 16.09.14	Firma convênio com Marni Alexandre Vargas de Almeida no valor de R\$ 5.000,00 (publicação de livro).
Lei nº 5.993 de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 16.690,03 (aditivo reforma EMEI Adenilo Edgar Rübenich)
Lei nº 5.995 de 22.09.14	Firma convênio com Marcelo Olweiler no valor de R\$ 14.700,00 (Turnê Vértice).
Lei nº 5.996 de 22.09.14	Firma convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro no valor de R\$ 20.000,00.
Lei nº 5.997 de 29.09.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 15.989,23 (devolução de recursos-saldo de contrato).
Lei nº 6.004 de 13.10.14	Firma convênio com o Consepro (projeto Brigada Mirim)
Lei nº 6.008 de 13.10.14	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto “Olé” de R\$ 60.000,00
Lei nº 6.010 de 16.10.14	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro de R\$ 80.000,00 (Carnaval 2015)

Lei nº 6.013	de 20.10.14	Altera redação do art. 1º da Lei nº 5.976/14-abre crédito especial e firma convênio APAE (11º Encontro APAEs)
Lei nº 6.015	de 27.10.14	Firma convênio com o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (cedência de 1 servidor)
Lei nº 6.017	de 27.10.14	Firma convênio com Clube de Regatas Caça e Pesca Cruzeiro do Sul para atender ao projeto (Pingue-Pongue para Todos) de R\$ 3.090,00
Lei nº 6.018	de 27.10.14	Firma convênio com o Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte – projeto “integrações Sociais em Cena” de R\$ 33.000,00
Lei n.º 6.019	de 27.10.14	Firma convênio com a Associação Montenegrina de Artistas-AMARTI para repasse de R\$ 122.000,00 – Natal Iluminado 2014
Lei n.º 6.020	de 27.10.14	Firma convênio com o Grêmio Gaúcho-projeto “Natação e Diversão”, valor de R\$ 5.700,00
Lei n.º 6.021	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Cultural, Beneficente e Esportiva Santos Reis de R\$ 8.000,00 (coral)
Lei nº 6.022	de 27.10.14	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol Sete de R\$ 7.449,25 (campeonato entre vilas)
Lei nº 6.023	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 205.000,00 (“Resgatando a Cidadania”-Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei nº 6.024	de 27.10.14	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube de R\$ 13.880,00 (cidadino de veloterra e arrancadas de motocicletas)
Lei nº 6.025	de 27.10.14	Firma convênio com Ana Júlia Vieira de R\$ 15.576,20 (projeto “Bodas da Filha do Bandoleiro”)
Lei nº 6.026	de 27.10.14	Firma convênio com Sociedade Beneficente Espiritualista e abre crédito especial de R\$ 236.679,46 (vagas educação infantil)

Lei nº 6.027	de 27.10.14	Firma convênio com a APAE de R\$ 53.000,00 (projeto "Superando desafios para a Inclusão")
Lei nº 6.028	de 27.10.14	Firma convênio com CPM da Escola Técnica São João Batista para realização da 18ª Expotec, valor de R\$ 9.000,00
Lei nº 6.029	de 27.10.14	Firma convênio com CTG Presilha Crioula de R\$ 7.000,00-1ª Festa Campeira
Lei nº 6.036	de 10.11.14	Firma convênio com o Poder Judiciário do Estado RS para manutenção do Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida.
Lei nº 6.037	de 10.11.14	Firma convênio com o Poder Judiciário do Estado RS (cedência de 01 servidor)
Lei nº 6.042	de 01.12.14	Prorroga convênio nº 118102013 com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores de Santo Antônio
Lei nº 6.058	de 29.12.14	Firma convênio com a OASE para manutenção e custeio Farmácia Popular do Brasil
Lei nº 6.059	de 29.12.14	Firma convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192
Lei nº 6.074	de 23.02.15	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina ATM no valor de R\$ 50.000,00 (Rodeio Integração).
Lei nº 6.075	de 23.02.15	Firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO para a cedência de dois estagiários.
Lei nº 6.076	de 23.02.15	Firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montenegro – APAE no valor de R\$ 50.000,00.
Lei nº 6.077	de 23.02.15	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 86.100,00.

Lei nº 6.081	de 02.03.15	Firma convênio com Adriano Luis de Souza no valor de R\$ 6.663,80. (projeto "Montenegro representada em campeonato mundial de Muay Thai").
Lei n.º 6.083	de 09.03.15	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil Montenegro.
Lei n.º 6.088	de 16.03.15	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 6.089	de 16.03.15	Firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montenegro – APAE de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 6.090	de 16.03.15	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 6.091	de 16.03.15	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 6.101	de 10.04.15	Abre crédito especial de R\$ 6.000,00 e firma convênio com a Associação Cultural Esportiva Recreativa de Campo do Meio - ACERCAM de R\$ 6.000,00.
Lei nº 6.110	de 27.04.15	Firma convênio com entidades assistenciais para o repasse de recursos do FNAS, Programa Serviço de Ação Continuada - SAC 2015.
Lei nº 6.111	de 29.04.15	Firma convênio com o Núcleo Montenegriño dos Orquidófilos.
Lei nº 6.112	de 06.05.15	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 6.075/15 – firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro - CONSEPRO para a cedência de dois estagiários.
Lei nº 6.113	de 18.05.15	Firma Convênio com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER/RS (instalação de semáforos junto a RS 287).
Lei nº 6.126	de 09.06.15	Firma convênio com o Clube de Regatas Caça e Pesca Cruzeiro do Sul para atender ao projeto "Pingue-Pongue 2015 Desafiando Limites", no valor de R\$ 7.830,00.
Lei n.º 6.127	de 09.06.15	Firma convênio cor o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 52.000,00.

Lei n.º 6.128	de 10.06.15	Firma convênio com a Associação Cultural Esportiva Recreativa de Campo do Meio – ACERCAM no valor de R\$ 8.490,00 (projeto "Campeonato de Futsal Força Livre e Veterana").
Lei n.º 6.130	de 23.06.15	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 116.800,00 (projeto "Adote um Atleta").
Lei n.º 6.131	de 23.06.15	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (Educação Infantil em turno integral).
Lei n.º 6.133	de 29.06.15	Firma convênio com o Estado do RS, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência da Brigada Militar, visando a conjugação de esforços entre os partícipes para viabilizar e apoiar o processo de Segurança Pública visando o incremento das ações de polícia ostensiva com a utilização do sistema de videomonitoramento de Montenegro.
Lei n.º 6.135	de 29.06.15	Firma convênio com a Federação Gaúcha de Karatê para atender ao projeto "Além do Esporte", valor de R\$ 25.900,00.
Lei n.º 6.137	de 29.06.15	Firma convênio com o Poder Judiciário do Estado do RS para a cedência de dois estagiários.
Lei n.º 6.144	de 15.07.15	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 26.970,00 (Arrancadão de Motocicletas e Intermunicipal de Veloterra).
Lei n.º 6.145	de 15.07.15	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, nossa luta é conservar e manter esse esporte", no valor de R\$ 15.000,00.
Lei n.º 6.146	de 15.07.15	Firma convênio com o América Futebol Clube Esporte e Cultura para participação na liga Encosta da Serra no valor de R\$ 8.472,00.
Lei n.º 6.147	de 15.07.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (convênio com a Associação dos Deficientes Físicos e Ostomizados – ASSDEFO).

Lei n.º 6.148	de 15.07.15	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 88.000,00 (Projeto "Envelhecimento Jovem").
Lei n.º 6.149	de 15.07.15	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil, para atender ao projeto "AABB Comunidade" no valor de R\$ 4.000,00.
Lei n.º 6.150	de 15.07.15	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 60.000,00 (Projeto "Envelhecimento Jovem").
Lei n.º 6.151	de 15.07.15	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Olé", no valor de R\$ 31.500,00.
Lei n.º 6.154	de 24.07.15	Firma convênio com o Grêmio Gaúcho para atender ao projeto "Escola e tradição de mãos dadas", no valor de R\$ 5.725,00.
Lei n.º 6.155	de 24.07.15	Firma convênio com o Grêmio Gaúcho para atender ao projeto "Natação na Escola", no valor de R\$ 10.000,00.
Lei n.º 6.156	de 24.07.15	Firma convênio com o Estado do RS, através da Secretaria da Segurança Pública, para a execução dos serviços de prevenção e combate a incêndios, buscas e salvamentos e de atividades da defesa civil.
Lei n.º 6.157	de 24.07.15	Firma convênio com a 15ª Coordenadoria Regional Tradicionalista no valor de R\$ 30.636,00 (Cavalgada Regional para condução da Chama Crioula).
Lei n.º 6.158	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 52.000,00 (projeto "Semana Farroupilha de Montenegro 2015").
Lei n.º 6.159	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Cultural Clube da Amizade dos Coroas no valor de R\$ 5.725,00 (projeto "Envelhecer com Qualidade").
Lei n.º 6.160	de 24.07.15	Firma convênio com Cassiano de Azeredo Produções - ME para atender ao projeto "4º Montenegro em Cena - Festival de Teatro de Montenegro" no valor de R\$ 6.725,00.

Lei n.º 6.161	de 24.07.15	Firma convênio com Lucas Silva de Araújo no valor de R\$ 4.225,00 (projeto "Lançamento do CD 7 Laços").
Lei n.º 6.162	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores Santo Antônio no valor de R\$ 4.225,00.
Lei n.º 6.163	de 24.07.15	Firma convênio com Ana Júlia Vieira no valor de R\$ 12.720,00 (projeto "Teatro em três Ângulos").
Lei n.º 6.164	de 24.07.15	Firma convênio com a Sociedade Cultural, Beneficente e Esportiva Santos Reis no valor de R\$ 3.025,00.
Lei n.º 6.165	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul no valor de R\$ 80.244,76.
Lei n.º 6.166	de 24.07.15	Firma convênio com Pedro Henrique Stiehl no valor de R\$3.925,00 (projeto "Era Uma Vez em Dezembro").
Lei n.º 6.167	de 24.07.15	Firma convênio com Michele Martins Nunes no valor de R\$ 8.750,00 (projeto "Estação MGO").
Lei n.º 6.168	de 24.07.15	Firma convênio com Patrick Aozani Moraes no valor de R\$ 11.725,00 (projeto "Fidelidade Oculta: Uma Criação em Dança - Teatro").
Lei n.º 6.169	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Montenegro visando o repasse de R\$ 84.000,00.
Lei n.º 6.170	de 24.07.15	Firma convênio com Bianca Oliveira da silva Leitão no valor de R\$ 10.725,00 (espetáculo de dança Studio Bálance).
Lei n.º 6.171	de 24.07.15	Firma convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro no valor de R\$ 8.725,00.
Lei n.º 6.172	de 24.07.15	Firma convênio com Renascença Companhia de Teatro Associação Cultura & Arte para atender ao projeto "Integrações Sociais em Cena - 2ª Edição", no valor de R\$12.725,00.
Lei n.º 6.173	de 24.07.15	Firma convênio com Flávio Antônio de Azeredo no valor de R\$ 3.975,00 (livro Rituais Coreográficos Açorianos: Vertentes da Dança Tradicional, no Grupo Central de Ilhas).

Lei n.º 6.174	de 24.07.15	Firma convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 4.225,00 (projeto Canto Coral).
Lei n.º 6.175	de 24.07.15	Firma convênio com Grêmio Gaúcho para atender ao projeto "Natação e Diversão", no valor de R\$ 7.070,00.
Lei n.º 6.177	de 24.07.15	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol Sete no valor de R\$ 1.475,00 (Campeonato entre Vilas Calafate-Vendinha).
Lei n.º 6.178	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montenegro - APAE no valor de R\$ 47.800,00 (projeto "Oferecer condições para a superação de desafios à Inclusão Social - 2015").
Lei n.º 6.179	de 24.07.15	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 297.200,00 (projeto "Resgatando a Cidadania - 02").
Lei n.º 6.180	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 40.000,00.
Lei n.º 6.181	de 24.07.15	Firma convênio com Marcelo Ohlweiler no valor de R\$ 7.225,00.
Lei n.º 6.182	de 24.07.15	Firma convênio com Mateus Silva de Araujo no valor de R\$ 4.725,00 (livro "Crônicas de um Pai Grávido").
Lei n.º 6.183	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Cultural Esportiva Recreativa de Campo do Meio - ACERCAM no valor de R\$ 11.000,00 (XIII Festa da Bergamota).
Lei n.º 6.184	de 24.07.15	Firma convênio com Gislaíne de Souza de Oliveira no valor de R\$ 3.225,00 (livro Se Eu Fosse a Cinderela).
Lei n.º 6.185	de 24.07.15	Firma convênio com Francisco dos Santos Gick no valor de R\$ 8.698,20 (projeto "Ramal 340 - 2º movimento").
Lei n.º 6.186	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Beneficente Antônio Mendes Filho dos Servidores de Nível Médio da Brigada Militar de Montenegro - ABAMF/SNMBM/MN, no valor de R\$ 4.300,00 (projeto "Pés na Areia").

Lei n.º 6.187 de 24.07.15

Firma convênio com a Associação Cultural Beneficente Floresta Montenegrina no valor de R\$ 4.725,00 ("8º Seminário da Consciência Negra - 2015").

CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

Lei n.º 4.124 de 04.10.04

Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 216.240,61. (Aquisição de material para recapeamento de ruas, juntamente com recursos da CIDE)

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Lei n.º 023 de 31.12.47

Institui a contribuição de melhoria.

Lei n.º 048 de 02.04.48

Altera o art. 5º da Lei nº 23/47.

Lei n.º	063	de 23.05.48	Distribui a renda da Contribuição de Melhoria criada por Lei nº 23/47.
Lei n.º	076	de 09.07.48	Dispõe sobre a Contribuição de Melhoria por parte de arrendatários, inclusive os agregados e varões solteiros.
Lei n.º	105	de 03.09.48	Dispõe sobre a Contribuição de Melhoria.
Lei n.º	119	de 15.10.48	Distribui a renda da Contribuição de melhoria, criada por Lei nº 23/47.
Lei n.º	165	de 06.05.49	Altera o art. 4º, § único, da Lei nº 105/48.
Lei n.º	212	de 25.11.49	Extingue a Contribuição de Melhoria.
Lei n.º	257	de 09.06.50	Autoriza a compra de 4 (quatro caminhões para os distritos rurais, revoga a Lei nº 119/48 e dispõe sobre a taxa de melhoramentos públicos rurais.
Lei n.º	2.330	de 29.12.83	Institui a contribuição de melhoria no município de Montenegro.
Lei n.º	2.340	de 04.06.84	Fixa os critérios de contribuição de melhoria.
Lei n.º	2.398	de 25.10.85	Modifica critérios de valor de parcelas de contribuição de melhoria.
LC n.º	2.698	de 28.12.90	Estabelece o novo Código Tributário do Município, consolida a Legislação Tributária.
LC n.º	2.774	de 29.11.91	Altera dispositivos do Código Tributário Municipal, - Contribuição de Melhoria.
Lei n.º	2.902	de 28.12.92	Isenta o Hospital Montenegro do pagamento de contribuição de melhoria.
LC n.º	2.928	de 12.07.93	Altera dispositivos do Código Tributário Municipal, - Contribuição de Melhoria.
Lei n.º	2.946	de 27.10.93	Isenta a Sociedade Abrigo Pão dos Pobres do Pagamento de Contribuição de Melhoria.
LC n.º	3.014	de 03.11.94	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 2.928/93.
LC n.º	3.455	de 10.12.99	Altera dispositivos do Código Tributário do Município – LC 2.698/90.

LC n.º 4.010	de 30.12.03	Estabelece o Código Tributário do Município.
Lei n.º 4.103	de 30.07.04	Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, no máximo, 7,38% do custo da obra de calçamento da rua Goiânia.
Lei n.º 4.104	de 30.07.04	Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, no máximo, 7,37% do custo da obra de pavimentação da Avenida Itália.
Lei n.º 4.303	de 03.11.05	Autoriza o Executivo a recuperar, através de contribuição de melhoria, 31,49% do custo da obra de calçamento da Rua Boa Vista.
Lei n.º 4.336	de 05.12.05	Autoriza o Executivo a recuperar, através de contribuição de melhoria, 68,82% do custo da obra de calçamento da Rua Getúlio Vargas.
Lei n.º 4.346	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 47,97% do custo da obra do calçamento da Rua Emílio Leprnitz.
Lei n.º 4.497	de 17.07.06	Autoriza Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 68,13% do custo da obra de calçamento da Rua Pe. Miguel Kellner.
Lei n.º 4.498	de 17.07.06	Autoriza Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 69,85% do custo da obra de calçamento da Rua Capitão Cruz.
Lei n.º 4.499	de 17.07.06	Autoriza Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 66,88% do custo da obra de calçamento da Rua Espírito Santo.
Lei n.º 4.500	de 17.07.06	Autoriza Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 62,65% do custo da obra de calçamento da Rua Licínio Faustino da Silva.
Lei n.º 4.501	de 17.07.06	Autoriza Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 12,02% do custo da obra de calçamento Rua Imbé.

Lei n.º 4.502	de 17.07.06	Autoriza Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 52,00% do custo da obra de calçamento Rua Borba.
Lei n.º 4.507	de 07.08.06	Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de melhoria, 69,42% do custo da obra de pavimentação asfáltica da Rua Dr. Bruno de Andrade.
Lei n.º 4.687	de 30.07.07	Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 62,12% do custo da obra de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Heitor Muller.
Lei nº 4.763	de 23.11.07	Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 41,21% do custo da obra de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Próspero Mottin.
Lei nº 4.869	de 07.05.08	Autoriza o Exec a recuperar, através de contribuição de melhoria, 57,54% do custo da obras de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua São Luiz.
Lei nº 4.870	de 07.05.08	Autoriza o Exec a recuperar, através de contribuição de melhoria, 65,60% do custo da obras de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Recife.
Lei nº 4.871	de 07.05.08	Autoriza o Exec a recuperar, através de contribuição de melhoria, 60,81% do custo da obras de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Pau Brasil.
Lei nº 4.927	de 28.07.08	Autoriza Executivo recuperar, através de contribuição de melhoria, 68,85% do custo da obras de calçamento com e microdrenagem na rua Florianópolis.
Lei n.º 5.798	de 29.07.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Consórcio intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAI para viabilizar o custeio de próteses dentárias.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PROVISÓRIA

Lei n.º 1.497	de 14.01.64	Institui uma contribuição social provisória de 20% sobre todos os tributos municipais, etc.
Lei n.º 1.571	de 15.09.64	Fazendo incidir a contribuição social provisória a partir de 1º de janeiro de 1965, somente sobre os impostos municipais.
Lei n.º 1.936	de 15.12.72	Autoriza realizar uma operação de crédito com a Cintea no valor de Cr\$ 5.344.539,00.

CONTROLE DE NATALIDADE

Lei n.º 3.031	de 27.12.94	Dispõe sobre o planejamento familiar do Município.
---------------	-------------	--

CONTROLE INTERNO

Lei n.º 3.572	de 15.01.01	Institui O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal.
Lei n.º 3.857	de 14.01.03	Institui a Unidade do Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo.
Lei n.º 3.858	de 14.01.03	Inclui a Unidade do Sistema de Controle Interno na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.

LC n.º 3.859	de 14.01.03	Cria cargos no Quadro de Cargos Provimento Efetivo instituído pela LC nº 2.636/90.
LC n.º 3.860	de 14.01.03	Acrescenta o art. 31 ^A à Lei nº 2.636/90, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município; estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 4.436	de 26.04.06	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 3.857/03 (inclui Consórcio Intermun. de Saúde).

COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTADOS DO RIO G. SUL

Lei n.º 4.574	de 04.12.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Cooperativa Central dos Assentados do RS (aterro).
---------------	-------------	---

COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DO ALTO URUGUAI LTDA – COOMTAU

Lei n.º 4.043	de 01.04.04	Autoriza o Executivo repassar valor de R\$ 6.960,00 para a COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DO ALTO URUGUAI LTDA – COOMTAU.
---------------	-------------	--

COOPERMONTE

Lei n.º 3.964	de 03.11.03	Autoriza o Executivo firmar convênio para manutenção do Posto de Inseminação Artificial – PIA, instalado em Montenegro.
---------------	-------------	---

CORAIS DO MUNICÍPIO

Lei n.º 4.056	de 27.04.04	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2004. (Incentivos ao Coral Santos Reis e Coral Vozes)
Lei n.º 4.209	de 01.06.05	Autoriza abrir Crédito Especial no valor de R\$ 10.000,00 (Coral Vozes)
Lei n.º 4.221	de 15.06.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro.
Lei n.º 4.273	de 26.09.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Coral da Sociedade Beneficente e Esportiva Santos Reis.
Lei n.º 4.661	de 04.06.07	Acrescenta o Inciso IV, alíneas <i>a</i> , <i>b</i> , <i>c</i> e <i>d</i> à Lei n.º 4.579/06, Plano de Auxílios e subvenções 2007 (corais municipais).
Lei n.º 4.662	de 04.06.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 41.000,00 (corais municipais)
Lei nº 4.973	de 03.11.08	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso IV, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (Coral Com. Evangélica)
Lei nº 4.977	de 14.11.08	Acrescenta alíneas <i>d</i> , <i>e</i> , <i>f</i> , e <i>g</i> ao inciso IV, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (Coral Avante, Coral Vozes, Assoc. Com. Bom Jardim e Assoc. Cult. Floresta)
Lei n.º 5.287	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro de R\$ 8.000,00
Lei n.º 5.308	de 09.08.10	Firma convênio com o Clube do Comércio de R\$ 8.000,00 (Coral Avante)
Lei n.º 5.437	de 24.05.11	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro de R\$ 15.000,00
Lei n.º 5.633	de 28.05.12	Firma convênio com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores Santo Antônio no valor de R\$ 10.000,00.

Lei n.º 5.636	de 28.05.12	Firma convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 10.000,00 (Coral Avante)
Lei n.º 5.662	de 06.07.12	Firma convênio com Grupo Coral Vozes de Montenegro de R\$ 10.000,00
Lei n.º 5.815	de 02.09.13	Autoriza a firmar convênio com o Clube do Comércio – Coral Avante para atender ao projeto “Canto Coral” no valor de R\$ 8.000,00. (Despesas com viagens e estadia do grupo)
Lei n.º 5.825	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com o Grupo Coral de Vozes de Montenegro no valor de R\$ 8.000,00.
Lei n.º 5.826	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com a Assoc. Cult. Benef. De Cantores Santo Antônio no valor de 8.000,00.
Lei n.º 5.827	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com a Sociedade Cult Benef. e Esportiva Santos Reis no valor de R\$ 8.000,00
Lei nº 5.996	de 22.09.14	Firma convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro no valor de R\$ 20.000,00.
Lei n.º 6.021	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Cultural, Beneficente e Esportiva Santos Reis de R\$ 8.000,00 (coral)
Lei nº 6.042	de 01.12.14	Prorroga convênio nº 118102013 com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores de Santo Antônio

CORDASUL – IND. E COM. DE PLÁSTICOS LTDA.

Lei n.º 3.414	de 23.07.99	Autoriza o Executivo a conceder incentivo a ampliação da empresa Cordasul– Ind. e Com. de Plásticos Ltda.
---------------	-------------	---

CORPO DE BOMBEIROS

Lei n.º 2.240	de 31.12.81	Institui a Taxa de Bombeiros.
Lei n.º 2.289	de 24.12.82	Revoga a Lei nº 2.240/81.
Lei n.º 2.420	de 03.06.86	Fixa normas indispensáveis Proteção Contra Incêndios.
Lei n.º 3.183	de 16.04.97	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Estado RS – Corpo de Bombeiros.
Lei n.º 4.060	de 03.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.000,00. (Equipamento e material permanente e de informática p/ o Corpo de Bombeiros)
Lei n.º 4.145	de 13.12.04	Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 105.000,00 (aquisição de um caminhão).
Lei n.º 4.691	de 06.08.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/07 e abrir crédito especial de R\$ 2.295,00 (Mtl e Equip p/ FUMREBOM-Bombeiros)
Lei nº 4.795	de 28.12.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 135.339,00 (Corpo de Bombeiros)
Lei nº 4.949	de 15.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 20.000,00 (aquisição roupeiros p/ Corpo de Bombeiros)
Lei nº 4.960	de 06.10.08	Autoriza Executivo firmar convênio com o Estado do RS, através da SSP, para a execução dos serviços de prevenção e combate a incêndios, buscas e salvamentos e atividades defesa civil (Corpo de Bombeiros)
Lei nº 5.235	de 1º.03.10	Cria o Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiros - FUMREBOM
Lei n.º 5.274	de 10.06.10	Firma convênio c/ a Defensoria Pública do RS p/ cedência de 02 estagiários
Lei nº 5.345	de 22.10.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (ampliação quartel Corpo de Bombeiros)

CORREÇÃO MONETÁRIA

Lei n.º 1.583 de 13.10.64

Institui o Calendário Fiscal, bem como a correção monetária sobre todos os débitos fiscais.

Lei n.º 1.592 de 01.12.64

Prorroga o prazo para aplicação da correção monetária no município.

CORSAN

Lei n.º 1.827	de 14.10.69	Autoriza o Executivo celebrar contrato com a Corsan para realização de obras de abastecimento d'água na cidade de Montenegro e concessão da exploração dos serviços respectivos.
Lei n.º 4.115	de 06.09.04	Autoriza o Executivo firmar Convênio com a CORSAN. (troca de rede de água da Avenida Itália)
Lei n.º 4.655	de 18.05.07	Acrescenta inciso 11A e altera a redação do inciso 12 do art. 6.º e acrescenta art. 22ª a Lei 1.971/73.
Lei n.º 5.395	de 09.03.11	Ratifica convênio com a CORSAN, inclusão na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 227.096,97 (ampliação de redes de distribuição de água)
Lei n.º 5.556	de 26.12.11	Autoriza a realização de Convênios de Cooperação com o Estado do RS e com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do sul e/ou outro Agente Regulador, a celebração de Contrato de Programa com a CORSAN e dá outras providências.
Lei n.º 5.722	de 20.11.12	Firma convênio com a CORSAN, inclusão na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 994.819,90 (recapeamento asfáltico das ruas Cel. Apolinário de Moraes, Flores da Cunha e Dr. Bruno de Andrade)
Lei n.º 5.912	de 14.04.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 444.000,00 (aquisição de caminhão, retroescavadeira e equipamentos diversos -FMGC/CORSAN).
Lei n.º 6.220	de 19.10.15	Altera e acrescenta dispositivos à Lei n.º 5.556/11, que autorizou a realização de convênios de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul e com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul e/ou outro agente regulador, a celebração de Contrato de Programa com a CORSAN e dá outras providências.

COSMÉTICOS

Lei n.º 4.392	de 17.02.06	Autoriza o executivo conceder incentivos à implantação da empresa Colorel Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.
Lei n.º 4.393	de 17.02.06	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à implantação da empresa Talentus Cosméticos
Lei n.º 4.394	de 17.02.06	Autoriza o Executivo conceder incentivos à empresa Sul Mix Cosméticos.
Lei n.º 4.503	de 31.07.06	Altera inciso I do art. 2º da Lei 4392/06.
Lei n.º 4.504	de 31.07.06	Altera inciso I do art. 2º da Lei 4393/06.
Lei n.º 4.505	de 31.07.06	Altera inciso I do art. 2º da Lei 4394/06.
Lei n.º 4.513	de 21.08.06	Altera a red. inciso I do art. 2º e dos inc. I e III do art. 4º da Lei 4.392/06.
Lei n.º 4.514	de 21.08.06	Altera a redação inc. I do art. 2º e dos inc. I e III do art. 4º da Lei nº 4.393/06.
Lei n.º 4.515	de 21.08.06	Altera redação inc. I e III do art. 4º da Lei nº 4.394/06.

COTA DE PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

Lei n.º 3.247	de 29.12.97	Autoriza a instituição de Comissões Comunitárias de Serviços Públicos Domiciliares e o recebimento da Cota de Participação Voluntária para Manutenção e Ampliação do Serviço Iluminação Pública Domiciliar.
Lei n.º 3.260	de 09.03.98	Altera a redação do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 3.247/97.

COZINHAS

Lei n.º 3.707 de 04.03.02

Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes, lancherias, padarias, confeitarias e similares, abrir suas cozinhas para acompanhamento dos clientes/consumidores.

CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Lei n.º 5.057	de 14.04.09	Institui a Comissão Permanente de Licitações – CPL
Lei n.º 5.260	de 26.04.10	Institui a Comissão Permanente de Licitações na Câmara de Vereadores

CPM E.M.E.F. ESPERANÇA

Lei n.º 4.069	de 24.05.04	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 3997, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.668	de 18.06.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com CPM da EMEF. Esperança no valor de R\$ 5.000,00 (crédito especial)

CPM E.E.E.F. ADELAIDE DE SÁ BRITO

Lei nº 5.008	de 29.12.08	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o COM da EEEF Adelaide Sá Brito, no valor de R\$ 5.000,00 (melhorias nas dependências p/ realização de práticas esportivas e de lazer)
Lei n.º 5.342	de 15.10.10	Abre crédito especial de R\$ 4.000,00 (oficina de violão e banda marcial- CPM EEEF Adelaide Sá Brito)

CPM E.TÉCNICA SÃO JOÃO BATISTA

Lei nº 5.169	de 26.10.08	Efetua pagamento de custo de inscrição de projeto científico, despesas de transporte, alimentação, impressão e encadernação do relatório final, elaboração de painéis relativo ao tema, material de divulgação e identificação das alunas e coordenador através do C.P.M. da E.T. São João Batista
Lei nº 5.209	de 18.12.09	Acrescenta o art. 2ºA e altera a redação do art. 3º, da Lei nº 5.169/09 (Projeto Jambolão – E.T.São João Batista)
Lei nº 6.028	de 27.10.14	Firma convênio com CPM da Escola Técnica São João Batista para realização da 18ª Expotec, valor de R\$ 9.000,00

CRECHES

Lei n.º 3.695	de 27.12.01	Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches municipais para crianças portadoras de deficiência física e mental.
Lei n.º 3.893	de 02.06.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito especial no valor de R\$ 100.000,00 (construção de creche no Bairro Aeroclube).
Lei n.º 3.912	de 08.07.03	Autoriza o Executivo excluir meta constante na LDO 2003. (Construção prédio da Câmara p/construção de Creche B. Ferroviário)
Lei n.º 3.940	de 15.09.03	Autoriza o Executivo excluir meta constante na LDO 2003. (infra-estrutura para implantação de creches)
Lei n.º 3.944	de 16.09.03	Autoriza Executivo prorrogar contratos temporários de Auxiliares de Creche.
Lei n.º 4.262	de 29.08.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 62.250,00 e a incluir meta na LDO 2005 – Bolsas de Estudo.
Lei n.º 4.438	de 26.04.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO/06 e abrir crédito especial de R\$ 180.000,00 (aquisição imóvel-creches).
Lei n.º 4.440	de 02.05.06	Autoriza o Executivo a excluir e alterar ações do PPA 2006/09 e da LDO 2006 (Creches).
Lei n.º 4.510	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO 2006 (calçamento Rua União p/Creche B. Ferroviário).
Lei n.º 4.511	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ações na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 160.000,00 (exclui equip. SMVSU, inclui asfalto Estr. Dr. Niquinho, Compra Vaga Creche e Incent.Comércio)
Lei n.º 4.621	de 20.03.07	Ratifica convênio com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e abrir crédito especial no valor de R\$ 60.001,00 (aquisição equiptos. Creches)
LC n.º 4.751	de 26.10.07	Altera o padrão de vencimento. Do cargo de Auxiliar de Creche (de 01 p/ 03), constante na LC 2636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.413	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 316.000,00 (conclusão obras escolas)

Lei n.º 5.497	de 22.08.11	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista ("Ampliação da área de recreação das Creches Cinco de Maio, Trilhos, Promorar e Panorama")
Lei n.º 5.725	de 07.12.12	Repassa recursos à Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 218.000,00, mediante Termo para cobertura de "déficit de médio prazo".
Lei nº 6.026	de 27.10.14	Firma convênio com Sociedade Beneficente Espiritualista e abre crédito especial de R\$ 236.679,46 (vagas educação infantil)

CRÉDITOS ADICIONAIS

Lei n.º 3.550	de 27.10.00	Autoriza o Executivo abrir créditos adicionais até o limite de 5% da despesa total fixada pela Lei nº 3.474 de 28.12.99.
---------------	-------------	--

CRÉDITO ESPECIAL

Lei n.º 1.572	de 15.09.64	Abre crédito especial de Cr\$ 48.350,00 para pagamento de despesas de exercícios anteriores.
Lei n.º 1.577	de 29.09.64	Abre crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para pagamento de juros de títulos dívida ativa.
Lei n.º 1.578	de 29.09.64	Abre crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para auxílio à Miss Objetiva 64.
Lei n.º 1.584	de 13.10.64	Abre crédito especial de Cr\$ 570.000,00 para indenizar férias e reforma de 2 teodolitos.
Lei n.º 1.601	de 22.12.64	Autoriza abertura crédito especial para pagamento de 13º salário e eventual concessão de abono de Natal.
Lei n.º 1.602	de 22.12.64	Abre crédito especial de Cr\$ 71.250,00 para pagamento à Doralina de O. Pereira.
Lei n.º 1.603	de 22.12.64	Abre crédito especial de Cr\$ 138.121,50 para devolução à Pedrasul S/A.
Lei n.º 1.605	de 22.12.64	Autoriza firmar convênio com a Prefeitura de Salvador do Sul para aposentadoria da professora Elvira Krassmann Modena e abre crédito especial.
Lei n.º 1.618	de 29.04.65	Abre créditos suplementares e especiais no total de Cr\$ 24.393.340,00.

Lei n.º 1.621	de 11.05.65	Abre crédito especial de Cr\$ 640.000,00 para pagamento de aluguéis.
Lei n.º 1.623	de 19.05.65	Abre crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 para desapropriação de terreno (Lei 1567).
Lei n.º 1.624	de 19.05.65	Autoriza abertura de créditos especiais para atender despesas das leis 1.608 e 1.620/65.
Lei n.º 1.625	de 19.05.65	Autoriza abertura de créditos especiais e suplementares no setor da eletrificação rural.
Lei n.º 1.628	de 31.05.65	Abre crédito especial de Cr\$ 17.500,00.
Lei n.º 1.630	de 15.06.65	Abre crédito especial de Cr\$ 479.640,00.
Lei n.º 1.645	de 01.09.65	Abre crédito especial de Cr\$ 20.000,00.
Lei n.º 1.646	de 14.09.65	Autoriza a venda de uma camioneta Fargo 1952 e a abertura de crédito especial.
Lei n.º 1.647	de 22.09.65	Autoriza celebrar acordo com a viúva de José Otto Mendel e a abertura de crédito especial.
Lei n.º 1.654	de 24.11.65	Abre crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para locação de serviços com a DPM.
Lei n.º 1.656	de 01.12.65	Abre crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para indenizar o subprefeito do 1º distrito.
Lei n.º 1.658	de 15.12.65	Abre créditos especiais e suplementares no total de R\$ Cr\$ 28.530.000,00.
Lei n.º 1.660	de 15.12.65	Abre crédito especial de Cr\$ 1.772.978,00 para concessão de abono de Natal.
Lei n.º 1.661	de 22.12.65	Abre crédito especial de Cr\$ 120.200,00 para concessão de abono de Natal ao pessoal da Câmara.
Lei n.º 1.667	de 09.03.66	Abre crédito especial de Cr\$ 1.440.000,00 para pagamento à Vva. Eli Elsa Mendel.
Lei n.º 1.668	de 09.03.66	Abre crédito especial de Cr\$ 1.400.000,00 para desapropriação de um terreno.
Lei n.º 1.674	de 17.05.66	Autoriza a venda de um terreno e de créditos especiais até Cr\$ 5.000,00.
Lei n.º 1.687	de 31.08.66	Abre crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00.
Lei n.º 1.690	de 06.09.66	Autoriza desapropriação amigável de uma área de terras e abre crédito especial de Cr\$ 2.170.000,00.

Lei n.º 1.763	de 07.05.68	Abre crédito especial de NCr\$ 15.000,00 para construção de rede elétrica, Passo do Manduca.
Lei n.º 1.764	de 07.05.68	Autoriza aquisição e doação de uma área de terras, bem como o dispêndio de até NCr\$ 20.000,00.
Lei n.º 1.766	de 22.05.68	Abre crédito especial de NCr\$ 200,00 para a escolha de Miss Montenegro/68.
Lei n.º 1.769	de 09.07.68	Concede auxílio de NCr\$ 6.000,00 à AJURIS.
Lei n.º 1.780	de 29.08.68	Autoriza subscrever NCr\$ 5.000,00 de ações da Inducitrus e abre crédito especial.
Lei n.º 1.781	de 04.09.68	Autoriza firmar acordo com servidores inativos e abre crédito especial de NCr\$ 15.675,81.
Lei n.º 1.788	de 11.12.68	Abre crédito especial de NCr\$ 6.000,00 para construção de um stand em POA.
Lei n.º 1.789	de 27.12.68	Abre créditos especiais para pagamento do 13º salário e concessão de abono de Natal.
Lei n.º 1.791	de 27.12.68	Abre crédito especial e suplementar no total de NCr\$ 178.118,76.
Lei n.º 1.797	de 25.03.69	Autoriza a participação do Município na Cinter, abre crédito especial, etc.
Lei n.º 1.805	de 29.04.69	Autoriza aquisição de área de terras do Sr. Trajano Lopes de Vargas.
Lei n.º 1.808	de 03.06.69	Autoriza celebração de acordo com servidores inativos, etc.
Lei n.º 1.810	de 23.06.69	Autoriza aquisição e doação de uma área de terras do Estado.
Lei n.º 1.811	de 23.06.69	Retifica e modifica a participação do Município na Cinteia, etc.
Lei n.º 1.817	de 22.08.69	Autoriza indenizar imóvel e abre crédito especial de NCr\$ 786,00 (Cali Jahn).
Lei n.º 1.822	de 23.09.69	Autoriza aquisição de um terreno ao Estado e abre crédito especial de NCr\$ 4.000,00.
Lei n.º 1.828	de 29.04.69	Autoriza firmar acordo com o Sr. João Lothário Gerstner e abre crédito especial de 15 mil cruzeiros novos.

Lei n.º 1.830	de 18.11.69	Autoriza indenizar imóvel na Vila Santa Terezinha, abre crédito especial NCr\$ 166,64.
Lei n.º 1.837	de 17.12.69	Abre crédito especial e NCr\$ 46.000,00 para o 13º salário e abono de Natal.
Lei n.º 1.842	de 22.04.70	Abre crédito especial de Cr\$ 45.000,00 – Plano Diretor.
Lei n.º 1.859	de 31.08.70	Cria o FEALA e abre crédito de Cr\$ 5.000,00.
Lei n.º 1.862	de 06.10.70	Abre crédito especial de Cr\$ 63.200,00 para amortização de empréstimo Caixa E. Estadual.
Lei n.º 1.877	de 05.02.71	Autoriza a compra de um terreno e sua doação e abre crédito especial de Cr\$ 6.000,00 (Ginásio Polivalente).
Lei n.º 1.883	de 11.05.71	Abre crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para compra de motoniveladora.
Lei n.º 1.890	de 06.07.71	Abre crédito especial de Cr\$ 30.000,00 (Patr. Serv.)
Lei n.º 1.891	de 06.07.71	Autoriza aquisição e doação de imóvel e abre crédito especial de Cr\$ 7.000,00 ((Eloy Menezes).
Lei n.º 1.901	de 04.11.71	Abre crédito especial de Cr\$ 25.300,00 para amortização de empréstimo com o Banco do Estado do RS.
Lei n.º 1.904	de 10.12.71	Abre subscrever ações da Petrobrás e abre crédito especial de Cr\$ 3.197,00.
Lei n.º 1.921	de 05.08.72	Abre crédito especial de Cr\$ 250.000,00 (Construção dos Pavilhões do Centenário).
Lei n.º 1.931	de 11.10.72	Abre crédito especial de Cr\$ 30.000,00 para amortizar empréstimo com o Banrisul.
Lei n.º 1.951	de 11.06.73	Abre crédito especial de Cr\$ 13.181,12 para indenizar os herdeiros de Alzemiro Alves, falecido em acidente de trânsito.
Lei n.º 1.952	de 11.06.73	Abre crédito especial de Cr\$ 7.188,21 para indenizar a Mecauto (Ford).
Lei n.º 1.959	de 28.08.73	Autoriza abertura de crédito especial até o montante de Cr\$ 385.000,00.

Lei n.º 1.974	de 28.12.73	Abre crédito especial de Cr\$ 174.990,00 para amortização de empréstimo contratado com a Caixa.
Lei n.º 1.987	de 11.06.74	Abre crédito especial de Cr\$ 3.000,00.
Lei n.º 1.988	de 11.06.74	Abre crédito especial de Cr\$ 2.148,95.
Lei n.º 1.993	de 16.09.74	Abre crédito especial de Cr\$ 137.177,00 para pagamento de retroescavadeira.
Lei n.º 1.994	de 16.09.74	Abre crédito especial de Cr\$ 166.000,00 para pagamento de tratos carregador.
Lei n.º 1.997	de 01.10.74	Abre crédito especial de Cr\$ 3.000,00 para pagamento do Inseminador Artificial.
Lei n.º 2.006	de 04.03.75	Autoriza abertura de crédito especial para construção de prédios escolares.
Lei n.º 2.015	de 23.06.75	Abre crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00.
Lei n.º 2.018	de 12.08.75	Abre crédito de Cr\$ 25.000,00 para pagamento do PASEP.
Lei n.º 2.023	de 06.11.75	Abre crédito especial de Cr\$ 120.000,00 para pagamento de subsídios aos vereadores.
Lei n.º 2.039	de 17.02.76	Abre crédito especial de Cr\$ 137.500,00 para eletrificação rural.
Lei n.º 2.040	de 17.02.76	Abre crédito especial de Cr\$ 20.000,00 para construção de escola em Batinga Sul.
Lei n.º 2.059	de 29.11.76	Abre crédito especial de Cr\$ 6.893,00 para pagamento da diferença de despesas efetuadas por Prefeito titular em virtude de enfermidade que o acometera.
Lei n.º 2.078	de 08.11.77	Abre crédito especial de Cr\$ 472.604,44 para obras com o Fundurbano/RS.
Lei n.º 2.098	de 23.06.78	Autoriza abrir crédito especial para compra de um tanque para depósito de asfalto.
Lei n.º 2.104	de 12.09.78	Abre crédito especial de Cr\$ 1.546.826,46 para pagamento à CEEE.
Lei n.º 2.115	de 27.11.78	Abre crédito especial de Cr\$ 118.000,00 para pagamento parcial de um trator de esteiras.
Lei n.º 2.123	de 16.02.79	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 1.500.000,00 por estrada.

Lei n.º 2.126	de 18.04.79	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 100.000,00 para estradas municipais.
Lei n.º 2.127	de 25.04.79	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 29.138,20 para convênio Prosan.
Lei n.º 2.128	de 25.04.79	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 130.800,00 para veículo da Secretaria Municipal.
Lei n.º 2.131	de 25.04.79	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 referente ao prédio da Câmara.
Lei n.º 2.132	de 25.04.79	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 370.000,00 para ponte de Santos Reis.
Lei n.º 2.143	de 26.07.79	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 420.000,00 para estrada de Pesqueiro.
Lei n.º 2.144	de 26.07.79	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 1.080.000,00 para estrada de Pesqueiro.
Lei n.º 2.145	de 17.08.79	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 100.000,00 para ponte de Santos Reis.
Lei n.º 2.175	de 02.07.80	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 130.000,00 para ambulância.
Lei n.º 2.180	de 21.08.80	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 100.000,00 para Iluminação Pública.
Lei n.º 2.256	de 30.06.82	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 175.000,00.
Lei n.º 2.272	de 20.09.82	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 15.000.000,00 (DNOS).
Lei n.º 2.279	de 23.11.82	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 1.446.796,00 para despesas do vendaval e enchentes.
Lei n.º 2.314	de 10.10.83	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 1.352.971,50.
Lei n.º 2.409	de 23.12.85	Autoriza crédito especial para subscrição de ações da Habitasul.
Lei n.º 2.414	de 22.04.86	Autoriza o Executivo abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 12.189,00.

Lei n.º 2.433	de 31.10.86	Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cz\$ 33.000,00.
Lei n.º 2.437	de 02.12.86	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de Cz\$ 40.256,55.
Lei n.º 2.513	de 28.09.88	Autoriza o Executivo a subscrever Cz\$ 280.644,00 de ações da Certaja.
Lei n.º 2.526	de 01.12.88	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de Cz\$ 2.862.260,00.
Lei n.º 2.540	de 31.01.89	Autoriza o Executivo abrir crédito especial.
Lei n.º 2.555	de 10.04.89	Autoriza o Executivo a abrir crédito de NCz\$ 10.000,00.
Lei n.º 2.576	de 27.06.89	Autoriza o Executivo abrir crédito especial até o valor de NCz\$ 26.902,37 (pagamento CEEE e Corsan).
Lei n.º 2.611	de 17.11.89	Autoriza o Executivo abrir crédito especial.
Lei n.º 2.615	de 27.11.89	Altera a Lei nº 2.589/89, que autoriza a concessão de auxílio para o COMBEM.
Lei n.º 2.619	de 27.11.89	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de Cr\$ 1.352.971,50.
Lei n.º 2.627	de 15.12.89	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial.
Lei n.º 2.663	de 28.08.90	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de Cr\$ 46.002,00.
Lei n.º 2.673	de 28.09.90	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de Cr\$ 46.002.000,00.
Lei n.º 2.730	de 25.07.91	Autoriza abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 18.886.400,00.
Lei n.º 2.731	de 25.07.91	Autoriza abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 21.082.100,00.
Lei n.º 2.821	de 04.05.92	Autoriza abertura de Crédito especial no valor de Cr\$ 10.000.000,00.
Lei n.º 2.915	de 29.03.93	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de Cr\$ 200.000.000,00.
Lei n.º 3.064	de 14.06.95	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial e Suplementar.
Lei n.º 3.065	de 14.06.95	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de Cr\$ 292.600,00.

Lei n.º 3.137	de 08.05.96	Autoriza abertura de Crédito especial no valor de Cr\$ 100.000,00.
Lei n.º 3.199	de 26.05.97	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de Cr\$ 49.000,00.
Lei n.º 3.253	de 30.12.97	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de Cr\$ 48.066,28.
Lei n.º 3.265	de 16.03.98	Inclui programa no Plano Plurianual do Município, na LDO 98 e autoriza abertura de Crédito Especial.
Lei n.º 3.285	de 25.05.98	Inclui programa no PPA, na LDO 98 e autoriza abertura de crédito especial.
Lei n.º 3.304	de 13.07.98	Abre crédito especial e dá outras provid.
Lei n.º 3.311	de 03.08.98	Inclui programa no PPA, na LDO 98, e autoriza abertura de Crédito Especial.
Lei n.º 3.347	de 27.11.98	Autoriza o Executivo a promover a participação de Montenegro na implantação do Consórcio dos Municípios do Vale do Rio caí – COMVARC, sua projeção, instalação e funcionamento, abre Crédito Especial.
Lei n.º 3.359	de 28.12.98	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 19.000,00.
Lei n.º 3.379	de 31.12.98	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 46.977,84.
Lei n.º 3.380	de 31.12.98	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 300.000,00.
Lei n.º 3.381	de 31.12.98	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 105.000,00.
Lei n.º 3.387	de 01.04.99	Autoriza o Executivo firmar Convênio com a Comissão Organizadora de Eventos de Montenegro e abertura de Crédito Especial.
Lei n.º 3.411	de 09.07.99	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 22.000,00.
Lei n.º 3.424	de 19.08.99	Autoriza abertura de Crédito Especial.
Lei n.º 3.425	de 19.08.99	Autoriza abertura de Crédito Especial.
Lei n.º 3.457	de 17.12.99	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 50.803,20 (PNAE).

Lei n.º 3.458	de 17.12.99	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 146.890,29.
Lei n.º 3.459	de 17.12.99	Autoriza o Executivo abrir Crédito especial no valor de R\$ 19.725,78 (PAS).
Lei n.º 3.460	de 17.12.99	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 121.249,68 (FMS-HM).
Lei n.º 3.471	de 27.12.99	Autoriza o Executivo a celebrar convênio e abrir Crédito Especial no valor de R\$ 73.464,00.
Lei n.º 3.476	de 31.12.99	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 39.131,00.
Lei n.º 3.492	de 17.03.00	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 52.015,67.
Lei n.º 3.524	de 20.06.00	Autoriza o Executivo a celebrar convênio e abrir crédito especial no valor R\$ 29.040,00.
Lei n.º 3.526	de 30.06.00	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 56.683,98.
Lei n.º 3.534	de 28.07.00	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.066.667,00.
Lei n.º 3.539	de 25.08.00	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 23.521,16.
Lei n.º 3.540	de 01.09.00	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 12.892,80.
Lei n.º 3.548	de 16.10.00	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.504,50.
Lei n.º 3.555	de 28.11.00	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 260.750,00.
Lei n.º 3.562	de 27.12.00	Ratifica Contrato de repasse celebrado entre a União Federal, através da Caixa Econômica Federal, e o Município, objetivando a execução de ações relativas ao PRONAF.
Lei n.º 3.563	de 27.12.00	Ratifica Contrato de Repasse celebrado entre a União federal, através da CEF, e o Município, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Morar Melhor – Produção de Unidades Habitacionais.
Lei n.º 3.569	de 29.12.00	Autoriza abertura de Crédito Especial.
Lei n.º 3.575	de 31.01.01	Autoriza abertura de Crédito Especial.

Lei n.º 3.576	de 31.01.01	Autoriza abertura de Crédito Especial.
Lei n.º 3.579	de 13.03.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 206.000,39, Operação de Crédito – FUNDOPIMES.
Lei n.º 3.594	de 28.05.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 76.866,99.
Lei n.º 3.602	de 06.06.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 4.700,00.
Lei n.º 3.604	de 11.06.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 13.315,78.
Lei n.º 3.610	de 25.06.01	Autoriza abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 30.171,83.
Lei n.º 3.612	de 02.07.01	Altera redação do art. 3º da Lei 3.604, que autoriza Executivo abrir Crédito Especial.
Lei n.º 3.613	de 03.07.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 827,54.
Lei n.º 3.624	de 23.07.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00.
Lei n.º 3.628	de 14.08.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 65.300,00.
Lei n.º 3.630	de 20.08.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 775.000,00 (SMOP – Av. Itália).
Lei n.º 3.633	de 20.08.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 20.000,00.
Lei n.º 3.634	de 20.08.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 18.000,00.
Lei n.º 3.635	de 20.08.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 4.500,00.
Lei n.º 3.637	de 20.08.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 41.056,92 – SMSAS.
Lei n.º 3.639	de 27.08.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 12.100,00 – SMVSU.
Lei n.º 3.640	de 27.08.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 15.000,00 – SMOP.

Lei n.º 3.641	de 27.08.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 65.300,00 – SMEC – Pavilhão Esportivo de Muda Boi).
Lei n.º 3.646	de 19.09.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 586,05 – SMVSU.
Lei n.º 3.652	de 09.10.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 15.000,00 – SMEC.
Lei n.º 3.655	de 16.10.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.598,39 – SMEC.
Lei n.º 3.656	de 17.10.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 240.000,00 – SMSAS – Loteamento Popular.
Lei n.º 3.675	de 13.11.01	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 54.986,00 – SMOP – Rua Juvenal A Oliveira e Dr. Hans Varellmann).
Lei n.º 3.683	de 03.12.01	Altera art. 1º da Lei nº 3.637/01.
Lei n.º 3.698	de 28.12.01	Acrescenta art. 2º A à Lei nº 3.652/01.
Lei n.º 3.699	de 28.12.01	Acrescenta art. 2º A à Lei nº 3.655/01.
Lei n.º 3.700	de 28.12.01	Acrescenta art. 2º A à Lei nº 3.656/01.
Lei n.º 3.703	de 28.12.01	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial (repassa à Sociedade Benef. Espiritualista).
Lei n.º 3.710	de 05.03.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial - SMAP – Fundopimes.
Lei n.º 3.716	de 25.03.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 18.750,00 – SMSAS.
Lei n.º 3.720	de 01.04.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 18.000,00 – SMOP.
Lei n.º 3.728	de 13.05.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 3.360,00 – SMSAS.
Lei n.º 3.738	de 24.05.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 10.000,00 - SMEC.
Lei n.º 3.741	de 17.06.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 3.000,00 – SMSAS.
Lei n.º 3.747	de 25.06.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 260.000,00 – SMSAS.

Lei n.º 3.750	de 25.06.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 110.000,00 - SMEC.
Lei n.º 3.755	de 26.06.02	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º Lei nº 3.716/02.
Lei n.º 3.758	de 02.07.02	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 40.000,00 – SMIC - Aeródromo.
Lei n.º 3.770	de 22.07.02	Altera o art. 1º da Lei nº 3.747/02.
Lei n.º 3.774	de 30.07.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 24.000,00.
Lei n.º 3.776	de 31.07.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.200,00.
Lei n.º 3.777	de 05.08.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 268.000,00 – SMSAS – Unidade odontológica.
Lei n.º 3.781	de 12.08.02	Inclui meta na LDO 2002 – Lotes Prolurb III.
Lei n.º 3.782	de 16.08.02	Inclui programa na LDO 2002 – SMVSU – RS 124 – Montenegro/Pareci.
Lei n.º 3.787	de 26.08.02	Altera redação do art. 1º da Lei 3.758/02.
Lei n.º 3.789	de 02.09.02	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor R\$ 34.774,32 –SMAM – Aterro Sanitário.
Lei n.º 3.790	de 10.09.02	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 500.000,00 – SMIC – Empresas.
Lei n.º 3.793	de 16.09.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 137.090,05 – Operação de Crédito do Fundopimes.
Lei n.º 3.794	de 16.09.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 3.000,00.
Lei n.º 3.797	de 16.09.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 3.480,00.
Lei n.º 3.799	de 30.09.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 125.000,00 – SMAM – Patrulha Agrícola.
Lei n.º 3.801	de 30.09.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 4.615,93 – SMSAS – Programa Habitar Brasil.

Lei n.º 3.805	de 11.10.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 21.409,74 – SMEC – Diretoria de Desporto.
Lei n.º 3.807	de 11.10.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial de R\$ 165.000,00 – SMOP – Trevo da Comexi.
Lei n.º 3.809	de 15.10.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 51.711,60 – SMAM – Pronaf – Construção Mercado Público Municipal.
Lei n.º 3.810	de 15.10.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 120.000,00 – SMAM – Pavilhões Comunitários.
Lei n.º 3.811	de 15.10.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 156.000,00 – SMAM – Ampliação Rede Água.
Lei n.º 3.812	de 15.10.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 86.503,30 – SMAM – Pronaf – Rede D´água Sobrado e reforma Pavilhão 22 de Novembro.
Lei n.º 3.822	de 05.11.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 15.650,40 (SMEC – cantinas).
Lei n.º 3.823	de 05.11.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 30.295,92 – pavimentação ruas B. Germano Henke.
Lei n.º 3.826	de 11.11.02	Altera redação do art. 1º da Lei 3.812/02.
Lei n.º 3.827	de 11.11.02	Altera redação do art. 1º da Lei 3.809/02.
Lei n.º 3.832	de 27.11.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 75.000,00 – SMSAS – Aquisição micro-ônibus.
Lei n.º 3.834	de 09.12.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 280.000,00 (aerofotogrametria do Município).
Lei n.º 3.835	de 09.12.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 135.422,26 (construção de sanitários em 70 domicílios rurais).
Lei n.º 3.843	de 20.12.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 19.200,00 (aluguel prédio para o SEPAHC, arquivo, museu e pinacoteca).
Lei n.º 3.846	de 26.12.02	Acrescenta art. 4ºA à Lei 3.789/02.
Lei n.º 3.847	de 26.12.02	Acrescente os arts. 3ºA e 3ºB à Lei 3.794/02.

Lei n.º 3.848	de 26.12.02	Acrescenta o art. 2º A à Lei 3.797/02.
Lei n.º 3.849	de 26.12.02	Acrescenta o art. 4º A à Lei 3.799/02.
Lei n.º 3.850	de 27.12.02	Acrescenta o art. 4º A à Lei 3.807/02.
Lei n.º 3.851	de 27.12.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 10.000,00 (Contabilização do Fundef).
Lei n.º 3.852	de 27.12.02	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 17 Agentes de Campo.
Lei n.º 3.856	de 31.12.02	Autoriza o Executivo a permutar uma área de 1.405,35 m², por outra igual metragem.
Lei n.º 3.861	de 17.02.03	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 4.196,38 (devolução saldo convênios).
Lei n.º 3.863	de 21.02.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, três professores–Área II.
Lei n.º 3.865	de 21.02.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 226,64 (devol. Saldo convênios).
Lei n.º 3.867	de 07.03.03	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 14 Auxiliares de Creche.
Lei n.º 3.868	de 13.03.03	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 6.500,00 (contratação de empresa de consultoria contábil – FAP).
Lei n.º 3.869	de 13.03.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 14.490,00 (projeto de drenagem pluvial das ruas Canasvieiras, Porto Belo, Tramandaí, Copacabana e Florindo Machado.)
Lei n.º 3.874	de 07.04.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 12.000,00 (cercamento de área de depósito de materiais da SMSAS).
Lei n.º 3.879	de 07.04.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 20.000,00 (reformas da Sociedade Beneficente Espiritualista)
Lei n.º 3.880	de 14.04.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial de R\$ 120.000,00 (aquisição de unidade móvel).
Lei n.º 3.882	de 14.04.03	Altera redação do art. 1º da Lei nº 3.869/03.

Lei n.º 3.886	de 02.05.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 54.910,00 (compra de consultas especializadas).
Lei n.º 3.887	de 02.05.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00 (aquisição de analisador bioquímico).
Lei n.º 3.893	de 02.06.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 100.000,00 (construção de creche no B. Aero clube).
Lei n.º 3.896	de 09.06.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 22.000,00 (elabor. Proj. de uso e remediação do aterro sanitário).
Lei n.º 3.906	de 25.06.03	Dispõe sobre a distribuição de material de construção às famílias afetadas por situações de emergência.
Lei n.º 3.914	de 14.07.03	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2003 (aquisição de autoclaves para esterilização de material odontológico).
Lei n.º 3.915	de 14.07.03	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2003 (reforma da E.M.E.F. José Pedro Steigleder).
Lei n.º 3.917	de 21.07.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 19.000,00 (contratação de palestrantes e assessoria pedagógica e administrativa para a SMEC).
Lei n.º 3.921	de 18.08.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial de R\$ 2.730,00 (compra de livros para SMIC).
Lei n.º 3.929	de 01.09.03	Altera o art. 2º da Lei nº 3.920/03, convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.930	de 01.09.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 100.000,00 (compra material para recapeamento de ruas).
Lei n.º 3.942	de 15.09.03	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003 (aquisição veículo para Campanha Abrace Montenegro).
Lei n.º 3.946	de 01.10.03	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003 (aquisição veículo para SMAP).
Lei n.º 3.947	de 01.10.03	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003 (reforma prédio para implantação Posto de Saúde na Vila Esperança).

Lei n.º 3.948	de 01.10.03	Autoriza o Executivo a incluir metas na LDO 2003 (microdrenagem e calçamento com pedra irregular das ruas João Corrêa e Albino Frederico Hoffmeister).
Lei n.º 3.949	de 01.10.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 126.800,00 (construção de casas para famílias em área de risco).
Lei n.º 3.967	de 11.11.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.440,00. (Bolsa de estudo p/ estudantes da UERGS)
Lei n.º 3.974	de 18.11.03	Autoriza o Executivo a reduzir valor de meta constante na LDO 2003. (jazigos para o Cemitério Municipal)
Lei n.º 3.975	de 18.11.03	Autoriza o Executivo incluir meta constante na LDO 2003. (melhoria na E.M.E.F. Felisberto Porfírio de Souza)
Lei n.º 3.981	de 25.11.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 34.805,89. (devolução de recursos à União)
Lei n.º 3.986	de 02.12.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 160.000,00. (Terceirização da Guarda Municipal)
Lei n.º 3.987	de 02.12.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 35.565,06. (Drenagem pluvial das ruas Intendente Klinger de Oliveira, Ricardo Jahn e Condomínio Floresta Negra)
Lei n.º 3.990	de 08.12.03	Autoriza o Executivo a receber, em doação, recursos financeiros para repassar, através de Convênio, ao CPM da E. E. Aurélio Porto – 1.ª a 4.ª série.
Lei n.º 4.001	de 29.12.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 41.672,50. (recuperação do telhado da Antiga Estação Férrea)
Lei n.º 4.003	de 29.12.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 138.350,00. (ampliação e reforma da E.M.E.F. Cinco de Maio)
Lei n.º 4.007	de 30.12.03	Acrescenta o art. 2.º-A à Lei n.º 3.930/03, que autoriza Executivo abrir Crédito Especial de R\$ 100.000,00. (recapeamento de ruas)
Lei n.º 4.011	de 30.12.03	Acrescenta o art. 3.º-A à Lei n.º 3.942/03, que autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003. (Projeto Abrece Montenegro)

Lei n.º 4.023	de 09.02.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 250.000,00. (valores excedentes ao previsto na LDO 2003 – SMOP)
Lei n.º 4.028	de 25.02.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.000,00. (eletrificação trifásica do poço artesiano do Aterro Sanitário)
Lei n.º 4.029	de 01.03.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 58.001,00. (aquisição de veículo p/ transporte de passageiros – SMEC)
Lei n.º 4.030	de 08.03.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 60.000,00. (contratos do FAS)
Lei n.º 4.031	de 08.03.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial de R\$ 147.500,00. (aquisição de veículo – SMSAS)
Lei n.º 4.048	de 05.04.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 22.000,00. (Convênio c/ APAE)
Lei n.º 4.054	de 26.04.04	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2004. (aquisição de câmeras filmadoras e climatizador de ar – SMIC)
Lei n.º 4.057	de 27.04.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 157.328,75. (Construção de quadra de esportes no Bairro Cinco de Maio)
Lei n.º 4.060	de 03.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.000,00. (Equipamento e material permanente e de informática p/ o Corpo de Bombeiros)
Lei n.º 4.061	de 03.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 206.105,00. (Aerofotogrametria p/ realização do Plano Diretor)
Lei n.º 4.067	de 17.05.04	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 10 (dez) Visitadores para atender ao Programa Primeira Infância Melhor.
Lei n.º 4.068	de 24.05.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 7.000,00. (abrigo p/ paradas de ônibus)
Lei n.º 4.071	de 24.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.200,00 (aquisição e instalação de alarme na E.M.E.I. do Bairro Aeroclube)

Lei n.º 4.072	de 24.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 32.880,00. (aquisição de subestação elétrica compartilhada)
Lei n.º 4.075	de 31.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 31.190,40. (conclusão do ginásio coberto da E.M.E.F. Pedro João Muller)
Lei n.º 4.076	de 31.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 29.869,23. (contrapartida de recursos p/ merenda escolar)
Lei n.º 4.080	de 07.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 12.000,00. (construção de banheiros na E.M.E.F. Profª Maria Josepha Alves de Oliveira)
Lei n.º 4.081	de 07.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 100.100,00. (aquisição de móveis, equipamentos e material permanente a E.M.E.F. Cinco de Maio e E.M.E.F. Profª Maria Josepha Alves de Oliveira, além de cercamento desta)
Lei n.º 4.082	de 17.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial de R\$ 80.000,00. (restituições a inativos do FAP)
Lei n.º 4.085	de 23.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 4.583,00. (Climatizador de ar para o prédio da SMIC)
Lei n.º 4.087	de 23.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 39.367,98. (transporte escolar para estudantes residentes em área rural)
Lei n.º 4.101	de 26.07.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 84.228,57. (devolução de recursos do Pronaf à União)
Lei n.º 4.102	de 26.07.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 149.805,00. (aquisição de equipamento e material permanente)
Lei n.º 4.109	de 10.08.04	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Brigada Militar de Montenegro.
Lei n.º 4.112	de 30.08.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 3.700,00. (contratação de palestrantes p/ o 2.º Encontro Municipal de Educação)
Lei n.º 4.116	de 06.09.04	Autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Especial no valor de R\$ 11.000,00.

		(construção de muro de arrimo na Rua Apolinário de Moraes)
Lei n.º 4.119	de 17.09.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 65.000,00. (cercamento da área do aterro sanitário)
Lei n.º 4.120	de 24.09.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 165.000,00. (aquisição de retroescavadeira para a SMVSU)
Lei n.º 4.121	de 27.09.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 229.796,00. (Postos de Saúde, Programa Saúde da Família e aquisição de unidade móvel para a SMSAS)
Lei n.º 4.123	de 04.10.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 18.802,69 (Devolução de sobras de recursos à União).
Lei n.º 4.124	de 04.10.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 216.240,61. (Aquisição de material para recapeamento de ruas, juntamente com recursos da CIDE)
Lei n.º 4.126	de 11.10.04	Autoriza o Executivo firmar Convênio com a APAE e abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.650,00 - FMDCA.
Lei n.º 4.130	de 25.10.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00 – SMVSU (construção jazigos no cemitério municipal).
Lei n.º 4.136	de 03.11.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 135.000,00 – SMSAS – Construção Casas Populares – Prolurb III.
Lei n.º 4.137	de 08.11.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 51.488,34 – SMOP (Conclusão calçada Beira do Rio).
Lei n.º 4.140	de 16.11.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 20.000,00 – SMIC – Campanha 2004 - Abrace Montenegro.
Lei n.º 4.144	de 06.12.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 150.000,00 – SMEC – Construção novo prédio EMEF Bello Faustino dos Santos.
Lei n.º 4.145	de 13.12.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 105.000,00 (aquisição caminhão p/Corpo Bombeiros).

Lei n.º 4.148	de 17.12.04	Exclui parte de metas constantes LDO 2004.
Lei n.º 4.149	de 17.12.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 47.526,24 – SMVSU.
Lei n.º 4.152	de 27.12.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 12.000,00 – SMEC (Cercamento E.M. Pedro João Muller)
Lei n.º 4.153	de 27.12.04	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista – SMSAS – FMDCA – repasse de R\$ 307.088,44.
Lei n.º 4.154	de 27.12.04	Altera o art. 1º da Lei 4149/04.
Lei n.º 4.159	de 14.01.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.179.938,65 – SMOP – pavimentação e microdrenagem Av. Itália.
Lei n.º 4.162	de 28.01.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 569,96
Lei n.º 4.165	de 21.02.05	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 40.547,20 –SMVSU (aquisição de capinadeira e duas roçadeiras).
Lei n.º 4.166	de 21.02.05	Autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.000,00 – SMSAS (convênio COM E.E. Aurélio Porto).
Lei n.º 4.167	de 21.02.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor R\$ 50.000,00 – SMVSU (ampliação e reforma do almoxarifado).
Lei n.º 4.170	de 1º.03.05	Autoriza o Executivo a conceder subvenção social à OASE, mantenedora do Hospital Montenegro.
Lei n.º 4.171	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R4 2.745,00 – SMEC.
Lei n.º 4.172	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00 – SMSAS – Laboratório.
Lei n.º 4.173	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00 – SMSAS – Posto Saúde Germano Henke.
Lei n.º 4.174	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 15.000,00 – SMAP – aquisição equipamentos e material, informática.

Lei n.º 4.176	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 11.000,00 – SMF/SMSAS e GP – despesas passagens e locomoção.
Lei n.º 4.177	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 10.000,00 – Câmara – despesas passagens e locomoção.
Lei n.º 4.182	de 06.04.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 450,00 – SMVSU (aquisição de marcador de pneu).
Lei n.º 4.192	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 83.000,00 (aquisição bens móveis – GP/SMF/SMSAS/SMVSU).
Lei n.º 4.193	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 10.000,00 (aquisição abrigo paradas ônibus – SMVSU).
Lei n.º 4.194	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 58.000,00 – SMEC/Premiações Desportivas e SMAP/Obrigações Patronais).
Lei n.º 4.200	de 03.05.05	Autoriza o executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 15.000,00 (SMAM – aquisição bens móveis).
Lei n.º 4.201	de 03.05.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.000,00 (SMEC – aquisição bens móveis).
Lei n.º 4.202	de 03.05.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor R\$ 5.096,86 (SMSAS – Cerca prédio).
Lei n.º 4.207	de 16.05.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.000,00 – SMIC – aquisição equipamentos e material permanente.
Lei n.º 4.209	de 01.06.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 10.000,00 – SMEC – repasse Coral Vozes.
Lei n.º 4.210	de 01.06.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 23.500,00 – SMSAS – construção Banco de Materiais.
Lei n.º 4.211	de 01.06.05	Altera art. 1º da Lei nº 4.194/05, que autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 58.000,00 – SMEC/SMAP – premiação desportiva e obrigações patronais.
Lei n.º 4.212	de 01.06.05	Altera o art. 1º da Lei 4.192/05, que autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de

		R\$ 83.000,00 – Div. Secretarias – aquisição bens móveis.
Lei n.º 4.217	de 10.06.05	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial de R\$ 26.500,00 – SMSAS – aquisição veículo.
Lei n.º 4.218	de 10.06.05	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.000,00 – SMEC – aquisição bens móveis.
Lei n.º 4.219	de 15.06.05	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 55.000,00 – SMEC – Transporte Escolar.
Lei n.º 4.223	de 28.06.05	Autoriza o Executivo a receber, em doação, recursos financeiros a APAE.
Lei n.º 4.224	de 28.06.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 55.000,00 – Gabinete Prefeito – aquisição de veículo.
Lei n.º 4.227	de 28.06.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 275.476,78 – SMOP – asfalto R. Fernando Ferrari.
Lei n.º 4.228	de 28.06.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 323.308,55 – SMOP – calçamento R. Boa Vista.
Lei n.º 4.236	de 12.07.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 52.775,87 – SMEC e incluir meta na LDO 2005.
Lei n.º 4.249	de 02.08.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 – Fundo M. Idoso.
Lei n.º 4.251	de 11.08.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol e abrir Crédito Especial no valor de R\$ 45.000,00.
Lei n.º 4.254	de 17.08.05	Autoriza o Executivo a alterar art. 1º da Lei nº 4.224/05.
Lei n.º 4.255	de 17.08.05	Autoriza o Executivo alterar arts. 2º e 3º da Lei nº 4.217/05.
Lei n.º 4.257	de 22.08.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 3.400,00 e a incluir meta na LDO 2005–SMEC–aquisição instrumentos musicais.
Lei n.º 4.258	de 22.08.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, três médicos Clínico Gerais e um médico Ginecologista.(abre crédito especial de R\$ 65.000,00)

Lei n.º 4.259	de 22.08.05	Autoriza o Executivo a criar o Fundo Rotativo de Desenvolvimento da Avicultura e conceder empréstimo para construção e ampliação de aviários (abre crédito especial R\$ 300.000,00)
Lei n.º 4.261	de 29.08.05	Autoriza o executivo a firmar convênio com a OASE, abrir crédito especial no valor de R\$ 464.872,50 e a incluir programa no PPA 2002/5 e na LDO 2005 (Programa Salvar)
Lei n.º 4.262	de 29.08.05	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 62.250,00 e a incluir meta na LDO 2005 (SMEC – Bolsa Estudo Educ. Inf.)
Lei n.º 4.263	de 29.08.05	Autoriza o Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região do Vale do Caí – CIS/CAI e abrir crédito especial no valor de R\$ 24.000,00.
Lei n.º 4.265	de 13.09.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 4.000,00, incluir programa no PPA 2002/5 e incluir meta na LDO 2005 (aquisição imóvel Bruno Andrade).
Lei n.º 4.266	de 13.09.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Herança e ATM e abrir crédito especial no valor de R\$ 30.000,00.
Lei n.º 4.268	de 26.09.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 18.537,87 (Fundarte – TV Cultura).
Lei n.º 4.269	de 26.09.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 30.000,00, incluir programa no PPA 2002/5 e meta na LDO 2005 (Iluminação pública RST 470 e RS 287).
Lei n.º 4.270	de 26.09.05	Ratifica convênio com a Fundação Banco do Brasil, autoriza abertura crédito especial valor de R\$ 5.000,00 (Programa AABB Comunidade).
Lei n.º 4.275	de 03.10.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 45.000,00 e incluir meta LDO 2005 (aquis.instal. semáforos).
Lei n.º 4.276	de 03.10.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial valor de R\$ 118.410,31 e incluir meta na LDO 2005 (reforma do Museu)
Lei n.º 4.278	de 03.10.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 8.800,00 (SMEC - aquis. bens móveis).
Lei n.º 4.282	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o BNDES, a incluir meta na LDO 2005 e abrir

		crédito especial no valor de R\$ 25.973,00 (reforma do Museu).
Lei n.º 4.283	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a excluir e incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 450.000,00(ampliação EMEF Cinco Maio).
Lei n.º 4.284	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir ação em programa do PPA 2002-2005 e meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 157.887,42 (calçamento e microdrenagem Rua Getulio Vargas).
Lei n.º 4.285	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir ação em programa PPA 2002-2005 e meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 44.404,04 (calçamento e microdrenagem Rua Emílio Leipnitz).
Lei n.º 4.286	de 13.10.05	Autoriza Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 25.700,00 (SMOP – aquisição veículo).
Lei n.º 4.287	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 2.000,00 (porteiro eletrônico EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.291	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 230.000,00 (reforma e ampliação EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.292	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a AASEM e abrir crédito especial no valor de R\$ 12.000,00.
Lei n.º 4.296	de 27.10.05	Autoriza Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 67.951,33 (aquisição veículo – SMF).
Lei n.º 4.297	de 27.10.05	Autoriza Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (iluminação pública prolong. Dr. Gilberto Seelig).
Lei n.º 4.298	de 27.10.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com a OASE e abrir crédito especial no valor de R\$ 420.000,00 (Coredes).
Lei n.º 4.299	de 27.10.05	Autoriza Executivo abrir crédito especial no valor R\$ 4.640,00 (SMSAS – Combate Fome).
Lei n.º 4.300	de 01.11.05	Altera art. 2º da Lei 4.292/05 (AASEM).

Lei n.º 4.304	de 07.11.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 4.000,00 (auxílio pessoas físicas - combate a fome).
Lei n.º 4.305	de 07.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 130.000,00 (instalação posto de combustível)
Lei n.º 4.314	de 07.11.05	Autoria o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 – SMSAS (Passagens e despesas c/locomoção).
Lei n.º 4.320	de 18.11.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com Governo do RS, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR para implantar o Programa Minha Casa e abrir crédito especial no valor de R\$ 266.001,00.
Lei n.º 4.323	de 21.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005, a abrir crédito especial no valor de R\$ 21.300,00 e firmar convênio com a CDL. (Projeto Sonho de Natal – Campanha 2005)
Lei n.º 4.324	de 23.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (reforma/ampliação EMEF Mª Josefa Alves de Oliveira).
Lei n.º 4.325	de 23.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 4.000,00 (cercamento EMEF Dr. Walter Belian).
Lei n.º 4.326	de 23.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 6.290,00 (SMOP - aquisição equipamento, material permanente e de informática)
Lei n.º 4.331	de 28.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 95.000,00 (ampliação/construção salas anexas ao Palácio Rio Branco).
Lei n.º 4.341	de 13.12.05	Ratifica convênio com a Metroplan, autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 176.267,58 – construção galpão reciclagem lixo.
Lei n.º 4.342	de 19.12.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial de R\$ 36.518,00 (aquisição veículo p/SMEC).
Lei n.º 4.343	de 19.12.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 681,00 (Programa Ensino Jovens e Adultos).

Lei n.º 4.345	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (melhorias prédio Câmara-Usina).
Lei n.º 4.347	de 19.12.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com a OASE e abrir crédito especial no valor de R\$ 6.000,00.
Lei n.º 4.351	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial de R\$ 28.300,00 (Projeto Prosepa).
Lei n.º 4.359	de 27.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 83.634,32 (calçamento da Rua Capitão Cruz).
Lei n.º 4.362	de 27.12.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Ministério das Cidades, incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 57.460,00 (regularização fundiária dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto).
Lei n.º 4.367	de 30.12.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial de R\$ 90.000,00 (aquisição e um veículo p/ a Vigilância Sanitária).
Lei n.º 4.369	de 30.12.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial de R\$ 8.328,00 (aquisição de material permanente e equipamento de informática para o Programa Bolsa Família).
Lei n.º 4.371	de 30.12.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito de R\$ 252.766,02 (calçamento da Rua Licínio Faustino da Silva).
Lei n.º 4.375	de 30.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 8.095,00 (cursos de qualificação profissional junto ao Senai).
Lei n.º 4.383	de 19.01.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 1.000,00 – Contrat. Encarreg. Serv. Gerais da Câmara Municipal.
Lei n.º 4.384	de 19.01.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 12.155,00 – SMSAS (Habitação).
Lei n.º 4.386	de 19.01.06	Autoriza Executivo a alterar e incluir ação no PPA, incluir ações na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 300.000,00 – SMAM (Incentivo a Produção Primária).

Lei n.º 4.395	de 01.03.06	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (Câmara).
Lei n.º 4.396	de 01.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (vigilância epidemiológica).
Lei n.º 4.397	de 01.03.06	Autoriza Fundarte contratar temporária e administrativamente, um Professor Auxiliar de Canto e autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 5.000,00.
Lei n.º 4.402	de 20.03.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 2.000,00 (Câmera Fotográfica – SMOP).
Lei n.º 4.403	de 20.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 102.100,00 (recuperação e conclusão calçada beira do Rio Caí).
Lei n.º 4.405	de 20.03.06	Ratifica convênio celebrado com Estado do RS, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais e abrir crédito especial de R\$ 22.790,00.
Lei n.º 4.406	de 20.03.06	Ratifica o Contrato de Repasse celebrado com a União, por intermédio do Ministério do Esporte, autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 48.000,00.
Lei n.º 4.413	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 84.321,00 (Bens Móveis - SMSAS).
Lei n.º 4.414	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 93.200,50 (SMSAS – Construção Prédio).
Lei n.º 4.417	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com Governo RS, através da SEHADUR para implantação de loteamento popular, alterar ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 420.000,00.
Lei n.º 4.423	de 05.04.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 102.147,21 (capeamento Bruno de Andrade).

Lei n.º 4.424	de 05.04.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 26.000,00 (Programa Viva Criança).
Lei n.º 4.425	de 05.04.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a CDL para realização da ExpoMonte, abrir crédito especial de R\$ 100.000,00 e excluir e incluir ações no PPA 2006/9.
Lei n.º 4.435	de 26.04.06	Autoriza o Executivo receber em dação em pagamento, uma edificação da empresa Serrano – Ind. Com. Produtos Limpeza.
Lei n.º 4.437	de 26.04.06	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 31.306,00 – SMEC (aquisição bens móveis).
Lei n.º 4.438	de 26.04.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO/06 e abrir crédito especial de R\$ 180.000,00 (aquisição imóvel-creches).
Lei n.º 4.439	de 28.04.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Estado do RS, através da Secretaria dos Transportes, p/execução obras no Aeródromo, incluir ação no PPA 2006/09, na LDO/06, abrir crédito especial R\$ 67.557,15.
Lei n.º 4.441	de 02.05.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 703.200,00 – Consórcio Saúde.
Lei n.º 4.442	de 02.05.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 50.000,00 – Farmácia Popular.
Lei n.º 4.445	de 05.05.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Estado do RS, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, (FECA) e abrir crédito especial de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 4.446	de 05.05.06	Autoriza Executivo firmar convênio com Estado do RS, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, firmar convênio com entidades assistenciais e abrir crédito especial R\$ 11.800,00 (PEAS).
Lei n.º 4.453	de 22.05.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006-2009 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 18.548,57 (reforma Unidade Básica de Saúde).
Lei n.º 4.454	de 22.05.06	Altera art. 2º da Lei 4414/06 – incluir ação LDO 06 e abrir crédito especial R\$ 93.200,50 (construção setor remoções, garagens e rampa-SMSAS)

Lei n.º 4.455	de 22.05.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 4.740,00 (aquisição copiadora p/SMVSU).
Lei n.º 4.457	de 29.06.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 517.000,00 – SMEC – Transporte Escolar.
Lei n.º 4.458	de 29.05.06	Altera art. 1º da Lei 4.442/06 – autoriza abrir crédito especial de R\$ 50.000,00 (Farmácia Popular).
Lei n.º 4.461	de 29.05.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Ecocitrus p/realização do XIII Ciclo Estadual de Palestras sobre Citricultura e Expocitrus – Exposição de Citros.
Lei n.º 4.463	de 06.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 480.000,00 – ampl. EMEF Cinco de Maio.
Lei n.º 4.464	de 06.06.06	Autoriza o Executivo incluir ações LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 3.720,00 (aquis. de equipamentos p/SMAP).
Lei n.º 4.465	de 06.06.06	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 84.000,00 (SMIC – Estrada do Morro São João).
Lei n.º 4.468	de 12.06.06	Autoriza Executivo a excluir e incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 52.127,67 (reforma Ginásio Normélio Petry).
Lei n.º 4.469	de 12.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição bens móveis – salas da SMF).
Lei n.º 4.472	de 19.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 30.000,00 (veículo guarda municipal).
Lei n.º 4.475	de 26.06.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 5.000,00 (equipamento informática p/SMAM).
Lei n.º 4.476	de 26.06.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 27.000,00 – FAP (custeio da gratificação dos Técnicos Admin. dos Fundos)
Lei n.º 4.478	de 30.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006, abrir crédito especial de R\$ 35.000,00 e firmar convênio c/ Associação Anjos de Luz.
Lei n.º 4.480	de 30.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 9.000,00

		(alimentação escolar-aquisição equipamentos processamento de dados).
Lei n.º 4.481	de 30.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 1.500,00 (Aquis. bens móveis – Comdecon).
Lei n.º 4.485	de 30.06.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 9.000,00 (FAP – Manut. Fundos).
Lei n.º 4.486	de 30.06.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial R\$ 360.000,00 e firmar convênio com OASE.
Lei n.º 4.487	de 11.07.06	Autoriza o Executivo firmar parceria com o SENAC (Pesquisa Perfil Consumidor).
Lei n.º 4.493	de 14.07.06	Acrescenta o § 1º e o § 2º ao art. 3º da Lei nº 4.486/06 (contra-partida do Município).
Lei n.º 4.496	de 17.07.06	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 10.000,00 e firmar convênio com a Comunidade Evangélica Campo Meio.
Lei n.º 4.508	de 07.08.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com o CPM da EMEF Esperança e abrir crédito especial de R\$ 4.000,00 – FMDCA.
Lei n.º 4.509	de 07.08.06	Autoriza firmar convênio com Associação Montenegrina de Fruticultores e abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (SMAM – Incentivo a Fruticultura).
Lei n.º 4.511	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ações na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 160.000,00 (exclui equip. SMVSU, inclui asfalto Estr. Dr. Niquinho, Compra Vaga Creche e Incent.Comércio)
Lei n.º 4.524	de 11.09.06	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA 2006-2009 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 100.000,00 – SMSAS (aquisição de veículo).
Lei n.º 4.525	de 11.09.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 5.998,24 – SMEC (sistema de alarme).
Lei n.º 4.534	de 25.09.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 136.456,74 (ampliação/reforma EMEF São Paulo).
Lei n.º 4.537	de 02.10.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 92.523,00 (reforma/ampliação CAPS, aquis. material e equipamentos).

Lei n.º 4.538	de 02.10.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 2.000,00-SMAP – Instalação alarmes.
Lei n.º 4.539	de 09.10.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 210.000,00 (reforma/ampliação farmácia e almoxarifado central da SMSAS)
Lei n.º 4.540	de 09.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R4 1.000,00 – FAP – Regime Próprio.
Lei n.º 4.541	de 09.10.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Empresa Jornalística Ibiá e abrir crédito especial de R\$ 3.050,00 (Viva Bairro – Dia das Crianças).
Lei n.º 4.545	de 13.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 25.000,00, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007. (reforma/ampliação e construção cobertura EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.546	de 13.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 8.000,00, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007 (ampliação da EMEF Felisberto Porfírio de Souza).
Lei n.º 4.550	de 25.10.06	Autoriza Executivo excluir ação da LDO 2006, incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 37.500,00 – SMAM (implant. rede de água zona rural).
Lei n.º 4.552	de 06.11.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 18.548,57, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007 e incluir ação na LDO 2007 (SMSAS - reforma Posto de Saúde).
Lei n.º 4.553	de 06.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 30.866,15 (SMSAS – construção guarita)
Lei n.º 4.557	de 13.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial R\$ 37.000,00 (asfaltamento área aterro sanitário).
Lei n.º 4.559	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 13.361,44 (aquisição equipamentos p/Biblioteca e Auditório).
Lei n.º 4.560	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a ratificar Termo de Compromisso Histórico, firmar convênio com Efica e abrir crédito especial de R\$ 200.000,00 (Projeto Estação).
Lei n.º 4.564	de 21.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial

		de R\$ 9.700,00 (SMAM – aquisição equipamentos p/Casa Produtor Rural).
Lei n.º 4.565	de 21.11.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 19.500,00 (Programa Bolsa Família).
Lei n.º 4.578	de 12.12.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$33.193,01 e reabrir no exercício seguinte (EMEI José Flores Cruz).
Lei n.º 4.590	de 26.12.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura-ISAEC, no valor de R\$ 130.100,00 e abrir crédito especial.
Lei n.º 4.610	de 22.02.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 16,00 (repasse de recursos para a Assembléia).
Lei n.º 4.615	de 06.03.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 2.400,00 (PETI Bolsa).
Lei n.º 4.618	de 09.03.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 22.790,00 – SMSAS – Convênio PEAS.
Lei n.º 4.619	de 16.03.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 14.460,00 – SMOP (iluminação Rua João Corrêa).
Lei n.º 4.621	de 20.03.07	Ratifica convênio com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome e abrir crédito especial no valor de R\$ 60.001,00 (aquisição equiptos. Creches).
Lei n.º 4.622	de 20.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação em Programado PPA e na LDO 2007, abrir crédito especial de R\$ 77.205,00 – SMSAS (ampliação PSF Senai).
Lei nº 4.623	de 20.03.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 100.073,60 – SMIC (construção de pórticos).
Lei n.º 4.624	de 20.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 100.073,60 – SMIC (construção de pórticos).
Lei n.º 4.627	de 27.03.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 1.211.000,00 (Fundo Previdenciário)
Lei n.º 4.628	de 27.03.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial ded R\$ 16.727,03 – SMEC (devolução saldo – Desporto Comunitário)

Lei n.º 4.630	de 27.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 84.001,00 – SMIC (melhorias estradas Morro São João).
Lei n.º 4.631	de 09.04.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 67.558,15 – SMIC (obras e equipamentos p/Aeródromo)
Lei n.º 4.634	de 09.04.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 2.522,60 (Devol. Saldo-Desporto Comunitário).
Lei n.º 4.638	de 16.04.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 3.669.543,47 (SMEC – FUNDEB)
Lei n.º 4.639	de 16.04.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 120.000,00 (elevador)
Lei n.º 4.650	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a incluir ação da LDO 2007, e abrir crédito especial no valor de R\$ 41.596,00 (aquisição de equipamento p/ SMSAS)
Lei n.º 4.651	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 16.640,00 (SMEC)
Lei n.º 4.653	de 14.05.07	Institui o Programa Municipal de Desporto e autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 15.000,00 (desporto)
Lei n.º 4.658	de 25.05.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 45.000,00 (convênio c/ Liga Montenegrina de Futebol).
Lei n.º 4.660	de 28.05.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 88.312,00 (estrada geral de S.Reis)
Lei n.º 4.662	de 04.06.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 41.000,00 (corais municipais)
Lei n.º 4.663	de 04.06.07	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 9º da Lei nº 4.653/07, Programa Municipal do Desporto e autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.000,00. (esporte)
Lei n.º 4.665	de 12.06.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 8.896,00. (vigilância sanitária)
Lei n.º 4.666	de 18.06.07	Dispõe s/ regularização dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto e autoriza abrir crédito especial de R\$ 45.131,15 (Loteamento Popular)

Lei n.º 4.667	de 18.06.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 15.000,00 (LDO – Escolas Municipais)
Lei n.º 4.668	de 18.06.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com CPM da EMEF. Esperança no valor de R\$ 5.000,00 (CPM EMEF Esperança)
Lei n.º 4.669	de 25.06.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir Crédito Especial de R\$ 236.305,92 (SMEC- Concl. da ampl.EMEI Dr José Flores Cruz)
Lei n.º 4.670	de 25.06.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir Crédito Especial de R\$ 23.401,00.(SMAM- Aq. Máq. Beneficiadora e Classificadora de Frutas).
Lei nº 4.671	de 02.07.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO e abrir crédito especial de R\$ 10.000,00. (Equipamento e material permanente SMSAS)
Lei nº 4.678	de 16.07.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 5.733,20. (equip. e material permanente/bolsa família)
Lei nº 4.680	de 16.07.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 38.000,00 (SENAI)
Lei nº 4.684	de 24.07.07	Autoriza o Executivo abri crédito especial de R\$ 23.000,00 (Fundarte).
Lei nº 4.686	de 30.07.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 11.580,46. (Prédios públicos-SMOP)
Lei n.º 4.691	de 06.08.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/07 e abrir crédito especial de R\$ 2.295,00 (Mtl e Equip p/ FUNREBOM-Bombeiros)
Lei nº 4.694	de 14.08.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 932.652,75 (aquisição de lotes – dação em pagamento)
Lei nº 4.695	de 14.08.07	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO/2007 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.400,00 (equipamentos vigilância epidemiológica)
Lei nº 4.697	de 14.08.07	Autoriza o Executivo firmar convênio com Associação Anjos de Luz no valor de R\$ 20.000,00 e abrir crédito especial de R\$ 2.000,00
Lei nº 4.708	de 03.09.07	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 21.208,33 (ampliação sala de reciclagem da EMEF Dr. Walter Belian)

Lei nº 4.709	de 03.09.07	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.640,00 (incentivo a práticas desportivas).
Lei nº 4.711	de 10.09.07	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 19.436,94 (Fundarte)
Lei nº 4.718	de 11.09.07	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 6.000,00 (SMIC)
Lei nº 4.724	de 02.10.07	Autoriza incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 200.000,00 (recuperação pavimentação asfáltica diversas ruas)
Lei nº 4.725	de 02.10.07	Autoriza incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 961.000,00 (recuperação rua Buarque de Macedo)
Lei nº 4.730	de 08.10.07	Autoriza o Executivo a incluir ação em Programa do PPA e na LDO 2007, abrir crédito especial de R\$ 223.890,75 (construção ginásio poliesportivo EMEF José Pedro Steigleder)
Lei nº 4.731	de 08.10.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000,00 (instalação alarmes nas EMEIs)
Lei nº 4.743	de 22.10.07	Autoriza o Executivo a firmar Protocolo de Ação Conjunta com o Estado, através da SUSEPE e abrir crédito especial de R\$ 13.000,00 (mão-de-obra apenados)
Lei nº 4.744	de 22.10.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 27.000,00 (PSF)
Lei nº 4.745	de 22.10.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 7.538,82 (Prolurb III)
Lei nº 4.746	de 22.10.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO/2007 e abrir crédito especial de R\$ 3.739,00 (Grupo Musical Esperança)
Lei nº 4.755	de 06.11.07	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 52.989,01 (EMEI Ferroviário)
Lei nº 4.769	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/07 e abrir créd esp de R\$19.999,52 (ampliação EMEF José P Steigleder).
Lei nº 4.772	de 07.12.07	Autoriza o Executivo a ratificar o vlr. De 13.056,00 utilizado no Progr. Bolsa de Fábr. A ser repassado à ISAEC, firmar convênio e abrir Créd Espec de 19.200,00.

Lei nº 4.774	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 729,45 (SMSAS-Alarme-Serviço de Habitação Social)
Lei nº 4.783	de 21.12.07	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 38.000,00 (equipamentos SMSAS)
Lei nº 4.787	de 21.12.07	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 140.000,00 (ampliação Biblioteca Pública)
Lei nº 4.790	de 28.12.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 30.500,00 (aquisição veículo Bolsa Família)
Lei nº 4.795	de 28.12.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 135.339,00 (Corpo de Bombeiros)
Lei nº 4.800	de 28.12.07	Autoriza o Executivo firmar Termo de Concessão Real de Uso e convênio com APESC, incluir ação LDO/2007 e abrir crédito especial p/ implantação de campus universitário. (UNISC)
Lei nº 4.817	de 25.02.08	Autoriza o Executivo Municipal abrir crédito especial de R\$ 60,51 (devolução saldo Prolurb)
Lei nº 4.820	de 25.02.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO/2008 e abrir crédito especial de R\$ 33.973,54 (equip. e mat. Permanente SMSAS)
Lei nº 4.825	de 03.03.08	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 15.410,21 (Projetos Sociais).
Lei nº 4.826	de 03.03.08	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 69.628,74 (calçamento Rua Salvador).
Lei nº 4.828	de 03.03.08	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 3.000,00 (Aquisição uniformes Prosepa).
Lei nº 4.829	de 10.03.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/2007 e abrir crédito especial de R\$ 32.000,00 (aquisição veículo CAPSI).
Lei nº 4.830	de 10.03.08	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 2.157,84 (restituição HM-COREDES)
Lei nº 4.834	de 25.03.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 12.769,70 (equipamentos EMEF Esperança)

Lei nº 4.839	de 31.03.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 34.277,34 (Aditivo elevador Câmara)
Lei nº 4.846	de 07.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 25.270,65 (Aditivo entorno rodoviária)
Lei nº 4.857	de 22.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 480.000,00 (adequação codificação orçamentária débitos previdenciários)
Lei nº 4.858	de 22.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 90.000,00 (equipamentos HM)
Lei nº 4.860	de 22.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 1.871,22 (devolução convênio PROSEPA/BM)
Lei nº 4.864	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2008 e abrir créd espec de R\$ 6.000,00-compra de computadores para SMAP/FAP
Lei nº 4.865	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a abrir créd espec de R\$ 70.640,00 – Plano de Habitação-FRHP.
Lei nº 4.867	de 25.04.08	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006-2009, a incluir créd espec no vlr. de 4.392.049,24 – Macrodrenagem Arroio Montenegro.
Lei nº 4.873	de 19.05.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 08 e abrir créd esp de R\$ 25.800,00-Equip. e mtl. Permanente-Bolsa Família.
Lei nº 4.879	de 19.05.08	Autoriza o Executivo a ratificar Termo de Compromisso com o Estado do RS, a firmar convênio com a OASE e a abrir crédito especial de R\$ 360.000,00 (Programa Salvar)
Lei n.º 4.881	de 26.05.08	Aut.Exec. a abrir créd espec de R\$ 44.484,00 (FNDE//MEC, Progr. PNAP)
Lei n.º 4.882	de 26.05.08	Aut.Exec. a abrir créd espec de R\$ 50.000,00-SMEC-Paisagismo da Estação da Cultura
Lei nº 4.884	de 26.05.08	Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e a abrir créd espec de R\$200.145,20-constr de pórticos.
Lei n.º 4.886	de 26.05.08	Aut.Exec. a abrir crédito especial de R\$ 240.000,00-Consórcio CIS/ CAÍ-Assist.farmacêutica e Insumos.
Lei n.º 4.888	de 09.06.08	Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e abrir créd espec de R\$ 200.000,00-Infraestrutura de loteamentos.

Lei nº 4.891	de 09.06.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO/08 abrir crédito especial de R\$ 24.304,10 (ampliação EMEF Bello Faustino dos Santos)
Lei nº 4.893	de 16.06.08	Autoriza o Executivo excluir ações da LDO/08, incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 34.543,00 (iluminação Av. Itália)
Lei nº 4.895	de 16.06.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 52.500,00 (equipamentos escolas educação infantil)
Lei nº 4.897	de 16.06.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 17.352,88 (equipamentos escolas educação infantil)
Lei nº 4.898	de 18.06.08	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 50.000,00 (aquisição tanque emulsão asfáltica)
Lei nº 4.899	de 20.06.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a Rádio América Ltda e abrir crédito especial de R\$ 40.000,00 (2ª Expomonte)
Lei nº 4.900	de 20.06.08	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 120.000,00 (Aditivo Buarque de Macedo)
Lei nº 4.904	de 30.06.08	Autoriza o Executivo incluir ação da LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 30.000,00 (equipamentos e material vigilância epidemiológica)
Lei nº 4.911	de 14.07.08	Autoriza o Executivo a abrir créd especial de R\$ 8.000,00 p/ Farmácia Popular do Brasil.
Lei nº 4.912	de 14.07.08	Autoriza o Executivo a abrir créd especial de R\$ 15.000,00 p/ FMDCA – Projeto Semeando o Futuro – DAS.
Lei nº 4.919	de 18.07.08	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 78.376,08 (ampliação PSF bairro Senai)
Lei nº 4.921	de 21.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 102.331,37 (construção PSF Muda Boi)
Lei nº 4.922	de 21.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 79.675,59 (construção PSF Santos Reis)
Lei nº 4.923	de 28.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 217.010,72 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)

Lei nº 4.931	de 04.08.08	Altera art. 2º da Lei nº 4.923/08, que autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 217.010,72 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei nº 4.935	de 18.08.08	Autoriza Executivo incluir ações na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 90.440,00 (aquisição de equipamentos e veículo p/ SMAM)
Lei nº 4.937	de 22.08.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 11.500,00 (integração folha de pagamento com Diretoria de Contabilidade)
Lei nº 4.938	de 22.08.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 11.450,00 (regularização fundiária Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto)
Lei nº 4.939	de 01.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 78.676,00 (compra de vagas p/ abrigagem criança e adolescente)
Lei nº 4.941	de 01.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 22.000,00 (compra de vagas APAE)
Lei nº 4.943	de 01.09.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a ISAEC no valor de R\$ 6.440,00 e abrir crédito especial (qualificação mão-de-obra-Sinodal)
Lei nº 4.944	de 08.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.480,00 e firmar convênio com entidades assistenciais p/ repasse de recursos do FEAS/2008 (Soc. Benef. Espiritualista e Anjos de Luz)
Lei nº 4.945	de 08.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 135.000,00 (remodelação Praça Rui Barbosa)
Lei nº 4.947	de 08.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 91.937,96 (iluminação pública RST 287)
Lei nº 4.949	de 15.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 20.000,00 (aquisição roupeiros p/ Corpo de Bombeiros)
Lei nº 4.952	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 26.040,00 (centro de referência especializada de Assistência Social)
Lei nº 4.953	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 150.919,59 e ratificar contrato de repasses Ministério do Esporte (ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 4.954	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação em programa do PPA 2006/2009 na LDO 2008 e abrir

		crédito especial de R\$ 25.799,45 (equipamentos Hospital Montenegro)
Lei nº 4.965	de 20.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (Projeto Semeando o Futuro – DAS/CRAS)
Lei nº 4.968	de 20.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 11.207,00 (instrumentos musicais EMEF Esperança)
Lei nº 4.969	de 20.10.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (Prosepa 2008)
Lei nº 4.971	de 28.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 37.399,53 (equipamentos p/ cozinhas escolas municipais e estaduais)
Lei nº 4.972	de 03.11.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 15.010,00 (equipamentos e instalação de alarmes nas escolas)
Lei nº 4.976	de 10.11.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 71.000,00 (custeio de projetos contemplados pelo FUMPROCULTURA)
Lei nº 4.982	de 01.12.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 24.024,50 (consórcio CIS/CAÍ)
Lei n.º 4.987	de 01.12.08	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.000,00 e a firmar convênio com CDL (Promoção de Natal)
Lei nº 4.990	de 08.12.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 61.000,00 (aquisição veículo SMSAS)
Lei nº 4.997	de 15.12.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 672,77 (material p/ EJA)
Lei nº 4.998	de 15.12.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 77.352,20 (termo aditivo EMEI Gente Miúda)
Lei nº 5.002	de 19.12.08	Autoriza o Executivo a ratificar convênio, incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial no valor de R\$ 132.829,90 (construção galpão reciclagem lixo)
Lei nº 5.012	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (execução de piso na EMEF Adolfo Schüller)
Lei nº 5.022	de 20.01.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 200.000,00 (Estação Cultural)

Lei nº 5.025	de 26.01.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 25.000,00 (ATM)
Lei nº 5.028	de 02.02.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2009 e abrir crédito especial no valor de R\$ 156.000,00 (reforma ginásio Parque Centenário)
Lei nº 5.029	de 02.02.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2009 e abrir crédito especial no valor de R\$ 108.333,33 (conclusão ginásio EMEF José Pedro Steigleder)
Lei nº 5.030	de 09.02.09	Autoriza Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 14.644,80 (Assist. Social-medida sócio-educativa)
Lei nº 5.031	de 09.02.09	Autoriza Executivo a aderir ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário através do Termo de Compromisso Saúde Prisional e a abrir crédito especial no valor de R\$ 91.800,00
Lei nº 5.034	de 09.02.09	Autoriza Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 85.568,72 (iluminação pública RST 287)
Lei nº 5.035	de 16.02.09	Autoriza Executivo a abrir crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos).
Lei nº 5.037	de 25.02.09	Autoriza Executivo a abrir crédito especial de R\$ 12.468,20 (devolução saldo merenda escolar).
Lei nº 5.040	de 13.03.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2009 e a abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (aquisição de equipamentos p/ depto. Habitação Social)
Lei nº 5.041	de 16.03.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 480.000,00 (contratação temporária de professores)
Lei nº 5.051	de 30.03.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 11.682,54 (devolução saldo emenda p/ aquisição equip. escolas)
Lei nº 5.053	de 08.04.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/09 e abrir crédito especial de R\$ 18.522,37 (Conclusão iluminação da ciclovía RS 470)
Lei n.º 5.056	de 13.04.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 577,13 (devolução PEAS)
Lei n.º 5.058	de 14.04.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial e incluir ação na LDO/2009 (construção do posto de saúde de Muda Boi)

Lei n.º 5.060 de 14.04.09	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO/2009 e a abrir crédito especial de R\$ 110.000,00 (reforma e ampliação dos prédios do SMVSU)
Lei n.º 5.073 de 18.05.09	Inclui ação LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (instalação de fibra ótica e cabos – SMSAS)
Lei n.º 5.074 de 18.05.09	Inclui ação LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 16.753,59 (equip. p/ EMEIs)
Lei n.º 5.075 de 18.05.09	Inclui ação LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 25.000,00 (equip. vigilância epidemiológica)
Lei n.º 5.076 de 18.05.09	Abre crédito especial de R\$ 14.400,00 (Prog. Erradicação ao trabalho infantil)
Lei n.º 5.078 de 25.05.09	Abre crédito especial no valor de R\$ 10.776,51 (devolução de saldo-aquisição de medicamentos)
Lei n.º 5.081 de 25.05.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 22.000,00 (equipamento e material permanente/Bolsa Família)
Lei n.º 5.082 de 25.05.09	Autoriza Executivo Municipal abrir crédito especial de R\$ 5.040,00 (material distribuição gratuita p/ campanha contra violência sexual infantil)
Lei n.º 5.083 de 25.05.09	Abre crédito especial de R\$ 3.000,00 (regularização fundiária)
Lei n.º 5.084 de 25.05.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 17.948,46 (cercamento da EMEF Militão José de Azeredo em Serra velha e ressarcimento da reforma EMEF Carlos Frederico Schubert, em Alfama)
Lei n.º 5.088 de 02.06.09	Abre crédito especial de R\$ 89.157,16 (Devolução saldo da obra da Estrada Cláudio Kranz)
Lei n.º 5.089 de 02.06.09	Abre crédito especial de R\$ 100.000,00 (FAP – Previdência Social Servidor – Regime Próprio)
Lei n.º 5.091 de 02.06.09	Abre crédito especial de R\$ 17.500,00 (Vigilância Sanitária)
Lei n.º 5.093 de 08.06.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 15.500,00 (sistema de alarme e monitoramento nos prédios da Prefeitura)
Lei n.º 5.094 de 08.06.09	Abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (Consórcio CIS/CAÍ – compra de equipamentos p/ SMSAS)

Lei n.º 5.102 de 29.06.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 3.001.000,00 (renovação e ampliação da frota)
Lei n.º 5.104 de 06.07.09	Ratifica convênio firmado c/ a Rádio América no valor de até R\$ 22.000,00 e abre crédito especial de R\$ 7.000,00 (9.º Arraial de São João Batista).
Lei n.º 5.105 de 06.07.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 80.000,00 (aquisição de máquina de pintura)
Lei n.º 5.107 de 14.07.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 4.000,00 (alarme nas EMEIs Adenilo E. Rübénich e Esperança)
Lei n.º 5.108 de 14.07.09	Abre crédito especial de R\$ 165.413,16 (classificação contábil FAP)
Lei n.º 5.109 de 14.07.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (melhorias aeródromo)
Lei n.º 5.118 de 03.08.09	Abre crédito especial de R\$ 2.448,80 (devolução convênio-PSF 2/Senai)
Lei n.º 5.119 de 03.08.09	Abre crédito especial de R\$ 2.050,51 (devolução saldo-Proj. Estado Salvar-auxílio HM)
Lei n.º 5.126 de 10.08.09	Altera classificação orçamentária constante do art. 2.º da Lei 5.107/09, que autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/09 e abre crédito especial no valor de R\$ 4.000,00 (alarmes EMEIs)
Lei n.º 5.130 de 24.08.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 215.000,00 (remodelação da Praça Rui Barbosa)
Lei n.º 5.138 de 31.08.09	Abre crédito especial de R\$ 3.148,96 (EMEI Adenillo Edgar Rübénich – Tio Riba)
Lei n.º 5.139 de 31.08.09	Abre crédito especial de R\$ 16.000,00 (regularização do recurso vinculado criado nas multas de trânsito)
Lei n.º 5.141 de 31.08.09	Abre crédito especial de R\$ 150.000,00 (despesas do FAP)
Lei n.º 5.144 de 08.09.09	Abre crédito especial de R\$ 6.618,67 (ampliação de salas de aula e fechamento do Ginásio de Esportes da EMEF Pedro João Müller)
Lei n.º 5.145 de 08.09.09	Acrescenta alínea e ao inciso I do art. 1.º da Lei 4980/08 - Plano de Auxílios e Subvenções 2009 e abre crédito especial (APAE)

Lei nº 5.146	de 15.09.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 404.413,24 (construção de Centro Comunitário Bela Vista)
Lei nº 5.147	de 15.09.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 600.100,00 (transporte escolar rural)
Lei nº 5.148	de 15.09.09	Abre crédito especial de R\$ 3.367,79 (devolução saldo de compra de equipamentos p SMAM - Ministério Desenvolvimento Agrário)
Lei nº 5.156	de 06.10.09	Inclui na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (equipamentos e material p/ FAP/FAS)
Lei nº 5.157	de 06.10.09	Inclui na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 109.940,00 (equipamentos e material p/ PSF 2- Esperança e PAM)
Lei nº 5.161	de 09.10.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 143.615,14 (restauração prédio farmácia dos ferroviários)
Lei nº 5.162	de 09.10.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (elaboração plano diretor de mobilidade urbana)
Lei nº 5.173	de 03.11.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 7.570,00 (aquisição de equipamentos - Coredes 2006/07 p/ HM)
Lei nº 5.176	de 09.11.09	Abre crédito especial de R\$ 2.352,44 (Plano Local de Habitação)
Lei nº 5.178	de 09.11.09	Inclui ação no Plano Plurianual 2006-2009, na LDO 2009 e abre crédito especial no valor de R\$ 19.800,00 (Estudo de planejamento da circulação viária e tráfego do município de Montenegro)
Lei nº 5.180	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 19.710,00 (SMEC – Programa Projovem Urbano, aquisição de gêneros alimentícios)
Lei nº 5.181	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 5.061,60 (material de consumo p/ EMEFs)
Lei nº 5.182	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 10.109,86 (devolução saldo construção Ginásio Poliesportivo EMEF José Pedro Steigleder)
Lei n.º 5.184	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 30.000,00 e firma convênio c/ Câmara de Dirigentes Lojistas de Montenegro – CDL (Promoção Sorte de Natal)

Lei nº 5.187	de 30.11.09	Ratifica termo de adesão firmado com o Estado, inclui ação no PPA e LDO e abre crédito especial de R\$ 120.000,00
Lei nº 5.198	de 14.12.09	Abre crédito especial de R\$ 70.000,00 (adequação orçamentária FUNTRAN)
Lei nº 5.203	de 14.12.09	Abre crédito especial no valor de R\$ 5.771,61 (Devolução saldo convênio – ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübénich)
Lei nº 5.204	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 1.170.012,25 (obras rua Antônio Ignácio O. Filho – B. Aeroclube)
Lei nº 5.205	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 307.335,44 (capeamento asfáltico da rua Cap. Cruz)
Lei nº 5.206	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 200.877,71 (construção de quadra de esportes coberta - Alfama)
Lei nº 5.207	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 180.000,00 (Construção Centro de Referência em Assistência Social)
Lei nº 5.208	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 142.393,81 (microdrenagem e calçamento da Rua Canadá)
Lei nº 5.210	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 130.576,42 (Construção de galpão de reciclagem-B. Estação)
Lei nº 5.211	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem do Arroio São Miguel)
Lei nº 5.213	de 28.12.09	Abre crédito especial de R\$ 1.220,11 (devolução saldo elaboração PLHIS)
Lei nº 5.214	de 28.12.09	Abre crédito especial de R\$ 4.018,68 (devolução saldo unidades habitacionais)
Lei nº 5.224	de 30.12.09	Abre crédito especial de R\$ 7.495,52 (aditivo contrato p/ construção Pórtico RS 240)
Lei nº 5.225	de 30.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 139.773,07 (galpão reciclagem junto à Estação Transbordo)
Lei nº 5.232	de 22.02.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (equipamentos p/ projetos CRAS)

Lei nº 5.233	de 22.02.10	Abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (medicamentos p/ Programa Saúde Prisional)
Lei nº 5.236	de 08.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 3.001.000,00 (renovação da frota-PROVIAS)
Lei nº 5.237	de 08.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 156.000,00 (reforma no Ginásio Poliesportivo Domingos dos Santos)
Lei nº 5.238	de 08.03.10	Ratifica Termos de Cooperação para participação de equipes montenegrinas no Campeonato de Futebol de Areia Bolamar 2010 e abre crédito especial de R\$ 9.300,00.
Lei nº 5.243	de 22.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.437.085,18 (macro drenagem do Arroio Montenegro)
Lei n.º 5.246	de 06.04.10	Firma convênio com a OASE e abre crédito especial de R\$ 93.500,00 (reformas HM)
Lei n.º 5.247	de 06.04.10	Inclui ações na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 128.000,00 (equipamentos SMSAS e postos de saúde e reformas)
Lei nº 5.249	de 12.04.10	Inclui ação no PPA, na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (elaboração Plano de Saneamento Básico)
Lei nº 5.250	de 12.04.10	Abre crédito especial de R\$ 5.556,96 (aditivo Praça Ivo Bühler)
Lei nº 5.251	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.000.000,00 (ampliação e renovação da frota)
Lei nº 5.252	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 59.500,00 (reforma de escolas municipais-emenda destastres naturais: Cinco de Maio, Dr. Walter Belian, José P. Steigleder e Adolfo Schüller)
Lei nº 5.253	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 18.117,95 (substituição cobertura ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 5.254	de 16.04.10	Inclui ação no PPA, na LDO/2010 e abre crédito especial de R\$ 2.500,00 (Construção de escadarias na Rua Valeska Lampert)
Lei nº 5.261	de 10.05.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial R\$ 25.000,00 (aquisição equipamentos para área médica ambulatorial, através do CIS/CAI)
Lei nº 5.262	de 10.05.10	Abre crédito especial R\$ 128.000,00 (Programa Controle Diabetes Mellitos)

Lei nº 5.264	de 10.05.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial R\$ 49.814,15 (cercamento da EMEI Dr. José Flores da Cruz)
Lei nº 5.265	de 10.05.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial R\$ 222.500,00 (infraestrutura Expomonte)
Lei nº 5.267	de 10.05.10	Acrescenta alínea <i>b</i> ao inciso III do art. 1º da Lei 5.185/09-Auxílios e Subvenções 2010 e abre crédito especial R\$ 128.000,00 (ATM - Expomonte)
Lei nº 5.270	de 14.05.10	Acrescenta valor a alínea <i>a</i> do inciso III do art. 1.º da Lei 5.185/09 – Auxílios e Subvenções 2010 e abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (EFICA-construção de subestação de energia elétrica na Estação da Cultura)
Lei nº 5.271	de 14.05.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 23.645,00 (obras de melhorias e aquisição de equipamentos p/ aeródromo)
Lei nº 5.272	de 14.05.10	Abre crédito especial de R\$ 9.593,70 (devolução saldo convênio – aquisição de diversos equipamentos p/ educação infantil)
Lei nº 5.276	de 10.06.10	Exclui e inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 20.000,00 (ampliação EMEI Santo Antônio)
Lei nº 5.277	de 10.06.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 379.794,11 (construção de trevos de acesso a Doux Frangosul).
Lei nº 5.279	de 14.06.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 182.739,83 (ampliação e reforma da EMEF Adolfo Schüller).
Lei nº 5.280	de 14.06.10	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso I do art. 1º da Lei nº 5.185/09 - Plano de Auxílios e Subvenções 2010 - e abre crédito especial de R\$ 85.000,00 (OASE)
Lei nº 5.281	de 14.06.10	Inclui ação no LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 25.126,00 (aquisição de equipamentos p/ HM).
Lei nº 5.288	de 28.06.10	Inclui ação no LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 2.500,00 (cercamento do PSF1 – Germano Henke).
Lei nº 5.295	de 20.07.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 12.500,00 (FUMREBOM)

Lei nº 5.296	de 20.07.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 65.000,00 (Canalização do Arroio no Cemitério Municipal)
Lei n.º 5.297	de 26.07.10	Firma convênio com a AMOGA e abre crédito especial de R\$ 30.000,00
Lei n.º 5.307	de 09.08.10	Abre crédito especial de R\$ 198,98 (devolução de saldo convênio-ProJovem Urbano)
Lei n.º 5.310	de 13.08.10	Abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (recuperação de estradas do interior e bueiros/Decreto calamidade pública)
Lei nº 5.312	de 13.08.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 160.000,000 (aquisição de caminhão caçamba-SMAM).
Lei nº 5.316	de 30.08.10	Abre crédito especial de R\$ 4.771,52 (devolução de recursos do Plano de Aplicação da SMS)
Lei nº 5.321	de 06.09.10	Abre crédito especial de R\$ 43.589,20 (Plano de Aplicação dos Recursos p/ SMS)
Lei nº 5.324	de 13.09.10	Inclui ação na LDO e abre crédito especial de R\$ 33.232,80 (equipamento e material permanente-Farmácia Básica)
Lei nº 5.329	de 21.09.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ações na LDO e abre crédito especial de R\$ 850.000,00 (recuperação da malha viária rural e bueiros)
Lei nº 5.330	de 28.09.10	Abre crédito especial de R\$ 750,40 (devolução sobra de recursos EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 5.332	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 117.807,36 (implantação de Telecentro-Bairro Timbaúva)
Lei nº 5.333	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 427.589,00 (incentivo à citricultura)
Lei nº 5.334	de 04.10.10	Ratifica Termo de Adesão firmado c/ o Estado do RS, inclui ação na LDO e abre crédito especial no valor de R\$ 93.750,00 (Projeto Emancipar)
Lei nº 5.335	de 04.10.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 925.072,52 (Pavimentação Transcitrus)

Lei nº 5.341	de 15.10.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 7.525,00 (Projeto Cidade Digital)
Lei nº 5.342	de 15.10.10	Abre crédito especial de R\$ 4.000,00 (oficina de violão e banda marcial- CPM EEEF Adelaide Sá Brito)
Lei nº 5.345	de 22.10.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (ampliação quartel Corpo de Bombeiros)
Lei n.º 5.349	de 08.11.10	Prorroga prazo previsto no parágrafo único da Lei n.º 5.297/10, que firma convênio com a AMOGA e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (projeto Controle de Reprodução de Cães e Gatos de Rua)
Lei nº 5.353	de 19.11.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 358.500,00 (recadastramento imobiliário)
Lei nº 5.361	de 09.12.10	Abre crédito especial de R\$ 51.422,69 (devolução projeto Emancipar)
Lei nº 5.364	de 09.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (programa DST/HIV/AIDS)
Lei nº 5.365	de 09.12.10	Acrescenta a alínea <i>d</i> ao inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (Assoc. Benef. Casa de Amparo Mão de Deus)
Lei nº 5.370	de 20.12.10	Abre crédito especial de R\$ 53.066,55 (devolução recursos – PSF Santos Reis)
Lei n.º 5.371	de 20.12.10	Firma convênio com o CIS/CAI e abre crédito especial de R\$ 11.000,00 (CEO)
Lei nº 5.378	de 30.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 1.000.000,00 (revitalização vias centrais)
Lei nº 5.379	de 30.12.10	Contrata operação de crédito com a Caixa Estadual RS para ampliação da infraestrutura urbana, inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 2.480.000,00 (pavimentação de ruas)
Lei nº 5.382	de 30.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 80.000,00 (investimentos na Unidade de Saúde Prisional)
Lei nº 5.383	de 30.12.10	Exclui e inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 65.000,00 (construção de muro no Cemitério Municipal)

Lei nº 5.386	de 25.01.11	Abre crédito especial de R\$ 14.029,51 (devolução de saldo convênio-Restauração prédio farmácia dos ferroviários)
Lei nº 5.387	de 25.01.11	Abre crédito especial de R\$ 30.137,61 (devolução de saldo convênio-Saúde)
Lei nº 5.389	de 21.02.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 97.500,00 (revitalização do balneário municipal)
Lei n.º 5.390	de 21.02.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos)
Lei n.º 5.395	de 09.03.11	Ratifica convênio com a CORSAN, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 227.096,97 (ampliação de redes de distribuição de água)
Lei n.º 5.396	de 09.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 171.658,01(reforma no ginásio Domingos dos Santos)
Lei n.º 5.397	de 11.03.11	Inclui atividade no PPA 2010-2013, ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 58.990,00 (Calçamento na localidade de Rua Nova)
Lei n.º 5.398	de 11.03.11	Firma convênio com o Estado do RS, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 7.020,84 (equipamento e material permanente PROCON)
Lei n.º 5.401	de 18.03.11	Abre crédito especial de R\$ 6.044,23 (aeródromo municipal-devolução de convênio)
Lei n.º 5.404	de 28.03.11	Ratifica convênio firmado com o DAER, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 379.794,11 (trevo de acesso Doux Frangosul)
Lei n.º 5.405	de 28.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 24.087,09 (Plano de Desastres Ambientais - reestruturação estabelecimentos de saúde)
Lei n.º 5.406	de 28.03.11	Abre crédito especial de R\$ 2.139,64 (devolução saldo convênio-Centro Comunitário Bela Vista)
Lei n.º 5.412	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 200.877,71 (construção de ginásio no Bairro Ferroviário)
Lei n.º 5.413	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 316.000,00 (conclusão obras escolas)

Lei n.º 5.427	de 16.05.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos RS 240)
Lei n.º 5.438	de 27.05.11	Inclui ações no PPA 2010-2013, exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre créditos especiais. (Construção de quadras de esportes- Bairros Aeroclub e Timbaúva, EMEF José Pedro Steigleder – Microdrenagem e Pavimentação Estrada Antônio Inácio de Oliveira Filho; construção do Ginásio São João; Capeamento Asfáltico da Rua Capitão Cruz; Construção do CRAS; iluminação e semáforos Ramiro Barcelos; construção de quadra coberta em Alfama)
Lei n.º 5.440	de 03.06.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição de equipamento para o CAPS I)
Lei n.º 5.446	de 13.06.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 160.000,00 (aquisição de caminhão caçamba basculante)
Lei n.º 5.452	de 13.06.11	Firma convênio com o SEBRAE/RS e abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (Projeto "Desenvolver a Citricultura do Vale do Caí")
Lei n.º 5.453	de 13.06.11	Abre crédito especial de R\$ 48.000,00 (Compra de vagas/leitões em comunidade terapêutica para tratamento de usuários de crack e outras drogas)
Lei n.º 5.465	de 30.06.11	Contrata operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.140.755,27 (pavimentação das ruas Getúlio Vargas, Eng. Ernesto Zietlow e Selma Wallauer)
Lei n.º 5.466	de 30.06.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 5.127.415,57 (Macro drenagem do Arroio São Miguel)
Lei n.º 5.474	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 13.250,00 (alterações no projeto urbanístico no bairro Panorama)
Lei n.º 5.475	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 1.600,00 (passagens urbanas para pacientes do CAPS I)
Lei n.º 5.476	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (academias ao ar livre)
Lei n.º 5.483	de 19.07.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 412.700,00 (construção de ponte/Arroio São Miguel)
Lei n.º 5.485	de 26.07.11	Contrata, temporária e administrativamente, 10 Entrevistadores para atuarem na SMHAD e abre crédito especial (Bolsa Família)
Lei n.º 5.486	de 26.07.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$97.000,00 (aditivo construção de casas – PSH/Economisa)

Lei n.º 5.487	de 29.07.11	Abre crédito especial de R\$6.768,91 (saldo devolução convênio)
Lei n.º 5.490	de 15.08.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição máquinas e equipamentos p/ SMMA).
Lei n.º 5.492	de 15.08.11	Firma convênio com a ATM e abre crédito especial de R\$ 20.000,00 (repasse de patrocínios recebidos 3ª Expomonte).
Lei n.º 5.493	de 15.08.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 1.316,11 (instalação de alarmes no CRAS e DASC).
Lei n.º 5.498	de 26.08.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.617.500,00 (Inclusão digital – aquisição equipamentos tecnologia educacional).
Lei n.º 5.501	de 05.09.11	Inclui ação na LDO 2011 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial de R\$ 55.759,30 (aquisição de um veículo para o Serviço de Vigilância Sanitária)
Lei n.º 5.517	de 24.10.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 257.344,33 (galpão de reciclagem no bairro Estação).
Lei n.º 5.518	de 24.10.11	Abre crédito especial de R\$ 14.151,06, reabre no próximo exercício financeiro e inclui ação na LDO 2011 (instalação de cobertura no pátio da SMS).
Lei n.º 5.525	de 08.11.11	Abre crédito especial de R\$ 831,71 (devolução saldo convênio – FNDE PEJA)
Lei n.º 5.528	de 16.11.11	Exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 1.329.810,17 (construção de EMEI Bairro Estação)
Lei n.º 5.533	de 28.11.11	Exclui ações da LDO 2011, inclui projeto no PPA 2010-2013 e ações na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.507.037,21 (regularização fundiária)
Lei n.º 5.536	de 06.12.11	Abre crédito especial de R\$ 58.474,38 (devolução recurso – construção pórtico)
Lei nº 5.539	de 09.12.11	Abre crédito especial de R\$ 4.328,03 (restituição Estado-PIM)
Lei n.º 5.540	de 09.12.11	Inclui ações na LDO 2012 e abre créditos especiais de R\$ 3.140.755,27 (microdrenagem e calçamento das ruas Eng. Ernesto Zietlow, Selma Wallauer e Getúlio Vargas)

Lei n.º 5.548	de 19.12.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 160.808,49 (Construção Centro Comunitário Germano Henke)
Lei n.º 5.554	de 26.12.11	Firma convênio com a Economisa, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 55.591,00 (unidades habitacionais – complementação vigas de fundação)
Lei n.º 5.565	de 30.12.11	Abre crédito especial de R\$ 330.000,00 (Revitalização do Cais – Recuperação Talude)
Lei n.º 5.570	de 30.12.11	Repassa recursos à Empresa Jornalística Ibiá e abre crédito especial de R\$ 4.500,00 (Projeto “Olho D’Água”)
Lei n.º 5.577	de 24.01.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macro drenagem Arroio São Miguel).
Lei n.º 5.580	de 24.01.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 160.000,00 (aquisição caminhão caçamba basculante – setor de fomento agropecuário).
Lei n.º 5.585	de 06.02.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 520.400,00 (transporte escolar zona rural-programa Caminho da Escola).
Lei n.º 5.592	de 05.03.12	Contrata, temporária e administrativamente, 01 Psicólogo e abre crédito especial (CRAS)
Lei n.º 5.596	de 09.03.12	Abre crédito especial de R\$ 5.501,80 (devolução saldo – SMS)
Lei n.º 5.599	de 16.03.12	Abre crédito especial de R\$ 500,00 (Câmara de Vereadores – Obrigações patronais P. Física)
Lei n.º 5.614	de 10.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 340.160,00 (construção ESF Santo Antônio)
Lei n.º 5.615	de 10.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 319.000,00 (construção de quadra coberta em Alfama)
Lei n.º 5.617	de 13.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (conclusão de obras 2011 – Recurso MDE – Melhorias nos espaços físicos das escolas)
Lei n.º 5.620	de 23.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 166.500,00 (implantação de Telecentro no Bairro Timbaúva)
Lei n.º 5.624	de 14.05.12	Inclui ação/projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 44.000,00 (ampliação do galpão de reciclagem de lixo – Potreiro Grande)

Lei n.º 5.628	de 21.05.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 83.100,00 (Aquisição de equipamentos p/ a produção de sucos)
Lei n.º 5.6237	de 04.06.12	Abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (contratação de serviço técnico profissional - CAPS I)
Lei n.º 5.640	de 12.06.12	Firma Termo de Repasse com o Grupo Tarca de Arte Nativa e abre crédito especial de R\$ 70.000,00 (4ª Expomonte)
Lei n.º 5.644	de 18.06.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 461.000,00 (galerias pluviais Arroio Montenegro)
Lei n.º 5.649	de 02.07.12	Abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (recadastramento imobiliário zona urbana)
Lei n.º 5.652	de 02.07.12	Convocação de profissionais para o regime suplementar de trabalho para atuação no CAPS, contratação temporária de 1 Médico Psiquiatra e abertura de crédito especial de R\$ 75.677,83.
Lei n.º 5.661	de 06.07.12	Firma convênio com o SEBRAE/RS e abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (Desenvolver a Citricultura do Vale do Caí)
Lei n.º 5.669	de 16.07.12	Inclui ação/projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 124.825,00 (construção de Unidade Básica de Saúde em Costa da Serra)
Lei n.º 5.679	de 03.08.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (aquisição de ar condicionado CRAS-Bolsa Família)
Lei n.º 5.680	de 03.08.12	Abre crédito especial de R\$ 14.362,12 (devolução saldo convênio – regularização fundiária)
Lei n.º 5.687	de 10.08.12	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 4.666/07, que dispõe sobre a regularização dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto e abre crédito especial de R\$ 45.131,15.
Lei n.º 5.690	de 27.08.12	Abre crédito especial de R\$ 343.100,00 (conclusão obras Estrada Reynaldo Hörlle).
Lei n.º 5.693	de 27.08.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 250.834,71 (microdrenagem e calçamento das ruas Coriolano Coelho de Souza e Ludwig Wagner)
Lei n.º 5.695	de 31.08.12	Ratifica o Termo de Adesão ao PEAS, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de

		10.571,00 (Projeto OASF – Orientação e Apoio Sócio-Familiar).
Lei n.º 5.696	de 11.09.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 150.000,00 (ampliação da EMEF Esperança)
Lei n.º 5.702	de 02.10.12	Abre crédito especial de R\$ 14.947,00 (Sistema Único de Assistência Social – SUAS).
Lei n.º 5.703	de 02.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 24.638,06 (reforma da EMEF Etelvino de Araújo Cruz).
Lei n.º 5.707	de 02.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.500,00 (Aquisição de equipamento p/ oficina de informática – AABB Comunidade).
Lei n.º 5.710	de 19.10.12	Ratifica convênio com a METROPLAN, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 974.692,12.
Lei n.º 5.711	de 19.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 223.260,00 (Equipamentos e material permanente – ACESSUAS).
Lei n.º 5.712	de 22.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (aquisição veículo p/ Câmara de Vereadores).
Lei n.º 5.722	de 20.11.12	Firma convênio com a CORSAN, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 994.819,90 (recapeamento asfáltico das ruas Cel. Apolinário de Moraes, Flores da Cunha e Dr. Bruno de Andrade)
Lei n.º 5.723	de 07.12.12	Abre crédito especial de R\$ 131.776,74 (FNDE/Bolsa Família – Material de Consumo).
Lei n.º 5.724	de 07.12.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 32.500,00 (cercamento do Cemitério Municipal).
Lei n.º 5.731	de 21.12.12	Abre crédito especial de R\$ 129.321,31 (devolução contrato de repasse-construção passarela na RST 287).
Lei n.º 5.735	de 28.12.12	Abre crédito especial de R\$ 20.000,00 (FAP-Tarifas Bancárias).
Lei n.º 5.767	de 19.04.13	Firma convênio com a Associação Amigos da Fundarte como entidade Coordenadora e Executora da 1ª Festa da Integração dos Filhos de Montenegro

Lei n.º 5.769	de 19.04.13	Abre crédito especial de R\$ 111.660,66 (devolução contrato construção ginásio bairro Ferroviário).
Lei n.º 5.775	de 06.05.13	Ratifica Termo de Compromisso com o Estado do RS, inclui atividade no PPA 2010-2013, ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 58.330,00 (aquisição de equipamentos e materiais permanentes e material de consumo para a quadra poliesportiva do bairro senai).
Lei n.º 5.776	de 13.05.13	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2013 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00. (CADUNICO/Bolsa Família).
Lei n.º 5.782	de 10.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 126.870,36. (Microdrenagem e calçamento Rua Alemanha)
Lei n.º 5.783	de 10.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 214.500,00. (Revitalização Rua Ramiro Barcelos)
Lei n.º 5.784	de 10.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 123.110,36. (Praça Loteamento Prolurb)
Lei n.º 5.787	de 28.06.13	Inclui ação na LDO 2013 a abre crédito especial no valor de R\$ 260.260,83. (Ampliação da EMEF Esperança).
Lei n.º 5.795	de 29.07.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Repasse com a Associação Amigos da Fundarte e abrir crédito especial no valor estimado de R\$ 15.000,00. (1ª Festa da Integração dos Filhos de Montenegro)
Lei n.º 5.796	de 29.07.13	Inclui programa de ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 250.500,00. (Aquisição de veículo para transporte escolar).
Lei n.º 5.797	de 29.07.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 91.955,54. (Aquisição de bens móveis para a SMEC).
Lei n.º 5.803	de 19.08.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 30.901,21 (cercamento EMEI Bairro Estação)
Lei n.º 5.805	de 19.08.13	Inclui programas e ações na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 11.000,00 (instalação de alarmes EMEI Bairro Estação, Biblioteca Pública e Teatro Roberto A. Cardona)

Lei n.º 5.809	de 19.08.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 99.890,00 (equipamentos Posto Timbaúva)
Lei n.º 5.811	de 26.08.13	Inclui ação na LDO e autoriza abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (Prêmio Darcy Ribeiro e SEPHAC e materiais permanentes)
Lei n.º 5.812	de 26.08.13	Autoriza a firmar convênio com a União, incluir ação no PPA 2010 – 2013 e a abrir crédito especial no valor de R\$ 745.221,62 (ProJovem).
Lei n.º 5.814	de 26.08.13	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000,00 (referente ao bloco gestão do SUS)
Lei n.º 5.824	de 16.09.13	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 61.928,11. (Centro de Convivência do PPV – Bairro Senai, indenização/restituição)
Lei n.º 5.837	de 07.10.13	Firma Termo de repasse com a Soc. Benef. Espir. no valor de R\$ 275.695,50 (Complementação de recurso)
Lei n.º 5.842	de 14.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 32.908,30. (ampliação da Etelvino de Araújo Cruz)
Lei n.º 5.834	de 07.10.13	Firma Termo de repasse com a Soc. Benef. Espir. no valor de R\$ 275.695,50 (Lar do Menor)
Lei n.º 5.844	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 376.835,74. (reforma e ampliação de escolas municipais)
Lei n.º 5.846	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 328.716,38. (recuperação do talude cais do Rio Cai)
Lei n.º 5.848	de 29.10.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro para atender ao projeto “Vínculo & Valorização – Gestante, crianças e família” visando repasse de R\$ 13.500,00.
Lei n.º 5.849	de 29.10.13	Inclui no PPA 2010-2013 e na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 645.000,00 (Aquisição de equipamentos para o Hospital Montenegro – Consulta Popular)

Lei n.º 5.850	de 29.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (Aquisição de veículo – vigilância epidemiológica – SMS)
Lei n.º 5.851	de 29.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 100.000,00. (Aquisição de ambulância- SMS)
Lei n.º 5.852	de 11.11.13	Abre crédito Especial no valor de R\$ 8.000,00 (Aquisição de material de distribuição gratuita para o CRAS.
Lei n.º 5.853	de 11.11.13	Abre crédito Especial no valor de R\$ 9.561,36 (Projeto Taça 140 anos – FUNDERGS)
Lei n.º 5.856	de 26.11.13	Abre crédito especial no valor de R\$ 7.916,68 (Equip. e mat. permanentes EMEI Bairro Estação).
Lei n.º 5.859	de 26.11.13	Abre crédito especial no valor de R\$ 43.800,00(Merenda escolar – PEAE).
Lei n.º 5.860	de 26.11.13	Firma convênio com o Estado do Rio Grande do Sul e abre crédito especial no valor de R\$ 359.342,40 (Consulta Popular – Regularização fundiária Loteamento Vitória).
Lei n.º 5.869	de 30.12.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza a abrir crédito especial no valor de 23.067,64. (Equipamento e material Permanente Lar Sagrada Família)
Lei n.º 5.870	de 30.12.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza a abrir crédito especial no valor de 68.750,00. (Mobiliário, acervo e equipamento – Biblioteca Pública Municipal)
Lei n.º 5.871	de 30.12.13	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito Especial no valor de R\$ 278,75 (Capeamento asfáltico, rua Capitão Cruz)
Lei n.º 5.892	de 28.02.14	Inclui na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 17.000,00
Lei n.º 5.895	de 12.03.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 5.326,00
Lei n.º 5.896	de 12.03.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00
Lei n.º 5.902	de 24.03.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 60.000,00 (Aquisição e instalação de semáforos)
Lei n.º 5.912	de 14.04.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 444.000,00 (aquisição de caminhão,

		retroescavadeira e equipamentos diversos - FMGC/CORSAN).
Lei n.º 5.918	de 28.04.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 15.000,00 (aquisição de equipamentos para a PROSEPA)
Lei n.º 5.930	de 06.06.14	Autoriza a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 100.000,00
Lei n.º 5.932	de 13.06.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 e firmar convênio com a Associação Beneficente Casa e Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 85.500,00
Lei n.º 5.933	de 13.06.14	Inclui Ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 334.059,83 (Construção UBS Santo Antônio)
Lei n.º 5.937	de 25.06.14	Altera a redação da emenda e do art 1º da Lei 5.860, de 2013, que firma convênio com o Estado do Rio Grande do Sul e abre crédito especial no valor de R\$ 359.342,40. (regularização fundiária do bairro vitória)
Lei n.º 5.938	de 30.06.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de 18.137,69 (desconto de veículo para transporte escolar rural)
Lei n.º 5.944	de 04.07.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 64.800,00 (serviço de conveniência e fortalecimento de vínculo)
Lei n.º 5.945	de 04.07.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 310.000,00 (pista de skate, bairro aeroclube)
Lei n.º 5.948	de 14.07.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 152.275,00 (aquisição de mobiliário para as escolas municipais de ensino fundamental)
Lei n.º 5.955	de 28.07.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 e firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO (Recurso Câmara)
Lei nº 5.958	de 18.08.14	Inclui ação da LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 431.839,25 (construção do Espaço Multiuso Comunitário da Serra Velha)
Lei nº 5.959	de 18.08.14	Abre crédito especial de R\$ 26.575,00 (incentivo qualificação do Programa pré-natal Rede Cegonha).

Lei n.º 5.960	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 27.790,25 (aquisição de livros – Concurso Biblioteca Ativa SEDAC)
Lei n.º 5.961	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 645.000,00 (Coredes – Hospital Montenegro).
Lei n.º 5.962	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de 16.270,39 (FMAS – FEAS – Rede de Proteção Social Básica).
Lei n.º 5.966	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 (manutenção ambulatório Penitenciária Modulada de Pesqueiro).
Lei nº 5.967	de 25.08.14	Excluir e incluir ação da LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 232.000,00 (infraestrutura rua Equador – Loteamento Steigleder).
Lei nº 5.968	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 1.016.016,36 (construção de EMEF no bairro Estação).
Lei nº 5.970	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 115.500,00 (equipamentos de informática e adequação das EFSS Germano Henke, Esperança e Industrial).
Lei nº 5.971	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 801.483,29 (construção de Escola Municipal de Educação Infantil no bairro Centenário).
Lei nº 5.972	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 180.290,45 (cobertura da quadra esportiva da Escola Pedro João Müller)
Lei nº 5.974	de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 84.000,00 e firma convênio com a APAE.
Lei nº 5.976	de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 5.638,00 e firma convênio com a APAE (11º Encontro de APAEs)
Lei nº 5.982	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 73.990,90 (Infraestrutura Rua 01 – Loteamento Francez).
Lei nº 5.983	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 380.000,00 (aquisição de escavadeira hidráulica).
Lei nº 5.984	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 1.638.011,39 (Pavimentação das ruas Selma Wallauer e Ernesto Zietlow)

Lei nº 5.985	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 1.502.743,88 (Pavimentação da rua Getúlio Vargas)
Lei nº 5.989	de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 22.000,00 (melhorias na Incubadora Empresarial)
Lei nº 5.992	de 16.09.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 72.237,69 (reprogramação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social)
Lei nº 5.993	de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 16.690,03 (aditivo reforma EMEI Adenilo Edgar Rübenich)
Lei nº 5.997	de 29.09.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 15.989,23 (devolução de recursos-saldo de contrato).
Lei nº 5.998	de 29.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 212.800,00 (aquisição de calibrador eletrônico de frutas/incentivo à citricultura)
Lei nº 5.999	de 08.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 (aquisição de ônibus escolar-FNDE)
Lei nº 6.000	de 08.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 48.000,00 (custeio CAPS I)
Lei nº 6.001	de 08.10.14	Abre crédito especial de R\$ 9.117,41 (devolução saldo-caminhão caçamba basculante)
Lei nº 6.003	de 13.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 275.000,00 (construção galpão de triagem e reciclagem)
Lei nº 6.005	de 13.10.14	Abre crédito especial de R\$ 458,92 (devolução saldo Prêmio Darcy Ribeiro)
Lei nº 6.007	de 13.10.14	Inclui ação/projeto no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 1.010.120,25 (construção EMEF no bairro Senai)
Lei nº 6.012	de 20.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 41.507,70 (aquisição equipamentos para produção sucos cítricos)
Lei nº 6.013	de 20.10.14	Altera redação do art. 1º da Lei nº 5.976/14-abre crédito especial e firma convênio APAE (11º Encontro APAEs)
Lei nº 6.016	de 27.10.14	Inclui ação no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 214.500,00 (revitalização rua Ramiro Barcelos)
LC nº 6.033	de 10.11.14	Abre crédito especial e cria 05 cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC 2.636/90.

Lei n.º 6.038	de 10.11.14	Abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (equip. e material permanente Setor Técnico Administrativo FAP)
Lei n.º 6.039	de 17.11.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 29.389,03 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei n.º 6.044	de 05.12.14	Inclui programa no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 15.200,00 (projetos de infraestrutura urbana de diversas ruas)
Lei n.º 6.053	de 29.12.14	Abre crédito especial de R\$ 109.325,59 (devolução recursos-UBS Muda Boi)
Lei nº 6.056	de 29.12.14	Altera redação do art. 5º da Lei nº 5.983/14- inclui ação na LDO e abre crédito especial de R\$ 380.000,00 (patrulha agrícola mecanizada-escavadeira hidráulica)
Lei nº 6.061	de 30.12.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 6.952,05 (conclusão obra EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 6.071	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 680.000,00 (aquisição caminhão autobomba tanque para Corpo de Bombeiros).
Lei nº 6.072	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e autoriza o abre crédito especial no valor de R\$ 1.016.016,36 (construção EMEF Bairro Estação).
Lei nº 6.073	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 38.873,62 (EMEF Bello Faustino dos Santos).
Lei nº 6.078	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 354.315,58 (manutenção EMEI Emma Ramos de Moraes).
Lei nº 6.079	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 116.041,88 (reforma EMEI Santo Antônio).
Lei nº 6.080	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 190.412,99 (ampliação e reforma da Biblioteca Pública).
Lei n.º 6.084	de 09.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 274.455,71 (construção pista de skate bairro aeroclube).
Lei n.º 6.092	de 16.03.15	Adquire material para a construção de um poço artesiano para utilização da comunidade do Morro dos Barretos, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00.

Lei n.º 6.096	de 06.04.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (reforma da antiga atafona).
Lei n.º 6.097	de 06.04.15	Abre crédito especial de R\$ 68.000,00 (aquisição e instalação de semáforos).
Lei n.º 6.098	de 06.04.15	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.084/15, que inclui ação na LDO 2015 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial de R\$ 274.455,71 (construção pista de skate no bairro aeroclube).
Lei n.º 6.099	de 06.04.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 801.483,29 (construção de EMEI no Bairro Centenário).
Lei n.º 6.101	de 10.04.15	Abre crédito especial de R\$ 6.000,00 e firma convênio com a Associação Cultural Esportiva Recreativa de Campo do Meio - ACERCAM de R\$ 6.000,00.
Lei n.º 6.114	de 18.05.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 122.379,61 (Fechamento Ginásio Alfama).
Lei n.º 6.125	de 09.06.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 33.571,42 (Devolução Saldo–Microdrenagem e Pavimentação Asfáltica da Rua Antônio Ignácio de Oliveira Filho).
Lei n.º 6.134	de 29.06.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 5.473,86 (devolução do saldo do convênio com o governo do estado - aquisição de gêneros alimentícios no ano de 2014).
Lei n.º 6.136	de 29.06.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 38.000,00 (nomeação de um Terapeuta Ocupacional para atuar no CRAS).
Lei nº 6.141	de 08.07.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 91.027,52 (Devolução do Saldo – Construção de Pórtico).
Lei nº 6.142	de 08.07.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 145.787,47 (saldo – conclusão de ginásio).
Lei n.º 6.147	de 15.07.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (convênio com a Associação dos Deficientes Físicos e Ostomizados – ASSDEFO).
Lei n.º 6.176	de 24.07.15	Inclui programa no PPA 2014- 2017 e na LOA 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 100.000,00 (Aquisição Uniforme Escolar).
Lei n.º 6.190	de 24.07.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (Amortização do PAC - pavimentação da Rua Getúlio Vargas).

Lei n.º 6.191	de 24.07.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (Amortização do PAC - pavimentação das Ruas Selma Wallauer e Ernesto Zietlow).
Lei n.º 6.195	de 03.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 35.262,20 (Aditivo Construção EMEF Bairro Estação Recurso – MDE).
Lei n.º 6.196	de 03.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 45.247,16 (recuperação da galeria pluvial da Rua Euclides da Cunha).
Lei n.º 6.197	de 10.08.15	Exclui ações da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 504.320,56 (exclui: construção da estação de transbordo - cooperativa de trabalho de recicladores - ampliação do prédio do Telecentro Timbaúva - melhoria de processos - PGQP; inclui: construção espaço multiuso Comunitário Serra Velha).
Lei n.º 6.198	de 10.08.15	Exclui ação da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 (exclui: reforma da quadra externa do bairro São Pedro – inclui: cercamento EMEF Carolina Augusta Kochemborger).
Lei n.º 6.199	de 10.08.15	Exclui ações da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (exclui: construção de ginásio poliesportivo na localidade de Fortaleza; reforma do prédio da extinta EEEF Anita Machado Rosa – inclui: reforma EMEI Gente Miúda).
Lei n.º 6.200	De 10.08.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 5.000,00 (abrigo de Jovens e Adultos com Deficiência).
Lei n.º 6.202	De 18.08.15	Exclui ação da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 261.530,50 (exclui: ampliação e reforma da EMEF Adolfo Schuler - ampliação e reforma da EMEF Dona Clara Camarão; inclui: construção muro e grade de contenção EMEF Dr. Walter Belian).
Lei n.º 6.204	De 24.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 250.712,48 (terraplanagem, drenagem e pavimentação Estrada Mario Garcia Machado).
Lei n.º 6.207	De 31.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$930.000,00 (recuperação talude cais do porto Rio Cai).
Lei n.º 6.208	De 31.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 4.289,30 (aquisição e

		instalação de brinquedos na Praça Pró-Lurb I e II).
Lei n.º 6.210	De 14.09.15	Altera os artigos 10 e 20 da Lei n.º 6.207/15, que inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$930. 000,00 (recuperação do talude Cais do Porto do Rio Cai).
Lei n.º 6.213	De 14.09.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 9.293,96 (Construção da EMEF no Bairro Senai).
Lei n.º 6.215	De 24.09.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 287.173,02 (Construção Prédio Administrativo do Aeródromo Municipal).
Lei n.º 6.216	De 06.10.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 9.298,32 (Devolução do Saldo - Aquisição de patrulha agrícola mecanizada).
Lei n.º 6.219	de 19.10.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (abrigo para ônibus).

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Lei n.º 2.196	de 08.12.80	Autoriza abertura de créditos suplementares até o limite de 10% da despesa autorizada.
Lei n.º 2.290	de 24.12.82	Autoriza abertura de crédito até o limite de 10% do total da despesa autorizada.
Lei n.º 2.315	de 21.10.83	Autoriza abertura de crédito suplementar até 25% da despesa autorizada.
Lei n.º 2.367	de 07.12.84	Autoriza abertura de créditos suplementares até o limite de mais de 30% da despesa autorizada.
Lei n.º 2.372	de 27.12.84	Autoriza o Executivo abrir crédito suplementar até o limite de mais de 20% da despesa total autorizada.
Lei n.º 2.391	de 16.08.85	Autoriza abertura de crédito suplementar até 25%.
Lei n.º 2.393	de 23.09.85	Autoriza abertura de crédito suplementar até o limite de mais 20% da despesa total autorizada.

Lei n.º 2.403	de 29.11.85	Autoriza o Executivo abrir crédito suplementar até o limite de mais 20% da despesa total autorizada.
Lei n.º 2.408	de 13.12.85	Abertura de crédito suplementar no valor de até o limite de 20%.
Lei n.º 2.416	de 28.05.86	Abertura de crédito suplementar no valor de Cz\$ 260.000,00.
Lei n.º 2.425	de 18.08.86	Autoriza abertura de crédito suplementar até o limite de mais 30% da despesa total promulgada pela Lei n.º 2.406/85.
Lei n.º 2.436	de 02.12.86	Autoriza o Executivo a abrir crédito suplementar até o limite de mais 30%.
Lei n.º 2.466	de 24.08.87	Autoriza o Executivo a abrir crédito suplementar até o limite de mais 30%.
Lei n.º 2.474	de 19.10.87	Autoriza o Executivo a abrir crédito suplementar até o limite de mais de 30%.
Lei n.º 2.484	de 23.11.87	Autoriza abertura de crédito suplementar até mais de 50%.
Lei n.º 2.503	de 19.07.88	Autoriza abertura de credito suplementar até o limite de mais 50%.
Lei n.º 2.515	de 03.10.88	Autoriza abertura de crédito suplementar até o limite de mais 50% da despesa total autorizada.
Lei n.º 2.527	de 01.12.88	Autoriza abertura de créditos suplementares até o limite de mais 60%.
Lei n.º 2.586	de 15.08.89	Autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 50% da despesa total autorizada pela lei n.º 2.528/88.
Lei n.º 2.604	de 23.10.89	Autoriza abrir crédito suplementar até o limite de mais 120% da despesa total autorizada pela Lei n.º 2.528/88.
Lei n.º 2.614	de 27.11.89	Autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de mais de 100% da despesa total autorizada pela Lei 2.528/88.
Lei n.º 2.625	de 15.12.89	Autoriza o Executivo abrir créditos suplementares até o limite de mais 50% da despesa total autorizada pela Lei 2.528/88.

Lei n.º 2.640	de 28.05.90	Autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de mais 100% da despesa total autorizada pela Lei 2.617/89.
Lei n.º 2.654	de 02.07.90	Autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de mais 150% da despesa total autorizada pela Lei nº 2.617/89.
Lei n.º 2.778	de 18.12.91	Autoriza o Executivo abrir créditos suplementares no valor até o limite de mais 50% da despesa total fixada pela Lei n.º 2.696/90.
Lei n.º 2.845	de 17.08.92	Autoriza abrir crédito suplementar no valor de mais 50% da despesa total fixada pela Lei nº 2.798/91.
Lei n.º 2.855	de 25.09.92	Autoriza abrir crédito suplementar no valor de mais 100% da despesa total fixada pela lei nº 2.798/91.
Lei n.º 2.891	de 04.12.92	Autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares no valor de mais 200% da despesa total fixada pela Lei 2.798/91.
Lei n.º 2.954	de 22.11.93	Autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares no valor de mais de 100% da despesa total fixada pela Lei n.º 2.893/92.
Lei n.º 3.010	de 30.09.94	Autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares no valor de mais 150% da despesa total fixada pela Lei 2.956/93.
Lei n.º 3.024	de 19.12.94	Autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares no valor de mais 150% da despesa total fixada pela Lei 2.956/93.
Lei n.º 3.064	de 14.06.95	Autoriza o Executivo abrir crédito especial e suplementar.
Lei n.º 3.068	de 20.06.95	Autoriza Executivo abrir crédito suplementar.
Lei n.º 3.085	de 18.09.95	Autoriza Executivo abrir crédito suplementar.
Lei n.º 3.088	de 22.09.95	Autoriza o Executivo abrir crédito suplementar no valor de R\$ 65.000,00.
Lei n.º 3.089	de 06.10.95	Autoriza o Executivo abrir crédito suplementar no valor de R\$ 199.228,17.
Lei n.º 3.090	de 06.10.95	Autoriza suplementação com redução de outras dotações orçamentárias.
Lei n.º 3.093	de 30.10.95	Autoriza o Executivo abrir crédito suplementar no valor de R\$ 101.000,00.

Lei n.º 3.099	de 23.11.95	Autoriza o Executivo abrir crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00.
Lei n.º 3.100	de 23.11.95	Autoriza o Executivo abrir crédito suplementar no valor de R\$ 180.000,00.
Lei n.º 3.102	de 29.11.95	Autoriza prorrogar, até 31.12.1996, o prazo previsto no art. 2º da Lei n.º 2.837/92.
Lei n.º 3.104	de 12.12.95	Suplementa as dotações orçamentárias que menciona, com a redução de outras tantas adiante relacionadas.
Lei n.º 3.105	de 12.12.95	Autoriza o Executivo abrir crédito suplementar no valor de R\$ 31.588,24.
Lei n.º 3.113	de 26.12.95	Autoriza o Executivo abrir créditos suplementares até o limite de 2% da despesa total fixada pela Lei nº 3.028/94.
Lei n.º 3.167	de 19.11.96	Autoriza o Executivo abrir crédito suplementar no valor de R\$ 276.996,40.
Lei n.º 3.175	de 27.12.96	Autoriza Executivo abrir crédito suplementar.
Lei n.º 3.184	de 16.04.97	Autoriza Executivo abrir crédito suplementar.
Lei n.º 3.205	de 18.06.97	Autoriza Executivo abrir crédito suplementar.
Lei n.º 3.335	de 20.10.98	Autoriza o executivo abrir créditos suplementares até o limite de 6% da despesa total fixada pela Lei nº 3.240/97.
Lei n.º 3.348	de 07.12.98	Autoriza o Executivo abrir créditos suplementares até o limite de 8% da despesa total fixada pela Lei nº 3.240/97.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Lei n.º 3.467	de 27.12.99	Autoriza o Executivo a proceder o expurgo de créditos tributários lançados até 31.12.92.
Lei n.º 5.521	de 1º.11.11	Autoriza o não-ajuizamento e o posterior cancelamento de créditos tributários e não-tributários.

CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Lei n.º 3.767 de 18.07.02

Disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães no Município.

CRUZADOS NOVOS

Lei n.º 2.729 de 25.07.91

Autoriza o Executivo a receber cruzados novos como pagamento de débitos ou aquisição de bens.

CTG ALMA ESTRADEIRA

Lei n.º 4.013 de 31.12.03

Autoriza a cessão de uso de imóvel ao Centro de Tradições Gaúchas Alma Estradeira.

CTG ESTÂNCIA DO MONTENEGRO

Lei n.º 5.746 de 27.02.13

Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 30.000,00 (1.º Rodeio Crioulo Cidade de Montenegro).

CTG OS LANCEIROS

Lei n.º 3.007 de 12.09.94

Autoriza a isenção das taxas incidentes sobre a construção da Sede (galpão) do CTG Os Lanceiros.

CURTUME NIMO

Lei n.º 3.876 de 07.04.03

Autoriza o Executivo a receber, em doação, recursos financeiros para repasse a Sociedade Beneficente Espiritualista – Lar do Menor.

DAÇÃO

Lei n.º 2.389	de 01.07.85	Autoriza a receber como dação, área de 11,11 m ² para abertura Rua Florindo Machado.
Lei n.º 2.418	de 28.05.86	Recebe como dação uma fração de terreno de propriedade de Pedro Aury Hartmann.
Lei n.º 2.421	de 19.06.86	Autoriza o Executivo receber como dação uma fração de terreno com 9,60 m ² , atingido pela abertura da rua Getúlio Vargas.
Lei n.º 2.431	de 26.09.86	Autoriza o Executivo a receber como dação uma fração de terreno.
Lei n.º 2.434	de 31.10.86	Autoriza o Executivo a receber como dação em pagamento de dívida do contribuinte.
Lei n.º 2.445	de 16.12.86	Autoriza o Executivo a receber como dação diversas frações de terrenos destinados a abertura de ruas.
Lei n.º 2.486	de 23.11.87	Autoriza o Executivo receber como dação 3 terrenos de Carlos Guilherme Koch.
Lei n.º 2.608	de 06.11.89	Autoriza o Executivo receber como dação em pagamento de dívida do contribuinte uma área de terreno de Zeilo Marino da Motta.
Lei n.º 2.628	de 15.12.89	Autoriza o Executivo receber como dação em pagamento de dívida uma área terras de sucessão de Júlio Rosa Machado, B.S. Antônio.
Lei n.º 2.722	de 12.06.91	Autoriza o Executivo a receber como dação em pagamento de débito uma fração de terreno atingida pela abertura da Rua Cel. Antônio Inácio.
Lei n.º 2.836	de 22.06.92	Autoriza o Executivo receber, como dação em pagamento, uma fração de terreno atingida pela abertura da rua Flores da Cunha.
Lei n.º 2.880	de 09.11.92	Autoriza o Executivo receber, como dação em pagamento, uma fração de terreno atingida pela abertura de rua, no Bairro Rui Barbosa.
Lei n.º 2.903	de 28.12.92	Autoriza Executivo a receber, como dação em pagamento, uma fração de terreno atingida pelo alargamento da ruela sem denominação.
Lei n.º 2.942	de 30.09.93	Autoriza o Executivo a receber, em parte, como dação em pagamento de débito, uma área de terras com 47.389,10 m ² .

Lei n.º 4.376	de 30.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a receber imóvel, em dação em pagamento, da Associação Comunitária Bela Vista.
Lei n.º 4.607	de 22.02.07	Autoriza o Executivo a receber em dação em pagamento, uma área de terras de Paulo Steigleder de Oliveira e Cláudio Gammerti de Oliveira.
Lei nº 4.693	de 14.08.07	Acrescenta o art. 1ºA e parágrafo único e revoga o art. 1º da Lei nº 4.607/07, que recebe em dação em pagamento, uma área de terras de Paulo Steigleder de Oliveira e Cláudio Gammerti de Oliveira.
Lei nº 4.694	de 14.08.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 932.652,75 (aquisição de lotes – dação em pagamento)
Lei nº 4.983	de 01.12.08	Autoriza Executivo receber em dação em pagamento uma área de terras de Paulo Steigleder de Oliveira e Cláudio Gammerti de Oliveira.
Lei nº 5.125	de 10.08.09	Recebe em dação em pagamento, um imóvel com edificação de Heitor Esswein.
Lei nº 5.137	de 31.08.09	Desafeta, recebe dação em pagamento e aliena imóvel p/ Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre.
Lei nº 5.231	de 18.02.10	Altera redação da ementa e dos arts. 2º e 3º da Lei 5.137/09 que autoriza a desafetar, a receber dação em pagamento e alienar imóvel p/ Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

Lei n.º 146	de 07.01.49	Declara de utilidade pública um imóvel.
Lei n.º 611	de 30.11.53	Declara de utilidade pública a UFM.
Lei n.º 1567	de 01.09.64	Declara de utilidade pública um imóvel sito à rua Ramiro Barcelos.
Lei n.º 5.535	de 06.12.11	Altera a redação das alíneas "b" e "d" do art. 1.º da lei n.º 2.113/78, que estabelece as condições pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.

Lei n.º 6.085 de 09.03.15 Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 2.113/78, que estabelece as condições pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.

DECLARAÇÃO ELETRÔNICA

Lei n.º 5.177 de 09.11.09 Acrescenta artigo à LC nº 4.010/03, Código Tributário do Município (obrigatoriedade da declaração eletrônica para todos os tomadores de serviços)

DEFICIENTES FÍSICOS E MENTAIS

Lei n.º 2.999 de 17.06.94 Institui o Passaporte de Transporte aos Deficientes Físicos e Mentais.

Lei n.º 3.084 de 11.09.95 A presente lei busca facilitar o acesso dos deficientes físicos aos prédios públicos.

Lei n.º 3.358 de 21.12.98 Altera a redação do art. 1º e acrescenta § 3º na Lei nº 2.999/94. (Rev.)

Lei n.º 3.385 de 25.03.99 Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e define os critérios de sua admissão. (Rev.)

Lei n.º 3.461 de 17.12.99 Dispõe sobre o provimento de cargos públicos municipais por pessoas deficientes.

Lei n.º 3.537 de 01.08.00 Altera dispositivos da lei que institui o Passaporte aos Deficientes Físicos e Mentais.

Lei n.º 3.695 de 27.12.01 Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches municipais para crianças portadoras de deficiência física e mental.

Lei n.º 4.017 de 16.01.04 Altera a redação do § 1.º, da Lei 3221/97

Lei nº 4.807 de 16.01.08 Altera a redação e inclui parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 2.718/91 que dispõe sobre adoção de praças e logradouros (acessibilidade portadores de necessidades especiais).

Lei n.º 5.165 de 16.10.09 Dispõe sobre a reserva de vagas em apartamentos térreos para idosos e deficientes físicos, nos conjuntos habitacionais populares e dá outras providências.

Lei nº 5.339 de 15.10.10 Institui a Semana Municipal de Luta da Pessoa com Deficiência e pela Acessibilidade.

Lei n.º 6.200 De 10.08.15 Abre crédito especial no valor de R\$ 5.000,00 (abrigo de Jovens e Adultos com Deficiência).

DELEGACIA DE POLÍCIA

Lei n.º 2.970 de 10.01.94 Autoriza o Município constituir consórcio intermunicipal para aquisição de equipamentos a Delegacia de Polícia de Montenegro.

Lei nº 6.075 de 23.02.15 Firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO para a cedência de dois estagiários.

Lei nº 6.112 de 06.05.15 Altera a redação do art. 1º da Lei nº 6.075/15 – firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro - CONSEPRO para a cedência de dois estagiários.

DEFESA CIVIL

Lei nº 4.960 de 06.10.08 Autoriza Executivo firmar convênio com o Estado do RS, através da SSP, para a execução dos serviços de prevenção e combate a incêndios, buscas e salvamentos e atividades defesa civil (Corpo de Bombeiros)

Lei nº 5.405 de 28.03.11 Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 24.087,09 (Plano de Desastres Ambientais - reestruturação estabelecimentos de saúde)

Lei n.º 5.701 de 02.10.12 Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, o Fundo Municipal de Defesa Civil – FUMDEC e o Conselho Municipal de Defesa Civil – COMUDEC.

Lei nº 5.866 de 30.12.13 Acrescenta o inciso V ao art 4º da Lei n.º 5.115, de 2009. Que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal. (Coordenadoria da Defesa Civil)

Lei n.º 6.156 de 24.07.15 Firma convênio com o Estado do RS, através da Secretaria da Segurança Pública, para a

execução dos serviços de prevenção e combate a incêndios, buscas e salvamentos e de atividades da defesa civil.

DENGUE

Lei n.º 3.852	de 27.12.02	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, 17 Agentes de Campo.
Lei n.º 3.904	de 23.06.03	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, 10 Agentes de Campo.
Lei n.º 3.925	de 22.08.03	Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos adotarem medidas afim de evitar a existência de criadouros de Aedes aegypti e Aedes albopictus em Montenegro.
Lei n.º 4.083	de 18.06.04	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, 10 Agentes de Campo.
Lei n.º 4.232	de 01.07.05	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de 10 (dez) Agentes de Campo.
Lei n.º 4.244	de 29.07.05	Autoriza o Executivo alterar a redação do art. 4º da Lei 4.083/04.
Lei nº 4.786	de 21.12.07	Autoriza o Executivo prorrogar contrato temporário de um profissional p/ o Programa de Combate a Dengue.
Lei n.º 5.654	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 02 Agentes de Combate a Endemias.

DENOMINAÇÃO PRÓPRIOS MUNICIPAIS

Lei nº 5.576	de 20.01.12	Denomina PORTO DAS LARANJEIRAS o Cais do Porto do Rio Caí.
Lei nº 5.648	de 28.06.12	Denomina de LYLIAN RUTH SCHOELLKOPF a sala 06 (seis) do Prédio da Estação da Cultura.
Lei nº 5.672	de 18.07.12	Denomina de Isolina Maria Bondan a Pediatria da Secretaria Municipal da Saúde.
Lei n.º 5.685	de 06.08.12	Denomina Largo dos Ferroviários o espaço do paisagismo da Estação da Cultura.

Lei n.º 5.762	de 15.04.13	Denomina Parque de Rodeios Marcírio de Souza Carpes o parque de rodeios localizado junto ao Parque Centenário Erny Carlos Heller
Lei n.º 5.817	de 09.09.13	Denomina de Espaço Cultural André Zanatta o hall de entrada da Câmara Municipal de Vereadores.
Lei n.º 6.043	de 02.12.14	Altera a denominação da escola Municipal de Ensino Fundamental Campo do Meio (EMEF Profª Mafalda Padilha)
Lei n.º 6.138	de 03.07.15	Denomina Vereador Joacir Menezes - Joa a Unidade Básica de Saúde do Bairro Santo Antônio.
Lei n.º 6.201	De 14.08.15	Dispõe sobre a denominação de rótula na Avenida Ernesto Popp e dá outras providências.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER

Lei n.º 3.312	de 03.08.98	Autoriza o Executivo firmar convênio com o DAER.
Lei n.º 4.659	de 28.05.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio c/ o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Trevo de acesso ao bairro 5 de Maio).
Lei n.º 5.134	de 28.08.09	Firma convênio c/ RS, por intermédio do DAER (Pavimentação asfáltica da rodovia Transcitrus)
Lei n.º 5.310	de 13.08.10	Abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (recuperação de estradas do interior e bueiros/Decreto calamidade pública)
Lei n.º 5.390	de 21.02.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos)
Lei n.º 5.404	de 28.03.11	Ratifica convênio firmado com o DAER, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 379.794,11 (trevo de acesso Doux Frangosul)
Lei n.º 5.740	de 21.01.13	Denomina de EMEI EMMA RAMOS DE MORAES a Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Estação.
Lei nº 6.113	de 18.05.15	Firma Convênio com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER/RS (instalação de semáforos junto a RS 287).

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DMAER

Lei n.º 340	de 15.12.50	Cria o Departamento Municipal Autônomo de Estradas de Rodagem - DMAER.
Lei n.º 389	de 03.08.51	Altera a Lei nº 340 de 15.12.50.
Lei n.º 471	de 02.05.52	Dispõe sobre a receita e emprego da Taxa de Melhoramentos Públicos Rurais.
Lei n.º 472	de 02.05.52	Cancela dotações orçamentárias e dispõe sobre a despesa com os serviços de construção de estradas e pontes.
Lei n.º 524	de 24.11.52	Dá autonomia ao Departamento Municipal Autônomo de Estradas de Rodagem.
Lei n.º 564	de 13.03.53	Orça a receita e fixa a despesa do DMAER para o exercício de 1953.
Lei n.º 647	de 29.12.53	Orça a receita e fixa a despesa do DMAER para o exercício de 1954.
Lei n.º 718	de 30.11.54	Orça a receita e fixa a despesa do DMAER para o exercício de 1955.
Lei n.º 827	de 28.11.55	Orça a receita e fixa a despesa do DMAER para o exercício de 1956.
Lei n.º 883	de 31.03.56	Cria cargos no DMAER.
Lei n.º 889	de 18.04.56	Altera a forma de provimento do cargo de médico da diretoria de assistência médica e social e dispõe sobre o cargo de Engenheiro da Diretoria de Obras Públicas e Departamento Municipal Autônomo de Estradas de Rodagem.
Lei n.º 940	de 29.10.56	Orça a receita e fixa a despesa do DMAER para o exercício de 1957.
Lei n.º 968	de 15.12.56	Dispõe sobre a arrecadação da taxa de construção e conserto de estradas e pontes.
Lei n.º 1.034	de 23.12.57	Orça a receita e fixa a despesa do DMAER para o exercício de 1958.
Lei n.º 1.125	de 26.11.59	Orça a receita e fixa a despesa do DMAER para o exercício de 1960.
Lei n.º 1.137	de 08.01.60	Revoga a Lei nº 968 de 15.12.56.

Lei n.º 1.216 de 30.11.60 Orça a receita e fixa a despesa do DMAER para o exercício de 1961.

Lei n.º 1.217 de 30.11.60 Revoga e consolida toda a legislação municipal sobre a Taxa de Construção de Estradas e Pontes.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - DMAIC

Lei n.º 3.536 de 05.01.89 Cria o Departamento Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DOS SERVIÇOS INDUSTRIAIS – DMSI

Lei n.º 525 de 24.01.89 Cria o Departamento Municipal Autônomo dos Serviços Industriais.

Lei n.º 561 de 27.02.53 Orça a receita e fixa a despesa do DMSI para o exercício de 1954.

Lei n.º 747 de 28.01.55 Orça a receita e fixa a despesa do DMSI para o exercício de 1955.

Lei n.º 858 de 28.12.55 Extingue o DMSI.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TELEFONES RURAIS – DMTR

Lei n.º 873 de 16.02.56 Cria o Departamento Municipal de Telefones Rurais.

DESAFETAÇÃO E CONCESSÃO DO USO DE RUAS

Lei n.º 4.656 de 18.05.07 Autoriza o Executivo a proceder a desafetação e concessão do uso de ruas a Empresa Erplasti Ltda.

Lei n.º 4.799 de 28.12.07 Autoriza o Executivo a proceder a desafetação e a concessão de uso de ruas. (Doux Frangosul)

Lei nº 6.221 de 19.10.15
Procede a desafetação de imóvel e concede incentivo à empresa Aripê Citrus Agroindustrial Ltda.

DESAPROPRIAÇÃO

Lei nº 4.793 de 28.12.07
Autoriza o Executivo adquirir uma área de terras destinada a implantação de loteamento popular no bairro Cinco de Maio.

Lei nº 4.794 de 28.12.07
Autoriza o Executivo adquirir uma área de terras destinada a implantação de loteamento popular no bairro Aeroclube.

DESCONTO

LC n.º 2.958 de 06.12.93
Autoriza o Executivo a conceder um desconto de 105 para o pagamento do ITBI até 5 dias após a avaliação fiscal.

LC n.º 3.034 de 28.12.94
Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício de 1995.

LC n.º 3.077 de 28.08.95
Revoga a Lei Complementar n.º 2958/93.

LC n.º 3.117 de 28.12.95
Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício de 1996.

LC n.º 3.164 de 11.11.96
Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício de 1997.

LC n.º 3.231 de 14.10.97
Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício de 1998.

LC n.º 3.334 de 20.10.98
Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício de 1999.

LC n.º 3.451 de 29.11.99
Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU.

Lei nº 4.798 de 28.12.07
Concede desconto pagamento do IPTU e TSU.

Lei nº 5.016 de 29.12.08
Autoriza o Executivo a conceder desconto no pagamento do IPTU e TSU para contribuintes adimplentes com a Fazenda Municipal

DESIGNAÇÃO DISTINTIVA DE MONTENEGRO

Lei n.º 3.916 de 17.07.03 Institui a expressão Montenegro Cidade das Artes como designação distintiva para o município de Montenegro.

Lei n.º 5.897 de 12.03.14 Institui a designação distintiva de "Montenegro Cidade das Artes" e como designação distintiva complementar "Capital do Tanino e da Citricultura"

DESMEMBRAMENTO

Lei n.º 2.478 de 27.10.87 Dispõe sobre o desmembramento de Linha Gamela e sua anexação ao município de Teutônia.

Lei nº 4.819 de 25.02.08 Dispõe / regularização do aglomerado urbano de propriedade de Maria Ernestina de Oliveira Francez (Loteamento Francez)

DESPESAS OFICIAIS

Lei n.º 3.399 de 18.06.99 Autoriza o pagamento de despesas de passagem e hospedagem a convidados oficiais do Município.

DEVOLUÇÃO DE IMÓVEIS

Lei n.º 4.059 de 27.04.04 Autoriza o Executivo receber, em devolução, o imóvel concedido à Sociedade Beneficente Espiritualista através da Lei n.º 3.726/02.

DIA DA BÍBLIA

Lei n.º 3.708 de 04.03.02 Inclui o "Dia da Bíblia" no Calendário de Eventos do Município. (2º Domingo Dezembro)

DIA DA FESTA DO IMIGRANTE E DA FESTA DA BERGAMOTA MONTENEGRINA

Lei n.º 5.739 de 08.01.13 Institui o Dia da Festa do Imigrante e da Festa da Bergamota Montenegrina.

Lei n.º 6.183 de 24.07.15 Firma convênio com a Associação Cultural Esportiva Recreativa de Campo do Meio - ACERCAM no valor de R\$ 11.000,00 (XIII Festa da Bergamota).

DIA DA LITERATURA MONTENEGRINA

Lei n.º 5.898 de 14.03.14 Institui o Dia da Literatura Montenegrina.

DIA DA MÃE GESTANTE

Lei n.º 4.581 de 15.12.06 Institui o Dia da Mãe Gestante e a Semana da Primeira Infância.

DIA DA MULHER MONTENEGRINA

Lei n.º 5.747 de 08.03.13 Institui a Semana da Mulher Montenegrina e dá outras providências (e o Dia da Mulher)

Lei n.º 5.908 de 04.04.14 Acrescenta o parágrafo único ao art. 1.º da Lei n.º 5.747/13, que institui a "Semana da Mulher Montenegrina", e dá outras providências.

DIA DA SOLIDARIEDADE

Lei n.º 3.586 de 19.04.01 Institui o "Dia da Solidariedade" no Município de Montenegro. (20 de Julho)

DIA DE PROTEÇÃO E BEM ESTAR DOS ANIMAIS

Lei n.º 5.729 de 18.12.12 Institui o "Dia de Proteção e Bem Estar dos Animais" no Município de Montenegro/RS

DIA DO ARTESÃO

Lei n.º 5.584 de 02.02.12 Institui a "Semana Municipal do Artesanato, declara a data de 19 de março como "Dia do Artesão."

DIA DO CAMINHADOR MONTENEGRINO

Lei n.º 3.665 de 05.11.01 Institui o "Dia do Caminhador Montenegrina". (último sábado de outubro)

DIA DO CICLISTA MONTENEGRINO

Lei n.º 2.938 de 10.09.93 Regulamenta o trânsito de bicicletas e o uso de carrinhos de lombo, skates e brinquedos similares (21 de setembro)

DIA DO COMBATE AO USO DE DROGAS

Lei n.º 3.581 de 19.03.01 Institui o "Dia Municipal da Conscientização e Combate ao Uso de Drogas".(26 de junho)

DIA DO COLONO (25 DE JULHO)

Lei n.º 244 de 28.04.92 Concede auxílios especiais.

Lei n.º 1.301 de 20.12.61 Oficializa a festa do Dia do Colono de três em três anos, a partir de 25.07.62.

Lei n.º 1.338 de 12.07.62 Dá nova redação ao art. 1º Lei nº 1.301/61.

DIA DO CULTO À RELIGIÃO AFRO-BRASILEIRA

Lei n.º 3.938 de 08.09.03 Institui o "Dia Municipal de Culto à Religião Afro-Brasileira ". (23 de agosto)

DIA DO DESAFIO

Lei n.º 4.676 de 13.07.07 Institui o Dia Municipal do Desafio. (última quarta-feira de maio)

DIA DO ESCOTEIRO

Lei n.º 4.378 de 30.12.05 Institui o Dia do Escoteiro no âmbito do Município de Montenegro (23 de abril).

DIA DO IRMÃO DE SANGUE

Lei n.º 3.673 de 13.11.01 Institui o "Dia do Irmão de Sangue". (25 de novembro)

DIA INTERAMERICANO DA ÁGUA

Lei n.º 5.442 de 07.06.11 Institui a "SEMANA MUNICIPAL DA ÁGUA" no Município de Montenegro/RS

DIA DO LEONISMO (30 DE JULHO)

Lei n.º 4.735 de 11.10.07 Institui o Dia do Leonismo em Montenegro. (30 de julho)

DIA MUNICIPAL DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL (12 JUNHO)

Lei n.º 5.638 de 11.06.12 Institui o Dia Municipal de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho)

DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO NO TRÂNSITO

Lei n.º 5.948 de 14.07.14 Denomina o dia 23 de setembro o dia municipal da conscientização no trânsito "pare na faixa" e da outras providências

DIÁRIAS DO PREFEITO

Lei n.º 2.585 de 07.08.89 Dispõe sobre o pagamento de diárias.

Lei n.º 2.949 de 10.11.93 Altera o art. 1º da Lei nº 2.585/89.

Lei n.º 3.078 de 28.08.95 Dispõe sobre o pagamento de diárias ao Prefeito e Vice-Prefeito.

DIREÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES

Lei n.º 3.136 de 03.05.96 Regulamenta o art. 178 da Lei Orgânica do Município. (Eleições)

Lei n.º 3.802 de 30.09.02 Acrescenta § 4º ao art. 3º da Lei nº 3136/96.

Lei n.º 4.309 de 07.11.05 Revoga a Lei n.º 3.136/96, que regulamenta o art. 178 da Lei Orgânica e, a Lei nº 3802/02

Lei nº 4.732 de 08.10.07 Estabelece normas p/ eleição de diretor das escolas públicas municipais.

LC n.º 4.890 de 09.06.08 Altera parágrafos e a redação do art. 40 da LC 3.943/03-Plano Carreira Magistério (Vice-Diretor)

DIREITOS TRABALHISTAS

Lei n.º 3.872 de 24.03.03 Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços ao Município, prestarem conta da manutenção dos salários dos funcionários.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Lei n.º 2.769 de 22.11.91 Fixa datas para o encaminhamento e votação dos projetos de leis relativos ao PPA, LDO e Orçamento Anual.

Lei n.º 2.852 de 14.09.92 Dispõe sobre a LDO 1993.

Lei n.º 2.889 de 04.12.92 Inclui meta no PPA 1991/1993 e LDO 2003.

Lei n.º 2.932 de 28.07.02 Dispõe sobre o PPA 1994/1997.

Lei n.º 2.943 de 30.09.93 Dispõe sobre a LDO 1994.

Lei n.º 2.985 de 15.03.94 Inclui meta no PPA 1994/1997 e LDO 1994.

Lei n.º 3.006 de 30.08.94 Dispõe sobre a LDO 1995.

Lei n.º 3.044 de 15.03.95 Inclui meta no PPA 1994/1997 e LDO 1995.

Lei n.º 3.081 de 08.09.95 Dispõe sobre a LDO 1996.

Lei n.º 3.160 de 25.09.96 Dispõe sobre a LDO 1997.

Lei n.º 3.165 de 12.11.96 Inclui art. na LDO 1997.

Lei n.º 3.224 de 18.09.97 Dispõe sobre a LDO 1998.

Lei n.º 3.265 de 16.03.98 Inclui programa no PPA e na LDO 1998, e autoriza abrir crédito especial.

Lei n.º 3.285 de 25.05.98 Inclui programa no PPA e na LDO 1998, e autoriza abrir crédito especial.

Lei n.º 3.311 de 03.08.98 Inclui programa no PPA e na LDO 1998, e autoriza abrir crédito especial.

Lei n.º 3.321 de 28.08.98 Dispõe sobre a LDO 1999.

Lei n.º 3.322 de 11.09.98 Inclui programa na LDO 1998.

Lei n.º 3.420 de 05.08.99 Inclui programa no PPA e na LDO.

Lei n.º 3.423 de 19.08.99 Inclui programa no PPA e na LDO.

Lei n.º 3.429	de 06.09.99	Dispõe sobre a LDO 2000.
Lei n.º 3.519	de 05.06.00	Inclui programa no PPA e na LDO.
Lei n.º 3.530	de 25.07.00	Inclui programa no PPA e LDO – Fundema.
Lei n.º 3.533	de 28.07.00	Fixa datas para o encaminhamento e votação dos projetos de lei relativos ao PPA, LDO e Orçamento Anual.
Lei n.º 3.554	de 08.11.00	Dispõe sobre a LDO 2001. Dispõe sobre parte vetada dos anexos de metas Prioritárias e Fiscais.
Lei n.º 3.592	de 18.05.01	Exclui e inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.596	de 28.05.01	Exclui e inclui metas no PPA 1998-2001 e na LDO 2001.
Lei n.º 3.618	de 06.07.01	Exclui meta no PPA 1998-2001 e na LDO/01.
Lei n.º 3.625	de 03.08.01	Inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.631	de 20.08.01	Inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.636	de 20.08.01	Inclui meta na LDO 2001.
Lei n.º 3.642	de 03.09.01	Inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.643	de 03.09.01	Inclui meta na LDO 2001.
Lei n.º 3.654	de 16.10.01	Inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.658	de 22.10.01	Dispõe sobre a LDO 2002. Dispõe sobre parte vetada dos anexos de metas prioritárias (investimentos) – LDO 2002
Lei n.º 3.660	de 23.10.01	Exclui e inclui metas na LDO 2002.
Lei n.º 3.667	de 06.11.01	Inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.668	de 07.11.01	Exclui e inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.669	de 07.11.01	Inclui meta na LDO 2001.
Lei n.º 3.670	de 07.11.01	Exclui e inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.674	de 13.11.01	Exclui e inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.675	de 13.11.01	Exclui e inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.676	de 16.11.01	Inclui meta na LDO 2001.
Lei n.º 3.677	de 16.11.01	Inclui meta na LDO 2001.

Lei n.º 3.678	de 16.11.01	Inclui/exclui metas e acrescenta valores às metas prioritárias constantes da LDO 2002.
Lei n.º 3.679	de 26.11.01	Exclui e inclui meta na LDO 2001.
Lei n.º 3.681	de 26.11.01	Inclui metas na LDO 2001.
Lei n.º 3.686	de 11.12.01	Inclui metas na LDO 2001 – SMEC.
Lei n.º 3.693	de 27.12.01	Inclui meta na LDO 2001. – SMSAS.
Lei n.º 3.694	de 27.12.01	Inclui metas na LDO 2001 – SMSAS.
Lei n.º 3.696	de 28.12.01	Inclui metas na LDO 2001 – SMSAS.
Lei n.º 3.697	de 28.12.01	Inclui metas na LDO 2001 – SMOP.
Lei n.º 3.701	de 28.12.01	Acrescenta art. 4ºA à Lei 3.675/01.
Lei n.º 3.721	de 08.04.02	Inclui meta na LDO 2002 – SMEC.
Lei n.º 3.730	de 20.05.02	Inclui meta e reduz valores de Meta Prioritária no PPA 2002/2005 e LDO 2002 (Banco da Terra).
Lei n.º 3.740	de 17.06.02	Inclui meta na LDO 2002 – SMEC.
Lei n.º 3.742	de 17.06.02	Exclui meta na LDO 2002 (Ambulância UTI Móvel).
Lei n.º 3.743	de 17.06.02	Acresce metas e valores em Programas da LDO 2002 – SMEC.
Lei n.º 3.746	de 25.06.02	Acresce valor à meta prioritária “Aquisição de área para Loteamento Popular” na LDO 2002.
Lei n.º 3.747	de 25.06.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 260.000,00 – SMSAS.
Lei n.º 3.750	de 25.06.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 110.000,00 – SMEC.
Lei n.º 3.751	de 25.06.02	Acresce valor à meta prioritária na LDO 2002 – Secretaria Geral.
Lei n.º 3.752	de 26.06.02	Acresce valor à meta prioritária da LDO 2002 – SMIC.
Lei n.º 3.753	de 26.06.02	Acrescenta valor à meta prioritária da LDO 2002 – SMVSU.
Lei n.º 3.754	de 26.06.02	Acrescenta valor à meta prioritária da LDO 2002 – SMAM.

Lei n.º 3.755	de 26.06.02	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei 3.716/02.
Lei n.º 3.758	de 02.07.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 – SMIC.
Lei n.º 3.759	de 02.07.02	Acrescenta valor à meta prioritária da LDO 2002 – SMEC.
Lei n.º 3.763	de 10.07.02	Acrescenta valor à meta prioritária da LDO 2002 – Gabinete do Prefeito.
Lei n.º 3.764	de 16.07.02	Inclui meta na LDO 2002 – SMSAS.
Lei n.º 3.765	de 16.07.02	Inclui meta na LDO 2002 – SMVSU – DTT).
Lei n.º 3.766	de 16.07.02	Inclui meta e reduz valor de Programa na LDO 2002 – SMAM.
Lei n.º 3.775	de 30.07.02	Acresce valores às metas constantes LDO/02.
Lei n.º 3.778	de 12.08.02	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei 3.658/01 – LDO 2002.
Lei n.º 3.780	de 12.08.02	Exclui meta da LDO 2002 (recadastramento de 4.500 unidades imobiliárias).
Lei n.º 3.781	de 12.08.02	Inclui meta da LDO 2002 (36 lotes Loteamento Prolurb III).
Lei n.º 3.782	de 16.08.02	Inclui Programa na LDO 2002 (RS 124 – Pareci Novo).
Lei n.º 3.785	de 26.08.02	Altera redação art. 1º Lei 3.766/02, inclui meta e reduz valor de programa na LDO 2002 – Patrulha Agrícola.
Lei n.º 3.789	de 02.09.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 34.774,32 – SMAM – Aterro Sanitário.
Lei n.º 3.793	de 16.09.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 137.090,05 – Operação de crédito do Fundopimes.
Lei n.º 3.799	de 30.09.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 125.000,00 – SMAM – Patrulha Agrícola.
Lei n.º 3.803	de 08.10.02	Dispõe sobre a LDO 2003. Dispõe sobre parte vetada dos anexos metas prioritárias (investimentos) na LDO 2003.

Lei n.º 3.808	de 14.10.02	Acrescenta/reduz valores às metas e inclui meta no PPA 2002/2005 e LDO 2002 – SMIC – Projeto Caminhos do Rio.
Lei n.º 3.809	de 15.10.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 51.711,60 – SMAM – construção do Mercado Público.
Lei n.º 3.810	de 15.10.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor R\$ 120.000,00 – SMAM – Rede de água.
Lei n.º 3.811	de 15.10.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 156.000,00 – SMAM – Rede Água.
Lei n.º 3.812	de 15.10.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 86.503,30 – SMAM – Pronaf.
Lei n.º 3.819	de 29.10.02	Acrescenta valor à meta constante na LDO 2002 – SMSAS – Equipamento Material Permanente.
Lei n.º 3.820	de 29.10.02	Acrescenta valor à meta constante na LDO 2002 – SMSAS – Farmácia.
Lei n.º 3.822	de 05.11.02	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 15.650,40 – SMEC – cantinas de escolas municipais e estaduais.
Lei n.º 3.825	de 11.11.02	Acrescenta valor à meta constante na LDO 2002 (ímãs de geladeira p/Programa de Educação Ambiental).
Lei n.º 3.842	de 16.12.02	Exclui e reduz valor de metas constantes na LDO 2002 – SMAM – Construção Quiosque.
Lei n.º 3.852	de 27.12.02	Autoriza o executivo contratar, temporária e administrativamente, 17 Agentes de Campo.
Lei n.º 3.869	de 13.03.03	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 14.490,00 (projeto de drenagem pluvial das ruas Canasvieiras, Tramandaí, Copacabana e Florindo Machado).
Lei n.º 3.880	de 14.04.03	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 120.000,00 (aquisição de unidade móvel).
Lei n.º 3.881	de 14.04.03	Reduz valor de meta constante na LDO 2003 (levantamentos topográficos das ruas castro Alves, Menino Deus, Independência, Estrada Geral Santos Reis e saneamento básico B. Imigração).

Lei n.º 3.889	de 02.05.03	Exclui meta constante na LDO 2003 (repasso à Sociedade Beneficente Espiritualista para construção de creche no B. Aeroclube).
Lei n.º 3.892	de 19.05.03	Altera meta constante na LDO 2003 (Grupo Coral Vozes de Montenegro).
Lei n.º 3.896	de 09.06.03	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 22.000,00 (elaboração de projeto de uso e remediação do aterro sanitário).
Lei n.º 3.905	de 23.06.03	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2003 (obras em escolas municipais).
Lei n.º 3.907	de 30.06.03	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003 (sinalização de ruas).
Lei n.º 3.910	de 08.07.03	Autoriza o Executivo a excluir metas constantes na LDO 2003 (aquisição de áreas e construção de praças em diversos bairros p/pavimentação asfáltica da Hans Varelmann)
Lei n.º 3.911	de 08.07.03	Autoriza o Executivo excluir meta na LDO 2003 (construção de pavilhões comunitários para ampliação da rede elétrica do Aterro Sanitário).
Lei n.º 3.912	de 08.07.03	Autoriza Executivo excluir meta constante na LDO 2003(construção do prédio da Câmara p/construção de creche no B. Ferroviário).
Lei n.º 3.913	de 14.07.03	Altera meta constante na LDO 2003 (saneamento básico, pavimentação e calçamento do Bairro Imigração).
Lei n.º 3.914	de 14.07.03	Autoriza Executivo incluir meta na LDO 2003 (aquisição de autoclaves para esterilização de material odontológico).
Lei n.º 3.915	de 14.07.03	Autoriza Executivo incluir meta na LDO 2003 (reforma da EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 3.935	de 01.09.03	Autoriza Executivo incluir meta na LDO 2003 (construção de Posto de Saúde no Bairro Germano Henke).
Lei n.º 3.940	de 15.09.03	Autoriza o Executivo excluir meta constante na LDO 2003 (infraestrutura para implantação de creches).
Lei n.º 3.942	de 15.09.03	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003 (aquisição de veículo p/campanha "Abraça Montenegro").

Lei n.º 3.946	de 01.10.03	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003 (aquisição de veículo para SMAP).
Lei n.º 3.947	de 01.10.03	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003 (reforma de prédio para implantação do Posto de Saúde na Vila Esperança).
Lei n.º 3.948	de 01.10.03	Autoriza o Executivo a incluir metas na LDO 2003 (microdrenagem e calçamento com pedra irregular das ruas João Corrêa e Albino Frederico Hoffmeister).
Lei n.º 3.950	de 06.10.03	Dispõe sobre a LDO 2004.
Lei n.º 3.956	de 20.10.03	Autoriza o Executivo a reduzir valor de metas constantes na LDO 2003. (Calçamento com microdrenagem da Rua Licínio Faustino da Silva e Saneamento Básico, Pavimentação e calçamento do Bairro Imigração)
Lei n.º 3.957	de 20.10.03	Autoriza o Executivo a excluir meta constante na LDO 2003. (Construção da calçada da E.M.E.F. Adolfo Schüller)
Lei n.º 3.958	de 28.10.03	Autoriza o Executivo a excluir meta constante na LDO 2003. (Plano de Manejo Morro São João para Rede Água Aterro Sanitário Potreiro Grande)
Lei n.º 3.973	de 18.11.03	Autoriza o Executivo excluir meta constante na LDO 2003. (Muro do Cemitério Municipal)
Lei n.º 3.974	de 18.11.03	Autoriza o Executivo a reduzir valor de meta constante na LDO 2003. (jazigos para o Cemitério Municipal)
Lei n.º 3.975	de 18.11.03	Autoriza o Executivo incluir meta constante na LDO 2003. (melhoria na E.M.E.F. Felisberto Porfírio de Souza)
Lei n.º 3.982	de 25.11.03	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de Heitor José Müller.
Lei n.º 3.983	de 25.11.03	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de Augusto Lucas da Motta.
Lei n.º 3.987	de 02.12.03	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 35.565,06. (Drenagem pluvial das ruas Intendente Klinger de Oliveira, Ricardo Jahn e Condomínio Floresta Negra)
Lei n.º 3.996	de 22.12.03	Autoriza o Executivo a excluir metas constantes na LDO 2003. (Pavimentação da estrada de Santos Reis, Calçamento da rua

Amândio Lampert, Manutenção do Balneário Municipal, Reforma do Arquivo Público Municipal e Construção de Casas)

Lei n.º 4.003	de 29.12.03	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 138.350,00. (ampliação e reforma da E.M.E.F. Cinco de Maio)
Lei n.º 4.007	de 30.12.03	Acrescenta o art. 2.º-A à Lei n.º 3930/03, que autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 100.000,00. (recapeamento de ruas)
Lei n.º 4.009	de 30.12.03	Autoriza o Executivo a excluir meta constante na LDO 2003. (exclui "Construção de muro na E.M.E.F. Pedro João Muller" e inclui "Execução de piso, contra piso e demarcação da quadra no pavilhão de esportes da E.M.E.F. Walter Belian")
Lei n.º 4.011	de 30.12.03	Acrescenta o art. 3.º-A à Lei n.º 3942/03, que autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003. (Projeto Abrace Montenegro)
Lei n.º 4.023	de 09.02.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 250.000,00. (valores excedentes ao previsto na LDO 2003 – SMOP)
Lei n.º 4.024	de 16.02.04	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, professores, assistentes de escola e auxiliares de serviços escolares.
Lei n.º 4.029	de 01.03.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 58.001,00. (aquisição de veículo p/ transporte de passageiros – SMEC)
Lei n.º 4.031	de 08.03.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 147.500,00. (aquisição de veículo – SMSAS)
Lei n.º 4.054	de 26.04.04	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2004 (aquisição de câmeras filmadoras e climatizador de ar – SMIC)
Lei n.º 4.055	de 26.04.04	Exclui meta constante na LDO 2004 (Construção do prédio da Câmara" para "Coral Santos Reis", "Semana Farroupilha", "Bolamar e Everest" e "Horas-máquina p/ agricultores".
Lei n.º 4.056	de 27.04.04	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2004 (Incentivos Coral Santos Reis e Coral Vozes)

Lei n.º 4.070	de 24.05.04	Exclui metas constantes na LDO 2004 (calçamento e microdrenagem em ruas do Bairro Germano Henke)
Lei n.º 4.074	de 31.05.04	Exclui meta constante na LDO 2004. (calçamento/microdrenagem da rua Curitiba)
Lei n.º 4.085	de 23.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 4.583,00 (Climatizador de ar para o prédio da SMIC)
Lei n.º 4.086	de 23.06.04	Exclui meta constante na LDO 2004. (Exclusão de "Construção de Casas Populares" e inclusão de "Execução de Infra-estrutura Urbana...")
Lei n.º 4.087	de 23.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 39.367,98 (transporte escolar para estudantes residentes em área rural)
Lei n.º 4.116	de 06.09.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito especial no valor de R\$ 11.000,00 (construção de muro de arrimo na Rua Apolinário de Moraes)
Lei n.º 4.118	de 16.09.04	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005.
Lei n.º 4.119	de 17.09.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 65.000,00 (cercamento da área do aterro sanitário)
Lei n.º 4.120	de 24.09.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 165.000,00. (aquisição de retroescavadeira para a SMVSU)
Lei n.º 4.130	de 25.10.04	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 – SMVSU (construção de jazigos no cemitério)
Lei n.º 4.140	de 16.11.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 20.000,00 – SMIC – Campanha 2004 – Abraço Montenegro.
Lei n.º 4.144	de 06.12.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 150.000,00 – SMEC (construção prédio EMEF Bello Faustino S.)
Lei n.º 4.148	de 17.12.04	Exclui parte de metas constantes na LDO 2004 e dá outras providências.
Lei nº 4.149	de 17.12.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 47.526,24 – SMVSU.

Lei n.º 4.154	de 27.12.04	Altera o art. 1º da Lei 4149/04.
Lei n.º 4.159	de 14.01.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.179.938,65 – SMOP – pavimentação e microdrenagem da Av. Itália.
Lei n.º 4.165	de 21.02.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 40.547,20 (aquisição capinadeira e duas roçadeiras - SMVSU).
Lei n.º 4.172	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00/SMSAS/Laboratório.
Lei n.º 4.173	de 15.03.05	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00/SMSAS/Posto Saúde Bairro Germano Henke.
Lei n.º 4.174	de 15.03.05	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00/SMAP/equipamentos, materiais e informática.
Lei n.º 4.192	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 83.000,00 – GP/SMF/SMSAS / SMVSU – aquisição de bens móveis).
Lei n.º 4.193	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 10.000,00 – SMVSU (aquisição abrigos nas paradas de ônibus).
Lei n.º 4.200	de 03.05.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 15.000,00 – SMAM – aquisição de bens móveis.
Lei n.º 4.201	de 03.05.05	Autoriza Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.000,00 SMEC – (aquisição de bens móveis).
Lei n.º 4.207	de 16.05.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.000,00 – SMIC – (aquisição equipamentos e material permanente).
Lei n.º 4.217	de 10.06.05	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 26.500,00 – SMSAS – aquisição veículo.
Lei n.º 4.218	de 10.06.05	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.000,00 – SMEC – aquisição bens móveis.
Lei n.º 4.224	de 28.06.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 55.000,00- Gabinete – aquisição de veículo.

Lei n.º 4.227	de 28.06.05	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 275.476,78 – SMOP - Asfalto Rua Fernando Ferrari).
Lei n.º 4.228	de 28.06.05	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 323.308,55 – SMOP - Calçamento Rua Boa Vista.
Lei n.º 4.236	de 12.07.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 52.775,87 – SMEC (TV Cultura) e incluir meta na LDO 2005.
Lei n.º 4.242	de 18.07.05	Autoriza o Executivo a incluir Programa no PPA 2002/5 e incluir meta na LDO 2005 (Tratamento antipó Estrada Santos Reis).
Lei n.º 4.255	de 17.08.05	Autoriza Executivo alterar arts. 2º e 3º da Lei nº 4.217/05.
Lei n.º 4.257	de 22.08.05	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.400,00 e a incluir meta na LDO 2005 – SMEC (aquis.Instrumentos musicais).
Lei n.º 4.261	de 29.08.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com OASE, abrir crédito especial no valor de R\$ 464.872,50 e a incluir programa no PPA 2002/5 e meta na LDO 2005 (HM – Projeto Salvar-Samu).
Lei n.º 4.262	de 29.08.05	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 62.250,00 e a incluir meta na LDO 2005 (bolsas creches particulares).
Lei n.º 4.265	de 13.09.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R4 4.000,00, incluir programa no PPA 2002/5 e incluir meta na LDO 2005 (aquisição imóvel invadido Bruno de Andrade)
Lei n.º 4.269	de 26.09.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 30.000,00, incluir programa no PPA 2002/5 e meta na LDO/05 (Iluminação pública RST 470 e RS 287).
Lei n.º 4.275	de 03.10.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 45.000,00 e incluir meta LDO 2005 (SMVSU – semáforos).
Lei n.º 4.276	de 03.10.05	Autoriza Executivo abrir crédito especial valor de R\$ 118.410,31 e incluir meta na LDO 2005 (SMEC – reforma do Museu).
Lei n.º 4.277	de 03.10.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 (pavim. Asfalt. Rua Bruno de Andrade).

Lei n.º 4.278	de 03.10.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 8.800,00 (aquis. Bens móveis).
Lei n.º 4.282	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o BNDES, a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 25.973,00 (reforma do Museu).
Lei n.º 4.283	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a excluir e incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 450.000,00(ampliação EMEF Cinco Maio).
Lei n.º 4.284	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir ação em programa do PPA 2002-2005 e meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 157.887,42 (calçamento e microdrenagem Rua Getulio Vargas).
Lei n.º 4.285	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir ação em programa PPA 2002-2005 e meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 44.404,04 (calçamento e microdrenagem Rua Emílio Leipnitz).
Lei n.º 4.286	de 13.10.05	Autoriza Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 25.700,00 (SMOP – aquisição veículo).
Lei n.º 4.287	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 2.000,00 (porteiro eletrônico EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.291	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 230.000,00 (reforma e ampliação EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.295	de 24.10.05	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2006.
Lei n.º 4.296	de 27.10.05	Autoriza Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 67.951,33 (aquisição veículo – SMF).
Lei n.º 4.297	de 27.10.05	Autoriza Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (iluminação pública prolong. Dr. Gilberto Seelig).
Lei n.º 4.305	de 07.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 130.000,00 (instalação posto de combustível)

Lei n.º 4.323	de 21.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005, a abrir crédito especial no valor de R\$ 21.300,00 e firmar convênio com a CDL. (Projeto Sonho de Natal – Campanha 2005)
Lei n.º 4.324	de 23.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (reforma/ampliação EMEF M ^a Josefa Alves de Oliveira).
Lei n.º 4.325	de 23.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 4.000,00 (cercamento EMEF Dr. Walter Belian).
Lei n.º 4.326	de 23.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 6.290,00 (SMOP - aquisição equipamento, material permanente e de informática)
Lei n.º 4.331	de 28.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 95.000,00 (ampliação/construção salas anexas ao Palácio Rio Branco).
Lei n.º 4.341	de 13.12.05	Ratifica convênio com a Metroplan, autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 176.267,58 – construção galpão reciclagem lixo.
Lei n.º 4.342	de 19.12.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial de R\$ 36.518,00 (aquisição veículo p/SMEC).
Lei n.º 4.345	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (melhorias prédio Câmara-Usina).
Lei n.º 4.351	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial de R\$ 28.300,00 (Projeto Prosepa).
Lei n.º 4359	de 27.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 83.634,32 (calçamento da Rua Capitão Cruz).
Lei n.º 4362	de 27.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Ministério das Cidades, incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 57.460,00 (regularização fundiária dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto).
Lei n.º 4367	de 30.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor

		R\$ 90.000,00 (aquisição e um veículo p/ a Vigilância Sanitária).
Lei n.º 4369	de 30.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 8328,00 (aquisição de material permanente e equipamento de informática para o Programa Bolsa Família).
Lei n.º 4371	de 30.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito no valor de R\$ 252.766,02 (calçamento da Rua Licínio Faustino da Silva).
Lei n.º 4.373	de 30.12.05	Altera o art. 19 da Lei n.º 4295/05, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006.
Lei n.º 4.386	de 19.01.06	Autoriza Executivo a alterar e incluir ação no PPA, incluir ações na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 300.000,00 – SMAM (Incentivo a Produção Primária).
Lei n.º 4.395	de 01.03.06	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (Câmara).
Lei n.º 4.396	de 01.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (vigilância epidemiológica).
Lei n.º 4.402	de 20.03.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 2.000,00 (Câmera Fotográfica – SMOP).
Lei n.º 4.403	de 20.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 102.100,00 (recuperação e conclusão calçada beira do Rio Cai).
Lei n.º 4.406	de 20.03.06	Ratifica o Contrato de Repasse celebrado com a União, por intermédio do Ministério do Esporte, autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 48.000,00.
Lei n.º 4.413	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 84.321,00 (Bens Móveis - SMSAS).
Lei n.º 4.414	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 93.200,50 (SMSAS – Construção Prédio).

Lei n.º 4.415	de 27.03.06	Autoriza Executivo excluir e incluir ações na LDO 2006 (ampliação e renovação da frota).
Lei n.º 4.417	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com Governo RS, através da SEHADUR para implantação de loteamento popular, alterar ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 420.000,00.
Lei n.º 4.423	de 05.04.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 102.147,21 (capeamento Bruno de Andrade).
Lei n.º 4.424	de 05.04.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 26.000,00 (Programa Viva Criança).
Lei n.º 4.437	de 26.04.06	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 31.306,00 – SMEC (aquisição bens móveis).
Lei n.º 4.438	de 26.04.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO/06 e abrir crédito especial de R\$ 180.000,00 (aquisição imóvel-creches).
Lei n.º 4.439	de 28.04.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Estado do RS, através da Secretaria dos Transportes, p/execução obras no Aeródromo, incluir ação no PPA 2006/09, na LDO/06, abrir crédito especial R\$ 67.557,15.
Lei n.º 4.440	de 02.05.06	Autoriza o Executivo a excluir e alterar ações do PPA 2006/09 e da LDO 2006 (Creches).
Lei n.º 4.453	de 22.05.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006-2009 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 18.548,57 (reforma Unidade Básica de Saúde).
Lei n.º 4.454	de 22.05.06	Altera art. 2º da Lei 4414/06 – incluir ação LDO 06 e abrir crédito especial R\$ 93.200,50 (construção setor remoções, garagens e rampa-SMSAS)
Lei n.º 4.455	de 22.05.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 4.740,00 (aquisição copiadora p/SMVSU).
Lei n.º 4.460	de 29.05.06	Autoriza o Executivo excluir ações da LDO 2006 – SMAM (aquis.equip. e reforma prédios públicos p/Casa Produtor Rural).

Lei n.º 4.463	de 06.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 480.000,00 – ampl. EMEF Cinco de Maio.
Lei n.º 4.464	de 06.06.06	Autoriza o Executivo incluir ações LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 3.720,00 (aquis. de equipamentos p/SMAP).
Lei n.º 4.465	de 06.06.06	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 84.000,00 (SMIC – Estrada do Morro São João).
Lei n.º 4.468	de 12.06.06	Autoriza Executivo a excluir e incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 52.127,67 (reforma Ginásio Normélio Petry).
Lei n.º 4.469	de 12.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição bens móveis – salas da SMF).
Lei n.º 4.472	de 19.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 30.000,00 (veículo guarda municipal).
Lei n.º 4.475	de 26.06.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 5.000,00 (equipamento informática p/SMAM).
Lei n.º 4.478	de 30.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006, abrir crédito especial de R\$ 35.000,00 e firmar convênio c/ Associação Anjos de Luz.
Lei n.º 4.480	de 30.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 9.000,00 (alimentação escolar-aquisição equipamentos processamento de dados).
Lei n.º 4.481	de 30.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 1.500,00 (Aquis. bens móveis – Comdecon).
Lei n.º 4.488	de 11.07.06	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO 2006 (móveis p/creches).
Lei n.º 4.510	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO 2006 (calçamento Rua União p/Creche B. Ferroviário).
Lei n.º 4.511	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ações na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 160.000,00 (exclui equip. SMVSU, inclui asfalto Estr. Dr. Niquinho, Compra Vaga Creche e Incent.Comércio)
Lei n.º 4.524	de 11.09.06	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA 2006-2009 e na LDO 2006 e abrir crédito especial

		de R\$ 100.000,00 – SMSAS (aquisição de veículo).
Lei n.º 4.525	de 11.09.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 5.998,24 – SMEC (sistema de alarme).
Lei n.º 4.537	de 02.10.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 92.523,00 (reforma/ampliação CAPS, aquis. material e equipamentos).
Lei n.º 4.539	de 09.10.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 210.000,00 (reforma/ampliação farmácia e almoxarifado central da SMSAS)
Lei n.º 4.545	de 13.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 25.000,00, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007. (reforma/ampliação e construção cobertura EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.546	de 13.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 8.000,00, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007 (ampliação da EMEF Felisberto Porfírio de Souza).
Lei n.º 4.547	de 23.10.06	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007.
Lei n.º 4.550	de 25.10.06	Autoriza Executivo excluir ação da LDO 2006, incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 37.500,00 – SMAM (implant. rede de água zona rural).
Lei n.º 4.552	de 06.11.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 18.548,57, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007 e incluir ação na LDO 2007 (SMSAS - reforma Posto de Saúde).
Lei n.º 4.553	de 06.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 30.866,15 (SMSAS – construção guarita)
Lei n.º 4.557	de 13.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial R\$ 37.000,00 (asfaltamento área aterro sanitário).
Lei n.º 4.559	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 13.361,44 (aquisição equipamentos p/Biblioteca e Auditório).
Lei n.º 4.564	de 21.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 9.700,00 (SMAM – aquisição equipamentos p/Casa Produtor Rural).

Lei n.º 4.576	de 04.12.06	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO 2006 (Posto Saúde).
Lei n.º 4.583	de 18.12.06	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO 2006 (Estrada Antônio Ignácio de Oliveira).
Lei n.º 4.612	de 26.02.07	Autoriza o Executivo a incluir ação em programa do PPA, alterar e incluir ação na LDO 2007 (aquisição rolo compressor).
Lei n.º 4.622	de 20.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação em Programa do PPA e na LDO 2007, abrir crédito especial no valor de R\$ 77.205,00 – SMSAS (ampliação PSF Senai)
Lei n.º 4.624	de 20.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 100.073,60 – SMIC (construção de pórticos)
Lei n.º 4.630	de 27.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 84.001,00 – SMIC (melhorias estrada Morro São João)
Lei n.º 4.631	de 09.04.07	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 67.558,15 – SMIC (obras e equipamentos p/Aeródromo)
Lei n.º 4.639	de 16.04.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 120.000,00.(elevador)
Lei n.º 4.650	de 14.05.07	Autoriza o executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial no vlr de R\$ 41.596,00 (aquisição de equipamento e mtl permanente p/ SMSAS).
Lei n.º 4.669	de 25.06.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir Crédito Especial de R\$ 236.305,92.(SMEC- Concl. e ampl. EMEI Dr. José Flores Cruz)
Lei n.º 4.670	de 25.06.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir Crédito Especial de R\$ 23.401,00.(SMAM- Aq. Máq. Beneficiadora e Classificadora de Frutas).
Lei nº 4.686	de 30.07.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 11.580,46. (Prédios públicos-Reforma Museu Municipal-SMOP)
Lei n.º 4.691	de 06.08.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/07 e abrir crédito especial de R\$ 2.295,00 (Mtl e Equip p/ FUMREBOM-Bombeiros)

Lei n.º 4.749	de 22.10.07	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008.
Lei nº 4.755	de 06.11.07	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 52.989,01 (EMEI Ferroviário)
Lei nº 4.769	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/07 e abrir cré d esp de R\$19.999,52 (ampliação EMEF José P Steigleder).
Lei n.º 4.777	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a <u>excluir</u> ação na LDO/07 (SMSAS-Centro de Convivência dos Idosos)
Lei n.º 4.778	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a <u>excluir</u> ação na LDO/07 (SMAM – Aquisição utilitário pick up-R\$ 35.000,00)
Lei nº 4.783	de 21.12.07	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 38.000,00 (equipamentos SMSAS)
Lei nº 4.787	de 21.12.07	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 140.000,00 (ampliação Biblioteca Pública)
Lei nº 4.790	de 28.12.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 30.500,00 (aquisição veículo Bolsa Família)
Lei nº 4.795	de 28.12.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 135.339,00 (Corpo de Bombeiros)
Lei nº 4.800	de 28.12.07	Autoriza o Executivo firmar Termo de Concessão Real de Uso e convênio com APESC, incluir ação LDO/2007 e abrir crédito especial p/ implantação de campus universitário. (UNISC)
Lei nº 4.820	de 25.02.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO/2008 e abrir crédito especial de R\$ 33.973,54 (equip. e mat. Permanente SMSAS)
Lei nº 4.826	de 03.03.08	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 69.628,74 (calçamento Rua Salvador).
Lei nº 4.829	de 10.03.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/2007 e abrir crédito especial de R\$ 32.000,00 (aquisição veículo CAPSI).
Lei nº 4.834	de 25.03.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 12.769,70 (equipamentos EMEF Esperança)

Lei nº 4.864	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2008 e abrir créd espec de R\$ 6.000,00-compra de computadores para SMAP/FAP
Lei nº 4.867	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação no PPA 2006-2009, a incluir créd espec no vlr. de 4.392.049,24 – Macrodrenagem Arroio Montenegro.
Lei nº 4.873	de 19.05.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 08 e abrir créd esp de R\$ 25.800,00-Equip. e mtl. Permanente-Bolsa Família.
Lei nº 4.884	de 26.05.08	Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e a abrir créd espec de R\$200.145,20-constr de pórticos.
Lei n.º 4.888	de 09.06.08	Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e abrir créd espec de R\$ 200.000,00-Infraestrutura de loteamentos.
Lei nº 4.891	de 09.06.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO/08 abrir crédito especial de R\$ 24.304,10 (ampliação EMEF Bello Faustino dos Santos)
Lei nº 4.893	de 16.06.08	Autoriza o Executivo excluir ações da LDO/08, incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 34.543,00 (iluminação Av. Itália)
Lei nº 4.895	de 16.06.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 52.500,00 (equipamentos escolas educação infantil)
Lei nº 4.897	de 16.06.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 17.352,88 (equipamentos escolas educação infantil)
Lei nº 4.898	de 18.06.08	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 50.000,00 (aquisição tanque emulsão asfáltica)
Lei nº 4.900	de 20.06.08	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 120.000,00 (Aditivo Buarque de Macedo)
Lei nº 4.904	de 30.06.08	Autoriza o Executivo incluir ação da LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 30.000,00 (equipamentos e material vigilância epidemiológica)
Lei nº 4.905	de 07.07.08	Autoriza o Executivo <u>ex</u> cluir ação na LDO/08 (reforma da SI de Reuniões e Reforma Prédio Casa do Produtor)
Lei nº 4.919	de 18.07.08	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 78.376,08 (ampliação PSF bairro Senai)

Lei nº 4.921	de 21.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 102.331,37 (construção PSF Muda Boi)
Lei nº 4.922	de 21.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 79.675,59 (construção PSF Santos Reis)
Lei nº 4.923	de 28.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 217.010,72 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei nº 4.925	de 28.07.08	Autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui instalação de alarmes centro de convivência)
Lei nº 4.926	de 28.07.08	Autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui aquisição de frota SMVSU p/ suplementar SMOP recapeamento asfáltico)
Lei nº 4.931	de 04.08.08	Altera art. 2º da Lei nº 4.923/08, que autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 217.010,72 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei nº 4.933	de 08.08.08	Altera redação do Inciso I do art. 1º da Lei 4.926/08 que autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui aquisição de frota SMVSU p/ suplementar SMOP recapeamento asfáltico)
Lei nº 4.935	de 18.08.08	Autoriza Executivo incluir ações na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 90.440,00 (aquisição de equipamentos e veículo p/ SMAM)
Lei nº 4.947	de 08.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 91.937,96 (iluminação pública RST 287)
Lei nº 4.949	de 15.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 20.000,00 (aquisição roupeiros p/ Corpo de Bombeiros)
Lei nº 4.952	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 26.040,00 (centro de referência especializada de Assistência Social)
Lei nº 4.953	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 150.919,59 e ratificar contrato de repasses Ministério do Esporte (ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 4.954	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação em programa do PPA 2006/2009 na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 25.799,45 (equipamentos Hospital Montenegro)

Lei nº 4.964	de 17.10.08	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias p/ 2009 - LDO
Lei nº 4.965	de 20.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (Projeto Semeando o Futuro – DAS/CRAS)
Lei nº 4.968	de 20.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 11.207,00 (instrumentos musicais EMEF Esperança)
Lei nº 4.971	de 28.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 37.399,53 (equipamentos p/ cozinhas das escolas municipais e estaduais)
Lei nº 4.972	de 03.11.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 15.010,00 (equipamentos e instalação de alarmes nas escolas)
Lei nº 4.990	de 08.12.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 61.000,00 (aquisição veículo SMSAS)
Lei nº 4.999	de 15.12.08	Autoriza Executivo a acrescentar valores a ações da LDO 2009 (incentivos – Hexion)
Lei nº 5.002	de 19.12.08	Autoriza o Executivo a ratificar convênio, incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial no valor de R\$ 132.829,90.
Lei nº 5.007	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a reduzir valor de ação e a incluir ação na LDO 2009 (SMIC – Incentivos)
Lei nº 5.012	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (execução de piso na EMEF Adolfo Schüller)
Lei nº 5.028	de 02.02.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2009 e abrir crédito especial no valor de R\$ 156.000,00 (reforma ginásio Parque Centenário)
Lei nº 5.029	de 02.02.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2009 e abrir crédito especial no valor de R\$ 108.333,33 (conclusão ginásio EMEF José Pedro Steigleder)
Lei nº 5.040	de 13.03.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2009 e a abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (aquisição de equipamentos p/ depto. Habitação Social)

Lei n.º 5.053	de 08.04.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/09 e abrir crédito especial de R\$ 18.522,37 (Conclusão iluminação da ciclovia RS 470)
Lei n.º 5.058	de 14.04.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial e incluir ação na LDO/2009 (construção do posto de saúde de Muda Boi)
Lei n.º 5.060	de 14.04.09	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO/2009 e a abrir crédito especial de R\$ 110.000,00 (reforma e ampliação dos prédios do SMVSU)
Lei n.º 5.073	de 18.05.09	Inclui ação LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (instalação de fibra ótica e cabos – SMSAS)
Lei n.º 5.074	de 18.05.09	Inclui ação LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 16.753,59 (equip. p/ EMEIs)
Lei n.º 5.075	de 18.05.09	Inclui ação LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 25.000,00 (equip. vigilância epidemiológica)
Lei n.º 5.081	de 25.05.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 22.000,00 (equipamento e material permanente/Bolsa Família))
Lei n.º 5.093	de 08.06.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 15.500,00 (sistema de alarme e monitoramento nos prédios da Prefeitura)
Lei n.º 5.102	de 29.06.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 3.001.000,00 (renovação e ampliação da frota)
Lei n.º 5.105	de 06.07.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 80.000,00 (aquisição de máquina de pintura)
Lei n.º 5.107	de 14.07.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 4.000,00 (alarme nas EMEIs Adenilo E. Rübénich e Esperança)
Lei n.º 5.109	de 14.07.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (melhorias aeródromo)
Lei n.º 5.126	de 10.08.09	Altera classificação orçamentária constante do art. 2.º da Lei 5.107/09, que autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/09 e abre crédito especial no valor de R\$ 4.000,00 (alarmes EMEIs)
Lei n.º 5.130	de 24.08.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 215.000,00 (remodelação da Praça Rui Barbosa)

Lei nº 5.146	de 15.09.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 404.413,24 (construção de Centro Comunitário Bela Vista)
Lei nº 5.147	de 15.09.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 600.100,00 (transporte escolar rural)
Lei nº 5.156	de 06.10.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (equipamentos e material p/ FAP/FAS)
Lei nº 5.157	de 06.10.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 109.940,00 (equipamentos e material p/ PSF 2-Esperança e PAM)
Lei nº 5.161	de 09.10.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 143.615,14 (restauração prédio farmácia dos ferroviários)
Lei nº 5.162	de 09.10.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (elaboração plano diretor de mobilidade urbana)
Lei nº 5.167	de 20.10.09	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010
Lei nº 5.173	de 03.11.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 7.570,00 (aquisição de equipamentos - Coredes 2006/07 p/ hospital Montenegro)
Lei nº 5.178	de 09.11.09	Inclui ação no Plano Plurianual 2006-2009, na LDO 2009 e abre crédito especial no valor de R\$ 19.800,00 (Estudo de planejamento da circulação viária e tráfego do município de Montenegro)
Lei nº 5.187	de 30.11.09	Ratifica termo de adesão firmado com o Estado, inclui ação no PPA e LDO e abre crédito especial de R\$ 120.000,00
Lei nº 5.199	de 14.12.09	Inclui ação na LDO 2010 (equipamento e material permanente p/ estúdio TV Fundarte)
Lei nº 5.200	de 14.12.09	Altera valores das ações da LDO 2010 (Tratamento Paisagístico da Estação)
Lei nº 5.204	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 1.170.012,25 (obras rua Antônio Ignácio O. Filho – B. Aeroclube)
Lei nº 5.205	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 307.335,44 (capeamento asfáltico da rua Cap. Cruz)

Lei nº 5.206	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 200.877,71 (construção de quadra de esportes coberta - Alfama)
Lei nº 5.207	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 180.000,00 (Construção Centro de Referência em Assistência Social)
Lei nº 5.208	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 142.393,81 (microdrenagem e calçamento da Rua Canadá)
Lei nº 5.210	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 130.576,42 (Construção de galpão de reciclagem-B. Estação)
Lei nº 5.211	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem do Arroio São Miguel)
Lei nº 5.225	de 30.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 139.773,07 (galpão reciclagem junto à Estação Transbordo)
Lei nº 5.232	de 22.02.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (equipamentos p/ projetos CRAS)
Lei nº 5.236	de 08.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 3.001.000,00 (renovação da frota-PROVIAS)
Lei nº 5.237	de 08.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 156.000,00 (reforma no Ginásio Poliesportivo Domingos dos Santos)
Lei nº 5.243	de 22.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.437.085,18 (macrodrenagem do Arroio Montenegro)
Lei nº 5.247	de 06.04.10	Inclui ações na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 128.000,00 (equipamentos SMSAS e postos de saúde e reformas)
Lei nº 5.249	de 12.04.10	Inclui ação no PPA, na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (elaboração Plano de Saneamento Básico)
Lei nº 5.251	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.000.000,00 (ampliação e renovação da frota)
Lei nº 5.252	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 59.500,00 (reforma de escolas municipais-emenda destastres naturais: Cinco de Maio, Dr. Walter Belian, José P. Steigleder e Adolfo Schüller)

Lei nº 5.253	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 18.117,95 (substituição cobertura ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 5.254	de 16.04.10	Inclui ação no PPA, na LDO/2010 e abre crédito especial de R\$ 2.500,00 (Construção de escadarias na Rua Valeska Lampert)
Lei nº 5.261	de 10.05.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial R\$ 25.000,00 (aquisição equipamentos para área médica ambulatorial, através do CIS/CAI)
Lei nº 5.264	de 10.05.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial R\$ 49.814,15 (cercamento da EMEI Dr. José Flores da Cruz)
Lei nº 5.265	de 10.05.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial R\$ 222.500,00 (infraestrutura Expomonte)
Lei nº 5.271	de 14.05.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 23.645,00 (obras de melhorias e aquisição de equipamentos p/ aeródromo)
Lei nº 5.276	de 10.06.10	Exclui e inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 20.000,00 (ampliação EMEI Santo Antônio)
Lei nº 5.277	de 10.06.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 379.794,11 (construção de trevos de acesso a Doux Frangosul).
Lei nº 5.279	de 14.06.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 182.739,83 (ampliação e reforma da EMEF Adolfo Schüller).
Lei nº 5.281	de 14.06.10	Inclui ação no LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 25.126,00 (aquisição de equipamentos p/ HM).
Lei nº 5.288	de 28.06.10	Inclui ação no LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 2.500,00 (cercamento do PSF1 – Germano Henke).
Lei nº 5.295	de 20.07.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 12.500,00 (FUMREBOM)
Lei nº 5.296	de 20.07.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 65.000,00 (Canalização do Arroio no Cemitério Municipal)
Lei nº 5.312	de 13.08.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 160.000,000 (aquisição de caminhão caçamba-SMAM).

Lei nº 5.324	de 13.09.10	Inclui ação na LDO e abre crédito especial de R\$ 33.232,80 (equipamento e material permanente-Farmácia Básica)
Lei nº 5.329	de 21.09.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ações na LDO e abre crédito especial de R\$ 850.000,00 (recuperação da malha viária rural e bueiros)
Lei nº 5.332	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 117.807,36 (implantação de Telecentro-Bairro Timbaúva)
Lei nº 5.333	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 427.589,00 (incentivo à citricultura)
Lei nº 5.334	de 04.10.10	Ratifica Termo de Adesão firmado c/ o Estado do RS, inclui ação na LDO e abre crédito especial no valor de R\$ 93.750,00 (Projeto Emancipar)
Lei nº 5.335	de 04.10.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 925.072,52 (Pavimentação Transcitrus)
Lei nº 5.341	de 15.10.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 7.525,00 (Projeto Cidade Digital)
Lei n.º 5.344	de 05.10.10	Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 2011.
Lei nº 5.345	de 22.10.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (ampliação quartel Corpo de Bombeiros)
Lei nº 5.353	de 19.11.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 358.500,00 (recadastramento imobiliário)
Lei nº 5.364	de 09.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (programa DST/HIV/AIDS)
Lei nº 5.378	de 30.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 1.000.000,00 (revitalização vias centrais)
Lei nº 5.379	de 30.12.10	Contrata operação de crédito com a Caixa Estadual RS para ampliação da infraestrutura urbana, inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 2.480.000,00 (pavimentação de ruas)

Lei nº 5.382	de 30.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 80.000,00 (investimentos na Unidade de Saúde Prisional)
Lei nº 5.383	de 30.12.10	Exclui e inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 65.000,00 (construção de muro no Cemitério Municipal)
Lei nº 5.389	de 21.02.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 97.500,00 (revitalização do balneário municipal)
Lei n.º 5.390	de 21.02.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos)
Lei n.º 5.395	de 09.03.11	Ratifica convênio com a CORSAN, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 227.096,97 (ampliação de redes de distribuição de água)
Lei n.º 5.396	de 09.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 171.658,01(reforma no ginásio Domingos dos Santos)
Lei n.º 5.397	de 11.03.11	Inclui atividade no PPA 2010-2013, ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 58.990,00 (Calçamento na localidade de Rua Nova)
Lei n.º 5.398	de 11.03.11	Firma convênio com o Estado do RS, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 7.020,84 (equipamento e material permanente PROCON)
Lei n.º 5.404	de 28.03.11	Ratifica convênio firmado com o DAER, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 379.794,11 (trevo de acesso Doux Frangosul)
Lei n.º 5.405	de 28.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 24.087,09 (Plano de Desastres Ambientais - reestruturação estabelecimentos de saúde)
Lei n.º 5.412	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 200.877,71 (construção de ginásio no Bairro Ferroviário)
Lei n.º 5.413	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 316.000,00 (conclusão obras escolas)
Lei n.º 5.427	de 16.05.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos RS 240)

Lei n.º 5.438	de 27.05.11	Inclui ações no PPA 2010-2013, exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre créditos especiais. (Construção de quadras de esportes- Bairros Aeroclub e Timbaúva, EMEF José Pedro Steigleder – Microdrenagem e Pavimentação Estrada Antônio Inácio de Oliveira Filho; construção do Ginásio São João; Capeamento Asfáltico da Rua Capitão Cruz; Construção do CRAS; iluminação e semáforos Ramiro Barcelos; construção de quadra coberta em Alfama)
Lei n.º 5.440	de 03.06.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição de equipamento para o CAPS I)
Lei n.º 5.446	de 13.06.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 160.000,00 (aquisição de caminhão caçamba basculante)
Lei n.º 5.465	de 30.06.11	Contrata operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.140.755,27 (pavimentação das ruas Getúlio Vargas, Eng. Ernesto Zietlow e Selma Wallauer)
Lei n.º 5.466	de 30.06.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 5.127.415,57 (Macro drenagem do Arroio São Miguel)
Lei n.º 5.483	de 19.07.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 412.700,00 (construção de ponte/Arroio São Miguel)
Lei n.º 5.486	de 26.07.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$97.000,00 (aditivo construção de casas – PSH/Economisa)
Lei n.º 5.490	de 15.08.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição máquinas e equipamentos p/ SMMA).
Lei n.º 5.493	de 15.08.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 1.316,11 (instalação de alarmes no CRAS e DASC).
Lei n.º 5.498	de 26.08.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.617.500,00 (Inclusão digital – aquisição equipamentos tecnologia educacional).
Lei n.º 5.501	de 05.09.11	Inclui ação na LDO 2011 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial de R\$ 55.759,30 (aquisição de um veículo para o Serviço de Vigilância Sanitária)
Lei n.º 5.516	de 21.10.11	Dispõe sobre a LDO 2012 (com emendas)
Lei n.º 5.517	de 24.10.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 257.344,33 (galpão de reciclagem no bairro Estação).

Lei n.º 5.518	de 24.10.11	Abre crédito especial de R\$ 14.151,06, reabre no próximo exercício financeiro e inclui ação na LDO 2011 (instalação de cobertura no pátio da SMS).
Lei n.º 5.528	de 16.11.11	Exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 1.329.810,17 (construção de EMEI Bairro Estação)
Lei n.º 5.540	de 09.12.11	Inclui ações na LDO 2012 e abre créditos especiais de R\$ 3.140.755,27 (microdrenagem e calçamento das ruas Eng. Ernesto Zietlow, Selma Wallauer e Getúlio Vargas)
Lei n.º 5.548	de 19.12.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 160.808,49 (Construção Centro Comunitário Germano Henke)
Lei n.º 5.554	de 26.12.11	Firma convênio com a Economisa, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 55.591,00 (unidades habitacionais – complementação vigas de fundação)
Lei n.º 5.577	de 24.01.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem Arroio São Miguel).
Lei n.º 5.580	de 24.01.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 160.000,00 (aquisição caminhão caçamba basculante – setor de fomento agropecuário).
Lei n.º 5.585	de 06.02.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 520.400,00 (transporte escolar zona rural-programa Caminho da Escola).
Lei n.º 5.614	de 10.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 340.160,00 (construção ESF Santo Antônio)
Lei n.º 5.615	de 10.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 319.000,00 (construção de quadra coberta em Alfama)
Lei n.º 5.617	de 13.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (conclusão de obras 2011 – Recurso MDE – Melhorias nos espaços físicos das escolas)
Lei n.º 5.620	de 23.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 166.500,00 (implantação de Telecentro no Bairro Timbaúva)
Lei n.º 5.624	de 14.05.12	Inclui ação/projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 44.000,00 (ampliação do galpão de reciclagem de lixo – Potreiro Grande)

Lei n.º 5.628	de 21.05.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 83.100,00 (Aquisição de equipamentos p/ a produção de sucos)
Lei n.º 5.644	de 18.06.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 461.000,00 (galerias pluviais Arroio Montenegro)
Lei n.º 5.669	de 16.07.12	Inclui ação/projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 124.825,00 (construção de Unidade Básica de Saúde em Costa da Serra)
Lei n.º 5.679	de 03.08.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (aquisição de ar condicionado CRAS-Bolsa Família)
Lei n.º 5.693	de 27.08.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 250.834,71 (microdrenagem e calçamento das ruas Coriolano Coelho de Souza e Ludwig Wagner)
Lei n.º 5.695	de 31.08.12	Ratifica o Termo de Adesão ao PEAS, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de 10.571,00 (Projeto OASF – Orientação e Apoio Sócio-Familiar).
Lei n.º 5.696	de 11.09.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 150.000,00 (ampliação da EMEF Esperança)
Lei n.º 5.703	de 02.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 24.638,06 (reforma da EMEF Etelvino de Araújo Cruz).
Lei n.º 5.707	de 02.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.500,00 (Aquisição de equipamento p/ oficina de informática – AABB Comunidade).
Lei n.º 5.709	de 16.10.12	Dispõe sobre a LDO 2013 (com emenda).
Lei n.º 5.710	de 19.10.12	Ratifica convênio com a METROPLAN, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 974.692,12.
Lei n.º 5.711	de 19.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 223.260,00 (Equipamentos e material permanente – ACESSUAS).
Lei n.º 5.712	de 22.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (aquisição veículo p/ Câmara de Vereadores).
Lei n.º 5.722	de 20.11.12	Firma convênio com a CORSAN, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 994.819,90 (recapeamento asfáltico das ruas Cel.

		Apolinário de Moraes, Flores da Cunha e Dr. Bruno de Andrade)
Lei n.º 5.724	de 07.12.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 32.500,00 (cercamento do Cemitério Municipal).
Lei n.º 5.775	de 06.05.13	Ratifica Termo de Compromisso com o Estado do RS, inclui atividade no PPA 2010-2013, ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 58.330,00 (aquisição de equipamentos e materiais permanentes e material de consumo para a quadra poliesportiva do bairro senai).
Lei n.º 5.776	de 13.05.13	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2013 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00. (CADUNICO/Bolsa Família).
Lei n.º 5.782	de 10.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 126.870,36. (Microdrenagem e calçamento Rua Alemanha)
Lei n.º 5.783	de 10.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 214.500,00. (Revitalização Rua Ramiro Barcelos)
Lei n.º 5.784	de 10.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 123.110,36. (Praça Loteamento Prolurb)
Lei n.º 5.787	de 28.06.13	Inclui ação na LDO 2013 a abre crédito especial no valor de R\$ 260.260,83. (Ampliação da EMEF Esperança).
Lei n.º 5.796	de 29.07.13	Inclui programa de ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 250.500,00. (Aquisição de veículo para transporte escolar).
Lei n.º 5.797	de 29.07.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 91.955,54. (Aquisição de bens móveis para a SMEC).
Lei n.º 5.803	de 19.08.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 30.901,21 (cercamento EMEI Bairro Estação)
Lei n.º 5.805	de 19.08.13	Inclui programas e ações na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 11.000,00 (instalação de alarmes EMEI Bairro Estação, Biblioteca Pública e Teatro Roberto A. Cardona)
Lei n.º 5.809	de 19.08.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 99.890,00 (equipamentos Posto Timbaúva)

Lei n.º 5.811	de 26.08.13	Inclui ação na LDO e autoriza abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (Prêmio Darcy Ribeiro p/ SEPHAC e materiais permanentes)
Lei n.º 5.842	de 14.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 32.908,30 (ampliação da Etelvino de Araújo Cruz)
Lei n.º 5.843	de 18.10.13	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias-LDO 2014 (Com Parte Vetada Promulgada pela Câmara de Vereadores, em 07.11.13)
Lei n.º 5.844	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 376.835,74. (reforma e ampliação de escolas municipais)
Lei n.º 5.846	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 328.716,38. (recuperação do talude cais do Rio Cai)
Lei n.º 5.849	de 29.10.13	Inclui no PPA 2010-2013 e na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 645.000,00 (Aquisição de equipamentos para o Hospital Montenegro – Consulta Popular)
Lei n.º 5.850	de 29.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (Aquisição de veículo – vigilância epidemiológica – SMS)
Lei n.º 5.851	de 29.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 100.000,00. (Aquisição de ambulância- SMS)
Lei n.º 5.869	de 30.12.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza a abrir crédito especial no valor de 23.067,64. (Equipamento e material Permanente Lar Sagrada Família)
Lei n.º 5.870	de 30.12.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza a abrir crédito especial no valor de 68.750,00. (Mobiliário, acervo e equipamento – Biblioteca Pública Municipal)
Lei n.º 5.892	de 28.02.14	Inclui na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 17.000,00
Lei n.º 5.895	de 12.03.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 5.326,00
Lei n.º 5.896	de 12.03.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00
Lei n.º 5.899	de 18.03.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 99.890,00 (Aquisição de equipamentos para o posto Timbaúva - SMS)

Lei n.º 5.933	de 13.06.14	Inclui Ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 334.059,83 (Construção UBS Santo Antônio)
Lei n.º 5.936	de 25.06.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 31.680,00
Lei n.º 5.945	de 04.07.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 31.680,00
Lei n.º 5.946	de 04.07.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO
Lei n.º 5.948	de 14.07.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 152.275,00 (aquisição de mobiliário para as escolas municipais de ensino fundamental)
Lei nº 5.958	de 18.08.14	Inclui ação da LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 431.839,25 (construção do Espaço Multiuso Comunitário da Serra Velha)
Lei nº 5.967	de 25.08.14	Excluir e incluir ação da LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 232.000,00 (infraestrutura rua Equador – Loteamento Steigleder).
Lei nº 5.968	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 1.016.016,36 (construção de EMEF no bairro Estação).
Lei nº 5.970	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 115.500,00 (equipamentos de informática e adequação das EFs Germano Henke, Esperança e Industrial).
Lei nº 5.971	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 801.483,29 (construção de Escola Municipal de Educação Infantil no bairro Centenário).
Lei nº 5.972	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 180.290,45 (cobertura da quadra esportiva da Escola Pedro João Müller).
Lei nº 5.982	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 73.990,90 (Infraestrutura Rua 01 – Loteamento Francez).
Lei nº 5.983	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 380.000,00 (aquisição de escavadeira hidráulica).
Lei nº 5.984	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 1.638.011,39

		(Pavimentação das ruas Selma Wallauer e Ernesto Zietlow)
Lei nº 5.985	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 1.502.743,88 (Pavimentação da rua Getúlio Vargas)
Lei nº 5.989	de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 22.000,00 (melhorias na Incubadora Empresarial)
Lei nº 5.993	de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 16.690,03 (aditivo reforma EMEI Adenilo Edgar Rübenich)
Lei nº 5.998	de 29.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 212.800,00 (aquisição de calibrador eletrônico de frutas/incentivo à citricultura)
Lei nº 5.999	de 08.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 (aquisição de ônibus escolar-FNDE)
Lei nº 6.000	de 08.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 48.000,00 (custeio CAPS I)
Lei n.º 6.002	de 13.10.14	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias-LDO para 2015
Lei n.º 6.003	de 13.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 275.000,00 (construção galpão de triagem e reciclagem)
Lei n.º 6.007	de 13.10.14	Inclui ação/projeto no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 1.010.120,25 (construção EMEF no bairro Senai)
Lei n.º 6.012	de 20.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 41.507,70 (aquisição equipamentos para produção sucos cítricos)
Lei n.º 6.016	de 27.10.14	Inclui ação no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 214.500,00 (revitalização rua Ramiro Barcelos)
Lei n.º 6.039	de 17.11.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 29.389,03 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei n.º 6.044	de 05.12.14	Inclui programa no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 15.200,00 (projetos de infraestrutura urbana de diversas ruas)
Lei nº 6.056	de 29.12.14	Altera redação do art. 5º da Lei nº 5.983/14-inclui ação na LDO e abre crédito especial de R\$ 380.000,00 (patrulha agrícola mecanizada-escavadeira hidráulica)

Lei nº 6.061	de 30.12.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 6.952,05 (conclusão obra EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 6.071	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 680.000,00 (aquisição caminhão autobomba tanque para Corpo de Bombeiros).
Lei nº 6.072	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e autoriza o abre crédito especial no valor de R\$ 1.016.016,36 (construção EMEF Bairro Estação).
Lei nº 6.073	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 38.873,62 (EMEF Bello Faustino dos Santos).
Lei nº 6.078	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 354.315,58 (manutenção EMEI Emma Ramos de Moraes).
Lei nº 6.079	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 116.041,88 (reforma EMEI Santo Antônio).
Lei nº 6.080	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 190.412,99 (ampliação e reforma da Biblioteca Pública).
Lei n.º 6.084	de 09.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 274.455,71 (construção pista de skate bairro aeroclube).
Lei n.º 6.092	de 16.03.15	Adquire material para a construção de um poço artesiano para utilização da comunidade do Morro dos Barretos, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00.
Lei n.º 6.096	de 06.04.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (reforma da antiga atafona).
Lei n.º 6.098	de 06.04.15	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.084/15, que inclui ação na LDO 2015 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial de R\$ 274.455,71 (construção pista de skate no bairro aeroclube).
Lei n.º 6.099	de 06.04.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 801.483,29 (construção de EMEI no Bairro Centenário).
Lei n.º 6.114	de 18.05.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 122.379,61 (Fechamento Ginásio Alfama).

Lei n.º 6.195	de 03.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 35.262,20 (Aditivo Construção EMEF Bairro Estação Recurso – MDE).
Lei n.º 6.196	de 03.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 45.247,16 (recuperação da galeria pluvial da Rua Euclides da Cunha).
Lei n.º 6.197	de 10.08.15	Exclui ações da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 504.320,56 (exclui: construção da estação de transbordo - cooperativa de trabalho de recicladores - ampliação do prédio do Telecentro Timbaúva - melhoria de processos - PGQP; inclui: construção espaço multiuso Comunitário Serra Velha).
Lei n.º 6.198	de 10.08.15	Exclui ação da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 (exclui: reforma da quadra externa do bairro São Pedro – inclui: cercamento EMEF Carolina Augusta Kochemborger).
Lei n.º 6.199	de 10.08.15	Exclui ações da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (exclui: construção de ginásio poliesportivo na localidade de Fortaleza; reforma do prédio da extinta EEEF Anita Machado Rosa – inclui: reforma EMEI Gente Miúda).
Lei n.º 6.202	De 18.08.15	Exclui ação da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 261.530,50 (exclui: ampliação e reforma da EMEF Adolfo Schuler - ampliação e reforma da EMEF Dona Clara Camarão; inclui: construção muro e grade de contenção EMEF Dr. Walter Belian).
Lei n.º 6.204	De 24.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 250.712,48 (terraplanagem, drenagem e pavimentação Estrada Mario Garcia Machado).
Lei n.º 6.207	De 31.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$930.000,00 (recuperação talude cais do porto Rio Cai).
Lei n.º 6.208	De 31.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 4.289,30 (aquisição e instalação de brinquedos na Praça Pró-Lurb I e II).
Lei n.º 6.210	De 14.09.15	Altera os artigos 10 e 20 da Lei n.º 6.207/15, que inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$930. 000,00 (recuperação do talude Cais do Porto do Rio Cai).

Lei n.º 6.213	De 14.09.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 9.293,96 (Construção da EMEF no Bairro Senai).
Lei n.º 6.215	De 24.09.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 287.173,02 (Construção Prédio Administrativo do Aeródromo Municipal).
Lei n.º 6.217	de 15.10.15	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício Financeiro de 2016 (LDO 2016).
Lei n.º 6.219	de 19.10.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (abrigo para ônibus).

DISTRITO INDUSTRIAL

Lei n.º 4.253	de 17.08.05	Autoriza Executivo a doar área de terras ao Estado do Rio Grande do Sul.
---------------	-------------	--

DISTRITOS

Lei n.º 946	de 19.11.56	Altera a ordem de numeração dos 10º e 11º distritos, respectivamente para 5º e 7º.
Lei n.º 1.270	de 03.11.61	Transforma em distrito com a ordem de numeração de 10º o 1º subdistrito do 1º distrito, com sede em Pesqueiro.
Lei n.º 1.492	de 14.01.64	Altera a ordem de numeração dos distritos do município.
Lei n.º 1.523	de 11.04.64	Anexa ao distrito de Maratá as localidades remanescentes do ex-distrito de Poço das Antas.
Lei n.º 1.543	de 09.07.64	Cria o 7º distrito, com sede em Pesqueiro e revoga as Leis nºs 1.086 e 1.270.
Lei n.º 1.836	de 17.12.69	Revoga a Lei n.º 1.543/64.
Lei n.º 2.120	de 02.01.79	Fixa limites distritais e urbanos do Município.

Lei n.º 2.239	de 28.12.81	Altera o art. 2º da Lei nº 2.120/79, que fixou os limites urbanos de Harmonia.
Lei n.º 2.428	de 01.09.86	Altera o art. 2º da Lei 2.120/79, que fixou os limites urbanos de Brochier.
Lei n.º 2.429	de 17.09.86	Altera o art. 2º da Lei 2.120/79 que fixou os limites urbanos de Harmonia e revoga a Lei nº 2.239/81.
Lei n.º 2.478	de 27.10.87	Dispõe sobre o desmembramento da Linha Gamela de Montenegro e anexação a Teutônia.
Lei n.º 2.810	de 20.03.92	Fixa os limites distritais do Município.

DÍVIDA

Lei n.º 85	de 16.07.48	Autoriza o expurgo da Dívida Ativa de contribuintes inexistentes.
Lei n.º 330	de 01.12.50	Dispõe sobre a dívida ativa e classificação das respectivos devedores.
Lei n.º 2.211	de 16.06.81	Cancela dívida ativa da firma Roloff & Pilger Ltda.
Lei n.º 2.310	de 09.09.83	Cancela dívida ativa no valor de Cr\$ 1.379.957,29.
Lei n.º 2.373	de 27.12.84	Cancela dívida ativa no valor de Cr\$ 1.081.906,21.
Lei n.º 2.427	de 25.08.86	Cancela dívida ativa no valor de Cz\$ 15.084,26 lançados indevidamente no período de 03.05.86.
Lei n.º 2.530	de 09.12.88	Cancela dívida ativa no valor de Cz\$ 76.701,38 lançados indevidamente no período de 17.06.86 à 01.11.88.
Lei n.º 2.610	de 13.11.89	Cancela débitos de valor igual ou inferior a NCz\$ lançados até 31.12.1987.
Lei n.º 2.713	de 08.04.91	Cancela dívida ativa de Cr\$ 195.016.43 lançada indevidamente no período de 14.11.88 a 26.12.90.
Lei n.º 2.846	de 17.08.92	Cancela dívida no valor de Cr\$ 1.070.200,94 lançada indevidamente de 01/91 a 04/92.
Lei n.º 3.467	de 27.12.99	Autoriza o Executivo a proceder o expurgo de créditos tributários lançados até 31.12.92.
Lei n.º 4.164	de 14.02.05	Institui Programa de Recuperação Fiscal de Pessoa Física e Jurídica – PF/PJ.
LC n.º 4.664	de 12.06.07	Altera a redação do Inciso I, alíneas <i>a</i> e <i>b</i> , § 1º e § 2º, Art. 135 da LC n.º 4.010/03, Código Tributário. (Código Tributário)
Lei nº 4.791	de 28.12.07	Dispõe s/ parcelamento de dívida do Município com o FAP.
Lei nº 5.038	de 10.03.09	Autoriza o Executivo a alterar redação do art. 2.º da Lei n.º 5.010/08, que alterou a redação do art. 2.º da Lei n.º 4.791/07 que dispõe sobre o parcelamento de dívida do Município com o FAP

Lei n.º 5.521	de 1º.11.11	Autoriza o não-ajuizamento e o posterior cancelamento de créditos tributários e não-tributários.
Lei n.º 5.571	de 30.12.11	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.791/11, que dispõe sobre o parcelamento de dívida do Município para com o FAP

DIVULGAÇÃO

Lei n.º 3.510	de 12.05.00	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do Município pelas entidades e empresas beneficiadas com verbas e outros incentivos.
---------------	-------------	---

DOAÇÃO

Lei n.º 3.218	de 11.08.97	Autoriza o Executivo a receber equipamento telefônico em doação.
Lei n.º 3.355	de 21.12.98	Autoriza a doação de sabro para a empresa Agrogen Desenvolvimento Genético Ltda.
Lei n.º 3.430	de 09.09.99	Autoriza a doação de imóvel ao Estado do RS (EEEF Cel. Januário Corrêa).
Lei n.º 3.511	de 22.05.00	Autoriza o Executivo a doar ao Estado do RS diversos equipamentos e material permanente, visando o desenvolvimento do PNAE.
Lei n.º 3.871	de 24.03.03	Autoriza doação de material inservível a administração pública à entidades sem fins lucrativos.
Lei n.º 3.875	de 07.04.03	Autoriza o Executivo a doar ao Estado do RS diversos equipamentos e material permanente visando o desenvolvimento do PNAE.
Lei n.º 3.876	de 07.04.03	Autoriza o Executivo a receber, em doação, recursos financeiros para repasse à Sociedade Beneficente Espiritualista – Lar do Menor.
Lei n.º 3.906	de 25.06.03	Dispõe sobre a distribuição de material de construção às famílias afetadas por situações de emergência.
Lei n.º 4.096	de 06.07.04	Autoriza o Executivo receber em doação, um telhado para a E.M.E.F. Pedro João Müller.

Lei n.º 4.125	de 04.10.04	Autoriza o Executivo a doar ao Estado do RS diversos equipamentos e material permanente, visando o desenvolvimento do PNAE.
Lei n.º 4.142	de 29.11.04	Autoriza Executivo doar fardamentos AASEM.
Lei n.º 4.223	de 28.06.05	Autoriza o Executivo a receber, em doação, recursos financeiros para repassar a APAE.
Lei n.º 4.573	de 04.12.06	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de Araújo, Menezes Costa & Cia. Ltda.
Lei nº 4.706	de 03.09.07	Autoriza o Executivo Municipal a receber imóvel, em doação, de Cláudio Roberto Weschenfelder (postos de saúde)
Lei nº 4.723	de 02.10.07	Altera redação do art. 1º, Lei 4.573/06, que autoriza o Executivo a receber imóvel em doação, de Araújo, Menezes Costa & Cia Ltda.
Lei nº 4.984	de 01.12.08	Autoriza Executivo doar uma área de terras à ABAMF p/ implantação do Loteamento mda Segurança Pública.
Lei nº 5.100	de 29.06.09	Recebe imóveis em doação de Júlio Bogoricin Imóveis Rio Grande do Sul e da Goldztein Administração e Incorporações Ltda.
Lei nº 5.174	de 03.11.09	Recebe imóvel em doação de Ivan Flávio Steigleder de Oliveira (via pública).
Lei nº 5.294	de 20.07.10	Recebe imóvel em doação de Militão Azeredo da Motta (EMEF Carolina A. Brochier Kochemborger)
Lei nº 5.331	de 28.09.10	Recebe em doação quatro áreas de terra de Transcontinental Empreendimentos Imobiliários Ltda. (galpão de reciclagem de lixo- Loteamento Bela Vista)
Lei nº 5.408	de 28.03.11	Recebe, em doação, imóvel da Sociedade Cultural Cruzeiro do Sul. (construção de quadra esportiva coberta)
Lei nº 5.426	de 06.05.11	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 5.408/11, que autoriza o Executivo Municipal a receber, em doação, imóvel da Sociedade Cultural Cruzeiro do Sul (construção de quadra esportiva coberta)
Lei n.º 5.479	de 11.07.11	Procede desafetação e doação de equipamentos de radiodifusão de sons e imagens à FUNDARTE

Lei n.º 5.598	de 16.03.12	Recebe imóveis, em doação, de Jorge Alberto de Almeida (via pública)
Lei n.º 5.623	de 03.05.12	Desafeta imóvel e doa à União (Receita Federal)
Lei n.º 5.626	de 14.05.12	Autoriza o Executivo Municipal a receber imóveis, em doação, de Jorge Alberto de Almeida (vias públicas).
Lei n.º 5.705	de 02.10.12	Recebe terreno, em doação, de Pedro Andreghetto (posto de saúde Bairro Santo Antônio).
Lei n.º 5.719	de 20.11.12	Recebe, em doação, uma área de terras de Egon Eugênio Hörlle (leito da Estrada Reynaldo Hörlle).
Lei n.º 5.743	de 13.02.13	Recebe, em doação, uma fração de terras de propriedade de João Nei da Motta (construção de ginásio esportivo na localidade de Serra Velha).

DOAÇÃO DE IMÓVEIS (Vide Imóveis)

DOAÇÃO DE SANGUE

Lei n.º 3.666	de 06.11.01	Institui campanha para a impressão da mensagem "Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas", nas mensagens, correspondências, ofícios e em toda publicidade, publicações da Prefeitura e Câmara Municipal de Montenegro.
Lei n.º 3.672	de 13.11.01	Cria Cadastro de Doadores de Sangue dos Servidores Municipais.
Lei n.º 3.682	de 03.12.01	Institui o Pagamento de meia Entrada para Doadores de Sangue.
Lei n.º 3.830	de 19.11.02	Prorroga o prazo de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 3.661/01 – "Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas."
Lei n.º 4.098	de 14.07.04	Torna indeterminado o prazo de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei 3.666/01 – "Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas."

DOCUMENTO ELETRÔNICO

Lei n.º 5.884 de 20.01.14 Permite a utilização do documento eletrônico no âmbito da Administração Pública Municipal

DOUX-FRANGOSUL

Lei n.º 3.069 de 23.06.95 Concede isenção das taxas de licença de construção e habite-se.

Lei n.º 3.141 de 04.06.96 Concede isenção de taxas de expediente, de aprovação e licença de construção, de expedição do habite-se e vistoria para lançamento do prédio. (Frangosul e Agrogen).

Lei n.º 3.270 de 30.03.98 Isenta a empresa Frangosul do pagamento de Taxas de Construção.

Lei n.º 3.323 de 14.09.98 Autoriza o Executivo a adquirir uma área de terras de propriedade da Frangosul S.A.

Lei n.º 3.354 de 21.12.98 Isenta a empresa Frangosul do pagamento de Taxas de Construção.

Lei n.º 3.356 de 21.12.98 Autoriza o Executivo a adquirir uma área de terras de propriedade da Frangosul S.A.

Lei n.º 3.376 de 31.12.98 Isenta a empresa Frangosul do pagamento de Taxas de Construção.

Lei n.º 3.790 de 10.09.02 Autoriza o Executivo a conceder incentivos à ampliação do Complexo Industrial Frangosul /Montenegro.

Lei n.º 4.078 de 04.06.04 Altera a redação do inciso IX do art. 4.º da Lei n.º 3.790/02, que autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à ampliação do Complexo Industrial Frangosul/Montenegro.

Lei n.º 4.114 de 06.09.04 Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à ampliação do Complexo Industrial Frangosul/Montenegro e dá outras providências.

Lei n.º 4.408 de 20.03.06 Autoriza o executivo conceder incentivos para melhoria do acesso à empresa Doux Frangosul–Fábrica de Rações de Montenegro.

Lei nº 4.799 de 28.12.07 Autoriza o Executivo a proceder a desafetação e a concessão de uso de ruas. (Doux Frangosul)

Lei nº 4.866 de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à Doux Frangosul AS Agro Avícola Industrial.
Lei n.º 5.201 de 14.12.09	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 5.771,61 (devolução do saldo do convênio p/ ampliação da EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei nº 5.277 de 10.06.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 379.794,11 (construção de trevos de acesso a Doux Frangosul).
Lei n.º 5.404 de 28.03.11	Ratifica convênio firmado com o DAER, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 379.794,11 (trevo de acesso Doux Frangosul)

DPVAT – SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES

Lei n.º 4.247 de 29.07.05 Torna obrigatória a colocação de orientações sobre o DPVAT em estabelecimentos de prestação de serviços de saúde, públicos ou privados e funerárias no Município de Montenegro.

DRENAGEM PLUVIAL

Lei n.º 3.869 de 13.03.03 Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 14.490,00 (projeto drenagem pluvial das ruas Canasvieiras, Porto Belo, Tramandaí, Copacabana e Florindo Machado).

Lei n.º 3.882 de 14.04.03 Altera redação do art. 1º da Lei n.º 3.869/03.

Lei n.º 3.987 de 02.12.03 Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 35.565,06 (Drenagem pluvial das ruas Intendente Klinger de Oliveira, Ricardo Jahn e Condomínio Floresta Negra)

Lei n.º 6.050 de 08.12.14 Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico-eixos “Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana” e “Drenagem Urbano e Manejo de Águas Pluviais” no Município.

Lei n.º 6.196 de 03.08.15 Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 45.247,16 (recuperação da galeria pluvial da Rua Euclides da Cunha).

DROGARIAS

Lei n.º 3.033 de 28.12.94 Faculta o estacionamento temporário e rotativo de veículos defronte as farmácias e drogarias.

DROGAS

Lei n.º 3.581 de 19.03.01 Institui o “Dia Municipal da Conscientização e Combate ao Uso de Drogas”.(26 de junho)

Lei n.º 4.051	de 15.4.04	Dispõe sobre a inclusão de tema relativo aos malefícios provocados pelo uso de drogas, nas Escolas Públicas Municipais.
Lei n.º 4.122	de 29.9.04	Dispõe sobre o controle na venda de cola-de-sapateiro e produtos similares no município de Montenegro.
Lei n.º 5.085	de 25.05.09	Institui a Semana Municipal de Conscientização e Combate as Drogas e dá outras providências
Lei n.º 5.453	de 13.06.11	Abre crédito especial de R\$ 48.000,00 (Compra de vagas/leitos em comunidade terapêutica para tratamento de usuários de crack e outras drogas)
Lei n.º 5.987	de 09.09.14	Institui o Programa Municipal Antidrogas-PROMAD.

ECOCITRUS

Lei n.º 4.461	de 29.05.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Ecocitrus p/realização do XIII Ciclo Estadual de Palestras sobre Citricultura e Expocitrus – Exposição de Citros.
Lei n.º 5.628	de 21.05.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 83.100,00 (Aquisição de equipamentos p/ a produção de sucos)
Lei n.º 5.726	de 17.12.12	Celebra Termo de Concessão de Direito Real de Uso de uma área de 1.031,85m ² , bem como repasse financeiro e isenção de tributos à Ecocitrus.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Lei n.º 3.825	de 11.11.02	Acrescenta valor à meta constante na LDO 2002 (Ímãs de geladeira para o Programa de Educação Ambiental).
---------------	-------------	--

EDUCAÇÃO FÍSICA

Lei n.º 4.113	de 31.08.04	Dispõe sobre o funcionamento de academias e estabelecimentos que atuam na prática de modalidades esportivas e similares em Montenegro.
---------------	-------------	--

EDUCAÇÃO INFANTIL (vide Escolas Municipais)

EFICA

Lei n.º 3.839	de 13.12.02	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Entidade de Filantropia, Cultura e Arte – Efica
Lei n.º 4.560	de 14.11.06	Autoriza o Executivo ratificar Termo de Compromisso Histórico, firmar convênio com a EFICA e abrir crédito especial de R\$ 200.000,00 (Projeto Estação – Paisagismo).

Lei n.º 4.561	de 14.11.06	Acrescenta alínea ao inciso IV do art. 1º da Lei nº 4.374/05 – Plano de Auxílios e Subvenções 2006 (Efica).
Lei n.º 4.688	de 30.07.07	Acrescenta a alínea <i>g</i> ao inc IV do art 1º da L 4.579/06, que estabelece o Plano de Aux e Subv p/ o exercício 2007 (Efica-Estação Ferroviária).
Lei nº 4.838	de 31.03.08	Autoriza Executivo ratificar titularidade a firmar convênio com a EFICA (Estação da Cultura)
Lei n.º 4.882	de 26.05.08	Aut.Exec. a abrir créed espec de R\$ 50.000,00-SMEC-Paisagismo da Estação da Cultura
Lei n.º 4.883	de 26.05.08	Acresc. alínea <i>c</i> ao inc. IV do art. 1.º da L 4788/07, que estabelece o Plano de Aux. e Subv. p/o Exerc. de 2008- Paisagismo da Estação da Cultura-EFICA.
Lei nº 5.021	de 20.01.09	Autoriza o Executivo a acrescentar valor à a alínea <i>a</i> inciso III do art. 1.º da Lei n.º 4980/08 que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2009 (EFICA)
Lei nº 5.270	de 14.05.10	Acrescenta valor a alínea <i>a</i> do inciso III do art. 1.º da Lei 5.185/09 – Auxílios e Subvenções 2010 e abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (EFICA-construção de subestação de energia elétrica na Estação da Cultura)
Lei nº 5.289	de 28.06.10	Acrescenta o valor de R\$ 25.000,00 à alínea <i>a-EFICA</i> do inciso III do art. 1.º da Lei 5.185/09 – Auxílios e Subvenções 2010 (tratamento paisagístico na Estação da Cultura)
Lei n.º 5.921	de 06.05.14	Autoriza o Executivo Municipal a ratificar titularidade e a firmar convênio com a EFICA (Projeto Estação da Cultura de Montenegro).

ELEIÇÃO DAS DIREÇÕES ESCOLARES

Lei n.º 3.136	de 03.05.96	Regulamenta o art. 178 da Lei Orgânica do Município (Eleições de Diretores).
Lei n.º 3.802	de 30.09.02	Acrescenta § 4º ao art. 3º da Lei 3.136/96.
Lei n.º 4.309	de 07.11.05	Revoga a Lei nº 3.136/96, que regulamenta o art. 178 da LOM e a Lei nº 3.802/02, que acrescenta o § 4º ao art. 3º da Lei nº 3.136/96.

Lei n.º 4.732	de 08.10.07	Estabelece normas p/ eleição de diretor das escolas públicas municipais Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 70029326626.
LC n.º 4.890	de 09.06.08	Altera parágrafos e a redação do art. 40 da LC 3.943/03-Plano Carreira Magistério (Vice-Diretor)

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Lei n.º 1.044	de 09.05.58	Autoriza utilização de apólices emitidas conforme Lei 911, para compra da usina e serviços de eletrificação de Maratá.
Lei n.º 1.063	de 04.11.58	Dispõe sobre as contribuições para ligações de luz elétrica.
Lei n.º 1.245	de 01.07.61	Autoriza o Executivo a vender 3.542 apólices estaduais e empregar o produto da venda em construção de redes elétricas.
Lei n.º 1.553	de 18.08.64	Dispõe sobre os serviços de eletricidade e comunicações de Salvador do Sul.
Lei n.º 2.107	de 13.09.78	Ratifica escritura pública de encampação de serviços de energia elétrica que fazem a Prefeitura e a CEEE.

EMBAIXATRIZES SOLIDÁRIAS

Lei n.º 5.848	de 29.10.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro para atender ao projeto "Vínculo & Valorização – Gestante, crianças e família" visando repasse de R\$ 13.500,00.
Lei n.º 5.863	de 06.12.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro visando o repasse de R\$ 15.000,00 para a realização de evento no Natal Iluminado 2013.

EMBRATEL

Lei n.º 3.436 de 01.10.99 Autoriza o Executivo firmar contrato com a Embratel.

EMATER

Lei n.º 4.203 de 03.05.05 Autoriza o Executivo a firmar Convênio com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/RS, juntamente com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR.

EMPREGOS PÚBLICOS

Lei n.º 3.792 de 16.09.02 Autoriza o Executivo a editar os atos necessários ao cumprimento de decisão do Tribunal de Contas do Estado, cria o Quadro de Empregos Públicos, de caráter temporário.

Lei nº 5.374 de 27.12.10 Cria empregos públicos p/ atuação em programas da saúde na Administração Municipal e disciplina o regime de emprego público do pessoal contratado

Lei nº 5.956 de 04.08.14 Abre crédito especial no valor de R\$ 311.456,73 e Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 5.374/2010, que Cria empregos públicos para atuação em programas da saúde na Administração Municipal e disciplina o regime de emprego público do pessoal contratado.

EMPRESAS

Lei n.º 3.363 de 28.12.98 Autoriza conceder incentivos a empresa Instaladora São Marcos Ltda – Bepo.

Lei n.º 3.872 de 24.03.03 Dispõe sobre obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços ao Município, prestarem conta da manutenção dos salários dos funcionários.

Lei n.º 3.954	de 13.10.03	Revoga as Leis n.ºs 3.439/99, e 3.463/99, que dispõem sobre incentivos fiscais para as empresas da área de informática.
Lei n.º 3.959	de 28.10.03	Revoga as leis n.ºs 3.319/98, 3.327/98 e 3.438/99, que concede incentivos à instalação da empresa ROTESMA PRÉ-FABRICADOS DE CIMENTO LTDA.
Lei n.º 3.962	de 03.11.03	Autoriza o Executivo conceder Direito Real de Uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A.
Lei n.º 3.988	de 02.12.03	Ratifica a concessão de incentivo à empresa COMEXI DO BRASIL.
Lei n.º 3.989	de 08.12.03	Altera o art. 4.º da Lei n.º 3.962/03.
Lei n.º 3.990	de 08.12.03	Autoriza o Executivo receber, em doação, recursos financeiros para repassar, através de Convênio, ao CPM da E. E. Aurélio Porto – 1.ª a 4.ª série.
Lei n.º 4.004	de 29.12.03	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à instalação da empresa BMZ COUROS LTDA.
Lei n.º 4.012	de 31.12.03	Altera o art. 5.º da Lei n.º 3.962/03, que autoriza o Executivo a conceder Direito Real de uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A.
Lei n.º 4.078	de 04.06.04	Altera a redação do inciso IX do art. 4.º da Lei n.º 3.790/02, concede incentivos à ampliação do Complexo Industrial Frangosul/Montenegro.
Lei n.º 4.094	de 02.07.04	Autoriza o Executivo conceder incentivos para a ampliação da empresa JOÃO CARLOS KRAHL – ME.
Lei n.º 4.095	de 06.07.04	Altera o art. 5.º da Lei n.º 3.962/03, (prorroga prazo p/ instalação de equipamentos)
Lei n.º 4.114	de 06.09.04	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à ampliação do Complexo Industrial Frangosul/Montenegro.
Lei n.º 4.327	de 23.11.05	Autoriza o Executivo a conceder incentivos para instalação da unidade da empresa Anila Móveis Ltda.

Lei n.º 4.354	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a conceder incentivos para empresa Montesucos Ind. de Alimentos.
Lei n.º 4.365	de 30.12.05	Autoriza o Executivo a conceder incentivos para a instalação da empresa Unifrutas Comércio de Frutas Ltda.
Lei n.º 4.435	de 26.04.06	Autoriza o Executivo receber em dação em pagamento, uma edificação da empresa Serrano – Ind. Com. Produtos Limpeza.
Lei n.º 4.656	de 18.05.07	Autoriza o Executivo a proceder a desinfestação e a concessão do uso de ruas.(Erplasti)
Lei nº 4.833	de 18.03.08	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à empresa Masisa do Brasil Ltda.
Lei nº 5.153	de 25.09.09	Concede redução ao contribuinte do ISS no âmbito deste município, optante pelo Simples Nacional.
Lei nº 5.477	de 11.07.11	Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor individual para o Município de Montenegro.
Lei n.º 5.622	de 02.05.12	Concede incentivo à empresa Marsul Proteínas Ltda.
Lei n.º 6.041	de 24.11.14	Altera redação do inciso I do art. 3º da Lei nº 5.622/12, que concede incentivos à Marsul Proteínas Ltda.

EMPRÉSTIMOS

Lei n.º 1.666	de 09.03.66	Autoriza realização de empréstimo junto à Caixa econômica Federal, por antecipação de receita.
Lei n.º 1.772	de 16.07.68	Autoriza contrair empréstimo de NCr\$ 60.000,00 com Caixa econômica Federal.
Lei n.º 1.792	de 10.02.69	Autoriza contrair empréstimo de NCr\$ 300.000,00 com a Caixa Econômica Estadual.
Lei n.º 1.804	de 15.04.69	Autoriza contrair empréstimo com o Banco do Estado do RS, até NCr\$ 80.000,00.
Lei n.º 1.824	de 29.09.69	Autoriza contrair empréstimo com a Caixa Econômica Estadual do RS até a quantia de NCr\$ 200.000,00.

Lei n.º 1.841	de 14.04.70	Autoriza realizar operação de crédito com o Banrisul até Cr\$ 100.000,00.
Lei n.º 1.878	de 05.02.71	Autoriza realizar empréstimo até Cr\$ 150.000,00 com o Banrisul.
Lei n.º 1.895	de 31.08.71	Autoriza realizar empréstimo até Cr\$ 100.000,00 e revoga Lei n.º 1.878/71.
Lei n.º 1.898	de 29.09.71	Autoriza a compra de máquinas e veículos com financiamento de 80% do Banco do Brasil.
Lei n.º 1.905	de 10.12.71	Autoriza realizar empréstimo com o Banco do Brasil e revoga a Lei n.º 1.898/71.
Lei n.º 1.918	de 13.06.72	Autoriza contrair empréstimo com o BRDE, até Cr\$ 250.000,00.
Lei n.º 1.931	de 11.10.72	Autoriza contrair empréstimo de CR\$ 200.000,00 com Banco Ind.Com. do Sul.
Lei n.º 1.941	de 27.03.73	Autoriza realizar operação de crédito com a Caixa E.Estadual do RS – Cr\$ 700.000,00.
Lei n.º 1.973	de 28.12.73	Autoriza contrair empréstimo de CR\$ 79.683,52 para aquisição de máquinas rodoviárias.
Lei n.º 1.975	de 28.12.73	Autoriza contrair empréstimo de CR\$ 318.734,09 para aquisição de máquinas rodoviárias.
Lei n.º 1.977	de 19.03.74	Dá nova redação ao art. 4º da Lei 1975/73.
Lei n.º 1.989	de 11.06.74	Autoriza realizar operação de crédito com o Banco Crefisul de Investimento no valor de Cr\$ 106.923,52 p/aquisição de trator carreg.
Lei n.º 1.990	de 12.08.74	Autoriza realizar operação de crédito com a MOCASA no valor de CR\$ 207.412,20 para aquisição de uma retroescavadeira.
Lei n.º 1.998	de 08.10.74	Autoriza realizar operação de crédito com o Banco Sul Brasileiro S.A até o total de Cr\$ 400.000,00.
Lei n.º 2.010	de 19.05.75	Autoriza efetuar operação de crédito com a Caixa Econômica Estadual até o valor de Cr\$ 1.500.000,00.
Lei n.º 2.036	de 17.02.76	Autoriza contrair empréstimo com a COHAB-RS, até Cr\$ 336.813,06.

Lei n.º 2.037	de 17.02.76	Autoriza realizar operação de crédito com a CINTEA no valor de Cr\$ 250.264,00.
Lei n.º 2.048	de 08.06.76	Abe crédito especial de Cr\$ 68.264,00 para amortização de empréstimo contraído com a CINTEA.
Lei n.º 2.100	de 23.06.78	Autoriza firmar convênio de adesão ao Projeto Cura e a contrair empréstimo com o BNH no valor de Cr\$ 2.350,00 UPCs.
Lei n.º 2.302	de 24.06.83	Autoriza a realização de operação de crédito com o FUNDURBANO/RS no valor de Cr\$ 15.000,00.
Lei n.º 2.559	de 24.04.89	Autoriza empréstimo de um caminhão basculante ao município de Harmonia.
Lei n.º 2.560	de 24.04.89	Autoriza empréstimo de um caminhão basculante ao município de Brochier.
Lei n.º 2.742	de 04.09.91	Autoriza o Executivo a contratar financiamento com CEF, a oferecer garantias.
Lei n.º 2.744	de 18.09.91	Autoriza o Executivo a contratar financiamento com CEF, a oferecer garantias.
Lei n.º 4.306	de 07.11.05	Autoriza o Executivo a firmar contato com instituições financeiras oficiais.

ENERGIA ELÉTRICA

Lei n.º 4.072	de 24.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 32.880,00 (aquisição de subestação elétrica compartilhada)
Lei n.º 4.893	de 16.06.08	Autoriza o Executivo excluir ações da LDO/08, incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 34.543,00 (iluminação Av. Itália)
Lei nº 4.947	de 08.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 91.937,96 (iluminação pública RST 287)
Lei nº 5.270	de 14.05.10	Acrescenta valor a alínea <i>a</i> do inciso III do art. 1.º da Lei 5.185/09 – Auxílios e Subvenções 2010 e abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (EFICA-construção de subestação de energia elétrica na Estação da Cultura)
Lei n.º 5.594	de 09.03.12	Concede incentivos à empresa ProCable Energia e Telecomunicações.

Lei n.º 5.757 de 11.04.13

Isenta a Associação Comunitária da localidade de Porto Garibaldi do pagamento das faturas de energia elétrica do ano de 2002 a 2006.

ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA DO RS

Lei n.º 3.854 de 30.12.02

Dispõe sobre o ensino da história e cultura do RS nas escolas municipais.

ENTIDADES

Lei n.º 3.788 de 02.09.02

Acrescenta o art. 1ºA à Lei nº 3.709/02, que autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais.

Lei n.º 3.870 de 24.03.03

Altera redação do art. 1º da Lei nº 3.845/02, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para exercício de 2003.

Lei n.º 3.871 de 24.03.03

Autoriza doação de material inservível a administração pública a entidades sem fins lucrativos.

Lei n.º 3.883 de 14.04.03

Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais (APAE, Lar Sagrada Família, Abrigo e Pão dos Pobres, Sociedade Beneficente Espiritualista)

Lei n.º 3.951 de 06.10.03

Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais.

Lei n.º 3.952 de 06.10.03

Altera o art. 2º da Lei nº 3.745/02, que autoriza o Executivo firmar convênio com Sociedade Pella Bethânia.

Lei n.º 4.329 de 23.11.05

Autoriza Executivo firmar convênio com entidades e abrir crédito especial no valor de R\$ 129.385,92.

Lei n.º 4.404 de 20.03.06

Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais.

Lei n.º 4.405 de 20.03.06

Ratifica convênio celebrado com Estado do RS, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais e abrir crédito especial de R\$ 22.790,00.

Lei n.º 4.446	de 05.05.06	Autoriza Executivo firmar convênio com Estado do RS, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, firmar convênio com entidades assistenciais e abrir crédito especial de R\$ 11.800,00(PEAS).
Lei n.º 4.635	de 09.04.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais – FNAS.
Lei n.º 4.636	de 09.04.07	Altera redação das alíneas "b" e "c" do art 2º da Lei 1.529/64 (faixa de domínio-estradas)
Lei nº 5.343	de 15.10.10	Firma convênio c/ entidades assistenciais (sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Lar Sagrada Família e APAE)
Lei nº 5.365	de 09.12.10	Acrescenta a alínea <i>d</i> ao inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (Assoc. Benef. Casa de Amparo Mão de Deus)
Lei n.º 5.454	de 13.06.11	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão do Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.456	de 13.06.11	Firma convênio com o Grupo Tarca de Arte Nativa de R\$ 21.000,00 (Projeto "Por um novo amanhã")
Lei n.º 5.524	de 08.11.11	Firma convênio com a ONG Amor Perfeito de R\$ 30.000,00 (projeto Novo Horizonte)
Lei n.º 5.527	de 16.11.11	Firma convênio com entidades assistenciais (APAE, Associação Lar Sagrada Família e Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres)
Lei n.º 5.597	de 09.03.12	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.651	de 02.07.12	Firma convênio com Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00
Lei n.º 5.667	de 16.07.12	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.575/11 – Plano de Auxílios e subvenções 2012 (casa de Amparo Mão de Deus)
Lei n.º 5.673	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 6.600,00 – Família Feliz)
Lei n.º 5.674	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres de R\$ 22.000,00 (Manutenção Asilo)

Lei n.º 5.675	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 46.000,00 – Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.676	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 55.400,00 – Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.801	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 40.000,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/03)
Lei n.º 5.802	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 39.340,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/04)
Lei nº 5.974	de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 84.000,00 e firma convênio com a APAE.
Lei nº 5.976	de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 5.638,00 e firma convênio com a APAE (11º Encontro de APAEs)
Lei nº 6.008	de 13.10.14	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Olé" de R\$ 60.000,00
Lei nº 6.010	de 16.10.14	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro de R\$ 80.000,00 (Carnaval 2015)
Lei nº 6.013	de 20.10.14	Altera redação do art. 1º da Lei nº 5.976/14- abre crédito especial e firma convênio APAE (11º Encontro APAEs)
Lei nº 6.017	de 27.10.14	Firma convênio com Clube de Regatas Caça e Pesca Cruzeiro do Sul para atender ao projeto (Pingue-Pongue para Todos) de R\$ 3.090,00
Lei nº 6.018	de 27.10.14	Firma convênio com o Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte – projeto "integrações Sociais em Cena" de R\$ 33.000,00
Lei n.º 6.019	de 27.10.14	Firma convênio com a Associação Montenegrina de Artistas-AMARTI para repasse de R\$ 122.000,00 – Natal Iluminado 2014
Lei n.º 6.020	de 27.10.14	Firma convênio com o Grêmio Gaúcho-projeto "Natação e Diversão", valor de R\$ 5.700,00
Lei n.º 6.021	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Cultural, Beneficente e Esportiva Santos Reis de R\$ 8.000,00 (coral)

Lei nº 6.023	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 205.000,00 ("Resgatando a Cidadania"-Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei nº 6.024	de 27.10.14	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube de R\$ 13.880,00 (cidadino de veloterra e arrancadas de motocicletas)
Lei nº 6.027	de 27.10.14	Firma convênio com a APAE de R\$ 53.000,00 (projeto "Superando desafios para a Inclusão")
Lei n.º 6.040	de 17.11.14	Concede isenção de imposto e taxas à Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus (imposto predial e taxa de esgoto e lixo)
Lei nº 6.110	de 27.04.15	Firma convênio com entidades assistenciais para o repasse de recursos do FNAS, Programa Serviço de Ação Continuada - SAC 2015.
Lei nº 6.111	de 29.04.15	Firma convênio com o Núcleo Montenegriño dos Orquidófilos.

EQUIPAMENTO TELEFÔNICO

Lei n.º 3.218	de 11.08.97	Autoriza o Executivo a receber equipamento telefônico em doação (Santos Reis).
---------------	-------------	--

ERPLASTI

Lei n.º 4.656	de 18.05.07	Autoriza o Executivo a proceder a desafetação e a concessão do uso de ruas.
---------------	-------------	---

ESCOLAS DE SAMBA

Lei nº 5.386	de 25.01.11	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de R\$ 40.000,00 (Carnaval 2011)
Lei n.º 5.569	de 30.12.11	Repassa recursos à AESM, no valor de R\$ 12.000,00, mediante Termo para cobertura de déficit do projeto "Carnaval 2011"
Lei n.º 5.893	de 05.03.14	Autoriza a firmar convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro no valor de R\$ 63.500,00
Lei nº 6.010	de 16.10.14	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro de R\$ 80.000,00 (Carnaval 2015)

ESCOLAS MUNICIPAIS

Lei n.º 2.355	de 08.09.84	Altera a denominação da Escola Municipal de Reta Grande para João Haupenthal.
Lei n.º 2.502	de 13.06.88	Altera a denominação de Escola Municipal de 1º Grau Incompleto localizada no Passo do Gil – 1º Distrito.
Lei n.º 2.643	de 12.06.90	Torna obrigatório o fornecimento de um copo de suco de laranja, duas vezes por semana, sendo substituído na entressafra por uma fruta.
Lei n.º 3.115	de 27.12.95	Autoriza adquirir uma fração de terras com 80,00 m ² (EM Reinoldo Albertin, Vapor Velho)
Lei n.º 3.136	de 03.05.96	Regulamenta o art. 178 da Lei Orgânica do Município (Eleições de Diretores).
Lei n.º 3.568	de 29.12.00	Autoriza o Executivo a firmar Convênio com o CPM da EMEF Esperança.
Lei n.º 3.802	de 30.09.02	Acrescenta o § 4º ao art. 3º da Lei nº 3.136/96, que regulamenta o art. 178 da LOM
Lei n.º 3.822	de 05.11.02	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 15.650,40 (cantinas Escolas).
Lei n.º 3.844	de 26.12.02	Autoriza o Executivo a firmar Convênio com CPM EMEF Esperança (Projeto Férias 2003).
Lei n.º 3.854	de 30.12.02	Dispõe sobre o ensino de história e cultura do RS nas Escolas Municipais.
Lei n.º 3.975	de 18.11.03	Autoriza o Executivo a incluir meta constante na LDO 2003 (melhoria na E.M.E.F. Felisberto Porfírio de Souza)
Lei n.º 3.982	de 25.11.03	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de Heitor José Muller (EMEF Belo Faustino dos Santos).
Lei n.º 3.983	de 25.11.03	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de Augusto Lucas da Motta (EMEF Militão José de Azeredo).
Lei n.º 4.002	de 29.12.03	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de José Veríssimo da Silveira Filho (EMEF Papa João XXIII).

Lei n.º 4.003	de 29.12.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 138.350,00 (ampliação e reforma da E.M.E.F. Cinco de Maio)
Lei n.º 4.009	de 30.12.03	Autoriza o Executivo excluir meta constante na LDO 2003 (exclui "Construção de muro na E.M.E.F. Pedro João Muller" e inclui "Execução de piso, contra piso e demarcação da quadra no pavilhão de esportes da E.M.E.F. Walter Belian")
Lei n.º 4.025	de 17.02.04	Altera meta constante na LDO 2004. (aquisição de equipamentos e material p/ escolas)
Lei n.º 4.027	de 25.02.04	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de Bernardino Luiz de Souza (EMEF Felizberto Porfírio de Souza).
Lei n.º 4.051	de 15.04.04	Dispõe sobre a inclusão de tema relativo aos malefícios provocados pelo uso de drogas, nas Escolas Públicas Municipais.
Lei n.º 4.071	de 24.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.200,00(aquisição e instalação de alarme na E.M.E.I. do Bairro Aeroclube).
Lei n.º 4.075	de 31.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 31.190,40. (conclusão do ginásio coberto da E.M.E.F. Pedro João Muller)
Lei n.º 4.080	de 07.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 12.000,00. (construção de banheiros na E.M.E.F. Profª Maria Josepha Alves de Oliveira)
Lei n.º 4.081	de 07.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 100.100,00. (aquisição de móveis, equipamentos e material permanente a E.M.E.F. Cinco de Maio e E.M.E.F. Prof.ª Maria Josepha Alves de Oliveira, além de cercamento desta)
Lei n.º 4.096	de 06.07.04	Autoriza o Executivo a receber em doação, um telhado para a E.M.E.F. Pedro João Müller.
Lei n.º 4.158	de 06.01.05	Cria a E.M. de Educação Infantil Dr. José Flores Cruz (B. Aeroclube).
Lei n.º 4.166	de 21.02.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (convênio com EEEF Aurélio Porto).

Lei n.º 4.171	de 15.03.05	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 2.745,00 (conclusão ginásio EMEF Pedro João Muller).
LC n.º 4.181	de 06.04.05	Cria mais 15 cargos de Auxiliar de Serviços Escolares e 45 de Assistente de Escola.
Lei n.º 4.257	de 22.08.05	Autoriza Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 3.400,00 e a incluir meta na LDO 2005 (instrumentos musicais p/Banda EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.283	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a excluir e incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 450.000,00(ampliação EMEF Cinco Maio).
Lei n.º 4.287	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 2.000,00 (porteiro eletrônico EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.291	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 230.000,00 (reforma e ampliação EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.309	de 07.11.05	Revoga a Lei nº 3.136/96, que regulamenta o art. 178 da Lei Orgânica e, a Lei n.º 3.802/02.
Lei n.º 4.437	de 26.04.06	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 31.306,00 – SMEC (aquisição bens móveis).
Lei n.º 4.438	de 26.04.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO/06 e abrir crédito especial de R\$ 180.000,00 (aquisição imóvel-creches).
Lei n.º 4.440	de 02.05.06	Autoriza o Executivo a excluir e alterar ações do PPA 2006/09 e da LDO 2006 (Creches).
Lei n.º 4.463	de 06.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 480.000,00 – ampl. EMEF Cinco de Maio.
Lei n.º 4.508	de 07.08.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com o CPM da EMEF Esperança e abrir crédito especial de R\$ 4.000,00 – FMDCA.
Lei n.º 4.534	de 25.09.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 136.456,74 (ampliação/reforma EMEF São Paulo).
Lei n.º 4.545	de 13.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 25.000,00, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007.

(reforma/ampliação e construção cobertura EMEF José Pedro Steigleder).

Lei n.º 4.546	de 13.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 8.000,00, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007 (ampliação da EMEF Felisberto Porfírio de Souza).
Lei n.º 4.566	de 21.11.06	Ratifica cedência de sala e autoriza Executivo firmar convênio com Sesi para implementar programa de alfabetização de jovens e adultos.
Lei n.º 4.578	de 12.12.06	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$33.193,01 e reabrir no exercício seguinte.
Lei n.º 4.599	de 29.12.06	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$550.000,00 e reabrir no exercício seguinte. (ampliação EMEI Gente Miúda)
Lei n.º 4.667	de 18.06.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 15.000,00 – aquisição equipamentos EMEF. Esperança (LDO – Crédito Especial)
Lei n.º 4.669	de 25.06.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir Crédito Especial de R\$ 236.305,92 (Concl. da Ampl. EMEI Dr. José Flores Cruz).
Lei nº 4.708	de 03.09.07	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 21.208,33 (ampliação sala de reciclagem da EMEF Dr. Walter Belian)
Lei n.º 4.710	de 10.09.07	Cria a Escola Municipal de Educação Infantil Profª Maria Laurinda Leindecker.
Lei nº 4.730	de 08.10.07	Autoriza o Executivo a incluir ação em Programa do PPA e na LDO 2007, abrir crédito especial de R\$ 223.890,75 (construção ginásio poliesportivo EMEF José Pedro Steigleder)
Lei nº 4.731	de 08.10.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000,00 (instalação alarmes nas EMEIs)
Lei nº 4.732	de 08.10.07	Estabelece normas p/ eleição de diretor das escolas públicas municipais.
Lei nº 4.737	de 16.10.07	Institui na Rede Municipal de Ensino, a Educação Fiscal, como tema transversal a ser inserido na Educ. Infantil e Ensino Fundamental.

Lei nº 4.746	de 22.10.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO/2007 e abrir crédito especial de R\$ 3.739,00 (Grupo Musical Esperança)
Lei nº 4.755	de 06.11.07	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 52.989,01 (EMEI Ferroviário)
Lei nº 4.762	de 23.11.07	Altera denominação da EMEF Felisberto Porfírio de Souza (Bernardino Luis de Souza)
Lei nº 4.769	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/07 e abrir créd esp de R\$19.999,52 (ampliação EMEF José P Steigleder).
Lei nº 4.772	de 07.12.07	Autoriza o Executivo a ratificar o vlr. De 13.056,00 utilizado no Progr. Bolsa de Fábr. A ser repassado à ISAEC (Sinodal), firmar convênio e abrir Créd Espec de 19.200,00.
Lei n.º 4.773	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a ISAEC, mantenedora do Colégio Sinodal Progr., do vlr de R\$ 7.306,38.
Lei nº 4.834	de 25.03.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 12.769,70 (equipamentos EMEF Esperança)
Lei nº 4.847	de 08.04.08	Autoriza o Executivo a alterar a denominação da EMEI do Bairro Ferroviário p/ EMEI Adenillo Edgar Rübenich-"Tio Riba".
Lei nº 4.854	de 14.04.08	Autoriza Poder Executivo firmar convênio com Estado do RS visando ajustamento das matrículas Educação Infantil
Lei nº 4.891	de 09.06.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO/08 abrir crédito especial de R\$ 24.304,10 (ampliação EMEF Bello Faustino dos Santos)
Lei nº 4.895	de 16.06.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 52.500,00 (equipamentos escolas educação infantil)
Lei nº 4.897	de 16.06.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 17.352,88 (equipamentos escolas educação infantil)
Lei nº 4.923	de 28.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 217.010,72 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei nº 4.931	de 04.08.08	Altera art. 2º da Lei nº 4.923/08, que autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 217.010,72 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)

Lei nº 4.953	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 150.919,59 e ratificar contrato de repasses Ministério do Esporte (ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 4.956	de 29.09.08	Autoriza Executivo Municipal a firmar convênio de cooperação com o Colégio Científico de Montenegro. (faculdade interativa junto a EMEF José Pedro Steigleder)
Lei nº 4.968	de 20.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 11.207,00 (instrumentos musicais EMEF Esperança)
Lei nº 4.971	de 28.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 37.399,53 (equipamentos p/ cozinhas escolas municipais e estaduais)
Lei nº 4.972	de 03.11.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 15.010,00 (equipamentos e instalação de alarmes nas escolas)
Lei nº 4.997	de 15.12.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 672,77 (material p/ EJA)
Lei nº 4.998	de 15.12.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 77.352,20 (termo aditivo EMEI Gente Miúda)
Lei nº 5.012	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (execução de piso na EMEF Adolfo Schüller)
Lei nº 5.029	de 02.02.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2009 e abrir crédito especial no valor de R\$ 108.333,33 (conclusão ginásio EMEF José Pedro Steigleder)
Lei nº 5.051	de 30.03.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 11.682,54 (devolução saldo emenda p/ aquisição equip. escolas)
Lei n.º 5.074	de 18.05.09	Inclui ação LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 16.753,59 (equip. p/ EMEIs)
Lei n.º 5.084	de 25.05.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 17.948,46 (cercamento da EMEF Militão José de Azeredo em Serra velha e ressarcimento da reforma EMEF Carlos Frederico Schubert, em Alfama)

Lei n.º 5.107	de 14.07.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 4.000,00 (alarme nas EMEIs Adenilo E. Rübenich e Esperança)
Lei n.º 5.126	de 10.08.09	Altera classificação orçamentária constante do art. 2.º da Lei 5.107/09, que autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/09 e abre crédito especial no valor de R\$ 4.000,00 (alarmes EMEIs)
Lei n.º 5.144	de 08.09.09	Abre crédito especial de R\$ 6.618,67 (ampliação de salas de aula e fechamento do Ginásio de Esportes da EMEF Pedro João Müller)
Lei n.º 5.138	de 31.08.09	Abre crédito especial de R\$ 3.148,96 (EMEI Adenillo Edgar Rübenich – Tio Riba)
Lei n.º 5.158	de 06.10.09	Acrescenta alínea c ao inciso III do art. 1.º da Lei 4980/08 - Auxílios e Subvenções 2009 (Grupo de dança Estrela Gaudéria-EMEF Etelvino de Araújo Cruz)
Lei nº 5.181	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 5.061,60 (material de consumo p/ EMEFs)
Lei nº 5.182	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 10.109,86 (devolução saldo construção Ginásio Poliesportivo EMEF José Pedro Steigleder)
Lei nº 5.203	de 14.12.09	Abre crédito especial no valor de R\$ 5.771,61 (Devolução saldo convênio – ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei nº 5.252	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 59.500,00 (reforma de escolas municipais-emenda de desastres naturais: Cinco de Maio, Dr. Walter Belian, José P. Steigleder e Adolfo Schüller)
Lei nº 5.253	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 18.117,95 (substituição cobertura ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 5.264	de 10.05.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial R\$ 49.814,15 (cercamento da EMEI Dr. José Flores da Cruz)
Lei nº 5.272	de 14.05.10	Abre crédito especial de R\$ 9.593,70 (devolução saldo convênio – aquisição de diversos equipamentos p/ educação infantil)
Lei nº 5.276	de 10.06.10	Exclui e inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 20.000,00 (ampliação EMEI Santo Antônio)
Lei nº 5.279	de 14.06.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 182.739,83 (ampliação e reforma da EMEF Adolfo Schüller).

Lei nº 5.294	de 20.07.10	Recebe imóvel em doação de Militão Azeredo da Motta (EMEF Carolina A. Brochier Kochemborger)
Lei nº 5.330	de 28.09.10	Abre crédito especial de R\$ 750,40 (devolução sobre de recursos EMEF Dr. Walter Belian)
Lei n.º 5.413	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 316.000,00 (conclusão obras escolas)
Lei n.º 5.522	de 08.11.11	Dispõe sobre o desenvolvimento de política antibullying por instituições de ensino e de educação infantil pública municipal ou privada, com ou sem fins lucrativos.
Lei n.º 5.528	de 16.11.11	Exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 1.329.810,17 (construção de EMEI Bairro Estação)
Lei n.º 5.617	de 13.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (conclusão de obras 2011 – Recurso MDE – Melhorias nos espaços físicos das escolas)
Lei n.º 5.665	de 06.07.12	Firma convênio com o CPM da EMEF Etelvino de Araújo Cruz de R\$ 10.000,00 (Grupo de Danças)
Lei n.º 5.696	de 11.09.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 150.000,00 (ampliação da EMEF Esperança).
Lei n.º 5.703	de 02.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 24.638,06 (reforma da EMEF Etelvino de Araújo Cruz).
Lei n.º 5.715	de 26.10.12	Cria o Programa de Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à alimentação escolar no âmbito do Município de Montenegro (aquisição diretamente da agricultura familiar).
Lei n.º 5.723	de 07.12.12	Abre crédito especial de R\$ 131.776,74 (FNDE/Bolsa Família – Material de Consumo).
Lei n.º 5.740	de 21.01.13	Denomina de EMEI EMMA RAMOS DE MORAES a Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Estação.
Lei n.º 5.768	de 19.04.13	Altera a afetação de imóvel público, de bem de uso comum para bem de uso especial (EMEF Henrique Pedro Zimmermann)
Lei n.º 5.785	de 17.06.13	Autoriza o Executivo Municipal a excepcionar a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635 de 1990, para prorrogar os contratos temporários dos profissionais da educação. (prorrogar os contratos dos profissionais da Educação)

Lei n.º 5.787	de 28.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 260.260,83. (Ampliação da EMEF Esperança).
Lei n.º 5.803	de 19.08.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 30.901,21 (cercamento EMEI Bairro Estação)
Lei n.º 5.805	de 19.08.13	Inclui programas e ações na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 11.000,00 (instalação de alarmes EMEI Bairro Estação, Biblioteca Pública e Teatro Roberto A. Cardona)
Lei n.º 5.833	de 27.09.13	Inclui ações no Plano Plurianual PPA 2014 – 2017. (Fibra ótica para secretarias e videomonitoramento; reestruturação sala datacenter; Sistema telefonia IP – VOIP; ampliação quadro de pessoal; Assessoria tributária; Bolsa Família; Aquisição de equipamentos de informática – SMEC; Aquisição de implementos agrícolas; Transcitrus; Legalização área e reforma EMEF Adolfo Schüller; Incentivos; Pavimentação pista de caminhada do Parque Centenário)
Lei n.º 5.842	de 14.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 32.908,30. (ampliação da Etelvino de Araújo Cruz)
Lei n.º 5.844	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 376.835,74. (reforma e ampliação de escolas municipais)
Lei n.º 5.859	de 26.11.13	Abre crédito especial no valor de R\$ 43.800,00 (Merenda escolar – PEAE).
Lei nº 5.968	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 1.016.016,36 (construção de EMEF no bairro Estação).
Lei nº 5.971	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 801.483,29 (construção de Escola Municipal de Educação Infantil no bairro Centenário).
Lei nº 5.972	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 180.290,45 (cobertura da quadra esportiva da Escola Pedro João Müller).
Lei nº 5.993	de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 16.690,03 (aditivo reforma EMEI Adenilo Edgar Rübénich)
Lei n.º 6.007	de 13.10.14	Inclui ação/projeto no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 1.010.120,25 (construção EMEF no bairro Senai)

Lei n.º 6.039	de 17.11.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 29.389,03 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübénich)
Lei n.º 6.043	de 02.12.14	Altera a denominação da escola Municipal de Ensino Fundamental Campo do Meio (EMEF Profª Mafalda Padilha)
Lei nº 6.061	de 30.12.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 6.952,05 (conclusão obra EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 6.072	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e autoriza o abre crédito especial no valor de R\$ 1.016.016,36 (construção EMEF Bairro Estação).
Lei nº 6.073	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 38.873,62 (EMEF Bello Faustino dos Santos).
Lei nº 6.078	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 354.315,58 (manutenção EMEI Emma Ramos de Moraes).
Lei nº 6.079	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 116.041,88 (reforma EMEI Santo Antônio).
Lei n.º 6.099	de 06.04.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 801.483,29 (construção de EMEI no Bairro Centenário).
LC nº 6.116	de 21.05.15	Cria cargos de Assistente de Escola no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 6.117	de 21.05.15	Cria cargos de Professor Área I e Área II no Quadro do Magistério, instituído pela LC n.º 3.943/03.
Lei n.º 6.131	de 23.06.15	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (Educação Infantil em turno integral).
Lei n.º 6.132	de 23.06.15	Aprova o Plano Municipal de Educação – PME.
Lei n.º 6.195	de 03.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 35.262,20 (Aditivo Construção EMEF Bairro Estação Recurso – MDE).
Lei n.º 6.198	de 10.08.15	Exclui ação da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 (exclui: reforma da quadra externa do bairro São Pedro – inclui: cercamento EMEF Carolina Augusta Kochemborger).

Lei n.º 6.199	de 10.08.15	Exclui ações da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (exclui: construção de ginásio poliesportivo na localidade de Fortaleza; reforma do prédio da extinta EEEF Anita Machado Rosa – inclui: reforma EMEI Gente Miúda).
Lei n.º 6.213	De 14.09.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 9.293,96 (Construção da EMEF no Bairro Senai).

ESCOLAS ESTADUAIS

Lei nº 5.008	de 29.12.08	Firma convênio com o COM da EEEF Adelaide Sá Brito, no valor de R\$ 5.000,00 (melhorias nas dependências p/ realização de práticas esportivas e de lazer)
Lei nº 5.169	de 26.10.08	Efetua pagamento de custo de inscrição de projeto científico, despesas de transporte, alimentação, impressão e encadernação do relatório final, elaboração de painéis relativo ao tema, material de divulgação e identificação das alunas e coordenador através do C.P.M. da E.T. São João Batista
Lei nº 5.209	de 18.12.09	Acrescenta o art. 2ºA e altera a redação do art. 3º, da Lei nº 5.169/09 (Projeto Jambolão – E.T.São João Batista)
Lei n.º 5.307	de 09.08.10	Abre crédito especial de R\$ 198,98 (devolução de saldo convênio-ProJovem Urbano)
Lei n.º 5.342	de 15.10.10	Abre crédito especial de R\$ 4.000,00 (oficina de violão e banda marcial- CPM EEEF Adelaide Sá Brito)
Lei n.º 5.522	de 08.11.11	Dispõe sobre o desenvolvimento de política antibullying por instituições de ensino e de educação infantil pública municipal ou privada, com ou sem fins lucrativos.
Lei n.º 5.973	de 26.08.14	Firma concessão de uso de bem público com a Escola Estadual Técnica São João Batista.
Lei nº 6.028	de 27.10.14	Firma convênio com CPM da Escola Técnica São João Batista para realização da 18ª Expotec, valor de R\$ 9.000,00

ESCOTEIROS

Lei n.º 2.564 de 22.05.89 Autoriza o Executivo a firmar contrato de concessão de uso com o Grupo de Escoteiros Acácia Negra.

ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS

Lei nº 5.143 de 08.09.09 Regras p/ recolhimento ISSQN em valor fixo p/ escritórios contábeis enquadrados no Simples Nacional

ESPAÇOS PÚBLICOS

Lei n.º 3.101 de 29.11.95 Autoriza o Executivo ceder o uso de espaços públicos para a fixação de propaganda.

Lei n.º 3.687 de 11.12.01 Dispõe sobre os serviços de infra-estrutura que utilizam o solo e o subsolo de propriedade municipal, autoriza a cobrar pela utilização e pela passagem dos dutos no bem público e dá outras providências.

Lei n.º 3.905 de 23.06.03 Autoriza o Executivo a incluir metas na LDO 2003 (obras em escolas municipais).

Lei n.º 4.420 de 31.03.06 Denomina Nice Antonieta Schüler o Museu Histórico Municipal de Montenegro.

Lei n.º 4.421 de 31.03.06 Denomina Maria Eunice Müller Kautzmann o Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro

Lei n.º 5.817 de 09.09.13 Denomina de Espaço Cultural André Zanatta o hall de entrada da Câmara Municipal de Vereadores.

Lei nº 5.994 de 17.09.14 Autoriza a utilização de espaços públicos para a instalação gratuita de rede de internet sem fio no Município.

ESPORTE

Lei n.º 788 de 16.08.55 Autoriza o Executivo a conceder, a título precário e mediante contrato, ao Clube Atlético Grajaú, a utilização de um imóvel.

Lei n.º 4.653 de 14.05.07 Institui Programa Mun. De Desporto e autoriza o Executivo a abrir crédito especial no vlr. de R\$ 15.000,00.

Lei n.º 4.663	de 04.06.07	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 9º da Lei nº 4.653/07, Programa Municipal do Desporto e autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.000,00. (Programa Municipal de Desporto)
Lei nº 4.709	de 03.09.07	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.640,00 (incentivo a práticas desportivas).
Lei nº 4.726	de 02.10.07	Autoriza Executivo firmar convênio com atleta Paulo Ricardo Araújo, no valor de R\$ 760,00.
Lei nº 4.782	de 21.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol no valor de R\$ 5.300,00.
Lei nº 4.851	de 14.04.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 4.500,00
Lei nº 4.894	de 16.06.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a Associação Comunitária da Vila Jô, no valor de R\$ 1.710,00 (projeto Vila Jô com a Bola Toda)
Lei nº 4.896	de 16.06.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol, no valor de R\$ 45.000,00 (Camp. Munic. 2008)
Lei nº 4.953	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 150.919,59 e ratificar contrato de repasses Ministério do Esporte (ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 5.045	de 24.03.09	Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol (Campeonato Futebol Sete da Rua Nova)
Lei nº 5.055	de 08.04.09	Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol no valor de R\$ 6.800,00 (Campeonato Municipal de Futebol de Areia)
Lei n.º 5.068	de 20.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Lia Montenegrina de Futebol no valor R\$ 50.000,00 (Campeonato Munic. de Futebol Campo 2009)
Lei n.º 5.069	de 20.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 3.000,00 (Projeto Genoma Colorado)
Lei n.º 5.120	de 03.08.09	Firma convênio com a Associação Esportiva, Recreativa e Eventos Garotos do Canhoto, R\$ 4.880,00 (escolinha de futebol)

Lei n.º 5.142	de 31.08.09	Firma convênio com o Clube Riograndense de R\$ 12.000,00 (Gauchão 2009)
Lei n.º 5.159	de 06.10.09	Autoriza o Executivo firmar convênio com o MAC-Montenegro Automóvel Clube R\$ 2.100,00 (Camp. Regional MotoCross e Citadino de arrancada de motocicleta)
Lei n.º 5.160	de 06.10.09	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Centro esportivo Cruzeiroinho R\$ 5.200,00 (Camp. Futebol Sete)
Lei nº 5.238	de 08.03.10	Ratifica Termos de Cooperação para participação de equipes montenegrinas no Campeonato de Futebol de Areia Bolamar 2010 e abre crédito especial de R\$ 9.300,00.
Lei n.º 5.266	de 10.05.10	Firma convênio c/ a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 50.000,00 (Campeonato Municipal de Futebol 2010)
Lei n.º 5.268	de 10.05.10	Firma convênio c/ a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 3.500,00 (Campeonato Futebol Sete de Rua Nova 2010)
Lei n.º 5.282	de 21.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube do Comércio de R\$ 7.000,00 (Campeonato Estadual de Bolão)
Lei n.º 5.284	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube Riograndense de R\$ 21.300,00 (Campeonato Estadual de Futebol)
Lei n.º 5.285	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Centro Esportivo Cruzeiroinho de R\$ 3.500,00 (Campeonato de Futebol Sete de Costa da Serra)
Lei n.º 5.286	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 4.000,00
Lei n.º 5.311	de 13.08.10	Firma convênio com o Clube Riograndense de R\$ 3.000,00 (Campeonato Estadual de Futebol-Gauchão Master)
Lei n.º 5.396	de 09.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 171.658,01(reforma no ginásio Domingos dos Santos)
Lei nº 5.408	de 28.03.11	Recebe, em doação, imóvel da Sociedade Cultural Cruzeiro do Sul. (construção de quadra esportiva coberta)

Lei n.º 5.426	de 06.05.11	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 5.408/11, que autoriza o Executivo Municipal a receber, em doação, imóvel da Sociedade Cultural Cruzeiro do Sul (construção de quadra esportiva coberta)
Lei n.º 5.448	de 13.06.11	Firma convênio com o Clube Riograndense no valor de R\$ 40.000,00 (projeto FERA)
Lei n.º 5.449	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 50.000,00 (Camp. Munic. De Futebol de Campo 2011)
Lei n.º 5.450	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 6.600,00 (Camp. Munic. De Futsal)
Lei n.º 5.451	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 4.500,00 (Camp. Munic. De Futebol Sete de Rua Nova 2011)
Lei n.º 5.549	de 19.12.11	Firma convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 3.500,00 (Projeto "Bolão, um esporte a ser Divulgado")
Lei n.º 5.558	de 26.12.11	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 20.000,00 (Projeto "Olé")
Lei n.º 5.641	de 12.06.12	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 4.000,00.
Lei n.º 5.686	de 10.08.12	Firma convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 40.000,00.
Lei n.º 5.694	de 27.08.12	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, um esporte a ser divulgado e renovado", no valor de R\$ 8.500,00
Lei n.º 5.714	de 22.10.12	Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)
Lei n.º 5.732	de 21.12.12	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Olé", no valor de R\$ 50.000,00 (reforma da infraestrutura do clube).

Lei n.º 5.744	de 13.02.13	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Férias na Piscina" no valor de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.769	de 19.04.13	Abre crédito especial de R\$ 111.660,66 (devolução contrato construção ginásio bairro Ferroviário)
Lei n.º 5.790	de 1º.07.13	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 31.250,00.
Lei n.º 5.791	de 1º.07.13	Firma convênio com a Federação Gaúcha de Karate para atender ao projeto "Karate Além do Esporte", valor de R\$ 18.200,00.
Lei n.º 5.853	de 11.11.13	Abre crédito Especial no valor de R\$ 9.561,36 (Projeto Taça 140 anos – FUNDERGS)
Lei n.º 5.855	de 26.11.13	Firma Convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.500,00.
Lei n.º 5.857	de 26.11.13	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 16.500,00.
Lei n.º 5.905	de 31.03.14	Firma convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.752,00.
Lei n.º 5.906	de 31.03.14	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, nossa luta é conservar e manter esse esporte", no valor de R\$ 15.000,00.
Lei nº 5.907	de 31.03.14	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto Lifuga, no valor de R\$ 8.647,00.
Lei n.º 5.947	de 14.07.14	Autoriza a firmar convênio com a Federação Gaúcha de Karate para atender ao projeto Karate Além do esporte, valor de 43.986,00.
Lei nº 5.958	de 18.08.14	Inclui ação da LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 431.839,25 (construção do Espaço Multiuso Comunitário da Serra Velha).
Lei n.º 5.963	de 18.08.14	Firma convênio com a Associação Esportiva, Recreativa e Eventos Garotos do canhoto, no valor de 5.700,00 (projeto Apoio a Formação de Atletas e Cidadãos).
Lei nº 6.008	de 13.10.14	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Olé" de R\$ 60.000,00

Lei nº 6.017	de 27.10.14	Firma convênio com Clube de Regatas Caça e Pesca Cruzeiro do Sul para atender ao projeto (Pingue-Pongue para Todos) de R\$ 3.090,00
Lei nº 6.022	de 27.10.14	Firma convênio com A Liga Montenegrina de Futebol Sete de R\$ 7.449,25 (campeonato entre vilas)
Lei nº 6.024	de 27.10.14	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube de R\$ 13.880,00 (citadino de veloterra e arrancadas de motocicletas).
Lei nº 6.081	de 02.03.15	Firma convênio com Adriano Luis de Souza no valor de R\$ 6.663,80 (projeto "Montenegro representada em campeonato mundial de Muay Thai").
Lei n.º 6.135	de 29.06.15	Firma convênio com a Federação Gaúcha de Karatê para atender ao projeto "Além do Esporte", valor de R\$ 25.900,00.

ESQUINA DEMOCRÁTICA

Lei n.º 2.488	de 23.11.87	Denomina Esquina Democrática (Esquina Ruas Olavo Bilac e Ramiro Barcelos).
---------------	-------------	--

ESTAÇÃO DA CULTURA

Lei n.º 3.839	de 13. 12.02	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Entidade de Filantropia, Cultura e Arte – EFICA.
Lei n.º 4.560	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a ratificar Termo de Compromisso Histórico, firmar convênio com Efica e abrir crédito especial de R\$ 200.000,00 (Projeto Estação).
Lei nº 4.838	de 31.03.08	Autoriza Executivo ratificar titularidade a firmar convênio com a EFICA (Estação da Cultura)
Lei n.º 4.882	de 26.05.08	Aut.Exec. a abrir créd espec de R\$ 50.000,00-SMEC-Paisagismo da Estação da Cultura
Lei n.º 4.883	de 26.05.08	Acresc. alínea c ao inc. IV do art. 1.º da L 4788/07, que estabelece o Plano de Aux. e Subv. p/o Exerc. de 2008- Paisagismo da Estação da Cultura-EFICA.

Lei nº 5.022	de 20.01.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 200.000,00 (Estação Cultural)
Lei n.º 5.136	de 31.08.09	Concede incentivo à empresa R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda (Estação Turismo).
Lei nº 5.200	de 14.12.09	Altera valores das ações da LDO 2010 (Tratamento Paisagístico da Estação)
Lei nº 5.270	de 14.05.10	Acrescenta valor a alínea <i>a</i> do inciso III do art. 1.º da Lei 5.185/09 – Auxílios e Subvenções 2010 e abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (EFICA-construção de subestação de energia elétrica na Estação da Cultura)
Lei nº 5.289	de 28.06.10	Acrescenta o valor de R\$ 25.000,00 à alínea <i>a-EFICA</i> do inciso III do art. 1.º da Lei 5.185/09 – Auxílios e Subvenções 2010 (tratamento paisagístico na Estação da Cultura)
Lei nº 5.648	de 28.06.12	Denomina de LYLIAN RUTH SCHOELLKOPF a sala 06 (seis) do Prédio da Estação da Cultura.
Lei n.º 5.666	de 06.07.12	Firma convênio com R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda. de R\$ 5.000,00 (Resgate Histórico do Cais de Montenegro)
Lei n.º 5.685	de 06.08.12	Denomina Largo dos Ferroviários o espaço do paisagismo da Estação da Cultura.
Lei n.º 5.921	de 06.05.14	Autoriza o Executivo Municipal a ratificar titularidade e a firmar convênio com a EFICA (Projeto Estação da Cultura de Montenegro).

ESTAÇÃO FÉRREA

Lei n.º 4.001	de 29.12.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 41.672,50. (recuperação do telhado da Antiga Estação Férrea)
Lei n.º 4.199	de 03.05.05	Altera art. 1º Lei 2.887/92, de denomina os logradouros públicos que menciona (Rua João Wohlgemuth).
Lei n.º 4.688	de 30.07.07	Acrescenta a alínea <i>g</i> ao inc IV do art 1º da L 4579/06, que estabelece o Plano de Aux e Subv p/ 2007 (paisagismo na Estação Ferroviária).
Lei n.º 5.685	de 06.08.12	Denomina Largo dos Ferroviários o espaço do paisagismo da Estação da Cultura.

ESTAÇÃO TURISMO

Lei n.º 5.136	de 31.08.09	Concede incentivo à empresa R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda (Estação Turismo).
Lei n.º 5.545	de 19.12.11	Concede incentivo à empresa R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda., "Estação Turismo" (Prédio Bar da Usina – implantação de Assessoria Técnica de Turismo, Promoção e Captação de Eventos e Turismo)
Lei n.º 5.666	de 06.07.12	Firma convênio com R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda. de R\$ 5.000,00 (Resgate Histórico do Cais de Montenegro)

ESTACIONAMENTO

Lei n.º 2.590	de 15.08.89	Institui o Estacionamento Rotativo Pago.
Lei n.º 3.033	de 28.12.94	Faculta o estacionamento temporário e rotativo de veículos defronte às farmácias e drogas.
Lei n.º 3.177	de 27.02.97	Faculta o estacionamento temporário e rotativo de veículos defronte aos bancos e Caixas Econômicas.
Lei n.º 3.329	de 05.10.98	Institui o Estacionamento Rotativo Pago.
Lei n.º 3.418	de 26.07.99	Altera redação dos artigos 7º e 15 da Lei nº 3.329/98.
Lei n.º 3.532	de 28.07.00	Acrescenta parágrafo único ao art. 9º da Lei 3.329/98.
Lei n.º 6.048	de 05.12.14	Procede concessão para exploração dos serviços de gestão, controle e arrecadação de tarifas do sistema de Estacionamento Rotativo Pago no Município.

ESTÁGIO DE ESTUDANTES

Lei n.º 3.488	de 01.03.00	Dispõe sobre estágio de estudantes em órgãos da Administração Municipal.
Lei n.º 3.776	de 30.07.02	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.200,00.
Lei n.º 4.041	de 19.03.04	Altera redação do art. 4.º Lei n.º 3.488/00.

Lei n.º 4.447	de 09.05.06	Dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal.
Lei n.º 4.880	de 23.05.08	Dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal e revoga a Lei 4447/06.
Lei n.º 5.047	de 24.03.09	Dispõe sobre o programa de estágios do Município.
Lei n.º 5.052	de 30.03.09	Dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal e revoga Lei n.º 4.880/08
Lei n.º 5.229	de 18.02.10	Firma convênio c/ TJRS p/ cedência de 2 estagiários
Lei n.º 5.274	de 10.06.10	Firma convênio c/ a Defensoria Pública do RS p/ cedência de 02 estagiários
Lei n.º 5.432	de 17.05.11	Altera a redação do § 2º do art. 6º da Lei n.º 5.047/09, que dispõe sobre o programa de estágios do Município.
Lei n.º 5.601	de 20.03.12	Altera a redação do § 1.º e do <i>caput</i> do art. 4.º da Lei n.º 5.052/09, que dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal.
Lei n.º 5.621	de 25.04.12	Altera a redação do inciso I do art. 5.º da Lei n.º 5.052/09, que dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal.
Lei n.º 5.720	de 20.11.12	Firma convênio com a Justiça Federal de Primeiro Grau-Seção Judiciária do RS para a locação de espaço físico e cedência de dois estagiários.

ESTATUTO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO CIVIL

Lei n.º 1.004	de 22.07.57	Estatuto do Funcionário Público Civil do Município.
Lei n.º 1.814	de 08.07.69	Estatuto do Servidor do Município de Montenegro.

ESTRADAS

Lei n.º 977	de 31.12.56	Dispõe sobre a abertura e fechamento de estradas, corredores e caminhos, por particulares.
-------------	-------------	--

Lei n.º 1.529	de 05.05.64	Traça normas sobre a faixa de domínio do município nas estradas públicas, etc.
Lei n.º 2.872	de 26.10.92	Denomina diversas ruas, travessas, passarelas e estradas.
Lei n.º 2.959	de 06.12.93	Denomina Estrada Reynaldo Hörlle um logradouro público.
Lei n.º 3.018	de 23.11.94	Altera a denominação da "Estrada das Laranjeiras" para Estrada Selma Wallauer.
Lei n.º 3.098	de 17.11.95	Denomina Estrada Décio Saticq Daudt um logradouro público.
Lei n.º 3.129	de 27.03.96	Denomina estrada Marcírio de Souza Carpes.
Lei n.º 3.496	de 28.03.00	Denomina Rui Ataíde Pereira de Vargas "Tangará" o logradouro público conhecido como Passo do Manduca.
Lei n.º 3.566	de 29.12.00	Altera denominação de "Estrada das Américas" para "Estrada Cylon Rosa".
Lei n.º 3.623	de 17.07.01	Denomina Estrada Antônio Carlos Fernandes Rosa – "Dr. Niquinho" um logradouro público.
Lei n.º 4.129	de 13.10.04	Denomina Estrada Martins Souza Vigel um logradouro público.
Lei n.º 4.133	de 29.10.04	Denomina Estrada Municipal José Mendes Moreira Guedes um logradouro público.
Lei n.º 4.160	de 18.01.05	Denomina Estrada Gasparino Garcia da Motta um logradouro público.
Lei n.º 4.191	de 19.04.05	Denomina Estrada Antônio Viríssimo da Silveira um logradouro público.
Lei n.º 4.205	de 13.05.05	Denomina Estrada João XXIII um logradouro público.
Lei n.º 4.206	de 13.05.05	Denomina Estrada Euli Santos de Azeredo – "Guila" um logradouro público.
Lei n.º 4.237	de 12.07.05	Denomina Estrada Dionísio Arlindo Chassot, um logradouro público, em Faxinal.
Lei n.º 4.366	de 30.12.05	Denomina Estrada Pedro Alwis Schenkel um logradouro público.
Lei n.º 4.382	de 13.01.06	Denomina Estrada Getúlio Vargas um logradouro público.

Lei n.º 4.389	de 20.01.06	Denomina Estrada Estação Fortaleza um logradouro público. (RS 287-Itacolomi até Fortaleza)
Lei n.º 4.410	de 21.03.06	Altera ementa e a redação do art. 1º da Lei 4.382/06, que denomina Estrada Getúlio Vargas um logradouro público.
Lei n.º 4.411	de 21.03.06	Denomina Estrada Fridbert Arno Reinheimer um logradouro público (Campo do Meio).
Lei n.º 4.494	de 14.07.06	Denomina Estrada da Divisa um logradouro público (Fortaleza).
Lei n.º 4.548	de 23.10.06	Denomina Estrada Augusto Afonso Haas um logradouro público (Santos Reis-Vapor Velho).
Lei n.º 4.636	de 09.04.07	Altera redação das alíneas "b" e "c" do art. 2º da Lei n.º 1.529/64 – traça normas faixa de domínio nas estradas públicas.
Lei n.º 4.677	de 13.07.07	Denomina Estrada Homero Martins da Motta um logradouro público. (Sobrado Baixo a Bom Jardim)
Lei nº 4.734	de 09.10.07	Denomina Estrada Adherbal Sactiq Daudt um logradouro público. (Pesqueiro/Potreiro Gr.)
Lei nº 4.801	de 28.12.07	Denomina Estrada Nossa Senhora Aparecida um logradouro público. (Faxinal)
Lei nº 4.805	de 14.01.08	Denomina Estrada Otílio Garcia de Mattos um logradouro público. (Serra Velha a Sobrado)
Lei nº 4.848	de 11.04.08	Denomina Estrada Pedro de Souza um logradouro público. (Serra Velha a Brochier)
Lei nº 4.849	de 11.04.08	Denomina Estrada Teófilo José de Azeredo um logradouro público (Sobrado a Brochier-Batinga Sul)
Lei nº 4.887	de 05.06.08	Denomina Estrada Cylon Motta de Azeredo um logradouro público. (RS 287 a Sobrado e Costa da Serra)
Lei nº 4.902	de 20.06.08	Denomina Estrada Quinto Maffacioli um logradouro público. (Santos Reis até Arroio Maratá)
Lei nº 5.018	de 05.01.09	Denomina Estrada Bárbara Genoveva Kraemer um logradouro público.(Linha Catarina-Alfama)

Lei n.º 5.170	de 27.10.09	Denomina Estrada Arnaldo Osmar Pilger um logradouro público (Itacolomi-Muda Boi).
Lei n.º 5.458	de 15.06.11	Denomina Estrada Selia Kunz Maurer um logradouro público
Lei n.º 5.514	de 14.10.11	Denomina Estrada PEDREIRA VELHA um logradouro público
Lei n.º 5.630	de 24.05.12	Denomina Estrada Oscar Walter Appel um logradouro público.
Lei n.º 5.642	de 14.06.12	Denomina Estrada Cafundó um logradouro público.
Lei n.º 5.690	de 27.08.12	Abre crédito especial de R\$ 343.100,00 (conclusão obras Estrada Reynaldo Hörlle).
Lei n.º 5.719	de 20.11.12	Recebe, em doação, uma área de terras de Egon Eugênio Hörlle (leito da Estrada Reynaldo Hörlle).
Lei n.º 6.009	de 13.10.14	Denomina Estrada dos Oliveiras um logradouro público.
Lei n.º 6.031	de 03.11.14	Denomina Estrada Irmãos Esswein um logradouro público.
Lei n.º 6.066	de 12.01.15	Denomina de Estrada Herbert Possel um logradouro público.
Lei n.º 6.152	de 17.07.15	Denomina "Estrada KEDE NORMA AUGUSTIN" um logradouro público.
Lei n.º 6.204	De 24.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 250.712,48 (terraplanagem, drenagem e pavimentação Estrada Mario Garcia Machado).

ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

Lei nº 5.239	de 08.03.10	Contrata, temporária e administrativamente, vários profissionais para atendimento à Estratégia de Saúde da Família-ESF (postos de saúde de Santos Reis, Muda Boi e bairro Esperança)
Lei nº 5.244	de 22.03.10	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.

Lei nº 5.288	de 28.06.10	Inclui ação no LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 2.500,00 (cercamento do PSF1 – Germano Henke).
Lei nº 5.370	de 20.12.10	Abre crédito especial de R\$ 53.066,55 (devolução recursos – PSF Santos Reis)
Lei n.º 5.381	de 30.12.10	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2.635/90 e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde ESF e Dengue.
Lei n.º 5.461	de 20.06.11	Autoriza a convocação de profissionais para atendimento na ESF/PACS.
Lei n.º 5.463	de 20.06.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam na ESF, PACS e Combate à Dengue.
Lei n.º 5.464	de 20.06.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde da SMS.
Lei n.º 5.574	de 30.12.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga, em caráter excepcional, o contrato temporário e administrativo, em vigor, do profissional Médico que atua na SMS/ESF
Lei n.º 5.614	de 10.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 340.160,00 (construção ESF Santo Antônio)
Lei n.º 5.656	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Auxiliar de Consultório Dentário para atuar na SMS/ESF 2 Esperança.
Lei n.º 5.658	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Enfermeiro para atuar na SMS/ESF 2 Esperança.
Lei n.º 5.758	de 11.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Enfermeiro (p/ atuarem na SMS/ESF1 Germano Henke).
Lei n.º 5.809	de 19.08.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 99.890,00 (equipamentos Posto Timbaúva)
Lei n.º 6.069	de 13.02.15	Concede abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à equipe da Estratégia de Saúde da Família – ESF.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA

Lei n.º 2.634	de 04.05.90	Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 2.974	de 11.01.94	Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 3.360	de 28.12.98	Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 3.768	de 19.07.02	Altera a Lei nº 3.360/98 (Cadastro Imobiliário – DPU).
Lei n.º 3.786	de 26.08.02	Altera a redação art. 1º Lei 3.768/98 (depto. Pesquisa e Urbanismo).
Lei n.º 3.858	de 14.01.03	Inclui a Unidade do Sistema de Controle Interno na Estrutura Administrativa.
Lei n.º 4.340	de 12.12.05	Acrescenta o item 6 ao art. 4º Lei 3.360/98, reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.(Comissão Permanente de Sindicância)
Lei n.º 4.349	de 19.12.05	Inclui a Seção de Atendimento à Criança e ao Adolescente no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 3.360/98.
Lei nº 4.824	de 03.03.08	Cria Seção de Coordenação do Centro de Referência em Assistência Social e extingue a Seção de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Depto. de Assistência Social, Lei nº 3.360/98.
Lei nº 4.907	de 14.07.08	Aut. o Exec. a alterar a redação do art. 2.º da LC 3649/01, que cria 01 cargo de Chefe de Serviço de Informática – CC/FG 06 e extingue o cargo de Chefe de Serviço de Atendimento Laboratorial – na SMSAS.
Lei nº 4.908	de 14.07.08	Aut. Exec. a transferir o cargo de Chefe de Serviço de Informática – CC/FG 06 da SMSAS p/ a SMAP, L n.º 3360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 5.115	de 27.07.09	Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.

Lei nº 5.866	de 30.12.13	Acrescenta o inciso V ao art 4º da Lei n.º 5.115, de 2009. Que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal. (Coordenadoria da Defesa Civil)
Lei nº 5.872	de 30.12.13	Altera a Lei n.º 5.115, de 2009, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal

ESTUDANTES

Lei n.º 2.676	de 05.10.90	Autoriza o Executivo a dar concessões a empresas de transporte coletivo do Município.
Lei n.º 3.488	de 01.03.00	Dispõe sobre o estágio de estudantes em órgãos da Administração Municipal.
Lei n.º 3.877	de 07.04.03	Acrescenta artigos à Lei n.º 2599/89, que dispõe sobre o serviço de Transporte Escolar no território do Município.

EVENTOS

Lei n.º 3.106	de 15.12.95	Aprova o Calendário de Eventos do Município.
Lei n.º 3.708	de 04.03.02	Inclui o "Dia da Bíblia" no Calendário de Eventos de Montenegro.
Lei n.º 3.719	de 01.04.02	Altera a redação do art. 3º da lei nº 3.377/98.
Lei n.º 4.399	de 06.03.06	Institui evento festivo comercial e agroindustrial, bienal, a ser promovido nos anos de terminação numérica par e autoriza o Município conveniar com entidade da sociedade civil sem fins lucrativos para realização do evento.
Lei n.º 5.863	de 06.12.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro visando o repasse de R\$ 15.000,00 para a realização de evento no Natal Iluminado 2013.

EXPANSÃO URBANA

Lei n.º 2.089	de 17.04.78	Altera os limites da área urbana da cidade de Montenegro (expansão urbana).
Lei n.º 2.791	de 27.12.91	Altera o art. 1º da Lei 2.089/78.
LC nº 5.880	de 13.01.14	Institui o Perímetro da Macrozona Urbana do Município
LC n.º 5.883	de 13.01.14	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo do Município

EXPOMONTE

Lei n.º 4.399	de 06.03.06	Institui evento festivo comercial e agroindustrial, bienal, a ser promovido nos anos de terminação numérica par e autoriza o Município conveniar com entidade da sociedade civil sem fins lucrativos para realização do evento.
Lei nº 4.899	de 20.06.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a Rádio América Ltda e abrir crédito especial de R\$ 40.000,00 (2ª Expomonte)
Lei nº 5.265	de 10.05.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial R\$ 222.500,00 (infraestrutura Expomonte)
Lei nº 5.267	de 10.05.10	Acrescenta alínea <i>b</i> ao inciso III do art. 1º da Lei 5.185/09-Auxílios e Subvenções 2010 e abre crédito especial R\$ 128.000,00 (ATM - Expomonte)
Lei n.º 5.269	de 10.05.10	Firma Termo de Parceria com a ATM como entidade Coordenadora e Executora da 3.ª Expomonte 2010.
Lei n.º 5.303	de 27.07.10	Altera redação do art. 4º da Lei 5.269/10, que firma Termo de Parceria com a ATM como entidade Coordenadora e Executora da 3ª Expomonte 2010
Lei n.º 5.314	de 23.08.10	Acrescenta valor à alínea <i>b</i> do inciso III do art. 1º da Lei nº 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (ATM-patrocínios recebidos)

Lei n.º 5.492	de 15.08.11	Firma convênio com a ATM e abre crédito especial de R\$ 20.000,00 (repasse de patrocínios recebidos 3ª Expomonte).
Lei n.º 5.640	de 12.06.12	Firma Termo de Repasse com o Grupo Tarca de Arte Nativa e abre crédito especial de R\$ 70.000,00 (4ª Expomonte)
Lei n.º 5.645	de 18.06.12	Firma Termo de Parceria com o Grupo Tarca de Arte Nativa como entidade Coordenadora e Executora da 4.ª Expomonte

EXPURGO

Lei n.º 3.467	de 27.12.99	Autoriza o Executivo a proceder o expurgo de créditos tributários lançados até 31.12.92.
Lei n.º 4.141	de 29.11.04	Autoriza o Executivo a proceder ao expurgo de créditos tributários lançados no período de 1990 a 1996.

FARMACÊUTICOS

Lei n.º 4.690	de 06.08.07	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Farmacêutico.
Lei n.º 6.211	de 14.09.15	Contrata, temporária e administrativamente, um Farmacêutico.

FARMÁCIAS

Lei n.º 3.033	de 28.12.94	Faculta o estacionamento temporário e rotativo de veículos defronte as farmácias e drogas.
---------------	-------------	--

FARMÁCIA BÁSICA

Lei nº 5.324	de 13.09.10	Inclui ação na LDO e abre crédito especial de R\$ 33.232,80 (equipamento e material permanente-Farmácia Básica)
--------------	-------------	---

FARMÁCIA POPULAR

Lei n.º 4.442	de 02.05.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 50.000,00 p/sua implantação.
Lei n.º 4.458	de 29.05.06	Altera art. 1º da Lei 4.442/06 – autoriza abrir crédito especial de R\$ 50.000,00 .
Lei n.º 4.506	de 07.08.06	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, profissionais para a Farmácia Popular.
Lei nº 4.721	de 17.09.07	Altera Incisos III e IV do art. 3º e Anexo I, da Lei 4.506/06, que autoriza a contratar temporária e administrativamente profissionais p/ a Farmácia Popular.
Lei nº 4.736	de 16.10.07	Autoriza o Executivo a reajustar salário de Auxiliar de Serviços Gerais, Lei nº 4.506/06, que autorizou a contratar temporária e administrativamente profissionais para a Farmácia Popular.
Lei nº 4.739	de 16.10.07	Autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários de vários profissionais da Farmácia Popular.
Lei nº 4.911	de 14.07.08	Autoriza o Executivo a abrir créd especial de R\$ 8.000,00 p/ Farmácia Popular do Brasil.

Lei nº 4.957	de 03.10.08	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, profissionais para a Farmácia Popular
Lei n.º 5.186	de 23.11.09	Firma convênio c/ OASE p/ manutenção e custeio do projeto Farmácia Popular do Brasil
Lei nº 5.219	de 30.12.09	Firma convênio com a OASE para manutenção e custeio do projeto Farmácia Popular do Brasil.
Lei n.º 5.513	de 10.10.11	Firma convênio com a Fundação Oswaldo Cruz para a manutenção e custeio do Programa Farmácia Popular do Brasil
Lei nº 6.058	de 29.12.14	Firma convênio com a OASE para manutenção e custeio Farmácia Popular do Brasil

FATOR GLEBA

Lei n.º 2.352	de 24.08.84	Institui fator gleba.
Lei n.º 2.374	de 27.12.84	Institui o fator gleba para apuração venal de imóveis com área superior a 5.000 m².
Lei n.º 2.402	de 25.11.85	Institui fator gleba para apuração venal de imóveis com área superior a 5.000 m².
LC n.º 2.794	de 27.12.91	Institui fator gleba para apuração venal de imóveis com área superior a 3.000 m².

FEBEM

Lei n.º 2.925	de 28.06.93	Autoriza o Executivo a ceder, em regime de comodato, à Febem, um imóvel de propriedade do Município.
---------------	-------------	--

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE XADREZ

Lei n.º 5.106	de 06.07.09	Firma convênio c/ a Federação Gaúcha de Xadrez.
---------------	-------------	---

FEEVALE

Lei n.º 3.208 de 15.07.97 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Pré-Ensino Superior de Novo Hamburgo/ASPEUR, mantenedora da FEEVALE.

FEIRAS

Lei n.º 2.933 de 06.08.93 Autoriza o Executivo a adquirir, em parceria com outros municípios, um "STAND" na Feira AGF-TOTAAL – HOLANDA, Setembro 93.

Lei n.º 3.662 de 29.10.02 Dispõe sobre a realização de feiras no Município de Montenegro.

Lei n.º 3.840 de 13.12.02 Institui o Mercado de Artesanato de Montenegro sob a denominação de Feira do Artesanato, Brique e Arte na Praça no Município de Montenegro.

Lei nº 5.131 de 24.12.08 Disciplina a realização de feiras eventuais em Montenegro

FEIRA ARTÍSTICA DE MONTENEGRO

Lei n.º 2.571 de 20.06.89 Autoriza o Executivo a firmar Contrato de Concessão de Uso com a Feira de Montenegro – FAM.

FEIRAS LIVRES

Lei n.º 384 de 20.05.51 Cria as feiras livres na cidade, com isenção de impostos aos feirantes.

Lei n.º 655 de 13.03.54 Altera parcialmente a Lei n.º 384/51.

Lei n.º 1.818 de 27.08.69 Cria as feiras livres de Montenegro.

Lei n.º 2.588 de 15.08.89 Cria as feiras livres e feira livre permanente.

Lei n.º 3.704 de 16.01.02 Regulamenta o funcionamento das feiras Livres no Município de Montenegro.

FEIRA DO LIVRO

Lei nº 5.004 de 22.12.08 Autoriza o Executivo a instituir a Feira do Livro de Montenegro.

FEIRA DE TROCA DE LIVROS

Lei nº 5.704 de 02.10.12 Institui a Feira de Troca de Livros de Montenegro, que ocorrerá, anualmente, no mês de Novembro.

FERIADOS E DIAS SANTOS

Lei n.º 40 de 11.03.48 Declara feriado municipal o dia 18.03.1948.

Lei n.º 180 de 08.07.49 Fixa os feriados municipais.

Lei n.º 565 de 24.04.53 Declara feriado municipal o dia 05.05.1953.

Lei n.º 1.731 de 26.04.67 Fixa o número de feriados municipais.

Lei n.º 2.236 de 03.12.81 Transfere os feriados de Corpo de Deus e São João.

Lei n.º 2.317 de 21.11.83 Transfere feriado de São João.

Lei n.º 6.124 de 29.05.15 Revoga a Lei n.º 1.731 e fixa os feriados municipais do Município de Montenegro (Reforma Protestante).

FÉRIAS

Lei n.º 900 de 09.05.56 Dispõe sobre a concessão e gozo de férias e consolida a legislação em vigor.

Lei n.º 1.803 de 02.04.69 Revoga a Lei nº 1.579/64.

Lei n.º 2.047 de 08.06.76 Institui gratificação de férias.

Lei n.º 2.514 de 28.09.88 Altera § único artigo 1º da Lei nº 2.047/76.

Lei nº 5.024 de 26.10.09 Excepciona a regra geral do inciso III do art. 236 da LC n.º 2.635/90 e autoriza o gozo de férias para os profissionais contratados para o PACS, PSF e Agentes de Campo

Lei n.º 5.541 de 09.12.11 Acrescenta o inciso VII ao art. 14 da Lei n.º 4.434/06 que reestrutura o Regime Próprio de

Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro (incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço de férias)

Lei n.º 5.744 de 13.02.13

Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Férias na Piscina" no valor de R\$ 5.287,70.

FESTAS

Lei n.º 2.768 de 20.11.91

Oficializa a Festa Campeira de Montenegro.

Lei n.º 3.029 de 22.12.94

Institui evento festivo agroindustrial, bienal, a ser promovido nos anos de terminação numérica ímpar.

Lei n.º 3.053 de 02.05.95

Altera o art. 1º da Lei nº 3029/94.

Lei n.º 4.399 de 06.03.06

Institui evento festivo comercial e agroindustrial, bienal, a ser promovido nos anos de terminação numérica par e autoriza o Município conveniar com entidade da sociedade civil sem fins lucrativos para realização do evento.

Lei n.º 4.425 de 05.04.06

Autoriza o Executivo a firmar convênio com a CDL para realização da ExpoMonte, abrir crédito especial de R\$ 100.000,00 e excluir e incluir ações no PPA 2006/9.

Lei nº 4.832 de 14.03.08

Transforma parágrafo único em § 1º e acrescenta o § 2º ao art. 3º, da Lei 4.399/06 que institui evento festivo comercial e agroindustrial, bienal.

Lei n.º 5.742 de 13.02.13

Institui o Dia da Festa de Kerb na localidade de Santos Reis – Montenegro.

Lei n.º 5.767 de 19.04.13

Firma convênio com a Associação Amigos da Fundarte como entidade Coordenadora e Executora da 1ª Festa da Integração dos Filhos de Montenegro.

Lei n.º 6.183 de 24.07.15

Firma convênio com a Associação Cultural Esportiva Recreativa de Campo do Meio - ACERCAM no valor de R\$ 11.000,00 (XIII Festa da Bergamota).

FICHA LIMPA

Lei n.º 5.738	de 28.12.12	Estabelece a Lei da Ficha Limpa, disciplina as nomeações para cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 5.741	de 22.02.13	Estabelece a Lei da Ficha Limpa, disciplina as nomeações para Cargos em Comissão no âmbito do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

FINANCIAMENTOS

Lei nº 4.792	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (Loteamentos)
Lei nº 4.827	de 03.03.08	Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (macrodrenagem Arroio Montenegro).
Lei nº 5.006	de 29.12.08	Estabelece condições especiais para aprovação de projetos de edificações enquadradas no Programa de Financiamento de Imóveis com recursos do FGTS junto à CEF
Lei nº 5.023	de 20.01.09	Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao BNDES, por intermédio do Banco do Brasil S.A. (Transporte escolar).
Lei nº 5.101	de 29.06.09	Contrata financiamento junto ao Banco do Brasil S.A (Provias – aquisição de máquinas e equipamentos)
Lei nº 5.127	de 18.08.09	Altera o valor constante do caput do art. 1.º da Lei 5023/09 que autoriza o Executivo a contratar financiamento c/ BNDES através do Banco do Brasil S.A
Lei nº 5.379	de 30.12.10	Contrata operação de crédito com a Caixa Estadual RS para ampliação da infraestrutura urbana, inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 2.480.000,00 (pavimentação de ruas)
Lei n.º 5.435	de 24.05.11	Altera a redação do parágrafo único do art. 1.º, acrescenta parágrafos ao art. 2.º e altera a redação do art. 4.º da Lei n.º 5.101/09, que

autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. (Provias)

- Lei n.º 5.480 de 11.07.11 Altera redação do caput e parágrafo único, transforma o parágrafo único em § 1.º, acrescenta o § 2.º ao art. 2º da Lei n.º 5.023/09-contrata financiamento junto ao Banco do Brasil (transporte escolar zona rural)
- Lei n.º 5.615 de 10.04.12 Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 319.000,00 (construção de quadra coberta em Alfama)
- Lei n.º 5.616 de 10.04.12 Altera redação do parágrafo único do art. 1.º, do caput e acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei n.º 5.023/09-financiamento junto ao BNDES, por intermédio do Banco do Brasil (veículos para transporte escolar)

FISCAIS

- Lei nº 5.183 de 16.11.09 Institui gratificação por risco de vida aos integrantes dos cargos de Fiscal de Obras, Fiscal de Tributos , Fiscal de Posturas e Agente Fiscal.

FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA/INDUSTRIAL

- Lei n.º 4.229 de 01.07.05 Institui o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem vegetal e animal no Município.

FLIPERAMAS

- Lei n.º 2.313 de 23.09.83 Dá nova redação ao art. 110, Cap. II da Lei nº 2.119/78 – Código Posturas.
- LC n.º 2.838 de 13.07.92 Revoga a Lei nº 2.313, que proíbe a instalação de aparelhos de diversões eletrônicos no Município.

FORMIGA

Lei n.º 1.570 de 15.09.64 Torna obrigatório o combate à formiga no município de Montenegro.

FRALDAS DESCARTÁVEIS

Lei n.º 3.923 de 18.08.03 Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 3.499/00, que estabelece Política Municipal de Assistência Social.

Lei n.º 5.950 de 21.07.14 Revoga o Inciso V do art 5º da Lei n.º5.484, de 2011, que estabelece a política municipal de assistência social, as respectivas ações e critérios de atendimento aos munícipes usuários (fraldas geriátricas)

FRANGOSUL (Vide Doux-Frangosul)

FUMO

LC n.º 2.924 de 25.06.93 Altera redação do art. 108 da Lei nº 2.119/78 (Código de Posturas) – Proibido fumar nas repartições públicas.

FUNCIONÁRIOS (Vide Servidores)

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA

Lei n.º 4.123 de 04.10.04 Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 18.802,69. (Devolução de sobras de recursos à União)

FUNDARTE

Lei n.º 1.100	de 02.07.59	Cria o Conservatório de Música de Montenegro.
Lei n.º 2.321	de 05.12.83	Cria a Fundação Municipal de Artes.
Lei nº 2.641	de 28.05.90	Concede isenção do pagamento de ISSQN incidente sobre a ampliação do prédio da Fundarte.
Lei n.º 3.393	de 21.05.99	Altera a redação do inciso IV e acrescenta o inciso VI ao artigo 5º da Lei n.º 2.321/83.
Lei n.º 3.605	de 11.06.01	Autoriza a Fundarte a firmar Contrato com o BNDES.
Lei n.º 3.967	de 11.11.03	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.440,00. (Bolsa de estudo p/ estudantes da UERGS)
Lei n.º 3.977	de 18.11.03	Acrescenta o inciso VII, ao art. 5.º da Lei n.º 2.321/83, que autoriza a instituição de Fundação.
Lei n.º 3.992	de 12.12.03	Cria o Fundo Municipal de Fomento à Produção Artística e Cultural de Montenegro – FUMPROCULTURA.
Lei n.º 4.268	de 26.09.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 18.537,87 (TV Cultura).
Lei n.º 4.397	de 01.03.06	Autoriza a Fundarte contratar temporária e administrativamente, um Professor Auxiliar de Canto e autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 5.000,00.
Lei n.º 4.512	de 14.08.06	Autoriza a Fundarte a contratar, temporária e administrativamente, um professor auxiliar de piano.
Lei n.º 4.684	de 24.07.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 23.000,00 (aux alimentação e outros)
Lei n.º 4.711	de 10.09.07	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 19.436,94 (Fundarte)
Lei n.º 4.976	de 10.11.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 71.000,00 (custeio de projetos contemplados pelo FUMPROCULTURA)

Lei n.º 5.199	de 14.12.09	Inclui ação na LDO 2010 (equipamento e material permanente p/ estúdio TV Fundarte)
Lei n.º 5.436	de 24.05.11	Autoriza a FUNDARTE a contratar, temporária e administrativamente, dois Professores Auxiliares
Lei n.º 5.479	de 11.07.11	Procede desafetação e doação de equipamentos de radiodifusão de sons e imagens à FUNDARTE
Lei n.º 5.619	de 23.04.12	Autoriza a FUNDARTE a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Jornalista.
Lei n.º 5.721	de 20.11.12	Autoriza a FUNDARTE a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Jornalista.
Lei n.º 5.794	de 29.07.13	Autoriza a FUNDARTE a contratar, temporária e administrativamente, 1(um) Professor Auxiliar.
Lei n.º 5.795	de 29.07.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Repasse com a Associação Amigos da Fundarte e abrir crédito especial no valor estimado de R\$ 15.000,00. (1ª Festa da Integração dos Filhos de Montenegro)

FUNDO DE APOSENTADORIA E SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR ESTATUTÁRIO - FAS

Lei n.º 2.651	de 26.06.90	Cria o Fundo de Aposentadoria e Seguridade Social do Servidor Estatutário de Montenegro.
Lei n.º 2.686	de 30.11.90	Altera o inciso II do art. 2º Lei nº 2.651/90.
Lei n.º 2.712	de 22.03.91	Institui uma Comissão Executiva para gerir o FAS.
Lei n.º 2.833	de 17.06.92	Reorganiza e consolida o Fundo de Aposentadoria e Seguridade Social do Servidor Estatutário de Montenegro.
Lei n.º 2.856	de 02.10.92	Autoriza a contratação de serviços especializados, visando a criação de um Instituto.
Lei n.º 3.026	de 20.12.94	Aprova o Plano de Aplicação de recursos do Fundo de Aposentadoria e Seguridade Social – FAS para o exercício de 1995.

Lei n.º 3.544	de 06.10.00	Dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Municipais vinculados ao Regime Jurídico instituído pela LC nº 2635/90
Lei n.º 3.584	de 06.04.01	Altera a Lei n.º 3.544/00.
Lei n.º 4.030	de 08.03.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 60.000,00. (contratos do FAS)
Lei n.º 4.049	de 13.04.04	Altera os incisos I e II e acrescenta parágrafo 3.º no art. 5.º, da Lei n.º 3.544/00 (alteração da porcentagem de contribuição dos servidores).
LC n.º 4.432	de 24.04.06	Revoga artigos dos Títulos VII e VIII da LC 2635/90 – Regime Jurídico Servidores Públ.
Lei n.º 4.433	de 24.04.06	Reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde – FAS dos Servidores efetivos do Município.
Lei n.º 4.476	de 26.06.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 27.000,00 – FAP (custeio da gratificação dos Técnicos Admin. dos Fundos)
Lei nº 4.816	de 25.02.08	Altera redação do Inciso III e do § 7º, do art. 13 da Lei 4.434/06, que reestrutura o RPPS.
Lei nº 5.166	de 20.10.09	Altera redação do § 7º do art. 13 da lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro.
Lei nº 5.394	de 01.03.11	Altera a alíquota do § 7º do art. 13 e a redação do art.16 da Lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro
Lei n.º 5.417	de 15.04.11	Altera a alíquota prevista nos incisos I e II do art. 2º da Lei n.º 4.433/06, que reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde – FAS dos servidores efetivos municipais do Município de Montenegro.
Lei nº 5.459	de 20.06.11	Acrescenta os incisos IV e V ao art. 21 e o parágrafo único ao art. 24 da Lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro – RPPS.
Lei n.º 5.586	de 06.02.12	Altera a redação do inciso I do art. 76 da Lei n.º 4.434/06, que reestrutura o RPPS (inclui no cálculo para aposentadoria as contribuições sobre gratificações)

Lei n.º 5.659	de 02.07.12	Institui gratificação a ser paga ao servidor designado como responsável pela gestão financeira do RPPS
Lei n.º 6.108	de 27.04.15	Altera a alíquota prevista nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 4.433/06, que reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde - FAS dos servidores efetivos municipais do Município de Montenegro (7,5%).
Lei n.º 6.129	de 23.06.15	Altera a alíquota prevista nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 4.433/06, que reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde - FAS dos servidores efetivos municipais do Município de Montenegro (8%).
Lei n.º 6.214	De 24.09.15	Altera e acrescenta dispositivos à Lei n.º 4.433/06, que reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde - FAS dos servidores efetivos municipais do Município de Montenegro e dá outras providências.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA – FAP (Fundo de Aposentadoria e Pensão, a partir da Lei n.º 4.434/06)

Lei n.º 3.176	de 09.01.97	Cria o Fundo de Assistência e Previdência – FAP do Servidor Estatutário de Montenegro, em substituição ao FAS.
Lei n.º 3.544	de 06.10.00	Dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos servidores municipais vinculados ao Regime Jurídico instituído pela LC 2.635/90.
Lei n.º 3.558	de 08.12.00	Acrescenta parágrafo ao art. 7º Lei 3.544/00.
Lei n.º 3.868	de 13.03.03	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 6.500,00 (contratação de empresa de consultoria contábil – FAP).
Lei n.º 4.082	de 17.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 80.000,00 (restituições a inativos do FAP).
LC n.º 4.432	de 24.04.06	Revoga artigos dos Títulos VII e VIII da LC 2635/90 – Regime Jurídico Servidores Públ.
Lei n.º 4.434	de 24.04.06	Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos – FAP.
Lei n.º 4.476	de 26.06.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 27.000,00 – FAP (custeio da gratificação dos Técnicos Admin. dos Fundos)

Lei n.º 4.540	de 09.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 1.000,00 – FAP – Regime Próprio.
Lei nº 4.791	de 28.12.07	Dispõe s/ parcelamento de dívida do Município com o FAP.
Lei nº 4.816	de 25.02.08	Altera redação do Inciso III e do § 7º do art. 13 da Lei 4.434/06, que reestrutura o RPPS.
Lei nº 4.857	de 22.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 480.000,00 (adequação codificação orçamentária débitos previdenciários)
Lei nº 4.864	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2008 e abrir créd espec de R\$ 6.000,00-compra de computadores para SMAP/FAP
Lei nº 5.005	de 29.12.08	Autoriza o Executivo Municipal a buscar ressarcimento de valores junto ao FAP
Lei nº 5.010	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a alterar a redação do art. 2.º da Lei n.º 4.791/07 que dispõe sobre o parcelamento de dívida do Município para com o FAP.
Lei nº 5.038	de 10.03.09	Autoriza o Executivo a alterar redação do art. 2.º da Lei n.º 5.010/08, que alterou a redação do art. 2.º da Lei n.º 4.791/07 que dispõe sobre o parcelamento de dívida do Município com o FAP
Lei n.º 5.089	de 02.06.09	Abre crédito especial de R\$ 100.000,00 (FAP – Previdência Social Servidor – Regime Próprio)
Lei n.º 5.108	de 14.07.09	Abre crédito especial de R\$ 165.413,16 (classificação contábil FAP)
Lei n.º 5.141	de 31.08.09	Abre crédito especial de R\$ 150.000,00 (despesas do FAP)
Lei nº 5.156	de 06.10.09	Inclui na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (equipamentos e material p/ FAP/FAS)
Lei nº 5.166	de 20.10.09	Altera redação do § 7º do art. 13 da lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro.
Lei nº 5.394	de 01.03.11	Altera a alíquota do § 7º do art. 13 e a redação do art.16 da Lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro.
Lei nº 5.459	de 20.06.11	Acrescenta os incisos IV e V ao art. 21 e o parágrafo único ao art. 24 da Lei 4.434/06,

		que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro – RPPS.
Lei n.º 5.467	de 30.06.11	Altera a redação do art. 74 da Lei n.º 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro.
Lei n.º 5.541	de 09.12.11	Acrescenta o inciso VII ao art. 14 da Lei n.º 4.434/06 que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro (incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço de férias)
Lei n.º 5.567	de 30.12.11	Altera a alíquota prevista no inciso III e no § 7º do art. 13 da Lei n.º 4.434/06, que reestrutura o RPPS dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro (contribuição previdenciária “empregador”)
Lei n.º 5.571	de 30.12.11	Altera a redação do art. 2º da Lei n.º 4.791/11, que dispõe sobre o parcelamento de dívida do Município para com o FAP
Lei n.º 5.586	de 06.02.12	Altera a redação do inciso I do art. 76 da Lei n.º 4.434/06, que reestrutura o RPPS (inclui no cálculo para aposentadoria as contribuições sobre gratificações)
Lei n.º 5.659	de 02.07.12	Institui gratificação a ser paga ao servidor designado como responsável pela gestão financeira do RPPS
Lei nº 5.733	de 28.12.12	Altera a alíquota no inciso III e no § 7º do art. 13 da Lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro.
Lei n.º 5.735	de 28.12.12	Abre crédito especial de R\$ 20.000,00 (FAP-Tarifas Bancárias).
Lei nº 5.923	de 27.05.14	Altera a Alíquota prevista no inciso III e no § 7.º da Lei n.º 4.434, que reestrutura o Regime Próprio da Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro.
Lei n.º 6.038	de 10.11.14	Abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (equip. e material permanente Setor Técnico Administrativo FAP)

Lei n.º 6.063 de 30.12.14 Altera a alíquota prevista no § 7º do art. 13 da Lei nº 4.434/06-reestrutura o RPPS dos servidores efetivos (11,87%)

FUNDO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

Lei n.º 1.823 de 23.09.69 Institui o Fundo de Assistência Financeira.

Lei n.º 1.899 de 05.10.71 Concede dotação especial de Cr\$ 5.000,00.

Lei n.º 1.925 de 30.08.72 Autoriza a venda de bens municipais revertendo o produto da venda para o FAF.

FUNDO DE DES. AGROPECUÁRIO-FUNDAGRO/FUNDER

Lei n.º 4.682 de 24.07.07 Reestrutura o FUNDAGRO, que passa a denominar-se FUNDER.

Lei nº 4.785 de 21.12.07 Autoriza o Executivo a acrescentar §§ 1º e 2º e alterar arts. 14 e 16 da Lei 4.682/07 que reestrutura FUNDAGRO/FUNDER

Lei nº 4.889 de 09.06.08 Transforma o parágrafo único em § 1º e acrescenta o § 2º ao art. 12 da Lei nº 4.682/07, que reestrutura FUNDAGRO-FUNDER

Lei nº 4.955 de 29.09.08 Acrescenta parágrafo 3º ao art. 12 da Lei 4.682/07, que reestrutura o FUNDAGRO/FUNDER (prorroga financiamento em caso de frustração de safra).

Lei nº 5.715 de 26.10.12 Cria o Programa de Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à alimentação escolar no âmbito do Município de Montenegro (aquisição diretamente da agricultura familiar)

FUNDO DE INVESTIMENTOS URBANOS - FUNDURBANO

Lei n.º 2.302 de 24.06.83 Autoriza realização de operações de crédito do Fundo de Investimento Urbano.

Lei n.º 2.370 de 14.12.84 Autoriza a realização de operação de crédito com o Fundo de Investimento Urbano do Estado do RS.

Lei n.º 2.395 de 04.10.85 Autoriza realização de operações de crédito do Fundo de Investimento Urbano.

Lei n.º 2.496	de 13.01.88	Autoriza realização de operação de crédito do Fundo de Investimento Urbano.
Lei n.º 2.593	de 15.09.89	Autoriza o Executivo a realizar operação de crédito com o Fundo de Investimento Urbano.

FUNDO ESPECIAL PARA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS - FEALA

Lei n.º 1.859	de 31.08.70	Cria o FEALA e abre crédito especial.
---------------	-------------	---------------------------------------

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF

Lei n.º 3.290	de 15.06.98	Dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
Lei n.º 3.851	de 27.12.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor R\$ 10.000,00 (Contabilização Fundef).
Lei n.º 4.521	de 01.09.06	Reorganiza o Conselho Mun. de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – FUNDEB (EX FUNDEF)

Lei n.º 4.638	de 16.04.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.669.543,47 (SMEC – FUNDEB)
Lei n.º 4.728	de 08.10.07	Cria o Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do FUNDEB.

Lei n.º 5.413	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 316.000,00 (conclusão obras escolas)
Lei n.º 5.498	de 26.08.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.617.500,00 (Inclusão digital – aquisição equipamentos tecnologia educacional).
Lei n.º 5.559	de 26.12.11	Ratifica convênio com o Estado do RS, através da Secretaria da Saúde. (Cedência do Servidor Cristiano Barreto Kochenborger – PIM)
Lei n.º 5.843	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 376.835,74. (reforma e ampliação de escolas municipais)

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

Lei n.º 3.147	de 08.07.96	Institui o Fundo Municipal de Assistência Social.
Lei n.º 5.163	de 09.10.09	Acrescenta valor à alínea f do inciso II do art. 1.º da Lei 4980/08 - Auxílios e Subvenções 2009 (RECREO)
Lei n.º 5.360	de 30.11.10	Firma convênio a Sociedade Beneficente Espiritualista-Lar do Menor (Família Feliz 2010)
Lei n.º 5.527	de 16.11.11	Firma convênio com entidades assistenciais (APAE, Associação Lar Sagrada Família e Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres)
Lei n.º 5.568	de 30.12.11	Firma convênio com o RECREO no valor de R\$ 15.000,00 (Projeto "República da Vida")
Lei n.º 5.670	de 16.07.12	Firma convênio com a APAE de Montenegro de R\$ 22.000,00
Lei n.º 5.673	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 6.600,00 – Família Feliz)
Lei n.º 5.674	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres de R\$ 22.000,00 (Manutenção Asilo)
Lei n.º 5.679	de 03.08.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (aquisição de ar condicionado CRAS-Bolsa Família)
Lei n.º 5.688	de 20.08.12	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família no valor de R\$ 4.400,00.
Lei n.º 5.691	de 27.08.12	Reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS e o Fundo Municipal a ele vinculado.

Lei n.º 5.702	de 02.10.12	Abre crédito especial de R\$ 14.947,00 (Sistema Único de Assistência Social – SUAS).
Lei n.º 5.711	de 19.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 223.260,00 (Equipamentos e material permanente – ACESSUAS).
Lei n.º 5.776	de 13.05.13	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2013 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00. (CADUNICO/Bolsa Família).
Lei n.º 5.806	de 19.08.13	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família no valor de R\$ 14.000,00 (projeto Prosseguindo a Caminhada)
Lei n.º 5.807	de 19.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (projeto Família Feliz – R\$ 28.500,00)
Lei n.º 5.808	de 19.08.13	Firma convênio com a APAE para atender ao projeto “Em busca de igualdade estamos aqui” 2013, visando o repasse de R\$ 21.000,00
Lei n.º 5.837	de 08.10.13	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres no valor de R\$ 31.000,00 (atendimento básico)
Lei n.º 5.848	de 29.10.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro para atender ao projeto “Vínculo & Valorização – Gestante, crianças e família” visando repasse de R\$ 13.500,00.
Lei n.º 5.852	de 11.11.13	Abre crédito Especial no valor de R\$ 8.000,00 (Aquisição de material de distribuição gratuita para o CRAS)
Lei n.º 5.924	de 27.05.14	Autoriza a firmar convênio com a Sociedade Abrigo Pão dos Pobres no valor de R\$ 8.540,00
Lei n.º 5.934	de 25.06.14	Autoriza a firmar convênio com o RECREO no valor de R\$ 17.020,00 (casa de passagem casulo)
Lei n.º 5.953	de 28.07.14	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00.
Lei n.º 5.962	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de 16.270,39 (FMAS – FEAS – Rede de Proteção Social Básica).
Lei n.º 5.974	de 01.09.14	Abre crédito especial de R\$ 84.000,00 e firma convênio com a APAE.

Lei nº 5.992	de 16.09.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 72.237,69 (reprogramação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social)
Lei n.º 6.088	de 16.03.15	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 6.089	de 16.03.15	Firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montenegro – APAE de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 6.090	de 16.03.15	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 6.091	de 16.03.15	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres de R\$ 25.000,00.

FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – FUMDEC

Lei n.º 5.701	de 02.10.12	Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, o Fundo Municipal de Defesa Civil – FUMDEC e o Conselho Municipal de Defesa Civil – COMUDEC.
---------------	-------------	---

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CULTURA - FUMDESC

Lei n.º 5.189	de 30.11.09	Institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Cultura – FUMDESC
Lei n.º 5.287	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro de R\$ 8.000,00
Lei n.º 5.308	de 09.08.10	Firma convênio com o Clube do Comércio de R\$ 8.000,00 (Coral Avante)
Lei n.º 5.372	de 20.12.10	Institui o FUMDESC (e revoga a Lei 5.189/09)
Lei nº 5.385	de 25.01.11	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de R\$ 40.000,00 (Carnaval 2011)
Lei n.º 5.416	de 15.04.11	Firma convênio com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores Santo Antônio de R\$ 6.400,00.
Lei n.º 5.428	de 16.05.11	Firma convênio com Cassiano de Azeredo de R\$ 11.056,50 (projeto “O Rei Cego”)

Lei n.º 5.429	de 16.05.11	Firma convênio com Emma Ramos de Moraes de R\$ 5.000,00 (projeto "Os anjos não morrem no outono")
Lei n.º 5.430	de 16.05.11	Firma convênio com Grupo Tarca de Arte Nativa de R\$ 8.000,00 (projeto "Por um novo amanhã")
Lei n.º 5.431	de 16.05.11	Firma convênio com Lucimaura Souza Rodrigues de R\$ 8.885,43 (projeto "O Pequeno Príncipe")
Lei n.º 5.437	de 24.05.11	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro de R\$ 15.000,00
Lei n.º 5.495	de 22.08.11	Firma convênio com Cristiane Souza Tain de R\$ 5.000,00 ("Edição e Impressão da Antologia do 1º Concurso Cataventos de Revelação Literária").
Lei n.º 5.633	de 28.05.12	Firma convênio com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores Santo Antônio no valor de R\$ 10.000,00.
Lei n.º 5.634	de 28.05.12	Firma convênio com o músico e produtor Marcelo Ohlweiler no valor de R\$ 5.000,00 (projeto gravação do CD "Paisagens")
Lei n.º 5.635	de 28.05.12	Firma convênio com o Herança Rancho de Luso Descendentes e Folclore Internacional no valor de R\$ 7.000,00.
Lei n.º 5.636	de 28.05.12	Firma convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 10.000,00 (Coral Avante)
Lei n.º 5.639	de 12.06.12	Firma convênio com Cassiano de Azeredo e Marcos Cardoso Prod. Culturais Ltda. de R\$ 13.000,00 ("Montenegro em Cena" – Festival de Teatro de Montenegro)
Lei n.º 5.662	de 06.07.12	Firma convênio com Grupo Coral Vozes de Montenegro de R\$ 10.000,00
Lei n.º 5.665	de 06.07.12	Firma convênio com o CPM da EMEF Etelvino de Araújo Cruz de R\$ 10.000,00 (Grupo de Danças)
Lei n.º 5.666	de 06.07.12	Firma convênio com R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda. de R\$ 5.000,00 (Resgate Histórico do Cais de Montenegro)
Lei n.º 5.692	de 27.08.12	Firma convênio com Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte para atender ao projeto "Renascença – Novos Rumos", no valor de R\$ 10.000,00

Lei n.º 5.816	de 02.09.13	Autoriza a firmar convênio com o Clube do Comércio – Coral Avante para atender ao projeto “Canto Coral” no valor de R\$ 8.000,00. (Despesas com viagens e estadia do grupo)
Lei n.º 5.825	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com o Grupo Coral de Vozes de Montenegro no valor de R\$ 8.000,00.
Lei n.º 5.826	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com a Assoc. Cult. Benef. De Cantores Santo Antônio no valor de 8.000,00.
Lei n.º 5.827	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com a Sociedade Cult Benef. e Esportiva Santos Reis no valor de R\$ 8.000,00
Lei n.º 5.828	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Débora Regina Primaz no valor de 4.400,00
Lei n.º 5.829	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Renascença Companhia de Teatro – Assoc. Cultura & Arte para atender ao projeto “Renascença 25 anos”, no valor de 11.500,00
Lei n.º 5.830	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Marcelo Ohlweiler no valor de R\$ 6.000,00 (divulgação do CD paisagem)
Lei n.º 5.831	de 16.09.13	Autoriza a firmar convênio com Assoc. Cultural Clube da Amizade dos Coroas no valor de R\$ 6.600,00 (Envelhecer com qualidade)
Lei n.º 5.838	de 08.10.13	Firma convênio com Cassiano de Azeredo e Marcos Cardoso Produções Ltda. ME para atender ao projeto “2º Montenegro em Cena” no valor de R\$ 13.500,00 (Festival de Teatro de Montenegro)
Lei n.º 5.839	de 08.10.13	Firma convênio com Flávio Patrício Oliveira Vargas para atender ao projeto “Querência dos Poetas Livres” no valor de R\$ 4.000,00.
Lei n.º 5.840	de 08.10.13	Firma convênio com Rosani Brochier no valor de R\$ 12.000,00. (Publicação Livro-Imagens que contam nossa história)
Lei n.º 5.841	de 08.10.13	Firma convênio com Herança Rancho de Luso Descendentes e Folclore Internacional no valor de R\$ 10.000,00
Lei n.º 5.969	de 25.08.14	Firma convênio com o Clube do Comércio – Coral Avante para atender ao projeto “Canto Coral” no valor de R\$ 15.000,00.

Lei nº 5.975	de 01.09.14	Firma convênio com Débora Regina Primaz no valor de R\$ 22.000,00 (Espetáculo Anual de Dança)
Lei nº 5.988	de 16.09.14	Firma convênio com Cassiano de Azeredo Produções–ME para atender ao projeto "3.º Montenegro em Cena" – Festival de Teatro de Montenegro no valor de R\$ 17.448,00.
Lei nº 5.990	de 16.09.14	Firma convênio com Marni Alexandre Vargas de Almeida no valor de R\$ 5.000,00 (publicação de livro).
Lei nº 5.995	de 22.09.14	Firma convênio com Marcelo Olweiler no valor de R\$ 14.700,00 (Turnê Vértice).
Lei nº 5.996	de 22.09.14	Firma convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro no valor de R\$ 20.000,00.
Lei nº 6.018	de 27.10.14	Firma convênio com o Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte – projeto "integrações Sociais em Cena" de R\$ 33.000,00
Lei n.º 6.021	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Cultural, Beneficente e Esportiva Santos Reis de R\$ 8.000,00 (coral)
Lei nº 6.025	de 27.10.14	Firma convênio com Ana Júlia Vieira de R\$ 15.576,20 (projeto "Bodas da Filha do Bandoleiro")
Lei nº 6.042	de 01.12.14	Prorroga convênio nº 118102013 com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores de Santo Antônio.
Lei n.º 6.154	de 24.07.15	Firma convênio com o Grêmio Gaúcho para atender ao projeto "Escola e tradição de mãos dadas", no valor de R\$ 5.725,00.
Lei n.º 6.159	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Cultural Clube da Amizade dos Coroas no valor de R\$ 5.725,00 (projeto "Envelhecer com Qualidade").
Lei n.º 6.160	de 24.07.15	Firma convênio com Cassiano de Azeredo Produções - ME para atender ao projeto "4º Montenegro em Cena - Festival de Teatro de Montenegro" no valor de R\$ 6.725,00.
Lei n.º 6.161	de 24.07.15	Firma convênio com Lucas Silva de
Lei n.º 6.162	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores Santo Antônio no valor de R\$ 4.225,00.

Lei n.º 6.163	de 24.07.15	Firma convênio com Ana Júlia Vieira no valor de R\$ 12.720,00 (projeto "Teatro em três Ângulos").
Lei n.º 6.164	de 24.07.15	Firma convênio com a Sociedade Cultural, Beneficente e Esportiva Santos Reis no valor de R\$ 3.025,00.
Lei n.º 6.166	de 24.07.15	Firma convênio com Pedro Henrique Stiehl no valor de R\$3.925,00 (projeto "Era Uma Vez em Dezembro").
Lei n.º 6.167	de 24.07.15	Firma convênio com Michele Martins Nunes no valor de R\$ 8.750,00 (projeto "Estação MGO").
Lei n.º 6.168	de 24.07.15	Firma convênio com Patrick Aozani Moraes no valor de R\$ 11.725,00 (projeto "Fidelidade Oculta: Uma Criação em Dança - Teatro").
Lei n.º 6.170	de 24.07.15	Firma convênio com Bianca Oliveira da Silva Leitão no valor de R\$ 10.725,00 (espetáculo de dança Studio Bálance).
Lei n.º 6.171	de 24.07.15	Firma convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro no valor de R\$ 8.725,00.
Lei n.º 6.172	de 24.07.15	Firma convênio com Renascença Companhia de Teatro Associação Cultura & Arte para atender ao projeto "Integrações Sociais em Cena - 2ª Edição", no valor de R\$12.725,00.
Lei n.º 6.173	de 24.07.15	Firma convênio com Flávio Antônio de Azeredo no valor de R\$ 3.975,00 (livro Rituais Coreográficos Açorianos: Vertentes da Dança Tradicional, no Grupo Central de Ilhas).
Lei n.º 6.174	de 24.07.15	Firma convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 4.225,00 (projeto Canto Coral).
Lei n.º 6.181	de 24.07.15	Firma convênio com Marcelo Ohlweiler no valor de R\$ 7.225,00.
Lei n.º 6.182	de 24.07.15	Firma convênio com Mateus Silva de Araujo no valor de R\$ 4.725,00 (livro "Crônicas de um Pai Grávido").
Lei n.º 6.184	de 24.07.15	Firma convênio com Gislaine de Souza de Oliveira no valor de R\$ 3.225,00 (livro Se Eu Fosse a Cinderela).
Lei n.º 6.185	de 24.07.15	Firma convênio com Francisco dos Santos Gick no valor de R\$ 8.698,20 (projeto "Ramal 340 - 2º movimento").

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Lei n.º 4.682	de 24.07.07	Reestrutura o FUNDAGRO, que passa a denominar-se FUNDER.
---------------	-------------	--

Lei nº 4.785 de 21.12.07 Autoriza Executivo acrescentar §§ 1º e 2º e alterar arts. 14 e 16 da Lei 4.682/07- reestrutura FUNDAGRO/FUNDER

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE - FUMDEMA

Lei n.º 3.531 de 25.07.00 Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável Meio Ambiente – Fumdema

Lei n.º 5.523 de 08.11.11 Firma convênio com a AMOGA de R\$ 37.500,00 (controle de reprodução de cães e gatos em situação de rua)

Lei n.º 5.861 de 02.12.13 Firma convênio com a AMOGA no valor de R\$ 35.000,00.

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE - FUMDESP

Lei n.º 4.653 de 14.05.07 Institui Programa Mun. De Desporto e autoriza o Executivo a abrir crédito especial no vlr. de R\$ 15.000,00.

Lei n.º 4.663 de 04.06.07 Altera a redação do *caput* do art. 9º da Lei nº 4.653/07, Programa Municipal do Desporto e autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.000,00. (Programa Municipal de Desporto)

Lei nº 4.818 de 25.02.08 Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 6.500,00 (Camp. Gaúcho de Bolão)

Lei nº 4.821 de 25.02.08 Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 9.000,00 (pagamento inscrições candidatos)

Lei nº 4.822 de 25.02.08 Autoriza Executivo firmar convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 7.500,00 (aquisição troféus e alvará)

Lei nº 4.851 de 14.04.08 Autoriza o Executivo firmar convênio com Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 4.500,00

Lei nº 4.896 de 16.06.08 Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol, no valor de R\$ 45.000,00 (Camp. Munic. 2008)

Lei nº 5.045	de 24.03.09	Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol (Campeonato Futebol Sete da Rua Nova)
Lei nº 5.055	de 08.04.09	Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol no valor de R\$ 6.800,00 (Campeonato Municipal de Futebol de Areia)
Lei n.º 5.068	de 20.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Lia Montenegrina de Futebol no valor R\$ 50.000,00 (Campeonato Munic. de Futebol Campo 2009)
Lei n.º 5.069	de 20.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 3.000,00 (Projeto Genoma Colorado)
Lei n.º 5.159	de 06.10.09	Autoriza o Executivo firmar convênio com o MAC-Montenegro Automóvel Clube R\$ 2.100,00 (Camp. Regional MotoCross e Cidadino de arrancada de motocicleta)
Lei n.º 5.160	de 06.10.09	Autoriza o Executivo firmar convênio com o Centro esportivo Cruzeiro R\$ 5.200,00 (Camp. Futebol Sete)
Lei nº 5.238	de 08.03.10	Ratifica Termos de Cooperação para participação de equipes montenegrinas no Campeonato de Futebol de Areia Bolamar 2010 e abre crédito especial de R\$ 9.300,00.
Lei n.º 5.255	de 16.04.10	Firma convênio c/ Montenegro Automóvel Clube de R\$ 20.000,00
Lei n.º 5.266	de 10.05.10	Firma convênio c/ a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 50.000,00 (Campeonato Municipal de Futebol 2010)
Lei n.º 5.268	de 10.05.10	Firma convênio c/ a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 3.500,00 (Campeonato Futebol Sete de Rua Nova 2010)
Lei n.º 5.282	de 21.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube do Comércio de R\$ 7.000,00 (Campeonato Estadual de Bolão)
Lei n.º 5.284	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube Riograndense de R\$ 21.300,00 (Campeonato Estadual de Futebol)
Lei n.º 5.285	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Centro Esportivo Cruzeiro de R\$ 3.500,00 (Campeonato de Futebol Sete de Costa da Serra)

Lei n.º 5.286	de 28.06.10	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 4.000,00
Lei n.º 5.311	de 13.08.10	Firma convênio com o Clube Riograndense de R\$ 3.000,00 (Campeonato Estadual de Futebol-Gaúcho Master)
Lei n.º 5.409	de 28.03.11	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube, de R\$ 19.900,00 (Copas de Veloterra e Arrancadão de motos)
Lei n.º 5.448	de 13.06.11	Firma convênio com o Clube Riograndense no valor de R\$ 40.000,00 (projeto FERA)
Lei n.º 5.449	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 50.000,00 (Camp. Munic. De Futebol de Campo 2011)
Lei n.º 5.450	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 6.600,00 (Camp. Munic. De Futsal)
Lei n.º 5.451	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 4.500,00 (Camp. Munic. De Futebol Sete de Rua Nova 2011)
Lei n.º 5.549	de 19.12.11	Firma convênio com o Clube do Comércio no valor de R\$ 3.500,00 (Projeto "Bolão, um esporte a ser Divulgado")
Lei n.º 5.553	de 19.12.11	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta, no valor de R\$ 6.000,00 (Projeto "Adote um Atleta")
Lei n.º 5.595	de 09.03.12	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 23.000,00
Lei n.º 5.641	de 12.06.12	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 4.000,00.
Lei n.º 5.686	de 10.08.12	Firma convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 40.000,00.
Lei n.º 5.694	de 27.08.12	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, um esporte a ser divulgado e renovado", no valor de R\$ 8.500,00
Lei n.º 5.855	de 26.11.13	Firma Convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.500,00.
Lei n.º 5.857	de 26.11.13	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 16.500,00.

Lei n.º 5.905	de 31.03.14	Firma convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.752,00.
Lei n.º 5.906	de 31.03.14	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, nossa luta é conservar e manter esse esporte", no valor de R\$ 15.000,00.
Lei nº 5.907	de 31.03.14	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto Lifuga, no valor de R\$ 8.647,00.
Lei n.º 5.963	de 18.08.14	Firma convênio com a Associação Esportiva, Recreativa e Eventos Garotos do canhoto, no valor de 5.700,00 (projeto Apoio a Formação de Atletas e Cidadãos).
Lei n.º 6.020	de 27.10.14	Firma convênio com o Grêmio Gaúcho-projeto "Natação e Diversão", valor de R\$ 5.700,00
Lei nº 6.022	de 27.10.14	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol Sete de R\$ 7.449,25 (campeonato entre vilas)
Lei nº 6.024	de 27.10.14	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube de R\$ 13.880,00 (citadino de veloterra e arrancadas de motocicletas)
Lei nº 6.081	de 02.03.15	Firma convênio com Adriano Luis de Souza no valor de R\$ 6.663,80 (projeto "Montenegro representada em campeonato mundial de Muay Thai").
Lei nº 6.126	de 09.06.15	Firma convênio com o Clube de Regatas Caça e Pesca Cruzeiro do Sul para atender ao projeto "Pingue-Pongue 2015 Desafiando Limites", no valor de R\$ 7.830,00.
Lei n.º 6.127	de 09.06.15	Firma convênio cor o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 52.000,00.
Lei n.º 6.144	de 15.07.15	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 26.970,00 (Arrancção de Motocicletas e Intermunicipal de Veloterra).
Lei n.º 6.145	de 15.07.15	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, nossa luta é conservar e manter esse esporte", no valor de R\$ 15.000,00.
Lei n.º 6.175	de 24.07.15	Firma convênio com Grêmio Gaúcho para atender ao projeto "Natação e Diversão", no valor de R\$ 7.070,00.

Lei n.º 6.186 de 24.07.15 Firma convênio com a Associação Beneficente Antônio Mendes Filho dos Servidores de Nível Médio da Brigada Militar de Montenegro - ABAMF/SNMBM/MN, no valor de R\$ 4.300,00 (projeto "Pés na Areia").

FUNDO MUNICIPAL PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS ORIGINÁRIOS DE MULTAS DE TRÂNSITO IMPOSTAS – FUNMULTRAN

Lei nº 6.095 de 06.04.15 Institui o Fundo Municipal para Aplicação de Recursos Financeiros Originários das Multas de Trânsito Impostas e explicita as formas de aplicação.

FUNDO MUNICIPAL DE FOMENTO À PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE MONTENEGRO – FUMPROCULTURA

Lei n.º 3.992 de 12.12.03 Cria o Fundo Municipal de Fomento à Produção Artística e Cultural de Montenegro – FUMPROCULTURA.

Lei n.º 4.387 de 19.01.06 Altera redação dos arts 2º, 5º e 11 da Lei nº 3.992/03.

Lei n.º 4.701 de 20.08.07 Altera o Inciso III e acrescenta Inciso IV ao art. 1º e altera a redação dos art. 2º, 3º e 7º da Lei nº 3.054/95 que cria o Conselho Municipal de Cultura.

Lei n.º 4.976 de 10.11.08 Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 71.000,00 (custeio de projetos contemplados pelo FUMPROCULTURA)

FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO COMPARTILHADA – FMGC

Lei n.º 5.556 de 26.12.11 Autoriza a realização de Convênios de Cooperação com o Estado do RS e com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do sul e/ou outro Agente Regulador, a celebração de Contrato de Programa com a CORSAN e dá outras providências.

Lei n.º 5.912 de 14.04.14 Abre crédito especial no valor de R\$ 444.000,00 (aquisição de caminhão, retroescavadeira e equipamentos diversos - FMGC/CORSAN).

FUNDO MUNICIPAL DE BOMBEIROS – FUMREBOM

Lei n.º 3.287	de 25.05.98	Cria o Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiros – FUNREBOM
Lei n.º 4.060	de 03.05.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.000,00 (Equipamento e material permanente e de informática p/ o Corpo de Bombeiros).
Lei n.º 4.145	de 13.12.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor R\$ 105.000,00 (aquisição de um caminhão).
Lei n.º 4.691	de 06.08.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/07 e abrir crédito especial de R\$ 2.295,00 (Mtl e Equip p/ FUMREBOM-Bombeiros)
Lei nº 4.795	de 28.12.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 135.339,00 (Corpo de Bombeiros)
Lei nº 4.949	de 15.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 20.000,00 (aquisição roupeiros p/ Corpo de Bombeiros)
Lei nº 5.235	de 1º.03.10	Cria o Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiros - Fumrebom
Lei nº 5.295	de 20.07.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 12.500,00 (FUMREBOM)
Lei nº 5.345	de 22.10.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (ampliação quartel Corpo de Bombeiros)
Lei nº 6.071	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 680.000,00 (aquisição caminhão autobomba tanque para Corpo de Bombeiros).

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Lei n.º 2.948	de 27.10.93	Institui o Fundo Municipal de Saúde.
Lei n.º 2.991	de 02.05.94	Exclui e altera artigos da Lei 2.948/93.
Lei n.º 3.027	de 20.12.94	Aprova o Plano de Aplicação de recursos do Fundo Municipal da Saúde para 1995.

Lei n.º 3.914	de 14.07.03	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2003 (aquisição autoclaves p/esterilização de material odontológico).
Lei nº 5.364	de 09.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (programa DST/HIV/AIDS)
Lei nº 5.405	de 28.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 24.087,09 (Plano de Desastres Ambientais - reestruturação estabelecimentos de saúde)
Lei n.º 5.819	de 10.09.13	Lei n.º 5.819 de 10.09.13 Autoriza a firmar convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ. (procedimentos de média e alta complexidade)
Lei n.º 5.927	de 27.05.14	Autoriza firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montenegro – APAE no valor de 17.020,00

FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES - FUNTRAN

Lei nº 4.831	de 10.03.08	Institui o Fundo Municipal de Transportes – FUNTRAN
Lei nº 5.198	de 14.12.09	Abre crédito especial de R\$ 70.000,00 (adequação orçamentária FUNTRAN)
Lei n.º 5.902	de 24.03.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 60.000,00 (Aquisição e instalação de semáforos)
Lei n.º 6.097	de 06.04.15	Abre crédito especial de R\$ 68.000,00 (aquisição e instalação de semáforos).

FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA DE MONTENEGRO

Lei n.º 5.155	de 25.09.09	Institui Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda – COMEMP e o Fundo Municipal de Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montenegro
---------------	-------------	--

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FMTUR

Lei n.º 3.520 de 05.06.00 Cria o Fundo Municipal de Turismo de Montenegro - FMTUR.

FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI

Lei n.º 4.248 de 29.07.05 Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo M. a ele vinculado.

Lei n.º 4.249 de 02.08.05 Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00. (p/Fundo)

Lei n.º 5.542 de 09.12.11 Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus, no valor de R\$ 50.000,00.

Lei n.º 5.587 de 13.02.12 Altera a redação de artigos da Lei n.º 4.248/05, que cria o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal a ele vinculado.

Lei n.º 5.651 de 02.07.12 Firma convênio com Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00.

Lei n.º 5.667 de 16.07.12 Acrescenta valor à alínea *a* do inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.575/11 – Plano de Auxílios e subvenções 2012 (casa de Amparo Mão de Deus).

Lei n.º 5.751 de 1º.04.13 Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00 (pagamento de despesas).

Lei n.º 5.752 de 1º.04.13 Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 83.000,00 (projeto "Envelhecimento Jovem").

Lei n.º 5.953 de 28.07.14 Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00.

Lei n.º 6.077 de 23.02.15 Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 86.100,00.

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

Lei n.º 3.071	de 10.07.95	Orça a receita e fixa a despesa do FMDCA, para o exercício de 1995.
Lei n.º 3.163	de 04.11.96	Reformula e Consolida a Legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-COMCRAD; o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei n.º 3.876	de 07.04.03	Autoriza o Executivo a receber, em doação, recursos financeiros para repasse à Sociedade Beneficente Espiritualista – Lar do Menor.
Lei n.º 3.990	de 08.12.03	Autoriza o Executivo a receber, em doação, recursos financeiros para repassar, através de Convênio, ao CPM da E. E. Aurélio Porto.
Lei n.º 4.773	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a ISAEC, mantenedora do Colégio Sinodal Progr., do vlr de R\$ 7.306,38.
Lei nº 4.859	de 22.04.08	Autoriza Executivo firmar convênio com Assoc. Anjos de Luz no valor de R\$ 27.000,00 (Proj. Semeando p/ Colher Amanhã)
Lei nº 4.910	de 14.07.08	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.
Lei nº 4.912	de 14.07.08	Autoriza o Executivo a abrir créd especial de R\$ 15.000,00 p/ FMDCA – Projeto Semeando o Futuro – DAS.
Lei nº 4.959	de 06.10.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a APAE (manutenção e conservação prédio escolar)
Lei nº 4.965	de 20.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (Projeto Semeando o Futuro – DAS/CRAS)
Lei nº 4.966	de 20.10.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Associação Anjos de Luz (projeto Semeando p/ Colher Amanhã)
Lei nº 4.967	de 20.10.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE (Dar continuidade com qualidade nos atendimentos p/ PNE's)
Lei nº 4.968	de 20.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 11.207,00 (instrumentos musicais EMEF Esperança)

Lei nº 4.969	de 20.10.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (Prosepa 2008)
Lei nº 4.981	de 24.11.08	Altera redação do art. 1º da Lei 4.967/08 que autoriza o Executivo firmar convênio com a APAE (Dar continuidade com qualidade nos atendimentos p/ PNE's)
Lei nº 4.986	de 01.12.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a ISAEC, mantenedora do Colégio Sinodal Progresso, no valor de R\$ 23.700,00 (Projeto Camaleão)
Lei n.º 5.110	de 14.07.09	Firma convênio c/ AABB-Montenegro (manutenção do Programa Integração AABB-Comunidade)
Lei n.º 5.241	de 16.03.10	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (R\$ 2.000,00 - obras infraestrutura na área externa do prédio)
Lei n.º 5.242	de 16.03.10	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (R\$ 19.236,00 Programa Integração AABB Comunidade de Montenegro)
Lei nº 5.328	de 21.09.10	Reformula e consolida a legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMCRAD; O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar
Lei n.º 5.352	de 19.11.10	Firma convênio com a AABB - Montenegro (Programa Integração AABB Comunidade de Montenegro)
Lei n.º 5.359	de 30.11.10	Firma convênio a APAE (Projeto continuar oferecendo nossos serviços com qualidade)
Lei n.º 5.363	de 09.12.10	Firma convênio a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 15.000,00 (ampliação área de recreação Lar do Menor)
Lei nº 5.400	de 18.03.11	Altera a redação do art.70 da Lei n.º 5.328/10, que reformula e consolida a Legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o COMCRAD; o Fundo Municipal e o Conselho Tutelar.
Lei n.º 5.447	de 13.06.11	Firma convênio com o RECREO no valor de R\$ 15.830,00 (projeto Recreio com Música)

Lei n.º 5.456	de 13.06.11	Firma convênio com o Grupo Tarca de Arte Nativa de R\$ 21.000,00 (Projeto "Por um novo amanhã")
Lei n.º 5.472	de 30.06.11	Firma convênio com o Instituto Cidadania 15 de Outubro de R\$ 15.000,00 (projeto "Artes Marciais para Educar")
Lei n.º 5.482	de 19.07.11	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (Projeto "Oficina de Dança Folclórica Gaúcha no Programa Integração AABB Comunidade em Montenegro-RS")
Lei n.º 5.524	de 08.11.11	Firma convênio com a ONG Amor Perfeito de R\$ 30.000,00 (projeto Novo Horizonte)
Lei n.º 5.551	de 19.12.11	Firma convênio com a APAE de Montenegro no valor de R\$ 22.760,00 (Projeto "Oferecer os nossos serviços com qualidade")
Lei n.º 5.557	de 26.12.11	Firma convênio com o Grupo Tarca de Arte Nativa no valor de R\$ 23.250,00 (Projeto "Por um Novo Amanhã")
Lei n.º 5.558	de 26.12.11	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 20.000,00 (Projeto "Olé")
Lei n.º 5.627	de 14.05.12	Firma convênio com a APAE de R\$ 55.000,00 (Projeto "Oferecer os nossos serviços com qualidade")
Lei n.º 5.631	de 28.05.12	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 85.000,00.
Lei n.º 5.632	de 28.05.12	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 28.800,00 (projeto "Olé")
Lei n.º 5.675	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 46.000,00 – Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.676	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 55.400,00 – Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.706	de 02.10.12	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – Montenegro (AABB Comunidade – Qualificação de oficinas).
Lei n.º 5.707	de 02.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.500,00 (Aquisição de equipamento p/ oficina de informática – AABB Comunidade).
Lei n.º 5.732	de 21.12.12	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Olé", no

		valor de R\$ 50.000,00 (reforma da infraestrutura do clube).
Lei n.º 5.736	de 28.12.12	Altera a redação do art. 3.º da Lei n.º 5.631/12-firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 85.000,00.
Lei n.º 5.744	de 13.02.13	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Férias na Piscina" no valor de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.748	de 08.03.13	Firma convênio com a APAE para atender ao projeto "Oferecer nossos serviços com qualidade", visando o repasse de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.749	de 18.03.13	Firma o convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.750	de 25.03.13	Firma o convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 5.287,70 (Reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei nº 5.772	de 06.05.13	Altera os arts. 14, 70 e 72 da Lei nº 5.328/10, a qual reformula e consolida a legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMCRAD; o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.
Lei nº 5.790	de 1.º.07.13	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal no valor de R\$ 31.250,00.
Lei nº 5.791	de 1.º.07.13	Firma convênio com a Federação Gaúcha de Karate para atender ao projeto "Karate Além do Esporte", valor de R\$ 18.200,00.
Lei n.º 5.801	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 40.000,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/03)
Lei n.º 5.802	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 39.340,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/04)
Lei n.º 5.835	de 07.10.13	Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 15.000,00 (Projeto "Capaz!")

Lei n.º 5.854	de 11.11.13	Firma Convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 78.912,70
Lei n.º 5.947	de 14.07.14	Autoriza a firmar convênio com a Federação Gaúcha de Karate para atender ao projeto Karate Além do esporte, valor de 43.986,00
Lei nº 6.008	de 13.10.14	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Olé" de R\$ 60.000,00
Lei nº 6.023	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 205.000,00 ("Resgatando a Cidadania"-Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei nº 6.027	de 27.10.14	Firma convênio com a APAE de R\$ 53.000,00 (projeto "Superando desafios para a Inclusão")
Lei nº 6.076	de 23.02.15	Firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montenegro – APAE no valor de R\$ 50.000,00.
Lei n.º 6.083	de 09.03.15	Firma convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil Montenegro.

FUNDO NACIONAL DA SAÚDE-FNS

Lei n.º 3.880	de 14.04.03	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 120.000,00 (aquisição de unidade móvel).
Lei n.º 3.887	de 02.05.03	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (aquisição de analisador bioquímico).
Lei n.º 5.440	de 03.06.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição de equipamento para o CAPS I)
Lei n.º 5.6237	de 04.06.12	Abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (contratação de serviço técnico profissional - CAPS I)

FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

Lei n.º 3.883	de 14.04.03	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais (APAE, Lar Sagrada Família, Abrigo e Pão dos Pobres, Sociedade Beneficente Espiritualista).
---------------	-------------	--

Lei n.º 3.901	de 13.06.03	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 4.050	de 13.04.04	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei nº 4.850	de 14.04.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 5.454	de 13.06.11	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão do Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.527	de 16.11.11	Firma convênio com entidades assistenciais (APAE, Associação Lar Sagrada Família e Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres)
Lei n.º 5.597	de 09.03.12	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.777	de 13.05.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais. (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres; Associação Lar Sagrada Família; Apae).
Lei n.º 5.900	de 18.03.14	Autoriza a firmar convênio com entidades assistenciais para o repasse de recursos do FNAS, programa de ação continuada- SAS 2014 (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres; Associação Lar Sagrada Família; Apae).
Lei nº 5.992	de 16.09.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 72.237,69 (reprogramação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social)
Lei nº 6.110	de 27.04.15	Firma convênio com entidades assistenciais para o repasse de recursos do FNAS, Programa Serviço de Ação Continuada - SAC 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Lei n.º 3.920	de 11.08.03	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (repasso de recursos do FNDE).
Lei n.º 3.955	de 13.10.03	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista. (Merenda Escolar)
Lei n.º 3.960	de 03.11.03	Altera o art. 1.º da Lei n.º 3955/03.
Lei nº 4.997	de 15.12.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 672,77 (material p/ EJA)

Lei nº 4.998	de 15.12.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 77.352,20 (termo aditivo EMEI Gente Miúda)
Lei n.º 5.498	de 26.08.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.617.500,00 (Inclusão digital – aquisição equipamentos tecnologia educacional).
Lei n.º 5.525	de 08.11.11	Abre crédito especial de R\$ 831,71 (devolução saldo convênio – FNDE PEJA)
Lei n.º 5.723	de 07.12.12	Abre crédito especial de R\$ 131.776,74 (FNDE/Bolsa Família – Material de Consumo).
Lei n.º 5.938	de 30.06.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de 18.137,69 (desconto de veículo para transporte escolar rural)
Lei n.º 5.948	de 14.07.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 152.275,00 (aquisição de mobiliário para as escolas municipais de ensino fundamental)
Lei nº 5.971	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 801.483,29 (construção de Escola Municipal de Educação Infantil no bairro Centenário).
Lei nº 5.972	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 180.290,45 (cobertura da quadra esportiva da Escola Pedro João Müller).
Lei n.º 5.999	de 08.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 150.000,00 (aquisição de ônibus escolar-FNDE)
Lei n.º 6.007	de 13.10.14	Inclui ação/projeto no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 1.010.120,25 (construção EMEF no bairro Senai)

FUNDOPIMES

Lei n.º 3.465	de 20.12.99	Autoriza o Executivo a contratar operações de crédito com o Bannisul, como órgão gestor do Fundopimes, abrir crédito especial no valor de R\$ 137.090,05, operação de crédito.
Lei n.º 3.534	de 28.07.00	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.066.667,00.
Lei n.º 3.579	de 13.03.01	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 206.000,39, Operação de Crédito – Fundopimes.

Lei n.º 3.793	de 16.09.02	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 137.090,05-Operação de Crédito do Fundopimes.
Lei n.º 3.823	de 05.11.02	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 30.295,92 (pavimentação ruas do Bairro Germano Henke).

FUNDO ROTATIVO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – FUNDAGRO

Lei n.º 2.973	de 10.01.94	Cria o Fundo Rotativo de Desenvolvimento Agropecuário do Município.
Lei n.º 3.004	de 22.08.94	Altera o caput do art. 7º, acrescenta parágrafo e altera o § 1º do art. 11 da Lei nº 2.973/94.
Lei n.º 3.580	de 13.03.01	Altera redação do art. 9º da Lei nº 2.973/94.
Lei n.º 3.754	de 26.06.02	Acrescenta valor à meta prioritária da LDO/02
Lei n.º 4.053	de 26.04.04	Altera a redação do art. 9.º da Lei 2973/94.
Lei n.º 4.099	de 16.07.04	Altera a redação dos arts. 7.º, 9.º e 11 da Lei n.º 2973/94 (mudança do indexador para financiamento agrícola).

FUNDO ROTATIVO DE DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

Lei n.º 4.259	de 22.08.05	Autoriza o Executivo a criar o Fundo Rotativo de Desenvolvimento da Avicultura e a conceder empréstimo para construção e ampliação de aviários.
Lei n.º 4.459	de 29.05.06	Altera red. art. 1º e acrescenta o parágrafo único, altera red. dos arts. 3º, 7º e acresc. art. 7ºA à Lei 4.259/05 – Fundo Rotativo de Desenvolvimento da Avicultura e a conceder empréstimo p/construção e ampliação de aviários.

FUNDO ROTATIVO DE HABITAÇÃO POPULAR

Lei n.º 2.827	de 01.06.92	Institui o Programa Mutirão da Moradia, dispõe sobre a Política Habitacional para a população de baixa renda, autoriza a criação do Fundo Rotativo de Habitação Popular.
Lei n.º 3.545	de 06.10.00	Autoriza transferência de imóvel pertencente ao Município para o Fundo Rotativo de Habitação Popular (Sem Teto).
Lei n.º 3.546	de 06.10.00	Autoriza transferência de imóvel pertencente ao Município para o Fundo Rotativo de Habitação Popular (Prolurb III).
Lei n.º 3.587	de 23.04.01	Dispõe sobre a Constituição do Conselho Municipal de Habitação, criação do Fundo Municipal a ele vinculado.
Lei n.º 3.607	de 13.06.01	Autoriza transferência de imóveis ao patrimônio do Fundo Rotativo de Habitação Popular.
Lei n.º 3.632	de 20.08.01	Revoga o inciso VIII, do art. 5º da Lei n.º 3.587/01.
Lei n.º 4.985	de 01.12.08	Autoriza Executivo criar Conselho Municipal Gestor de Habitação de Interesse Social-COMHAB e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social-FMHIS.

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL-FMHIS

Lei n.º 4.985 de 01.12.08 Autoriza Executivo criar Conselho Municipal Gestor de Habitação de Interesse Social-COMHAB e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social-FMHIS.

Lei n.º 5.478 de 11.07.11 Altera redação dos arts. 11, 12 e 14 da Lei n.º 4.985/09-cria o COMHAB e o FMHIS (número de membros).

FUNERAL

Lei n.º 5.175 de 03.11.09 Efetuar ressarcimento das custas de funeral do Ex-Prefeito Ivan Jacob Zimmer

FUNERÁRIAS

Lei n.º 3.083 de 11.09.95 Dispõe sobre a localização de funerárias no Município de Montenegro.

GABINETE

LC n.º 4.184	de 11.04.05	Altera redação do art. 1º da LC 2782/91 – Cria e extingue cargos em comissão e FG (Chefe Gabinete – CC11).
Lei n.º 4.192	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 83.000,00 (aquisição bens móveis).
Lei n.º 4.224	de 28.06.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 55.000,00 – aquisição veículo.
Lei n.º 4.254	de 17.08.05	Autoriza o Executivo alterar o art. 1º da Lei nº 4.224/05.
Lei n.º 4.812	de 18.02.08	Cria o Dto. De Habitação Social no GP e extingue o Serv. de Habitação Social na SMSAS, Lei n.º 3360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura.

GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM

Lei 5.195	de 04.12.09	Constitui o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, integrado ao CIS/CAÍ
Lei 6.049	de 08.12.14	Institui o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM no Município

GARIS

LC n.º 2.993	de 08.06.94	Autoriza a contratação temporária de dez garis para a varrição/limpeza das ruas centrais do município.
--------------	-------------	--

GAUCHÃO 2009

Lei n.º 5.142	de 31.08.09	Firma convênio com o Clube Riograndense de R\$ 12.000,00 (Gauchão 2009)
---------------	-------------	---

GESTÃO PÚBLICA

Lei n.º 4.252	de 15.08.05	Estabelece normas voltadas à Responsabilidade Social na Gestão Pública do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.390	de 14.02.06	Autoriza servidores municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo a realizarem curso superior de formação específica em Gestão Pública e concede benefício de 50% das mensalidades.

GINÁSIO

Lei n.º 2.509	de 22.08.88	Denomina Domingos dos Santos a quadra do Ginásio de Esportes do Parque Centenário.
Lei n.º 2.700	de 28.12.90	Denomina Normélio Petry o Ginásio de Esportes do Parque Centenário, atualmente conhecido como Azulão.
Lei n.º 4.518	de 28.08.06	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, da Associação Comunitária Bom Jardim. (Construção ginásio)
Lei n.º 4.771	de 06.12.07	Denomina Ginásio Poliesportivo Adelmo Antônio Machado na localidade de Bom Jardim. (autoria Ver. Edgar Becker)
Lei n.º 4.901	de 20.06.08	Denomina Ramiro de Araújo Ramos o Ginásio Poliesportivo da localidade de Muda Boi. (autoria Ver. Edgar Becker)
Lei n.º 4.953	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 150.919,59 e ratificar contrato de repasses Ministério do Esporte (ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei n.º 4.996	de 08.12.08	Denomina ROMÁRIO DE VARGAS BROCHIER o Ginásio Poliesportivo da localidade de Rua Nova. (autoria Ver. Edgar Becker)
Lei nº 5.182	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 10.109,86 (devolução saldo construção Ginásio Poliesportivo EMEF José Pedro Steigleder)
Lei nº 5.237	de 08.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 156.000,00 (reforma no Ginásio Poliesportivo Domingos dos Santos)
Lei nº 5.253	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 18.117,95 (substituição cobertura ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei n.º 5.412	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 200.877,71 (construção de ginásio no Bairro Ferroviário)

Lei n.º 5.531	de 18.11.11	Denomina Romeu Antônio Kirch o Centro de Eventos localizado no Parque Centenário Erny Carlos Heller
Lei n.º 5.743	de 13.02.13	Recebe, em doação, uma fração de terras de propriedade de João Nei da Motta (construção de ginásio esportivo na localidade de Serra Velha).
Lei n.º 5.769	de 19.04.13	Abre crédito especial de R\$ 111.660,66 (devolução contrato construção ginásio bairro Ferroviário)
Lei nº 5.958	de 18.08.14	Inclui ação da LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 431.839,25 (construção do Espaço Multiuso Comunitário da Serra Velha)
Lei n.º 5.973	de 26.08.14	Firma concessão de uso de bem público com a Escola Estadual Técnica São João Batista.
Lei n.º 6.114	de 18.05.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 122.379,61 (Fechamento Ginásio Alfama).
Lei nº 6.142	de 08.07.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 145.787,47 (saldo – conclusão de ginásio).
Lei n.º 6.197	de 10.08.15	Exclui ações da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 504.320,56 (exclui: construção da estação de transbordo - cooperativa de trabalho de recicladores - ampliação do prédio do Telecentro Timbaúva - melhoria de processos - PGQP; inclui: construção espaço multiuso Comunitário Serra Velha).

GRATIFICAÇÃO RISCO DE VIDA

Lei nº 5.183	de 16.11.09	Institui gratificação por risco de vida aos integrantes dos cargos de Fiscal de Obras, Fiscal de Tributos, Fiscal de Posturas e Agente Fiscal.
Lei nº 5.986	de 08.09.14	Institui gratificação por risco de vida aos servidores públicos que exercem suas funções no interior da Penitenciária Modulada Estadual Agente Penitenciário Jair Fiorin-PMAPJF.

GRÊMIO ESPORTIVO MUNICIPAL

Lei nº 5.907	de 31.03.14	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto Lifuga, no valor de R\$ 8.647,00.
--------------	-------------	---

Lei nº 6.008 de 13.10.14 Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Olé" de R\$ 60.000,00

Lei n.º 6.151 de 15.07.15 Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Olé", no valor de R\$ 31.500,00.

GRUPO DE ESCOTEIROS

Lei n.º 2.564 de 22.05.89 Autoriza o Executivo a firmar contrato de concessão de uso com o Grupo de Escoteiros Acácia Negra.

GRUPO DE TEATRO RENASCENÇA

Lei n.º 5.692 de 27.08.12 Firma convênio com Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte para atender ao projeto "Renascença – Novos Rumos", no valor de R\$ 10.000,00

Lei n.º 5.829 de 16.09.13 Autoriza a firmar convênio com Renascença Companhia de Teatro – Assoc. Cultura & Arte para atender ao projeto "Renascença 25 anos", no valor de 11.500,00

Lei nº 6.018 de 27.10.14 Firma convênio com o Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte – projeto "integrações Sociais em Cena" de R\$ 33.000,00

GUARDA MUNICIPAL

LC n.º 2.853 de 22.09.92 Cria a Guarda Municipal com os respectivos cargos.

LC n.º 3.124 de 19.03.96 Altera o art. 3º da Lei nº 2.636/90.

Lei n.º 3.986 de 02.12.03 Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 160.000,00. (Terceirização da Guarda Municipal)

Lei n.º 4.472 de 19.06.06 Autoriza o Executivo incluir ação no PPA e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 30.000,00 (veículo guarda municipal).

LC nº 4.740 de 16.10.07 Cria mais 19 cargos de Guarda Municipal- Padrão 02, instituídos pela LC nº 2.636/90.

LC n.º 4.840	de 31.03.08	Altera redação do art. 4º da LC 2.853/92 que cria a Guarda Municipal (adicional periculosidade 50%)
LC nº 4.989	de 08.12.08	Altera Requisitos para Provimento da categoria funcional Guarda Municipal
Lei n.º 5.717	de 13.11.12	Firma convênio com o Estado do RS, por intermédio da SSP, com a interveniência da Brigada Militar, visando à conjugação de esforços para viabilizar e apoiar o processo de Segurança Pública previsto no projeto de videomonitoramento.
Lei n.º 5.718	de 13.11.12	Regula a instalação, operação, tratamento de imagens, dados e informações produzidas a partir do sistema de videomonitoramento.

HABITAÇÃO

Lei n.º 3.781	de 12.08.02	Exclui meta na LDO 2002.
Lei n.º 3.801	de 30.09.02	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 4.615,93.
Lei n.º 4.632	de 27.03.07	Autoriza Executivo vender lotes loteamento Panorama.
Lei n.º 4.633	de 09.04.07	Autoriza Executivo a receber em doação em pagto., da empresa Transcontinental Empreend. Imob. Ltda 78 unidades do Loteamento Bela Vista.
Lei n.º 4.774	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 729,45 (SMSAS-Alarme-Serviço de Habitação Social)
Lei n.º 4.812	de 18.02.08	Cria o Dto. De Habitação Social no GP e extingue o Serv. De Habitação Social na SMSAS, Lei n.º 3360/98, que reorganiza e consolida a Estr.Admin.da Prefeitura.
Lei n.º 4.865	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito espec de R\$ 70.640,00 – Plano de Habitação-FRHP.
Lei n.º 4.888	de 09.06.08	Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e abrir crédito espec de R\$ 200.000,00-Infraestrutura de loteamentos.
Lei nº 4.938	de 22.08.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 11.450,00 (regularização fundiária Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto)
Lei nº 4.938	de 22.08.08	Abre crédito especial de R\$ 2.352,44 (Plano Local de Habitação)
Lei nº 5.213	de 28.12.09	Abre crédito especial de R\$ 1.220,11 (devolução saldo elaboração PLHIS)
Lei nº 5.214	de 28.12.09	Abre crédito especial de R\$ 4.018,68 (devolução saldo unidades habitacionais)
LC n.º 5.305	de 06.08.10	Altera redação do art. 185 da Lei n.º 1.972/73-Código de Obras (fossas sépticas e sumidouros-filtro anaeróbio)
Lei n.º 5.474	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 13.250,00 (alterações no projeto urbanístico no bairro Panorama)
Lei n.º 5.680	de 03.08.12	Abre crédito especial de R\$ 14.362,12 (devolução saldo convênio – regularização fundiária)
Lei n.º 5.687	de 10.08.12	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 4.666/07, que dispõe sobre a regularização

dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto e abre crédito especial de R\$ 45.131,15.

Lei n.º 5.935 de 25.06.14 Altera redação do arts. 7º e 8º e revoga o art 9º a Lei n.º 5.889 de 2014 que decreta zona de interesse especial- ZEIS; desafetar os imóveis, conceder legitimação de posse relativa ao prolongamento da rua 01 – loteamento Vitória bairro Santa Rita

HABITAÇÃO POPULAR

Lei n.º 3.980 de 24.11.03 Estabelece condições especiais para aprovação de projetos de edificações enquadradas no Programa de Arrendamento Residencial – PAR e outros programas de habitação popular, e dá outras providências.

Lei n.º 4.086 de 23.06.04 Exclui meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2004, e dá outras providências. (Exclusão de “Construção de Casas Populares” e inclusão de “Execução de Infra-estrutura Urbana...”)

Lei n.º 4.123 de 04.10.04 Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 18.802,69. (Devolução de sobras de recursos à União)

Lei n.º 4.320 de 18.11.05 Autoriza o Executivo firmar convênio com Governo do RS, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR para implantar o Programa Minha Casa e abrir crédito especial no valor de R\$ 266.001,00.

Lei n.º 4.321 de 21.11.05 Altera redação do art. 2.º da Lei n.º 3980/03, normas aprovação projetos de edificações no PAR e outros programas habitação popular.

Lei n.º 4.322 de 21.11.05 Concede isenção tributária para implantação Programa de Arrendamento Residencial– PAR.

Lei n.º 4.361 de 27.12.05 Altera o art. 5.º da Lei n.º 4322/2005, que concede isenção tributária para a implantação do Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

Lei n.º 4.362 de 27.12.05 Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Ministério das Cidades, incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 57.460,00 (regularização fundiária dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto).

Lei n.º 4.384	de 19.01.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 12.155,00 – SMSAS.
Lei n.º 4.417	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com Governo RS, através da SEHADUR para implantação de loteamento popular, alteração no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 420.000,00.
Lei n.º 4.449	de 15.05.06	Acrescenta o art. 43 ^A e parágrafo único à Lei 1.971/73, que dispõe sobre loteamento (testada lotes populares).
Lei nº. 4.666	de 18.06.07	Dispõe s/ regularização dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto e autoriza abrir crédito especial de R\$ 45.131,15 (Crédito Especial – Loteamento Popular)
Lei nº 4.745	de 22.10.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 7.538,82 (Prolurb III)
Lei nº 4.793	de 28.12.07	Autoriza o Executivo adquirir uma área de terras destinada a implantação de loteamento popular no bairro Cinco de Maio.
Lei nº 4.794	de 28.12.07	Autoriza o Executivo adquirir uma área de terras destinada a implantação de loteamento popular no bairro Aeroclube.
Lei nº 4.817	de 25.02.08	Autoriza o Executivo Municipal abrir crédito especial de R\$ 60,51 (devolução saldo Prolurb).
Lei nº 4.823	de 26.02.08	Autoriza o Executivo firmar convênio de Operação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH (Loteamentos Bela Vista e Vila Esperança)
Lei n.º 4.888	de 09.06.08	Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e abrir créd espec de R\$ 200.000,00-Infraestrutura de loteamentos.
Lei nº 4.938	de 22.08.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 11.450,00 (regularização fundiária Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto)
Lei n.º 4.985	de 01.12.08	Autoriza Executivo criar Conselho Municipal Gestor de Habitação de Interesse Social-COMHAB e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social-FMHIS.
Lei n.º 5.122	de 10.08.09	Condições especiais p/ aprovação de projetos de edificações do Programa Minha Casa Minha Vida

Lei n.º 5.123	de 10.08.09	Concede isenção tributária para a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV
Lei n.º 5.165	de 16.10.09	Dispõe sobre a reserva de vagas em apartamentos térreos para idosos e deficientes físicos, nos conjuntos habitacionais populares
Lei n.º 5.216	de 30.12.09	Estabelece condições especiais p/ aprovação de projetos de parcelamento de solo sob a forma de Condomínio Residencial enquadradas no Programa Minha Casa Minha Vida (Prolurb V – Bairro Cinco de Maio)
Lei n.º 5.410	de 04.04.11	Acrescenta incisos e altera redação do art. 2º da Lei nº 5.122/09, que estabelece condições especiais p/ aprovação de projetos de edificações enquadradas no Programa Minha Casa Minha Vida
Lei n.º 5.441	de 03.06.11	Dispõe sobre a regularização do Loteamento Vila Esperança, Bairro Senai.
Lei n.º 5.478	de 11.07.11	Altera redação dos arts. 11, 12 e 14 da Lei n.º 4.985/09-cria o COMHAB e o FMHIS (número de membros).
Lei n.º 5.486	de 26.07.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$97.000,00 (aditivo construção de casas – PSH/Economisa)
Lei n.º 5.554	de 26.12.11	Firma convênio com a Economisa, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 55.591,00 (unidades habitacionais – complementação vigas de fundação)
Lei n.º 5.680	de 03.08.12	Abre crédito especial de R\$ 14.362,12 (devolução saldo convênio – regularização fundiária)
Lei n.º 5.687	de 10.08.12	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 4.666/07, que dispõe sobre a regularização dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto e abre crédito especial de R\$ 45.131,15.
Lei n.º 5.714	de 22.10.12	Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)

HIDRÁULICA

Lei n.º 82	de 09.07.48	Autoriza a doação de terreno.
Lei n.º 99	de 27.08.48	Autoriza o Município a celebrar um convênio com Estado para a execução e exploração dos serviços de água e esgoto.
Lei n.º 175	de 01.07.49	Autoriza a transferência ao Estado do terreno para o parque hidráulico.
Lei n.º 298	de 11.08.50	Autoriza a doação de encanamentos ao Estado.
LC n.º 5.305	de 06.08.50	Altera redação do art. 185 da Lei n.º 1.972/73-Código de Obras (fossas sépticas e sumidouros-filtro anaeróbio)

HINO

Lei n.º 3.837	de 13.12.02	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Execução do Hino de Montenegro nas atividades cívicas escolares.
---------------	-------------	--

H e S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PALLETS LTDA.

Lei n.º 4.260	de 26.08.05	Autoriza o executivo a conceder incentivos à empresa H e S Ind. e Com. de Pallets Ltda.
---------------	-------------	---

HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO COMÉRCIO

Lei n.º 227	de 10.02.50	Regula o horário de abertura e fechamento do comércio em geral na cidade de Montenegro.
Lei n.º 237	de 14.04.50	Estabelece horário para o funcionamento das Barbearias.
Lei nº 1.033	de 23.12.57	Revoga e consolida a legislação municipal que regula o horário de abertura e fechamento do comércio do município e traça normas a respeito.
Lei nº 1.041	de 24.04.58	Altera o art. 1º da Lei nº 1.033 de 23.12.57.
Lei nº 2.400	de 08.11.58	Revoga e consolida a legislação municipal que regula o horário de abertura e fechamento do

		comércio do município de Montenegro e traça normas a respeito.
Lei nº 2.451	de 13.03.87	Dispõe sobre o horário de abertura e fechamento dos estabelecimentos bancários.
Lei nº 2.461	de 29.06.87	Acrescenta o § 3º ao art. 1º da Lei nº 2.400/85 e altera o art. 3º da mesma lei.
Lei nº 2.498	de 11.04.88	Revoga a lei nº 2.541, dispondo sobre o horário de abertura e fechamento dos estabelecimentos bancários.
Lei nº 2.691	de 19.12.90	Dispõe sobre o funcionamento do comércio aos sábados, domingos e feriados.
Lei nº 2.697	de 28.12.90	Acrescenta atividades comerciais ao art. 3º da Lei nº 2.400/85.

HÓSPEDES OFICIAIS

Lei n.º 3.399	de 18.06.99	Autoriza o pagamento de despesas de passagem e hospedagem a convidados oficiais do Município e dá outras providências.
---------------	-------------	--

HOSPITAL MONTENEGRO-HM

Lei n.º 214	de 25.11.49	Concede auxílio especial ao Hospital Montenegro
Lei n.º 638	de 29.12.53	Concede auxílio para o exercício de 1954.
Lei n.º 2.549	de 06.03.89	Autoriza a compra de duas cotas de auxílio.
Lei n.º 2.671	de 28.09.90	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Hospital Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 2.902	de 28.12.92	Isenta o Hospital Montenegro do pagamento de Contribuição de Melhoria.
Lei n.º 3.194	de 05.05.97	Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Hospital Montenegro.
Lei nº 3.203	de 17.06.97	Autoriza o Poder Executivo Municipal a renovar convênio com o Hospital Montenegro.

Lei n.º 3.216	de 04.08.97	Autoriza o Poder Executivo Municipal a complementar repasse financeiro, renovar convênio com o Hospital Montenegro.
Lei n.º 3.271	de 30.03.98	Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Hospital Montenegro.
Lei n.º 3.888	de 02.05.03	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei nº 3.845, de 26 de dezembro de 2002, alterado pela Lei nº 3.870 e 3.878/2003, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2003.
Lei n.º 3.997	de 22.12.03	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.008	de 30.12.03	Acrescenta valor ao art. 1.º, da Lei n.º 3997/03, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para 2004. (R\$ 114.000,00, para o Hospital Montenegro)
Lei n.º 4.157	de 31.12.04	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para exercício 2005.
Lei n.º 4.169	de 01.03.05	Acrescenta valor ao art. 1º Lei nº 4.157/04.
Lei n.º 4.170	de 1º.03.05	Autoriza o Executivo a conceder subvenção social à OASE, mantenedora do Hospital Montenegro.
Lei n.º 4.246	de 29.07.05	Autoriza Executivo acrescentar valor ao art. 1º Lei 4.157/04 – Auxílios e Subvenções 2005.
Lei nº 4.261	de 29.08.05	Autoriza Executivo firmar convenio com OASE, abrir crédito especial de R\$464.872,50 e incluir programa no PPA 2002/5 e LDO 2005 (Programa Salvar)
Lei n.º 4.271	de 26.09.05	Ratifica a Resolução nº 18/2005 do CMS.
Lei n.º 4.298	de 27.10.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com a OASE e abrir crédito especial no valor de R\$ 420.000,00 (Coredes).
Lei n.º 4.332	de 28.11.05	Acrescenta valor ao art. 1º Lei 4.157/04 – OASE (Hospital Montenegro).
Lei n.º 4.333	de 28.11.05	Acrescenta valor ao art. 1º Lei 4.157/04 – OASE – Hospital Montenegro.
Lei nº 4.298	de 27.10.05	Autoriza o Executivo a firmar o Convênio com a OASE.

Lei n.º 4.427	de 13.04.06	Acrescenta valor ao art. 1º, inc. I, b da Lei nº 4.374/05, Plano de Auxílios e Subvenções – R\$ 240.000,00.
Lei n.º 4.486	de 30.06.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial R\$ 360.000,00 e firmar convênio com OASE.
Lei n.º 4.492	de 11.07.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a OASE (Aquis. aparelho Tomógrafo).
Lei n.º 4.493	de 14.07.06	Acrescenta o § 1º e o § 2º ao art. 3º da Lei nº 4.486/06 (contra-partida do Município).
Lei nº 4.531	de 25.09.06	Acrescenta valor ao art. 1º, Inc. I, b, da Lei nº 4.374/05, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para 2006 (R\$ 50.000,00).
Lei n.º 4.542	de 09.10.06	Acrescenta valor ao art. 1º. Inc. I, b, da Lei nº 4.374/05, que estabelece Plano Auxílios e Subvenções (R\$ 100.000,00).
Lei n.º 4.544	de 13.10.06	Acrescenta valor ao art. 1º. Inc. I, b, da Lei nº 4.374/05, que estabelece Plano Auxílios e Subvenções (R\$ 100.000,00).
Lei n.º 4.575	de 04.12.06	Acrescenta valor ao art. 1º, inc. I, b da Lei nº 4.374/05, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções p/06 (R\$ 400.000,00 p/OASE – HM).
Lei n.º 4.597	de 29.12.06	Acrescenta valor ao art. 1º, inc. I, b da Lei nº 4.374/05 (OASE – 73.000,00).
Lei n.º 4.611	de 22.02.07	Autoriza a Concessão de Uso de bens públicos à OASE (equipamentos Programa Viva Criança).
Lei nº 4.699	de 17.08.07	Acrescenta valor à alínea b do Inciso I, art. 1º, Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2007 (Hosp. Montenegro)
Lei nº 4.760	de 23.11.07	Acrescenta valor à alínea b do inciso I do art. 1º da Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções (Hosp. Montenegro)
Lei nº 4.830	de 10.03.08	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 2.157,84 (restituição HM-COREDES)
Lei nº 4.858	de 22.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 90.000,00 (equipamentos HM)
Lei nº 4.920	de 21.07.08	Acrescenta valor à alínea b, inciso I, do art. 1º da Lei nº 4.788/07 – Plano de Auxílios e

		Subvenções (OASE-HM, forros de colchão e roupas de cama)
Lei nº 4.950	de 15.09.08	Acrescenta valor à alínea <i>b</i> do inciso I, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (OASE/HM-pagamento anestesistas)
Lei nº 4.954	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação em programa do PPA 2006/2009 na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 25.799,45 (equipamentos Hospital Montenegro)
Lei n.º 5.119	de 03.08.09	Abre crédito especial de R\$ 2.050,51 (devolução saldo-Proj. Estado Salvar-auxílio HM)
Lei nº 5.173	de 03.11.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 7.570,00 (aquisição de equipamentos - Coredes 2006/07 p/ HM)
Lei nº 5.179	de 13.11.09	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso I do art. 1º da Lei 4.980/08, Plano de Auxílios e Subvenções 2009 (Repasse de R\$ 290.000,00 à OASE – Hospital Montenegro, verba da Câmara)
Lei n.º 5.186	de 23.11.09	Firma convênio c/ OASE p/ manutenção e custeio do projeto Farmácia Popular do Brasil
Lei nº 5.219	de 30.12.09	Firma convênio com a OASE para manutenção e custeio do projeto Farmácia Popular do Brasil.
Lei n.º 5.246	de 06.04.10	Firma convênio com a OASE e abre crédito especial de R\$ 93.500,00 (reformas HM)
Lei nº 5.281	de 14.06.10	Inclui ação no LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 25.126,00 (aquisição de equipamentos p/ HM).
Lei n.º 5.499	de 26.08.11	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso I do art. 1º da Lei n.º 5.357/10 – Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2011. (R\$ 350.000,00 à OASE mantenedora do HM)
Lei n.º 5.562	de 30.12.11	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso I do art. 1.º da Lei 5.357/10, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2011 (R\$ 250.000,00 – OASE)
Lei n.º 5.578	de 24.01.12	Firma convênio com a OASE p/ custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.
Lei n.º 5.653	de 02.07.12	Firma convênio com OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192

Lei n.º 5.668	de 16.07.12	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso I do art. 1.º da Lei n.º 5.575/11 – Plano de Auxílios e subvenções 2012 (OASE/HM)
Lei n.º 5.727	de 17.12.12	Ratifica a utilização de recursos financeiro no valor de R\$ 5.000,00 para aquisição de medicamentos e material hospitalar pela OASE.
Lei n.º 5.754	de 05.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192 (R\$ 990.469,00).
Lei n.º 5.849	de 29.10.13	Inclui no PPA 2010-2013 e na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 645.000,00 (equipamentos para o Hospital Montenegro – Consulta Popular)
Lei n.º 5.920	de 06.05.14	Autoriza o Executivo Municipal a proceder à concessão de uso de bem móvel (Dois veículos para OASE – SAMU SALVAR).
Lei n.º 5.952	de 28.07.14	Efetua pagamento a OASE referente ao mês de junho de 2014 para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192 e firma convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.
Lei n.º 5.953	de 28.07.14	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00.
Lei n.º 5.961	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 645.000,00 (Coredes – Hospital Montenegro).
Lei nº 6.058	de 29.12.14	Firma convênio com a OASE para manutenção e custeio Farmácia Popular do Brasil
Lei nº 6.059	de 29.12.14	Firma convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192

HOTEL

Lei n.º 3.172	de 12.12.96	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à Alpha Hotéis e Turismo Ltda. e dá outras providências.
Lei n.º 5.313	de 23.08.10	Concede incentivos à empresa Montenegriano Administradora de Hotéis Sociedade de Propósito Específico Ltda.

IDOSOS

Lei n.º 4.523	de 11.09.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Clube Amigos da Melhor Idade de Santos Reis
Lei n.º 4.620	de 16.03.07	Autoriza o Executivo a realizar o transporte de material para aterro em benefício de organização de acolhimento a idosos.
Lei n.º 4.777	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a <u>excluir</u> ação na LDO/07 (SMSAS-Centro de Convivência dos Idosos)
Lei n.º 5.165	de 16.10.09	Dispõe sobre a reserva de vagas em apartamentos térreos para idosos e deficientes físicos, nos conjuntos habitacionais populares e dá outras providências.
Lei n.º 5.587	de 13.02.12	Altera a redação de artigos da Lei n.º 4.248/05, que cria o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal a ele vinculado.
Lei n.º 5.651	de 02.07.12	Firma convênio com Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00
Lei n.º 5.667	de 16.07.12	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso II do art. 1º da Lei n.º 5.575/11 – Plano de Auxílios e subvenções 2012 (casa de Amparo Mão de Deus)
Lei n.º 5.837	de 08.10.13	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres no valor de R\$ 31.000,00 (atendimento básico)
Lei n.º 5.869	de 30.12.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de 23.067,64 (Equipamento e material Permanente Lar Sagrada Família)

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Lei nº 5.034	de 09.02.09	Autoriza Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 85.568,72.
--------------	-------------	--

IMÓVEIS

Lei n.º 54	de 23.04.48	Autoriza o Executivo ceder um imóvel ao Estado (Construção da Vila Militar)
Lei n.º 82	de 09.07.48	Autoriza doação de terrenos (Parque tratamento da hidráulica – Corsan).

Lei n.º	127	de	19.11.48	Autoriza doação de terreno ao Governo da União (Construção Agência dos Correios).
Lei n.º	152	de	11.03.49	Autoriza compra e doação de terreno para o Ministério da Agricultura (Barão).
Lei n.º	175	de	01.07.49	Autoriza a transferência ao Estado do terreno para o parque hidráulico (Cais Rio Cai).
Lei n.º	206	de	18.11.49	Altera o art. 1º da Lei nº 152/49 que autorizou a compra e doação de terreno para o Ministério da Agricultura.
Lei n.º	235	de	31.03.50	Autoriza doação de imóvel ao Estado (Escola em Linha Comprida).
Lei n.º	236	de	31.03.50	Autoriza aquisição e doação de terreno e abre crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (Rádio Sulina Ltda.)
Lei n.º	239	de	14.04.50	Autoriza o Executivo a receber em doação terrenos para escolas rurais e subprefeituras a serem construídas no município.
Lei n.º	314	de	27.10.50	Reduz o quantitativo para compra de terreno (Lei 152 e 206/49).
Lei n.º	346	de	16.03.51	Autoriza o Executivo a conceder ao Grêmio Esportivo Municipal, a utilização de imóvel.
Lei n.º	371	de	25.05.51	Autoriza aquisição e doação terreno e abre crédito especial (Inspetoria Veterinária).
Lei n.º	402	de	31.08.51	Autoriza doação de imóvel ao Estado (Escola Linha Bonita Alta).
Lei n.º	422	de	03.12.51	Autoriza aquisição e doação de imóvel ao Estado (Escola em Barão).
Lei n.º	423	de	03.12.51	Autoriza aquisição e doação imóvel ao Estado (Escola em Costa da Serra).
Lei n.º	460	de	28.02.52	Autoriza aquisição e doação de terreno e abre crédito especial (Rádio Sulina).
Lei n.º	487	de	27.06.52	Revoga a Lei nº 460/52.
Lei n.º	542	de	23.12.52	Autoriza aquisição e doação de imóvel ao Estado e abre Crédito Especial (Escola em Costa da Serra).
Lei n.º	543	de	23.12.52	Autoriza aquisição e doação imóvel ao Estado e abre Crédito Especial de Cr\$ 10.000,00 (Escola Linha São Pedro Maratá).

Lei n.º	553	de 30.12.52	Autoriza aquisição e doação imóvel ao Estado e abre Crédito Especial de Cr\$ 10.000,00 (Escola Vila São Salvador).
Lei n.º	579	de 17.07.53	Autoriza aquisição e doação imóvel ao Estado, abre Crédito Especial e reduz consignações orçamentárias (EE Cel. Álvaro de Moraes).
Lei n.º	589	de 02.10.53	Autoriza doação de imóvel à Sociedade Sagrada Família.
Lei n.º	590	de 10.10.53	Autoriza a doação de imóvel à Sociedade Sagrada Família.
Lei n.º	645	de 29.12.53	Abre crédito especial e reduz dotação orçamentária (EE São Salvador).
Lei n.º	656	de 26.03.54	Revoga as Leis nºs 589 e 590.
Lei n.º	659	de 23.04.54	Autoriza a doação de imóvel à Sociedade Sagrada Família.
Lei n.º	666	de 28.05.54	Autoriza o Executivo a receber e doar imóvel ao Estado (EE de Campo do Meio).
Lei n.º	912	de 23.06.56	Autoriza o Executivo a doar ao Estado um terreno para construção de edifício de apartamentos para a Brigada Militar.
Lei n.º	982	de 17.01.57	Autoriza o Executivo a adquirir e doar ao Ministério da Agricultura a área de terras necessária para a instalação de um Posto de Reflorestamento e sede do 3º Distrito Florestal e contribuir anualmente com Cr\$ 300.000,00 para execução do acordo firmado com aquele Ministério em benefício da cultura da acácia negra.
Lei n.º	1.013	de 27.09.57	Autoriza a doação de terreno ao Sindicato dos Trabalhadores na indústria de carnes e derivados para a construção da sede dos sindicatos e associações profissionais de trabalhadores montenegrinos.
Lei n.º	1.032	de 20.12.57	Autoriza o Executivo a doar terrenos à Fundação da Casa Popular para construção de casas populares e outras obras de caráter social, ou de interesse da coletividade.
Lei n.º	1.048	de 09.07.58	Autoriza doação de terreno ao CTG 20 de Setembro.

Lei n.º 1.049	de 09.07.58	Autoriza a doação de terreno ao estado para construção da EE Adelaide Sá Brito.
Lei n.º 1.058	de 21.10.58	Autoriza Executivo a alienar um terreno para instalação do Expresso Rio Grande-São Paulo.
Lei n.º 1.076	de 20.12.58	Revoga a Lei nº 982/57.
Lei n.º 1.095	de 13.06.59	Autoriza o Executivo a transferir ao Estado terreno para instalação da Escola Reunida "Vitorina Fabre" em Passo da Amora.
Lei n.º 1.097	de 15.06.59	Autoriza o Executivo a transferir ao Estado terrenos que lhe forem doados para instalação de escolas estaduais.
Lei n.º 1.138	de 05.02.60	Autoriza a doação de terreno ao Estado para construção de presídio.
Lei n.º 1.145	de 22.03.60	Autoriza a doação de terreno à União Montenegrina de Estudantes Secundários.
Lei n.º 1.150	de 08.04.60	Autoriza Executivo a doar terreno à Brigada Militar para construção de edifícios de apartamentos.
Lei n.º 1.157	de 13.05.60	Autoriza aquisição e doação de imóvel ao Estado (EE de Fortaleza).
Lei n.º 1.178	de 24.08.60	Autoriza doação de terreno ao América Futebol Clube.
Lei n.º 1.518	de 02.03.64	Autoriza o recebimento, em doação, de uma área de terras para a organização do Balneário Municipal.
Lei n.º 1.519	de 02.03.64	Autoriza a doação de um terreno ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.
Lei n.º 1.520	de 24.03.64	Autoriza o Executivo vender um prédio em ruína na localidade de Esquina da Ferraria, em Tupandi.
Lei n.º 1.567	de 01.09.64	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, um imóvel.
Lei n.º 1.607	de 04.03.65	Autoriza a arrematação ou adjudicação de imóvel a ser executado.
Lei n.º 1.610	de 04.03.65	Autoriza a ratificação de permuta de terrenos com a Urbanizadora Harmonia S. ^a .

Lei n.º 1.619	de 29.04.65	Autoriza doação de terreno ao Estado para construção de Ginásio Industrial de Montenegro.
Lei nº 1.623	de 19.05.65	Abre crédito especial Cr\$1.100,00 p/desapropriação de terreno (Lei nº 1.567).
Lei n.º 1.632	de 01.07.65	Altera a Lei nº 1.013/57.
Lei nº 1.636	de 14.07.65	Ratifica termo de permuta de terrenos celebrado entre a municipalidade e os Srs. Harry R. Aigner, Paulo Osvaldo Ost e Omar Ovídio Ost, no interesse da construção da Escola Integrada denominada G.E. Zona Norte-Capelinha.
Lei n.º 1.639	de 21.07.65	Ratifica termo de permuta de terreno com a Urbanizadora Harmonia S.A, no interesse da Escola Integrada.
Lei n.º 1.641	de 26.07.65	Autoriza a desapropriação do imóvel, amigavelmente, de propriedade dos Srs. Clodomiro José Francisco e Egisto Motta de Azeredo.
Lei n.º 1.649	de 13.10.65	Autoriza firmar escritura de imóvel desapropriado amigavelmente.
Lei n.º 1.650	de 20.10.65	Autoriza receber imóvel, em doação, para construção de uma escola.
Lei n.º 1.659	de 15.12.65	Coloca imóvel do município à disposição da Soc. Caritativa Literária São José.
Lei n.º 1.668	de 09.03.66	Abre crédito especial de Cr\$1.400.000 para desapropriação de um terreno.
Lei n.º 1.669	de 09.03.66	Autoriza a doação de 20 terrenos ao 4º BP da Brigada Militar.
Lei nº 1.670	de 30.03.66	Autoriza receber, em doação, uma área de terras localizada em Pesqueiro.
Lei n.º 1.672	de 22.04.66	Autoriza doar um terreno ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário.
Lei n.º 1.674	de 17.05.66	Autoriza a venda de um terreno à Tanac S.A e abre créditos especiais.
Lei nº 1.677	de 15.06.66	Altera as dimensões do imóvel de que trata a Lei nº 1674/66.
Lei nº 1.679	de 22.06.66	Revoga a Lei 1.567 de 01.09.64.

Lei nº 1.680	de 22.06.66	Autoriza desapropriação amigável de um terreno de propriedade da Vva. Célia de Oliveira Vargas.
Lei nº 1.682	de 06.07.66	Autoriza aquisição de um terreno para a construção de uma praça.
Lei nº 1.688	de 31.08.66	Autoriza permuta de imóveis na localidade de Pesqueiro (const. de uma escola).
Lei nº 1.690	de 06.09.66	Autoriza desapropriação amigável de uma área de terras para o aeroporto municipal e abre crédito especial de Cr\$2.170.000
Lei nº 1.692	de 14.09.66	Autoriza cessão ao estado a título gratuito do prédio da cadeia Civil.
Lei n.º 1.698	de 05.10.66	Doação de um terreno à José Francisco Reis.
Lei nº 1.727	de 30.01.67	Autoriza aquisição e doação de um terreno.
Lei nº 1.733	de 07.06.67	Autoriza a aquisição de uma área de terras em Harmonia, para a exploração de uma saibreira.
Lei n.º 1.734	de 14.07.67	Autoriza a aquisição e doação de um terreno (INPS).
Lei nº 1.743	de 19.10.67	Autoriza receber, em doação, o prédio e o terreno da antiga Igreja Matriz.
Lei n.º 1.750	de 28.11.67	Autoriza a doação de uma nesga de terreno ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário.
Lei n.º 1.751	de 28.11.67	Ratifica termo de convênio celebrado entre o município e a Mitra da arquidiocese de Porto Alegre.
Lei n.º 1.755	de 21.12.67	Autoriza aquisição e doação de imóvel (Inducitrus).
Lei n.º 1.764	de 07.05.68	Autoriza aquisição e doação de um imóvel ao Sr. Cleomar Schaurich.
Lei n.º 1.771	de 10.07.68	Autoriza recebimento, em doação, de terreno destinado a uma escola.
Lei n.º 1.783	de 31.10.68	Autoriza aquisição e doação de um imóvel ao 4º BP.

Lei nº 1.785	de 29.04.69	Autoriza a compra de um imóvel à rua Apolinário de Moraes, prolongamento de uma rua.
Lei n.º 1.809	de 03.06.69	Autoriza doação de um terreno ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes e Derivados.
Lei n.º 1.810	de 23.06.69	Autoriza aquisição e doação de imóvel (Ginásio Industrial).
Lei n.º 1.812	de 08.07.69	Autoriza doação de terrenos ao SESI.
Lei n.º 1.813	de 08.07.69	Autoriza a receber e doar uma área de terras em Harmonia.
Lei nº 1.816	de 17.07.69	Dá nova redação ao art. 3º da Lei 1810.
Lei nº 1.817	de 22.08.69	Autoriza indenizar imóvel e abre crédito esp de NCr\$786,00 (Cali Jahn).
Lei nº 1.819	de 01.09.69	Autoriza permuta de um terreno com o Estado p/construção do G.E. Aurélio Porto.
Lei n.º 1.820	de 09.09.69	Autoriza o recebimento e doação de uma área de terras ao Estado.
Lei n.º 1.822	de 23.09.69	Autoriza aquisição e doação de um imóvel ao Estado (Cons. Posto do Deal).
Lei nº 1.826	de 08.10.69	Dá nova redação ao art. 1º da Lei 1812/69.
Lei nº 1.830	de 18.11.69	Autoriza indenização de um imóvel (prolong. De rua na vila Sta. Terezinha) e abre crédito especial de NCr\$166,64.
Lei nº 1.843	de 13.05.70	Revoga dispositivos da Lei 1698/66 e dá outras providências (José Reis).
Lei n.º 1.851	de 03.06.70	Doa terreno ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas Farmacêuticas e revoga a Lei 1.145/60.
Lei n.º 1.855	de 15.07.70	Autoriza receber uma área de terras em doação para abertura de uma via pública.
Lei n.º 1.856	de 15.07.70	Autoriza receber um terreno em doação, para abertura de uma rua.
Lei n.º 1.860	de 09.09.70	Autoriza doar um terreno à Junta de Conciliação e Julgamento de Montenegro.
Lei nº 1.861	de 16.09.70	Autoriza a aquisição de um imóvel destinado a construção do Autódromo Municipal.

Lei nº 1.870	de 30.11.70	Autoriza recebimento de um terreno para a Escola de Morro da Manteiga.
Lei n.º 1.877	de 05.02.71	Autoriza a compra e doação de um terreno e abre crédito especial (Ginásio Polivalente).
Lei n.º 1.891	de 06.07.71	Autoriza aquisição e doação imóvel e abre crédito especial (Eloy Menezes).
Lei n.º 1.893	de 25.08.71	Autoriza doação de imóvel ao Estado para instalação do presídio local.
Lei nº 1.906	de 10.12.71	Aut. Desapropriação de uma área de terras p/constr. Pavilhões Centenário do município.
Lei n.º 1.909	de 16.05.72	Autoriza aquisição e doação de imóvel à firma Haupt-São Paulo S.A.
Lei nº 1.916	de 30.05.72	Autoriza a aquisição de uma área de terras
Lei n.º 1.922	de 09.08.72	Aquisição e doação de um imóvel à firma Import. Agro Pecuária Sul Ltda.
Lei n.º 1.924	de 30.08.72	Autoriza a doação de uma sobra de terreno ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metal-Mecânica e Material Elétrico de MNT.
Lei n.º 1.928	de 06.09.72	Autoriza aquisição de um imóvel ao Estado (Jacinta S. Moraes).
Lei n.º 1.930	de 03.10.72	Autoriza doação de imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.
Lei n.º 1.932	de 06.11.72	Autoriza aquisição e doação de um imóvel à CRT e abre crédito especial.
Lei n.º 1.955	de 03.07.73	Autoriza aquisição e doação de um imóvel à firma Calçados Garoty-Superly S/A.
Lei n.º 1.958	de 22.08.73	Autoriza o recebimento de duas áreas de terras, em doação, com encargo (Dorvalina Griebeler Kerber e herdeiros).
Lei n.º 1.980	de 24.04.74	Autoriza recebimento de um terreno em doação, com encargo (Olimiro Gomes de Carvalho).
Lei n.º 1.981	de 24.04.74	Autoriza recebimento de um terreno em doação, com encargo (Luiz Soares da Silva).
Lei n.º 1.995	de 16.09.74	Autoriza a desapropriação e doação de um imóvel ao Estado (Corsan).

Lei n.º 1.996	de 01.10.74	Autoriza aquisição e doação à firma Postes Cavan S.A. de uma área de terras.
Lei n.º 2.000	de 04.12.74	Autoriza reversão e doação de terrenos (APAE e CORLAC, ex-DEAL).
Lei n.º 2.012	de 31.05.75	Autoriza doação de um imóvel à Cinteia.
Lei n.º 2.016	de 01.07.75	Autoriza recebimento de um terreno em doação, com encargos (Carlos Pilger).
Lei n.º 2.031	de 24.12.75	Autoriza doação de um imóvel ao Estado para construção da Escola Rural de Batinga Norte.
Lei n.º 2.032	de 24.12.75	Autoriza doação de mais uma pequena área de terras à Corlac.
Lei n.º 2.033	de 24.12.75	Autoriza a doação de mais uma pequena área de terras à firma Haupt-São Paulo S.A.
Lei n.º 2.061	de 17.12.76	Autoriza a doação de um terreno ao 5º BPM.
Lei n.º 2.070	de 12.04.77	Autoriza a doação de imóveis para a ampliação do G.E. Harmonia.
Lei n.º 2.075	de 30.09.77	Ratifica a aquisição de duas áreas de terras, autoriza sua doação (Pepsi-Cola).
Lei n.º 2.077	de 24.10.77	Autoriza a doação de mais uma área de terras à Corlac.
Lei n.º 2.091	de 17.05.78	Autoriza doação de um imóvel ao estado, para construção de um Centro de Saúde.
Lei n.º 2.110	de 02.10.78	Autoriza a transferência do imóvel doado pela Lei nº 659/54.
Lei n.º 2.111	de 26.10.78	Autoriza doação de dois imóveis para ampliação do grupo escolar Harmonia.
Lei n.º 2.122	de 02.01.79	Doa terreno à Apae e revoga a Lei 2.091/78 .
Lei n.º 2.138	de 02.07.79	Autoriza receber imóvel em doação com encargo (continuação R. João Pessoa).
Lei n.º 2.139	de 02.07.79	Autoriza receber imóvel em doação com encargo (próximo à Estação Rodoviária).
Lei n.º 2.140	de 05.07.79	Autoriza a doação de vários imóveis à Prefeitura de Salvador do Sul.
Lei n.º 2.142	de 26.07.79	Autoriza a doação de dois imóveis ao Estado para ampliação do Grupo Escolar Harmonia.

Lei n.º 2.157	de 08.04.80	Autoriza receber uma nesga de terreno em doação com encargos (R.Júlio Rosa Machado).
Lei n.º 2.159	de 22.04.80	Autoriza doação de uma área de terras ao Estado, contendo um prédio onde funciona o Grupo Escolar Erni Oscar Daudt, de Brochier.
Lei n.º 2.163	de 28.05.80	Autoriza aquisição uma área de terras, doação de uma parte para construção do Centro de Saúde e a permuta do restante a CEEE.
Lei n.º 2.167	de 07.06.80	Autoriza receber imóvel em doação com encargo (Terezinha Marisa Fornari).
Lei n.º 2.168	de 07.06.80	Autoriza receber imóvel em doação com encargo (Nedy Rosa Teixeira).
Lei n.º 2.169	de 09.06.80	Autoriza receber imóvel em doação com encargo (Nestor Teixeira Vianna Sobrinho).
Lei n.º 2.170	de 17.06.80	Autoriza receber imóvel em doação com encargo (Natalício Pereira Alves).
Lei n.º 2.171	de 17.06.80	Autoriza doação de uma área de terras ao Estado, contendo um prédio onde funciona a EE Cel. Álvaro de Moraes).
Lei n.º 2.172	de 26.06.80	Autoriza doação de área de terras ao Estado, contendo um prédio onde funciona a EE Annita Machado Rosa.
Lei n.º 2.190	de 29.10.80	Autoriza doação de área de terras ao Estado para construção da Delegacia de Polícia.
Lei n.º 2.204	de 31.03.81	Autoriza doação de terras à Mitra, em Bananal.
Lei n.º 2.205	de 31.03.81	Autoriza doação de terras ao Estado, em Bananal.
Lei n.º 2.206	de 14.04.81	Autoriza doação de terras ao Estado, em Matiel.
Lei n.º 2.207	de 14.04.81	Autoriza doação de área de terras ao Estado, em Pesqueiro.
Lei n.º 2.214	de 23.06.81	Autoriza a doação de um imóvel com benfeitorias à AASEM.
Lei n.º 2.217	de 12.08.81	Autoriza doação de imóvel ao Grêmio Esportivo Municipal.
Lei n.º 2.220	de 18.09.81	Autoriza doação de terras ao Centro de Saúde

Lei n.º 2.221	de 18.09.81	Autoriza doação de imóvel casa do Delegado.
Lei n.º 2.222	de 18.09.81	Autoriza doação de imóvel para construção da delegacia local.
Lei n.º 2.233	de 03.12.81	Autoriza doação de imóvel ao estado, em Brochier.
Lei n.º 2.235	de 03.12.81	Autoriza doar ao BNH imóvel para construção Promorar.
Lei n.º 2.245	de 24.05.82	Altera a Lei nº 2.235/81 e doa a COHAB/RS.
Lei n.º 2.251	de 16.06.82	Recebe em doação, terras para uma creche.
Lei n.º 2.255	de 30.06.82	Altera art. 1º da Lei 2.171/82.
Lei n.º 2.257	de 30.06.82	Autoriza doação de imóvel à Escola Estadual Manoel de Souza Moraes.
Lei n.º 2.260	de 09.08.82	Autoriza doação de imóvel à Escola Estadual São José do Maratá.
Lei n.º 2.261	de 09.08.82	Autoriza doação de imóvel à Escola Estadual Augusto Ambrósio Röcker.
Lei n.º 2.262	de 09.08.82	Autoriza doação de imóvel à Escola Estadual Pedro Cristiano Höher.
Lei n.º 2.263	de 09.08.82	Autoriza doação de imóvel à escola Estadual Professora Maria Josepha A. de Oliveira.
Lei n.º 2.264	de 09.08.82	Autoriza doação de terreno na Vila São João.
Lei n.º 2.265	de 09.08.82	Autoriza doação de dois imóveis à Escola Estadual José Pedro Mendel.
Lei n.º 2.266	de 09.08.82	Autoriza doação de dois imóveis à EE Pedro João Muller – Costa da Serra.
Lei n.º 2.311	de 16.09.83	Autoriza doação de imóvel ao Estado do RS (EE Cel Januário Corrêa).
Lei n.º 2.350	de 10.08.84	Autoriza doação de imóvel à EE Carlos Frederico Schubert.
Lei n.º 2.435	de 06.11.86	Autoriza doação de um imóvel (Benello Ind. Com. Artefatos de Couro).
Lei n.º 2.459	de 24.06.87	Autoriza doação imóvel ao Estado do RS (EE São José do Maratá).
Lei n.º 2.505	de 19.07.88	Altera o art. 2º da Lei nº 2.435/86-Benello.

Lei n.º 2.518	de 17.10.88	Autoriza doação de uma área de terras ao SESI e SENAI.
Lei n.º 2.580	de 30.06.89	Doação de imóvel à Fundarte.
Lei n.º 2.587	de 15.08.89	Autoriza doação de duas áreas de terras ao Estado do RS (EE Manoel de Souza Moraes).
Lei n.º 2.704	de 23.01.91	Altera redação do art. 1º da Lei nº 2.061/76.
Lei n.º 2.709	de 22.02.91	Altera redação do art. 1º da Lei nº 1.669/66.
Lei n.º 2.710	de 22.02.91	Autoriza doação de uma área de terras ao Rotary Club Montenegro (construção do Asilo Senhores Idosos).
Lei n.º 2.734	de 25.07.91	Autoriza doação de uma área de terras ao Estado do RS destinada às instalações do Poder Judiciário.
Lei nº 2.735	de 25.07.91	Autoriza doação de uma área de terras para a União Federal, destinada à construção da Junta de Conciliação e Julgamento.
Lei n.º 2.759	de 28.10.91	Autoriza doação de imóvel ao Estado do RS para construção do CIEP.
Lei n.º 2.767	de 20.11.91	Altera a Lei nº 2.734/91.
Lei n.º 2.820	de 04.05.92	Autoriza o Executivo a adquirir uma área de terras e doa-la para instalação de uma indústria (Betunel).
Lei n.º 2.822	de 04.05.92	Autoriza o Executivo a receber em doação uma fração de terreno ocupada pela Rua João Pinto de Azevedo, B. Tanac.
Lei n.º 2.837	de 20.11.91	Altera a Lei nº 2.734/91.
Lei n.º 2.840	de 22.07.92	Fica o Executivo autorizado a doar uma área de terras para instalação de uma indústria – Distribuidora de Produtos Frigoríficos Marsul.
Lei n.º 2.842	de 17.08.92	Autoriza o Executivo a receber em doação, sob condição, uma fração de terreno atingida pela abertura da Rua Montevideó.
Lei n.º 2.848	de 17.08.92	Autoriza o Executivo a receber, sob condição, uma área de terras situada no Passo da Cria (Fundo Rotativo Habitação Popular).
Lei n.º 2.860	de 19.10.92	Autoriza o Executivo a receber em doação, sob condição, uma área de terras localizada em Campo do Meio (escola).

Lei n.º 2.877	de 03.11.92	Autoriza o Executivo a receber, em doação, sob condição, uma área de terras de propriedade da Rosauto S.A. Veículos.
Lei n.º 2.878	de 09.11.92	Autoriza doação de uma área de terras para instalação de uma indústria – Poker Ltda.
Lei n.º 2.917	de 27.04.93	Autoriza o Executivo a doar uma área de terras para instalação da Poker Ltda.
Lei n.º 2.925	de 28.06.93	Autoriza o Executivo a ceder, em regime de comodato, à Febem, um imóvel de propriedade do município.
Lei n.º 2.930	de 27.07.93	prorroga o prazo estipulado no art. 2º da Lei nº 2.837/92 – Sabão Serrano.
Lei n.º 2.935	de 23.08.93	Altera o art. 1º da Lei 2.735/91.
Lei n.º 2.963	de 28.12.93	Autoriza doar terras Belquímica.
Lei n.º 2.995	de 08.06.94	Autoriza doação de uma área de terras para empresa Agropecuária Cinco Estrelas Ltda., para implantação de um parque industrial.
Lei n.º 2.997	de 13.06.94	Prorroga, por mais um ano, o prazo estipulado pela Lei 2.837/92, prorrogado pela Lei nº 2.930/93.
Lei n.º 3.059	de 22.05.95	Autoriza prorrogação do prazo do parágrafo único do art. 2º da Lei 2.840/92; o aditamento da escritura pública 27.222-109.
Lei n.º 3.066	de 19.06.95	Autoriza doação de uma área de terras para a União Federal, destinada ampliação da Junta de Conciliação e Julgamento.
Lei n.º 3.072	de 12.07.95	Autoriza doação de uma área de terras para a empresa Poker Com. e Ind. Vestuário Ltda., para ampliação do seu parque industrial.
Lei n.º 3.092	de 30.10.95	Autoriza o Executivo a adquirir uma área de terras para a instalação da Poker Ltda.
Lei n.º 3.102	de 29.11.95	Autoriza prorrogar, até 31.12.96 o prazo previsto no art. 2º da Lei 2.837/92 (Sabão Serrano).
Lei n.º 3.115	de 27.12.95	Autoriza adquirir uma fração de terras com 80,00 m ² (EM Reinoldo Albertin – Vapor Velho).
Lei n.º 3.116		Adquire área terras p/Loteamento Popular na Tanino Mimosa.

Lei n.º 3.120	de 29.12.95	Autoriza prorrogação do prazo previsto no art. 2º da Lei nº 2.963/93 (Belquímica).
Lei n.º 3.146	de 08.07.96	Autoriza doação de área de terras, impõe condições (Runbird).
Lei n.º 3.149	de 17.07.96	Revoga condições da Lei nº 1.778/60.
Lei n.º 3.153	de 18.09.96	Autoriza o Executivo proceder o aterramento do terreno doado à Belquímica Ltda.
Lei n.º 3.279	de 27.04.98	Altera dispositivo da Lei n.º 3.066/95, que autoriza doação de imóvel à União Federal.
Lei n.º 3.297	de 06.07.98	Autoriza doação de área de terras, impõe condições (Ministério Público).
Lei n.º 3.299	de 13.07.98	Autoriza o Executivo a doar terreno à Associação Comunitária do Bairro Timbaúva.
Lei n.º 3.317	de 28.08.98	Altera a Lei nº 3.297/98.
Lei n.º 3.319	de 28.08.98	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à instalação da Rotesma Pré-Fabricados de Cimento Ltda.
Lei n.º 3.327	de 05.10.98	Altera a redação do art. 5º da Lei 3.319/98.
Lei n.º 3.333	de 20.10.98	Autoriza o Executivo a doar imóvel a OAB, Seccional do RS, CGC 87.019.584/0001-25.
Lei n.º 3.337	de 21.10.98	Autoriza a doação de um imóvel ao Estado do RS, impõe condições (Polícia Rodov.Estadual)
Lei n.º 3.351	de 21.12.98	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.297/98 alterada pela Lei n.º 3.317/98.
Lei n.º 3.352	de 21.12.98	Altera o art. 1º da Lei nº 3.333/98 – OAB.
Lei n.º 3.357	de 21.12.98	Autoriza doação de uma área de terras à empresa Companhia Brasileira de Cartuchos.
Lei n.º 3.438	de 13.10.99	Prorroga prazo previsto na Lei n.º 3.319/98, altera pela Lei nº 3.327/98.
Lei n.º 3.441	de 29.10.99	Altera redação do art. 2º da Lei n.º 3.337/98.
Lei n.º 3.661		Autoriza adquirir imóvel p/Loteamento Popular – B. Panorama.
Lei n.º 3.806	de 11.10.02	Autoriza Executivo a receber imóvel, em doação, de Paulino José da Motta.

Lei n.º 3.918	de 21.07.03	Autoriza a receber imóvel, em doação, de Marco Aurélio de Oliveira.
Lei n.º 4.002	de 29.12.03	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de José Veríssimo da Silveira Filho.
Lei n.º 4.027	de 25.02.04	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de Bernardino Luiz de Souza.
Lei n.º 4.135	de 03.11.04	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de Marco Aurélio de Oliveira, Paulo Ricardo Moutinho da Silva e Euclides Freitas de Oliveira.
Lei n.º 4.253	de 17.08.05	Autoriza o Executivo a doar área de terras ao Estado do Rio Grande do Sul. – Distrito Industrial Montenegro-Polo.
Lei n.º 4.355	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, da Sociedade Beneficente e Esportiva Santos Reis (Posto de Saúde).
Lei n.º 4.392	de 17.02.06	Autoriza o Executivo conceder incentivos à implantação da empresa Colorel Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.
Lei n.º 4.393	de 17.02.06	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à implantação da empresa Talentus Cosméticos
Lei n.º 4.394	de 17.02.06	Autoriza o Executivo conceder incentivos à implantação da empresa Sul Mix Cosméticos.
Lei n.º 4.503	de 31.07.06	Altera inciso I do art. 2º da Lei 4392/06.
Lei n.º 4.504	de 31.07.06	Altera inciso I do art. 2º da Lei 4393/06.
Lei n.º 4.505	de 31.07.06	Altera inciso I do art. 2º da Lei 4394/06.
Lei n.º 4.518	de 28.08.06	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, da Associação Comunitária Bom Jardim. (Construção ginásio)
Lei n.º 4.573	de 04.12.06	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, de Araújo, Menezes Costa & Cia. Ltda.
Lei n.º 4.607	de 22.02.07	Autoriza o Executivo a receber em dação em pagamento, uma área de terras de Paulo Steigleder de Oliveira e Cláudio Gammertti de Oliveira
Lei n.º 4.632	de 27.03.07	Autoriza o Executivo vender os lotes do Loteamento Panorama.

Lei n.º 4.633	de 09.04.07	Autoriza o Executivo a receber e doação em pagto., da empresa Transcontinental Empreend. Imob. Ltda, 78 unidades do Loteamento.Bela Vista.
Lei n.º 4.681	de 24.07.07	Institui a imprensa oficial no âmbito municipal.
Lei nº 4.706	de 03.09.07	Autoriza o Executivo Municipal a receber imóvel, em doação, de Cláudio Roberto Weschenfelder (postos de saúde)
Lei nº 4.723	de 02.10.07	Altera redação do art. 1º, Lei 4.573/06, que autoriza o Executivo a receber imóvel em doação, de Araújo, Menezes Costa & Cia Ltda
Lei nº 4.930	de 04.08.08	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, do Governo do Estado RS- Centro de Saúde – PSF).
Lei nº 4.983	de 01.12.08	Autoriza Executivo receber em dação em pagamento uma área de terras de Paulo Steigleder de Oliveira e Cláudio Gammerti de Oliveira.
Lei nº 4.984	de 01.12.08	Autoriza Executivo doar uma área de terras à ABAMF p/ implantação do Loteamento mda Segurança Pública.
Lei nº 5.100	de 29.06.09	Recebe imóveis em doação de Júlio Bogoricin Imóveis Rio Grande do Sul e da Goldztein Administração e Incorporações Ltda.
Lei nº 5.125	de 10.08.09	Recebe em dação em pagamento, um imóvel com edificação de Heitor Esswein.
Lei nº 5.137	de 31.08.09	Desafeta, recebe dação em pagamento e aliena imóvel p/ Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre.
Lei nº 5.174	de 03.11.09	Recebe imóvel em doação de Ivan Flávio Steigleder de Oliveira (via pública).
Lei nº 5.230	de 18.02.10	Isenta ITBI incidente sobre fatos geradores intermediários quando da outorga de escritura definitiva aos mutuários dos imóveis em que a COHAB é transmitente, cabendo a incidência de tributação diante da transação final.
Lei nº 5.231	de 18.02.10	Altera redação da ementa e dos arts. 2º e 3º da Lei 5.137/09 que autoriza a desafetar, a receber dação em pagamento e alienar imóvel p/ Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre

Lei nº 5.294	de 20.07.10	Recebe imóvel em doação de Militão Azeredo da Motta (EMEF Carolina A. Brochier Kochemborger)
Lei n.º 5.309	de 10.08.10	Realiza a concessão onerosa de bem público (restaurante do Parque Centenário)
Lei n.º 5.319	de 06.09.10	Concede incentivos à Indústria de Calçados Wald Ltda. (cobertura parcial de aluguel de prédio)
Lei n.º 5.320	de 06.09.10	Concede incentivos à empresa LF de Oliveira & Cia Ltda (construção de nova unidade)
Lei nº 5.331	de 28.09.10	Recebe em doação quatro áreas de terra de Transcontinental Empreendimentos Imobiliários Ltda. (galpão de reciclagem de lixo-Loteamento Bela Vista)
Lei nº 5.347	de 22.10.10	Desafeta imóvel e concede cessão de direito real de uso à Câmara Municipal (nova sede)
Lei n.º 5.406	de 28.03.11	Abre crédito especial de R\$ 2.139,64 (devolução saldo convênio-Centro Comunitário Bela Vista)
Lei nº 5.408	de 28.03.11	Recebe, em doação, imóvel da Sociedade Cultural Cruzeiro do Sul. (construção de quadra esportiva coberta)
Lei nº 5.411	de 04.04.11	Institui o Programa de Regularização do Imposto sobre Transmissão "Intervivos" de Bens Imóveis – ITBI
Lei n.º 5.423	de 26.04.11	Decreta área de interesse social, desafeta os imóveis e dispõe sobre a regularização fundiária do Loteamento Prolurb III
Lei nº 5.426	de 06.05.11	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 5.408/11, que autoriza o Executivo Municipal a receber, em doação, imóvel da Sociedade Cultural Cruzeiro do Sul (construção de quadra esportiva coberta)
Lei n.º 5.441	de 03.06.11	Dispõe sobre a regularização do Loteamento Vila Esperança, Bairro Senai.
Lei n.º 5.512	de 10.10.11	Desafeta imóvel e concede cessão de direito real de uso ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Lei n.º 5.598	de 16.03.12	Recebe imóveis, em doação, de Jorge Alberto de Almeida (via pública)
Lei n.º 5.623	de 03.05.12	Desafeta imóvel e doa à União (Receita Federal)

Lei n.º 5.626	de 14.05.12	Autoriza o Executivo Municipal a receber imóveis, em doação, de Jorge Alberto de Almeida (vias públicas).
Lei n.º 5.705	de 02.10.12	Recebe terreno, em doação, de Pedro Andreghetto (posto de saúde Bairro Santo Antônio).
Lei n.º 5.716	de 26.10.12	Autoriza adquirir terreno de Remi Paulo Lerner e Lueci Laci Krug Lerner (construção de Posto de Saúde em Costa da Serra)
Lei n.º 5.743	de 13.02.13	Recebe, em doação, uma fração de terras de propriedade de João Nei da Motta (construção de ginásio esportivo na localidade de Serra Velha)
Lei n.º 5.768	de 19.04.13	Altera a afetação de imóvel público, de bem de uso comum para bem de uso especial (EMEF Henrique Pedro Zimmermann)
Lei nº 5.770	de 19.04.13	Institui o Programa de Regularização do Imposto sobre Transmissão "Intervivos" de Bens Imóveis – ITBI
Lei nº 5.889	de 17.02.14	Autoriza a decretar zona especial de interesse social–ZEIS, loteamento Vitória, bairro Santa Rita
Lei nº 5.958	de 18.08.14	Inclui ação da LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 431.839,25 (construção do Espaço Multiuso Comunitário da Serra Velha)
Lei n.º 6.203	De 18.08.15	Revoga o art. 2º da Lei n.º 1.812/69, que autoriza a doação de um terreno ao Serviço Social da Indústria - SESI e firma aditivo à escritura pública de doação do imóvel visando a exclusão da cláusula de reversão.
Lei nº 6.221	de 19.10.15	Procede a desafetação de imóvel e concede incentivo à empresa Aripê Citrus Agroindustrial Ltda.
Lei n.º 6.224	De 26.10.15	Altera redação do art. 1º da Lei nº 6.070 de 2015, que autoriza o Executivo Municipal a conceder de forma gratuita o Direito Real de Uso de Bem Público.

INCENTIVOS

Lei n.º 3.739	de 13.06.02	Dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município.
Lei n.º 4.313	de 07.11.05	Altera redação do inciso II do art. 4º da Lei nº 3.739/02, que dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.401	de 06.03.06	Altera redação de artigos da Lei nº 3.739/02.(incentivo indústrias, empresas comerciais e de prestação de serviços e agroindústrias).
Lei n.º 4.617	de 09.03.07	Autoriza o Executivo a criar o Programa Nota Fiscal dá Prêmio.
Lei n.º 4.620	de 16.03.07	Autoriza o Executivo a realizar o transporte de material para aterro em benefício de organização de acolhimento a idosos.
Lei nº 4.784	de 21.12.07	Autoriza o Executivo a alterar redação do art. 6º da Lei 4.617/07 – Programa Nota Fiscal dá Prêmio.
Lei nº 5.007	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a reduzir valor de ação e a incluir ação na LDO 2009 (SMIC – Incentivos)
Lei nº 5.009	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a incluir programa e ações no PPA 2006-2009 (incentivo à produção primária; planos de saúde p/ CCs, remodelação de Parque Centenário; Pavimentação rua Reinaldo Hoerlle).
Lei n.º 5.273	de 31.05.10	Altera a redação do inciso II do art. 4.º da Lei 3.739/02, que dispõe sobre a Política de incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 5.313	de 23.08.10	Concede incentivos à empresa Montenegriño Administradora de Hotéis Sociedade de Propósito Específico Ltda.
Lei n.º 5.319	de 06.09.10	Concede incentivos à Indústria de Calçados Wald Ltda. (cobertura parcial de aluguel de prédio)
Lei n.º 5.320	de 06.09.10	Concede incentivos à empresa LF de Oliveira & Cia Ltda (construção de nova unidade)
Lei n.º 5.333	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 427.589,00 (incentivo à citricultura)

Lei n.º 5.477	de 11.07.11	Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor individual para o Município de Montenegro
Lei n.º 5.545	de 19.12.11	Concede incentivo à empresa R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda., "Estação Turismo" (Prédio Bar da Usina – implantação de Assessoria Técnica de Turismo, Promoção e Captação de Eventos e Turismo)
Lei n.º 5.594	de 09.03.12	Concede incentivos à empresa ProCable Energia e Telecomunicações.
Lei n.º 5.622	de 02.05.12	Concede incentivo à empresa Marsul Proteínas Ltda.
Lei n.º 5.677	de 27.07.12	Concede incentivos à empresa MEGA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. (repasso de R\$ 46.000,00, isenção IPTU e redução ISSQN)
Lei n.º 5.678	de 27.07.12	Concede incentivo à empresa CARUCCIO MONTANARI PROJETOS & SERVIÇOS LTDA. (concessão de uso de terreno)
Lei n.º 5.726	de 17.12.12	Celebra Termo de Concessão de Direito Real de Uso de uma área de 1.031,85m ² , bem como repasse financeiro e isenção de tributos à Ecocitrus.
Lei n.º 5.730	de 21.12.12	Altera o valor do aluguel previsto no art. 2º, altera a redação do inciso III e acrescenta o inciso V ao art. 4º da Lei n.º 4.963/08-firma convênio com a Associação Montenegrina de Fruticultores.
Lei n.º 5.792	de 15.07.13	Dispõe sobre a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e cria o Programa de Incentivo para o Desenvolvimento Tecnológico do Município de Montenegro.
Lei nº 5.989	de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 22.000,00 (melhorias na Incubadora Empresarial)
Lei n.º 6.041	de 24.11.14	Altera redação do inciso I do art. 3º da Lei nº 5.622/12, que concede incentivos à Marsul Proteínas Ltda.
Lei n.º 6.054	de 29.12.14	Concede incentivos à empresa LVA Comércio de Combustíveis Ltda.

Lei n.º 6.093 de 24.03.15 Conceder incentivos ao Aeroclube de Montenegro.

INCENTIVOS A EMPRESAS

Lei n.º 3.363 de 28.12.98 Autoriza conceder incentivos a empresa Instaladora São Marcos Ltda – Bepo.

Lei n.º 3.440 de 22.10.99 Prorroga prazo para instalação da empresa Instaladora São Marcos Ltda.

Lei n.º 3.739 de 13.06.02 Dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município.

Lei n.º 3.872 de 24.03.03 Dispõe sobre obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços ao Município, prestarem conta da manutenção dos salários dos funcionários.

Lei n.º 3.954 de 13.10.03 Revoga as Leis n.ºs 3.439/99, e 3.463/99, que dispõem sobre incentivos fiscais para as empresas da área de informática.

Lei n.º 3.959 de 28.10.03 Revoga as leis n.ºs 3319, de 1998, 3327, de 1998 e 3438 de 1999, que concede incentivos à instalação da empresa ROTESMA PRÉ-FABRICADOS DE CIMENTO LTDA. e dá outras providências.

Lei n.º 3.962 de 03.11.03 Autoriza o Executivo Municipal a conceder Direito Real de Uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A. .

Lei n.º 3.988 de 02.12.03 Ratifica a concessão de incentivo à empresa COMEXI DO BRASIL.

Lei n.º 3.989 de 08.12.03 Altera o art. 4.º da Lei n.º 3.962/03.

Lei n.º 3.990 de 08.12.03 Autoriza o Executivo receber, em doação, recursos financeiros para repassar, através de Convênio, ao CPM da E. E. Aurélio Porto – 1.ª a 4.ª série.

Lei n.º 4.004 de 29.12.03 Autoriza o Executivo a conceder incentivos à instalação da empresa BMZ COUROS LTDA.

Lei n.º 4.012 de 31.12.03 Altera o art. 5.º da Lei n.º 3.962/03, que autoriza o Executivo a conceder Direito Real de uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A.

Lei n.º 4.052	de 19.04.04	Isenta o Estado do Rio Grande do Sul do pagamento das taxas incidentes quanto à regularização do prédio do SEDAI.
Lei n.º 4.078	de 04.06.04	Altera a redação do inciso IX do art. 4.º da Lei n.º 3790, de 10 de setembro de 2002, que autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à ampliação do Complexo Industrial Frangosul/Montenegro.
Lei n.º 4.094	de 02.07.04	Autoriza o Executivo a conceder incentivos para a ampliação da empresa JOÃO CARLOS KRAHL – ME.
Lei n.º 4.095	de 06.07.04	Altera o art. 5.º da Lei n.º 3962, de 3 de novembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a conceder Direito Real de Uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A. e dá outras providências. (prorroga prazo p/ instalação de equipamentos)
Lei n.º 4.114	de 06.09.04	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à ampliação do Complexo Industrial Frangosul/Montenegro.
Lei n.º 4.155	de 27.12.04	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à implantação empresa John Deere Brasil Ltda.
Lei n.º 4.260	de 26.08.05	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à empresa H e S Indústria e Comércio de Pallets Ltda.
Lei n.º 4.313	de 07.11.05	Altera redação do inciso II do art. 4º da Lei nº 3.739/02, que dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.327	de 23.11.05	Autoriza o Executivo a conceder incentivos para instalação da unidade da empresa Anila Móveis Ltda.
Lei n.º 4.354	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a conceder incentivos para empresa Montesucos Ind. de Alimentos.
Lei n.º 4.365	de 30.12.05	Autoriza o Executivo a conceder incentivos para a instalação da empresa Unifrutas Comércio de Frutas Ltda.
Lei n.º 4.392	de 17.02.06	Autoriza o Executivo conceder incentivos à implantação da empresa Colorel Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.

Lei n.º 4.393	de 17.02.06	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à implantação da empresa Talentus Cosméticos
Lei n.º 4.394	de 17.02.06	Autoriza o Executivo conceder incentivos à implantação da empresa Sul Mix Cosméticos.
Lei n.º 4.401	de 06.03.06	Altera redação de artigos da Lei nº 3.739/02.(incentivo indústrias, empresas comerciais e de prestação de serviços e agroindústrias).
Lei n.º 4.407	de 20.03.06	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à empresa Comércio e Reciclagem de Sucatas de metal, Papel e Plástico – Montepel Ltda.
Lei n.º 4.408	de 20.03.06	Autoriza o Executivo conceder incentivos para melhoria do acesso à empresa Doux Frangosul–Fábrica de Rações de Montenegro.
Lei n.º 4.435	de 26.04.06	Autoriza o Executivo receber em dação em pagamento, uma edificação da empresa Serrano – Ind. Com. Produtos Limpeza.
Lei n.º 4.466	de 06.06.06	Autoriza o Executivo conceder incentivos à Brenner Veículos e Peças Ltda. para melhoria no pátio da nova unidade da empresa.
Lei n.º 4.503	de 31.07.06	Altera inciso I do art. 2º da Lei 4.392/06 (Colorel Ind. de Cosméticos).
Lei n.º 4.504	de 31.07.06	Altera inciso I do art. 2º da Lei 4.393/06 (Talentus Cosméticos).
Lei n.º 4.505	de 31.07.06	Altera inciso I do art. 2º da Lei 4.394/06 (Sul Mix Cosméticos).
Lei n.º 4.513	de 21.08.06	Altera a red. inciso I do art. 2º e dos inc. I e III do art. 4º da Lei 4.392/06.
Lei n.º 4.514	de 21.08.06	Altera a redação inc. I do art. 2º e dos inc. I e III do art. 4º da Lei nº 4.393/06.
Lei n.º 4.515	de 21.08.06	Altera redação inc. I e III do art. 4º da Lei nº 4.394/06.
Lei n.º 4.528	de 11.09.06	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à ampliação da empresa Jérvisson Schefer de Souza – Banavale.
Lei n.º 4.543	de 11.10.06	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à instalação da empresa Importadora e Exportadora de Cereais S/A-IMEC

Lei n.º 4.567	de 21.11.06	Autoriza o Executivo firmar concessão de uso com a empresa WIA TV Comunicação Digital Ltda.
Lei n.º 4.641	de 16.04.07	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à empresa Marcha`s Mineração e Transportes Ltda.
Lei n.º 4.654	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a conceder incentivo à empresa Jandair Ferreira da Silva-ME (concessão de uso de área de terras c/ 5.370 m²).
Lei n.º 4.656	de 18.05.07	Autoriza o Executivo a proceder a desafetação e a concessão de uso de ruas (empresa Erplasti)
Lei n.º 4.752	de 26.10.07	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à instalação da empresa Marisa I Q Porto & Cia Ltda (Horas Caminhão/pá carreg/1000 m² aterro)
Lei nº 4.804	de 08.01.08	Autoriza o Executivo a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso de um imóvel à Empresa Jornalística Ibiá Ltda.
Lei nº 4.833	de 18.03.08	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à empresa Masisa do Brasil Ltda.
Lei nº 4.866	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à Doux Frangosul AS Agro Avícola Industrial.
Lei nº 4.961	de 13.10.08	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à Empresa C3E Instalações Elétricas Ltda.
Lei nº 4.962	de 13.10.08	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos p/ instalação de unidade da Empresa Resiplastic Ind. e Com. Ltda.
Lei nº 4.970	de 24.10.08	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à empresa A.D. Brenner & Cia. Ltda.
Lei nº 4.974	de 03.11.08	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à implantação da empresa Hexion Química Ind. e Com. Ltda.
Lei nº 4.999	de 15.12.08	Autoriza Executivo a acrescentar valores a ações da LDO 2009 (incentivos – Hexion)
Lei nº 5.046	de 24.03.09	Autoriza Executivo conceder incentivo à empresa Júlio Cezar da Silva Ávila-Serralheria Padre Réus.

Lei n.º 5.136	de 31.08.09	Concede incentivo à empresa R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda (Estação Turismo).
Lei n.º 5.313	de 23.08.10	Concede incentivos à empresa Montenegriho Administradora de Hotéis Sociedade de Propósito Específico Ltda.
Lei n.º 5.319	de 06.09.10	Concede incentivos à Indústria de Calçados Wald Ltda. (cobertura parcial de aluguel de prédio)
Lei n.º 5.320	de 06.09.10	Concede incentivos à empresa LF de Oliveira & Cia Ltda (construção de nova unidade)
Lei n.º 5.356	de 30.11.10	Concede incentivos à instalação da empresa Comércio e Reciclagem de Sucatas de Metal, Papel e Plástico Montepel Ltda.
Lei nº 5.477	de 11.07.11	Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor individual para o Município de Montenegro
Lei n.º 5.545	de 19.12.11	Concede incentivo à empresa R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda., "Estação Turismo" (Prédio Bar da Usina – implantação de Assessoria Técnica de Turismo, Promoção e Captação de Eventos e Turismo)
Lei n.º 5.563	de 30.12.11	Concede incentivos à empresa Plásticos Montenegro Indústria e Comércio Ltda ME (Plasmon – pagamento aluguel)
Lei n.º 5.572	de 30.12.11	Altera a redação do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.970/08, que concede incentivo à empresa A.D. Brenner & Cia. Ltda.
Lei n.º 5.594	de 09.03.12	Concede incentivos à empresa ProCable Energia e Telecomunicações.
Lei n.º 5.622	de 02.05.12	Concede incentivo à empresa Marsul Proteínas Ltda.
Lei n.º 5.677	de 27.07.12	Concede incentivos à empresa MEGA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. (repasso de R\$ 46.000,00, isenção IPTU e redução ISSQN)
Lei n.º 5.678	de 27.07.12	Concede incentivo à empresa CARUCCIO MONTANARI PROJETOS & SERVIÇOS LTDA. (concessão de uso de terreno)
Lei n.º 5.726	de 17.12.12	Celebra Termo de Concessão de Direito Real de Uso de uma área de 1.031,85m ² , bem como repasse financeiro e isenção de tributos à Ecocitrus.

Lei n.º 5.744 de 13.02.13	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Férias na Piscina" no valor de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.868 de 06.12.13	Autoriza a conceder incentivos à empresa Fujikura Cabos para Energia e Telecomunicações LTDA.
Lei n.º 5.917 de 24.04.14	Autoriza a conceder incentivo à empresa A.G. Ribeiro Comunicação Visual – ME
Lei nº 5.989 de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 22.000,00 (melhorias na Incubadora Empresarial)
Lei n.º 6.041 de 24.11.14	Altera redação do inciso I do art. 3º da Lei nº 5.622/12, que concede incentivos à Marsul Proteínas Ltda.
Lei n.º 6.054 de 29.12.14	Concede incentivos à empresa LVA Comércio de Combustíveis Ltda.
Lei n.º 6.221 de 19.10.15	Procede a desafetação de imóvel e concede incentivo à empresa Aripê Citrus Agroindustrial Ltda.

INCENTIVO AO ESPORTE

Lei n.º 4.194 de 25.04.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 58.000,00
Lei n.º 4.211 de 01.06.05	Altera art. 1º da Lei 4.194/05.
Lei n.º 4.406 de 20.03.06	Ratifica o Contrato de Repasse celebrado com a União, por intermédio do Ministério do Esporte, autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 48.000,00.
Lei n.º 5.641 de 12.06.12	Firma convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta de R\$ 4.000,00
Lei n.º 5.694 de 27.08.12	Firma convênio com o Clube do Comércio para atender ao projeto "Bolão, um esporte a ser divulgado e renovado", no valor de R\$ 8.500,00.
Lei n.º 5.963 de 18.08.14	Firma convênio com a Associação Esportiva, Recreativa e Eventos Garotos do canhoto, no

		valor de 5.700,00 (projeto Apoio a Formação de Atletas e Cidadãos).
Lei nº 6.008	de 13.10.14	Firma convênio com o Grêmio Esportivo Municipal para atender ao projeto "Olé" de R\$ 60.000,00
Lei nº 6.017	de 27.10.14	Firma convênio com Clube de Regatas Caça e Pesca Cruzeiro do Sul para atender ao projeto (Pingue-Pongue para Todos) de R\$ 3.090,00
Lei n.º 6.020	de 27.10.14	Firma convênio com o Grêmio Gaúcho-projeto "Natação e Diversão", valor de R\$ 5.700,00
Lei nº 6.022	de 27.10.14	Firma convênio com A Liga Montenegrina de Futebol Sete de R\$ 7.449,25 (campeonato entre vilas)
Lei nº 6.024	de 27.10.14	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube de R\$ 13.880,00 (citadino de veloterra e arrancadas de motocicletas)

INCENTIVO PRODUÇÃO PRIMÁRIA

Lei n.º 4.386	de 19.01.06	Autoriza Executivo alterar e incluir ação no PPA, incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 300.000,00 – SMAM.
Lei n.º 4.459	de 29.05.06	Altera red. art. 1º e acrescenta o parágrafo único, altera red. dos arts. 3º, 7º e cresc. art. 7ºA à Lei 4.259/05 – Fundo Rotativo de Desenvolvimento da Avicultura e a conceder empréstimo p/construção e ampliação de aviários.
Lei n.º 4.509	de 07.08.06	Autoriza firmar convênio com Associação Montenegrina de Fruticultores e abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (SMAM – Incentivo a Fruticultura).
Lei nº 5.333	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 427.589,00 (incentivo à citricultura)
Lei n.º 5.580	de 24.01.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 160.000,00 (aquisição caminhão caçamba basculante – setor de fomento agropecuário).
Lei n.º 5.661	de 06.07.12	Firma convênio com o SEBRAE/RS e abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (Desenvolver a Citricultura do Vale do Caí)

Lei nº 5.998	de 29.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 212.800,00 (aquisição de calibrador eletrônico de frutas/incentivo à citricultura)
Lei nº 6.001	de 08.10.14	Abre crédito especial de R\$ 9.117,41 (devolução saldo-caminhão caçamba basculante)
Lei nº 6.012	de 20.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 41.507,70 (aquisição equipamentos para produção sucos cítricos)

INCENTIVO RURAL/EXPEDIÇÃO NOTAS PRODUTOR

Lei nº 4.213	de 03.06.05	Cria o Programa de Desenvolvimento Rural e o Programa de Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural.
Lei nº 4.625	de 22.03.07	Altera a redação do Inciso I, alínea "d" do art 2º da Lei nº 4.213/05, que cria o programa de desenvolvimento Rural e Incent. À Expedição de NFPR.
Lei nº 4.670	de 25.06.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir Crédito Especial de R\$ 23.401,00.(SMAM- Aq. Máq. Beneficiadora e Classificadora de Frutas).
Lei nº 5.172	de 03.11.09	Altera redação da alínea <i>a</i> e do inciso I e acrescenta alíneas <i>h</i> e <i>i</i> ao inciso I do art. 2.º da Lei 4.213/05, Programa de Desenvolvimento Rural e o Programa de Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural (horas máquina)
Lei nº 5.227	de 30.12.09	Firma convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para a reativação do Posto de Inseminação Artificial-PIA
Lei nº 5.333	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 427.589,00 (incentivo à citricultura)
LC nº 5.510	de 04.10.11	Altera a redação da alínea "f" do inciso I e acrescenta § 4º ao art. 30 da LC nº 4.010/03 – Código Tributário (imóvel destinado à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial).
Lei nº 5.628	de 21.05.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 83.100,00 (Aquisição de equipamentos p/ a produção de sucos)
Lei nº 5.661	de 06.07.12	Firma convênio com o SEBRAE/RS e abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (Desenvolver a Citricultura do Vale do Caí)

Lei nº 5.998 de 29.09.14 Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 212.800,00 (aquisição de calibrador eletrônico de frutas/incentivo à citricultura)

Lei n.º 6.012 de 20.10.14 Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 41.507,70 (aquisição equipamentos para produção sucos cítricos)

INCLUSÃO SOCIAL

Lei n.º 5.775 de 06.05.13 Ratifica Termo de Compromisso com o Estado do RS, inclui atividade no PPA 2010-2013, ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 58.330,00 (aquisição de equipamentos e materiais permanentes e material de consumo para a quadra poliesportiva do bairro senai).

Lei n.º 5.776 de 13.05.13 Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2013 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00. (CADUNICO/Bolsa Família).

Lei n.º 5.812 de 26.08.13 Autoriza a firmar convênio com a União, incluir ação no PPA 2010 – 2013 e a abrir crédito especial no valor de R\$ 745.221,62 (ProJovem).

Lei n.º 5.824 de 16.09.13 Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 61.928,11. (Centro de Convivência do PPV – Bairro Senai, indenização/restituição)

Lei n.º 6.003 de 13.10.14 Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 275.000,00 (construção galpão de triagem e reciclagem)

INCRA

Lei n.º 4.875 de 19.05.08 Autoriza o Executivo Municipal a instituir a Unidade Municipal de Cadastro – UMC

Lei n.º 5.890 de 21.02.14 Altera redação dos art 1º, 2º, 3º, 4º e 6º da Lei 4.875 que autoriza a instituir a Unidade Municipal de Cadastro

INDÚSTRIA DE CALÇADOS WALD LTDA

Lei n.º 5.319 de 06.09.10 Concede incentivos à Indústria de Calçados Wald Ltda. (cobertura parcial de aluguel de prédio)

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU

Lei n.º 4.764	de 30.11.07	Autoriza o Executivo a alterar prazo previsto no § 3.º do art. 30 da LC 4.010-Cód. Trib.-isenção a aposentados e pensionistas.
Lei nº 4.798	de 28.12.07	Concede desconto pagamento do IPTU e TSU.
LC n.º 4.951	de 25.11.08	Altera redação do § 2º do art. 30 da LC n.º 4.010/03, que estabelece o Código Tributário. (validade laudo p/ isenção IPTU na zona de expansão urbana)
Lei nº 5.016	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a conceder desconto no pagamento do IPTU e TSU para contribuintes adimplentes com a Fazenda Municipal
Lei nº 5.353	de 19.11.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 358.500,00 (recadastramento imobiliário)
LC n.º 5.510	de 04.10.11	Altera a redação da alínea "f" do inciso I e acrescenta § 4º ao art. 30 da LC n.º 4.010/03 – Código Tributário (imóvel destinado à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial).
Lei n.º 5.649	de 02.07.12	Abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (recadastramento imobiliário zona urbana)
Lei n.º 6.040	de 17.11.14	Concede isenção de imposto e taxas à Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus (imposto predial e taxa de esgoto e lixo)

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES – IPVA

Lei nº 5.016	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a conceder desconto no pagamento do IPTU e TSU para contribuintes adimplentes com a Fazenda Municipal
--------------	-------------	--

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

Lei n.º 4.044	de 01.04.04	Institui a Substituição Tributária no Município de Montenegro.
Lei nº 5.143	de 08.09.09	Regras p/ recolhimento ISSQN em valor fixo p/ escritórios contábeis enquadrados no Simples Nacional
Lei nº 5.153	de 25.09.09	Concede redução ao contribuinte do ISS no âmbito deste município, optante pelo Simples Nacional.

LC n.º 5.351	de 19.11.10	Altera redação do § 2.º do art. 41 da LC nº 4.010/03-Código Tributário (ISSQN)
LC n.º 5.468	de 30.06.11	Acrescenta a alínea <i>g</i> ao inciso IV do Anexo I da LC n.º 4.010/03, que estabelece o Código Tributário do Município (redução alíquota ISSQN-entidades culturais)
Lei n.º 5.473	de 04.07.11	Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e dá outras providências.
LC n.º 5.491	de 15.08.11	Acrescenta incisos ao §1º e altera a redação do §1º do art. 40 da LC n.º 4.010/03 – Código Tributário do Município (isenção de tributação p/ receitas do SUS – NEFROCLIN).

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “INTERVIVOS” DE BENS IMÓVEIS - ITBI

LC nº 4.741	de 22.10.07	Acrescenta parágrafo único ao art. 71 da LC 4.010/03 – Código Tributário. (ITBI)
Lei nº 4.742	de 22.10.07	Institui Programa de Regularização do Imposto Sobre Transmissão “Intervivos” de Bens Imóveis – ITBI. (parcelamento)
Lei nº 4.877	de 19.05.07	Institui o Programa de Regularização do Imposto Sobre Transmissão “Intervivos” de Bens Imóveis – ITBI.
Lei nº 5.011	de 29.12.08	Autoriza o Executivo Municipal a prorrogar o prazo constante do art. 1.º da Lei n.º 4.877/08, que institui o Programa de Regularização do Imposto sobre Transmissão “Intervivos” de Bens Imóveis - ITBI
Lei nº 5.222	de 30.12.08	Prorroga prazo constante do art. 1º da Lei 4.877/08, que institui o Programa de Regularização do ITBI
Lei nº 5.230	de 18.02.10	Isenta ITBI incidente sobre fatos geradores intermediários quando da outorga de escritura definitiva aos mutuários dos imóveis em que a COHAB é transmitente, cabendo a incidência de tributação diante da transação final.
Lei nº 5.411	de 04.04.11	Institui o Programa de Regularização do Imposto sobre Transmissão “Intervivos” de Bens Imóveis – ITBI
Lei n.º 5.502	de 12.09.11	Concede isenção para a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista e aos

adquirintes de lotes desmembrados no aglomerado urbano conhecido como Loteamento Bela Vista, no Bairro Bela Vista (isenção de pagamento de taxas de desmembramento e ITBI)

Lei nº 5.770 de 19.04.13 Institui o Programa de Regularização do Imposto sobre Transmissão "Intervivos" de Bens Imóveis – ITBI

INSTALADORA SÃO MARCOS - BEPO

Lei n.º 3.363 de 28.12.98 Autoriza conceder incentivos a empresa Instaladora São Marcos Ltda – Bepo.

Lei n.º 3.440 de 22.10.99 Prorroga prazo para instalação da empresa Instaladora São Marcos Ltda.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SÃO JOSÉ

Lei n.º 4.108 de 05.08.04 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.

Lei nº 4.727 de 08.10.07 Ratifica cedência de professores e autoriza firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.

Lei n.º 4.932 de 08.08.08 Ratifica a cedência de professores e autoriza firmar convênio com a Assoc. Pró-cultura e Educação Comunitária (Instituto São José)

Lei n.º 5.059 de 14.04.09 Ratifica a cedência de professores e autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.

Lei n.º 5.234 de 1º.03.10 Firma convênio c/ Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro (cedência de professores Inst. de Educação São José)

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA – IPA

Lei n.º 4.490 de 11.07.06 Autoriza o Executivo firmar convênio com o IPA (Projeto Inventário Turístico).

INSTITUTO SINODAL DE ASSIST., EDUCAÇÃO E CULTURA-ISAEC

Lei n.º 4.533 de 25.09.06 Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Instituto Sinodal de Assistência, Educação e Cultura-ISAEC, no valor de R\$ 21.942,62.

Lei n.º 4.568 de 28.11.06 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura – ISAEC, no valor de R\$2.4000,00.

Lei n.º 4.580 de 12.12.06 Altera o art. 2º e acrescenta o art. 2º A e 2ºB à Lei nº 4.568, de 2006, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura – ISAEC, no valor de R\$2.400,00.

Lei n.º 4.590 de 26.12.06 Autoriza o Executivo firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura-ISAEC, no valor de R\$ 130.100,00 e abrir crédito especial.

Lei n.º 4.772 de 07.12.07 Autoriza o Executivo a ratificar o vlr. De 13.056,00 utilizado no Progr. Bolsa de Fábr. A ser repassado à ISAEC, firmar convênio e abrir Créd Espec de 19.200,00.

Lei n.º 4.773 de 10.12.07 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a ISAEC, mantenedora do Colégio Sinodal Progr., do vlr de R\$ 7.306,38.

Lei nº 4.942 de 01.09.08 Acrescenta alínea *b* ao inciso III, do art. 1º da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (qualificação mão-de-obra-Sinodal)

Lei nº 4.943 de 01.09.08 Autoriza Executivo firmar convênio com a ISAEC no valor de R\$ 6.440,00 e abrir crédito especial (qualificação mão-de-obra-Sinodal)

Lei nº 4.986 de 01.12.08 Autoriza Executivo firmar convênio com a ISAEC, mantenedora do Colégio Sinodal Progresso, no valor de R\$ 23.700,00 (Projeto Camaleão)

Lei nº 5.220 de 30.12.09 Firma convênio com a ISAEC, mantenedora do Colégio Sinodal Progresso, valor R\$ 6.000,00 (Projeto Camaleão)

INTERNET GRATUITA

Lei nº 5.994 de 17.09.14

Autoriza a utilização de espaços públicos para a instalação gratuita de rede de internet sem fio no Município.

ISENÇÃO DE TAXAS

Lei n.º 4.052	de 19.04.04	Isenta o Estado do Rio Grande do Sul do pagamento das taxas incidentes quanto à regularização do prédio do SEDAI.
Lei n.º 4.322	de 21.11.05	Concede isenção tributária para implantação Programa de Arrendamento Residencial– PAR.
Lei n.º 5.502	de 12.09.11	Concede isenção para a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista e aos adquirintes de lotes desmembrados no aglomerado urbano conhecido como Loteamento Bela Vista, no Bairro Bela Vista (isenção de pagamento de taxas de desmembramento e ITBI)
Lei n.º 5.887	de 20.01.14	Altera a redação do art.3.º da Lei n.º 5.123, que concede a isenção tributaria para a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida.
Lei n.º 6.040	de 17.11.14	Concede isenção de imposto e taxas à Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus (imposto predial e taxa de esgoto e lixo)

JOÃO AFONSO DA SILVA

Lei n.º 3.475 de 28.12.99 Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivo a ampliação da empresa João Afonso da Silva.

JANDAIR FERREIRA DA SILVA-ME

Lei n.º 4.654 de 14.05.07 Autoriza o Executivo a conceder o uso de uma área de terras de 5.370 m².

JOÃO INÁCIO SCHUSTER - ME

Lei n.º 3.378 de 31.12.98 Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivo a João Inácio Schuster – Me.

JOHN DEERE

Lei n.º 4.155 de 27.12.04 Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à implantação da empresa John Deere Brasil Ltda.

JORNAL IBIÁ

Lei n.º 4.541 de 09.10.06 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Empresa Jornalística Ibiá e abrir crédito especial de R\$ 3.050,00 (Viva Bairro – Dia das Crianças).

Lei nº 4.804 de 08.01.08 Autoriza o Executivo a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso de um imóvel à Empresa Jornalística Ibiá Ltda.

Lei n.º 5.570 de 30.12.11 Repassa recursos à Empresa Jornalística Ibiá e abre crédito especial de R\$ 4.500,00 (Projeto “Olho D’Água”)

Lei n.º 5.681 de 03.08.12 Firma convênio com a Empresa Jornalística Ibiá Ltda. no valor de R\$ 14.900,00 (Projeto Olho D'água)

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES -JARI

Lei n.º 3.373 de 31.12.98 Cria a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI – e dá outras providências.

Lei n.º 3.614 de 03.07.01 Altera a redação dos arts. 2º e 5º da Lei 3.373/98, que cria a JARI.

Lei nº 4.705 de 03.09.07 Altera a redação do caput do art. 1º; caput, incisos e § 2º do art. 2º e art. 5º da Lei 3.373/98 que cria a JARI.

Lei nº 5.445 de 13.06.11 Altera a redação do caput do art. 1º; dos incisos I e III do art. 2º e do art. 4º da Lei 3.373/98, que cria a JARI.

Lei n.º 5.591 de 27.02.12 Dispõe sobre a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

Lei n.º 960 de 06.12.56 Concede e eleva a gratificação.

Lei n.º 1.361 de 29.11.62 Eleva de Cr\$ 7.000,00 para Cr\$ 9.000,00 a gratificação do auxiliar da Junta de Alistamento Militar.

Lei n.º 1.397 de 14.08.63 Abre crédito suplementar de Cr\$ 24.000,00 para atender disposição da Lei nº 1.361.

Lei n.º 1.452 de 11.12.63 Cria o cargo de Escriturário da J.A.M.

Lei n.º 1.499 de 20.01.64 Revoga a Lei nº 1.452/63 e outras.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Lei n.º 2.735	de 25.07.91	Autoriza a doação de uma área de terras para a União Federal, destinada à construção da Junta de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.
Lei n.º 2.851	de 14.09.92	Altera a Lei nº 2.735, de 25.07.91, que autoriza a doação de terreno destinado às instalações da Junta de Conciliação e Julgamento.
Lei n.º 2.935	de 23.08.93	Altera o Art. 1º da Lei nº 2.735, de 25.07.91, que autoriza a doação de uma área de terras para a União Federal, destinada à construção da Junta de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.

JUROS DE MORA

Lei n.º 966	de 11.12.56	Dispõe sobre a incidência de juros de mora sobre impostos e taxas.
Lei nº 1.079	de 30.12.58	Revoga as disposições da Lei nº 865, de 03.01.1956.
Lei nº 1.894	de 25.08.71	Dispensa juros, multas e correção monetária de imóvel da Ajuris.
Lei nº 2.905	de 19.01.93	Concede isenção do pagamento de multas e juros de mora e dá outras providências.

KM DE ARRANCADA

Lei n.º 2.766	de 12.11.91	Oficializa a prova de "KM DE ARRANCADA – CIDADE DE MONTENEGRO" e dá outras providências.
Lei nº 3.209	de 15.07.97	Suprime e altera artigos da Lei nº 2.766 de 12.11.91 que oficializa a prova "KM DE ARRANCADA CIDADE DE MONTENEGRO".

LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

Lei n.º 3.097 de 17.11.95 Torna obrigatório por parte dos laboratórios de Análises Clínicas, o fornecimento de recipiente para coleta de material para exames.

LAJEAMENTO DE PASSEIOS

Lei n.º 291 de 28.07.50 Dispõe sobre o lajeamento de passeios na forma de Lei nº 75 de 02.07.48.

LAR DO MENOR

Lei n.º 3.870 de 24.03.03 Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.845, de 26 de dezembro de 2002, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2003.

Lei n.º 4.536 de 02.10.06 Autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista, no valor de R\$ 30.000,00 (Lavanderia – Lar do Menor).

Lei n.º 4.872 de 19.05.08 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Bem Espiritualista, para a execução do Projeto INPV e Parceiros Revitalizando Abrigo.

Lei nº 4.975 de 03.11.08 Autoriza a concessão de uso de bem público à Sociedade Beneficente Espiritualista (salas da DTT devido remodelação da Praça Rui Barbosa)

Lei nº 4.978 de 17.11.08 Autoriza o Executivo firmar convênio com a Soc. Beneficente Espiritualista-Lar do Menor (renovação da roupa de cama, mesa e banho)

Lei n.º 5.072 de 05.05.09 Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais

Lei n.º 5.360 de 30.11.10 Firma convênio a Sociedade Beneficente Espiritualista-Lar do Menor (Família Feliz 2010)

Lei n.º 5.363 de 09.12.10 Firma convênio a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 15.000,00 (ampliação área de recreação Lar do Menor)

Lei nº 5.377 de 27.12.10 Acrescenta a alínea e ao inciso II do art. 1º da Lei nº 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (Soc. Beneficente Espiritualista)

Lei n.º 5.725	de 07.12.12	Repassa recursos à Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 218.000,00, mediante Termo para cobertura de "déficit de médio prazo".
Lei n.º 5.750	de 25.03.13	Firma o convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 5.287,70 (Reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.807	de 19.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (projeto Família Feliz – R\$ 28.500,00)
Lei n.º 5.834	de 07.10.13	Firma Termo de repasse com a Soc. Benef. Espir. no valor de R\$ 275.695,50 (Lar do Menor)
Lei n.º 6.070	de 18.02.15	Concede de forma gratuita o Direito Real de Uso de Bem Público (Lar do Menor).

LDO (Consultar em 'D'- Diretrizes Orçamentárias)

LEASING

Lei n.º 2.360	de 24.09.84	Regula a contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing).
---------------	-------------	--

LF DE OLIVEIRA & CIA LTDA.

Lei n.º 5.320	de 06.09.10	Concede incentivos à empresa LF de Oliveira & Cia Ltda (construção de nova unidade)
---------------	-------------	---

LICENÇAS

Lei n.º 5.300	de 27.07.10	Acrescenta artigos à LC 2.635/90-Regime Jurídico dos Servidores Públicos (das licenças)
Lei n.º 5.301	de 27.07.10	Institui o Programa de Prorrogação da Licença Gestante (60 dias)
Lei n.º 5.302	de 27.07.10	Acrescenta o inciso VI, altera redação do § 1º e § 2º e revoga a alínea c do inciso III do art. 113 da LC 2.635/90-Regime Jurídico dos Servidores Públicos (licença paternidade)

LICENÇA-GESTANTE

Lei n.º 5.301 de 27.07.10 Institui o Programa de Prorrogação da Licença Gestante (60 dias)

LICENÇA-PATERNIDADE

Lei n.º 5.302 de 27.07.10 Acrescenta o inciso VI, altera redação do § 1º e § 2º e revoga a alínea c do inciso III do art. 113 da LC 2.635/90-Regime Jurídico dos Servidores Públicos (licença paternidade)

LICENÇA-PRÊMIO

Lei n.º 178 de 08.07.49 Regula a concessão de licença-prêmio aos servidores públicos municipais.

Lei n.º 196 de 09.09.49 Altera a lei nº 178 de 08.07.49, que regula a concessão de licença-prêmio aos servidores públicos municipais.

Lei n.º 199 de 14.10.49 Altera o parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 178 de 08.07.49 por ter sido redigido com incorreção.

Lei n.º 262 de 30.06.50 Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, consolidando a legislação em vigor.

Lei n.º 350 de 30.03.51 Dispõe sobre a indenização da licença-prêmio.

Lei n.º 369 de 25.05.51 Abre crédito especial de Cr\$16.250,00

Lei n.º 375 de 08.06.51 Abre crédito suplementar e reduz consignações orçamentárias.

Lei n.º 390 de 03.08.51 Dispõe sobre a indenização da licença-prêmio.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Lei n.º 4.293 de 20.10.05 Institui o Código de Meio Ambiente do Município.

Lei n.º 4.294 de 20.10.05 Dispõe sobre o licenciamento ambiental do Município de Montenegro.

LICITAÇÕES

Lei n.º 3.390 de 30.04.99 Autoriza o Poder Público Municipal a adotar o sistema de Registro de Preços e dá outras providências.

Lei n.º 5.057	de 14.04.09	Institui a Comissão Permanente de Licitações – CPL
Lei n.º 5.260	de 26.04.10	Institui a Comissão Permanente de Licitações na Câmara de Vereadores

LIGA MONTENAGRINA DE BOCHA

Lei n.º 344	de 02.03.51	Institui a “Taça Cidade de Montenegro” para ser disputada entre as sociedades filiadas à Liga Montenegrina de Bocha.
Lei n.º 4.519	de 28.08.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Liga Montenegrina de Bocha.

LIGA MONTENAGRINA DE FUTEBOL

Lei n.º 2.940	de 13.09.93	Inclui a Liga Montenegrina de Futebol no Plano de Auxílio e Subvenções para o exercício de 1993 e dá outras providências.
Lei n.º 4.251	de 11.08.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol e abrir Crédito Especial no valor de R\$ 45.000,00.
Lei n.º 4.527	de 11.09.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol.
Lei n.º 4.658	de 25.05.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio c/ a Liga Montenen. De Futebol e abrir crédito especial no vlr. de R\$ 45.000,00 (campeonato municipal de 2007)
Lei nº 4.782	de 21.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol no valor de R\$ 5.300,00.
Lei nº 4.896	de 16.06.08	Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol, no valor de R\$ 45.000,00 (Camp. Munic. 2008)
Lei nº 5.045	de 24.03.09	Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol (Campeonato Futebol Sete da Rua Nova)
Lei nº 5.055	de 08.04.09	Autoriza Executivo firmar convênio com a Liga Montenegrina de Futebol no valor de R\$

		6.800,00 (Campeonato Municipal de Futebol de Areia)
Lei n.º 5.068	de 20.04.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Lia Montenegrina de Futebol no valor R\$ 50.000,00 (Campeonato Munic. de Futebol Campo 2009)
Lei n.º 5.266	de 10.05.10	Firma convênio c/ a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 50.000,00 (Campeonato Municipal de Futebol 2010)
Lei n.º 5.268	de 10.05.10	Firma convênio c/ a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 3.500,00 (Campeonato Futebol Sete de Rua Nova 2010)
Lei n.º 5.449	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 50.000,00 (Camp. Munic. De Futebol de Campo 2011)
Lei n.º 5.450	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 6.600,00 (Camp. Munic. De Futsal)
Lei n.º 5.451	de 13.06.11	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol de R\$ 4.500,00 (Camp. Munic. De Futebol Sete de Rua Nova 2011)
Lei nº 6.022	de 27.10.14	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol Sete de R\$ 7.449,25 (campeonato entre vilas)
Lei n.º 6.177	de 24.07.15	Firma convênio com a Liga Montenegrina de Futebol Sete no valor de R\$ 1.475,00 (Campeonato entre Vilas Calafate-Vendinha).

LIMITES URBANOS

Lei n.º 479	de 30.05.52	Abre crédito especial de CR\$12.000,00 e reduz consignações orçamentárias.
Lei n.º 704	de 19.11.54	Amplia a zona suburbana da cidade.
Lei n.º 748	de 28.01.55	Altera parcialmente a Lei nº 704.
Lei n.º 874	de 16.02.56	Revoga a Lei nº 704 de 19.11.54 que ampliou a zona suburbana da cidade, conservando os limites urbanos nela indicados.
Lei n.º 1.612	de 04.03.65	Altera os limites urbano e suburbano da cidade de Montenegro.
Lei n.º 2.089	de 17.04.78	Altera os limites urbanos da cidade de Montenegro.

Lei n.º 2.120	de 02.01.79	Fixa os limites distritais e urbanos do município.
Lei n.º 2.239	de 28.12.81	Fixa os limites urbanos de Harmonia.
Lei n.º 2.428	de 01.09.86	Altera art. 2º da Lei nº 2.120.
Lei n.º 2.458	de 17.06.87	Retifica a Lei nº 2.428.
Lei n.º 2.791	de 27.12.91	Altera o art. 1º da Lei nº 2.089/78, que fixa a Zona de Expansão Urbana do Município.
LC nº 5.880	de 13.01.14	Institui o Perímetro da Macrozona Urbana do Município

LOGRADOUROS PÚBLICOS

Lei n.º 200	de 14.10.49	Dá o nome de Ruy Barbosa a um logradouro público.
Lei n.º 593	de 27.10.53	Dá o nome de Castro Alves a uma via pública.
Lei n.º 596	de 30.10.53	Denomina Torbjon Weibull a uma via pública.
Lei n.º 597	de 30.10.53	Denomina Rua Dr. Bruno de Andrade a uma via pública.
Lei n.º 897	de 02.05.56	Dá o nome de Santo Antônio a uma via pública.
Lei n.º 915	de 20.07.56	Denomina 25 de Julho a uma logradouro público existente na localidade de Campo do Meio.
Lei n.º 970	de 27.12.56	Altera denominação da rua Othelo Rosa.
Lei n.º 993	de 10.05.57	Dá o nome de Tristão Fagundes à rua Aurora.
Lei n.º 1.021	de 07.11.57	Dá o nome de Próspero Mottin à rua da Estiva.
Lei n.º 1.046	de 10.06.58	Dá o nome de Vila Tanac ao local atualmente denominado Porto Clemente.
Lei n.º 1.053	de 10.09.58	Dá o nome de Antonio Marques à chamada rua Bonita.
Lei n.º 1.061	de 30.10.58	Altera para Cel. Álvaro de Moraes o nome da atual rua sete de Setembro.
Lei n.º 1.076	de 24.03.59	Proíbe o conserto de máquinas e veículos, pelas oficinas mecânicas e outras, nos leitos das ruas e calçadas das cidades.

Lei n.º 1.093	de 19.05.59	Dá o nome de prof. Estevão Inácio à via pública, e revoga a Lei nº 845, de 12.12.55.
Lei n.º 1.111	de 12.09.59	Dá o nome de Engº. Ernesto Zietlow a uma via pública.
Lei n.º 1.238	de 04.05.61	Denomina Espírito Santo a chamada rua da Olaria.
Lei n.º 1.535	de 18.06.64	Dá o nome de Arthur Renner a atual Rua Conselheiro Camargo.
Lei n.º 1.699	de 03.11.66	Dá nome as ruas de Vila São João.
Lei n.º 1.704	de 13.12.66	Dá nome as ruas da Vila São Pedro.
Lei n.º 1.729	de 06.04.67	Dá nome de Antônio Lisboa a uma via pública.
Lei n.º 1.854	de 15.07.70	Dá nome de Dr. Hans Varelmann a uma via pública.
Lei n.º 1.855	de 15.07.70	Autoriza receber uma área de terras em doação para abertura de uma rua.
Lei n.º 1.856	de 15.07.70	Autoriza receber um terreno em doação para abertura de uma rua (prolongam.).
Lei n.º 1.857	de 12.08.70	Dá o nome de João Schenkel Fº. a uma via pública.
Lei n.º 1.920	de 25.07.72	Dá o nome de Frederico Ozanan a uma via pública.
Lei n.º 1.926	de 06.09.72	Dá o nome de Dr. Hugo Wohlgemuth a uma via pública (atual Beco Xavier).
Lei n.º 1.929	de 03.10.72	Dá o nome de Carlos W. Gottselig à Travessa do Clube Rio Grandense.
Lei n.º 1.947	de 16.05.73	Dá o nome de 25 de Julho à artéria da Vila de Harmonia.
Lei n.º 1.979	de 24.04.74	Dá o nome de João Lothário Gerstner a uma praçinha na Ramiro Barcelos.
Lei n.º 2.083	de 05.12.77	Denomina 87 ruas das Vilas da Cidade.
Lei n.º 2.092	de 17.05.78	Denomina 3 ruas na Vila de Tupandi.
Lei n.º 2.105	de 12.09.78	Denomina Avenida Irmãos Ko Freitag a principal artéria da Vila de Maratá.

Lei n.º 2.121	de 02.01.79	Altera, preserva e dá nome a várias ruas da cidade.
Lei n.º 2.137	de 16.05.79	Oficializa o nome de Cel. Antônio Inácio para a antiga Estrada dos Pinheiros.
Lei n.º 2.156	de 26.03.80	Denomina dois logradouros públicos (Rua Rotary Internacional e Pr. Paulo Harris).
Lei n.º 2.193	de 02.12.80	Denomina balneário Afonso Kunrath e via de acesso a alameda Osvaldo Wildner.
Lei n.º 2.223	de 21.09.81	Denomina rua Lions Clube.
Lei n.º 2.252	de 17.06.82	Denomina três vias públicas na Vila 5 de Maio.
Lei n.º 2.312	de 16.09.83	Transfere e dá denominação de ruas da cidade – Rua Alcides de Souza Baptista.
Lei n.º 2.334	de 11.05.84	Denomina o núcleo habitacional Promorar de Bairro Germano Henke.
Lei n.º 2.335	de 11.05.84	Denomina a Praça Infantil no largo da Igreja Matriz de Praça Ivo Bühler.
Lei n.º 2.394	de 23.09.85	Denomina de praça “Tancredo Neves” logradouro público V. São João.
Lei n.º 2.423	de 20.06.86	Denomina Travessa Carlos Hoffstätter a travessa compreendida entre as ruas Cap. Porfírio e Esperança.
Lei n.º 2.449	de 31.12.86	Dá denominação à uma rua no Bairro Taninópolis, nesta cidade (Ver. João Vicente).
Lei n.º 2.453	de 08.05.87	Dá nome de Ernesto Popp a uma via pública.
Lei n.º 2.454	de 19.05.87	Dá o nome de Alencastro Goulart Flores a uma via pública.
Lei n.º 2.465	de 24.08.87	Atualiza os limites das vias públicas que menciona.
Lei n.º 2.488	de 23.11.87	Denomina Esquina Democrática (Esq. Das ruas Olavo Bilac e Ramiro Barcelos).
Lei n.º 2.493	de 28.12.87	Dispõe sobre a proibição do tráfego de veículos na rua Ramiro Barcelos, no trecho que menciona.
Lei n.º 2.509	de 22.08.88	Denomina Domingos dos Santos a quadra do Ginásio de Esportes do Parque Centenário.

Lei n.º 2.524	de 17.11.88	Denomina rua Geraldo Mottin um logradouro público.
Lei n.º 2.525	de 17.11.88	Denomina rua Ludwig Wagner um logradouro.
Lei n.º 2.609	de 06.11.89	Altera a denominação de vias públicas na Vila Pareci Novo.
Lei n.º 2.633	de 10.04.90	Denomina rua Orlando Daudt Albrecht um logradouro público.
Lei n.º 2.647	de 13.06.90	Denomina Praça dos Ferroviários.
Lei n.º 2.657	de 02.07.90	Denomina várias ruas do Bairro Santa Rita.
Lei n.º 2.664	de 10.09.90	Oficializa-se o logradouro denominado extra-oficialmente de Gomes Jardim.
Lei n.º 2.667	de 24.09.90	Denomina rua Dr. Celso Muller uma via pública.
Lei n.º 2.670	de 24.09.90	Dá a atual Rua A do Loteamento Timbaúva I a denominação de Elisa Moojen Arpini.
Lei n.º 2.679	de 19.10.90	Denomina várias ruas do residencial Timbaúva.
Lei n.º 2.689	de 10.12.90	Denomina Severo Fabrasil um logradouro público.
Lei n.º 2.695	de 27.12.90	Denomina WALDEMAR PEDRO STEFFEN um logradouro público.
Lei n.º 2.699	de 28.12.90	Denomina Cláudio Kranz um logradouro público.
Lei n.º 2.700	de 28.12.90	Denomina NORMÉLIO PETRY o Ginásio de esportes do Parque Centenário atualmente conhecido como "Azulão".
Lei n.º 2.701	de 28.12.90	Denomina Dr. Amauri Daudt Lampert um logradouro público.
Lei n.º 2.702	de 28.12.90	Denomina Braulino de Azevedo um logradouro público.
Lei n.º 2.714	de 17.04.91	Denomina Theobaldo Pedro Pasini um logradouro público.
Lei n.º 2.716	de 26.04.91	Denomina Praça São Pedro um logradouro público.

Lei n.º 2.718	de 30.04.91	Dispõe sobre a adoção de praças e logradouros e dá outras providências.
Lei n.º 2.725	de 21.06.91	Denomina Waldemar Antônio de Vargas um logradouro público.
Lei n.º 2.726	de 21.06.91	Denomina Helmut da Costa Vianna um logradouro público.
Lei n.º 2.727	de 05.07.91	Denomina Rua Machado Ávila um logradouro público.
Lei n.º 2.728	de 05.07.91	Denomina Ruben Júlio Zietlow um logradouro público.
Lei n.º 2.738	de 15.08.91	Denomina Livino Joaquim da Silva um logradouro público.
Lei n.º 2.741	de 26.08.91	Denomina Waldir Ary de Oliveira um logradouro público.
Lei n.º 2.747	de 27.09.91	Denomina José Carlos de Oliveira um logradouro público.
Lei n.º 2.748	de 30.09.91	Denomina Urbano José Lammel um logradouro público.
Lei n.º 2.749	de 30.09.91	Denomina Hugo Gehlen um logradouro público.
Lei n.º 2.750	de 30.09.91	Denomina Walter Baumgartner um logradouro público.
Lei n.º 2.757	de 25.10.91	Denomina logradouro público, rua das Hortências.
Lei n.º 2.765	de 12.11.91	Denomina Arno Lauer logradouro público.
Lei n.º 2.773	de 25.11.91	Denomina Rua Egon Pölking um logradouro público no Loteamento Jardim Ipê.
Lei n.º 2.779	de 19.12.91	Denomina todas as ruas do Bairro Germano Henke.
Lei n.º 2.789	de 27.12.91	Oficializa-se o logradouro denominado extra-oficialmente de "Quintão".
Lei n.º 2.790	de 27.12.91	Denomina Antônio Albino Streb um logradouro público no Bairro Taninópolis.
Lei n.º 2.809	de 18.03.92	Denomina Rua Mário Garcia Machado um logradouro público no B. São Paulo.

Lei n.º 2.817	de 16.04.92	Denomina Estrada Antônio Ignácio de Oliveira Filho um logradouro público.
Lei n.º 2.824	de 20.05.92	Denomina ALBINO BORCHARDT um logradouro público no Loteamento Jardim Ipê.
Lei n.º 2.831	de 09.06.92	Denomina Prof. Valesca Lampert um logradouro público.
Lei n.º 2.861	de 19.10.92	Altera a descrição de diversas ruas da cidade.
Lei n.º 2.862	de 19.10.92	Altera o art. 2º da Lei nº 2.667/90 que denominou a Rua Dr. Celso Emílio Muller.
Lei n.º 2.863	de 19.10.92	Retifica a Lei nº 2.453/87, que denominou a Av. Ernesto Popp.
Lei n.º 2.864	de 19.10.92	Fixa os limites da Rua Vereador João Vicente.
Lei n.º 2.865	de 19.10.92	Fixa os limites da Rua Rio de Janeiro.
Lei n.º 2.866	de 19.10.92	Altera o traçado da Rua Carlos Correa da Silva.
Lei n.º 2.867	de 19.10.92	Altera o traçado da Rua Capitão Jacinto José Fernandes.
Lei n.º 2.868	de 19.10.92	Altera o traçado da rua Júlio Rosa.
Lei n.º 2.869	de 19.10.92	Altera a Lei nº 2.083, de 05.12.77 que denominou diversas ruas da cidade.
Lei n.º 2.871	de 19.10.92	Denomina Rua João Amandio Lutz um logradouro público no Loteamento Jardim Ipê (Rua nº 5).
Lei n.º 2.872	de 26.10.92	Denomina diversas ruas, travessas, passarelas e estradas (Vila Jó, Loteamento Bela Vista e outros)
Lei n.º 2.873	de 29.10.92	Denomina Flausino Duarte da Silva um logradouro público.
Lei n.º 2.874	de 03.11.92	Altera a denominação do Loteamento Vila Machado (Colina do Sol).
Lei n.º 2.875	de 03.11.92	Denomina Praça da Colina um logradouro público.
Lei n.º 2.882	de 16.11.92	Denomina Praça Júlio Rosa Machado um logradouro situado no Bairro Santo Antônio, nesta cidade.

Lei n.º 2.887 de 03.12.92	Denomina os logradouros públicos que menciona. Rafael Zavarise – Ricardo Carlos Lerch – Pedro Isse – José Alfredo Ost – José Rubens da Silveira – Liberaldo Zirbes – João Wohlgemuth – Licínio Faustino da Silva.
Lei n.º 2.895 de 14.12.92	Denomina Largo João Edwino Derlam um logradouro.
Lei n.º 2.900 de 28.12.92	Altera a descrição das ruas Felipe Panitz e dos Imigrantes.
Lei n.º 2.904 de 08.01.93	Altera a denominação da rua Machado Ávila, bairro Aero clube.
Lei n.º 2.959 de 06.12.93	Denomina Estrada REYNALDO HOERLLE um logradouro público.
Lei n.º 2.984 de 09.03.94	Altera a denominação de um logradouro público. (Rua Augusto José da Motta)
Lei n.º 2.986 de 15.03.94	Denomina Praça da Bíblia um logradouro público.
Lei n.º 3.015 de 16.11.94	Denomina "PRAÇA TIMBAÚVA" um logradouro público.
Lei n.º 3.018 de 23.11.94	Altera a denominação da "Estrada sas Laranjeiras", para Estrada Selma Wallauer.
Lei n.º 3.019 de 23.11.94	Denomina Ilka Moojen Weissheimer, um logradouro público localizado no Bairro São João.
Lei n.º 3.036 de 03.01.95	Altera a descrição da Rua Orlando Daudt Albrecht, denominada pela Lei n.º 2.633/90.
Lei n.º 3.037 de 03.01.95	Denomina os logradouros públicos que menciona.
Lei n.º 3.051 de 07.04.95	Dispõe sobre o traçado de algumas ruas e avenidas de nossa cidade.
Lei n.º 3.036 de 03.01.95	Altera a descrição da Rua Orlando Daudt Albrecht, denominada pela Lei n.º 2.633/90.
Lei n.º 3.073 de 13.07.95	Altera a denominação de um logradouro público. (Pr. Ferdinand Pölking).
Lei n.º 3.098 de 17.11.95	Denomina Estrada Décio Saticq Daudt um logradouro público.
Lei n.º 3.129 de 27.03.96	Denomina Estrada Marcírio de Souza Carpes, um logradouro público.

Lei n.º 3.191	de 23.04.97	Dispõe sobre as placas indicativas de ruas e praças.
Lei n.º 3.207	de 14.07.97	Altera a descrição da Rua Amapá.
Lei n.º 3.395	de 28.05.99	Altera a descrição de ruas, denominadas através da Lei n.º 2.872/92.
Lei n.º 3.397	de 07.06.99	Denomina Rua José Luís uma via pública.
Lei n.º 3.412	de 20.07.99	Denomina Capitão Ney Tavares de Andrade um logradouro público.
Lei n.º 3.496	de 28.03.00	Denomina Rui Ataíde Pereira de Vargas, "TANGARÁ" o logradouro público conhecido como Estrada Passo do Manduca.
Lei n.º 3.508	de 12.05.00	Altera o traçado da Rua João Corrêa, denominada pela Lei n.º 2.121/79.
Lei n.º 3.509	de 12.05.00	Denomina Dr. Gilberto Seelig um logradouro público.
Lei n.º 3.521	de 12.06.00	Denomina Aloys Jacob Kerber um logradouro público.
Lei n.º 3.541	de 19.09.00	Denomina Praça João Edvino Derlam um logradouro público.
Lei n.º 3.566	de 29.12.00	Altera a denominação da "Estrada das Américas", para ESTRADA CYLON ROSA.
Lei n.º 3.577	de 05.02.01	Denomina Coracy Pinto de Azevedo um logradouro público.
Lei n.º 3.578	de 12.03.01	Denomina Devino Mezzari um logradouro público.
Lei n.º 3.582	de 03.04.01	Denomina Ivo José Feldens um logradouro público.
Lei n.º 3.608	de 13.06.01	Denomina Urbano Ângelo Rigon um logradouro público.
Lei n.º 3.622	de 13.07.01	Denomina Rua Sete de Setembro um logradouro público.
Lei n.º 3.623	de 17.07.01	Denomina Estrada Antônio Carlos Fernandes Rosa – "Dr. Niquinho" um logradouro público.
Lei n.º 3.627	de 07.08.01	Denomina logradouros públicos localizados no Bairro Santa Rita.

Lei n.º 3.648	de 08.10.01	Altera a redação do Parágrafo Único das Leis n.ºs 3.578 e 3.582/2001.
Lei n.º 3.671	de 13.11.01	Denomina Florisbela Ferreira de Lima um logradouro público.
Lei n.º 3.717	de 01.04.02	Denomina logradouro público João Walter Hoerlle.
Lei n.º 3.718	de 01.04.02	Denomina logradouro público Irmã Emmy Laubert.
Lei n.º 3.744	de 18.06.02	Denomina Stéfano Müssig Fabre a Pista de Skate localizada no Parque Centenário Erny Carlos Heller.
Lei n.º 3.757	de 01.07.02	Denomina Rua Ernandes Azevedo Fernandes, um logradouro público.
Lei n.º 3.762	de 08.07.02	Denomina João Cândido – Herói da Revolta da Chibata – um logradouro público.
Lei n.º 3.771	de 23.07.02	Denomina, Rua “20 de Setembro” um logradouro público.
Lei n.º 3.773	de 30.07.02	Denomina rua Carlos Edvin Endres, um logradouro público.
Lei n.º 3.784	de 26.08.02	Denomina rua Raimundo Correia da Silva, um logradouro público.
Lei n.º 3.821	de 04.11.02	Denomina rua Maria Antônia Machado, um logradouro público.
Lei n.º 3.838	de 13.12.02	Denomina Nilo Celestino Schüler um logradouro público.
Lei n.º 3.855	de 30.12.02	Denomina Rua Bruno Gabriel Lampert um logradouro público.
Lei n.º 3.902	de 13.06.03	Altera a redação do art. 1º da Lei 3.622, de 13 de julho de 2001, que denomina Rua Sete de Setembro um logradouro público.
Lei n.º 3.903	de 13.06.03	Altera a redação do art. 2º da Lei 2.121, de 02 de janeiro de 1979, que altera, preserva e dá nomes a diversas ruas de Montenegro, já existentes (Lei n.º 2.083/77).
Lei n.º 3.924	de 19.08.03	Denomina Dr. Fuaad Simões um logradouro público.
Lei n.º 3968	de 13.11.03	Denomina Rua Elair Araújo Azeredo um logradouro público.

Lei n.º 4032	de 08.3.04	Denomina Rua Benjamim Alves Barreto – “Bebê” um logradouro público.
Lei n.º 4063	de 07.5.04	Denomina Rua Dr. Oswaldo Ferlini Sporleder um logradouro público.
Lei n.º 4064	de 07.5.04	Denomina Rua Canísio Sérgio Schneider um logradouro público.
Lei n.º 4065	de 07.5.04	Denomina Rua “Luiz Carlos Schneider”, um logradouro público.
Lei n.º 4097	de 09.7.04	Denomina Rua “JOSÉ NERCI MOMBACH” um logradouro público.
Lei n.º 4110	de 16.8.04	Denomina diversas Ruas do Loteamento Jardins da Serra.
Lei n.º 4129	de 13.10.04	Denomina Estrada Martins Souza Vigel um logradouro público.
Lei n.º 4.133	de 29.10.04	Denomina Estrada Municipal José Mendes Moreira Guedes um logradouro público.
Lei n.º 4.147	de 13.12.04	Denomina “Reverendo Ernesto J. Bernhoeft” um logradouro público.
Lei n.º 4.160	de 18.01.05	Denomina Estrada Gasparino Garcia da Motta um logradouro público.
Lei n.º 4.186	de 11.04.05	Denomina Rua Angelina Poletto de Souza um logradouro público.
Lei n.º 4.187	de 11.04.05	Denomina Rua Eva Laubin Boos um logradouro público.
Lei n.º 4.191	de 19.04.05	Denomina Estrada Antônio Virissimo da Silveira um logradouro público.
Lei n.º 4.199	de 03.05.05	Altera art. 1º Lei 2.887/92, que denomina logradouros públicos que menciona (Rua João Wohlgemuth).
Lei n.º 4.205	de 13.05.05	Denomina Estrada João XXIII um logradouro público.
Lei n.º 4.206	de 13.05.05	Denomina Estrada Euli Santos de Azeredo – “Guila” um logradouro público.
Lei n.º 4.226	de 28.06.05	Altera art. 1º da Lei 2.887/92, que denomina os logradouros que menciona – R. João Wohlgemuth.

Lei n.º 4.233	de 04.07.05	Denomina Rua 21 de Abril um logradouro público – Loteamento Plates.
Lei n.º 4.234	de 04.07.05	Denomina Rua Alberto Pasqualini um logradouro público – Loteamento Plates.
Lei n.º 4.237	de 12.07.05	Denomina Estrada Dionísio Arlindo Chassot, um logradouro público, em Faxinal.
Lei n.º 4.274	de 03.10.05	Denomina Rua Jardim Botânico um logradouro público.
Lei n.º 4.317	de 08.11.05	Denomina Rua Walter Carlos Dreher um logradouro público.
Lei n.º 4.318	de 08.11.05	Denomina Rua Maria Zanin Coronet um logradouro público.
Lei n.º 4.334	de 05.12.05	Denomina Rua Judith Provin da Motta um logradouro público.
Lei n.º 4.348	de 19.12.05	Denomina Rua Papa João Paulo II um logradouro público.
Lei n.º 4.366	de 30.12.05	Denomina Estrada Pedro Alwis Schenkel um logradouro público.
Lei n.º 4.382	de 13.01.06	Denomina Estrada Getúlio Vargas um logradouro público.
Lei n.º 4.389	de 20.01.06	Denomina Estrada Estação Fortaleza um logradouro público.
Lei n.º 4.409	de 21.03.06	Denomina Rua Ernesto “Che” Guevara um logradouro público.
Lei n.º 4.410	de 21.03.06	Altera ementa e a redação do art. 1º da Lei 4.382/06, que denomina Estrada Getúlio Vargas um logradouro público.
Lei n.º 4.411	de 21.03.06	Denomina Estrada Fridbert Arno Reinheimer um logradouro público (Campo do Meio).
Lei n.º 4.419	de 29.03.06	Altera redação do art. 1º da Lei n.º 2.647/90 para acrescentar denominação a Praça dos Ferroviários.
Lei n.º 4.429	de 17.04.06	Denomina Rua Dr. Dario Moesch um logradouro público.
Lei n.º 4.479	de 30.06.06	Denomina Rua Bento Aristotelino Vianna um logradouro público.

Lei n.º 4.494	de 14.07.06	Denomina Estrada da Divisa um logradouro público (Fortaleza).
Lei n.º 4.548	de 23.10.06	Denomina Estrada Augusto Afonso Haas um logradouro público (Santos Reis-Vapor Velho).
Lei n.º 4.555	de 06.11.06	Denomina Praça Aeroclube um logradouro público.
Lei n.º 4.677	de 13.07.07	Denomina Estrada Homero Martins da Motta um logradouro público.
Lei nº 4.734	de 09.10.07	Denomina Estrada Adherbal Sactiq Daudt um logradouro público.
Lei nº 4.801	de 28.12.07	Denomina Estrada Nossa Senhora Aparecida um logradouro público.
Lei nº 4.805	de 14.01.08	Denomina Estrada Otílio Garcia de Mattos um logradouro público.
Lei nº 4.809	de 22.01.08	Denomina Rua Dr. Carlos Valentim Boos Bandeira um logradouro público.
Lei nº 4.810	de 22.01.08	Denomina Rua Pedro Bez Machado um logradouro público.
Lei nº 4.811	de 22.01.08	Denomina Rua Edegar Lopes de Almeida um logradouro público.
Lei nº 4.845	de 07.04.08	Denomina Rua Elita Ilsa Leipnitz Griebeler um logradouro público.
Lei nº 4.848	de 11.04.08	Denomina Estrada Pedro de Souza um logradouro público
Lei nº 4.849	de 11.04.08	Denomina Estrada Teófilo José de Azeredo um logradouro público
Lei nº 4.855	de 11.04.08	Denomina rua Morena Leser um logradouro público.
Lei nº 4.856	de 11.04.08	Denomina rua Miguel Teixeira um logradouro público.
Lei nº 4.887	de 05.06.08	Denomina Estrada Cylon Motta de Azeredo um logradouro público.
Lei nº 4.902	de 20.06.08	Denomina Estrada Quinto Maffacioli um logradouro público.
Lei nº 4.906	de 07.07.08	Denomina Rua Maestro Osvaldo Lopes um logradouro público.

Lei nº 4.913	de 16.07.08	Denomina Rua Guy Michaelsen um logradouro público.
Lei nº 5.018	de 05.01.09	Denomina Estrada Bárbara Genoveva Kraemer um logradouro público.
Lei n.º 5.170	de 27.10.09	Denomina Estrada Arnaldo Osmar Pilger um logradouro público
Lei n.º 5.240	de 10.03.10	Altera denominação da Av. Itália p/ Av. Ivan Jacob Zimmer
Lei n.º 5.350	de 12.11.10	Denomina Rua Alcides Ignácio de Oliveira um logradouro público
Lei n.º 5.355	de 26.11.10	Denomina Rua Henrique Pedro Kauer um logradouro público
Lei n.º 5.393	de 28.02.11	Denomina as Ruas do Loteamento Prolurb I e Prolurb II
Lei n.º 5.439	de 27.05.11	Fixa os limites da Rua das Seringueiras, denominada através da Lei n.º 5.393/11
Lei n.º 5.443	de 07.06.11	Altera a Lei n.º 2.872/92 no que se refere à Rua das Avencas
Lei n.º 5.457	de 15.06.11	Denomina Rua Anita Garibaldi um logradouro público
Lei n.º 5.458	de 15.06.11	Denomina Estrada Selia Kunz Maurer um logradouro público
Lei n.º 5.488	de 29.07.11	Denomina Rua Paraíso um logradouro público.
Lei n.º 5.514	de 14.10.11	Denomina Estrada PEDREIRA VELHA um logradouro público
Lei n.º 5.534	de 02.12.11	Denomina Rua Giuseppe Garibaldi um logradouro público
Lei n.º 5.537	de 09.12.11	Denomina Rua Maria Alzira Gomes – “Dona Dada” um logradouro público
Lei n.º 5.543	de 09.12.11	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3.757/02, que denomina Rua Ernandes Azevedo Fernandes, um logradouro Público
Lei n.º 5.561	de 29.12.11	Denomina Rua Roberto dos Santos um logradouro público

Lei n.º 5.598	de 16.03.12	Recebe imóveis, em doação, de Jorge Alberto de Almeida (via pública)
Lei n.º 5.626	de 14.05.12	Recebe imóveis, em doação, de Jorge Alberto de Almeida (vias públicas).
Lei n.º 5.630	de 24.05.12	Denomina Estrada Oscar Walter Appel um logradouro público.
Lei n.º 5.642	de 14.06.12	Denomina Estrada Cafundó um logradouro público.
Lei n.º 5.643	de 14.06.12	Denomina Rua Carlos Pilger um logradouro público.
Lei n.º 5.647	de 22.06.12	Denomina Rua Maurício Emílio Bondan um logradouro público.
Lei n.º 5.697	de 12.09.12	Denomina Rua Dr. Hubert Flach um logradouro público.
Lei n.º 5.719	de 20.11.12	Recebe, em doação, uma área de terras de Egon Eugênio Hörlle (leito da Estrada Reynaldo Hörlle).
Lei n.º 5.722	de 20.11.12	Firma convênio com a CORSAN, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 994.819,90 (recapeamento asfáltico das ruas Cel. Apolinário de Moraes, Flores da Cunha e Dr. Bruno de Andrade)
Lei n.º 5.778	de 15.05.13	Denomina Rua Cezar Fernandes Emanuelli um logradouro público.
Lei n.º 5.922	de 09.05.14	Denomina Estrada São Jorge um logradouro público.
Lei nº 5.967	de 25.08.14	Excluir e incluir ação da LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 232.000,00 (infraestrutura rua Equador – Loteamento Steigleder).
Lei n.º 6.009	de 13.10.14	Denomina Estrada dos Oliveiras um logradouro público.
Lei n.º 6.031	de 03.11.14	Denomina Estrada Irmãos Esswein um logradouro público.
Lei n.º 6.032	de 10.11.14	Denomina ruas do Loteamento Via II logradouros públicos.
Lei n.º 6.065	de 30.12.14	Denomina Rua Pastor Nils Taranger um logradouro público.
Lei n.º 6.066	de 12.01.15	Denomina de Estrada Herbert Possel um logradouro público.

Lei n.º 6.119	de 29.05.15	Denomina de Travessa Frederico Carlos Kehl um logradouro público.
Lei n.º 6.120	de 29.05.15	Denomina de Estrada João Leopoldo Kranz um logradouro público.
Lei n.º 6.121	de 29.05.15	Denomina de Estrada João Kranz um logradouro público.
Lei n.º 6.143	de 10.07.15	Denomina Fredolino Leindecker um logradouro público.
Lei n.º 6.152	de 17.07.15	Denomina "Estrada KEDE NORMA AUGUSTIN" um logradouro público.
Lei n.º 6.153	de 23.07.15	Denomina Rua Waldemar Siqueira Zietlow um Logradouro Público.
Lei n.º 6.206	De 28.08.15	Denomina Rua Albano Teixeira da Silva um logradouro público.
Lei n.º 6.222	de 21.10.15	Denomina Rua Luiz Carlos da Silva – "Xandico", um logradouro público.

LOTAÇÃO

Lei n.º 3.080	de 06.09.95	Cria o Serviço de Lotação no Município de Montenegro.
---------------	-------------	---

LOTEAMENTO BELA VISTA

Lei n.º 3.202	de 02.06.97	Autoriza o Poder Executivo a Conceder Isenção aos Adquirentes de Lotes Urbanizados no Loteamento Bela Vista, no município de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 4.694	de 14.08.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 932.652,75 (dação em pagamento)
Lei nº 4.823	de 26.02.08	Autoriza o Executivo firmar convênio de Operação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH (Loteamentos Bela Vista e Vila Esperança)
Lei nº 5.331	de 28.09.10	Recebe em doação quatro áreas de terra de Transcontinental Empreendimentos Imobiliários Ltda. (galpão de reciclagem de lixo-Loteamento Bela Vista)

Lei n.º 5.502 de 12.09.11 Concede isenção para a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista e aos adquirentes de lotes desmembrados no aglomerado urbano conhecido como Loteamento Bela Vista, no Bairro Bela Vista (isenção de pagamento de taxas de desmembramento e ITBI)

LOTEAMENTO BRIGADA MILITAR

Lei nº 4.929 de 04.08.08 Dispõe sobre a implantação do Loteamento Brigada Militar.

Lei nº 4.984 de 01.12.08 Autoriza Executivo doar uma área de terras à ABAMF p/ implantação do Loteamento mda Segurança Pública.

LOTEAMENTO VILA ESPERANÇA

Lei nº 4.823 de 26.02.08 Autoriza o Executivo firmar convênio de Operação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH (Loteamentos Bela Vista e Vila Esperança)

Lei n.º 5.441 de 03.06.11 Dispõe sobre a regularização do Loteamento Vila Esperança, Bairro Senai.

LOTEAMENTO VITÓRIA

Lei n.º 5.860 de 26.11.13 Firma convênio com o Estado do Rio Grande do Sul e abre crédito especial no valor de R\$ 359.342,40 (Consulta Popular – Regularização fundiária Loteamento Vitória).

LOTEAMENTO DE TERRENOS

Lei n.º 592 de 17.10.53 Dispõe sobre exigências para aprovação do plano e das plantas de loteamento de terrenos.

Lei n.º 1.007 de 30.08.57 Revoga a Lei nº 592 de 18.10.53 e dispõe sobre exigência para aprovação do plano e da planta do loteamento de terrenos urbanos e suburbanos e dá outras providências.

Lei n.º 1.971 de 13.12.73 Dispõe sobre o loteamento de terrenos.

Lei n.º 2.101	de 25.07.78	Dispõe sobre a aplicação dos artigos 40 e 44 da Lei nº 1.971.
Lei n.º 2.354	de 24.08.84	Dá nova redação aos art. 21º, 31º, 32º, 37º, 42º e 43º da Lei nº 1.971 de 13.12.73.
LC n.º 3.173	de 12.12.96	Introduz alterações na Lei nº 1.971 / 73, destinadas à regularização e viabilização do aglomerado urbano conhecido como "Loteamento Bela Vista", e dá outras providências.
Lei n.º 4.449	de 15.05.06	Acrescenta art. 431 e parágrafo único à Lei 1.971 / 73 – dispõe sobre loteamento (testada mínima).
Lei n.º 4.655	de 18.05.07	Acrescenta inciso 11 ^A e altera a redação do inciso 12 do art. 6.º e acrescenta art. 22 ^A a Lei 1.971/73.
Lei nº 4.792	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (Loteamentos)
Lei nº 4.819	de 25.02.08	Dispõe s/ regularização do aglomerado urbano de propriedade de Maria Ernestina de Oliveira Francez (Loteamento Francez)
Lei n.º 4.888	de 09.06.08	Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e abrir créd espec de R\$ 200.000,00-Infraestrutura de loteamentos.
Lei n.º 4.988	de 05.12.08	Autoriza o Executivo a implantar loteamentos com circulação fechada ou limitada e a conceder direito, a título precário, do uso das áreas públicas.
LC n.º 5.879	de 13.01.14	Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município.
Lei n.º 5.977	de 02.09.14	Altera a redação dos arts. 42 e 45 da LC 5.879/14-Parcelamento do Solo (vigência da lei-projetos já protocolizados)

LOTEAMENTO POPULAR

Lei n.º 3.656	de 17.10.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$240.000,00 e dá outras providências.
---------------	-------------	---

Lei n.º 3.700	de 28.12.02	Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 3.656, de 17 de outubro de 2001, que autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial.
Lei n.º 3.746	de 25.06.02	Acrescenta valor à meta prioritária "Aquisição de área para loteamento popular" na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 4.136	de 03.11.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 135.000,00 – SMSAS – Construção Casas Populares – Prolurb III.
Lei n.º 4.417	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com Governo RS, através da SEHADUR para implantação de loteamento popular, alteração no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 420.000,00.
Lei n.º 4.449	de 15.05.06	Acrescenta o art. 43 ^A e parágrafo único à Lei 1.971/73, que dispõe sobre loteamento (testada lotes populares).
Lei n.º 4.516	de 21.08.06	Autoriza o Executivo a proceder a desafetação de áreas de ruas (Loteamento habitacional da segurança pública).
Lei nº. 4.666	de 18.06.07	Dispõe s/ regularização dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto e autoriza abrir crédito especial de R\$ 45.131,15 (Crédito Especial – Habitação Popular)
Lei nº 4.745	de 22.10.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 7.538,82 (Prolurb III)
Lei nº 4.792	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (Loteamentos)
Lei nº 4.793	de 28.12.07	Autoriza o Executivo adquirir uma área de terras destinada a implantação de loteamento popular no bairro Cinco de Maio.
Lei nº 4.794	de 28.12.07	Autoriza o Executivo adquirir uma área de terras destinada a implantação de loteamento popular no bairro Aeroclube.
Lei nº 4.823	de 26.02.08	Autoriza o Executivo firmar convênio de Operação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH (Loteamentos Bela Vista e Vila Esperança)
Lei n.º 4.888	de 09.06.08	Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e abrir cred espec de R\$ 200.000,00-Infraestrutura de loteamentos.

Lei nº 4.938	de 22.08.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 11.450,00 (regularização fundiária Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto)
Lei n.º 5.216	de 30.12.09	Estabelece condições especiais p/ aprovação de projetos de parcelamento de solo sob a forma de Condomínio Residencial enquadradas no Programa Minha Casa Minha Vida (Prolurb V – Bairro Cinco de Maio)
LC n.º 5.263	de 10.05.10	Concede prazo para regularização de construções sem aplicação de multa.
Lei n.º 5.441	de 03.06.11	Dispõe sobre a regularização do Loteamento Vila Esperança, Bairro Senai.
Lei n.º 5.474	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 13.250,00 (alterações no projeto urbanístico no bairro Panorama)
Lei n.º 5.486	de 26.07.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$97.000,00 (aditivo construção de casas – PSH/Economisa)
Lei n.º 5.554	de 26.12.11	Firma convênio com a Economisa, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 55.591,00 (unidades habitacionais – complementação vigas de fundação)
Lei n.º 5.680	de 03.08.12	Abre crédito especial de R\$ 14.362,12 (devolução saldo convênio – regularização fundiária)
Lei n.º 5.687	de 10.08.12	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 4.666/07, que dispõe sobre a regularização dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto e abre crédito especial de R\$ 45.131,15.

LOTERIA MUNICIPAL

Lei n.º 2.674	de 04.10.90	Autoriza a instituição da Loteria Municipal e dá outras providências.
---------------	-------------	---

MAGISTÉRIO MUNICIPAL

Lei nº 1.434	de 26.11.63	Concede aumento de vencimentos ao magistério municipal, etc.
Lei nº 1.498	de 20.01.64	Concede aumento de vencimentos ao magistério municipal e revoga entre outras a Lei nº 1.434/63.
Lei nº 1.944	de 27.03.73	Cria o Setor Municipal de Alimentação Escolar – SEMAE.
Lei nº 2.387	de 01.07.85	Institui o Plano de Carreira do Magistério Municipal.
Lei nº 2.479	de 17.11.87	Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei 2.387/85.
Lei nº 2.607	de 06.11.89	Cria cargos de Diretor e Vice-diretor de Escola.
Lei nº 2.624	de 15.12.89	Cria cargos de Professores do Magistério Público.
Lei nº 2.637	de 04.05.90	Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências.
L.C. nº 2.743	de 04.09.91	Altera a redação do parágrafo 2º, do artigo 28 da Lei Complementar nº 2.637/90 – Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.
Lei nº 2.762	de 28.10.91	Altera dispositivos da Lei nº 2.637, de 04.05.90, na parte referente a promoções.
Lei nº 2.781	de 27.12.91	Cria cargos de Professor no Quadro do Magistério Público Municipal.
Lei nº 2.971	de 10.01.94	Altera e acrescenta parágrafos na Lei Complementar nº 2.637, 04.05.90, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério.
Lei nº 3.136	de 03.05.96	Regulamenta o art. 178 da COM.
L.C. nº 3.142	de 17.06.96	Altera disposições da Lei Complementar 2.637/90 e dá outras providências.
Lei nº 3.290	de 15.06.98	Criação do C.M. Acompanhamento e Controle Social FUNDEF.
L.C. nº 3.386	de 01.04.99	Acrescenta o inciso IV e os parágrafos 3º e 4º ao art. 112 da Lei Complementar nº 2.635/90 – Regime Jurídico Único.

L.C. nº 3.389	de 23.04.99	Altera os dispositivos da Lei Complementar nº 2.637/90, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município.
L.C. nº 3.503	de 24.04.00	Cria cargos de Professor no Quadro do Magistério, instituído pela L.C. nº 2637/90.
L.C. nº 4357	de 27.12.05	Cria mais 5 (cinco) cargos de Apoio pedagógico no Quadro do Magistério, instituído pela Lei Complementar nº 3943/03.
L.C. nº 4.368	de 30.12.05	Cria mais cinquenta cargos de Professor no Quadro do Magistério Público, instituído pela L.C. nº 3943/03.
L.C. nº 4.495	de 17.07.06	Altera o art. 46 da LC 3.943/03, estabelece o Plano de Carreira do Magistério (permuta professores).
Lei nº 4.521	de 01.09.06	Reorganiza o Conselho Mun. de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.
Lei nº 4.765	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a criar mais 35 cargos de Professor Área I no Quadro do Magistério, instituído pela LC 3943/03.
LC nº 4.890	de 09.06.08	Altera parágrafos e a redação do art. 40 da LC 3.943/03-Plano Carreira Magistério (Vice-Diretor)
LC nº 5.217	de 30.12.09	Cria cargos de Professor e Apoio Pedagógico no Quadro do Magistério, instituído pela LC 3.943/03.
LC nº 5.469	de 30.06.11	Cria cargos de Professor Área I e II no Quadro do Magistério, instituído pela LC nº 3.943/03.
Lei nº 5.904	de 24.03.14	Cria cargos de Professor Área I e Área II no Quadro do Magistério, instituído pela LC nº 3.943/03.

MACRODRENAGEM

Lei nº 4.827	de 03.03.08	Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (macrodrenagem Arroio Montenegro).
Lei nº 4.867	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação no PPA 2006-2009, a incluir crédito espec no vlr.

Lei n.º 5.211	de 18.12.09	de R\$ 4.392.049,24 – Macrodrenagem Arroio Montenegro Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem do Arroio São Miguel)
Lei n.º 5.243	de 22.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.437.085,18 (macrodrenagem do Arroio Montenegro)
Lei n.º 5.466	de 30.06.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 5.127.415,57 (Macrodrenagem do Arroio São Miguel).
Lei n.º 5.577	de 24.01.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem Arroio São Miguel).
Lei n.º 5.644	de 18.06.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 461.000,00 (galerias pluviais Arroio Montenegro)

MACROZONA URBANA

LC nº 5.880	de 13.01.14	Institui o Perímetro da Macrozona Urbana do Município
LC n.º 5.883	de 13.01.14	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo do Município

MALHA VIÁRIA RURAL

Lei nº 5.329	de 21.09.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ações na LDO e abre crédito especial de R\$ 850.000,00 (recuperação da malha viária rural e bueiros).
--------------	-------------	--

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Lei n.º 4056	de 27.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2004 e dá outras providências. (Incentivos ao Coral Santos Reis e Coral Vozes)
LC n.º 5.468	de 30.06.11	Acrescenta a alínea <i>g</i> ao inciso IV do Anexo I da LC n.º 4.010/03, que estabelece o Código Tributário do Município (redução alíquota ISSQN-entidades culturais)
Lei n.º 5.639	de 12.06.12	Firma convênio com Cassiano de Azeredo e Marcos Cardoso Prod. Culturais Ltda. de R\$ 13.000,00 (“Montenegro em Cena” – Festival de Teatro de Montenegro)

Lei n.º 5.692	de 27.08.12	Firma convênio com Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte para atender ao projeto “Renascença – Novos Rumos”, no valor de R\$ 10.000,00.
Lei n.º 5.704	de 02.10.12	Institui a Feira de Troca de Livros de Montenegro, que ocorrerá, anualmente, no mês de Novembro.
Lei n.º 5.742	de 13.02.13	Institui o Dia da Festa de Kerb na localidade de Santos Reis – Montenegro.
Lei n.º 5.746	de 27.02.13	Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 30.000,00 (1.º Rodeio Crioulo Cidade de Montenegro).
Lei n.º 5.898	de 14.03.14	Institui o Dia da Literatura Montenegrina.
Lei nº 5.995	de 22.09.14	Firma convênio com Marcelo Olweiler no valor de R\$ 14.700,00 (Turnê Vértice).
Lei nº 5.996	de 22.09.14	Firma convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro no valor de R\$ 20.000,00.
Lei n.º 6.005	de 13.10.14	Abre crédito especial de R\$ 458,92 (devolução saldo Prêmio Darcy Ribeiro)
Lei nº 6.018	de 27.10.14	Firma convênio com o Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte – projeto “integrações Sociais em Cena” de R\$ 33.000,00
Lei n.º 6.021	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Cultural, Beneficente e Esportiva Santos Reis de R\$ 8.000,00 (coral)
Lei nº 6.025	de 27.10.14	Firma convênio com Ana Júlia Vieira de R\$ 15.576,20 (projeto “Bodas da Filha do Bandoleiro”)
Lei nº 6.029	de 27.10.14	Firma convênio com CTG Presilha Crioula de R\$ 7.000,00-1ª Festa Campeira.
Lei n.º 6.094	de 30.03.15	Dispõe sobre a obrigatoriedade da exposição de obras culturais literárias de autores montenegrinos e do Vale do Caí de qualquer área de conhecimento nas estantes das livrarias e bibliotecas do Município de Montenegro.
Lei n.º 6.101	de 10.04.15	Abre crédito especial de R\$ 6.000,00 e firma convênio com a Associação Cultural Esportiva Recreativa de Campo do Meio - ACERCAM de R\$ 6.000,00.

Lei n.º 6.183 de 24.07.15 Firma convênio com a Associação Cultural Esportiva Recreativa de Campo do Meio - ACERCAM no valor de R\$ 11.000,00 (XIII Festa da Bergamota).

MAPS – ENGENHARIA INDUSTRIAL LTDA

Lei nº 3.415 de 23.07.99 Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos a ampliação da empresa MAPS – Engenharia Industrial Ltda.

Lei nº 3.472 de 27.12.99 Altera a redação do inciso II do art. 1º da Lei nº 3.415/99, que concede incentivos à empresa MAPS – Engenharia Industrial Ltda., e prorroga prazo para instalação.

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Lei nº 4.670 de 25.06.07 Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 23.401,00 (Aq. Máq. Beneficiadora e Classificadora de Frutas)

MÁQUINAS RODOVIÁRIAS

Lei nº 59 de 14.05.48 Autoriza a alienação de máquinas e unidades motorizadas.

Lei nº 407 de 14.09.51 Autoriza a aquisição de motor diesel.

Lei nº 456 de 16.02.52 Revoga a Lei nº 407 de 14.09.52.

Lei nº 492 de 08.08.52 Autoriza a aquisição de um motor e abre crédito especial.

Lei nº 884 de 07.04.56 Autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Lei nº 906 de 02.06.56 Autoriza o Poder Executivo a realizar uma operação de crédito até o montante de Cr\$1.000.000,00 para a compra de máquinas rodoviárias.

Lei nº 1.005 de 12.08.57 Autoriza o Poder Executivo a importar máquinas rodoviárias e abre crédito especial.

Lei nº 1.760 de 22.04.68 Autoriza a compra de um trator carregador bem como o empenho do ICM para tal.

Lei nº 1.807 de 14.05.69 Autoriza arrendar, para particulares, as patrôas e o trator de esteiras, etc.

Lei nº 1.840	de 23.03.70	Autoriza a compra de um trator de esteiras.
Lei nº 1.850	de 03.06.70	Autoriza a compra de uma patrola, etc.
Lei nº 1.898	de 29.09.71	Autoriza a compra de máquinas e veículos.
Lei nº 1.927	de 06.09.72	Inclui o parágrafo 2º ao art. 1º da Lei nº 1.807/69.
Lei nº 1.943	de 27.03.73	Autoriza o arrendamento de máquinas para particulares e revoga a Lei nº 1.807.
Lei nº 5.236	de 08.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 3.001.000,00 (renovação da frota-PROVIAS)
Lei nº 5.251	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.000.000,00 (ampliação e renovação da frota)
Lei n.º 5.511	de 10.10.11	Firma convênio com o Município de Brochier, Maratá, Triunfo, São Sebastião do Caí e São José do Sul objetivando regulamentar a cessão de uso de equipamentos e máquinas rodoviárias entre os municípios

MARCHA ´S MINERAÇÃO E TRANSPORTES

Lei n.º 4.641	de 16.04.07	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à empresa Marcha ´s Mineração e Transportes Ltda.
---------------	-------------	--

MARISA I Q PORTO & CIA LTDA

Lei n.º 4.752	de 26.10.07	Autoriza o Executivo a conceder incentivos à instalação da empresa Marisa I Q Porto & Cia Ltda (horas caminhão/pá carreg/1000m² de aterro)
---------------	-------------	--

MARSUL LTDA

Lei n.º 2.840	de 22.07.92	Fica o Executivo Municipal autorizado a doar uma área de terras para a instalação de uma indústria – Marsul.
Lei nº 3.059	de 22.05.95	Autoriza a prorrogação do prazo do parágrafo único do art. 2º da Lei 2.840/92; o aditamento da escritura pública nº 27.222-109 e dá outras providências.

Lei nº 3.237	de 25.11.97	Autoriza doação de aterro à Marsul Proteínas Ltda e dá outras providências.
Lei nº 3.482	de 31.12.99	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivo a ampliação da empresa MARSUL PROTEÍNAS LTDA, e dá outras providências.
Lei nº 3.795	de 16.09.02	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivo ao Projeto de Expansão Industrial da empresa MARSUL PROTEÍNAS LTDA e dá outras providências.
Lei n.º 5.622	de 02.05.12	Concede incentivo à empresa Marsul Proteínas Ltda.
Lei n.º 6.041	de 24.11.14	Altera redação do inciso I do art. 3º da Lei nº 5.622/12, que concede incentivos à Marsul Proteínas Ltda.

MATERIAL INSERVÍVEL

Lei n.º 3.871	de 24.03.03	Autoriza a doação de material inservível a administração pública as entidades sem fins lucrativos e dá outras providências.
---------------	-------------	---

MEIO-FIO

Lei nº 2.579	de 30.06.89	Colocação de meio-fio e arruamento da fábrica Marko Esquadrias Ltda.
--------------	-------------	--

MEIO AMBIENTE

Lei n.º 4.293	de 20.10.05	Institui o Código de Meio Ambiente do Município.
Lei n.º 4.294	de 20.10.05	Dispõe sobre o licenciamento ambiental do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.316	de 08.11.05	Institui as taxas para o licenciamento de supressão e manejo da vegetação.
Lei n.º 5.086	de 27.05.09	Altera redação e revoga os incisos do art. 8º, da Lei 4.293/05, que institui o Código do Meio Ambiente do Município.
Lei n.º 5.570	de 30.12.11	Repassa recursos à Empresa Jornalística Ibiá e abre crédito especial de R\$ 4.500,00 (Projeto "Olho D'Água")

Lei n.º 5.681	de 03.08.12	Firma convênio com a Empresa Jornalística Ibiá Ltda. no valor de R\$ 14.900,00 (Projeto Olho D'água)
Lei n.º 6.050	de 08.12.14	Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico-eixos "Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana" e "Drenagem Urbano e Manejo de Águas Pluviais" no Município.

MELHORIAS EM PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Lei n.º 4085	de 23.6.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 4583,00 e dá outras providências. (Climatizador de ar para o prédio da SMIC)
--------------	------------	--

MELHORIAS EM ESCOLAS

Lei n.º 4003	de 29.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 138350,00 e dá outras providências. (ampliação e reforma da E.M.E.F. Cinco de Maio)
Lei n.º 4009	de 30.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir meta constante na LDO 2003 e dá outras providências. (exclui "Construção de muro na E.M.E.F. Pedro João Muller" e inclui "Execução de piso, contra piso e demarcação da quadra no pavilhão de esportes da E.M.E.F. Walter Belian")
Lei n.º 5.696	de 11.09.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 150.000,00 (ampliação da EMEF Esperança)
Lei n.º 5.787	de 28.06.13	Inclui ação na LDO 2013 a abre crédito especial no valor de R\$ 260.260,83. (Ampliação da EMEF Esperança).
Lei n.º 5.803	de 19.08.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 30.901,21 (cercamento EMEI Bairro Estação)
Lei n.º 5.805	de 19.08.13	Inclui programas e ações na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 11.000,00 (instalação de alarmes EMEI Bairro Estação, Biblioteca Pública e Teatro Roberto A. Cardona)
Lei n.º 5.833	de 27.09.13	Inclui ações no Plano Plurianual PPA 2014 – 2017. (Fibra ótica para secretarias e videomonitoramento; reestruturação sala datacenter; Sistema telefonia IP – VOIP; ampliação quadro de

		<p>peçoal; Assessoria tributária; Bolsa Família; Aquisição de equipamentos de informática – SMEC; Aquisição de implementos agrícolas; Transcitrus; Legalização área e reforma EMEF Adolfo Schüller; Incentivos; Pavimentação pista de caminhada do Parque Centenário)</p>
Lei n.º 5.842	de 14.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 32.908,30. (ampliação da Etelvino de Araújo Cruz)
Lei n.º 5.844	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 376.835,74. (reforma e ampliação de escolas municipais)
Lei nº 5.972	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 180.290,45 (cobertura da quadra esportiva da Escola Pedro João Müller).
Lei nº 5.993	de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 16.690,03 (aditivo reforma EMEI Adenilo Edgar Rübenich)
Lei n.º 6.039	de 17.11.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 29.389,03 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei nº 6.061	de 30.12.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 6.952,05 (conclusão obra EMEF Dr. Walter Belian)

MERENDA ESCOLAR

Lei n.º 3.822	de 05.11.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$15.650,40 e dá outras providências. (cantinas de Escolas Mun. e Est.).
Lei n.º 4076	de 31.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 29869,23 e dá outras providências. (contrapartida de recursos p/ merenda escolar)
LC n.º 4.605	de 12.02.07	Cria mais 2 cargos de Nutricionista no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90, Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 4.651	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 16.640,00 (aluguel prédio).

Lei n.º 4.652	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio c/ a CONAB (aquisição de gêneros alimentícios).
Lei nº 4.971	de 28.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 37.399,53 (equipamentos p/ cozinhas escolas municipais e estaduais)
Lei nº 5.037	de 25.02.09	Autoriza Executivo a abrir crédito especial de R\$ 12.468,20 (devolução saldo merenda escolar).
Lei n.º 5.715	de 26.10.12	Cria o Programa de Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à alimentação escolar no âmbito do Município de Montenegro (aquisição diretamente da agricultura familiar).
Lei n.º 5.723	de 07.12.12	Abre crédito especial de R\$ 131.776,74 (FNDE/Bolsa Família – Material de Consumo).
Lei n.º 5.859	de 26.11.13	Abre crédito especial no valor de R\$ 43.800,00(Merenda escolar – PEAE).

METALÚRGICA KRAHL

Lei n.º 4094	de 02.7.04	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos para a ampliação da empresa JOÃO CARLOS KRAHL – ME, e dá outras providências.
--------------	------------	--

METROPLAN

Lei n.º 4.341	de 13.12.05	Ratifica convênio com a Metroplan, autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 176.267,58 – construção galpão reciclagem lixo.
---------------	-------------	---

MICRODRENAGEM PLUVIAL

Lei n.º 4.687	de 30.07.07	Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 62,12% do custo da obra de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Heitor Muller.
Lei nº 4.826	de 03.03.08	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 69.628,74 (calçamento Rua Salvador)
Lei nº 4.869	de 07.05.08	Autoriza o Exec a recuperar, através de contribuição de melhoria, 57,54% do custo da obras de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua São Luiz.

Lei nº 4.870	de 07.05.08	Autoriza o Exec a recuperar, através de contribuição de melhoria, 65,60% do custo da obras de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Recife.
Lei nº 4.871	de 07.05.08	Autoriza o Exec a recuperar, através de contribuição de melhoria, 60,81% do custo da obras de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Pau Brasil.
Lei nº 5.208	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 142.393,81 (microdrenagem e calçamento da Rua Canadá)
Lei n.º 5.540	de 09.12.11	Inclui ações na LDO 2012 e abre créditos especiais de R\$ 3.140.755,27 (microdrenagem e calçamento das ruas Eng. Ernesto Zietlow, Selma Wallauer e Getúlio Vargas)
Lei n.º 5.693	de 27.08.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 250.834,71 (microdrenagem e calçamento das ruas Coriolano Coelho de Souza e Ludwig Wagner)
Lei n.º 6.125	de 09.06.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 33.571,42 (Devolução Saldo–Microdrenagem e Pavimentação Asfáltica da Rua Antônio Ignácio de Oliveira Filho).

MICRO-EMPRESA

Lei nº 2.382	de 07.06.85	Define micro-empresa no âmbito municipal.
Lei nº 5.143	de 08.09.09	Regras p/ recolhimento ISSQN em valor fixo p/ escritórios contábeis enquadrados no Simples Nacional
Lei nº 5.152	de 25.09.09	Firma termo de parceria com Associação, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. (Viabilizar acesso ao crédito pelos pequenos e micro empreendedores)
Lei nº 5.153	de 25.09.09	Concede redução ao contribuinte do ISS no âmbito deste município, optante pelo Simples Nacional.
Lei nº 5.477	de 11.07.11	Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor individual para o Município de Montenegro

MILITARES DA F.E.B.

Lei nº 97 de 27.08.48 Isenta do imposto predial os prédios destinados a moradia dos militares que integraram a Força Expedicionária Brasileira.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Lei nº 152 de 11.03.49 Autoriza a compra e doação de terreno para este ministério.

Lei nº 206 de 18.11.49 Altera o artigo 1º da Lei nº 152 de 11 de março de 1949, que autorizou a compra e doação de terreno para este ministério.

Lei nº 314 de 27.10.50 Reduz o quantitativo para compra de terrenos.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Lei nº 4.935 de 18.08.08 Autoriza Executivo incluir ações na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 90.440,00 (aquisição de equipamentos e veículo p/ SMAM)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL

Lei nº 3.217 de 04.08.97 Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Lei nº 3.297 de 06.07.98 Autoriza a doação de área de terras, impõe condições e dá outras providências.

Lei nº 3.317 de 28.08.98 Altera a Lei nº 3.297 de 06.07.98, que autoriza a doação de uma área de terras ao Ministério Público.

Lei nº 3.351 de 21.12.98 Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.297/98, alterada pela Lei nº 3.317/98, que autoriza a doação de imóvel ao Ministério Público.

MITRA DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE

Lei nº 5.137 de 31.08.09 Desafeta, recebe dação em pagamento e aliena imóvel p/ Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre.

Lei nº 5.231 de 18.02.10 Altera redação da ementa e dos arts. 2º e 3º da Lei 5.137/09 que autoriza a desafetar, a receber dação em pagamento e alienar

imóvel p/ Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre

MONTESUCOS

Lei n.º 4.354 de 19.12.05 Autoriza o Executivo a conceder incentivos para empresa Montesucos Ind. de Alimentos.

MONUMENTO

Lei n.º 4.132 de 29.10.04 Denomina "Monumento ao Imigrante" o marco existente na Praça João Edwino Derlam.

MONTENEGRO AUTOMÓVEL CLUBE - MAC

Lei nº 4.821 de 25.02.08 Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 9.000,00 (pagamento inscrições candidatos)

Lei nº 4.822 de 25.02.08 Autoriza Executivo firmar convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 7.500,00 (aquisição troféus e alvará)

Lei n.º 5.061 de 14.04.09 Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Montenegro Automóvel Clube, R\$ 13.000,00

Lei n.º 5.159 de 06.10.09 Autoriza o Executivo firmar convênio com o MAC-Montenegro Automóvel Clube R\$ 2.100,00 (Camp. Regional MotoCross e Cidadino de arrancada de motocicleta)

Lei n.º 5.255 de 16.04.10 Firma convênio c/ Montenegro Automóvel Clube de R\$ 20.000,00

Lei n.º 5.409 de 28.03.11 Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube, de R\$ 19.900,00 (Copas de Veloterra e Arrancadão de motos)

Lei n.º 5.595 de 09.03.12 Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 23.000,00

Lei n.º 5.857 de 26.11.13 Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 16.500,00.

Lei nº 6.024 de 27.10.14 Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube de R\$ 13.880,00 (cidadino de veloterra e arrancadas de motocicletas)

Lei n.º 6.144 de 15.07.15

Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 26.970,00 (Arrançamento de Motocicletas e Intermunicipal de Veloterra).

MONTENGRINO Administradora de Hotéis Sociedade de Propósito Específico Ltda.

Lei n.º 5.313 de 23.08.10

Concede incentivos à empresa Montenegro Administradora de Hotéis Sociedade de Propósito Específico Ltda.

MONTEPEL

Lei n.º 4.407 de 20.03.06

Autoriza o executivo a conceder incentivos à empresa Comércio e reciclagem de Sucatas de Metal, Papel e Plástico – Montepel Ltda.

Lei n.º 5.356 de 30.11.10

Concede incentivos à instalação da empresa Comércio e Reciclagem de Sucatas de Metal, Papel e Plástico Montepel Ltda.

MULTAS DE MORA

Lei nº 33 de 02.02.48

Dispõe sobre a aplicação de multas.

Lei nº 48 de 02.04.48

Altera o artigo 5º da Lei nº 23 de 31.12.47.

Lei nº 90 de 30.07.48

Atribui ao Executivo a relevação de multas.

Lei nº 128 de 19.11.48

Dispõe sobre as multas por infração.

Lei nº 208 de 25.11.49

Dispõe sobre praças, logradouros e jardins públicos.

Lei nº 220 de 13.12.49

Dispõe sobre as multas aos proprietários de animais encontrados na via pública.

Lei nº 240 de 14.04.50

Amplia a todo o território do município a vedação da Lei nº 220, de 13.12.49.

Lei nº 374 de 25.05.51

Regula a incidência da multa e juros de mora sobre impostos e taxas.

Lei nº 444 de 17.01.52

Isenta de multas e juros de mora os contribuintes em atraso.

Lei nº 468 de 04.04.52

Prorroga a vigência da Lei nº 444 de 17.01.52.

Lei nº 481	de 30.05.52	Cria a multa regulamentar de 30% e dá providências à sua arrecadação.
Lei nº 865	de 03.01.56	Autoriza o Prefeito a dispensar multas e juros de mora, em casos especiais, na legislatura a iniciar-se em 01.01.56.
Lei nº 866	de 07.01.56	Concede anistia fiscal aos contribuintes que saldarem seus débitos dentro de 60 dias.
Lei nº 923	de 27.07.56	Altera, parcialmente, a Lei nº 220, de 13.12.49.
Lei nº 1.065	de 13.11.58	Dispensa pagamento de multa e dá outras providências.
Lei nº 1.079	de 30.12.58	Revoga as disposições da Lei nº 865, de 03.01.56.
Lei nº 1.162	de 09.06.60	Autoriza o chefe do Poder Executivo a dispensar multas nos casos especiais e plenamente justificados.
Lei nº 1.491	de 14.01.64	Autoriza a dispensa de multas e juros de mora na legislatura 64/67.
Lei nº 1.510	de 03.02.64	Dispõe sobre as multas aplicáveis aos proprietários de animais soltos nas vias e logradouros públicos.
Lei nº 2.898	de 21.12.92	Concede isenção do pagamento de multas e dá outras providências.
Lei nº 2.905	de 19.01.93	Concede isenção do pagamento de multas e juros de mora e dá outras providências.

MOSTRATEC

Lei nº 5.169	de 26.10.08	Efetua pagamento de custo de inscrição de projeto científico, despesas de transporte, alimentação, impressão e encadernação do relatório final, elaboração de painéis relativo ao tema, material de divulgação e identificação das alunas e coordenador através do C.P.M. da E.T. São João Batista
Lei nº 5.209	de 18.12.09	Acrescenta o art. 2ºA e altera a redação do art. 3º, da Lei nº 5.169/09 (Projeto Jambolão – E.T.São João Batista)

MULTAS DE TRÂNSITO

Lei n.º 5.139 de 31.08.09	Abre crédito especial de R\$ 16.000,00 (regularização do recurso vinculado criado nas multas de trânsito)
Lei n.º 6.095 de 06.04.15	Institui o Fundo Municipal para Aplicação de Recursos Financeiros Originários das Multas de Trânsito Impostas e explicita as formas de aplicação.

MULTICARNES – COMERCIAL DE CARNES LTDA

Lei nº 3.525 de 30.06.00	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos para ampliação da empresa MULTICARNES – COMERCIAL DE CARNES LTDA., e dá outras providências.
--------------------------	---

MUSEU

Lei n.º 3.843 de 20.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$19.200,00 e dá outras providências. (Aluguel de prédio para SEPHAC, Arquivo, Museu e Pinacoteca).
Lei n.º 4.686 de 30.07.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/-7 e abrir crédito especial de R\$ 11.580,46 (reforma Museu Histórico Municipal).
Lei n.º 4.940 de 01.09.08	Cria o Museu de Arte de Montenegro
Lei n.º 5.811 de 26.08.13	Inclui ação na LDO e autoriza abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (Prêmio Darcy Ribeiro e SEPHAC e materiais permanentes)
Lei n.º 6.005 de 13.10.14	Abre crédito especial de R\$ 458,92 (devolução saldo Prêmio Darcy Ribeiro)

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Lei nº 2.544 de 31.01.89	Integra o Museu à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 3979 de 20.11.03	Cria a Comissão de Acervo do Museu Histórico Municipal.

Lei n.º 4.420 de 31.03.06

Denomina Nice Antonieta Schüler o Museu Histórico Municipal de Montenegro.

Lei n.º 6.005 de 13.10.14

Abre crédito especial de R\$ 458,92 (devolução saldo Prêmio Darcy Ribeiro)

MUTIRÃO DA MORADIA

Lei nº 2.827 de 01.06.92

Institui o Programa Mutirão da Moradia, dispõe sobre a política habitacional para a população de baixa renda, autoriza a criação do Fundo Rotativo de Habitação Popular, e dá outras providências.

Lei nº 3.116 de 27.12.95

Autoriza o Poder Executivo a adquirir uma área de terras para implantar núcleo habitacional e dá outras providências.

Lei nº 3.587 de 23.04.01

Dispõe sobre a Constituição do Conselho Municipal de Habitação, criação do Fundo Municipal a ele vinculado e dá outras providências.

Lei nº 3.746 de 25.06.02

Acrescenta valor à meta prioritária "Aquisição de área popular" na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.

NATAL DA CRIANÇA POBRE

Lei n.º 1.463 de 19.12.63 Autoriza a aplicação de verba em benefício do Natal da criança pobre, etc.

NIVEL DE PASSEIOS

Lei n.º 173 de 17.6.49 Dispõe sobre o nível dos passeios nas ruas da cidade.

Lei n.º 577 de 12.6.53 Revoga a Lei nº 173 de 17.06.49.

Lei n.º 111 de 12.9.59 Dá o nome de Engº. Ernest Zietlow a uma via pública.

NOMES DE RUAS (vide Logradouros Públicos)

NOTAS FISCAIS

Lei n.º 2.952 de 16.11.93 Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de estímulo à expedição de Notas Fiscais, visando o aumento da arrecadação do município, incentivo ao comércio e prestação de serviço local, estabelece sorteio e premiação e dá outras providências.

Lei n.º 2.976 de 18.02.94 Altera o art. 3º e inclui dispositivos no art. 4º da Lei nº 2.952 de 16.11.93.

Lei n.º 5.473 de 04.07.11 Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e dá outras providências.

Lei n.º 6.006 de 13.10.14 Institui o Programa Municipal de Premiação a Consumidores, mediante utilização da Plataforma da Nota Fiscal Gaúcha do Estado do RS.

NÚCLEO HABITACIONAL

Lei n.º 3.116 de 27.12.95 Autoriza o Poder Executivo a adquirir uma área de terras para implantar núcleo habitacional e dá outras providências.

Lei n.º 3.746 de 25.06.02 Acrescenta valor à meta prioritária "Aquisição de área para loteamento popular" na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.

OFICINA ÍCARO

Lei nº 3.178 de 11.03.97 Autoriza o Executivo a conceder incentivos a Empresa Oficina Ícaro Ltda-ME e dá outras providências.

ONG AMOR PERFEITO

Lei n.º 5.524 de 08.11.11 Firma convênio com a ONG Amor Perfeito de R\$ 30.000,00 (projeto Novo Horizonte)

ÔNIBUS

Lei nº 2.361 de 27.09.84 Institui isenção de pagamento de tarifa de transporte coletivo (ônibus) para soldados e cabos da Brigada Militar.

Lei nº 2.541 de 31.01.89 Institui o passaporte especial de transporte (PET) e dá outras providências.

Lei nº 2.592 de 04.09.89 Autoriza o Poder Executivo a firmar contrato de concessão dos serviços de colocação de abrigos em paradas de ônibus.

Lei nº 2.676 de 05.10.90 Autoriza o Poder Executivo a dar concessões a empresas de transporte coletivo, no território do Município.

Lei nº 2.678 de 19.10.90 Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.676/90, que autorizou dar concessões a empresas de transporte coletivo.

Lei nº 2.920 de 15.06.94 Obriga os concessionários de transporte coletivo a comunicar reajuste tarifário e dá outras providências.

Lei nº 2.992 de 12.05.94 Estabelece a exoneração do pagamento da tarifa na falta de troco nos serviços de transporte coletivo do Município e dá outras providências.

Lei nº 2.999 de 17.06.94 Institui o Passaporte aos Deficientes Físicos e Mentais e dá outras providências.

Lei nº 3.080 de 06.09.95 Cria o serviço de Lotação no Município de Montenegro.

Lei n.º 5.414 de 11.04.11 Institui o Transporte Seletivo no sistema de transporte urbano de Montenegro

Lei n.º 5.507 de 03.10.11 Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 2.920/93, que obriga os concessionários de transporte coletivo a comunicar reajuste tarifário e dá outras providências.

Lei n.º 6.219 de 19.10.15 Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (abrigo para ônibus).

OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Lei nº 2.360 de 24.09.84 Regula a contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing).

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Lei nº 906 de 02.06.56 Autoriza o poder Executivo a realizar uma operação de crédito até o montante de Cr\$1.000.000,00 para a compra de máquinas rodoviárias.

Lei nº 921 de 20.08.56 Autoriza o poder Executivo a realizar uma operação de crédito até o montante de Cr\$500.000,00.

Lei nº 1.082 de 13.04.59 Autoriza a realização de operação de crédito e dá outras providências.

Lei nº 1.936 de 15.12.72 Autoriza realizar operação de crédito com a CINTEA no valor de Cr\$5.344.539,00.

Lei nº 1.941 de 27.03.73 Autoriza realizar operação de crédito com a Cx. Econômica de Cr\$700.000,00.

Lei nº 1.989 de 11.06.74 Autoriza realizar operação de crédito com o Banco Crefisul de Investimento no valor de Cr\$106.923,52 para aquisição trator carreg.

Lei nº 1.990 de 12.08.74 Autoriza realizar operação de crédito com a Mocasa, no valor de Cr\$207.412,20 para aquisição de uma retroescavadeira.

Lei nº 2.181 de 21.08.80 Autoriza realizar operação de crédito com o FUNDURBANO-RS no valor de Cr\$2.000.000,00 para construção de Pista de atletismo canchas polivalente e futebol de sete no Parque Centenário.

Lei nº 2.197	de 08.12.80	Autoriza realizar operação de crédito com a Caixa Econômica Estadual Rio Grande do Sul no valor de Cr\$1.100.000,00 e dá outras providências.
Lei nº 2.229	de 24.11.81	Autoriza efetuar operação de crédito com a Caixa Econômica Estadual Rio Grande do Sul no valor de Cr\$25.000.000,00 e dá outras providências.
Lei nº 2.246	de 24.05.82	Autoriza realizar operação de crédito no valor de Cr\$5.000.000,00 com FUNDURBANO/RS.
Lei nº 2.253	de 17.06.82	Autoriza realizar operação de crédito no valor de Cr\$3.811.144,00 com a CINTEA.
Lei nº 2.254	de 17.06.82	Autoriza realizar operação de crédito no valor de Cr\$6.960.934,00 com a CINTEA.
Lei nº 2.270	de 30.08.82	Autoriza realizar operação de crédito no valor de Cr\$15.000.000,00 com a CEERS.
Lei nº 2.510	de 09.09.88	Autoriza realizar operação de crédito c/Fundurbano p/cobertura do Pavilhão 03 – Parque Centenário.
Lei nº 3.465	de 20.12.99	Autoriza o P.Executivo a contratar operações de crédito com o Banrisul, como órgão gestor do FUNDOPIMES.
Lei nº 5.379	de 30.12.10	Contrata operação de crédito com a Caixa Estadual RS para ampliação da infraestrutura urbana, inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 2.480.000,00 (pavimentação de ruas)

ORÇAMENTO

Lei nº 138	de 10.12.48	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1949.
Lei nº 218	de 13.12.49	Orça a receita e fixa a despesa do município para o ano de 1950.
Lei nº 332	de 01.12.50	Orça a receita e fixa a despesa do município para o ano de 1951.
Lei nº 433	de 17.12.51	Orça a receita e fixa a despesa do município para o ano de 1952.
Lei nº 559	de 30.12.52	Orça a receita e fixa a despesa do município para o ano de 1953.

Lei nº 561	de 27.02.53	Orça a receita e fixa a despesa do departamento municipal autônomo dos serviços industriais para o exercício de 1953.
Lei nº 564	de 13.03.53	Orça a receita e fixa a despesa do departamento municipal autônomo de estradas de rodagem, para o exercício 1953.
Lei nº 646	de 29.12.53	Orça a receita e fixa a despesa do departamento municipal autônomo dos serviços industriais para o exercício de 1954.
Lei nº 647	de 29.12.53	Orça a receita e fixa a despesa do departamento municipal autônomo de estradas de rodagem, para o exercício 1954.
Lei nº 648	de 29.12.53	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1954.
Lei nº 718	de 30.11.54	Orça a receita e fixa a despesa do departamento municipal autônomo de estradas de rodagem, para o exercício 1955.
Lei nº 736	de 17.12.54	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1955.
Lei nº 747	de 28.01.55	Orça a receita e fixa a despesa do departamento municipal autônomo dos serviços industriais para o exercício de 1955.
Lei nº 852	de 16.12.55	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1956.
Lei nº 979	de 31.12.56	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1957.
Lei nº 1.035	de 23.12.57	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1958.
Lei nº 1.066	de 28.11.58	Orça a receita e fixa a despesa do departamento municipal autônomo de estradas de rodagem, para o exercício 1959.
Lei nº 1.089	de 08.05.59	Retifica consignação orçamentária.
Lei nº 1.113	de 26.09.59	Altera o art. 4º da Lei nº 1.073 de 18.12.58.
Lei nº 1.125	de 26.11.59	Orça a receita e fixa a despesa do departamento municipal autônomo de estradas de rodagem, para o exercício 1960.
Lei nº 1.216	de 30.11.60	Idem, do DMAER para o ano de 1961.

Lei nº 1.218	de 30.11.60	Idem, do município para o ano de 1961.
Lei nº 1.288	de 02.12.61	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1962.
Lei nº 1.371	de 29.12.61	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1963.
Lei nº 1.439	de 29.11.63	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1964.
Lei nº 1.500	de 29.01.64	Altera dotações orçamentárias para o exercício de 1964, etc.
Lei nº 1.575	de 22.09.64	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1965.
Lei nº 1.648	de 22.09.65	Orça a receita e fixa a despesa do município de 1966.
Lei nº 1.701	de 10.11.66	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1967.
Lei nº 1.703	de 13.12.66	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1967 e revoga a Lei nº 1.701/66.
Lei nº 1.748	de 24.11.67	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1968.
Lei nº 1.786	de 18.11.68	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1969.
Lei nº 1.835	de 01.12.69	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1970.
Lei nº 1.867	de 11.11.70	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1971.
Lei nº 1.896	de 31.08.71	Eleva de 20 par 35% o limite para abertura de crédito suplem. (Lei nº 1.867/70).
Lei nº 1.902	de 15.11.71	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1972.
Lei nº 1.934	de 29.11.72	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1973.
Lei nº 1.968	de 30.11.73	Idem, idem para 1974.
Lei nº 1.999	de 26.11.74	Idem, idem para 1975.
Lei nº 2.027	de 03.12.75	Idem, idem para 1976.

Lei nº 2.057	de 24.11.76	Idem, idem para 1977.
Lei nº 2.080	de 05.12.77	Idem, idem para 1978.
Lei nº 2.116	de 27.11.78	Idem, idem para 1979 – Cr\$ 55.000.000,00.
Lei nº 2.151	de 07.12.79	Idem, idem para 1980 – Cr\$ 78.000.000,00.
Lei nº 2.165	de 29.05.80	Dispõe s/o orçamento plurianual de investimentos p/ o triênio 1980/82.
Lei nº 2.194	de 02.12.80	Orça a receita e fixa a despesa de 1981.
Lei nº 2.195	de 02.12.80	Dispõe s/o orçamento plurianual de investimentos p/ o triênio 1981/83.
Lei nº 2.231	de 24.11.81	Orça a receita e fixa a despesa de 1982.
Lei nº 2.232	de 24.11.81	Dispõe s/o orçamento plurianual de investimentos p/ o triênio 1982/84.
Lei nº 2.285	de 26.11.82	Orça a receita e fixa a despesa de 1983.
Lei nº 2.286	de 26.11.82	Dispõe s/o orçamento plurianual de investimentos p/ o triênio 1983/85.
Lei nº 2.324	de 05.12.83	Orça a receita e fixa a despesa de 1984.
Lei nº 2.325	de 05.12.83	Orçamento plurianual triênio 84/86.
Lei nº 2.368	de 07.12.84	Orça a receita e fixa a despesa de 1985.
Lei nº 2.369	de 07.12.84	Orçamento plurianual triênio 85/87.
Lei nº 2.405	de 02.11.85	Orçamento plurianual investimento 86/88.
Lei nº 2.406	de 02.12.85	Orça a receita e fixa a despesa de 1986.
Lei nº 2.440	de 02.12.86	Aprova o orçamento plurianual de investimento para o triênio 87/89.
Lei nº 2.439	de 02.12.86	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1987.
Lei nº 2.482	de 17.11.87	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1988.
Lei nº 2.483	de 17.11.87	Aprova o orçamento plurianual de investimento para o triênio 88/90.
Lei nº 2.528	de 09.12.88	Orça a receita e fixa a despesa para 1989.
Lei nº 2.529	de 09.12.88	Orçamento plurianual 1989/1991.

Lei nº 2.617	de 27.11.89	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1990.
Lei nº 2.618	de 27.11.89	Aprova o orçamento plurianual de investimento para o triênio 90/92.
Lei nº 2.683	de 09.11.90	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1991 e dá outras providências.
Lei nº 2.696	de 27.12.90	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1991.
Lei nº 2.775	de 03.12.91	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1992 e dá outras providências.
Lei nº 2.769	de 22.11.91	Fixa datas para o encaminhamento e votação dos Projetos-de-Leis relativos ao Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.
Lei nº 2.796	de 30.12.91	Inclui meta para o exercício de 1992 na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Lei nº 2.798	de 30.12.91	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1992.
Lei nº 2.893	de 04.12.92	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1993.
Lei nº 2.932	de 28.07.93	Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Montenegro, para o período de 1994-1997.
Lei nº 2.943	de 30.09.93	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1994, e dá outras providências.
Lei nº 2.956	de 02.12.93	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1994.
Lei nº 3.028	de 20.12.94	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 1995.
Lei nº 3.081	de 08.09.95	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1996, e dá outras providências.
Lei nº 3.082	de 08.09.95	Altera redação/inclui metas no Plano Plurianual do município para o período de 1994-1997.
Lei nº 3.119	de 29.12.95	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Montenegro para o exercício de 1996.

Lei nº 3.171	de 03.12.96	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Montenegro para o exercício de 1997.
Lei nº 3.240	de 12.12.97	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Montenegro para o exercício de 1998.
Lei nº 3.344	de 27.11.98	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Montenegro para o exercício de 1999.
Lei nº 3.474	de 28.12.99	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Montenegro para o exercício de 2000.
Lei nº 3.533	de 28.07.00	Fixa datas para o encaminhamento e votação dos projetos de leis relativos ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.
Lei nº 3.561	de 21.12.00	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Montenegro para o exercício de 2001.
Lei nº 3.571	de 29.12.00	Altera os artigos 2º e 3º e anexos da Lei nº 3.561, de 21.12.00, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício de 2001.
Lei nº 3.690	de 20.12.01	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Montenegro para o exercício de 2002.
Lei nº 3.737	de 24.05.02	Altera classificações orçamentárias no Orçamento de 2002.
Lei nº 3.853	de 27.12.02	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Montenegro para o exercício de 2003.
Lei nº 3.853	de 30.12.02	Dispõe sobre a Parte Vetada do Projeto de Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montenegro para o Exercício 2003, constantes da Lei nº 3.853/02.
Lei n.º 3995	de 22.12.03	Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montenegro para o Exercício de 2004.
Lei n.º 4.156	de 28.12.04	Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2005.
Lei n.º 4.356	de 19.12.05	Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2006.
Lei n.º 4.585	de 20.12.06	Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2007.
Lei n.º 4.598	de 29.12.06	Altera red. Art. 10 da Lei 4.585/06.

Lei nº 4.780	de 17.12.07	Estima e Receita e Fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2008.
Lei nº 5.000	de 18.12.08	Estima e Receita e Fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2009.
Lei nº 5.197	de 14.12.09	Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2010. (Com parte vetada)
Lei nº 5.366	de 09.12.10	Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2011.
Lei nº 5.544	de 13.12.11	Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2012.
Lei nº 5.728	de 17.12.12	Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2013.
Lei nº 5.862	de 05.12.13	Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2014.
Lei nº 6.051	de 09.12.14	Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montenegro para 2015.
Lei n.º 6.176	de 24.07.15	Inclui programa no PPA 2014- 2017 e na LOA 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 100.000,00 (Aquisição Uniforme Escolar).
Lei n.º 6.209	De 08.09.15	Altera a redação dos artigos 1º, 3º, 6º, 13, I e acrescenta o inc. IV ao art. 13 e o art. 15-A a Lei n.º 5.304/10, que dispõe sobre o regime de adiantamento de numerário aos servidores.

ORDEM AUXILIADORA DE SENHORAS EVANGÉLICAS - OASE

Lei n.º 3.391	de 14.05.99	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com a Ordem das Senhoras Evangélicas – OASE e dá outras providências.
Lei n.º 3.403	de 18.06.99	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a OASE, mantenedora do Hospital Montenegro.
Lei n.º 3.585	de 11.04.01	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo Aditivo ao Convênio nº 095007099, com a OASE – Ordem Auxiliadora das Senhoras

		Evangélicas de Montenegro, abrir Crédito Especial no valor de R\$39.528,00, e dá outras providências.
Lei n.º 4.157	de 31.12.04	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005.
Lei n.º 4.169	de 1º.03.05	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei 4.157/04.
Lei n.º 4.170	de 1º.03.05	Autoriza o Executivo a conceder subvenção social à OASE, mantenedora do HM.
Lei n.º 4.246	de 29.07.05	Autoriza o Executivo acrescentar valor ao art. 1º 4.157/04 – Auxílios Subv. 2005.
Lei n.º 4.261	de 29.08.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com OASE, abrir crédito especial no valor de R\$ 464.872,50 e incluir programa no PPA 2002/5 e LDO 2005 (Programa Salvar).
Lei n.º 4.271	de 26.09.05	Ratifica Resolução nº 18/05 do CMS.
Lei n.º 4.298	de 27.10.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com a OASE e abrir crédito especial no valor de R\$ 420.000,00 (Coredes).
Lei n.º 4.332	de 28.11.05	Acrescenta valor ao art. 1º Lei 4.157/04 – OASE (Hospital Montenegro).
Lei n.º 4.333	de 28.11.05	Acrescenta valor ao art. 1º Lei 4.157/04 – OASE – Hospital Montenegro.
Lei n.º 4.347	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a OASE e abrir crédito especial no valor de R\$ 6.000,00.
Lei n.º 4.372	de 30.12.05	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei n.º 4157/2004, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005 (recursos p/ o Hospital Montenegro, através da OASE).
Lei n.º 4.427	de 13.04.06	Acrescenta valor ao art. 1º, inc. I, b da Lei nº 4.374/05, Plano de Auxílios e Subvenções – R\$ 240.000,00.
Lei n.º 4.486	de 30.06.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial R\$ 360.000,00 e firmar convênio com OASE.
Lei n.º 4.492	de 11.07.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a OASE (Aquis. aparelho Tomógrafo).

Lei n.º 4.493	de 14.07.06	Acrescenta o § 1º e o § 2º ao art. 3º da Lei nº 4.486/06 (contra-partida do Município).
Lei n.º 4.531	de 25.09.06	Acrescenta valor ao art. 1º. Inc. I, b, da Lei nº 4.374/05, que estabelece Plano Auxílios e Subvenções (R\$ 50.000,00).
Lei n.º 4.542	de 09.10.06	Acrescenta valor ao art. 1º. Inc. I, b, da Lei nº 4.374/05, que estabelece Plano Auxílios e Subvenções (R\$ 100.000,00).
Lei n.º 4.544	de 13.10.06	Acrescenta valor ao art. 1º. Inc. I, b, da Lei nº 4.374/05, que estabelece Plano Auxílios e Subvenções (R\$ 100.000,00).
Lei n.º 4.575	de 04.12.06	Acrescenta valor ao art. 1º, inc. I, b da Lei nº 4.374/05, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções p/06 (R\$ 400.000,00 p/OASE – HM).
Lei n.º 4.597	de 29.12.06	Acrescenta valor ao art. 1º, inc. I, b da Lei nº 4.374/05 (OASE – 73.000,00).
Lei n.º 4.611	de 22.02.07	Autoriza a Concessão de Uso de bens públicos à OASE (equipamentos Programa Viva Criança).
Lei nº 4.699	de 17.08.07	Acrescenta valor à alínea b do Inciso I, art. 1º, Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2007 (Hosp. Montenegro)
Lei nº 4.760	de 23.11.07	Acrescenta valor à alínea b do inciso I do art. 1º da Lei 4.579/06 – Plano de Auxílios e Subvenções (Hosp. Montenegro)
Lei nº 4.879	de 19.05.08	Autoriza o Executivo Municipal a ratificar Termo de Compromisso com o Estado do RS, a firmar convênio com a OASE e a abrir crédito especial no valor de R\$ 360.000,00 (Programa Salvar)
Lei nº 4.920	de 21.07.08	Acrescenta valor à alínea b, inciso I, do art. 1º da Lei nº 4.788/07 – Plano de Auxílios e Subvenções (OASE-HM, forros de colchão e roupas de cama)
Lei nº 4.950	de 15.09.08	Acrescenta valor à alínea b do inciso I, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (OASE/HM-pagamento anestesistas)
Lei nº 5.179	de 13.11.09	Acrescenta valor à alínea a do inciso I do art. 1º da Lei 4.980/08, Plano de Auxílios e Subvenções 2009 (Repasse de R\$ 290.000,00 à OASE – Hospital Montenegro, verba da Câmara)

Lei n.º 5.186	de 23.11.09	Firma convênio c/ OASE p/ manutenção e custeio do projeto Farmácia Popular do Brasil
Lei nº 5.219	de 30.12.09	Firma convênio com a OASE para manutenção e custeio do projeto Farmácia Popular do Brasil.
Lei n.º 5.246	de 06.04.10	Firma convênio com a OASE e abre crédito especial de R\$ 93.500,00 (reformas HM)
Lei nº 5.280	de 14.06.10	Acrescenta valor à alínea a do inciso I do art. 1º da Lei nº 5.185/09 - Plano de Auxílios e Subvenções 2010 - e abre crédito especial de R\$ 85.000,00 (OASE)
Lei n.º 5.327	de 13.09.10	Firma convênio com a OASE p/ custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192
Lei nº 5.376	de 27.12.10	Acrescenta valor à alínea a do inciso I do art. 1º da Lei nº 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (OASE)
Lei n.º 5.499	de 26.08.11	Acrescenta valor à alínea a do inciso I do art. 1º da Lei n.º 5.357/10 – Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2011. (R\$ 350.000,00 à OASE mantenedora do HM)
Lei n.º 5.562	de 30.12.11	Acrescenta valor à alínea a do inciso I do art. 1.º da Lei 5.357/10, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2011 (R\$ 250.000,00 – OASE)
Lei n.º 5.327	de 13.09.10	Firma convênio com a OASE p/ custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192
Lei n.º 5.578	de 24.01.12	Firma convênio com a OASE p/ custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.
Lei n.º 5.653	de 02.07.12	Firma convênio com OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192
Lei n.º 5.668	de 16.07.12	Acrescenta valor à alínea a do inciso I do art. 1.º da Lei n.º 5.575/11 – Plano de Auxílios e subvenções 2012 (OASE/HM)
Lei n.º 5.727	de 17.12.12	Ratifica a utilização de recursos financeiro no valor de R\$ 5.000,00 para aquisição de medicamentos e material hospitalar pela OASE.
Lei n.º 5.754	de 05.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.

Lei n.º 5.920	de 06.05.14	Autoriza o Executivo Municipal a proceder à concessão de uso de bem móvel (Dois veículos para OASE – SAMU SALVAR).
Lei n.º 5.951	de 28.07.14	Acrescenta valor ao inciso I, alínea “a” do art. 1.º da Lei n.º 5.875/13, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2014 (Samu/Salvar).
Lei nº 6.058	de 29.12.14	Firma convênio com a OASE para manutenção e custeio Farmácia Popular do Brasil
Lei nº 6.059	de 29.12.14	Firma convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192

PARADAS DE ÔNIBUS

Lei n.º 4.068 de 24.5.04 Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 7000,00 e dá outras providências. (abrigo para paradas de ônibus)

PARCELAMENTO DO SOLO

LC n.º 5.879 de 13.01.14 Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município.

Lei n.º 5.977 de 02.09.14 Altera a redação dos arts. 42 e 45 da LC 5.879/14-Parcelamento do Solo (vigência da lei-projetos já protocolizados)

PARQUE CENTENÁRIO

Lei n.º 2.509 de 22.08.88 Denomina Domingos dos Santos a quadra do Ginásio de Esportes do Parque Centenário.

Lei n.º 2.564 de 22.05.89 Autoriza o Executivo a firmar Contrato de Concessão de uso com o Grupo de Escoteiros Acácia Negra.

Lei nº 2.700 de 28.12.90 Denomina Normélio Petry o Ginásio de Esportes do Parque Centenário atualmente conhecido como Azulão.

Lei n.º 3.294 de 23.06.98 Denomina o Parque Centenário de "Erny Carlos Heller".

Lei n.º 3.744 de 18.06.02 Denomina Stéfano Müssig Faber a Pista de Skate, localizada no Parque Centenário Erny Carlos Heller.

Lei n.º 3.828 de 19.11.02 Dispõe sobre o impedimento da circulação de cães no parque Centenário Erny Carlos Heller.

Lei n.º 3.842 de 16.12.02 Exclui e reduz valor de metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.

Lei n.º 4.014 de 31.12.03 Altera a redação do artigo 1.º da Lei 3828/02, que dispõe sobre o impedimento da circulação de cães no Parque Centenário Erny Carlos Heller. (uso de guia e focinheira)

Lei n.º 4.468 de 12.06.06 Autoriza Executivo a excluir e incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 52.127,67 (reforma Ginásio Normélio Petry).

Lei n.º 4.473	de 19.06.06	Autoriza o Executivo firmar concessão de uso com Associação Tradicionalista Montenegrina – ATM.
Lei nº 5.028	de 02.02.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2009 e abrir crédito especial no valor de R\$ 156.000,00 (reforma ginásio Parque Centenário)
Lei nº 5.237	de 08.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 156.000,00 (reforma no Ginásio Poliesportivo Domingos dos Santos)
Lei n.º 5.309	de 10.08.10	Realiza a concessão onerosa de bem público (restaurante do Parque Centenário)
Lei n.º 5.396	de 09.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 171.658,01(reforma no ginásio Domingos dos Santos)
Lei n.º 5.531	de 18.11.11	Denomina Romeu Antônio Kirch o Centro de Eventos localizado no Parque Centenário Erny Carlos Heller
Lei n.º 5.762	de 15.04.13	Denomina Parque de Rodeios Marcírio de Souza Carpes o parque de rodeios localizado junto ao Parque Centenário Erny Carlos Heller
Lei n.º 5.833	de 27.09.13	Inclui ações no Plano Plurianual PPA 2014 – 2017. (Fibra ótica para secretarias e videomonitoramento; reestruturação sala datacenter; Sistema telefonia IP – VOIP; ampliação quadro de pessoal; Assessoria tributária; Bolsa Família; Aquisição de equipamentos de informática – SMEC; Aquisição de implementos agrícolas; Transcitrus; Legalização área e reforma EMEF Adolfo Schüller; Incentivos; Pavimentação pista de caminhada do Parque Centenário).
Lei n.º 5.973	de 26.08.14	Firma concessão de uso de bem público com a Escola Estadual Técnica São João Batista.
Lei n.º 6.096	de 06.04.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (reforma da antiga atafona).

PARQUE TECNOLÓGICO

Lei n.º 5.792	de 15.07.13	Dispõe sobre a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e cria o Programa de Incentivo para o Desenvolvimento Tecnológico do Município de Montenegro.
---------------	-------------	---

PASSAGENS

Lei n.º 2.676	de 05.10.92	Autoriza o Poder Executivo a dar concessões a empresas de transporte coletivo no território do município.
Lei n.º 5.475	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 1.600,00 (passagens urbanas para pacientes do CAPS I)
Lei n.º 5.507	de 03.10.11	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 2.920/93, que obriga os concessionários de transporte coletivo a comunicar reajuste tarifário e dá outras providências.

PASSAPORTE ESPECIAL DE TRANSPORTE - PET

Lei n.º 2.541	de 31.01.89	Institui o Passaporte especial de Transporte – PET e dá outras providências.
Lei n.º 2.649	de 13.06.90	Dispõe sobre o Passaporte Especial de Transporte – PET.
Lei nº 2.999	de 17.06.94	Institui o Passaporte de Transporte aos Deficientes Físicos e Mentais e dá outras prov.
Lei n.º 3.537	de 01.08.00	Altera dispositivos da Lei que institui o Passaporte de Transporte aos Deficientes Físicos e Mentais.
Lei n.º 4.161	de 21.01.05	Altera a redação do art. 1º e acrescenta parágrafo único a Lei nº 2.541/89, que instituiu o PET, alterada pela Lei nº 2.649/90.

PASSEIOS LAJEADOS (LIMPEZA)

Lei n.º 75	de 02.07.48	Altera a incidência do tributo consignado no título I, incisos 6 a 9 da Lei Orçamentária.
Lei nº 291	de 28.07.50	Dispõe sobre o lajeamento de passeios na forma da Lei nº 75 de 02.07.48.

PASSE LIVRE

Lei n.º 3.248	de 29.12.97	Cria o “Passe Livre” do sistema de transporte coletivo de Montenegro e dá outras providências.
---------------	-------------	--

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO-CULTURAL

Lei n.º 3.517	de 26.05.00	Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico-Cultural do Município, e dá outras providências.
Lei nº 5.161	de 09.10.09	Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 143.615,14 (restauração prédio farmácia dos ferroviários)
Lei nº 5.386	de 25.01.11	Abre crédito especial de R\$ 14.029,51 (devolução de saldo convênio-Restauração prédio farmácia dos ferroviários)
Lei n.º 5.576	de 20.01.12	Denomina PORTO DAS LARANJEIRAS o Cais do Porto do Rio Caí.

PAVILHÕES COMUNITÁRIOS

Lei n.º 3.810	de 15.10.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$120.000,00 e dá outras providências.
Lei nº 3.911	de 08.07.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir meta da LDO 2003. (Construção de pavilhões comunitários para ampliação da rede elétrica do Aterro Sanitário.
Lei n.º 5.548	de 19.12.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 160.808,49 (Construção Centro Comunitário Germano Henke)

PAVIMENTAÇÃO

Lei n.º 3.793	de 16.09.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$137.090,05, Operação de Crédito do FUNDOPIMES, e dá outras providências.
Lei nº 3.913	de 14.07.03	Altera meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2003. (Saneamento Básico, Pavimentação e Calçamento do Bairro Imigração).
Lei nº 4.724	de 02.10.07	Autoriza incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 200.000,00 (recuperação pavimentação asfáltica diversas ruas)
Lei nº 4.725	de 02.10.07	Autoriza incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 961.000,00 (recuperação rua Buarque de Macedo)
Lei nº 5.335	de 04.10.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 925.072,52 (Pavimentação Transcitrus)

Lei nº 5.338	de 04.10.10	Inclui ruas no Anexo II – Relação de Vias Urbanas a Pavimentar do PPA 2010-2013, Lei 5.129/09
Lei nº 5.378	de 30.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 1.000.000,00 (revitalização vias centrais)
Lei nº 5.379	de 30.12.10	Contrata operação de crédito com a Caixa Estadual RS para ampliação da infraestrutura urbana, inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 2.480.000,00 (pavimentação de ruas)
Lei n.º 5.550	de 19.12.11	Inclui programas e ações no Plano Plurianual – PPA 2010-2013 (Secretarias – Renovação e ampliação de frota – CRAS – CREAS – Saúde da Mulher – Regionalização do Turismo – Pavimentação de vias urbanas: Rua Artidor Rodrigues da Costa – Rua Carlos Correa da Silva – Rua Adão Luiz Kauer – Via J)
Lei n.º 5.690	de 27.08.12	Abre crédito especial de R\$ 343.100,00 (conclusão obras Estrada Reynaldo Hörlle).
Lei n.º 5.693	de 27.08.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 250.834,71 (microdrenagem e calçamento das ruas Coriolano Coelho de Souza e Ludwig Wagner)
Lei n.º 5.714	de 22.10.12	Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)
Lei n.º 6.044	de 05.12.14	Inclui programa no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 15.200,00 (projetos de infraestrutura urbana de diversas ruas)
Lei n.º 6.125	de 09.06.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 33.571,42 (Devolução Saldo–Microdrenagem e Pavimentação Asfáltica da Rua Antônio Ignácio de Oliveira Filho).
Lei n.º 6.204	De 24.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 250.712,48 (terraplanagem, drenagem e pavimentação Estrada Mario Garcia Machado).

PENSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Lei nº 51	de 02.04.48	Concede pensão, em caráter excepcional, as viúvas de dois antigos servidores municipais.
Lei nº 139	de 10.12.48	Concede pensão, em caráter excepcional, a viúva de antigo servidor municipal.
Lei nº 168	de 30.05.49	Abre crédito especial de Cr\$ 1.800,00.
Lei nº 527	de 29.11.52	Concede uma pensão vitalícia.
Lei nº 539	de 19.12.52	Eleva para Cr\$300,00 mensais a pensão concedida a viúva de antigo servidor municipal.
Lei nº 540	de 19.12.52	Eleva para Cr\$300,00 mensais a pensão concedida a duas viúvas de antigos servidores municipais.
Lei nº 629	de 04.12.53	Eleva pensões.
Lei nº 731	de 17.12.54	Eleva pensão concedida ao Sr. Emilio Leipnitz.
Lei nº 828	de 28.11.55	Concede pensão.
Lei nº 953	de 30.11.56	Concede pensões.
Lei nº 954	de 30.11.56	Concede pensões vitalícias.
Lei nº 955	de 30.11.56	Eleva pensões.
Lei nº 1.114	de 07.10.59	Concede pensões.
Lei nº 1.115	de 14.10.59	Concede e eleva pensões.
Lei nº 1.116	de 05.11.59	Concede pensão.
Lei nº 1.172	de 05.08.60	Concede pensão, abre crédito especial e reduz consignação orçamentária.
Lei nº 1.307	de 29.03.62	Concede pensão e abre crédito especial.
Lei nº 1.596	de 09.12.64	Concede pensão à viúva do ex-servidor Clodomiro José Machado.
Lei nº 1.631	de 15.06.65	Concede pensão à viúva do ex-servidor Octalício Bandeirante de Moraes.
Lei nº 1.726	de 26.01.67	Concede pensão à Vva. Maria Carlota Carrad.
Lei nº 1.732	de 10.05.67	Reajusta pensões de viúvas de ex-servidores.
Lei nº 1.742	de 11.10.67	Concede pensão à Vva. Edith Ruth Becker.
Lei nº 1.746	de 08.11.67	Concede pensão ao Vvo. Paulino Araújo.

Lei nº 1.752	de 28.11.67	Concede pensão á Vva. Maria Isabel Alves.
Lei nº 1.779	de 29.08.68	Eleva para Ncr\$ 40,00 mensais a pensão das viúvas.
Lei nº 1.782	de 11.09.68	Concede pensão à Medelicia Lisboa Vargas.
Lei nº 1.787	de 20.11.68	Concede pensão à Vva. Maria Amália Vargas de Oliveira.
Lei nº 1.821	de 23.09.69	Concede pensão à Vva. Maria Adélia Hoher Daudt.
Lei nº 1.829	de 14.10.69	Concede pensão à Vva. Oliga Amália Krauer.
Lei nº 1.847	de 18.05.70	Reajusta as pensões das Vvas. Dos ex-servidores municipais (Cr\$60,00).
Lei n.º 1.853	de 03.06.70	Concede pensão à Vva. Francisca Alves da Silva.
Lei nº 1.875	de 31.12.70	Concede pensão à Vva. Maria Adelina Pimentel de Vargas (Gaudêncio L. Vargas)
Lei nº 1.880	de 06.04.71	Concede pensão à Vva. Alzira Ferreira de Oliveira (Mário Ignácio).
Lei nº 1.886	de 18.05.71	Reajusta as pensões das viúvas e ex-servidores.
Lei nº 1.908	de 03.05.72	Concede pensão ao Vvo Arlindo J. Machado.
Lei nº 1.912	de 16.05.72	Reajusta as pensões das viúvas de ex-servidores municipais (Cr\$89,00).
Lei nº 1.919	de 18.07.72	Concede pensão à Vva. Doralina Maciel Paz (Silvio S. Paz).
Lei nº 1.946	de 16.05.73	Concede pensão à Vva. Maria Luiza Colling (Miguel Colling).
Lei nº 1.949	de 22.05.73	Reajusta as pensões das Vvas. E ex-servidores.
Lei nº 1982	de 07.05.79	Cria pensão vitalícia para os dependentes dos ex-serv. Mun. que menciona.
Lei nº 1985	de 16.05.74	Reajusta as pensões das Vvas. De ex-servidores municipais.
Lei nº 2.011	de 19.05.75	Dispõe s/venc. Do pessoal e reajusta as pensões das Vvas. E ex-servidores.

PERÍMETRO URBANO E SUBURBANO

Lei n.º 479	de 30.05.52	Abre crédito especial de Cr\$12.000,00 e reduz consignações orçamentárias.
Lei nº 704	de 19.11.54	Amplia a zona suburbana da cidade.
Lei nº 748	de 28.01.55	Altera parcialmente a Lei nº 704, de 19 de novembro de 1954.
Lei nº 874	de 16.02.56	Revoga a Lei nº 704 de 19.11.54, que ampliou a zona suburbana da cidade, conservando os limites urbanos nela indicados.
Lei nº 1.612	de 04.03.65	Altera os limites das zonas urbanas e suburbana da cidade de Montenegro.
Lei nº 2.089	de 17.04.78	Altera os limites urbanos da cidade de Montenegro.
Lei nº 2.120	de 02.01.79	Fixa os limites urbanos de Harmonia.
Lei nº 2.239	de 28.12.81	Fixa os limites urbanos de Harmonia.
Lei nº 2.428	de 01.09.86	Altera o art. 2º da Lei nº 2.120.
Lei nº 2.458	de 17.06.87	Retifica a Lei nº 2.428.
LC nº 5.880	de 13.01.14	Institui o Perímetro da Macrozona Urbana do Município
LC nº 5.883	de 13.01.14	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo do Município

PERMUTAS

Lei nº 2.309	de 29.08.83	Autoriza permutar imóvel com Endres & Ohlweiler Ltda
Lei nº 2.326	de 09.12.84	Autoriza o Executivo a assinar Escritura Pública de permuta com Marta Boff Preichardt
Lei nº 2.332	de 23.04.84	Autoriza o Executivo Municipal a permutar uma área de terras e dá outras providências.

Lei nº 2.404	de 29.11.85	Autoriza o Executivo Municipal a permutar uma área de terras (Rua Jorge G. Moojen).
Lei nº 2.476	de 27.10.87	Autoriza receber em permuta por horas máquina, uma área de terras de propriedade de Arthur Lerch.
Lei nº 2.841	de 17.08.92	Autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis atingidos pela abertura da Rua Carlos Lourival Lampert.
Lei nº 3.480	de 31.12.99	Autoriza o Executivo Municipal a permutar imóvel pertencente ao patrimônio do Município.
Lei n.º 3.856	de 31.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a permutar uma área de 1.405,35m ² , por outra de igual metragem, e dá outras providências.

PESOS E MEDIDAS

Lei nº 1.527	de 27.04.64	Dispõe sobre a aferição de pesos e medidas.
Lei nº 1.715	de 21.12.66	Dispõe sobre a taxa de aferição de pesos e medidas.
Lei nº 1.865	de 11.11.70	Revoga a Lei nº 1715/66.

PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Lei n.º 2.999	de 17.06.94	Institui o Passaporte de Transporte aos Deficientes Físicos e Mentais.
Lei n.º 3.084	de 11.09.95	A presente lei busca facilitar o acesso dos deficientes físicos aos prédios públicos.
Lei n.º 3.358	de 21.12.98	Altera a redação do art. 1º e acrescenta § 3º na Lei nº 2.999/94.
Lei n.º 3.385	de 25.03.99	Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e define os critérios de sua admissão.
Lei n.º 3.461	de 17.12.99	Dispõe sobre o provimento de cargos públicos municipais por pessoas deficientes.

Lei n.º 3.537	de 01.08.00	Altera dispositivos da lei que institui o Passaporte aos Deficientes Físicos e Mentais.
Lei n.º 3.695	de 27.12.01	Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches municipais para crianças portadoras de deficiência física e mental.
Lei n.º 3.791	de 16.09.02	Institui o Transporte Urbano Diferenciado para Pessoas Portadoras Paralíticas e ou cegas, nas linhas convencionais de ônibus, dentro da cidade de Montenegro.
Lei n.º 4.017	de 16.01.04	Altera a redação do § 1.º, da Lei 3221/97
Lei n.º 4.042	de 19.03.04	Altera a redação da ementa, do artigo 1.º e acrescenta parágrafos à Lei n.º 3.791/02.
Lei nº 4.941	de 01.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 22.000,00 (compra de vagas APAE)
Lei n.º 5.228	de 12.01.10	Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Montenegro
Lei n.º 5.367	de 14.12.10	Concede carga horária especial ao servidor público do Poder Executivo pai, mãe, tutor, curador ou que possua a guarda e responsabilidade de pessoa portadora de necessidades especiais.

PILCHA GAÚCHA

Lei nº 3.426	de 26.08.99	Institui a SEMANA DA PILCHA GAÚCHA no município de Montenegro.
--------------	-------------	--

PINACOTECA

Lei nº 2.621	de 01.12.89	Cria a Pinacoteca Pública Municipal e dá outras providências.
Lei nº 2.858	de 19.10.92	Denomina a Pinacoteca Pública Municipal criada pela Lei nº 2.621, de 01.12.89.
Lei n.º 3.843	de 20.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$19.200,00, e dá outras providências. (Aluguel de prédio para SEPAHC, Arquivo, Museu e Pinacoteca).
Lei n.º 4.940	de 01.09.08	Cria o Museu de Arte de Montenegro

PLACAS DE VEÍCULO

Lei n.º 3.045 de 17.03.95

Autoriza o Poder Executivo a fornecer gratuitamente placas de veículo, para os casos de transferência e dá outras providências.

PLACAS INDICATIVAS

Lei n.º 3.191 de 23.04.97

Dispõe sobre as placas indicativas de ruas e praças.

PLANEJAMENTO FAMILIAR

Lei nº 3.031 de 27.12.94

Dispõe sobre o planejamento familiar do Município e dá outras providências.

PLANTIO DE ÁRVORES

Lei nº 2.998 de 15.06.94

Proíbe o plantio de árvores de grande porte nas divisas de propriedades.

PLANO DE AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Ver Auxílio e Subvenções

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO

L.C. n.º 3.862 de 21.02.03

Cria mais dez cargos de Professor no Quadro do Magistério, instituído pela Lei Complementar nº 2.637/90.

L.C. n.º 3.943 de 15.09.03

Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município e dá outras providências.

L.C. n.º 3.963 de 03.11.03

Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 3943, de 15 de setembro de 2003, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município e dá outras providências.

L.C. n.º 4.089 de 28.6.04

Altera o § 1.º do art. 45 da Lei Complementar n.º 3943, de 15 de setembro de 2003, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município e dá outras providências. (níveis de promoção)

L.C. n.º 4.250 de 02.08.05

Altera o § único do art. 15 e acrescenta §2º e o art. 47^A à LC 3.943/03.

L.C. n.º 4.357	de 27.12.05	Cria mais 5 (cinco) cargos de Apoio pedagógico no Quadro do Magistério, instituído pela Lei Complementar n.º 3943/03.
L.C. n.º 4.368	de 30.12.05	Cria mais cinquenta cargos de Professor no Quadro do Magistério Público, instituído pela L.C. n.º 3943/03.
L.C. n.º 4.495	de 17.07.06	Altera o art. 46 da LC nº 3.943/03, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério (permuta professores)
LC nº 4.672	de 02.02.07	Altera redação do caput e acrescenta os Incisos I e II ao Art. 37 e altera Incisos I e II do Art. 42 da LC 3.943/03 – Plano Carreira Magistério.
Lei nº 4.765	de 04.12.07	Cria mais 35 cargos de Professor Área I no Quadro do Magistério, instituído pela LC 3.943/03.
LC n.º 4.890	de 09.06.08	Altera parágrafos e a redação do art. 40 da LC 3.943/03-Plano Carreira Magistério (Vice-Diretor)
LC nº 5.039	de 13.03.09	Acrescenta o § 4.º e altera redação dos §§ 1.º, 2.º, 3.º e <i>caput</i> do art. 33 da LC n.º 3.943/03 - Plano de Carreira do Magistério (contratação temporária professor)
LC nº 5.217	de 30.12.09	Cria cargos de Professor e Apoio Pedagógico no Quadro do Magistério, instituído pela LC 3.943/03.
LC n.º 5.469	de 30.06.11	Cria cargos de Professor Área I e II no Quadro do Magistério, instituído pela LC n.º 3.943/03.
Lei n.º 5.904	de 24.03.14	Cria cargos de Professor Área I e Área II no Quadro do Magistério, instituído pela LC n.º 3.943/03.
LC nº 6.117	de 21.05.15	Cria cargos de Professor Área I e Área II no Quadro do Magistério, instituído pela LC n.º 3.943/03.

PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

L.C. n.º 3.860	de 14.01.03	Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 2.636, de 4 de maio de 1990, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município;
----------------	-------------	---

		estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências.
L.C. n.º 3.864	de 21.02.03	Cria cargo de Secretário de Escola no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela lei Complementar nº 2.636/90.
L.C. n.º 4.100	de 19.07.04	Altera red. do art. 20 da LC n.º 2636/90, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município; estabelece o Plano de Carreira do Servidores (alteração da denominação do cargo de Procurador e implantação do Padrão 11)
L.C. n.º 4.134	de 03.11.04	Altera os arts. 1º e 2º da LC 3994/03, que cria e extingue cargos no Quadro de cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90 que estabelece Plano de Carreira.
LC n.º 4.220	de 15.06.05	Cria mais 1 cargo de Assessor Especial – CC/FG 8, cria o cargo de Assessor de Apoio Legislativo – CC/FG4 e extingue o cargo de Motorista.
LC n.º 4.279	de 03.10.05	Cria mais dois cargos de Engenheiro e mais um cargo de Arquiteto no Quadro de Cargos Provimento Efetivo, instituído pela LC 2636/90.
LC n.º 4.280	de 03.10.05	Cria mais três cargos de Assessor Especial – CC/FG 8 no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
LC n.º 4.307	de 07.11.05	Cria o cargo de Fonoaudiólogo, Padrão 10, no Quadro de Cargos provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90.
LC n.º 4.308	de 07.11.05	Cria o cargo de Técnico de Segurança do Trabalho, Padrão 8, no Quadro Cargos provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90.
LC n.º 4.310	de 07.11.05	Cria cargo de Bibliotecário, Padrão 10, no Quadro de Cargos Provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90.
LC n.º 4.335	de 05.12.05	Cria mais dois cargos de Procurador no Quadro de cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2636/90.
Lei n.º 4.591	de 29.12.06	Cria mais 1 cargo de Psicólogo e mais 1 cargo de Assistente Social no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC nº 2.636/90

LC n.º 4.605	de 12.02.07	Cria mais 2 cargos de Nutricionista no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90, Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 4.640	de 16.04.07	Cria mais 2 cargos de psicólogo, instituído pela LC n.º 2.636/90- (Plano de Carreira dos Servidores)
LC nº 4.740	de 16.10.07	Cria mais 19 cargos de Guarda Municipal-Padrão 02, instituídos pela LC nº 2.636/90.
LC nº 4.747	de 22.10.07	Cria cargo de Assessor Técnico CC/FG 06 no quadro de Cargos e Funções Gratificadas.
Lei n.º 4.766	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a criar 45 cargos de Assistente e 25 cargos de Auxiliar de Serviços Escolares-Efetivos
Lei n.º 4.767	de 04.12.07	Cria mais 2 cargos de Técnico de Enfermagem-Efetivos
LC nº 4.781	de 21.12.07	Altera padrão de vencimentos e atualiza atribuições de categoria funcional (Agente Adm. Auxiliar)
Lei n.º 4.813	de 18.02.08	Cria mais 1 cargo de Diretor de Dto., mais 2 cargos de Chefe de Turma e extingue 1 cargo de Chefe de Serviço no Quadro de CC's e FG's.
Lei n.º 4.874	de 19.05.08	Cria cargo de Atendente de Farmácia, P 3, no Quadro de Cargos de Prov Efetivo no Plano de Carreira dos Serv.
Lei nº 4.907	de 14.07.08	Altera redação do art. 2.º da LC 3649/01, que cria 01 cargo de Chefe de Serviço de Informática – CC/FG 06 e extingue o cargo de Chefe de Serviço de Atendimento Laboratorial – na SMSAS.
Lei nº 4.928	de 04.08.08	Cria o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, P 08, no Quadro de Cargos de Prov Efetivo, LC 2636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.026	de 26.10.09	Autoriza o Executivo a criar p cargo de Terapeuta Ocupacional, Padrão 10 no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.054	de 08.04.09	Cria o cargo de Assessor Técnico – CC/FG 08 no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Lei nº 5.116	de 27.07.09	Altera art. 20 e extingue cargos da LC 2.636/90, que dispõe s/ os quadros de cargos e funções públicas do Município e estabelece Plano de Carreira dos Servidores
LC n.º 5.140	de 31.08.09	Altera o anexo I da LC n.º 4.781/07, que altera o padrão de vencimentos e atualiza atribuições de categoria funcional (agente administrativo auxiliar)
LC nº 5.218	de 30.12.09	Cria mais 20 cargos de Assistente de Escola e 04 cargos de Secretário de Escola no quadro de cargos de provimento efetivo-LC 2.636/90.
LC nº 5.245	de 30.03.10	Cria cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.278	de 14.06.10	Cria o cargo de Assistente Administrativo, Padrão 07, no quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC nº 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.291	de 05.07.10	Cria cargos de Enfermeiro e Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.299	de 26.07.10	Cria 05 cargos de Assessor Especial I – CC/FG 10, altera nomenclatura e extingue 01 cargo de Assessor Especial e 04 cargos de Assessor Técnico no quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da LC 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.325	de 13.09.10	Cria cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores
LC n.º 5.336	de 04.10.10	Cria mais 02 cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – LC 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores
LC n.º 5.337	de 04.10.10	Cria mais um cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, Padrão 8, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo - LC 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores

LC n.º 5.369	de 17.12.10	Altera o coeficiente de vencimentos dos Padrões 01 e 10 previstos no art. 24 da LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.373	de 20.12.10	Cria mais cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Odontólogo no Quadro de Cargos-LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.384	de 30.12.10	Altera art. 1º da LC n.º 5.369/10, que altera o coeficiente de vencimentos dos Padrões 01 e 10 previstos no art. 24 da LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.444	de 13.06.11	Cria mais um cargo de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.460	de 20.06.11	Cria um cargo de Auxiliar de Consultório Dentário no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.462	de 20.06.11	Cria cargos de Médico, Odontólogo, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.470	de 30.06.11	Cria cargos de Assistente de Escola no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.496	de 22.08.11	Cria mais um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.500	de 05.09.11	Cria um cargo de Contador no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.506	de 26.09.11	Cria um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.538	de 09.12.11	Cria dois cargos de Procurador no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores

LC n.º 5.546	de 19.12.11	Cria um cargo de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.581	de 24.01.12	Cria três cargos de Odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.663	de 06.07.12	Cria 01 cargo de Agente Fiscal, Padrão 09, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.664	de 06.07.12	Cria seis cargos de Assistente Administrativo, Padrão 07, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.700	de 02.10.12	Extingue o cargo de Agente Sanitário e altera as especificações do cargo de Agente Fiscal no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.759	de 15.04.13	Cria um cargo de Assistente Social no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.761	de 15.04.13	Cria mais um cargo de Assistente Legislativo a Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 3.615/2001.
LC n.º 5.774	de 06.05.13	Cria três cargos de Odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.780	de 07.06.13	Cria dois cargos de Auxiliar de Consultório Dentário no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo - LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5818	de 10.09.13	Autoriza a Cria quatro cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5823	de 16.09.13	Autoriza a criar três cargos de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo,

		instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5847	de 29.10.13	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.901	de 19.03.14	Institui o Plano de Carreira dos Servidores Efetivos e estabelece os Quadros de Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Vereadores de Montenegro/RS.
Lei nº 5.910	de 07.04.14	Cria cargos de Assistente de Escola e Auxiliar de Serviços Escolares no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.919	de 28.04.14	Cria um cargo de Pedreiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.939	de 04.07.14	Cria três cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.940	de 04.07.14	Cria quatro cargos de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.941	de 04.07.14	Cria um cargo de Técnico em Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.942	de 04.07.14	Cria um cargo de Farmacêutico no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.943	de 04.07.14	Cria um cargo de Auxiliar de Consultório Dentário no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.965	de 18.08.14	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.978	de 08.09.14	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo,

		instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.979	de 08.09.14	Cria dois cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.980	de 08.09.14	Cria três cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.991	de 16.09.14	Cria um cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.033	de 10.11.14	Abre crédito especial e cria 05 cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC 2.636/90.
LC n.º 6.034	de 10.11.14	Cria 01 cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC 2.636/90.
LC n.º 6.035	de 10.11.14	Cria 01 cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC 2.636/90.
LC n.º 6.045	de 05.12.14	Cria 02 cargos de Técnico de Segurança do Trabalho no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC n.º 2.636/90
LC n.º 6.047	de 05.12.14	Cria 01 cargo de Atendente de Farmácia, Padrão 3, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC n.º 2.636/90
LC n.º 6.067	de 09.02.15	Cria 4 (quatro) cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.068	de 09.02.15	Cria 3 (três) cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.082	de 09.03.15	Cria um cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.

LC n.º 6.086	de 16.03.15	Cria dois cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.087	de 16.03.15	Cria 1 (um) cargo de Odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.109	de 27.04.15	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.116	de 21.05.15	Cria cargos de Assistente de Escola no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.118	de 29.05.15	Cria 1 (um) cargo de Assistente Administrativo e 3 (três) cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.192	de 24.07.15	Cria 1 (um) cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.193	de 24.07.15	Cria 2 (dois) cargos de Arquiteto no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.194	de 24.07.15	Cria 2 (dois) cargos de Operador de Máquina Rodoviária no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.223	De 26.10.15	Autoriza o Executivo Municipal a criar 01 (um) cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636, de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.228	De 27.11.15	Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município; estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências.

**PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
(FAP, FAS e RPPS)**

Lei n.º 3.544	de 06.10.00	Dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Municipais vinculados ao Regime Jurídico instituído pela Lei Complementar n.º 2.635/90, e dá outras providências.
Lei n.º 3.558	de 08.12.00	Acrescenta parágrafo ao artigo 7º da Lei n.º 3.544/00, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Municipais.
Lei n.º 4.540	de 09.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 1.000,00 – FAP – Regime Próprio.
Lei n.º 4.816	de 25.02.08	Altera redação do Inciso III e do § 7º do art. 13 da Lei 4.434/06, que reestrutura o RPPS.
Lei n.º 5.166	de 20.10.09	Altera redação do § 7º do art. 13 da lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro.
Lei n.º 5.394	de 01.03.11	Altera a alíquota do § 7º do art. 13 e a redação do art.16 da Lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro.
Lei n.º 5.459	de 20.06.11	Acrescenta os incisos IV e V ao art. 21 e o parágrafo único ao art. 24 da Lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro – RPPS.
Lei n.º 5.467	de 30.06.11	Altera a redação do art. 74 da Lei n.º 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro.
Lei n.º 5.541	de 09.12.11	Acrescenta o inciso VII ao art. 14 da Lei n.º 4.434/06 que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro (incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço de férias)
Lei n.º 5.567	de 30.12.11	Altera a alíquota prevista no inciso III e no § 7º do art. 13 da Lei n.º 4.434/06, que reestrutura o RPPS dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro (contribuição previdenciária “empregador”)
Lei n.º 5.571	de 30.12.11	Altera a redação do art. 2º da Lei n.º 4.791/11, que dispõe sobre o parcelamento de dívida do Município para com o FAP

Lei n.º 5.586	de 06.02.12	Altera a redação do inciso I do art. 76 da Lei n.º 4.434/06, que reestrutura o RPPS (inclui no cálculo para aposentadoria as contribuições sobre gratificações)
Lei n.º 5.659	de 02.07.12	Institui gratificação a ser paga ao servidor designado como responsável pela gestão financeira do RPPS
Lei nº 5.733	de 28.12.12	Altera a alíquota no inciso III e no § 7º do art. 13 da Lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro.
Lei nº 5.923	de 27.05.14	Altera a Alíquota prevista no inciso III e no § 7.º da Lei n.º 4.434, que reestrutura o Regime Próprio da Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro.
Lei n.º 6.038	de 10.11.14	Abre crédito especial de R\$ 30.000,00 (equip. e material permanente Setor Técnico Administrativo FAP)
Lei n.º 6.063	de 30.12.14	Altera a alíquota prevista no § 7º do art. 13 da Lei nº 4.434/06-reestrutura o RPPS dos servidores efetivos (11,87%)

PLANO DIRETOR

Lei nº 1.970	de 13.12.73	Aprova o Plano Diretor e suas diretrizes gerais e dá outras providências.
Lei nº 1.971	de 13.12.73	Dispõe sobre loteamento e dá outras providências.
Lei nº 1.972	de 13.12.73	Institui o Código de Obras.
Lei nº 2.095	de 23.05.78	Restrutura o Plano Diretor e revoga a Lei nº 1.970/73.
Lei nº 2.148	de 02.10.79	Altera o parágrafo único do art. 26º da Lei nº 2.095/78.
Lei nº 2.331	de 16.04.84	Altera os artigos 14, 15, 16, 17, 21, 28 e 29 da Lei nº 2.095/78 que reestruturou o Plano Diretor.
Lei nº 2.338	de 25.05.84	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 2.095/78 que reestruturou o Plano Diretor.
Lei nº 2.339	de 25.05.84	Altera o artigo 96, revoga o art. 98, dá nova redação aos itens 1, 2 e 3 do art. 99, todos

		da Lei 1.972 de 13.12.73 e revoga a Lei nº 2.073.
Lei nº 2.343	de 08.06.84	Altera a designação do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 2.095/78, com a mesma redação que lhe foi dada pela Lei nº 2.148/79 e cria parágrafo 2º ao supra citado ao art. 26º.
Lei nº 2.345	de 29.06.84	Acrescenta o art. 24º a Lei nº 2.095 que reestruturou o Plano Diretor.
Lei nº 2.349	de 10.08.84	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 26º.
Lei nº 2.444	de 16.12.86	Transforma em zona mista parte da zona especial assinalada da planta mencionada no art. 7º do Plano Diretor.
Lei nº 2.472	de 21.09.87	Altera o art. 6º da Lei nº 2.331/84.
Lei nº 2.531	de 21.12.88	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 10º da Lei nº 2.095/78 (Plano Diretor).
Lei nº 2.652	de 26.06.90	Dispõe sobre as áreas de Conservação Natural de que trata a Lei nº 2.095/78.
L.C. nº 2.703	de 28.12.90	Altera os art. 8º, 10º e 14º da Lei nº 2.095 de 23.05.78, bem como a Planta de Zoneamento de que trata o art. 7º da mesma lei. (Alterada pela Lei nº 3.292).
L.C. nº 2.947	de 27.10.93	Acrescenta a letra "c", ao inciso II, do art. 24º A, da Lei nº 2.095 de 23.05.78, que reestruturou o Plano Diretor.
L.C. nº 3.002	de 09.08.94	Altera a Planta de Zoneamento de que trata o art. 1º da Lei Compl. nº 2.703/90.
L.C. nº 3.198	de 23.05.97	Altera o art. 10 da Lei nº 2.095, de 23.05.78 e art. 24 ^A da Lei nº 2.095, alterado pela Lei nº 2.345, de 29.06.84, e dá outras providências.
Lei nº 3.292	de 22.06.98	Altera a Planta de Zoneamento de que trata o art. 1º da L.C. nº 2.703/90.
L.C. nº 3.490	de 13.03.00	Altera a Planta de Zoneamento de que trata o art. 1º da L.C. nº 2.703/90.
Lei nº 3.501	de 10.04.00	Altera as delimitações dos Bairros Centenário e Rui Barbosa.
L.C. nº 3.536	de 28.07.00	Altera dispositivos do Plano Diretor, Lei nº 2.095, de 23.05.78 (Defin. Estab.).

Lei n.º 4.061	de 03.05.04	Autoriza o Executivo Municipal a Crédito Especial no valor de R\$ 206105,00 e dá outras providências. (Aerofotogrametria p/ realização do Plano Diretor)
Lei n.º 4.358	de 27.12.05	Altera a Planta de Zoneamento de que trata o art. 3.º da Lei n.º 2095/78, que reestrutura o Plano Diretor.
Lei n.º 4.530	de 12.09.06	Acrescenta no Quadro de Usos que trata o artigo 1º da lei nº 2.095/78 – Plano Diretor, como não permitido na ZR2 – Cemitérios.
Lei n.º 4.759	de 06.11.07	Reestrutura o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.776	de 10.12.07	Dispõe sobre regularização de construções em Montenegro.
Lei n.º 4.779	de 14.12.07	Autoriza o Executivo Municipal a alterar o art. 121 da LC n.º 4.759/07, que reestrutura o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município.
Lei n.º 4.852	de 14.04.08	Fica suspensa a eficácia da LC 4.759/07 e passa a revigorar a eficácia da Lei nº 2.095/78.
Lei nº 5.013	de 29.12.08	Autoriza o Executivo prorrogar o prazo para manter suspensa a eficácia da LC n.º 4.759/07 e a manter a eficácia da Lei n.º 2.095/78
Lei nº 5.223	de 30.12.09	Prorroga prazo para manter suspensa a eficácia da LC n.º 4.759/07 e a manter a eficácia da Lei n.º 2.095/78-Plano Diretor
Lei n.º 5.070	de 28.04.09	Dispõe sobre regularização de construções em Montenegro.
LC n.º 5.263	de 10.05.10	Concede prazo para regularização de construções sem aplicação de multa.
Lei nº 5.380	de 30.12.10	Prorroga prazo para manter suspensa a eficácia da LC n.º 4.759/07 e a manter a eficácia da Lei n.º 2.095/78-Plano Diretor
Lei n.º 5.560	de 26.12.11	Prorroga o prazo para permanecer suspensa a eficácia da LC 4.759/07 e a manter a eficácia da Lei 2.095/78 – Plano Diretor

Lei n.º 5.737	de 28.12.12	Prorroga o prazo para permanecer suspensa a eficácia da LC 4.759/07 e a manter a eficácia da Lei 2.095/78 – Plano Diretor
Lei n.º 5.793	de 16.07.13	Altera redação do art. 1º da Lei N.º 5.739 de 28.12.12 – Plano diretor
LC n.º 5.877	de 13.01.14	Dispõe sobre o Código de Obras do Município.
LC n.º 5.878	de 13.01.14	Permite a instituição de condomínio de lotes por unidade autônoma para fins residenciais
LC n.º 5.879	de 13.01.14	Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município.
LC n.º 5.880	de 13.01.14	Institui o Perímetro da Macrozona Urbana do Município
LC n.º 5.881	de 13.01.14	Dispõe sobre a instituição do Código de Posturas do Município.
Lei n.º 5.882	de 13.01.14	Dispõe sobre o Sistema Viário do Município.
LC n.º 5.883	de 13.01.14	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo do Município
Lei n.º 5.977	de 02.09.14	Altera a redação dos arts. 42 e 45 da LC 5.879/14-Parcelamento do Solo (vigência da lei-projetos já protocolizados)
LC n.º 6.225	De 03.11.15	Altera a redação do art. 104, § 1º, da Lei Complementar nº 4.759, de 06 de novembro de 2007, que reestrutura o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Montenegro.

PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA

Lei nº 5.162	de 09.10.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (elaboração plano diretor de mobilidade urbana)
--------------	-------------	--

PLANTÃO MÉDICO

Lei nº 3.922	de 18.08.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir programa no Plano Plurianual – PPA 2002-2005 e dá outras providências. (Plantão de emergência/urgência da SMSAS).
--------------	-------------	--

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME

Lei n.º 6.132 de 23.06.15 Aprova o Plano Municipal de Educação – PME.

PLANTA DE VALORES

L.C. nº 3.169 de 27.11.96 Dispõe sobre as novas bases da Planta de Valores para cálculo do IPTU/97 e dá outras providências.

Lei nº 5.353 de 19.11.10 Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 358.500,00 (recadastramento imobiliário)

Lei n.º 5.649 de 02.07.12 Abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (recadastramento imobiliário zona urbana)

PLANO PLURIANUAL – PPA

Lei nº 2.677 de 05.10.90 Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Montenegro, para o período de 1991/1993.

Lei nº 2.751 de 08.10.91 Acrescenta ao Plano Plurianual do Município de Montenegro, aprovado pela Lei nº 2.677 de 05.10.90, o que dispõe (adendo).

Lei nº 2.769 de 22.11.91 Fixa datas para o encaminhamento e votação dos Projetos de Leis relativos ao Plano Plurianual do Município, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento anual.

Lei nº 2.795 de 30.12.91 Inclui meta no Plano Plurianual do município para o período de 1991-1993.

Lei nº 2.889 de 04.12.92 Inclui meta no Plano Plurianual do Município para o período de 1991/1993, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município para o ano de 1992.

Lei nº 2.932 de 28.07.93 Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Montenegro, para o período de 1994/1997.

Lei nº 2.985 de 15.03.94 Inclui meta no Plano Plurianual do Município para o período de 1994/1995, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1994.

Lei nº 3.005	de 30.08.94	Altera redação/inclui metas no Plano Plurianual do município para o período de 1994-1997.
Lei nº 3.044	de 15.03.95	Inclui meta no Plano Plurianual para o período de 1994-1997 e Lei de Diretrizes Orçamentárias – 1995.
Lei nº 3.082	de 08.09.95	Altera redação/inclui metas no Plano Plurianual do município para o período de 1994-1997.
Lei nº 3.161	de 25.09.96	Altera redação/inclui metas no Plano Plurianual do município para o período de 1994-1997.
Lei nº 3.213	de 21.07.97	Dispõe sobre o Plano Plurianual do município de Montenegro para o período de 1998-2001. (c/ veto rejeitado).
Lei nº 3.265	de 16.03.98	Inclui programa no Plano Plurianual do Município, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1998 e autoriza abertura de crédito especial.
Lei nº 3.285	de 25.05.98	Inclui programa no Plano Plurianual do Município, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1998 e autoriza abertura de crédito especial.
Lei nº 3.311	de 03.08.98	Inclui programa no Plano Plurianual do Município e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1998 e autoriza abertura de crédito especial.
Lei nº 3.320	de 28.08.98	Altera o Plano Plurianual do Município de Montenegro.
Lei nº 3.347	de 27.11.98	Autoriza o Poder Executivo a promover a participação do Município de Montenegro na implantação do Consórcio dos Municípios do Vale do Rio Caí – COMVARC, sua projeção, instalação e funcionamento, abre crédito especial e dá outras providências.
Lei nº 3.399	de 18.06.99	Autoriza o pagamento de despesas de passagem e hospedagem a convidados oficiais do Município e dá outras providências.
Lei nº 3.420	de 05.08.99	Inclui programa no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Lei nº 3.423	de 19.08.99	Inclui programa no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Lei nº 3.428	de 06.09.99	Altera o Plano Plurianual do município de Montenegro.
Lei nº 3.519	de 05.06.00	Inclui programa no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias
Lei nº 3.530	de 25.07.00	Inclui programa no Plano Plurianual e na LDO – Fumdema.
Lei nº 3.533	de 28.07.00	Fixa datas para o encaminhamento e votação dos projetos de leis relativos ao Plano Plurianual, LDO e Orçamento A.
Lei nº 3.549	de 23.10.00	Inclui programas no Plano Plurianual de investimentos para o período de 1998/2001.
Lei nº 3.617	de 06.07.01	Inclui meta no Plano Plurianual 1998-2001.
Lei nº 3.618	de 06.07.01	Exclui meta da LDO 2001 e inclui meta Plano Plurianual 1998-2001 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2001.
Lei nº 3.629	de 15.08.01	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2002/2005.
Lei nº 3.730	de 20.05.02	Inclui meta e reduz valores de Meta Prioritária no plano Plurianual – PPA 2002-2005 e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 (Banco da Terra).
Lei n.º 3.789	de 02.09.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$34.774,32 e dá outras providências.
Lei n.º 3.793	de 16.09.02	Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$137.090,05, Operação de Crédito do FUNDOPIMES, e dá outras providências.
Lei n.º 3.797	de 16.09.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$3.480,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.808	de 14.10.02	Acrescenta/reduz valores às metas e inclui meta no Plano Plurianual – PPA 2002-2005 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.833	de 27.11.02	Inclui metas no Plano Plurianual – PPA 2002-2005.

Lei n.º 3.856	de 31.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a permutar uma área de 1.405,35m ² , por outra de igual metragem, e dá outras providências.
Lei n.º 3.922	de 18.08.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir programa no Plano Plurianual – PPA 2002-2005 e dá outras providências. (Plantão de emergência/urgência da SMSAS).
Lei n.º 3.928	de 01.09.03	Inclui, acrescenta e altera programas/ações no Plano Plurianual – PPA 2002-2005. (Executivo, Legislativo e Fundarte).
Lei n.º 3.966	de 03.11.03	Institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores municipais e dá outras providências.
Lei n.º 4.117	de 15.09.04	Inclui programas/ações no Plano Plurianual – PPA 2002-2005.
Lei n.º 4.227	de 28.06.05	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 275.476,78 (SMOP - Asfalto Rua Fernando Ferrari).
Lei n.º 4.228	de 28.06.05	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 323.308,55 – SMOP - Calçamento Rua Boa Vista.
Lei n.º 4.242	de 18.07.05	Autoriza o Executivo a incluir Programa no PPA 2002/5 e incluir meta na LDO 2005 (Tratamento antipó Estrada Santos Reis).
Lei n.º 4.256	de 19.08.05	Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o período de 2006 a 2009.
Lei n.º 4.261	de 29.08.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a OASE, abrir crédito especial no valor de R\$ 464.872,50 e a incluir programa no PPA 2002/5 e meta na LDO 2005 (Projeto Salvar).
Lei n.º 4.265	de 13.09.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 4.000,00, incluir programa no PPA 2002/5 e incluir meta na LDO 2005 (aquisição imóvel invadido Bruno Andrade).
Lei n.º 4.269	de 26.09.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 30.000,00, incluir programa no PPA 2002/5 e meta na LDO 2005 (iluminação pública RST 470 e RS 287).
Lei n.º 4.284	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir ação em programa do PPA 2002-2005 e meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$

		157.887,42 (calçamento e microdrenagem Rua Getulio Vargas).
Lei n.º 4.285	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir ação em programa PPA 2002-2005 e meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 44.404,04 (calçamento e microdrenagem Rua Emílio Leinritz).
Lei n.º 4.386	de 19.01.06	Autoriza Executivo alterar e incluir ação no PPA, incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 300.000,00 – SMAM (Incentivo Produção Primária).
Lei n.º 4.425	de 05.04.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a CDL para realização da ExpoMonte, abrir crédito especial de R\$ 100.000,00 e excluir e incluir ações no PPA 2006/9.
Lei n.º 4.438	de 26.04.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO/06 e abrir crédito especial de R\$ 180.000,00 (aquisição imóvel-creches).
Lei n.º 4.439	de 28.04.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Estado do RS, através da Secretaria dos Transportes, p/ execução obras no Aeródromo, incluir ação no PPA 2006/09, na LDO/06, abrir crédito especial R\$ 67.557,15.
Lei n.º 4.440	de 02.05.06	Autoriza o Executivo a excluir e alterar ações do PPA 2006/09 e da LDO 2006 (Creches).
Lei n.º 4.453	de 22.05.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006-2009 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 18.548,57 (reforma Unidade Básica de Saúde).
Lei n.º 4.472	de 19.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 30.000,00 (veículo guarda municipal).
Lei n.º 4.524	de 11.09.06	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA 2006-2009 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 100.000,00 – SMSAS (aquisição de veículo).
Lei n.º 4.537	de 02.10.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 92.523,00 (reforma/ampliação CAPS, aquis. material e equipamentos).
Lei n.º 4.539	de 09.10.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 210.000,00 (reforma/ampliação farmácia e almoxarifado central da SMSAS)

Lei n.º 4.550	de 25.10.06	Autoriza Executivo excluir ação da LDO 2006, incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 37.500,00 – SMAM (implant. rede de água zona rural).
Lei n.º 4.552	de 06.11.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 18.548,57, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007 e incluir ação na LDO 2007 (SMSAS - reforma Posto de Saúde).
Lei n.º 4.557	de 13.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial R\$ 37.000,00 (asfaltamento área aterro sanitário).
Lei n.º 4.564	de 21.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 9.700,00 (SMAM – aquisição equipamentos p/Casa Produtor Rural).
Lei n.º 4.612	de 26.02.07	Autoriza o Executivo a incluir ação em programa do PPA, alterar e incluir ação na LDO 2007 (aquisição rolo compressor).
Lei n.º 4.622	de 20.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação em Programa do PPA e na LDO 2007, abrir crédito especial de R\$ 77.205,00 – SMSAS (ampliação PSF Senai)
Lei nº 4.730	de 08.10.07	Autoriza o Executivo a incluir ação em Programa do PPA e na LDO 2007, abrir crédito especial de R\$ 223.890,75 (construção ginásio poliesportivo EMEF José Pedro Steigleder)
Lei nº 4.748	de 22.10.07	Dispõe s/ a revisão anual do Plano Plurianual – PPA 2006/2009.
Lei nº 4.867	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação no PPA 2006-2009, a incluir cred espec no vlr. de 4.392.049,24 – Macrodrenagem Arroio Montenegro.
Lei nº 4.893	de 16.06.08	Autoriza o Executivo excluir ações da LDO/08, incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 34.543,00 (iluminação Av. Itália)
Lei nº 4.919	de 18.07.08	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 78.376,08 (ampliação PSF bairro Senai)
Lei nº 4.954	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação em programa do PPA 2006/2009 na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 25.799,45 (equipamentos Hospital Montenegro)

Lei nº 5.009	de 29.12.08	Autoriza o Executivo a incluir programa e ações no PPA 2006-2009 (incentivo à produção primária; planos de saúde p/ CCs, remodelação de Parque Centenário; Pavimentação rua Reinaldo Hoerlle).
Lei nº 5.129	de 21.08.09	Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA p/ o período de 2010 a 2013
Lei nº 5.146	de 15.09.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 404.413,24 (construção de Centro Comunitário Bela Vista)
Lei nº 5.147	de 15.09.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 600.100,00 (transporte escolar rural)
Lei nº 5.162	de 09.10.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (elaboração plano diretor de mobilidade urbana)
Lei nº 5.178	de 09.11.09	Inclui ação no Plano Plurianual 2006-2009, na LDO 2009 e abre crédito especial no valor de R\$ 19.800,00 (Estudo de planejamento da circulação viária e tráfego do município de Montenegro)
Lei nº 5.187	de 30.11.09	Ratifica termo de adesão firmado com o Estado, inclui ação no PPA e LDO e abre crédito especial de R\$ 120.000,00
Lei nº 5.207	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 180.000,00 (Construção Centro de Referência em Assistência Social)
Lei nº 5.208	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 142.393,81 (microdrenagem e calçamento da Rua Canadá)
Lei nº 5.210	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 130.576,42 (Construção de galpão de reciclagem-B. Estação)
Lei nº 5.249	de 12.04.10	Inclui ação no PPA, na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (elaboração Plano de Saneamento Básico)
Lei nº 5.254	de 16.04.10	Inclui ação no PPA, na LDO/2010 e abre crédito especial de R\$ 2.500,00 (Construção de escadarias na Rua Valeska Lampert)

Lei nº 5.277	de 10.06.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 379.794,11 (construção de trevos de acesso a Doux Frangosul).
Lei nº 5.312	de 13.08.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 160.000,000 (aquisição de caminhão caçamba-SMAM).
Lei nº 5.329	de 21.09.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ações na LDO e abre crédito especial de R\$ 850.000,00 (recuperação da malha viária rural e bueiros)
Lei nº 5.332	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 117.807,36 (implantação de Telecentro-Bairro Timbaúva)
Lei nº 5.333	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 427.589,00 (incentivo à citricultura)
Lei nº 5.335	de 04.10.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 925.072,52 (Pavimentação Transcitrus)
Lei nº 5.338	de 04.10.10	Inclui ruas no Anexo II – Relação de Vias Urbanas a Pavimentar do PPA 2010-2013, Lei 5.129/09
Lei nº 5.341	de 15.10.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 7.525,00 (Projeto Cidade Digital)
Lei n.º 5.397	de 11.03.11	Inclui atividade no PPA 2010-2013, ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 58.990,00 (Calçamento na localidade de Rua Nova)
Lei n.º 5.438	de 27.05.11	Inclui ações no PPA 2010-2013, exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre créditos especiais. (Construção de quadras de esportes- Bairros Aeroclube e Timbaúva, EMEF José Pedro Steigleder – Microdrenagem e Pavimentação Estrada Antônio Inácio de Oliveira Filho; construção do Ginásio São João; Capeamento Asfáltico da Rua Capitão Cruz; Construção do CRAS; iluminação e semáforos Ramiro Barcelos; construção de quadra coberta em Alfama)
Lei n.º 5.466	de 30.06.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 5.127.415,57 (Macro drenagem do Arroio São Miguel)
Lei n.º 5.483	de 19.07.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 412.700,00 (construção de ponte/Arroio São Miguel)
Lei n.º 5.498	de 26.08.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.617.500,00

		(Inclusão digital – aquisição equipamentos tecnologia educacional).
Lei n.º 5.548	de 19.12.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 160.808,49 (Construção Centro Comunitário Germano Henke)
Lei n.º 5.550	de 19.12.11	Inclui programas e ações no Plano Plurianual – PPA 2010-2013 (Secretarias – Renovação e ampliação de frota – CRAS – CREAS – Saúde da Mulher – Regionalização do Turismo – Pavimentação de vias urbanas: Rua Artidor Rodrigues da Costa – Rua Carlos Correa da Silva – Rua Adão Luiz Kauer – Via J)
Lei n.º 5.624	de 14.05.12	Inclui ação/projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 44.000,00 (ampliação do galpão de reciclagem de lixo – Potreiro Grande)
Lei n.º 5.669	de 16.07.12	Inclui ação/projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 124.825,00 (construção de Unidade Básica de Saúde em Costa da Serra)
Lei n.º 5.714	de 22.10.12	Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)
Lei n.º 5.775	de 06.05.13	Ratifica Termo de Compromisso com o Estado do RS, inclui atividade no PPA 2010-2013, ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 58.330,00 (aquisição de equipamentos e materiais permanentes e material de consumo para a quadra poliesportiva do bairro senai).
Lei n.º 5.810	de 26.08.13	Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o período de 2014 a 2017 (Com parte vetada Promulgado pela Câmara em 02.09.13)
Lei n.º 5.812	de 26.08.13	Autoriza a firmar convênio com a União, incluir ação no PPA 2010 – 2013 e a abrir crédito especial no valor de R\$ 745.221,62 (ProJovem).
Lei n.º 5.833	de 27.09.13	Inclui ações no Plano Plurianual PPA 2014 – 2017. (Fibra ótica para secretarias e videomonitoramento; reestruturação sala datacenter; Sistema telefonia IP – VOIP; ampliação quadro de pessoal; Assessoria tributária; Aquisição de equipamentos Bolsa Família; Aquisição de equipamentos de informática – SMEC; Aquisição de implementos agrícolas; Transcitrus; Legalização área e reforma EMEF Adolfo Schüller; Incentivos; Pavimentação pista de caminhada do Parque Centenário)

Lei n.º 5.849	de 29.10.13	Inclui no PPA 2010-2013 e na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 645.000,00 (Aquisição de equipamentos para o Hospital Montenegro – Consulta Popular)
Lei n.º 6.007	de 13.10.14	Inclui ação/projeto no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 1.010.120,25 (construção EMEF no bairro Senai)
Lei n.º 6.016	de 27.10.14	Inclui ação no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 214.500,00 (revitalização rua Ramiro Barcelos)
Lei n.º 6.044	de 05.12.14	Inclui programa no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 15.200,00 (projetos de infraestrutura urbana de diversas ruas)
Lei n.º 6.176	de 24.07.15	Inclui programa no PPA 2014- 2017 e na LOA 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 100.000,00 (Aquisição Uniforme Escolar).
Lei n.º 6.218	de 15.10.15	Inclui ações no Plano Plurianual – PPA 2014-2017 (ampliação da infraestrutura urbana).

PODER JUDICIÁRIO

Lei n.º 623	de 04.12.53	Autoriza o Executivo Municipal a constituir advogado.
Lei nº 778	de 11.07.05	Autoriza a cobrança judicial de dívida do município de Caí.
Lei nº 1.064	de 12.11.58	Autoriza o chefe do Executivo a impetrar mandato de segurança contra o plebiscito a realizar-se em Barão, 4º distrito deste município referente a emancipação de Carlos Barbosa.
Lei nº 1.102	de 23.07.59	Autoriza o chefe do Executivo a ingressar em Juízo e adotar outras providências contra o plebiscito de Barão.
Lei nº 1.446	de 11.12.63	Autoriza impetrar mandato de segurança contra a inclusão de áreas no novo município de Salvador do Sul.
Lei nº 1.475	de 30.12.63	Idem, idem.
Lei nº 1.476	de 30.12.63	Abre crédito especial de Cr\$400.000,00 p/ pagamento de honorários advocatícios.
Lei nº 1.462	de 19.12.63	Ratifica despesa paga a advogado, etc.
Lei nº 1.499	de 20.01.64	Revoga a Lei nº 1.446/63 e outras.

Lei nº 4.803	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Tribunal de Justiça do RS.
Lei n.º 5.720	de 20.11.12	Firma convênio com a Justiça Federal de Primeiro Grau-Seção Judiciária do RS para a locação de espaço físico e cedência de dois estagiários.
Lei n.º 5.832	de 27.09.13	Firma convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (cedência de 2 funcionários)
Lei nº 6.036	de 10.11.14	Firma convênio com o Poder Judiciário do Estado RS para manutenção do Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida.
Lei nº 6.037	de 10.11.14	Firma convênio com o Poder Judiciário do Estado RS (cedência de 01 servidor)
Lei n.º 6.137	de 29.06.15	Firma convênio com o Poder Judiciário do Estado do RS para a cedência de dois estagiários.

POLÍCIA CIVIL

Lei n.º 2.931	de 27.07.93	Autoriza o repasse de 160 VRMs à Polícia Civil deste Município.
Lei nº 4.924	de 28.07.08	Autoriza o Executivo alterar redação do art. 2º da Lei nº 4.477/06, que autoriza convênio com o CONSEPRO.
Lei nº 5.044	de 24.03.09	Altera redação do art. 1.º da Lei n.º 4.477/06, que autoriza o Executivo firmar convênio com o CONSEPRO (manutenção Posto Atendimento Mulher)

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Lei n.º 4016	de 15.01.04	Dispõe sobre a reserva de vagas para afro-brasileiros(as) em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências.
Lei n.º 4038	de 19.3.04	Altera dispositivos da Lei n.º 4016, de 15 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a reserva

de vagas para afro-brasileiros(as) em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências.

POLÍTICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Lei n.º 3.739	de 13.06.02	Dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 3.978	de 18.11.03	Acrescenta parágrafo ao artigo 13 e altera a redação do artigo 14 da Lei 3739/2002 – Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Montenegro. (abertura de valas para enterro de animais)
Lei n.º 4.313	de 07.11.05	Altera a redação do inciso II do art. 4º da Lei n.º 3.739/02, que dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.401	de 06.03.06	Altera redação de artigos da Lei nº 3.739/02.
Lei n.º 5.273	de 31.05.10	Altera a redação do inciso II do art. 4.º da Lei 3.739/02, que dispõe sobre a Política de incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social de Montenegro e dá outras providências.
Lei nº 5.477	de 11.07.11	Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor individual para o Município de Montenegro

POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Lei n.º 3.664	de 05.11.01	Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.
Lei nº 3.739	de 13.06.02	Dispõe sobre a política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município.

POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 5.328	de 21.09.10	Reformula e consolida a legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMCRAD; O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar
Lei nº 5.400	de 18.03.11	Altera a redação do art.70 da Lei n.º 5.328/10, que reformula e consolida a Legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o COMCRAD; o Fundo Municipal e o Conselho Tutelar.
Lei nº 5.772	de 06.05.13	Altera os arts. 14, 70 e 72 da Lei nº 5.328/10, a qual reformula e consolida a legislação que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMCRAD; o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.

PÓLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Lei n.º 3.332	de 13.10.98	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à instalação da empresa Pólo Ind. E Com. Ltda.
---------------	-------------	---

POKER COM E IND DO VESTUÁRIO LTDA

Lei nº 2.917	de 27.04.93	Autoriza o Executivo Municipal a doar uma área de terras para a instalação da Poker.
Lei nº 3.072	de 12.07.95	Autoriza doação uma área de terras para Poker.
Lei nº 3.210	de 21.07.97	Autoriza a revogação de parágrafos das leis nº 2.917/93 e 3.072/93; o aditamento das escrituras públicas nº 8.028 e 25.392, e dá outras providências.
Lei nº 3.310	de 03.08.98	Autoriza o E.M. a doar 120 cargas de aterro para a empresa Poker – C.I. Vest.

Lei nº 3.388 de 12.04.99 Autoriza o Executivo Municipal a doar 150 cargas de aterro para a empresa Poker Comércio e Indústria do Vestuário Ltda.

POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei nº 3.152	de 20.08.96	Estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações, critérios de atendimento aos munícipes necessitados e dá outras providências.
Lei nº 3.281	de 04.05.98	Altera art. Lei nº 3.152, de 20.08.96, que estabelece a Política Mun. de Assist. Social, as respectivas ações, critérios de atendimento aos munícipes necessitados e dá outras providências.
Lei nº 3.499	de 10.04.00	Estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações, critérios de atendimento aos munícipes usuários, e dá outras providências.
Lei nº 3.885	de 14.04.03	Acrescenta inciso no art. 4º da Lei nº 3.499, de 10 de abril de 2000, que estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações, critérios de atendimento aos munícipes usuários, e dá outras providências.
Lei nº 3.890	de 02.05.03	Altera o inciso VII, do art. 4º da Lei nº 3.499, de 10 de abril de 2000, que estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações, critérios de atendimento aos munícipes usuários, e dá outras providências.
Lei nº 3.923	de 18.08.03	Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 3.499, que estabelece a Política Municipal de Assistência Social e dá outras providências (fornecimento de fraldas descartáveis).
Lei n.º 4.319	de 17.11.05	Acrescenta inciso ao art. 4º Lei nº 3.499/00 (almofada d'água).
Lei n.º 5.484	de 26.07.11	Estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações e critérios de atendimento aos munícipes usuários.

Lei n.º 5.711 de 19.10.12 Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 223.260,00 (Equipamentos e material permanente – ACESSUAS).

PORTA DE SEGURANÇA

Lei nº 3.032 de 28.12.94 Torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias e dá outras providências.

Lei nº 3.109 de 18.12.95 Altera redação do art. 3º da Lei nº 3.032 de 28.12.94.

PÓRTICOS

Lei n.º 4.623 de 20.03.07 Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 100.073,60 – SMIC (Construção de pórticos)

Lei n.º 4.624 de 20.03.07 Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 100.073,60 – SMIC (Construção de Pórticos).

Lei nº 4.884 de 26.05.08 Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e a abrir créd espec de R\$200.145,20-constr de pórticos

Lei nº 5.035 de 16.02.09 Autoriza Executivo a abrir crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos).

Lei nº 5.224 de 30.12.09 Abre crédito especial de R\$ 7.495,52 (aditivo contrato p/ construção Pórtico RS 240)

Lei n.º 5.390 de 21.02.11 Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos)

Lei n.º 5.427 de 16.05.11 Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos RS 240)

Lei n.º 5.536 de 06.12.11 Abre crédito especial de R\$ 58.474,38 (devolução recurso – construção pórtico)

Lei nº 6.141 de 08.07.15 Abre crédito especial no valor de R\$ 91.027,52 (Devolução do Saldo – Construção de Pórtico).

POSTO DE ATENDIMENTO À MULHER

Lei n.º 4.477 de 26.06.06 Autoriza o Executivo firmar convênio com o Consepro (Posto de Atendimento à Mulher).

POSTO DE ATENDIMENTO MÉDICO-PAM

Lei n.º 5.655 de 02.07.12 Contratação temporária e administrativa de 01 Enfermeiro para atuar na SMS/PAM.

Lei nº 5.044 de 24.03.09 Altera redação do art. 1.º da Lei n.º 4.477/06, que autoriza o Executivo firmar convênio com o CONSEPRO (manutenção Posto Atendimento Mulher)

Lei n.º 5.781 de 07.06.13 Contratação, temporária e administrativa, de 02 Auxiliares de Consultório Dentário.

Lei n.º 5.822 de 16.09.13 Autoriza a contratar, temporária e administrativamente, Médicos e enfermeiros. (Posto Timbaúva, PAM, UBS)

Lei n.º 5.874 de 30.12.13 Autoriza a contratar, temporária e administrativamente 2 Auxiliares de Consultório Dentário.

Lei nº 5.959 de 18.08.14 Abre crédito especial de R\$ 26.575,00 (incentivo qualificação do Programa pré-natal Rede Cegonha).

Lei nº 6.046 de 05.12.14 Contratação, temporária e administrativa, de 02 Atendentes de Farmácia

POSTO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL – PIA

Lei n.º 3.283 de 20.05.98 Autoriza o Executivo Municipal a renovar convênio para a manutenção do Posto de inseminação Artificial – PIA, instalado em Montenegro.

Lei n.º 3.371 de 31.12.98 Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio para a manutenção do Posto de inseminação Artificial – PIA, instalado em Montenegro.

Lei n.º 3.589 de 03.05.01 Altera o art. 3º da Lei nº 3.371, que autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio para manutenção do Posto de Inseminação Artificial – PIA, instalado em Montenegro.

Lei n.º 3.964 de 03.11.03 Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio para manutenção do Posto de

inseminação Artificial – PIA, instalado em Montenegro.

Lei n.º 5.227 de 30.12.09

Firma convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para a reativação do Posto de Inseminação Artificial-PIA

POSTOS DE SAÚDE

Lei nº 2.876 de 03.11.92

Denomina José Mendes Moreira Guedes o Posto Municipal de Saúde instalado em Porto Garibaldi.

Lei nº 2.881 de 16.11.92

Denomina José Írio dos Santos o Posto de Saúde existente em Bananal.

Lei n.º 3.935 de 03.09.03

Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências. (Construção de Posto de Saúde no bairro Germano Henke).

Lei n.º 3.947 de 01.10.03

Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências. (Reforma de prédio para implantação do Posto de Saúde na Vila Esperança).

Lei n.º 4.121 de 27.09.04

Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 229.796,00. (Postos de Saúde, Programa Saúde da Família e aquisição de unidade móvel para a SMSAS)

Lei n.º 4.355 de 19.12.05

Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, da Sociedade Beneficente e Esportiva Santos Reis (Posto de Saúde).

Lei n.º 4.552 de 06.11.06

Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 18.548,57, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 07 (reforma Posto S.–Centro).

Lei nº 4.671 de 02.07.07

Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO e abrir crédito especial de R\$ 10.000,00. (Equipamento e material permanente)

Lei nº 4.706 de 03.09.07

Autoriza o Executivo Municipal a receber imóvel, em doação, de Cláudio Roberto Weschenfelder (postos de saúde)

Lei nº 4.744 de 22.10.07

Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 27.000,00 (PSF)

Lei nº 4.783	de 21.12.07	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 38.000,00 (equipamentos SMSAS)
Lei nº 4.919	de 18.07.08	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 78.376,08 (ampliação PSF bairro Senai)
Lei nº 4.921	de 21.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 102.331,37 (construção PSF Muda Boi)
Lei nº 4.922	de 21.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 79.675,59 (construção PSF Santos Reis)
Lei n.º 5.058	de 14.04.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial e incluir ação na LDO 2009 (construção do posto de saúde de Muda Boi)
Lei n.º 5.118	de 03.08.09	Abre crédito especial de R\$ 2.448,80 (devolução convênio-PSF 2/Senai)
Lei nº 5.157	de 06.10.09	Inclui na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 109.940,00 (equipamentos e material p/ PSF 2- Esperança e PAM)
Lei nº 5.239	de 08.03.10	Contrata, temporária e administrativamente, vários profissionais para atendimento à Estratégia de Saúde da Família-ESF (postos de saúde de Santos Reis, Muda Boi e bairro Esperança)
Lei n.º 5.247	de 06.04.10	Inclui ações na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 128.000,00 (equipamentos SMSAS e postos de saúde e reformas)
Lei nº 5.288	de 28.06.10	Inclui ação no LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 2.500,00 (cercamento do PSF1 – Germano Henke).
Lei nº 5.387	de 25.01.11	Abre crédito especial de R\$ 30.137,61 (devolução de saldo convênio-Saúde)
Lei nº 5.405	de 28.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 24.087,09 (Plano de Desastres Ambientais - reestruturação estabelecimentos de saúde)
LC nº 5.581	de 24.01.12	Cria 3 (três) cargos de Odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.669	de 16.07.12	Inclui ação/projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$

		124.825,00 (construção de Unidade Básica de Saúde em Costa da Serra)
Lei n.º 5.705	de 02.10.12	Recebe terreno, em doação, de Pedro Andreghetto (posto de saúde Bairro Santo Antônio).
Lei n.º 5.716	de 26.10.12	Autoriza adquirir terreno de Remi Paulo Lerner e Lueci Laci Krug Lerner (construção de Posto de Saúde em Costa da Serra).
Lei n.º 5.758	de 11.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Enfermeiro (p/ atuarem na SMS/ESF1 Germano Henke).
Lei n.º 5.809	de 19.08.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 99.890,00 (equipamentos Posto Timbaúva)
Lei n.º 5.822	de 16.09.13	Autoriza a contratar, temporária e administrativamente, Médicos e enfermeiros. (Posto Timbaúva, PAM, UBS)
Lei n.º 5.899	de 18.03.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 99.890,00 (Aquisição de equipamentos para o posto Timbaúva - SMS)

PRAÇAS

Lei n.º 37	de 30.01.48	Abre crédito especial para o exercício de 1948.
Lei n.º 133	de 26.11.48	Concede auxílio para prosseguimento das obras de construção da praça municipal de desportos.
Lei nº 200	de 14.10.49	Dá o nome de Ruy Barbosa a um logradouro público.
Lei n.º 1.254	de 22.08.61	Autoriza a construção de um pedestal na Praça Rui Barbosa, destinado à colocação do busto do eminente estadista Getúlio Dorneles Vargas.
Lei n.º 1.979	de 24.04.84	Praça João Lothário Gerstner
Lei n.º 2.335	de 11.05.84	Denomina a Praça Infantil no Largo da Igreja Matriz Praça Ivo Bühler.
Lei n.º 2.394	de 23.09.85	Dá denominação de Praça Tancredo Neves ao logradouro público existente na Vila São João.

Lei n.º 2.597	de 22.09.89	Autoriza o Executivo Municipal a firmar contrato de concessão para instalação de um sistema de sonorização na Pr. R. Barb.
Lei n.º 2.647	de 13.06.90	Denomina Praça dos Ferroviários um logradouro público.
Lei n.º 2.716	de 26.04.91	Denomina Praça São Pedro um logradouro público.
Lei n.º 2.718	de 30.04.91	Dispõe sobre adoção de praças e logradouros e dá outras providências.
Lei n.º 2.872	de	Denomina Praça das Violetas um logradouro público.
Lei n.º 2.875	de 03.11.92	Denomina Praça da Colina um logradouro público.
Lei n.º 2.882	de 16.11.92	Denomina Praça Julio Rosa Machado um logradouro situado no Bairro Santo Antônio, nesta cidade.
Lei n.º 2.986	de 15.03.94	Denomina Praça da Bíblia um logradouro público.
Lei n.º 3.015	de 16.11.94	Denomina Praça Timbaúva um logradouro público.
Lei n.º 3.073	de 13.07.95	Altera a denominação de um logradouro público (Praça Ferdinand Pölking) – Ex Praça Colina.
Lei n.º 3.191	de 23.04.97	Dispõe sobre as placas indicativas de ruas e praças.
Lei n.º 3.541	de 19.09.00	Denomina Praça João Edvino Derlam um logradouro público.
Lei n.º 3.840	de 13.12.02	Institui o Mercado de artesanato de Montenegro sob a denominação de Feira do Artesanato, Brique e Arte na Praça no Município de Montenegro.
Lei nº 3.842	de 16.12.02	Exclui e reduz valor de metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei nº 3.910	de 08.07.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir metas constantes na LDO 2003 e dá outras providências. (Aquisição de áreas e construção de praças em diversos bairros p/

		pavimentação asfáltica da rua Hans Varelmann) .
Lei n.º 4.132	de 29.10.04	Denomina "Monumento ao Imigrante" o marco existente na Praça João Edwino Derlam.
LC n.º 4.143	de 06.12.04	Altera a redação § 6º do art. 260 da LC 2119 /78 – Código de Posturas (Camelôs na Praça Rui Barbosa)
Lei n.º 4.419	de 29.03.06	Altera redação do art. 1º da Lei n.º 2.647/90 para acrescer denominação a Praça dos Ferroviários.
Lei n.º 4.555	de 06.11.06	Denomina Praça Aeroclube um logradouro público.
Lei n.º 4.807	de 16.01.08	Altera a redação e inclui parágrafo único ao art. 1º da Lei n.º 2.718/91 que dispõe sobre adoção de praças e logradouros (acessibilidade portadores de necessidades especiais).
Lei n.º 4.945	de 08.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 135.000,00 (remodelação Praça Rui Barbosa)
Lei n.º 5.097	de 19.06.09	Denomina Néelson Alves da Silva a Praça localizada no bairro Municipal.
Lei n.º 5.130	de 24.08.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 215.000,00 (remodelação da Praça Rui Barbosa)
Lei n.º 5.250	de 12.04.10	Abre crédito especial de R\$ 5.556,96 (aditivo Praça Ivo Bühler)
Lei n.º 6.208	De 31.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 4.289,30 (aquisição e instalação de brinquedos na Praça Pró-Lurb I e II).

PRAZOS

Lei n.º 5.011	de 29.12.08	Autoriza o Executivo Municipal a prorrogar o prazo constante do art. 1.º da Lei n.º 4.877/08, que institui o Programa de Regularização do Imposto sobre Transmissão "Intervivos" de Bens Imóveis - ITBI
---------------	-------------	---

Lei nº 5.013 de 29.12.08 Autoriza o Executivo prorrogar o prazo para manter suspensa a eficácia da LC n.º 4.759/07 e a manter a eficácia da Lei n.º 2.095/78

PRÉDIOS PÚBLICOS

Lei nº 3.084 de 11.09.95 A presente lei busca facilitar o acesso dos deficientes físicos aos prédios públicos.

Lei n.º 3.517 de 26.05.00 Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico-Cultural do Município, e dá outras providências.

Lei nº 4.686 de 30.07.07 Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 11.580,46. (Prédios públicos-SMOP)

Lei nº 4.769 de 04.12.07 Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/07 e abrir créed esp de R\$19.999,52 (ampliação EMEF José P Steigleder).

Lei nº 4.839 de 31.03.08 Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 34.277,34 (Aditivo elevador Câmara)

Lei n.º 4.901 de 20.06.08 Denomina Ramiro de Araújo Ramos o Ginásio Poliesportivo da localidade de Muda Boi. (autoria Ver. Edgar Becker)

Lei nº 4.905 de 07.07.08 Autoriza o Executivo excluir ação na LDO/08 (reforma da SI de Reuniões e Reforma Prédio Casa do Produtor)

Lei nº 5.161 de 09.10.09 Inclui ação na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 143.615,14 (restauração prédio farmácia dos ferroviários)

Lei nº 5.347 de 22.10.10 Desafeta imóvel e concede cessão de direito real de uso à Câmara Municipal (nova sede)

Lei nº 5.386 de 25.01.11 Abre crédito especial de R\$ 14.029,51 (devolução de saldo convênio-Restauração prédio farmácia dos ferroviários)

Lei n.º 5.555 de 26.12.11 Disciplina a utilização de bens municipais por particulares e dá outras providências.

Lei n.º 6.007 de 13.10.14 Inclui ação/projeto no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 1.010.120,25 (construção EMEF no bairro Senai)

Lei nº 6.072	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e autoriza o abre crédito especial no valor de R\$ 1.016.016,36 (construção EMEF Bairro Estação).
Lei nº 6.073	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 38.873,62 (EMEF Bello Faustino dos Santos).
Lei nº 6.078	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 354.315,58 (manutenção EMEI Emma Ramos de Moraes).
Lei nº 6.079	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 116.041,88 (reforma EMEI Santo Antônio).
Lei nº 6.080	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 190.412,99 (ampliação e reforma da Biblioteca Pública).
Lei n.º 6.215	De 24.09.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 287.173,02 (Construção Prédio Administrativo do Aeródromo Municipal).

PREFEITO E VICE-PREFEITO

Lei n.º 3.140	de 20.05.96	Estabelece atribuições ao Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências.
Lei nº 3.314	de 11.08.98	Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências.
Lei nº 3.542	de 27.09.00	Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências.
Lei nº 3.813	de 17.10.02	Altera a redação do art. 2º da Lei 3.542/00 que fixa os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro.
Lei nº 3.897	de 13.06.03	Altera a redação do art. 2º da Lei 3.542/00 que fixa os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro.
Lei n.º 4019	de 20.01.04	Fixa o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 4034	de 19.03.04	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3542/00, que fixa o subsídios do Prefeito e do

		Vice-Prefeito do Município de Montenegro. (Reajuste de 10% – Prefeito: R\$ 7266,01)
Lei n.º 4379	de 06.01.06	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro. (Reajuste de 10% – Prefeito: R\$ 9020,00)
Lei n.º 4.645	de 18.04.07	Dispõe sobre revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito.
Lei nº 4.842	de 31.03.08	Dispõe s/ a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito
Lei nº 4.862	de 22.04.08	Dispõe s/ a fixação do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito p/ Legislatura 2009-2012
Lei n.º 5.065	de 16.04.09	Dispõe sobre revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito de Montenegro
Lei n.º 5.175	de 03.11.09	Efetuar ressarcimento das custas de funeral do Ex-Prefeito Ivan Jacob Zimmer
Lei n.º 5.258	de 16.04.10	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito (6,50%)
Lei n.º 5.421	de 19.04.11	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município (6%)
Lei n.º 5.609	de 09.04.12	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município (reajuste 5,30%)
Lei nº 5.683	de 06.08.12	Dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito p/ Legislatura 2013-2016
Lei n.º 5.765	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito (2%)
Lei nº 5.914	de 22.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Montenegro (5,40%).
Lei nº 6.105	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Montenegro (7,55%).

PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL

Lei nº 6.122	de 29.05.15	Cria o Prêmio Legislativo de Responsabilidade Social da cidade de Montenegro.
--------------	-------------	---

PRÉ-MOLDADOS CIRIO KLEIN LTDA

Lei n.º 3.483 de 31.12.99

Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivo a instalação da empresa Pré-Moldados Círio Klein Ltda.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Lei n.º 3.588 de 02.05.01

Autoriza o Município de Montenegro a celebrar prestação de contas, bem como efetuar repasse ao Município de São José do Sul.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Lei n.º 3.872 de 24.03.03

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços ao Município, prestarem conta da manutenção dos salários dos funcionários.

LC n.º 5.177 de 09.11.09

Acrescenta artigo à LC nº 4.010/03, Código Tributário do Município (Obrigatoriedade da declaração eletrônica para todos os tomadores de serviços)

PREVENÇÃO DA DENGUE

Lei n.º 3.925 de 22.08.03

Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos adotarem medidas a fim de evitar a existência de criadouros de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* em Montenegro, e dá outras providências.

Lei nº 4.786 de 21.12.07

Autoriza o Executivo a prorrogar contrato de um profissional p/ o Programa de Combate a Dengue.

PRIORIDADE DE ATENDIMENTO EM FILAS

Lei nº 3.221 de 18.08.97

Estabelece prioridade de atendimento, em todas as repartições públicas do Município e estabelecimentos bancários, às pessoas idosas, às portadoras de deficiência física, gestantes e senhoras(es) carregando criança

de colo, ou que apresente alguma enfermidade ou deficiência (física ou mental).

Lei n.º 3.937 de 08.09.03

Altera a redação do artigo 2º da Lei nº 3.221/97 – Estabelece prioridade de atendimento, em todas as repartições públicas do Município e estabelecimentos bancários, às pessoas idosas, às portadoras de deficiência física, gestantes e senhoras (es) carregando criança de colo, ou que apresente alguma enfermidade ou deficiência (física ou mental).

PROCERGS

Lei nº 3.437 de 01.10.99

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com a PROCERGS.

PRODUTORES RURAIS

Lei n.º 3.739 de 13.06.02

Dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Montenegro e dá outras providências.

Lei n.º 3.978 de 18.11.03

Acrescenta parágrafo ao artigo 13 e altera a redação do artigo 14 da Lei 3739/2002 – Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Montenegro. (abertura de valas para enterro de animais)

Lei n.º 4.213 de 03.06.05

Cria o Programa de Desenvolvimento Rural e o Programa de Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural.

Lei n.º 4.313 de 07.11.05

Altera a redação do inciso II do art. 4º da Lei n.º 3.739/02, que dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Montenegro.

Lei n.º 4.401 de 06.03.06

Altera redação de artigos da Lei nº 3.739/02.

Lei n.º 5.227 de 30.12.09

Firma convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para a reativação do Posto de Inseminação Artificial-PIA

LC n.º 5.510 de 04.10.11

Altera a redação da alínea "f" do inciso I e acrescenta § 4º ao art. 30 da LC n.º 4.010/03

– Código Tributário (imóvel destinado à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial).

- Lei nº 5.998 de 29.09.14 Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 212.800,00 (aquisição de calibrador eletrônico de frutas/incentivo à citricultura)
- Lei nº 6.012 de 20.10.14 Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 41.507,70 (aquisição equipamentos para produção sucos cítricos)

PRODUTOS QUÍMICOS

- Lei nº 4.122 de 29.9.04 Dispõe sobre o controle na venda de cola-de-sapateiro e produtos similares no município de Montenegro.

PROFESSORES

- Lei nº 2.387 de 01.07.85 Cria plano de carreira.
- Lei nº 2.412 de 18.03.86 Cria cargo de professor, especialista em educação e de funções gratificadas no magistério público municipal.
- Lei nº 2.479 de 17.11.87 Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 2.387 de 01.07.85 – Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.
- Lei nº 2.600 de 10.10.89 Autoriza o Município a associar-se e ceder professores à Associação Próprio-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro – APCEM.
- Lei nº 2.624 de 15.12.89 Cria cargos de Professor de Magistério Público.
- Lei nº 2.656 de 02.07.90 Dispõe sobre gratificações aos professores estaduais colocados à disposição do Município e dá outras providências.
- Lei nº 3.196 de 19.05.97 Autoriza a contratação temporária de profissionais de educação para atendimento à Rede Municipal de Ensino.
- L.C. nº 3.389 de 23.04.99 Altera os dispositivos da Lei Complementar nº 2637/90, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município.
- Lei nº 3.416 de 23.07.99 Autoriza a contratação temporária de Professores e Auxiliares de serviços Escolares.

Lei nº 3.417	de 23.07.99	Autoriza a contratação temporária de Professores e Auxiliar de Serviços Escolares.
Lei nº 3.487	de 23.02.00	Autoriza a contratação temporária de Professores.
Lei nº 3.489	de 10.03.00	Autoriza a contratação temporária de Professor e Auxiliar de Serviços Escolares.
Lei nº 3.500	de 10.04.00	Autoriza a contratação temporária de Professor.
L.C. nº 3.503	de 24.04.00	Cria cargos de Professor no Quadro do Magistério, instituído pela L.C. nº 2637/90.
Lei nº 3.505	de 24.04.00	Autoriza a contratação temporária de professores.
Lei nº 3.724	de 23.04.02	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, dois professores de Estudos Sociais e um de Língua Estrangeira.
Lei nº 3.756	de 26.06.02	Acrescenta o parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 3.724 de 23.04.02.
L.C. nº 3.862	de 21.02.03	Cria mais dez cargos de Professor no Quadro do Magistério, instituído pela Lei Complementar nº 2.637/90.
Lei nº 3.863	de 21.02.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, três professores – Área II e dá outras providências.
Lei nº 3.894	de 02.06.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um professor de Língua Estrangeira - Inglês.
Lei nº 3.908	de 30.06.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um professor de Língua Portuguesa.
Lei nº 3.927	de 26.08.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um professor de Língua Portuguesa.
Lei nº 3.936	de 08.09.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, dois professores – Área II.
Lei nº 3.941	de 15.09.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um

		especialista em Educação – Supervisão Escolar.
L.C. nº 3.943	de 15.09.03	Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município e dá outras providências.
Lei nº 3.961	de 03.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, dois professores.
L.C. nº 3963	de 03.11.03	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 3943, de 15 de setembro de 2003, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município e dá outras providências.
L.C. nº 4089	de 28.06.04	Altera o § 1.º do art. 45 da Lei Complementar nº 3943, de 15 de setembro de 2003, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município e dá outras providências. (níveis de promoção)
Lei nº 4.195	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, dois professores Área II.
LC nº 4.250	de 02.08.05	Altera o § único do art. 15 e acrescenta o §2º e o art. 47 ^A à LC nº 3.943/03.
Lei nº 4.932	de 08.08.08	Ratifica a cedência de professores e autoriza firmar convênio com a Assoc. Pró-cultura e Educação Comunitária (Instituto São José)
Lei nº 5.041	de 16.03.09	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 480.000,00 (contratação temporária de professores, assistentes e auxiliares de escola)
Lei nº 5.042	de 16.03.09	Autoriza o Executivo a contratar temporária e administrativamente, profissionais para atuarem na SMEC (Professores, Assistentes e Auxiliares de Escola)
Lei nº 5.059	de 14.04.09	Ratifica a cedência de professores e autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.
Lei nº 5.234	de 1º.03.10	Firma convênio c/ Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro (cedência de professores Inst. de Educação São José)
Lei nº 5.436	de 24.05.11	Autoriza a FUNDARTE a contratar, temporária e administrativamente, dois Professores Auxiliares

Lei n.º 5.469	de 30.06.11	Cria cargos de Professor Área I e II no Quadro do Magistério, instituído pela LC n.º 3.943/03.
Lei n.º 5.785	de 17.06.13	Autoriza o Executivo Municipal a excepcionar a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635 de 1990, para prorrogar os contratos temporários dos profissionais da educação. (prorrogar os contratos dos profissionais da Educação)
Lei n.º 5.789	de 1.º.07.13	Contrata, temporária e administrativamente, diversos profissionais para atuarem na SMEC.
Lei n.º 5.724	de 29.07.13	Autoriza a FUNDARTE a contratar, temporária e administrativamente, 1(um) Professor Auxiliar.
Lei n.º 5.904	de 24.03.14	Cria cargos de Professor Área I e Área II no Quadro do Magistério, instituído pela LC n.º 3.943/03.

PROGRAMA BANCO DA TERRA

Lei n.º 3.730	de 20.05.02	Inclui meta e reduz valores no PPA e LDO 2002.
Lei nº 3.731	de 20.05.02	Dispõe sobre a adesão ao Programa Banco da Terra e dá outras providências.

PROGRAMA BOLSA DE FÁBRICA

Lei nº 4.772	de 07.12.07	Autoriza o Executivo a ratificar o vlr. De 13.056,00 utilizado no Progr. Bolsa de Fábr. A ser repassado à ISAEC, firmar convênio e abrir Créd Espec de 19.200,00.
--------------	-------------	---

PROGRAMA DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Lei n.º 5.792	de 15.07.13	Dispõe sobre a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e cria o Programa de Incentivo para o Desenvolvimento Tecnológico do Município de Montenegro.
---------------	-------------	---

PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA – PPV

Lei n.º 5.775	de 06.05.13	Ratifica Termo de Compromisso com o Estado do RS, inclui atividade no PPA 2010-2013,
---------------	-------------	--

ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 58.330,00 (aquisição de equipamentos e materiais permanentes e material de consumo para a quadra poliesportiva do bairro senai).

PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA (BOLSA-ESCOLA)

Lei n.º 3.609	de 25.06.01	Institui o Programa de Renda Mínima Bolsa-Escola no município e dá outras providências.
Lei nº 3.638	de 27.08.01	Altera o caput do art. 4º e acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 3.609, de 25 de junho de 2001, que institui o Programa de Renda Mínima Bolsa Escola no município.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Lei n.º 4369	de 30.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 8328,00 (aquisição de material permanente e equipamento de informática para o Programa Bolsa Família).
Lei nº 4.790	de 28.12.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 30.500,00 (aquisição veículo Bolsa Família)
Lei n.º 5.723	de 07.12.12	Abre crédito especial de R\$ 131.776,74 (FNDE/Bolsa Família – Material de Consumo).

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO - PRODESA

Lei n.º 3.810	de 15.10.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$120.000,00 e dá outras providências.
Lei nº 3.811	de 15.10.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$156.000,00 e dá outras providências.

PROGRAMA DE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-GESTANTE

Lei n.º 5.301	de 27.07.10	Institui o Programa de Prorrogação da Licença Gestante (60 dias)
---------------	-------------	--

PROGRAMA HABITAR-BRASIL

Lei n.º 3.801 de 30.09.02 Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$4.615,93 e dá outras providências.

PROGRAMA INCUBADORA EMPRESARIAL

Lei n.º 3.653 de 16.10.02 Autoriza o Executivo Municipal a receber imóvel em doação da empresa Tanac S.A.

Lei n.º 3.748 de 25.06.02 Regularizações do Programa Incubadora Empresarial; autoriza a Concessão de Uso dos módulos estruturais e dá outras providências.

Lei n.º 3.808 de 14.10.02 Acrescenta/reduz valores às metas e inclui meta no Plano Plurianual – PPA 2002-2005 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.

PROGRAMA CIDADE BONITA

Lei n.º 3.752 de 26.06.02 Acrescenta valor à meta prioritária da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.

Lei n.º 3.808 de 14.10.02 Acrescenta/reduz valores às metas e inclui meta no Plano Plurianual autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 8328,00 (aquisição de material permanente e equipamento de informática para o Programa Bolsa Família).

PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS

Lei n.º 4.046 de 01.04.04 Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 17 Agentes Comunitários de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, e dá outras providências.

Lei n.º 4.093 de 28.06.04 Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 30 (trinta) Agentes Comunitários

		de Saúde e de 1 (um) Enfermeiro para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS.
Lei n.º 4.197	de 29.04.05	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de Excepcional Interesse Público de 30 Agentes Comunitários de Saúde e 1 Enfermeiro para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS.
Lei n.º 4.288	de 13.10.05	Altera o art. 3º da Lei n.º 4.046/04.
Lei n.º 4.290	de 13.10.05	Altera o art. 4º da Lei n.º 4.093/04.
Lei n.º 4.416	de 27.03.06	Autoriza o Executivo conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à equipe do PSF.
Lei n.º 4.444	de 02.05.06	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2635/90 e autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários e emergenciais dos profissionais contratados para PACS e PSF.
Lei n.º 4.483	de 30.06.06	Excepciona regra geral art. 235 da LC 2.635/90 – prorrogar contratos temporários dos Agentes de Campo.
Lei n.º 4.484	de 30.06.06	Excepciona regra geral art. 235 da LC 2.635/90 – prorrogar contratos temporários dos Agentes Comunitários de Saúde
Lei n.º 4.551	de 30.10.06	Autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários dos profissionais contratados para o PACS, PSF e Programa de Combate a Dengue.
Lei n.º 4.712	de 10.09.07	Autoriza o Executivo a reajustar o vlr. do salário constante do art. 3.º da Lei n.º4046/04 que autoriza a contratação de Excepc.Int.Público de 17 Ag. Comum. De Saúde no Progr. De Ag. Com. De Saúde-PACS (de R\$ 400,00 p/ R\$440,17).
Lei n.º 4.714	de 11.09.07	Autoriza o Executivo a reajustar o vlr do salário de Agente Com de Saúde, constante do art 4.º da Lei 4093/04, que autoriza a contratação temporária e administ. de Excep. Int. Público de 30 Ag. Com. De Saúde e 1 Enfermeiro p/ o Progr. De Ag. Com. De Saúde-PACS (de R\$400,00 p/ R\$ 440,00).
Lei n.º 4.768	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a alterar o valor constante da ementa da L 4743/07-PAC's, através da SUSEP (R\$ 13.100,00)

Lei nº 4.797	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF e PACS.
Lei nº 4.892	de 10.06.08	Aut. Contratação Temporária e Administrativa de excepcional interesse público de 12 Agentes Comunitários de Saúde para o PACS e o PSF.
Lei nº 4.914	de 18.07.08	Autoriza Executivo reajustar salário constante do art. 3º, Lei nº 4.046/04, contratação temporária de 17 Agentes Comunitários de Saúde-PACS.
Lei nº 4.917	de 18.07.08	Autoriza o Executivo a reajustar salário constante do art. 4º da Lei nº 4.093/04, contratação temporária de 30 Agentes Comunitários de Saúde e 01 Enfermeiro-PACS.
Lei nº 5.043	de 24.03.09	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.
Lei nº 5.244	de 22.03.10	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.
Lei n.º 5.381	de 30.12.10	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2.635/90 e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde ESF e Dengue.
Lei n.º 5.461	de 20.06.11	Autoriza a convocação de profissionais para atendimento na ESF/PACS.
Lei n.º 5.463	de 20.06.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam na ESF, PACS e Combate à Dengue.
Lei n.º 5.464	de 20.06.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde da SMS.
Lei n.º 5.671	de 18.07.12	Contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 31 Agentes Comunitários de Saúde para ESF e PACS. (Com parte vetada promulgada)

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Lei n.º 5.715	de 26.10.12	Cria o Programa de Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à alimentação escolar no âmbito do Município de Montenegro (aquisição diretamente da agricultura familiar).
Lei n.º 6.134	de 29.06.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 5.473,86 (devolução do saldo do convênio com o governo do estado - aquisição de gêneros alimentícios no ano de 2014).

PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL

Lei n.º 3.980	de 24.11.03	Estabelece condições especiais para aprovação de projetos de edificações enquadradas no Programa de Arrendamento Residencial – PAR e outros programas de habitação popular, e dá outras providências.
Lei n.º 4.321	de 21.11.05	Altera redação do art. 2º da Lei nº 3.980/03.
Lei n.º 4322	de 21.11.05	Concede isenção tributária para implantação Programa de Arrendamento Residencial– PAR.
Lei n.º 4361	de 27.12.05	Altera o art. 5.º da Lei n.º 4322/2005, que concede isenção tributária para a implantação do Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL / INCENTIVO EXPEDIÇÃO NOTAS PRODUTOR

Lei n.º 4.213	de 03.06.05	Cria o Programa de Desenvolvimento Rural e o Programa de Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural.
Lei n.º 4.625	de 22.03.07	Altera a redação do Inciso I, alínea “d” do art 2º da Lei n.º 4.213/05, que cria o programa de desenvolvimento Rural e Incent. À Expedição de NFPR.
Lei n.º 4.991	de 08.12.08	Transforma o parágrafo único em § 1º e acrescenta parágrafos 2º, 3º e 4º ao art. 5º da Lei 4.213/05 que cria Prog. de Desenvolvimento Rural e o Prog. de Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural.
Lei n.º 5.172	de 03.11.09	Altera redação da alínea <i>a</i> e do inciso I e acrescenta alíneas <i>h</i> e <i>i</i> ao inciso I do art. 2.º da Lei 4.213/05, Programa de Desenvolvimento Rural e o Programa de

		Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural.
Lei n.º 5.867	de 30.12.13	Altera Arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º; da Lei 4.213, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural.
Lei nº 5.998	de 29.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 212.800,00 (aquisição de calibrador eletrônico de frutas/incentivo à citricultura)
Lei n.º 6.012	de 20.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 41.507,70 (aquisição equipamentos para produção sucos cítricos)

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI

Lei n.º 4.615	de 06.03.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 2.400,00 (PETI Bolsa).
Lei n.º 5.076	de 18.05.09	Abre crédito especial de R\$ 14.400,00 (PETI)

PROGRAMA DE PARCERIA COMUNITÁRIA

Lei n.º 3.384	de 01.03.99	Autoriza o Executivo Municipal a instituir o PROGRAMA DE PARCERIA COMUNITÁRIA.
Lei nº 3.444	de 12.11.99	Altera dispositivo da Lei nº 3.384 de 01 de março de 1999, que institui o Programa de Parceria Comunitária.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS MONTENEGRO

Lei n.º 4.164	de 14.02.05	Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Pessoa Física e Jurídica – Refis Montenegro PF/PJ.
Lei n.º 5.804	de 19.08.13	Institui o Programa de Recuperação de Créditos Municipais de Pessoas Físicas e Jurídicas-Refis.

PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL-PSH

Lei nº 4.823	de 26.02.08	Autoriza o Executivo firmar convênio de Operação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH (Loteamentos Bela Vista e Vila Esperança)
--------------	-------------	--

Lei nº 5.331 de 28.09.10 Recebe em doação quatro áreas de terra de Transcontinental Empreendimentos Imobiliários Ltda. (galpão de reciclagem de lixo- Loteamento Bela Vista)

PROGRAMA DE VALE-ALIMENTAÇÃO

Lei n.º 3966 de 03.11.03 Institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores municipais e dá outras providências.

Lei n.º 3991 de 12.12.03 Institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo Municipal e dá outras providências.

Lei n.º 4.163 de 14.02.05 Altera redação do § 4º, acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei 3.966/03.

Lei n.º 4.222 de 23.06.05 Altera redação do art. 5º da Lei nº 3.966/03.

Lei n.º 4.629 de 27.03.07 Altera a redação do art. 5º da Lei n.º 3.966/03 – Programa Vale-alimentação Servidores (R\$ 7,00).

Lei n.º 4.646 de 26.04.07 Altera a redação do art. 4.º da Lei n.º 3.991/03, que institui o Programa de Vale Alimentação aos servidores do Legislativo- R\$ 10,00.

Lei n.º 4.750 de 26.10.07 Altera a L 3966/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores municipais (R\$9,00)

Lei n.º 4.753 de 26.10.07 Altera a L 3.991/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 12,00)

Lei n.º 4.814 de 18.02.08 Altera a redação do art. 1.º da Lei 3966/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores municipais (Secretários Municipais).

Lei n.º 4.836 de 31.03.08 Autoriza Executivo alterar a redação do art. 5º da Lei 3.966/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação sevidores do Poder Executivo. (R\$ 10,00)

Lei n.º 4.844 de 31.03.08 Altera redação do art. 4º Lei 3.991/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação Legislativo. (R\$ 14,00)

Lei n.º 5.293 de 14.07.10 Altera redação do art. 4.º da Lei nº 3.991, de 12/12/2003, que institui o Programa de Vale-

		Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 15,50)
Lei n.º 5.346	de 22.10.10	Altera a redação do art. 5º da Lei n.º 3.966/03 – Programa Vale-alimentação Servidores (R\$ 13,00).
Lei n.º 5.494	de 16.08.11	Altera a redação do art. 4.º da Lei 3.991/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 16,50)
Lei n.º 5.604	de 27.03.12	Altera a redação do art. 5.º da Lei n.º 3.966/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores municipais. (R\$15,00)
Lei n.º 5.611	de 09.04.12	Altera redação art. 4.º da Lei n.º 3.991/03– Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 18,50)
Lei n.º 5.836	de 07.10.13	Altera redação do art. 5º da Lei n. 3.966, de 2003, que institui o Vale-Alimentação aos servidores municipais. (R\$ 18,00)
Lei n.º 5.876	de 30.12.13	Altera redação do art. 4.º da Lei n.º 3.991, de 12 de dezembro de 2003, que institui o Programa de Vale alimentação aos servidores do Legislativo Municipal.
Lei n.º 6.011	de 20.10.14	Altera redação do art. 5º da Lei nº 3.966/03- Vale-Alimentação (R\$ 20,00)
Lei n.º 6.062	de 30.12.14	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 3.966/03-Programa de Vale-Alimentação servidores municipais (pecúnia)
Lei n.º 6.205	De 27.08.15	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 3.991/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação aos Servidores do Legislativo Municipal (R\$ 23,20).

PROGRAMA MORAR MELHOR

Lei n.º 3.789	de 02.09.02	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$34.774.32 e dá outras providências.
Lei n.º 3.981	de 25.11.03	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 34.805,89. (devolução de recursos à União)
Lei n.º 4.320	de 18.11.05	Autoriza o Executivo firmar convênio com Governo do RS, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR para

		implantar o Programa Minha Casa e abrir crédito especial no valor de R\$ 266.001,00.
Lei nº 4.745	de 22.10.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 7.538,82 (Prolurb III)
Lei nº 4.817	de 25.02.08	Autoriza o Executivo Municipal abrir crédito especial de R\$ 60,51 (devolução saldo Prolurb).

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV

Lei n.º 5.122	de 10.08.09	Condições especiais p/ aprovação de projetos de edificações do Programa Minha Casa Minha Vida
Lei n.º 5.123	de 10.08.09	Concede isenção tributária para a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV
Lei n.º 5.216	de 30.12.09	Estabelece condições especiais p/ aprovação de projetos de parcelamento de solo sob a forma de Condomínio Residencial enquadradas no Programa Minha Casa Minha Vida (Prolurb V – Bairro Cinco de Maio)
Lei n.º 5.410	de 04.04.11	Acrescenta incisos e altera redação do art. 2º da Lei nº 5.122/09, que estabelece condições especiais p/ aprovação de projetos de edificações enquadradas no Programa Minha Casa Minha Vida
Lei n.º 5.885	de 20.01.14	Doa à Caixa Econômica Federal, em nome do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, área de sua propriedade para operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida.
Lei n.º 5.886	de 20.01.14	Altera a redação do art.2.º da Lei n.º 5.122 que estabelece condições especiais para aprovação de projetos de edificações enquadradas no programa Minha casa Minha vida.
Lei n.º 5.887	de 20.01.14	Altera a redação do art.3.º da Lei n.º 5.123, que concede a isenção tributaria para a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida.

PROGRAMA MUNICIPAL ANTIDROGAS – PROMAD

Lei n.º 5.987 de 09.09.14 Institui o Programa Municipal Antidrogas-PROMAD.

PROGRAMA MUNICIPAL DE DESPORTO

Lei n.º 4.653 de 14.05.07 Institui o Programa Mun de Desporto e autoriza o Executivo a abrir crédito especial no vlr de R\$ 15.000,00.

Lei n.º 4.663 de 04.06.07 Altera a redação do *caput* do art. 9º da Lei nº 4.653/07, Programa Municipal do Desporto e autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.000,00. (esporte)

PROGRAMA MUNICIPAL DE PREMIAÇÃO A CONSUMIDORES

Lei n.º 6.006 de 13.10.14 Institui o Programa Municipal de Premiação a Consumidores, mediante utilização da Plataforma da Nota Fiscal Gaúcha do Estado do RS.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

Lei n.º 3.511 de 22.05.00 Autoriza o Executivo doar ao Estado do RS diversos equipamentos e material permanente, visando o desenvolvimento do PNAE.

Lei n.º 3.875 de 07.04.03 Autoriza o Executivo doar ao Estado do RS diversos equipamentos e material permanente, visando o desenvolvimento do PNAE.

Lei n.º 3.920 de 11.08.03 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e dá outras providências.

Lei n.º 4.125 de 04.10.04 Autoriza o Executivo doar ao Estado do RS diversos equipamentos e material permanente, visando o desenvolvimento do PNAE.

Lei n.º 5.859 de 26.11.13 Abre crédito especial no valor de R\$ 43.800,00(Merenda escolar – PEAE).

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM CRECHES – PNAC

Lei n.º 3960 de 03.11.03 Altera o art. 1.º da Lei n.º 3955, de 13 de outubro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e dá outras providências. (Merenda Escolar)

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF

Lei n.º 3.809 de 15.10.02 Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$51.711,60 e dá outras providências.

Lei n.º 3.812 de 15.10.02 Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$86.503,30 e dá outras providências.

Lei n.º 3.826 de 11.11.02 Altera a redação do art. 1.º, da Lei n.º 3.812, de 15 de outubro de 2002, que autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$86.503,30 e dá outras providências. (Implantação de rede de água em sobrado e reforma do pavilhão 22 de novembro).

Lei nº 3.827 de 11.11.02 Altera a redação do art. 1.º, da Lei n.º 3.809, de 15 de outubro de 2002, que autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$51.711,60 e dá outras providências. (Construção do Mercado Público Municipal).

Lei n.º 4053 de 26.4.04 Altera a redação do art. 9.º, da Lei n.º 2973, de 10 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Rotativo de Desenvolvimento Agropecuário do Município, e dá outras providências.

Lei n.º 4101 de 26.7.04 Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 84.228,57. (devolução de recursos do Pronaf à União)

PROGRAMA NOTA FISCAL DÁ PRÊMIO

Lei n.º 4.617	de 09.03.07	Autoriza o Executivo a criar o Programa Nota Fiscal dá Prêmio.
Lei nº 4.784	de 21.12.07	Autoriza o Executivo a alterar redação do art. 6º da Lei 4.617/07 – Programa Nota Fiscal dá Prêmio.
Lei nº 4.885	de 26.05.08	Aut.Exec. a alterar a redação do § 7.º da L 4617/07, que autoriza o Executivo a criar o Programa <i>NF dá Prêmio</i> (<i>vlr.mín.R\$2,00</i>).
Lei nº 5.192	de 4.12.07	Altera redação do § 2º do art. 6º, § 1º do art. 7º e do parágrafo único e caput do art. 9º da Lei nº 4.617/07, que cria o Programa Nota Fiscal dá Prêmio
Lei n.º 6.006	de 13.10.14	Institui o Programa Municipal de Premiação a Consumidores, mediante utilização da Plataforma da Nota Fiscal Gaúcha do Estado do RS.

PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR-PIM

Lei n.º 4.067	de 17.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 10 (dez) Visitadores para atender ao Programa Primeira Infância Melhor, e dá outras providências.
Lei n.º 4090	de 28.6.04	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 01 (um) Auxiliar de Enfermagem para atender ao Programa Primeira Infância Melhor – PIM.
Lei n.º 4.231	de 01.07.05	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de 10 (dez) Visitadores para atender ao PIM.
Lei nº 4.244	de 29.07.05	Autoriza o Executivo alterar redação do art. 6º da Lei 4.067/04.
Lei n.º 4.716	de 11.09.07	Autoriza o Executivo a acrescentar o art. 2.ºA à Lei n.º 4.601/06, que autoriza o Executivo a contratar, temporária e admin. 12 Visitadores para atender ao Progr. Primeira Infância Melhor-PIM.
Lei nº 4.918	de 18.07.08	Autoriza o Executivo reajustar salário constante do art. 2ºA, Lei nº 4.601/06, que autoriza a contratar temporária e administrativamente 12 Visitadores para o PIM.

Lei nº 5.103	de 06.07.09	Contrata, temporária e administrativamente, 15 visitantes p/ atender ao Programa 1.ª infância Melhor.
Lei nº 5.362	de 09.12.10	Concede abono salarial aos Visitadores vinculados ao Programa Primeira Infância Melhor-PIM
Lei nº 5.539	de 09.12.11	Abre crédito especial de R\$ 4.328,03 (restituição Estado-PIM)
Lei n.º 5.559	de 26.12.11	Ratifica convênio com o Estado do RS, através da Secretaria da Saúde. (Cedência do Servidor Cristiano Barreto Kochenborger – PIM)

PROGRAMA SALVAR

Lei n.º 4.261	de 29.08.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a OASE, abrir crédito especial no valor de R\$ 464.872,50 e incluir programa no PPA 2002/5 e LDO 2005.
---------------	-------------	---

PROGRAMA SAMU SALVAR 192

Lei n.º 5.327	de 13.09.10	Firma convênio com a OASE p/ custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.
Lei n.º 5.578	de 24.01.12	Firma convênio com a OASE p/ custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.
Lei n.º 5.653	de 02.07.12	Firma convênio com OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192
Lei n.º 5.754	de 05.04.13	Firma convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192 (R\$ 990.469,00).
Lei n.º 5.920	de 06.05.14	Procede à concessão de uso de bem móvel (Dois veículos para OASE – Samu Salvar 192).
Lei n.º 5.951	de 28.07.14	Acrescenta valor ao inciso I, alínea "a" do art. 1.º da Lei n.º 5.875/13, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2014 (Samu/Salvar).
Lei n.º 5.952	de 28.07.14	Efetua pagamento a OASE referente ao mês de junho de 2014 para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192 e firma convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF/ESF

Lei n.º 3.777	de 05.08.02	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 268.000,00 e dá outras providências.
Lei n.º 4.047	de 01.04.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento no Programa de Saúde da Família – PSF, e dá outras providências.
Lei n.º 4.058	de 27.04.04	Altera redação do art. 4º da Lei 4047/04.
Lei n.º 4.079	de 07.06.04	Altera o art. 3.º da Lei n.º 4047/04.
Lei n.º 4.121	de 27.09.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 229.796,00. (Postos de Saúde, Programa Saúde da Família e aquisição de unidade móvel para a SMSAS).
Lei n.º 4.196	de 29.04.05	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento ao Programa de Saúde da Família – PSF.
Lei n.º 4.230	de 01.07.05	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento ao PSF.
Lei n.º 4.241	de 18.07.05	Autoriza Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde, vinculados à equipe do PSF.
Lei n.º 4.289	de 13.10.05	Altera o art. 3º da Lei 4.047/04.
Lei n.º 4.443	de 02.05.06	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, três médicos para atender o PSF.
Lei n.º 4.444	de 02.05.06	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2635/90 e autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários e emergenciais dos profissionais contratados para PACS e PSF.
Lei n.º 4.529	de 11.09.06	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento ao Programa de Saúde da Família – PSF.
Lei n.º 4.551	de 30.10.06	Autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários dos profissionais contratados

		para o PACS, PSF e Programa de Combate a Dengue.
Lei n.º 4.576	de 04.12.06	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO 2006 (Posto Saúde).
Lei n.º 4.622	de 20.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação em Programa do PPA e na LDO 2007, abrir crédito especial de R\$ 77.205,00 – SMSAS (ampliação PSF Senai).
Lei n.º 4.657	de 18.05.07	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de Médicos contratados para o Prog de Saúde da Família – PSF.
Lei n.º 4.713	de 11.09.07	Autoriza o Executivo a reajustar o vlr do salário constante do art 3.º da Lei 4047/04, que autoriza a contratação temporária e administ. de Excep. Int. Público de vários profissionais para atendimento ao Prog. De Saúde da Família-PSF. (deR\$400,00 p/ R\$ 440,00)
Lei n.º 4.715	de 11.09.07	Reajusta o valor do salário de Motorista, constante do art 3.º da Lei 4230/05, que autoriza a contratação temporária e administ. de Excep. Int. Público de vários profissionais para atendimento ao Prog. De Saúde da Família-PSF. (R\$ 880,34)
Lei nº 4.733	de 08.10.07	Prorroga os contratos temporários de vários profissionais p/ atendimento do PSF.
Lei nº 4.744	de 22.10.07	Abre crédito especial de R\$ 27.000,00 (PSF)
Lei nº 4.786	de 21.12.07	Prorroga contrato de um profissional p/ o Programa de Combate a Dengue.
Lei n.º 4.797	de 28.12.07	Concede abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF e PACS.
Lei n.º 4.892	de 10.06.08	Aut. Contratação Temporária e Administrativa de excepcional interesse público de 12 Agentes Comunitários de Saúde para o PACS e o PSF.
Lei n.º 4.915	de 18.07.08	Reajusta salário constante do art. 3º da Lei nº 4.047/04, contratação temporária diversos profissionais p/ o PSF.
Lei n.º 4.919	de 18.07.08	Inclui ação no PPA e na LDO/08 e abre crédito especial de R\$ 78.376,08 (ampliação PSF bairro Senai)

Lei n.º 4.921	de 21.07.08	Inclui ação na LDO 2008 e abre crédito especial de R\$ 102.331,37 (construção PSF Muda Boi)
Lei n.º 4.922	de 21.07.08	Inclui ação na LDO 2008 e abre crédito especial de R\$ 79.675,59 (construção PSF Santos Reis)
Lei n.º 4.930	de 04.08.08	Autoriza o Executivo a receber imóvel, em doação, do Governo do Estado RS- Centro de Saúde – PSF).
Lei n.º 4.993	de 08.12.08	Contratar, temporária e administrativamente, dois médicos (PSF 1 e unidade móvel)
Lei n.º 4.994	de 08.12.08	Prorroga contratos temporários de vários profissionais para atendimento ao PSF
Lei n.º 5.043	de 24.03.09	Concede abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.
Lei n.º 5.112	de 20.07.09	Reajusta o salário constante do art. 3.º da Lei 4.443/06, que autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente 3 médicos p/ o PSF.
Lei n.º 5.157	de 06.10.09	Inclui na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 109.940,00 (equipamentos e material p/ PSF 2- Esperança e PAM)
Lei n.º 5.202	de 14.12.09	Acrescenta alínea <i>f</i> ao inciso I do art. 1º da Lei 4.980/08, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2009 (Ligação de água no PSF de Santos Reis)
Lei n.º 5.239	de 08.03.10	Contrata, temporária e administrativamente, vários profissionais para atendimento à Estratégia de Saúde da Família-ESF (postos de saúde de Santos Reis, Muda Boi e bairro Esperança)
Lei n.º 5.244	de 22.03.10	Concede abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF.
Lei n.º 5.288	de 28.06.10	Inclui ação no LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 2.500,00 (cercamento do PSF1 – Germano Henke).
Lei n.º 5.370	de 20.12.10	Abre crédito especial de R\$ 53.066,55 (devolução recursos – PSF Santos Reis)
Lei n.º 5.387	de 25.01.11	Abre crédito especial de R\$ 30.137,61 (devolução de saldo convênio-Saúde)

Lei n.º 5.425	de 03.05.11	Concede abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à equipe do Programa de Saúde da Família-PSF
Lei n.º 5.489	de 05.08.11	Contrata, temporária e administrativamente, 1 (um) Médico para o PSF 1.
Lei n.º 5.554	de 26.12.11	Firma convênio com a Economisa, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 55.591,00 (unidades habitacionais – complementação vigas de fundação)
Lei n.º 5.671	de 18.07.12	Contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 31 Agentes Comunitários de Saúde para ESF e PACS. (Com parte vetada promulgada)
Lei nº 5.970	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 115.500,00 (equipamentos de informática e adequação das EFSS Germano Henke, Esperança e Industrial).

PROGRAMA PATRULHA AGRÍCOLA

Lei n.º 3.785	de 26.08.02	Altera a redação do art. 1º, da Lei nº 3.766, de 16 de julho de 2002, que inclui meta e reduz valor de Programa na Lei de Diretrizes Orçamentárias – IDO 2002 e dá outras providências.
Lei nº 3.799	de 30.09.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$125.000,00 e dá outras providências.
Lei nº 5.983	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 380.000,00 (aquisição de escavadeira hidráulica).
Lei nº 6.056	de 29.12.14	Altera redação do art. 5º da Lei nº 5.983/14- inclui ação na LDO e abre crédito especial de R\$ 380.000,00 (patrulha agrícola mecanizada-escavadeira hidráulica).
Lei n.º 6.216	de 06.10.15	Abre crédito especial no valor de R\$ 9.298,32 (Devolução do Saldo - Aquisição de patrulha agrícola mecanizada).

PROGRAMA PROJovem URBANO

Lei nº 5.180	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 19.710,00 (SMEC – Programa Projovem Urbano, aquisição de gêneros alimentícios)
--------------	-------------	---

Lei n.º 5.307 de 09.08.10 Abre crédito especial de R\$ 198,98 (devolução de saldo convênio-ProJovem Urbano)

Lei n.º 5.812 de 26.08.13 Autoriza a firmar convênio com a União, incluir ação no PPA 2010 – 2013 e a abrir crédito especial no valor de R\$ 745.221,62 (ProJovem).

PROGRAMA SAÚDE PRISIONAL

Lei nº 5.233 de 22.02.10 Abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (medicamentos p/ Programa Saúde Prisional)

Lei n.º 5.348 de 03.11.10 Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, por excepcional interesse público (contratação temporária de um médico)

Lei nº 5.382 de 30.12.10 Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 80.000,00 (investimentos na Unidade de Saúde Prisional)

Lei n.º 5.547 de 19.12.11 Contrata, temporária e administrativamente, 1 (um) Médico

Lei n.º 5.564 de 30.12.11 Autoriza a convocação de um Técnico de Enfermagem para o Regime Suplementar de Trabalho para atuar no Programa Saúde Prisional.

Lei n.º 5.788 de 28.06.13 Contrata, temporária e administrativamente, um Médico. (Saúde Prisional).

Lei n.º 5.954 de 28.07.14 Contrata, temporária e administrativamente, um Médico. (Saúde Prisional).

Lei n.º 5.966 de 18.08.14 Abre crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 (manutenção ambulatório Penitenciária Modulada de Pesqueiro).

Lei n.º 6.052 de 29.12.14 Convoca profissionais pra Regime Suplementar de Trabalho para atuar no Programa Saúde Prisional

PROGRAMA SENTINELA ECOLÓGICO

Lei n.º 3.808 de 14.10.02 Acrescenta/reduz valores às metas e inclui meta no Plano Plurianual – PPA 2002-2005 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.

PROGRAMA SOCIAL E EDUCAÇÃO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES – PROSEPA

Lei n.º 4.109	de 10.08.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Brigada Militar de Montenegro, e dá outras providências.
Lei nº 4.828	de 03.03.08	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 3.000,00 (Aquisição uniformes Prosepa).
Lei nº 4.860	de 22.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 1.871,22 (devolução convênio PROSEPA/BM)
Lei nº 4.969	de 20.10.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (Prosepa 2008)

PROJETO ABRACE MONTENEGRO

Lei n.º 4011	de 30.12.03	Acrescenta o art. 3.º-A à Lei n.º 3942, de 15 de setembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências. (Projeto Abrace Montenegro)
--------------	-------------	--

PROJETO ATIVIDADES OCUPACIONAIS

Lei n.º 3.997	de 22.12.03	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.069	de 24.05.04	Acrescenta valor ao art. 1.º Lei n.º 3.997/03.

PROJETO CIDADE DIGITAL

Lei nº 5.341	de 15.10.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 7.525,00 (Projeto Cidade Digital)
--------------	-------------	--

PROJETO DAR CONTIN. C/ QUALID. NOS ATEND. P/ PNE'S

Lei nº 4.910	de 14.07.08	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (R\$ 5.830,00 p/ execução do Projeto <i>Dar Continuidade com qualidade nos atendimentos para PNE's</i>).
--------------	-------------	--

PROJETO EQUOTERAPIA

Lei n.º 4.131 de 25.10.04 Autoriza o Executivo a firmar convênio com a APAE (Projeto Equoterapia).

PROJETO EMANCIPAR

Lei n.º 5.334 de 04.10.10 Ratifica Termo de Adesão firmado c/ o Estado do RS, inclui ação na LDO e abre crédito especial no valor de R\$ 93.750,00 (Projeto Emancipar)

Lei n.º 5.361 de 09.12.10 Abre crédito especial de R\$ 51.422,69 (devolução projeto Emancipar)

PROJETO FÉRIAS

Lei n.º 3.997 de 22.12.03 Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.

PROJETO OLHO D'ÁGUA

Lei n.º 5.570 de 30.12.11 Repassa recursos à Empresa Jornalística Ibiá e abre crédito especial de R\$ 4.500,00 (Projeto "Olho D'Água")

Lei n.º 5.681 de 03.08.12 Firma convênio com a Empresa Jornalística Ibiá Ltda. no valor de R\$ 14.900,00 (Projeto Olho D'água)

PROJETO PROSEPA

Lei n.º 4.272 de 26.09.05 Autoriza o Executivo a estabelecer parceria com o Governo do Estado do RS para viabilização do Projeto Prosepa 2005.

Lei n.º 5.080 de 25.05.09 Estabelece parceria com o Governo do Estado p/ viabilização do Projeto PROSEPA 2009 (Programa sócio-educativo e de Profissionalização de Adolescentes)

PROJETO SEMEANDO O FUTURO

Lei nº 4.912 de 14.07.08 Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 15.000,00 p/ FMDCA – Projeto Semeando o Futuro – DAS.

PROLURB III

Lei n.º 3.781	de 12.08.02	Exclui meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei nº 4.745	de 22.10.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 7.538,82 (Prolurb III)
Lei n.º 5.423	de 26.04.11	Decreta área de interesse social, desafeta os imóveis e dispõe sobre a regularização fundiária do Loteamento Prolurb III
Lei n.º 5.537	de 09.12.11	Denomina Rua Maria Alzira Gomes – “Dona Dada” um logradouro público
Lei n.º 5.543	de 09.12.11	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3.757/02, que denomina Rua Ernandes Azevedo Fernandes, um logradouro Público

PROLURB VII

Lei n.º 4.835	de 31.03.08	Autoriza o Executivo alterar gabarito para a implantação da Rua nº 08 do Loteamento PROLURB VII.
---------------	-------------	--

PROMOÇÃO NATAL SEM IGUAL

Lei n.º 3.831	de 22.11.02	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Montenegro.
---------------	-------------	---

PROMOÇÃO SORTE DE NATAL

Lei n.º 5.184	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 30.000,00 e firma convênio c/ Câmara de Dirigentes Lojistas de Montenegro – CDL (Promoção Sorte de Natal)
---------------	-------------	--

PROPAGANDA

Lei n.º 3.101	de 29.11.95	Autoriza O Poder Executivo a ceder o uso de espaços públicos para a fixação de propaganda e dá outras providências.
Lei nº 3.280	de 30.04.98	Dispõe sobre a colocação de anúncios de propaganda em veículos de transporte coletivo e dá outras providências.

LC nº 4.556	de 09.11.06	Altera redação inciso II do art. 154 da Lei 2.119/78 – Código Posturas Munic. (propaganda em postes).
Lei nº 5.994	de 17.09.14	Autoriza a utilização de espaços públicos para a instalação gratuita de rede de internet sem fio no Município.

PRÓ-RURAL 2000

Lei nº 3.219 de 18.08.97 Autoriza o Poder Executivo a participar do Programa Próprio-Rural 2000 e dá outras providências.

PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Lei n.º 2.420 de 03.06.86 Fixa normas de proteção c/incêndios.

Lei nº 2.442 de 16.12.86 Altera os arts. 11 e 28 da Lei nº 2.420.

PROVIAS

Lei nº 5.101 de 29.06.09 Contrata financiamento junto ao Banco do Brasil S.A (Provias – aquisição de máquinas e equipamentos)

Lei nº 5.236 de 08.03.10 Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 3.001.000,00 (renovação da frota-PROVIAS)

Lei n.º 5.435 de 24.05.11 Altera a redação do parágrafo único do art. 1.º, acrescenta parágrafos ao art. 2.º e altera a redação do art. 4.º da Lei n.º 5.101/09, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. (Provias)

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

LC n.º 5.054	de 08.04.09	Cria o cargo de Assessor Técnico – CC/FG 08 no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas
LC n.º 5.116	de 27.07.09	Altera art. 20 e extingue cargos da LC 2.636/90, que dispõe s/ os quadros de cargos e funções públicas do Município e estabelece Plano de Carreira dos Servidores
Lei n.º 5.299	de 26.07.10	Cria 05 cargos de Assessor Especial I – CC/FG 10, altera nomenclatura e extingue 01 cargo de Assessor Especial e 04 cargos de Assessor Técnico no quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da LC 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.738	de 28.12.12	Estabelece a Lei da Ficha Limpa, disciplina as nomeações para cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 5.741	de 22.02.13	Estabelece a Lei da Ficha Limpa, disciplina as nomeações para Cargos em Comissão no âmbito do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

QUADRO DE PESSOAL DO LEGISLATIVO

LC n.º 3.615	de 05.07.01	Reorganiza os Quadros de Pessoal do Poder Legislativo do Município.
LC n.º 3.705	de 16.01.02	Altera dispositivo da LC 3.615/01 – Reorganiza os Quadros de Pessoal do Legislativo Montenegriño.
LC n.º 5.605	de 27.03.12	Altera redação do anexo que trata sobre a atribuição do cargo de Assessor de Comunicação, instituído pela LC n.º 3.615/01, que reorganiza o quadro de pessoal do Poder Legislativo.
Lei n.º 5.741	de 22.02.13	Estabelece a Lei da Ficha Limpa, disciplina as nomeações para Cargos em Comissão no âmbito do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.
Lei n.º 6.205	De 27.08.15	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 3.991/03, que institui o Programa de Vale-

Alimentação aos Servidores do Legislativo Municipal (R\$ 23,20).

QUADRAS ESPORTIVAS

Lei n.º 4057	de 27.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 157328,75 e dá outras providências. (Construção de quadra de esportes no Bairro Cinco de Maio)
Lei nº 5.206	de 18.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 200.877,71 (construção de quadra de esportes coberta - Alfama)
Lei nº 5.396	de 09.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 171.658,01 (reforma no ginásio Domingos dos Santos)
Lei nº 5.408	de 28.03.11	Recebe, em doação, imóvel da Sociedade Cultural Cruzeiro do Sul. (construção de quadra esportiva coberta)
Lei n.º 5.412	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 200.877,71 (construção de ginásio no Bairro Ferroviário)
Lei nº 5.426	de 06.05.11	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 5.408/11, que autoriza o Executivo Municipal a receber, em doação, imóvel da Sociedade Cultural Cruzeiro do Sul (construção de quadra esportiva coberta)
Lei n.º 5.438	de 27.05.11	Inclui ações no PPA 2010-2013, exclui e inclui ações na LDO 2011 e abre créditos especiais. (Construção de quadras de esportes- Bairros Aeroclube e Timbaúva, EMEF José Pedro Steigleder – Microdrenagem e Pavimentação Estrada Antônio Inácio de Oliveira Filho; construção do Ginásio São João; Capeamento Asfáltico da Rua Capitão Cruz; Construção do CRAS; iluminação e semáforos Ramiro Barcelos; construção de quadra coberta em Alfama)
Lei n.º 5.615	de 10.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 319.000,00 (construção de quadra coberta em Alfama)
Lei n.º 5.775	de 06.05.13	Ratifica Termo de Compromisso com o Estado do RS, inclui atividade no PPA 2010-2013, ação na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 58.330,00 (aquisição de equipamentos e materiais permanentes e material de consumo para a quadra poliesportiva do bairro senai).

QUILÔMETRO DE ARRANCADA

Lei n.º 2.766 de 12.11.91

Oficializa a prova "Quilômetro de Arrancada Cidade de Montenegro" e dá outras providências.

RÁDIO-BASE

Lei n.º 5.087 de 27.05.09 Dispõe sobre a Instalação de Estações Rádio-Base – ERB's, Mini-ERB's, torres, Sistemas de Rádio-Transmissão e Equipamentos Afins no Município de Montenegro.

RAMPAS

Lei n.º 3.084 de 11.09.95 A presente lei busca facilitar o acesso dos deficientes físicos aos prédios públicos.

RECAPEAMENTO DE RUAS

Lei n.º 3.930 de 01.09.03 Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$100.000,00 (recapeamento de ruas).

Lei n.º 4007 de 30.12.03 Acrescenta o art. 2.º-A à Lei n.º 3930, de 1.º de setembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 100000,00. (recapeamento de ruas)

Lei n.º 4124 de 04.10.04 Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 216240,61 e dá outras providências. (Aquisição de material para recapeamento de ruas, juntamente com recursos da CIDE)

Lei nº 4.724 de 02.10.07 Autoriza incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 200.000,00 (recuperação pavimentação asfáltica diversas ruas)

Lei nº 4.725 de 02.10.07 Autoriza incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 961.000,00 (recuperação rua Buarque de Macedo)

Lei nº 4.926 de 28.07.08 Autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui aquisição de frota SMVSU p/ suplementar SMOP recapeamento asfáltico)

Lei nº 4.933 de 08.08.08 Altera redação do Inciso I do art. 1º da Lei 4.926/08 que autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui aquisição de frota SMVSU p/ suplementar SMOP recapeamento asfáltico)

Lei nº 5.378 de 30.12.10 Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 1.000.000,00 (revitalização vias centrais)

Lei nº 5.379	de 30.12.10	Contrata operação de crédito com a Caixa Estadual RS para ampliação da infraestrutura urbana, inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 2.480.000,00 (pavimentação de ruas)
Lei n.º 5.722	de 20.11.12	Firma convênio com a CORSAN, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 994.819,90 (recapeamento asfáltico das ruas Cel. Apolinário de Moraes, Flores da Cunha e Dr. Bruno de Andrade)
Lei n.º 5.871	de 30.12.13	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito Especial no valor de R\$ 278,75 (Capeamento asfáltico, rua Capitão Cruz)

RECEITA DE CEMITÉRIOS

Lei n.º 972	de 27.12.56	Revoga e consolida a legislação municipal sobre receita de cemitérios, estabelece normas para sua cobrança e dá outras providências.
Lei n.º 1159	de 17.5.60	Dispõe sobre a receita de cemitérios, estabelece normas para a sua cobrança e dá outras providências.
Lei n.º 1544	de 09.7.64	Revoga e consolida a legislação sobre a receita de cemitérios, estabelece normas para a sua cobrança e dá outras providências.
Lei n.º 1615	de 31.3.65	Altera a lei n.º 1544/64.
Lei n.º 1718	de 21.12.66	Revoga e consolida a legislação sobre a receita de cemitérios.
Lei n.º 1833	de 01.12.69	Eleva coeficientes da lei n.º 1718/66.

RECICLAGEM

Lei nº 5.210	de 18.12.09	Inclui ação no PPA, na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 130.576,42 (Construção de galpão de reciclagem-B. Estação)
Lei nº 5.225	de 30.12.09	Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 139.773,07 (galpão reciclagem junto à Estação Transbordo)
Lei nº 5.331	de 28.09.10	Recebe em doação quatro áreas de terra de Transcontinental Empreendimentos Imobiliários Ltda. (galpão de reciclagem de lixo-Loteamento Bela Vista)

Lei n.º 5.517	de 24.10.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 257.344,33 (galpão de reciclagem no bairro Estação).
Lei n.º 5.624	de 14.05.12	Inclui ação/projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 44.000,00 (ampliação do galpão de reciclagem de lixo – Potreiro Grande)
Lei n.º 6.003	de 13.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 275.000,00 (construção galpão de triagem e reciclagem)

RECIPIENTES PARA COLETA DE MATERIAL PARA EXAMES

Lei n.º 3.097	de 17.11.95	Torna obrigatório por parte dos Laboratórios de Análises Clínicas, o fornecimento de recipiente para coleta de material para exames.
---------------	-------------	--

RETIRO COMUNITÁRIO DE REABILITAÇÃO OCUPACIONAL - RECREO

Lei n.º 3.469	de 27.12.99	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com o RECREO, e dá outras providências.
Lei n.º 3.659	de 23.10.01	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o RECREO – Retiro Comunitário de Reabilitação Ocupacional.
Lei n.º 3.712	de 18.03.02	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o RECREO.
Lei n.º 3.716	de 25.03.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$18.750,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.755	de 26.06.02	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei n.º 3.716, de 25.03.02.
Lei n.º 3.951	de 06.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais e dá outras providências.
Lei n.º 3997	de 22.12.03	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.

Lei n.º 4069	de 24.05.04	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 3997, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4.157	de 31.12.04	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005.
Lei nº 4.909	de 14.07.08	Altera valor da alínea <i>c</i> do inciso I e acrescenta alínea <i>d</i> ao inciso II do art. 1º, Lei nº 4.788/07 – Plano de Auxílios e Subvenções. (Recreo)
Lei n.º 5.163	de 09.10.09	Acrescenta valor à alínea <i>f</i> do inciso II do art. 1.º da Lei 4980/08 - Auxílios e Subvenções 2009 (RECREO)
Lei n.º 5.434	de 17.05.11	Firma convênio com o RECREO de R\$ 37.000,00 (projeto "Sem Medo de Sonhar")
Lei n.º 5.447	de 13.06.11	Firma convênio com o RECREO no valor de R\$ 15.830,00 (projeto Recreo com Música)
Lei n.º 5.568	de 30.12.11	Firma convênio com o RECREO no valor de R\$ 15.000,00 (Projeto "República da Vida")
Lei n.º 5.708	de 02.10.12	Excepciona a regra geral do art. 262 da LC n.º 2.119/78, e prorroga o prazo de concessão de Alvará de Licença para Localização Temporário ao RECREO.
Lei n.º 5.934	de 25.06.14	Autoriza a firmar convênio com o RECREO no valor de R\$ 17.020,00 (casa de passagem casulo)
Lei n.º 6.055	de 29.12.14	Excepciona a regra geral do art. 21 da LC nº 5.881/14-prorroga prazo de concessão de Alvará de Licença para Localização Temporário ao RECREO.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL

Lei n.º 2273	de 24.9.82	Homologa termo de acordo entre o município e a rede ferroviária federal.
Lei nº 5.128	de 18.08.09	Ratifica o Contrato de Cessão de Uso e a formalizar Termo de Autorização de Uso do antigo leito da Rede Ferroviária.
Lei n.º 5.685	de 06.08.12	Denomina Largo dos Ferroviários o espaço do paisagismo da Estação da Cultura.

REDE DE ÁGUA

Lei n.º 3.811	de 15.10.02	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial de R\$156.000,00 (rede água em Serra Velha, Santos Reis, Costa da Serra).
Lei n.º 3.812	de 15.10.02	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial de R\$86.503,30 (rede água em Sobrado).
Lei n.º 4.550	de 25.10.06	Autoriza Executivo excluir ação da LDO 2006, incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 37.500,00 – SMAM (implant. rede de água zona rural).
Lei n.º 5.395	de 09.03.11	Ratifica convênio com a CORSAN, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 227.096,97 (ampliação de redes de distribuição de água)

REDES ELÉTRICAS

Lei n.º 80	de 09.7.48	Encampa a rede elétrica de Timbaúva.
Lei n.º 151	de 11.3.49	Dispõe sobre a construção e encampação da rede elétrica de Montenegro a Cafundó e dá outras providências.
Lei n.º 259	de 30.6.50	Abre crédito especial de Cr\$ 6000,00.
Lei n.º 275	de 14.7.50	Abre crédito especial de Cr\$ 9000,00.
Lei n.º 347	de 30.3.51	Abre crédito especial de Cr\$ 9000,00.
Lei n.º 348	de 30.3.51	Abre crédito especial.
Lei n.º 349	de 30.3.51	Abre crédito especial de Cr\$ 3904,80 para encerramento das contas da rede elétrica Montenegro a Cafundó.
Lei n.º 485	de 27.6.52	Abre crédito especial de Cr\$ 10000,00.
Lei n.º 533	de 05.12.52	Abre crédito especial de Cr\$ 5000,00.
Lei n.º 570	de 08.5.53	Abre crédito especial de Cr\$ 500000,00.
Lei n.º 1340	de 24.7.62	Abre crédito especial de Cr\$ 2284890,90 para a construção da rede elétrica para Porto Garibaldi.
Lei n.º 1362	de 06.12.62	Abre crédito especial de Cr\$ 1.331.000,00 para a construção da rede elétrica para as olarias.

Lei n.º 1423	de 06.11.63	Autoriza a encampação de rede elétrica em Canto do Rabicho para Cr\$ 158000,00.
Lei n.º 1453	de 11.12.63	Autoriza firmar convênio com a CEEE para construção de redes elétricas, etc.
Lei n.º 1457	de 16.12.63	Autoriza transferir para a CEEE todas linhas de redes elétricas do município.
Lei n.º 1468	de 19.12.63	Autoriza resgatar dívidas contraídas de acordo com o Decreto n.º 166/56.
Lei n.º 1478	de 30.12.63	Autoriza a encampação da rede elétrica de Linha Comprida, etc.
Lei n.º 1486	de 31.12.63	Altera a Lei n.º 1428, de 06.11.63.
Lei n.º 1493	de 14.01.64	Revoga a lei n.º 1468/63.
Lei n.º 1763	de 07.5.68	Abre crédito especial para rede Passo do Manduca.
Lei n.º 1915	de 24.5.72	Autoriza a doação de redes elétricas ao município de Salvador do Sul, etc.
Lei nº 4.893	de 16.06.08	Autoriza o Executivo excluir ações da LDO/08, incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 34.543,00 (iluminação Av. Itália)

REFEIÇÕES

Lei n.º 2399	de 01.11.85	Institui fornecimento de refeições subsidiadas a servidores que trabalham afastados de suas residências.
Lei n.º 3966	de 03.11.03	Institui o Programa de Vale Alimentação aos servidores municipais e dá outras providências.
Lei n.º 3991	de 12.12.03	Institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo Municipal e dá outras providências.

REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Lei n.º 4.164	de 14.02.05	Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Pessoa Física e Jurídica – Refis Montenegro PF/PJ.
---------------	-------------	---

Lei n.º 4.179 de 01.04.05 Institui turno de atendimento ao público de 12 horas ininterruptas na Diretoria de Receita.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Lei n.º 1.802 de 02.04.69 Dispõe sobre a organização da Administração Municipal, estabelecendo diretrizes para reforma administrativa.

Lei n.º 2.084 de 07.12.77 Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

Lei n.º 2.974 de 11.01.94 Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.

Lei n.º 3.360 de 28.12.98 Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.

Lei n.º 3.768 de 19.07.02 Altera a da Lei n.º 3.360 de 28.12.98, reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa e dá outras providências – Serviço Cadastro Imobiliário.

Lei n.º 5.115 de 27.07.09 Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.

REFORMA CONSTITUCIONAL DA PREVIDÊNCIA

Lei n.º 4049 de 13.4.04 Altera os incisos I e II e acrescenta parágrafo 3.º no art. 5.º, da Lei n.º 3544, de 6 de outubro de 2000, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Municipais. (alteração da porcentagem de contribuição dos servidores)

REFORMAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS

Lei n.º 3.915 de 14.7.03 Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências (Reforma da E.M.E.F. José Pedro Steigleder).

REGIME JURÍDICO PARCERIAS VOLUNTÁRIAS

Lei n.º 6.188 de 24.07.15 Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação, destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, de acordo com a Lei Federal

nº 13.019/14, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias.

Lei n.º 6.189 de 24.07.15

Institui a Comissão de Seleção, destinada a processar e julgar os chamamentos públicos, de acordo com a Lei Federal nº 13.019/14, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias.

REGIME JURÍDICO ÚNICO

LC n.º 3.170 de 02.12.96

Altera dispositivos da Lei nº 2.635/90 que institui o Regime Jurídico Único dos, e dá outras providências.

LC n.º 3.336 de 21.10.98

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 2635/90, que instituiu o Regime Jurídico Único dos servidores municipais.

LC n.º 3.386 de 01.04.99

Acrescenta o inciso IV e os parágrafos 3º e 4º ao art. 112 da Lei Complementar nº 2635/90 - Regime Jurídico Único.

LC n.º 3.435 de 01.10.99

Altera a redação dos artigos 92, 93 e 247 da Lei Complementar nº 2635/90 - Regime Jurídico Único.

LC n.º 3.518 de 05.06.00

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 2635/90 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

LC n.º 3.522 de 20.06.00

Altera a redação dos artigos 86, 87, 88, 89 e 90 da Lei Complementar nº 2635/90 - Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

LC n.º 3.523 de 20.06.00

Define as atividades insalubres e perigosas para efeitos de percepção do adicional correspondente, revoga a Lei Complementar nº 2.966/94, e dá outras providências.

LC n.º 3.583 de 06.04.01

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 2.635/90 - Regime Jurídico Único.

LC n.º 3.760 de 03.07.02

Altera a redação do art. 192 da Lei nº 2.635, de 04 de maio de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Município e dá outras providências.

LC n.º 4.180 de 01.04.05

Altera o § 1º da LC 2635/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

LC n.º 4.337	de 12.12.05	Altera o Capítulo VI da LC 2.635/90 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos (Comissão de Sindicância e Processo Admin).
LC n.º 4.432	de 24.04.06	Revoga artigos dos Títulos VII e VIII da LC 2635/90 – Regime Jurídico Servidores Públ.
Lei n.º 4.433	de 24.04.06	Reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde – FAS dos Servidores efetivos do Município.
Lei n.º 4.434	de 24.04.06	Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos – FAP.
Lei n.º 4.444	de 02.05.06	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2635/90 e autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários e emergenciais dos profissionais contratados para PACS e PSF.
LC n.º 4.606	de 12.02.07	Altera a redação do art. 107 da LC n.º 2.635/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores do Município (licença servidor).
LC n.º 4.936	de 18.08.08	Altera a redação dos § 1º dos arts. 160 e 161 da LC 4.337/05 que altera o Capítulo VI da LC 2.635/90 – Regime Jurídico (prazos CPAD)
Lei nº 5.024	de 26.10.09	Excepciona a regra geral do inciso III do art. 236 da LC n.º 2.635/90 e autoriza o gozo de férias para os profissionais contratados para o PACS, PSF e Agentes de Campo
Lei n.º 5.381	de 30.12.10	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2.635/90 e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde ESF e Dengue.
Lei n.º 5.463	de 20.06.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam na ESF, PACS e Combate à Dengue.
Lei n.º 5.464	de 20.06.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde da SMS.
Lei n.º 5.785	de 17.06.13	Autoriza o Executivo Municipal a excepcionar a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635 de 1990, para prorrogar os contratos temporários dos profissionais da educação. (prorrogar os contratos dos profissionais da Educação)

REGIME SUPLEMENTAR DE TRABALHO

Lei nº 5.375	de 27.12.10	Autoriza a convocação de profissionais p/ o regime suplementar de trabalho
Lei n.º 5.461	de 20.06.11	Autoriza a convocação de profissionais para atendimento na ESF/PACS.
Lei n.º 5.564	de 30.12.11	Autoriza a convocação de um Técnico de Enfermagem para o Regime Suplementar de Trabalho para atuar no Programa Saúde Prisional.
Lei n.º 5.652	de 02.07.12	Convocação de profissionais para o regime suplementar de trabalho para atuação no CAPS, contratação temporária de 1 Médico Psiquiatra e abertura de crédito especial de R\$ 75.677,83.
Lei n.º 5.779	de 07.06.13	Autoriza a convocação de um Enfermeiro para o regime suplementar de trabalho.
Lei n.º 5.800	de 02.08.13	Autoriza a convocação de 01 Assistente Social para o regime suplementar de trabalho (SMS).
Lei n.º 6.052	de 29.12.14	Convoca profissionais pra Regime Suplementar de Trabalho para atuar no Programa Saúde Prisional.
Lei n.º 6.227	De 23.11.15	Autoriza a convocação de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem para o regime suplementar de trabalho junto ao CAPS.
Lei n.º 6.229	De 27.11.15	Autoriza a convocação de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, Psicólogo, nutricionista, Assistente Social e Odontólogo para o regime suplementar de trabalho junto as Unidades Básicas de Saúde, à Unidade do Trabalhador e ao Programa de Atenção Domiciliar.

REGISTRO DE MARCAS E SINAIS

Lei n.º 567	de 08.05.53	Institui o registro de marca e sinais de gado e dá outras providências.
-------------	-------------	---

REGISTRO DE PREÇOS

Lei n.º 3.390	de 30.04.99	Autoriza o Poder Público Municipal a adotar o sistema de Registro de Preços e dá outras providências.
---------------	-------------	---

REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES

Lei n.º 3.749 de 25.06.02 Dispõe sobre a regularização de construções no Município de Montenegro e dá outras providências.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Lei n.º 3.749 de 25.06.02 Dispõe sobre a regularização de construções no Município de Montenegro e dá outras providências.

Lei n.º 5.083 de 25.06.02 Abre crédito especial de R\$ 3.000,00 (regularização fundiária)

Lei n.º 5.423 de 26.04.11 Decreta área de interesse social, desafeta os imóveis e dispõe sobre a regularização fundiária do Loteamento Prolurb III

Lei n.º 5.441 de 03.06.11 Dispõe sobre a regularização do Loteamento Vila Esperança, Bairro Senai.

Lei n.º 5.533 de 28.11.11 Exclui ações da LDO 2011, inclui projeto no PPA 2010-2013 e ações na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.507.037,21 (regularização fundiária)

Lei n.º 5.680 de 03.08.12 Abre crédito especial de R\$ 14.362,12 (devolução saldo convênio – regularização fundiária)

Lei n.º 5.687 de 10.08.12 Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 4.666/07, que dispõe sobre a regularização dos Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto e abre crédito especial de R\$ 45.131,15.

Lei n.º 5.860 de 26.11.13 Firma convênio com o Estado do Rio Grande do Sul e abre crédito especial no valor de R\$ 359.342,40 (Consulta Popular – Regularização fundiária Loteamento Vitória).

Lei nº 5.889 de 17.02.14 Autoriza a decretar zona especial de interesse social–ZEIS, loteamento Vitória, bairro Santa Rita

Lei n.º 5.935 de 25.06.14 Altera redação do arts. 7º e 8º e revoga o art 9º a Lei n.º 5.889 de 2014 que decreta zona de interesse especial- ZEIS; desafetar os imóveis, conceder legitimação de posse relativa ao prolongamento da rua 01 – loteamento Vitória bairro Santa Rita

Lei n.º 5.937 de 25.06.14

Altera a redação da emenda e do art 1º da Lei 5.860, de 2013, que firma convênio com o Estado do Rio Grande do Sul e abre crédito especial no valor de R\$ 359.342,40. (regularização fundiária do bairro vitória)

RENDA IMOBILIÁRIA

Lei n.º 61 de 14.05.48

Altera diversas incidências de impostos e taxas da Lei Orçamentária vigente.

Lei n.º 1.597 de 09.12.64

Consolida e regulamenta a legislação sem a renda imobiliária.

REPASSE

Lei n.º 3.588 de 02.05.01

Autoriza o Município de Montenegro a celebrar prestação de contas, bem como efetuar repasse ao Município de São José do Sul.

Lei n.º 5.566 de 30.12.11

Repassa recursos à ATM, de R\$ 35.000,00, mediante Termo para cobertura de déficit do 12º Arraial de São João Batista

Lei n.º 5.569 de 30.12.11

Repassa recursos à AESM, no valor de R\$ 12.000,00, mediante Termo para cobertura de déficit do projeto "Carnaval 2011"

Lei n.º 5.570 de 30.12.11

Repassa recursos à Empresa Jornalística Ibiá e abre crédito especial de R\$ 4.500,00 (Projeto "Olho D'Água")

Lei n.º 5.640 de 12.06.12

Firma Termo de Repasse com o Grupo Tarca de Arte Nativa e abre crédito especial de R\$ 70.000,00 (4ª Expomonte-repasse patrocínios)

Lei n.º 5.835 de 07.10.13

Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 15.000,00 (Projeto "Capaz!")

Lei n.º 5.845 de 21.10.13

Firma Convênio com a APAE no valor de R\$ 60.000,00 (Em busca de igualdade estamos aqui-2013)

Lei n.º 5.848 de 29.10.13

Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro para atender ao projeto "Vínculo & Valorização – Gestante, crianças e família" visando repasse de R\$ 13.500,00.

Lei n.º 5.854	de 11.11.13	Firma Convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 78.912,70
Lei n.º 5.855	de 26.11.13	Firma Convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.500,00.
Lei n.º 5.857	de 26.11.13	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 16.500,00.
Lei n.º 5.863	de 06.12.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro visando o repasse de R\$ 15.000,00 para a realização de evento no Natal Iluminado 2013.
Lei nº 5.992	de 16.09.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 72.237,69 (reprogramação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social)
Lei nº 5.995	de 22.09.14	Firma convênio com Marcelo Olweiler no valor de R\$ 14.700,00 (Turnê Vértice).

REPASSE DE RECURSOS

Lei n.º 4043	de 01.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a repassar valor de R\$ 6960,00 para a COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DO ALTO URUGUAI LTDA – COOMTAU e dá outras providências.
Lei n.º 5.504	de 13.09.11	Acrescenta a alínea <i>b</i> ao inciso III do art. 1.º da Lei n.º 5.357/10, que estabelece o Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2011. (Repasse recursos ATM – Semana Farroupilha)
Lei n.º 5.505	de 13.09.11	Ratifica repasse efetuado pelo Executivo Municipal, repassa recursos e firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO
Lei n.º 5.698	de 14.09.12	Acrescenta a alínea “b” ao inciso III do art. 1.º da Lei n.º 5.575/2011, que estabelece o Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2012 (ATM – 12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.699	de 14.09.12	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 35.529,05 (12ª Semana Farroupilha).

Lei n.º 5.726	de 17.12.12	Celebra Termo de Concessão de Direito Real de Uso de uma área de 1.031,85m ² , bem como repasse financeiro e isenção de tributos à Ecocitrus.
Lei n.º 5.727	de 17.12.12	Ratifica a utilização de recursos financeiro no valor de R\$ 5.000,00 para aquisição de medicamentos e material hospitalar pela OASE.
Lei n.º 5.748	de 08.03.13	Firma convênio com a APAE para atender ao projeto "Oferecer nossos serviços com qualidade", visando o repasse de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.749	de 18.03.13	Firma o convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 5.287,70.
Lei n.º 5.750	de 25.03.13	Firma o convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 5.287,70 (Reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga).
Lei n.º 5.751	de 1º.04.13	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 50.000,00 (pagamento de despesas).
Lei n.º 5.752	de 1º.04.13	Firma convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de R\$ 83.000,00 (projeto "Envelhecimento Jovem").
Lei n.º 5.798	de 29.07.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Consórcio intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAI para viabilizar o custeio de próteses dentárias.
Lei n.º 5.801	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 40.000,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/03)
Lei n.º 5.802	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 39.340,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/04)
Lei n.º 5.806	de 19.08.13	Firma convênio com a Associação Lar Sagrada Família no valor de R\$ 14.000,00 (projeto Prosseguindo a Caminhada)
Lei n.º 5.807	de 19.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (projeto Família Feliz – R\$ 28.500,00)
Lei n.º 5.808	de 19.08.13	Firma convênio com a APAE para atender ao projeto "Em busca de igualdade estamos

		aqui" 2013, visando o repasse de R\$ 21.000,00
Lei n.º 5.815	de 02.09.13	Altera redação do art. 2 da Lei N.º 5.751 de 2013, que autoriza a firmar convênio com a Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus no valor de 50.000,00 (Manutenção da casa de amparo)
Lei n.º 5.834	de 07.10.13	Firma Termo de repasse com a Soc. Benef. Espir. no valor de R\$ 275.695,50 (Lar do Menor)
Lei n.º 5.835	de 07.10.13	Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 15.000,00 (Projeto "Capaz!")
Lei n.º 5.845	de 21.10.13	Firma Convênio com a APAE no valor de R\$ 60.000,00 (Em busca de igualdade estamos aqui-2013)
Lei n.º 5.848	de 29.10.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro para atender ao projeto "Vínculo & Valorização – Gestante, crianças e família" visando repasse de R\$ 13.500,00.
Lei n.º 5.854	de 11.11.13	Firma Convênio com a Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta no valor de R\$ 78.912,70
Lei n.º 5.855	de 26.11.13	Firma Convênio com o Clube Riograndense para atender ao projeto FERA, no valor de R\$ 49.500,00.
Lei n.º 5.857	de 26.11.13	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube no valor de R\$ 16.500,00.
Lei n.º 5.863	de 06.12.13	Firma convênio com as Embaixatrizes Solidárias de Montenegro visando o repasse de R\$ 15.000,00 para a realização de evento no Natal Iluminado 2013.
Lei n.º 5.869	de 30.12.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de 23.067,64 (Equipamento e material Permanente Lar Sagrada Família)
Lei n.º 5.955	de 28.07.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 e firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro – CONSEPRO.
Lei nº 5.981	de 08.09.14	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 45.752,29 – 14.ª Semana Farroupilha.

Lei nº 5.995	de 22.09.14	Firma convênio com Marcelo Olweiler no valor de R\$ 14.700,00 (Turnê Vértice).
Lei nº 5.996	de 22.09.14	Firma convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro no valor de R\$ 20.000,00.
Lei nº 5.997	de 29.09.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 15.989,23 (devolução de recursos-saldo de contrato).
Lei nº 6.010	de 16.10.14	Firma convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro de R\$ 80.000,00 (Carnaval 2015)
Lei nº 6.013	de 20.10.14	Altera redação do art. 1º da Lei nº 5.976/14-abre crédito especial e firma convênio APAE (11º Encontro APAEs)
Lei nº 6.017	de 27.10.14	Firma convênio com Clube de Regatas Caça e Pesca Cruzeiro do Sul para atender ao projeto (Pingue-Pongue para Todos) de R\$ 3.090,00
Lei nº 6.018	de 27.10.14	Firma convênio com o Renascença Companhia de Teatro – Associação Cultura & Arte – projeto “integrações Sociais em Cena” de R\$ 33.000,00
Lei n.º 6.019	de 27.10.14	Firma convênio com a Associação Montenegrina de Artistas-AMARTI para repasse de R\$ 122.000,00 – Natal Iluminado 2014
Lei n.º 6.020	de 27.10.14	Firma convênio com o Grêmio Gaúcho-projeto “Natação e Diversão”, valor de R\$ 5.700,00
Lei n.º 6.021	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Cultural, Beneficente e Esportiva Santos Reis de R\$ 8.000,00 (coral)
Lei nº 6.022	de 27.10.14	Firma convênio com A Liga Montenegrina de Futebol Sete de R\$ 7.449,25 (campeonato entre vilas)
Lei nº 6.023	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 205.000,00 (“Resgatando a Cidadania”-Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei nº 6.024	de 27.10.14	Firma convênio com o Montenegro Automóvel Clube de R\$ 13.880,00 (cidadino de veloterria e arrancadas de motocicletas)
Lei nº 6.025	de 27.10.14	Firma convênio com Ana Júlia Vieira de R\$ 15.576,20 (projeto “Bodas da Filha do Bandoleiro”)
Lei nº 6.027	de 27.10.14	Firma convênio com a APAE de R\$ 53.000,00 (projeto “Superando desafios para a Inclusão”)

Lei nº 6.028 de 27.10.14 Firma convênio com CPM da Escola Técnica São João Batista para realização da 18ª Expotec, valor de R\$ 9.000,00

Lei nº 6.029 de 27.10.14 Firma convênio com CTG Presilha Crioula de R\$ 7.000,00-1ª Festa Campeira

RESERVA DE VAGAS EM CONCURSOS PÚBLICOS

Lei n.º 4016 de 15.01.04 Dispõe sobre a reserva de vagas para afro-brasileiros(as) em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências.

Lei n.º 4038 de 19.3.04 Altera dispositivos da Lei n.º 4016, de 15 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a reserva de vagas para afro-brasileiros(as) em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Lei n.º 4.252 de 15.08.05 Estabelece normas voltadas à Responsabilidade Social na Gestão Pública do Município de Montenegro.

RESTAURANTES E SIMILARES

Lei n.º 3707 de 04.3.02 Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes, lancherias, padarias e similares de abrir suas cozinhas aos clientes.

Lei n.º 5.309 de 10.08.10 Realiza a concessão onerosa de bem público (restaurante do Parque Centenário)

RESSARCIMENTO

Lei n.º 5175 de 03.11.09 Efetuar ressarcimento das custas de funeral do Ex-Prefeito Ivan Jacob Zimmer

REVISTAS

Lei n.º 3.095 de 10.11.95 Inclui parágrafo e altera redação do art. 103 da Lei n.º 2.119/78 – Código de Posturas do Município. (proíbe a exposição de revistas pornográficas).

RIO CAÍ

Lei n.º 5.576	de 20.01.12	Denomina PORTO DAS LARANJEIRAS o Cais do Porto do Rio Caí.
Lei n.º 5.681	de 03.08.12	Firma convênio com a Empresa Jornalística Ibiá Ltda. no valor de R\$ 14.900,00 (Projeto Olho D'água)
Lei n.º 5.846	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 328.716,38. (recuperação do talude cais do Rio Caí)
Lei n.º 6.207	De 31.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$930.000,00 (recuperação talude cais do porto Rio Caí).
Lei n.º 6.210	De 14.09.15	Altera os artigos 10 e 20 da Lei n.º 6.207/15, que inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$930. 000,00 (recuperação do talude Cais do Porto do Rio Caí).

RINCÃO DA AMIZADE

Lei n.º 2.870	de 19.10.92	Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes, lancherias, padarias e similares de abrir suas cozinhas aos clientes.
---------------	-------------	--

RODEIOS

Lei n.º 5.746	de 27.02.13	Firma convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Estância do Montenegro no valor de R\$ 30.000,00 (1.º Rodeio Crioulo Cidade de Montenegro).
Lei n.º 5.762	de 15.04.13	Denomina Parque de Rodeios Marcírio de Souza Carpes o parque de rodeios localizado junto ao Parque Centenário Erny Carlos Heller
Lei nº 6.074	de 23.02.15	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina ATM no valor de R\$ 50.000,00 (Rodeio Integração).

RODOVIA RS 124

Lei n.º 3.782	de 16.8.02	Inclui Programa na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.800	de 30.9.02	Autoriza o Executivo Municipal a indenizar o fornecimento de 50.000 metros cúbicos de

jazida de aterro e área de terra de 916 metros quadrados, e dá outras providências.

ROSAUTO

Lei n.º 2.877 de 03.11.92 Autoriza o Executivo Municipal a receber em doação, sob condição, uma área de terras de propriedades da Rosauto S. A. – veículos.

ROTESMA PRÉ-FABRICADOS DE CIMENTO

Lei n.º 3319 de 28.8.98 Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à instalação de empresa ROTESMA PRÉ-FABRICADOS DE CIMENTO LTDA. e dá outras providências.

Lei n.º 3327 de 05.10.98 Altera a redação do art. 5.º da Lei n.º 3319 de 28.8.98, que concede incentivos à instalação da empresa ROTESMA PRÉ-FABRICADOS DE CIMENTO LTDA.

Lei n.º 3438 de 13.10.99 Prorroga prazo previsto na lei n.º 3.319, de 28.8.98, alterada pela lei n.º 3.327, de 05.10.98.

Lei n.º 3959 de 28.10.03 Revoga as leis n.ºs 3319, de 1998, 3327, de 1998 e 3438 de 1999, que concede incentivos à instalação da empresa ROTESMA PRÉ-FABRICADOS DE CIMENTO LTDA. e dá outras providências.

RUAS

Lei n.º 4.687 de 30.07.07 Autoriza o Executivo a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, 62,12% do custo da obra de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Heitor Muller.

Lei nº 4.724 de 02.10.07 Autoriza incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 200.000,00 (recuperação pavimentação asfáltica diversas ruas)

Lei nº 4.725 de 02.10.07 Autoriza incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 961.000,00 (recuperação rua Buarque de Macedo)

Lei nº 4.826 de 03.03.08 Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 69.628,74 (calçamento Rua Salvador).

Lei n.º 4.835	de 31.03.08	Autoriza o Executivo alterar gabarito para a implantação da Rua nº 08 do Loteamento PROLURB VII.
Lei nº 4.869	de 07.05.08	Autoriza o Exec a recuperar, através de contribuição de melhoria, 57,54% do custo da obras de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua São Luiz.
Lei nº 4.870	de 07.05.08	Autoriza o Exec a recuperar, através de contribuição de melhoria, 65,60% do custo da obras de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Recife.
Lei nº 4.871	de 07.05.08	Autoriza o Exec a recuperar, através de contribuição de melhoria, 60,81% do custo da obras de calçamento com pedra irregular e microdrenagem pluvial da rua Pau Brasil.
Lei nº 4.900	de 20.06.08	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 120.000,00 (Aditivo Buarque de Macedo)
Lei nº 5.174	de 03.11.09	Recebe imóvel em doação de Ivan Flávio Steigleder de Oliveira (via pública).
Lei nº 5.254	de 16.04.10	Inclui ação no PPA, na LDO/2010 e abre crédito especial de R\$ 2.500,00 (Construção de escadarias na Rua Valeska Lampert)
Lei nº 5.338	de 04.10.10	Inclui ruas no Anexo II – Relação de Vias Urbanas a Pavimentar do PPA 2010-2013, Lei 5.129/09
Lei nº 5.378	de 30.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 1.000.000,00 (revitalização vias centrais)
Lei nº 5.379	de 30.12.10	Contrata operação de crédito com a Caixa Estadual RS para ampliação da infraestrutura urbana, inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 2.480.000,00 (pavimentação de ruas)
Lei n.º 5.550	de 19.12.11	Inclui programas e ações no Plano Plurianual – PPA 2010-2013 (Secretarias – Renovação e ampliação de frota – CRAS – CREAS – Saúde da Mulher – Regionalização do Turismo – Pavimentação de vias urbanas: Rua Artidor Rodrigues da Costa – Rua Carlos Correa da Silva – Rua Adão Luiz Kauer – Via J)
Lei n.º 5.565	de 30.12.11	Abre crédito especial de R\$ 330.000,00 (Revitalização do Cais – Recuperação Talude)

Lei n.º 5.598	de 16.03.12	Recebe imóveis, em doação, de Jorge Alberto de Almeida (via pública)
Lei n.º 5.626	de 14.05.12	Autoriza o Executivo Municipal a receber imóveis, em doação, de Jorge Alberto de Almeida (vias públicas).
Lei n.º 5.714	de 22.10.12	Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)
Lei n.º 5.778	de 15.05.13	Denomina Rua Cezar Fernandes Emanuelli um logradouro público.
Lei n.º 5.782	de 10.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 126.870,36. (Microdrenagem e calçamento Rua Alemanha)
Lei n.º 5.783	de 10.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 214.500,00. (Revitalização Rua Ramiro Barcelos)
Lei n.º 6.016	de 27.10.14	Inclui ação no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 214.500,00 (revitalização rua Ramiro Barcelos)
Lei n.º 6.044	de 05.12.14	Inclui programa no PPA, na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 15.200,00 (projetos de infraestrutura urbana de diversas ruas)

RUNBIRD

Lei n.º 3.146	de 08.07.96	Autoriza a doação de área de terras, impõe condições e dá outras providências.
---------------	-------------	--

SABÃO SERRANO

Lei n.º 2.837	de 29.06.92	Autoriza o Executivo Municipal a doar um imóvel para instalação de indústria (Sabão Serrano).
Lei n.º 2.930	de 27.07.93	Prorroga o prazo estipulado no art. 2.º da Lei n.º 2.837, de 29.6.92 – Sabão Serrano.
Lei n.º 2.997	de 13.06.94	Prorroga, por mais um (01) ano, o prazo estipulado pela Lei n.º 2.837, de 29.6.92 e prorrogado pela Lei n.º 2.930 de 27.7.93.
Lei n.º 3.102	de 29.11.95	Autoriza prorrogar, até 31 de dezembro de 1996, o prazo previsto no art. 2º da Lei nº 2.837/92 e dá outras providências.
Lei n.º 4.435	de 26.04.06	Autoriza o Executivo receber em dação em pagamento, uma edificação da empresa Serrano – Ind. Com. Produtos Limpeza.

SACO TRISTE

Lei n.º 2.870	de 19.10.92	Altera a denominação da localidade de Saco Triste para Rincão da Amizade.
---------------	-------------	---

SAIBRO

Lei n.º 3.355	de 21.12.98	Autoriza a doação de saibro para a Empresa Agrogen Desenvolvimento Genético Ltda.
---------------	-------------	---

SALÁRIO EDUCAÇÃO

Lei n.º 3.917	de 21.07.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor R\$19.000,00 (Contratação de Palestrantes e assessoria pedagógica e administrativa para a SMEC).
---------------	-------------	---

SALDO FINANCEIRO

Lei n.º 1.234	de 30.12.60	Autoriza o Poder Executivo a utilizar o saldo financeiro que se verifica no corrente exercício e dá outras providências.
---------------	-------------	--

Lei n.º 6.216 De 06.10.15 Abre crédito especial no valor de R\$ 9.298,32 (Devolução do Saldo - Aquisição de patrulha agrícola mecanizada).

SANEAMENTO BÁSICO

Lei n.º 3.835 de 09.12.02 Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor R\$135.422,26 e dá outras providências (Construção de sanitários em 70 domicílios rurais).

Lei n.º 3.913 de 14.07.03 Altera meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2003 (Saneamento Básico, Pavimentação e Calçamento do Bairro Imigração).

Lei nº 4.827 de 03.03.08 Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias (macrodrenagem Arroio Montenegro)

Lei nº 4.867 de 25.04.08 Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação no PPA 2006-2009, a incluir crédito espec no vlr. de R\$ 4.392.049,24 – Macrodrenagem Arroio Montenegro

Lei nº 5.211 de 18.12.09 Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem do Arroio São Miguel)

Lei nº 5.243 de 22.03.10 Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.437.085,18 (macrodrenagem do Arroio Montenegro)

Lei nº 5.249 de 12.04.10 Inclui ação no PPA, na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (elaboração Plano de Saneamento Básico)

Lei n.º 5.466 de 30.06.11 Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 5.127.415,57 (Macro drenagem do Arroio São Miguel)

Lei n.º 5.577 de 24.01.12 Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macrodrenagem Arroio São Miguel).

Lei n.º 5.928 de 02.06.14 Autoriza a firmar convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ para viabilizar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e abrir crédito especial no valor de R\$ 12.098,60

Lei n.º 6.050	de 08.12.14	Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico-eixos "Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana" e "Drenagem Urbano e Manejo de Águas Pluviais" no Município.
Lei n.º 6.220	de 19.10.15	Altera e acrescenta dispositivos à Lei n.º 5.556/11, que autorizou a realização de convênios de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul e com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul e/ou outro agente regulador, a celebração de Contrato de Programa com a CORSAN e dá outras providências.

SÃO JOSÉ DO SUL

Lei n.º 3.588	de 02.05.01	Autoriza Município de Montenegro a celebrar prestação de contas, bem como efetuar repasse ao Município de São José do Sul.
---------------	-------------	--

SAÚDE

Lei n.º 3.484	de 31.12.99	Institui a Taxa por Ações e Serviços de Saúde de Competência da Direção Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.
Lei nº 5.364	de 09.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (programa DST/HIV/AIDS)
Lei nº 5.370	de 20.12.10	Abre crédito especial de R\$ 53.066,55 (devolução recursos – PSF Santos Reis)
Lei nº 5.374	de 27.12.10	Cria empregos públicos p/ atuação em programas da saúde na Administração Municipal e disciplina o regime de emprego público do pessoal contratado
Lei nº 5.387	de 25.01.11	Abre crédito especial de R\$ 30.137,61 (devolução de saldo convênio-Saúde)
Lei n.º 5.405	de 28.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 24.087,09 (Plano de Desastres Ambientais - reestruturação estabelecimentos de saúde)
Lei n.º 5.425	de 03.05.11	Concede abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à equipe do Programa de Saúde da Família-PSF

LC n.º 5.491	de 15.08.11	Acrescenta incisos ao §1º e altera a redação do §1º do art. 40 da LC n.º 4.010/03 – Código Tributário do Município (isenção de tributação p/ receitas do SUS – NEFROCLIN).
Lei n.º 5.713	de 22.10.12	Firma convênio com o CIS/CAÍ para viabilizar o custeio de próteses dentárias.
Lei n.º 5.727	de 17.12.12	Ratifica a utilização de recursos financeiro no valor de R\$ 5.000,00 para aquisição de medicamentos e material hospitalar pela OASE.
Lei n.º 5.819	de 10.09.13	Lei n.º 5.819 de 10.09.13 Autoriza a firmar convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ. (procedimentos de média e alta complexidade)
Lei n.º 5.822	de 16.09.13	Autoriza a contratar, temporária e administrativamente, Médicos e enfermeiros. (Posto Timbaúva, PAM, UBS)
Lei n.º 5.824	de 16.09.13	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 61.928,11.
Lei n.º 5.850	de 29.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (Aquisição de veículo – vigilância epidemiológica – SMS)
Lei n.º 5.851	de 29.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 100.000,00. (Aquisição de ambulância- SMS)
Lei n.º 5.899	de 18.03.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 99.890,00 (Aquisição de equipamentos para o posto Timbaúva - SMS)
Lei n.º 5.909	de 07.04.14	Firma convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ para viabilizar o custeio de próteses dentárias.
Lei n.º 5.956	de 04.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 311.456,73 e Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 5.374/2010, que Cria empregos públicos para atuação em programas da saúde na Administração Municipal e disciplina o regime de emprego público do pessoal contratado.
Lei nº 5.959	de 18.08.14	Abre crédito especial de R\$ 26.575,00 (incentivo qualificação do Programa pré-natal Rede Cegonha).

Lei n.º 5.964 de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 10.100,00 (próteses dentárias).
Lei nº 5.970 de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 115.500,00 (equipamentos de informática e adequação das EFSs Germano Henke, Esperança e Industrial).
Lei nº 6.000 de 08.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 48.000,00 (custeio CAPS I)
Lei n.º 6.053 de 29.12.14	Abre crédito especial de R\$ 109.325,59 (devolução recursos-UBS Muda Boi)
Lei n.º 6.229 De 27.11.15	Autoriza a convocação de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, Psicólogo, nutricionista, Assistente Social e Odontólogo para o regime suplementar de trabalho junto as Unidades Básicas de Saúde, à Unidade do Trabalhador e ao Programa de Atenção Domiciliar.

SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SEDAI

Lei n.º 4.052 de 19.4.04	Isenta o Estado do Rio Grande do Sul do pagamento das taxas incidentes quanto à regularização do prédio do SEDAI.
--------------------------	---

SECRETARIA GERAL

Lei n.º 3996 de 22.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir metas constantes na LDO 2003. (Pavimentação da estrada de Santos Reis, Calçamento da rua Amândio Lampert, Manutenção do Balneário Municipal, Reforma do Arquivo Público Municipal e Construção de Casas)
--------------------------	---

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Lei n.º 3.775 de 30.07.02	Acrescenta valores às metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.786 de 26.08.02	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.768, de 19 de julho de 2002, que altera a Lei n.º 3.360, de 28 de dezembro de 1998, que reorganiza e consolida a Estrutura

		Administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências.
Lei n.º 4.469	de 12.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição bens móveis – salas da SMF).
Lei n.º 4.617	de 09.03.07	Autoriza o Executivo a criar o Programa Nota Fiscal dá Prêmio.
Lei nº 4.784	de 21.12.07	Autoriza o Executivo a alterar redação do art. 6º da Lei 4.617/07 – Programa Nota Fiscal dá Prêmio.
Lei nº 4.885	de 26.05.08	Aut.Exec. a alterar a redação do § 7.º da L 4617/07, que autoriza o Executivo a criar o Programa NF dá Prêmio(<i>vlr.mín.R\$2,00</i>).
Lei n.º 5.432	de 17.05.11	Altera a redação do § 2º do art. 6º da Lei n.º 5.047/09, que dispõe sobre o programa de estágios do Município.
Lei n.º 5.500	de 05.09.11	Cria um cargo de Contador no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.506	de 26.09.11	Cria um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO-SMAP

Lei n.º 3.780	de 12.08.02	Exclui meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.786	de 26.08.02	Altera o art. 1º da Lei n.º 3.768, de 19 julho de 2002, que altera a Lei n.º 3.360, de 28 de dezembro de 1998, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências.
Lei n.º 3.834	de 09.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$280.000,00 e dá outras providências (Aerofotogrametria do Município).

Lei n.º 3.868	de 13.3.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$6.500,00 (Contratação de empresa de consultoria contábil – FAP).
Lei n.º 3.946	de 01.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências (aquisição de veículo para SMAP).
Lei n.º 3986	de 02.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 160000,00 e dá outras providências. (Terceirização da Guarda Municipal)
Lei n.º 4061	de 03.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a Crédito Especial no valor de R\$ 206105,00 e dá outras providências. (Aerofotogrametria p/ realização do Plano Diretor)
Lei n.º 4.174	de 15.03.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 15.000,00 (aquisição de equipamentos, material e informática).
Lei n.º 4.194	de 25.04.05	Autoriza Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 58.000,00 (obrigações patronais).
Lei n.º 4.464	de 06.06.06	Autoriza o Executivo incluir ações LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 3.720,00 (aquis. de equipamentos p/SMAP).
Lei n.º 4.538	de 02.10.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 2.000,00-SMAP – Instalação alarmes.
Lei n.º 4.540	de 09.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R4 1.000,00 – FAP – Regime Próprio.
Lei nº 4.857	de 22.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 480.000,00 (adequação codificação orçamentária débitos previdenciários)
Lei nº 4.864	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2008 e abrir créd espec de R\$ 6.000,00-compra de computadores para SMAP/FAP
Lei nº 4.908	de 14.07.08	Aut. Exec. a transferir o cargo de Chefe de Serviço de Informática – CC/FG 06 da SMSAS p/ a SMAP, L n.º 3360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 5.154	de 25.09.09	Contrata, temporária e administrativamente, 10 guardas municipais (SMAP)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE –
SMAM (SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL –
SMDR, a partir de 2011)**

Lei n.º 3.785	de 26.8.02	Altera a redação do art. 1.º, da Lei n.º 3.766, de 16 de julho de 2002, que inclui meta e reduz valor de Programa na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.789	de 02.9.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$34.774,32 e dá outras providências.
Lei n.º 3.799	de 30.9.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$125.000,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.809	de 15.10.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito no valor de R\$51.711,60 e dá outras providências.
Lei n.º 3.810	de 15.10.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$120.000,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.811	de 15.10.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$156.000,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.812	de 15.10.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$86.503,30 e dá outras providências.
Lei n.º 3.825	de 11.11.02	Acrescenta valor à meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências (Ímãs de geladeira para o Programa de Educação Ambiental).
Lei n.º 3.826	de 11.11.02	Altera a redação do art. 1.º, da Lei n.º 3.812, de 15 de outubro de 2002, que autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$86.503,30 e dá outras providências (Implantação de rede de água em sobrado e reforma do pavilhão 22 de novembro).
Lei n.º 3.827	de 11.11.02	Altera a redação do art. 1.º, da Lei n.º 3.809, de 15 de outubro de 2002, que autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$51.711,60 e dá outras

		providências (Construção do Mercado Público Municipal).
Lei n.º 3.842	de 16.12.02	Exclui e reduz o valor de metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.896	de 09.06.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$22.000,00 e dá outras providências (elabor. de proj. de uso e remediação do aterro sanitário).
Lei n.º 3.910	de 08.07.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir metas constantes na LDO 2003 e dá outras providências (Aquisição de áreas e construção de praças em diversos bairros para pavimentação asfáltica da rua Hans Varelmann).
Lei n.º 3.911	de 08.07.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir meta da LDO 2003. (Construção de pavilhões comunitários para ampliação da rede elétrica do Aterro Sanitário).
Lei n.º 3958	de 28.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir meta constante na LDO 2003. (Plano de Manejo Morro São João para Rede Água Aterro Sanitário Potreiro Grande)
Lei n.º 3964	de 03.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio para manutenção do Posto de Inseminação Artificial – PIA, instalado em Montenegro.
Lei n.º 3974	de 18.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a reduzir valor de meta constante na LDO 2003 e dá outras providências. (Jazigos para o Cemitério Municipal)
Lei n.º 3981	de 25.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 34805,89. (devolução de recursos à União)
Lei n.º 4028	de 25.02.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2000,00 e dá outras providências. (eletrificação trifásica do poço artesiano do Aterro Sanitário)
Lei n.º 4053	de 26.4.04	Altera a redação do art. 9.º, da Lei n.º 2973, de 10 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Rotativo de Desenvolvimento Agropecuário do Município, e dá outras providências.

Lei n.º 4101	de 26.7.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 84.228,57. (devolução de recursos do Pronaf à União)
Lei n.º 4119	de 17.9.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 65.000,00 (cercamento da área do aterro sanitário).
Lei n.º 4.200	de 03.05.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 15.000,00 (aquisição bens móveis).
Lei n.º 4.259	de 22.08.05	Autoriza o Executivo a criar o Fundo Rotativo de Desenvolvimento da Avicultura e a conceder empréstimo para construção e ampliação de aviários
Lei n.º 4.341	de 13.12.05	Ratifica convênio com a Metroplan, autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 176.267,58 – construção galpão reciclagem lixo.
Lei n.º 4.459	de 29.05.06	Altera red. art. 1º e acrescenta o parágrafo único, altera red. dos arts. 3º, 7º e acresc. art. 7ºA à Lei 4.259/05 – Fundo Rotativo de Desenvolvimento da Avicultura e a conceder empréstimo p/construção e ampliação de aviários.
Lei n.º 4.460	de 29.05.06	Autoriza o Executivo excluir ações da LDO 2006 – SMAM (aquis.equip. e reforma prédios públicos p/Casa Produtor Rural).
Lei n.º 4.475	de 26.06.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 5.000,00 (equipamento informática p/SMAM).
Lei n.º 4.509	de 07.08.06	Autoriza firmar convênio com Associação Montenegrina de Fruticultores e abrir crédito especial de R\$ 5.000,00 (SMAM – Incentivo a Fruticultura).
Lei n.º 4.550	de 25.10.06	Autoriza Executivo excluir ação da LDO 2006, incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 37.500,00 – SMAM (implant. rede de água zona rural).
Lei n.º 4.564	de 21.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 9.700,00 (SMAM – aquisição equipamentos p/Casa Produtor Rural).
Lei n.º 4.608	de 22.02.07	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Médico Veterinário.

Lei n.º 4.670	de 25.06.07	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO 2007 e abrir Crédito Especial de R\$ 23.401,00 (Aq. De Máq. Beneficiadora e Classificadora de Frutas).
Lei n.º 4.682	de 24.07.07	Reestrutura o FUNDAGRO, que passa a denominar-se FUNDER.
Lei nº 4.738	de 16.10.07	Autoriza o Executivo a prorrogar contrato temporário de Médico Veterinário.
Lei n.º 4.778	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a <u>excluir</u> ação na LDO/07 (SMAM – Aquisição utilitário pick up-R\$ 35.000,00)
Lei nº 4.785	de 21.12.07	Autoriza o Executivo a acrescentar §§ 1º e 2º e alterar arts. 14 e 16 da Lei 4.682/07 que reestrutura FUNDAGRO/FUNDER.
Lei nº 4.853	de 14.04.08	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 01 Médico Veterinário. (SMAM)
Lei n.º 4.876	de 19.05.08	Autoriza o Executivo Municipal a acrescentar a Unidade Municipal de Cadastro – UMC na SMAM, Lei 3360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Pref. Municipal.
Lei nº 4.935	de 18.08.08	Autoriza Executivo incluir ações na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 90.440,00 (aquisição de equipamentos e veículo p/ SMAM)
Lei nº 4.955	de 29.09.08	Acrescenta parágrafo 3º ao art. 12 da Lei 4.682/07, que reestrutura o FUNDAGRO/FUNDER (prorroga financiamento em caso de frustração de safra).
Lei n.º 4.991	de 08.12.08	Transforma o parágrafo único em § 1º e acrescenta parágrafos 2º, 3º e 4º ao art. 5º da Lei 4.213/05 que cria Prog. de Desenvolvimento Rural e o Prog. de Incentivo à Expedição de Notas Fiscais de Produtor Rural.
Lei nº 5.003	de 19.12.08	Autoriza o Executivo prorrogar o contrato temporário de um médico veterinário
Lei n.º 5.117	de 03.08.09	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Médico Veterinário.
Lei nº 5.148	de 15.09.09	Abre crédito especial de R\$ 3.367,79 (devolução saldo de compra de equipamentos p SMAM - Ministério Desenvolvimento Agrário)
Lei nº 5.250	de 12.04.10	Abre crédito especial de R\$ 5.556,96 (aditivo Praça Ivo Bühler)

Lei nº 5.312	de 13.08.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 160.000,000 (aquisição de caminhão caçamba-SMAM).
Lei nº 5.333	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 427.589,00 (incentivo à citricultura)
Lei n.º 5.446	de 13.06.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 160.000,00 (aquisição de caminhão caçamba basculante).
Lei n.º 5.580	de 24.01.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 160.000,00 (aquisição caminhão caçamba basculante – setor de fomento agropecuário).
Lei n.º 5.799	de 29.07.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente 1(um) Engenheiro Agrônomo.
Lei nº 6.056	de 29.12.14	Altera redação do art. 5º da Lei nº 5.983/14- inclui ação na LDO e abre crédito especial de R\$ 380.000,00 (patrulha agrícola mecanizada-escavadeira hidráulica)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC

Lei n.º 3.794	de 16.9.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$3.000,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.797	de 16.9.02	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$3.480,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.805	de 11.10.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$21.459,74 e dá outras providências.
Lei n.º 3.822	de 05.11.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$15.650,40 e dá outras providências (cantinas de Escolas Mun. E Est.)
Lei n.º 3.843	de 20.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$19.200,00 e dá outras providências. (Aluguel de prédio para SEPAHC, Arquivo, Museu e Pinacoteca)
Lei n.º 3.851	de 27.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$10.000,00. (contabilização do FUNDEF)

Lei n.º 3.854	de 30.12.02	Dispõe sobre o ensino da história e cultura do Rio Grande do Sul nas Escolas Municipais.
Lei n.º 3.862	de 21.02.03	Cria mais dez cargos de Professor no Quadro Magistério, instituído pela Lei Complementar n.º 2.637/90.
Lei n.º 3.863	de 21.02.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, três professores – Área II e dá outras providências.
Lei n.º 3.864	de 21.02.03	Cria o cargo de Secretário de Escola no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar nº 2.636/90.
Lei n.º 3.877	de 07.04.03	Acrescenta artigos à Lei 2.599, de 10 de outubro de 1989, que dispõe sobre o serviço de Transporte Escolar no território do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.889	de 02.05.03	Exclui meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2003 e dá outras providências (repasse à Sociedade Beneficente Espiritualista para construção de creche no Bairro Aeroclube).
Lei n.º 3.893	de 02.06.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$100.000,00. (Construção de Creche no Bairro Aeroclube Espiritualista para construção de creche no Bairro Aeroclube).
Lei n.º 3.894	de 02.06.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar temporária e administrativamente, um professor de Língua Estrangeira – Inglês.
Lei n.º 3.905	de 23.06.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir metas na LDO 2003 e dá outras providências. (Obras em escolas municipais).
Lei n.º 3.908	de 30.06.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um professor de Língua Portuguesa.
Lei n.º 3.915	de 14.07.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO e dá outras providências (reforma da E.M.E.F. José Pedro Steigleder).
Lei n.º 3.917	de 21.07.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$19.000,00 (Contratação de Palestrantes e assessoria pedagógica e administrativa para a SMEC).

Lei n.º 3.927	de 26.08.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar temporária e administrativamente, um professor de Língua Portuguesa.
Lei n.º 3.929	de 01.09.03	Altera o art. 2º da Lei n.º 3.920, de 11 de agosto de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e dá outras providências.
Lei n.º 3.936	de 08.09.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, dos professores – Área II.
Lei n.º 3.940	de 15.09.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir meta constante na LDO 2003 (infra-estrutura para implantação de creches).
Lei n.º 3.941	de 15.09.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um Especialista em Educação – Supervisão Escolar.
Lei n.º 3955	de 13.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e dá outras providências. (Merenda Escolar)
Lei n.º 3957	de 20.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir meta constante na LDO 2003. (Construção da calçada da E.M.E.F. Adolfo Schüller)
Lei n.º 3961	de 03.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, dois professores.
Lei n.º 3975	de 18.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta constante na LDO 2003 e dá outras providências. (melhoria na E.M.E.F. Felisberto Porfírio de Souza)
Lei n.º 4001	de 29.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 41672,50 e dá outras providências. (recuperação do telhado da Antiga Estação Férrea)
Lei n.º 4003	de 29.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 138350,00 e dá outras providências. (ampliação e reforma da E.M.E.F. Cinco de Maio)
Lei n.º 4009	de 30.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir meta constante na LDO 2003 e dá outras providências. (exclui "Construção de muro na

		E.M.E.F. Pedro João Muller” e inclui “Execução de piso, contra piso e demarcação da quadra no pavilhão de esportes da E.M.E.F. Walter Belian”)
Lei n.º 4024	de 16.02.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, professores, assistentes de escola e auxiliares de serviços escolares.
Lei n.º 4029	de 01.3.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 58001,00 e dá outras providências. (aquisição de veículo p/ transporte de passageiros – SMEC)
Lei n.º 4051	de 15.4.04	Dispõe sobre a inclusão de tema relativo aos malefícios provocados pelo uso de drogas, nas Escolas Públicas Municipais.
Lei n.º 4055	de 26.4.04	Exclui meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2004 e dá outras providências. (De “Construção do prédio da Câmara” para “Coral Santos Reis”, “Semana Farrroupilha”, “Bolamar e Everest” e “Horas-máquina p/ agricultores”).
Lei n.º 4056	de 27.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2004 e dá outras providências. (Incentivos ao Coral Santos Reis e Coral Vozes)
Lei n.º 4057	de 27.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 157.328,75 e dá outras providências. (Construção de quadra de esportes no Bairro Cinco de Maio)
Lei n.º 4071	de 24.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.200,00 e dá outras providências (aquisição e instalação de alarme na E.M.E.I. do Bairro Aeroclube)
L.C. n.º 4073	de 24.5.04	Cria cargos no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores Municipais (05 cargos de Auxiliar de Serviços Escolares e 27 de Assistente de Escola)
Lei n.º 4075	de 31.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 31190,40 e dá outras providências. (conclusão do ginásio coberto da E.M.E.F. Pedro João Muller)

Lei n.º 4076	de 31.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 29869,23 e dá outras providências. (contrapartida de recursos p/ merenda escolar)
Lei n.º 4080	de 07.6.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 12000,00 e dá outras providências. (construção de banheiros na E.M.E.F. Prof. ^a Maria Josepha Alves de Oliveira)
Lei n.º 4081	de 07.6.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 100100,00 e dá outras providências. (aquisição de móveis, equipamentos e material permanente a E.M.E.F. Cinco de Maio e E.M.E.F. Prof. ^a Maria Josepha Alves de Oliveira, além de cercamento desta)
Lei n.º 4087	de 23.6.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 39367,98, e dá outras providências. (transporte escolar para estudantes residentes em área rural)
Lei n.º 4112	de 30.8.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 3700,00. (contratação de palestrantes p/ o 2.º Encontro Municipal de Educação)
Lei n.º 4.144	de 06.12.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial valor de R\$ 150.000,00–SMEC (Construção prédio EMEF Bello Faustino dos Santos).
Lei n.º 4.148	de 17.12.04	Exclui parte de metas constantes na LDO 2004 – Educação Infantil.
Lei n.º 4.152	de 27.12.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 12.000,00 – cercamento da E.M. Pedro João Muller.
Lei n.º 4.171	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.745,00 (conclusão Ginásio E.M. Pedro João Muller).
LC n.º 4.181	de 06.04.05	Cria mais 15 cargos de Auxiliar de Serviços Escolares e 45 de Assistente de Escola.
Lei n.º 4.194	de 25.04.05	Autoriza Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 58.000,00 (premiações desportivas).
Lei n.º 4.195	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, dois professores Área II.

Lei n.º 4.201	de 03.05.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.000,00 (aquisição bens móveis).
Lei n.º 4.207	de 16.05.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.000,00 (aquisição equipamento e material permanente).
Lei n.º 4.218	de 10.06.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.000,00– aquisição bens móveis.
Lei n.º 4.219	de 15.06.05	Autoriza Executivo abrir Crédito especial no valor de R\$ 55.000,00 – SMEC – Transporte Escolar.
Lei n.º 4.236	de 12.07.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 52.775,87 – SMEC (TV Cultura) e incluir meta na LDO 2005.
Lei n.º 4.257	de 22.08.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 3.400,00 e a incluir meta na LDO 2005 (aquisição instrumentos musicais).
Lei n.º 4.262	de 29.08.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 62.250,00 e incluir meta na LDO 2005 (Bolsas Estudo – Creches).
Lei n.º 4.266	de 13.09.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Herança e ATM e abrir crédito especial de R\$ 30.000,00 (Semana Farroupilha).
Lei n.º 4.276	de 03.10.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial valor de R\$ 118.410,31 e incluir meta LDO 2005 (reforma do Museu).
Lei n.º 4.278	de 03.10.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 8.800,00 (aquis. Bens móveis).
Lei n.º 4.282	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o BNDES, a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 25.973,00 (reforma do Museu).
Lei n.º 4.283	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a excluir e incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 450.000,00(ampliação EMEF Cinco Maio).
Lei n.º 4.287	de 13.10.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 2.000,00 (porteiro eletrônico EMEF José Pedro Steigleder).

Lei n.º 4.291	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 230.000,00 (reforma e ampliação EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.324	de 23.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 05, abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (reforma/ampliação EMEF Mª Josepha Alves de Oliveira).
Lei n.º 4.325	de 23.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 4.000,00 (cercamento pátio EMEF Dr. Walter Belian).
Lei n.º 4.342	de 19.12.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial de R\$ 36.518,00 (aquisição veículo p/SMEC).
Lei n.º 4.343	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 681,00 (Programa Ensino Jovens e Adultos).
Lei n.º 4.400	de 06.03.06	Autoriza o Executivo a contratar temporária e administrativamente, onze professores Área II.
Lei n.º 4.406	de 20.03.06	Ratifica o Contrato de Repasse celebrado com a União, por intermédio do Ministério do Esporte, autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 48.000,00.
Lei n.º 4.437	de 26.04.06	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 31.306,00 – SMEC (aquisição bens móveis).
Lei n.º 4.438	de 26.04.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO/06 e abrir crédito especial de R\$ 180.000,00 (aquisição imóvel-creches).
Lei n.º 4.440	de 02.05.06	Autoriza o Executivo a excluir e alterar ações do PPA 2006/09 e da LDO 2006 (Creches).
Lei n.º 4.457	de 29.06.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 517.000,00 – SMEC – Transporte Escolar.
Lei n.º 4.463	de 06.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 480.000,00 – ampl. EMEF Cinco de Maio.
Lei n.º 4.480	de 30.06.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 9.000,00 (alimentação escolar-aquisição equipamentos processamento de dados).

Lei n.º 4.488	de 11.07.06	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO 2006 (móveis p/creches).
Lei n.º 4.508	de 07.08.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com o CPM da EMEF Esperança e abrir crédito especial de R\$ 4.000,00 – FMDCA.
Lei n.º 4.510	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO 2006 (calçamento Rua União p/Creche B. Ferroviário).
Lei n.º 4.511	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ações na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 160.000,00 (exclui equip. SMVSU, inclui asfalto Estr. Dr. Niquinho, Compra Vaga Creche e Incent.Comércio)
Lei n.º 4.519	de 28.08.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Liga Montenegrina de Bocha.
Lei n.º 4.525	de 11.09.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 5.998,24 – SMEC (sistema de alarme).
Lei n.º 4.534	de 25.09.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 136.456,74 (ampliação/reforma EMEF São Paulo).
Lei n.º 4.545	de 13.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 25.000,00, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007. (reforma/ampliação e construção cobertura EMEF José Pedro Steigleder).
Lei n.º 4.546	de 13.10.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 8.000,00, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007 (ampliação da EMEF Felisberto Porfírio de Souza).
Lei n.º 4.559	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 13.361,44 (aquisição equipamentos p/Biblioteca e Auditório).
Lei n.º 4.560	de 14.11.06	Autoriza o Executivo a ratificar Termo de Compromisso Histórico, firmar convênio com Efica e abrir crédito especial de R\$ 200.000,00 (Projeto Estação).
Lei n.º 4.578	de 12.12.06	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$33.193,01 e reabrir no exercício seguinte.
LC n.º 4.605	de 12.02.07	Cria mais 2 cargos de Nutricionista no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90, Plano de Carreira dos Servidores.

Lei n.º 4.628	de 27.03.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 16.727,03 – SMEC (devolução saldo – Desporto Comunitário)
Lei n.º 4.634	de 09.04.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 2.522,60 (Devol. Saldo-Desporto Comunitário).
Lei n.º 4.638	de 16.04.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.669.543,47 (SMEC-FUNDEB)
Lei n.º 4.651	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no vlr. de R\$ 16.640,00 (despesas, merenda escolar e outros).
Lei n.º 4.662	de 04.06.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 41.000,00 (corais municipais)
Lei n.º 4.669	de 25.06.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 236.305,92 (Concl. da ampl. EMEI Dr. José Flores Cruz)
Lei n.º 4.710	de 10.09.07	Cria a Escola Municipal de Educação Infantil Profª Maria Laurinda Leindecker.
Lei n.º 4.765	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a criar mais 35 cargos de Professor Área I no Quadro do Magistério, instituído pela LC 3943/03.
Lei n.º 4.766	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a criar 45 cargos de Assistente e 25 cargos de Auxiliar de Serviços Escolares-Efetivos.
Lei nº 4.769	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/07 e abrir créd esp de R\$19.999,52 (ampliação EMEF José P Steigleder).
Lei nº 4.787	de 21.12.07	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 140.000,00 (ampliação Biblioteca Pública)
Lei nº 4.854	de 14.04.08	Autoriza Poder Executivo firmar convênio com Estado do RS visando ajustamento das matrículas Educação Infantil
Lei n.º 4.872	de 19.05.08	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Bem Espiritualista, para a execução do Projeto INPV e Parceiros Revitalizando Abrigo.
Lei n.º 4.881	de 26.05.08	Aut.Exec. a abrir créd espec de R\$ 44.484,00 (FNDE//MEC, Progr. PNAP)
Lei n.º 4.882	de 26.05.08	Aut.Exec. a abrir créd espec de R\$ 50.000,00-SMEC-Paisagismo da Estação da Cultura
Lei n.º 4.883	de 26.05.08	Acresc. alínea c ao inc. IV do art. 1.º da L 4788/07, que estabelece o Plano de Aux. e

Subv. p/o Exerc. de 2008- Paisagismo da Estação da Cultura-EFICA.

Lei nº 4.905	de 07.07.08	Autoriza o Executivo <u>excluir</u> ação na LDO/08 (reforma da SI de Reuniões e Reforma Prédio Casa do Produtor)-
Lei nº 4.923	de 28.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 217.010,72 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei nº 4.931	de 04.08.08	Altera art. 2º da Lei nº 4.923/08, que autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 217.010,72 (ampliação EMEI Adenillo Edgar Rübenich)
Lei n.º 4.940	de 01.09.08	Cria o Museu de Arte de Montenegro
Lei nº 5.037	de 25.02.09	Autoriza Executivo a abrir crédito especial de R\$ 12.468,20 (devolução saldo merenda escolar).
Lei nº 5.042	de 16.03.09	Autoriza o Executivo a contratar temporária e administrativamente, profissionais para atuarem na SMEC (Professores, Assistentes e Auxiliares de Escola).
Lei nº 5.180	de 16.11.09	Abre crédito especial de R\$ 19.710,00 (SMEC – Programa Projovem Urbano, aquisição de gêneros alimentícios)
LC nº 5.217	de 30.12.09	Cria cargos de Professor e Apoio Pedagógico no Quadro do Magistério, instituído pela LC 3.943/03.
LC nº 5.218	de 30.12.09	Cria mais 20 cargos de Assistente de Escola e 04 cargos de Secretário de Escola no quadro de cargos de provimento efetivo-LC 2.636/90.
Lei nº 5.252	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 59.500,00 (reforma de escolas municipais- emenda destastres naturais: Cinco de Maio, Dr. Walter Belian, José P. Steigleder e Adolfo Schüller)
Lei nº 5.253	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 18.117,95 (substituição cobertura ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 5.330	de 28.09.10	Abre crédito especial de R\$ 750,40 (devolução sobre de recursos EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 5.332	de 28.09.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, na LDO e abre crédito especial de R\$ 117.807,36 (implantação de Telecentro-Bairro Timbaúva)

Lei nº 5.396	de 09.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 171.658,01(reforma no ginásio Domingos dos Santos)
Lei n.º 5.412	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 200.877,71 (construção de ginásio no Bairro Ferroviário)
Lei n.º 5.413	de 04.04.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 316.000,00 (conclusão obras escolas)
Lei n.º 5.416	de 15.04.11	Firma convênio com a Associação Cultural e Beneficente de Cantores Santo Antônio, de R\$ 6.400,00.
Lei n.º 5.428	de 16.05.11	Firma convênio com Cassiano de Azeredo de R\$ 11.056,50 (projeto "O Rei Cego")
Lei n.º 5.429	de 16.05.11	Firma convênio com Emma Ramos de Moraes de R\$ 5.000,00 (projeto "Os anjos não morrem no outono")
Lei n.º 5.430	de 16.05.11	Firma convênio com Grupo Tarca de Arte Nativa de R\$ 8.000,00 (projeto "Por um novo amanhã")
Lei n.º 5.431	de 16.05.11	Firma convênio com Lucimaura Souza Rodrigues de R\$ 8.885,43 (projeto "O Pequeno Príncipe")
Lei n.º 5.476	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (academias ao ar livre)
Lei n.º 5.495	de 22.08.11	Firma convênio com Cristiane Souza Tain de R\$ 5.000,00 ("Edição e Impressão da Antologia do 1º Concurso Cataventos de Revelação Literária").
Lei n.º 5.498	de 26.08.11	Inclui ação no PPA 2010-2013 e na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 3.617.500,00 (Inclusão digital – aquisição equipamentos tecnologia educacional).
Lei n.º 5.522	de 08.11.11	Dispõe sobre o desenvolvimento de política antibullying por instituições de ensino e de educação infantil pública municipal ou privada, com ou sem fins lucrativos.
Lei n.º 5.613	de 10.04.12	Contrata, temporária e administrativamente, diversos profissionais para atuarem na SMEC.
Lei n.º 5.617	de 13.04.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (conclusão de obras 2011 – Recurso MDE – Melhorias nos espaços físicos das escolas)

Lei n.º 5.725	de 07.12.12	Repassa recursos à Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 218.000,00, mediante Termo para cobertura de "déficit de médio prazo".
Lei n.º 5.725	de 07.12.12	Repassa recursos à Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 218.000,00, mediante Termo para cobertura de "déficit de médio prazo".
Lei n.º 5.785	de 17.06.13	Autoriza o Executivo Municipal a excepcionar a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635 de 1990, para prorrogar os contratos temporários dos profissionais da educação. (prorrogar os contratos dos profissionais da Educação)
Lei n.º 5.787	de 28.06.13	Inclui ação na LDO 2013 a abre crédito especial no valor de R\$ 260.260,83. (Ampliação da EMEF Esperança).
Lei n.º 5.789	de 1.º.07.13	Contrata, temporária e administrativamente, diversos profissionais para atuarem na SMEC.
Lei n.º 5.797	de 29.07.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 91.955,54. (Aquisição de bens móveis para a SMEC).
Lei n.º 5.811	de 26.08.13	Inclui ação na LDO e autoriza abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 (Prêmio Darcy Ribeiro e SEPHAC e materiais permanentes)
Lei n.º 5.843	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 376.835,74 (Reforma e ampliação de escolas municipais).
Lei n.º 5.858	de 26.11.13	Contrata, temporária e administrativamente, diversos profissionais para atuarem da SMEC.
Lei n.º 5.859	de 26.11.13	Abre crédito especial no valor de R\$ 43.800,00(Merenda escolar – PEAE).
Lei n.º 5.864	de 06.12.13	Acrescenta o parágrafo único ao art. 2.º da Lei n.º 5.789/13, que contrata, temporária e administrativamente, diversos profissionais para atuarem da SMEC.
Lei n.º 5.892	de 28.02.14	Inclui na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 17.000,00
Lei n.º 5.895	de 12.03.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 5.326,00.

Lei nº 5.968	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 1.016.016,36 (construção de EMEF no bairro Estação).
Lei nº 5.971	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 801.483,29 (construção de Escola Municipal de Educação Infantil no bairro Centenário).
Lei nº 5.983	de 08.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 380.000,00 (aquisição de escavadeira hidráulica).
Lei nº 5.988	de 16.09.14	Firma convênio com Cassiano de Azeredo Produções–ME para atender ao projeto “3.º Montenegro em Cena” – Festival de Teatro de Montenegro no valor de R\$ 17.448,00.
Lei nº 5.990	de 16.09.14	Firma convênio com Marni Alexandre Vargas de Almeida no valor de R\$ 5.000,00 (publicação de livro).
Lei nº 5.993	de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 16.690,03 (aditivo reforma EMEI Adenilo Edgar Rübénich)
Lei nº 5.995	de 22.09.14	Firma convênio com Marcelo Olweiler no valor de R\$ 14.700,00 (Turnê Vértice).
Lei nº 5.996	de 22.09.14	Firma convênio com o Grupo Coral Vozes de Montenegro no valor de R\$ 20.000,00.
Lei nº 6.072	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e autoriza o abre crédito especial no valor de R\$ 1.016.016,36 (construção EMEF Bairro Estação).
Lei nº 6.073	de 18.02.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 38.873,62 (EMEF Bello Faustino dos Santos).
Lei nº 6.078	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 354.315,58 (manutenção EMEI Emma Ramos de Moraes).
Lei nº 6.079	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 116.041,88 (reforma EMEI Santo Antônio).
Lei nº 6.080	de 02.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 190.412,99 (ampliação e reforma da Biblioteca Pública).
Lei nº 6.131	de 23.06.15	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (Educação Infantil em turno integral).
Lei nº 6.132	de 23.06.15	Aprova o Plano Municipal de Educação – PME.

Lei n.º 6.176	de 24.07.15	Inclui programa no PPA 2014- 2017 e na LOA 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 100.000,00 (Aquisição Uniforme Escolar).
Lei n.º 6.195	de 03.08.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 35.262,20 (Aditivo Construção EMEF Bairro Estação Recurso – MDE).
Lei n.º 6.198	de 10.08.15	Exclui ação da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 (exclui: reforma da quadra externa do bairro São Pedro – inclui: cercamento EMEF Carolina Augusta Kochemborger).
Lei n.º 6.199	de 10.08.15	Exclui ações da LDO 2015, inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (exclui: construção de ginásio poliesportivo na localidade de Fortaleza; reforma do prédio da extinta EEEF Anita Machado Rosa – inclui: reforma EMEI Gente Miúda).

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SMHAD (a partir de 2009)

Lei n.º 5.361	de 09.12.10	Abre crédito especial de R\$ 51.422,69 (devolução projeto Emancipar)
Lei n.º 5.441	de 03.06.11	Dispõe sobre a regularização do Loteamento Vila Esperança, Bairro Senai.
Lei n.º 5.474	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 13.250,00 (alterações no projeto urbanístico no bairro Panorama)
Lei n.º 5.484	de 26.07.11	Estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações e critérios de atendimento aos munícipes usuários.
Lei n.º 5.485	de 26.07.11	Contrata, temporária e administrativamente, 10 Entrevistadores para atuarem na SMHAD e abre crédito especial (Bolsa Família)
Lei n.º 5.493	de 15.08.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 1.316,11 (instalação de alarmes no CRAS e DASC).
LC n.º 5.496	de 22.08.11	Cria mais um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.

Lei n.º 5.592	de 05.03.12	Contrata, temporária e administrativamente, 01 Psicólogo e abre crédito especial (CRAS)
Lei n.º 5.707	de 02.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.500,00 (Aquisição de equipamento p/ oficina de informática – AABB Comunidade).
Lei n.º 5.756	de 11.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 2 (dois) Psicólogos (p/ atuarem no CREAS).
Lei n.º 5.812	de 26.08.13	Autoriza a firmar convênio com a União, incluir ação no PPA 2010 – 2013 e a abrir crédito especial no valor de R\$ 745.221,62 (ProJovem).
Lei n.º 5.821	de 13.09.13	Autoriza a firmar termo de repasse com Alexandre Ferraz da Conceição e Jade Bandeira Kuhn. (Milset Expo-Sciences International 2013)
Lei n.º 5.845	de 21.10.13	Firma Convênio com a APAE no valor de R\$ 60.000,00 (Em busca de igualdade estamos aqui-2013)
Lei n.º 5.918	de 28.04.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 15.000,00 (aquisição de equipamentos para a PROSEPA)
Lei n.º 5.960	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 27.790,25 (aquisição de livros – Concurso Biblioteca Ativa SEDAC).
Lei nº 5.967	de 25.08.14	Excluir e incluir ação da LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 232.000,00 (infraestrutura rua Equador – Loteamento Steigleder).
Lei nº 5.972	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 180.290,45 (cobertura da quadra esportiva da Escola Pedro João Müller)
Lei nº 5.992	de 16.09.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 72.237,69 (reprogramação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social)

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO – SMIC

Lei n.º 3.774	de 30.07.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$24.000,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.787	de 26.08.02	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3,758, de 2 de julho de 2002, que autoriza o

		Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$40.000,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.790	de 10.09.02	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à ampliação do Complexo Industrial Frangosul-Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 3.795	de 16.09.02	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivo ao Projeto de Expansão Industrial da empresa MARSUL PROTEÍNAS LTDA. e dá outras providências.
Lei n.º 3.808	de 14.10.02	Acrescenta/reduz valores às metas e inclui meta no Plano Plurianual – PPA 2002-2005 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.840	de 13.12.02	Institui o Mercado de artesanato de Montenegro sob a denominação de Feira do Artesanato, Brique e Arte na Praça no Município de Montenegro.
Lei n.º 3.856	de 31.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a permutar uma área de 1.405,35 metros quadrados, por outra de igual metragem, e dá outras providências.
Lei n.º 3.891	de 19.05.03	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivo à instalação de empresa SERIART COMÉRCIO DE BRINDES LTDA. e dá outras providências.
Lei n.º 3.921	de 18.08.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$2.730,00 (compra de Livros para SMIC).
Lei n.º 3.931	de 31.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivo à ampliação da empresa MINIMERCADO PONTO ECONÔMICO.
Lei n.º 3.942	de 15.09.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências (Aquisição de veículo para campanha "Abraça Montenegro").
Lei n.º 3996	de 22.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir metas constantes na LDO 2003. (Pavimentação da estrada de Santos Reis, Calçamento da rua Amândio Lampert, Manutenção do Balneário Municipal, Reforma do Arquivo Público Municipal e Construção de Casas)

Lei n.º 4004	de 29.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à instalação da empresa BMZ COUROS LTDA. e dá outras providências.
Lei n.º 4011	de 30.12.03	Acrescenta o art. 3.º-A à Lei n.º 3942, de 15 de setembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências. (Projeto Abrace Montenegro)
Lei n.º 4054	de 26.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2004 e dá outras providências. (aquisição de câmeras filmadoras e climatizador de ar – SMIC)
Lei n.º 4085	de 23.6.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 4583,00 e dá outras providências. (Climatizador de ar para o prédio da SMIC)
Lei n.º 4114	de 06.9.04	Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à ampliação do Complexo Industrial Frangosul/Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 4.140	de 16.11.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 20.000,00 – SMIC – Campanha 2004 – Abrace Montenegro.
Lei n.º 4.323	de 21.11.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005, abrir crédito especial no valor de R\$ 21.300,00 e firmar convênio com CDL – Sonho de Natal 2005.
Lei n.º 4.375	de 30.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 8095,00 (cursos de qualificação profissional junto ao Senai).
Lei n.º 4.465	de 06.06.06	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 84.000,00 (SMIC – Estrada do Morro São João).
Lei n.º 4.487	de 11.07.06	Autoriza o Executivo firmar parceria com o SENAC (Pesquisa Perfil Consumidor).
Lei n.º 4.490	de 11.07.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com o IPA (Projeto Inventário Turístico).
Lei n.º 4.511	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ações na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 160.000,00 (exclui equip. SMVSU, inclui asfalto Estr. Dr. Niquinho, Compra Vaga Creche e Incent.Comércio)
Lei n.º 4.590	de 26.12.06	Autoriza o Eecutivo firmar convênio com a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e

		Cultura-ISAEC, no valor de R\$ 130.100,00 e abrir crédito especial.
Lei n.º 4.623	de 20.03.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 100.073,60 – SMIC (Construção de pórticos)
Lei n.º 4.624	de 20.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 100.073,60 – SMIC (Construção de Pórticos).
Lei n.º 4.630	de 27.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 84.001,00 – SMIC (melhorias estradas Morro São João)
Lei n.º 4.631	de 09.04.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 67.558,15 – SMIC (obras equipamentos para Aeródromo)
Lei nº 4.680	de 16.07.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 38.000,00 (SENAI)
Lei nº 4.718	de 11.09.07	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 6.000,00 (SMIC)
Lei nº 4.772	de 07.12.07	Autoriza o Executivo a ratificar o vlr. De 13.056,00 utilizado no Progr. Bolsa de Fábr. A ser repassado à ISAEC, firmar convênio e abrir Créd Espec de 19.200,00.
Lei nº 4.884	de 26.05.08	Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e a abrir créd espec de R\$200.145,20-constr de pórticos.
Lei nº 4.971	de 28.10.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 37.399,53 (equipamentos p/ cozinhas escolas municipais e estaduais)
Lei nº 4.972	de 03.11.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 15.010,00 (equipamentos e instalação de alarmes nas escolas)
Lei nº 4.999	de 15.12.08	Autoriza Executivo a acrescentar valores a ações da LDO 2009 (incentivos – Hexion)
Lei nº 5.035	de 16.02.09	Autoriza Executivo a abrir crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos).
Lei nº 5.224	de 30.12.09	Abre crédito especial de R\$ 7.495,52 (aditivo contrato p/ construção Pórtico RS 240)
Lei nº 5.271	de 14.05.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 23.645,00 (obras de melhorias e aquisição de equipamentos p/ aeródromo)
Lei n.º 5.427	de 16.05.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos RS 240)

Lei n.º 5.917	de 24.04.14	Autoriza a conceder incentivo à empresa A.G. Ribeiro Comunicação Visual – ME
Lei n.º 5.936	de 25.06.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 31.680,00
Lei n.º 5.989	de 16.09.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial de R\$ 22.000,00 (melhorias na Incubadora Empresarial)

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SMMA (a partir de 2009)

Lei n.º 5.490	de 15.08.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição máquinas e equipamentos p/ SMMA).
---------------	-------------	---

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP

Lei n.º 3.793	de 16.09.02	Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$137.090,05, Operação de Crédito do FUNDOPIMES, e dá outras providências.
Lei n.º 3.807	de 11.10.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$165.00,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.823	de 05.11.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$30.295,92 e dá outras providências. (pavimentação de ruas do Bairro Germano Henke).
Lei n.º 3.869	de 13.03.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$14.490,00 (Projeto de drenagem pluvial das ruas Canasvieiras, Porto Belo, Tramandaí, Copacabana e Florindo Machado).
Lei n.º 3.881	de 14.04.03	Reduz valor de meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2003 e dá outras providências. (Levantamentos Topográficos das ruas Castro Alves, Menino Deus, Independência, Estrada Geral de Santos Reis e saneamento básico do Bairro Imigração)
Lei n.º 3.882	de 14.04.03	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 3.869, de 13 de março de 2003, que autoriza o

		Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$14.490,00 e dá outras providências (Projeto de drenagem pluvial das ruas Canasvieiras, Porto Belo, Trmandaí, Copacabana e Florindo Machado)
Lei n.º 3913	de 14.07.03	Altera meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2003 (Saneamento Básico, Pavimentação e Calçamento do Bairro Imigração).
Lei n.º 3.948	de 02.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir metas na LDO 2003 e dá outras providências (Microdrenagem e calçamento com pedra irregular das ruas João Corrêa e Albino Frederico Hoffmeister).
Lei n.º 3956	de 20.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a reduzir valor de metas constantes na LDO 2003. (Calçamento com microdrenagem da Rua Licínio Faustino da Silva e Saneamento Básico, Pavimentação e calçamento do Bairro Imigração)
Lei n.º 3987	de 02.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 35565,06 e dá outras providências. (Drenagem pluvial das ruas Intendente Klinger de Oliveira, Ricardo Jahn e Condomínio Floresta Negra)
Lei n.º 3996	de 22.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir metas constantes na LDO 2003. (Pavimentação da estrada de Santos Reis, Calçamento da rua Amândio Lampert, Manutenção do Balneário Municipal, Reforma do Arquivo Público Municipal e Construção de Casas)
Lei n.º 4023	de 09.02.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 250000,00 e dá outras providências. (valores excedentes ao previsto na LDO 2003 – SMOP)
L.C. n.º 4066	de 11.5.04	Cria mais um cargo de Assessor Especial – CC/FG 08, no quadro de Cargos em Comissão e Função Gratificada, art. 20 da Lei Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, Plano de Carreira do Servidores Municipais.
Lei n.º 4070	de 24.5.04	Exclui metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2004 (calçamento e microdrenagem em ruas do Bairro Germano Henke)

Lei n.º 4074	de 31.5.04	Exclui meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2004. (calçamento e microdrenagem da rua Curitiba)
Lei n.º 4086	de 23.6.04	Exclui meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2004, e dá outras providências. (Exclusão de "Construção de Casas Populares" e inclusão de "Execução de Infra-estrutura Urbana...")
Lei n.º 4116	de 06.9.04	Autoriza o Executivo Municipal a abri Crédito especial no valor de R\$ 11000,00 e dá outras providências. (construção de muro de arrimo na Rua Apolinário de Moraes)
Lei n.º 4137	de 08.11.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 51.488,34 – SMOP – (conclusão calçada Beira do Rio).
Lei n.º 4159	de 14.01.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.179.938,65 – pavimentação e microdrenagem da Av. Itália.
Lei n.º 4.167	de 21.02.05	Autoriza Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00 (ampliação e reforma do almoxarifado)
Lei n.º 4.227	de 28.06.05	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 275.476,78 – Asfalto Rua Fernando Ferrari).
Lei n.º 4.228	de 28.06.05	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 323.308,55 – Calçamento Rua Boa Vista.
Lei n.º 4.284	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir ação em programa do PPA 2002-2005 e meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 157.887,42 (calçamento e microdrenagem Rua Getulio Vargas).
Lei n.º 4.285	de 13.10.05	Autoriza o Executivo incluir ação em programa PPA 2002-2005 e meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 44.404,04 (calçamento e microdrenagem Rua Emílio Leipnitz).
Lei n.º 4.286	de 13.10.05	Autoriza Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 25.700,00 (SMOP – aquisição veículo).
Lei n.º 4.297	de 27.10.05	Autoriza Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$

		50.000,00 (iluminação pública Rua Dr. Gilberto Seelig).
Lei n.º 4.326	de 23.11.05	Autoriza Executivo a incluir meta LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 6.290,00 (material e equipamento de informática).
Lei n.º 4.331	de 28.11.05	Autoriza Executivo incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial valor de R\$ 95.000,00 (construção salas anexas ao palácio Rio Branco).
Lei n.º 4359	de 27.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 83.634,32 (calçamento da Rua Capitão Cruz).
Lei n.º 4371	de 30.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito no valor de R\$ 252.766,02 (calçamento da Rua Licínio Faustino da Silva).
Lei n.º 4.402	de 20.03.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor R\$ 2.000,00 (Câmera fotográfica).
Lei n.º 4.403	de 20.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 102.100,00 (recuperação e conclusão da calçada Beira Rio Caí).
Lei n.º 4.423	de 05.04.06	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 102.147,21 (capeamento Bruno de Andrade).
Lei n.º 4.468	de 12.06.06	Autoriza Executivo a excluir e incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 52.127,67 (reforma Ginásio Normélio Petry).
Lei n.º 4.510	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO 2006 (calçamento Rua União p/Creche B. Ferroviário).
Lei n.º 4.511	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ações na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 160.000,00 (exclui equip. SMVSU, inclui asfalto Estr. Dr. Niquinho, Compra Vaga Creche e Incent.Comércio)
Lei n.º 4.619	de 16.03.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 14.460,00 – SMOP – (iluminação Rua João Corrêa).
Lei n.º 4.627	de 27.03.07	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 1.211.000,00 – (Fundo Previdenciário).

Lei n.º 4.660	de 28.05.07	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 88.312,00 (Estrada de Santos Reis).
Lei nº 4.686	de 30.07.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 11.580,46. (Prédios públicos-Museu Municipal-SMOP)
Lei nº 4.846	de 07.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 25.270,65 (Aditivo entorno rodoviária)
Lei nº 4.900	de 20.06.08	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 120.000,00 (Aditivo Buarque de Macedo)
Lei nº 4.926	de 28.07.08	Autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui aquisição de frota SMVSU p/ suplementar SMOP recapeamento asfáltico)
Lei nº 4.933	de 08.08.08	Altera redação do Inciso I do art. 1º da Lei 4.926/08 que autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui aquisição de frota SMVSU p/ suplementar SMOP recapeamento asfáltico)
Lei nº 5.249	de 12.04.10	Inclui ação no PPA, na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (elaboração Plano de Saneamento Básico)
Lei n.º 5.318	de 06.09.10	Contrata temporária e administrativamente, 02 Engenheiros e 01 Arquiteto.
Lei n.º 5.395	de 09.03.11	Ratifica convênio com a CORSAN, inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 227.096,97 (ampliação de redes de distribuição de água)
Lei n.º 5.415	de 15.04.11	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 5.318/10, que contrata temporária e administrativamente dois Engenheiros e um Arquiteto.
Lei n.º 5.509	de 04.10.11	Contrata, temporária e administrativamente, um Engenheiro ou um Arquiteto.
Lei n.º 5.577	de 24.01.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 4.240.418,77 (macro drenagem Arroio São Miguel).
Lei n.º 5.591	de 27.02.12	Dispõe sobre a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.
Lei n.º 5.783	de 10.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 214.500,00. (Revitalização Rua Ramiro Barcelos)

Lei n.º 5.784	de 10.06.13	Inclui ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 123.110,36. (Praça Loteamento Prolurb)
Lei n.º 5.846	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 328.716,38. (recuperação do talude cais do Rio Cai)
Lei n.º 5.871	de 30.12.13	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito Especial no valor de R\$ 278,75 (Capeamento asfáltico, rua Capitão Cruz)
Lei n.º 5.957	de 18.08.14	Contrata, temporária e administrativamente, um Engenheiro Civil.
Lei nº 6.140	de 07.07.15	Contrata, temporária e administrativamente, um Engenheiro Civil.
LC nº 6.193	de 24.07.15	Cria 2 (dois) cargos de Arquiteto no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 6.218	de 15.10.15	Inclui ações no Plano Plurianual – PPA 2014-2017 (ampliação da infraestrutura urbana).

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL – SMSAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS (a partir de 2009)

Lei n.º 2.470	de 14.09.87	Altera organização administrativa da Prefeitura Municipal de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 2.471	de 14.09.87	Altera o Quadro de Cargos em Comissão e Funções Grtificadas da Prefeitura Municipal de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 3.486	de 23.02.00	Autoriza a contratação temporária de assistente social.
Lei n.º 3.747	de 25.06.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$260.000,00 e dá outras providências.
Lei n.º 3.775	de 30.07.02	Acrescenta valores às metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.781	de 12.08.02	Inclui meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.

Lei n.º 3.801	de 30.09.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$4.615,93 e dá outras providências.
Lei n.º 3.818	de 25.10.02	Cria mais um cargo de assistente social e mais um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo instituído pela Lei Complementar nº 2.636/90.
Lei n.º 3.819	de 29.10.02	Acrescenta valor à meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.820	de 29.10.02	Acrescenta valor à meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.824	de 11.11.02	Cria mais um cargo de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo instituído pela Lei Complementar nº 2.636/90.
Lei n.º 3.832	de 27.11.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$75.000,00 e dá outras providências (Aquisição de microônibus para SMSAS).
Lei n.º 3.834	de 09.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$280.000,00 e dá outras providências. (Aerofotogrametria do Município).
Lei n.º 3.835	de 09.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$135.422,26 e dá outras providências. (Construção de Sanitários em 70 domicílios rurais).
Lei n.º 3.852	de 27.12.02	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 17 Agentes de Campo e dá outras providências.
Lei n.º 3.861	de 17.02.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$4.196,38 (Devolução Saldo convênios).
Lei n.º 3.865	de 21.02.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$226,64 (Devolução Saldo Convênios)
Lei n.º 3.874	de 07.04.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$12.000,00 e dá outras providências. (Cercamento de área de depósito de materiais da SMAS).
Lei n.º 3.876	de 07.04.03	Autoriza o Executivo Municipal a receber, em doação, recursos financeiros para repasse à

		Sociedade Beneficente Espiritualista – Lar do Menor e dá outras providências.
Lei n.º 3.879	de 07.04.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$20.000,00 e dá outras providências. (Reformas da Sociedade Beneficente Espiritualista)
Lei n.º 3.880	de 14.04.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$120.000,00 e dá outras providências. (Aquisição de unidade móvel)
Lei n.º 3.886	de 02.05.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$54.910,00 (compra de consultas especializadas).
Lei n.º 3.887	de 02.05.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$50.000,00 e dá outras providências. (aquisição de analisador bioquímico).
Lei n.º 3.904	de 23.06.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 10 Agentes de Campo e dá outras providências.
Lei n.º 3.906	de 25.06.03	Dispõe sobre a distribuição de material de construção às famílias afetadas por situações de emergência.
Lei n.º 3.914	de 14.07.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências. (Aquisição de autoclaves para esterilização de material odontológico)
Lei n.º 3.922	de 02.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir programa no Plano Plurianual – PPA 2002-2005 e dá outras providências (plantão de emergência/urgência da SMSAS)
Lei n.º 3.926	de 26.08.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um Nutricionista.
Lei n.º 3.935	de 01.09.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências. (Construção de Posto de Saúde no bairro Germano Henke)
Lei n.º 3.947	de 01.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências (Reforma de prédio para implantação do Posto de Saúde na Vila Esperança)

Lei n.º 3.949	de 01.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$126.800,00 e dá outras providências. (Construção de casas para famílias em área de risco)
Lei n.º 3.951	de 06.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais e dá outras providências.
Lei n.º 3996	de 22.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir metas constantes na LDO 2003. (Pavimentação da estrada de Santos Reis, Calçamento da rua Amândio Lampert, Manutenção do Balneário Municipal, Reforma do Arquivo Público Municipal e Construção de Casas)
Lei n.º 4000	de 29.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um psiquiatra.
Lei n.º 4031	de 08.3.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 147500,00 e dá outras providências. (aquisição de veículo – SMSAS)
Lei n.º 4040	de 19.3.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um pediatra.
Lei n.º 4042	de 19.3.04	Altera a redação da ementa, do artigo 1.º e acrescenta parágrafos à Lei n.º 3791, de 16 de setembro de 2002, que institui o Transporte Urbano Diferenciado para Pessoas Portadoras Paralíticas e ou cegas, nas linhas convencionais de ônibus, dentro da cidade de Montenegro, e dá outras providências.
Lei n.º 4045	de 01.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um Clínico geral, e dá outras providências.
Lei n.º 4046	de 01.4.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 17 Agentes Comunitários de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, e dá outras providências.
Lei n.º 4047	de 01.4.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento no Programa de Saúde da Família – PSF, e dá outras providências.

Lei n.º 4048	de 05.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 22000,00. (Convênio c/ APAE)
Lei n.º 4058	de 27.4.04	Altera redação do art. 4.º da Lei n.º 4047, de 1.º de abril de 2004, que autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento no Programa de Saúde da Família – PSF, e dá outras providências.
Lei n.º 4067	de 17.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 10 (dez) Visitadores para atender ao Programa Primeira Infância Melhor, e dá outras providências.
Lei n.º 4079	de 07.6.04	Altera o art. 3.º da Lei n.º 4047, de 1.º de abril de 2004, que autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento ao Programa de Saúde da Família – PSF, e dá outras providências. (altera valores a serem pagos aos contratados)
Lei n.º 4083	de 18.6.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 10 (dez) Agentes de Campo e dá outras providências.
Lei n.º 4084	de 18.6.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um Odontólogo.
Lei n.º 4090	de 28.6.04	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 01 (um) Auxiliar de Enfermagem para atender ao Programa Primeira Infância Melhor – PIM.
Lei n.º 4093	de 28.6.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 30 (trinta) Agentes Comunitários de Saúde e de 1 (um) Enfermeiro para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS.
Lei n.º 4102	de 26.7.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 149.805,00, e dá outras providências. (aquisição de equipamento e material permanente)

Lei n.º 4109	de 10.8.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Brigada Militar de Montenegro, e dá outras providências.
Lei n.º 4121	de 27.9.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 229796,00 e dá outras providências. (Postos de Saúde, Programa Saúde da Família e aquisição de unidade móvel para a SMSAS)
Lei n.º 4123	de 04.10.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 18802,69. (Devolução de sobras de recursos à União)
Lei n.º 4.136	de 03.11.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 135.000,00 – SMSAS – Construção Casas Populares – Prolurb III.
Lei n.º 4.153	de 27.12.04	Autoriza o executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista – FMDCA
Lei n.º 4.166	de 21.02.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.000,00 (Convênio c/CPM E.E. Aurélio Porto).
Lei n.º 4.172	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00/Laboratório SMSAS.
Lei n.º 4.173	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00/Posto Saúde Germano Henke.
Lei n.º 4.176	de 15.03.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 11.000,00-despesas passagem e locomoção.
Lei n.º 4.192	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 83.000,00 (aquisição bens móveis).
Lei n.º 4.196	de 29.04.05	Autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento ao Programa de Saúde da Família – PSF.
Lei n.º 4.202	de 03.05.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.096,86 (cercamento prédio).
Lei n.º 4.217	de 10.06.05	Autoriza Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 26.500,00 – aquisição veículo.
Lei n.º 4.255	de 17.08.05	Autoriza o Executivo alterar arts. 2º e 3º da Lei nº 4.217/05.

Lei n.º 4.258	de 22.08.05	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, três médicos Clínico Geral e um médico Ginecologista.
Lei n.º 4.263	de 29.08.05	Autoriza Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal de saúde da região do vale do Caí-CIS/CAI, abrir crédito especial no valor de R\$ 24.000,00.
Lei n.º 4.299	de 27.10.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 4.640,00 – Combate a Fome.
Lei n.º 4.304	de 07.11.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R4 4.000,00 (auxílio pessoas físicas - combate a fome).
Lei n.º 4.314	de 07.11.05	Autoria o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 10.000,00 – SMSAS (Passagens e despesas c/locomoção).
Lei n.º 4.349	de 19.12.05	Inclui a Seção de Atendimento à Criança e ao Adolescente no parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 3.360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Pref.Mun.
Lei n.º 4.350	de 19.12.05	Cria cargo de Diretor de Departamento de Assistência Social na SMSAS – CC/FG 8, no Quadro de Cargos em Comissão e FG.
Lei n.º 4.351	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial de R\$ 28.300,00 (Projeto Prosepa).
Lei n.º 4.367	de 30.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor R\$ 90.000,00 (aquisição e um veículo p/ a Vigilância Sanitária).
Lei n.º 4.369	de 30.12.05	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 8328,00 (aquisição de material permanente e equipamento de informática para o Programa Bolsa Família).
Lei n.º 4.384	de 19.01.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 12.155,00 – SMSAS (Habitação).
Lei n.º 4.396	de 01.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (vigilância epidemiológica).
Lei n.º 4.405	de 20.03.06	Ratifica convênio celebrado com Estado do RS, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e autoriza o

		Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais e abrir crédito especial de R\$ 22.790,00.
Lei n.º 4.413	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 84.321,00 (Bens Móveis - SMSAS).
Lei n.º 4.414	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 93.200,50 (SMSAS – Construção Prédio).
LC n.º 4.422	de 05.04.06	Cria mais 1 (um) cargo de Chefe de Seção – CC/FG 4 no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
Lei n.º 4.424	de 05.04.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 26.000,00 (Programa Viva Criança).
Lei n.º 4.453	de 22.05.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006-2009 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 18.548,57 (reforma Unidade Básica de Saúde).
Lei n.º 4.454	de 22.05.06	Altera art. 2º da Lei 4414/06 – incluir ação LDO 06 e abrir crédito especial R\$ 93.200,50 (construção setor remoções, garagens e rampa-SMSAS)
Lei n.º 4.458	de 29.05.06	Altera art. 1º da Lei 4.442/06 – autoriza abrir crédito especial de R\$ 50.000,00 (Farmácia Popular).
Lei n.º 4.470	de 12.06.06	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um enfermeiro (SMSAS).
Lei n.º 4.506	de 07.08.06	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, profissionais para a Farmácia Popular.
Lei n.º 4.524	de 11.09.06	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA 2006-2009 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 100.000,00 – SMSAS (aquisição de veículo).
Lei n.º 4.537	de 02.10.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 92.523,00 (reforma/ampliação CAPS, aquis. material e equipamentos).
Lei n.º 4.539	de 09.10.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/09 e na LDO 06 e abrir crédito especial de R\$ 210.000,00 (reforma/ampliação farmácia e almoxarifado central da SMSAS)

Lei n.º 4.551	de 30.10.06	Autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários dos profissionais contratados para o PACS, PSF e Programa de Combate a Dengue.
Lei n.º 4.552	de 06.11.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 18.548,57, reabrir no exercício de 2007 e incluir ação na LDO 2007 e incluir ação na LDO 2007 (SMSAS - reforma Posto de Saúde).
Lei n.º 4.553	de 06.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 30.866,15 (SMSAS – construção guarita)
Lei n.º 4.557	de 13.11.06	Autoriza o Executivo a incluir ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial R\$ 37.000,00 (asfaltamento área aterro sanitário).
Lei n.º 4.565	de 21.11.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 19.500,00 (Programa Bolsa Família).
Lei n.º 4.576	de 04.12.06	Autoriza o Executivo a excluir ação da LDO 2006 (Posto Saúde).
Lei n.º 4.615	de 06.03.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 2.400,00 (PETI Bolsa).
Lei n.º 4.618	de 09.03.07	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 22.790,00 – SMSAS – Convênio PEAS.
Lei n.º 4.622	de 20.03.07	Autoriza o Executivo incluir ação em Programa do PPA e na LDO 2007, abrir crédito especial de R\$ 77.205,00 – SMSAS (ampliação PSF Senai).
Lei n.º 4.650	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 41.596,00(aquisição de equipamentos e material permanente).
Lei nº 4.671	de 02.07.07	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO e abrir crédito especial de R\$ 10.000,00. (Equipamento e material permanente)
Lei nº 4.678	de 16.07.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 5.733,20. (equip. e material permanente/bolsa família)
Lei n.º 4.690	de 06.08.07	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Farmacêutico.
Lei nº 4.695	de 14.08.07	Autoriza o Executivo Municipal a incluir ação na LDO/2007 e abrir crédito especial no valor de R\$ 20.400,00 (equipamentos vigilância epidemiológica)

Lei n.º 4.767	de 04.12.07	Cria mais 2 cargos de Técnico de Enfermagem – Efetivos.
Lei nº 4.774	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 729,45 (SMSAS-Alarme-Serviço de Habitação Social)
Lei nº 4.775	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a contratar, tempor. e administr., 02 (dois) Odontólogos.
Lei n.º 4.777	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a <u>excluir</u> ação na LDO/07 (SMSAS-Centro de Convivência dos Idosos)
Lei nº 4.783	de 21.12.07	Autoriza o Executivo excluir e incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 38.000,00 (equipamentos SMSAS)
Lei nº 4.790	de 28.12.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 30.500,00 (aquisição veículo Bolsa Família)
Lei nº 4.796	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 05 Agentes de Campo. (Vigilância Ambiental)
Lei nº 4.797	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a conceder abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao PSF e PACS.
Lei n.º 4.812	de 18.02.08	Cria o Dto. De Habitação Social no GP e extingue o Serv. de Habitação Social na SMSAS, Lei n.º 3360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura.
Lei nº 4.820	de 25.02.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO/2008 e abrir crédito especial de R\$ 33.973,54 (equip. e mat. Permanente SMSAS)
Lei nº 4.824	de 03.03.08	Cria Seção de Coordenação do Centro de Referência em Assistência Social e extingue a Seção de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Depto. de Assistência Social, Lei nº 3.360/98.
Lei nº 4.825	de 03.03.08	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 15.410,21 (Projetos Sociais).
Lei nº 4.829	de 10.03.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/2007 e abrir crédito especial de R\$ 32.000,00 (aquisição veículo CAPS I).

Lei nº 4.850	de 14.04.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais
Lei nº 4.858	de 22.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 90.000,00 (equipamentos HM)
Lei nº 4.860	de 22.04.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 1.871,22 (devolução convênio PROSEPA/BM)
Lei nº 4.865	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial de R\$ 70.640,00 – Plano de Habitação-FRHP.
Lei nº 4.872	de 19.05.08	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Bem Espiritualista, para a execução do Projeto INPV e Parceiros Revitalizando Abrigo.
Lei nº 4.873	de 19.05.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 08 e abrir crédito especial de R\$ 25.800,00-Equip. e mtl. Permanente-Bolsa Família.
Lei nº 4.886	de 26.05.08	Aut.Exec. a abrir crédito especial de R\$ 240.000,00-Consórcio CIS/ CAÍ-Assist.farmacêutica e Insumos.
Lei nº 4.888	de 09.06.08	Aut.Exec. a incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 200.000,00-Infraestrutura de loteamentos.
Lei nº 4.892	de 10.06.08	Aut. Contratação Temporária e Administrativa de excepcional interesse público de 12 Agentes Comunitários de Saúde para o PACS e o PSF.
Lei nº 4.895	de 16.06.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 52.500,00 (equipamentos escolas educação infantil)
Lei nº 4.897	de 16.06.08	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 17.352,88 (equipamentos escolas educação infantil)
Lei nº 4.904	de 30.06.08	Autoriza o Executivo incluir ação da LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 30.000,00 (equipamentos e material vigilância epidemiológica)
Lei nº 4.907	de 14.07.08	Aut. o Exec. a alterar a redação do art. 2.º da LC 3649/01, que cria 01 cargo de Chefe de Serviço de Informática – CC/FG 06 e extingue o cargo de Chefe de Serviço de Atendimento Laboratorial – na SMSAS.

Lei nº 4.908	de 14.07.08	Aut. Exec. a transferir o cargo de Chefe de Serviço de Informática – CC/FG 06 da SMSAS p/ a SMAP, L n.º 3360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei nº 4.911	de 14.07.08	Autoriza o Executivo a abrir créd especial de R\$ 8.000,00 p/ Farmácia Popular do Brasil.
Lei nº 4.912	de 14.07.08	Autoriza o Executivo a abrir créd especial de R\$ 15.000,00 p/ FMDCA – Projeto Semeando o Futuro – DAS.
Lei nº 4.919	de 18.07.08	Autoriza o Executivo incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 78.376,08 (ampliação PSF bairro Senai)
Lei nº 4.921	de 21.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 102.331,37 (construção PSF Muda Boi)
Lei nº 4.922	de 21.07.08	Autoriza Executivo a incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 79.675,59 (construção PSF Santos Reis)
Lei nº 4.925	de 28.07.08	Autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui instalação de alarmes centro de convivência)
Lei nº 4.939	de 01.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 78.676,00 (compra de vagas p/ abrigagem criança e adolescente)
Lei nº 4.990	de 08.12.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 61.000,00 (aquisição veículo SMSAS)
Lei n.º 5.040	de 13.03.09	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2009 e a abrir crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição de equipamentos p/ depto. Habitação Social)
Lei n.º 5.073	de 18.05.09	Inclui ação LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (instalação de fibra ótica e cabos – SMSAS)
Lei n.º 5.094	de 08.06.09	Abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (Consórcio CIS/CAÍ – compra de equipamentos p/ SMSAS)
Lei n.º 5.149	de 15.09.09	Contratação, temporária e administrativa, 1 Auxiliar de Consultório Dentário
Lei nº 5.157	de 06.10.09	Inclui na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 109.940,00 (equipamentos e material p/ PSF 2-Esperança e PAM)

Lei n.º 5.186	de 23.11.09	Firma convênio c/ OASE p/ manutenção e custeio do projeto Farmácia Popular do Brasil
Lei nº 5.219	de 30.12.09	Firma convênio com a OASE para manutenção e custeio do projeto Farmácia Popular do Brasil.
Lei nº 5.239	de 08.03.10	Contrata, temporária e administrativamente, vários profissionais para atendimento à Estratégia de Saúde da Família-ESF (postos de saúde de Santos Reis, Muda Boi e bairro Esperança)
Lei n.º 5.247	de 06.04.10	Inclui ações na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 128.000,00 (equipamentos SMSAS e postos de saúde e reformas)
Lei nº 5.261	de 10.05.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial R\$ 25.000,00 (aquisição equipamentos para área médica ambulatorial, através do CIS/CAI)
Lei nº 5.262	de 10.05.10	Abre crédito especial R\$ 128.000,00 (Programa Controle Diabetes Mellitos)
Lei nº 5.283	de 28.06.10	Contratação, temporária e administrativa, de um Médico Ginecologista.
Lei nº 5.316	de 30.08.10	Abre crédito especial de R\$ 4.771,52 (devolução de recursos do Plano de Aplicação da SMS)
Lei nº 5.321	de 06.09.10	Abre crédito especial de R\$ 43.589,20 (Plano de Aplicação dos Recursos p/ SMS)
Lei n.º 5.358	de 30.11.10	Contratação, temporária e administrativa, de 01 Auxiliar de Consultório Dentário.
Lei nº 5.364	de 09.12.10	Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 50.000,00 (programa DST/HIV/AIDS)
Lei nº 5.374	de 27.12.10	Cria empregos públicos p/ atuação em programas da saúde na Administração Municipal e disciplina o regime de emprego público do pessoal contratado
Lei nº 5.387	de 25.01.11	Abre crédito especial de R\$ 30.137,61 (devolução de saldo convênio-Saúde)
Lei n.º 5.405	de 28.03.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 24.087,09 (Plano de Desastres Ambientais - reestruturação estabelecimentos de saúde)
Lei n.º 5.440	de 03.06.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (aquisição de equipamento para o CAPS I)

Lei n.º 5.453	de 13.06.11	Abre crédito especial de R\$ 48.000,00 (Compra de vagas/leitos em comunidade terapêutica para tratamento de usuários de crack e outras drogas)
Lei n.º 5.463	de 20.06.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam na ESF, PACS e Combate à Dengue.
Lei n.º 5.464	de 20.06.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde da SMS.
Lei n.º 5.475	de 04.07.11	Abre crédito especial de R\$ 1.600,00 (passagens urbanas para pacientes do CAPS I)
Lei n.º 5.501	de 05.09.11	Inclui ação na LDO 2011 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial de R\$ 55.759,30 (aquisição de um veículo para o Serviço de Vigilância Sanitária)
LC n.º 5.506	de 26.09.11	Cria um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.518	de 24.10.11	Abre crédito especial de R\$ 14.151,06, reabre no próximo exercício financeiro e inclui ação na LDO 2011 (instalação de cobertura no pátio da SMS).
Lei n.º 5.547	de 19.12.11	Contrata, temporária e administrativamente, 1 (um) Médico
Lei n.º 5.559	de 26.12.11	Ratifica convênio com o Estado do RS, através da Secretaria da Saúde. (Cedência do Servidor Cristiano Barreto Kochenborger – PIM)
Lei n.º 5.573	de 30.12.11	Contrata, temporária e administrativamente, 3 (três) Médicos Clínicos Geral
Lei n.º 5.574	de 30.12.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga, em caráter excepcional, o contrato temporário e administrativo, em vigor, do profissional Médico que atua na SMS/ESF
Lei n.º 5.588	de 22.02.12	Contrata, temporária e administrativamente, 1 (um) Auxiliar de Consultório Dentário
Lei n.º 5.589	de 22.02.12	Contrata, temporária e administrativamente, um Psicólogo.
Lei n.º 5.590	de 27.02.12	Contrata, temporária e administrativamente, um Bioquímico.

Lei n.º 5.596	de 09.03.12	Abre crédito especial de R\$ 5.501,80 (devolução saldo – SMS)
Lei n.º 5.603	de 27.03.12	Contrata, temporária e administrativamente, 1 (um) Médico Gineco-Obstetra.
Lei n.º 5.6237	de 04.06.12	Abre crédito especial de R\$ 10.000,00 (contratação de serviço técnico profissional - CAPS I)
Lei nº 5.672	de 18.07.12	Denomina de Isolina Maria Bondan a Pediatria da Secretaria Municipal da Saúde.
Lei n.º 5.755	de 11.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Psicólogo (p/ atuar na SMS).
Lei n.º 5.758	de 11.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 1 (um) Enfermeiro (p/ atuarem na SMS/ESF1 Germano Henke).
Lei n.º 5.760	de 15.04.13	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 2 (dois) Psicólogos (p/ atuarem na SMS/CAPS).
Lei n.º 5.771	de 19.04.13	Contratação, temporária e administrativa, de 01 Odontólogo.
Lei n.º 5.779	de 07.06.13	Autorizo a convocação de um Enfermeiro para o regime suplementar de trabalho.
LC n.º 5.780	de 07.06.13	Cria 02 cargos de Auxiliar de Consultório Dentário no Quadro de Cargos de Provisão Efetivo - LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.781	de 07.06.13	Contratação, temporária e administrativa, de 02 Auxiliares de Consultório Dentário.
Lei n.º 5.788	de 28.06.13	Contrata, temporária e administrativamente, um Médico. (Saúde Prisional).
Lei n.º 5.800	de 02.08.13	Autoriza a convocação de 01 Assistente Social para o regime suplementar de trabalho (SMS)
Lei n.º 5.814	de 26.08.13	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000,00 (referente ao bloco gestão do SUS)
Lei n.º 5.819	de 10.09.13	Lei n.º 5.819 de 10.09.13 Autoriza a firmar convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ. (procedimentos de média e alta complexidade)

Lei n.º 5.850	de 29.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (Aquisição de veículo – vigilância epidemiológica – SMS)
Lei n.º 5.851	de 29.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 100.000,00. (Aquisição de ambulância- SMS)
Lei n.º 5.852	de 11.11.13	Abre crédito Especial no valor de R\$ 8.000,00 (Aquisição de material de distribuição gratuita para o CRAS)
Lei n.º 5.896	de 12.03.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00
Lei n.º 5.954	de 28.07.14	Contrata, temporária e administrativamente, um Médico. (Saúde Prisional).
Lei nº 5.956	de 04.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 311.456,73 e Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 5.374/2010, que Cria empregos públicos para atuação em programas da saúde na Administração Municipal e disciplina o regime de emprego público do pessoal contratado.
Lei n.º 5.961	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 645.000,00 (Coredes – Hospital Montenegro).
Lei n.º 5.964	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 10.100,00 (próteses dentárias).
Lei n.º 5.966	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 (manutenção ambulatório Penitenciária Modulada de Pesqueiro).
Lei nº 5.970	de 25.08.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 115.500,00 (equipamentos de informática e adequação das EFSs Germano Henke, Esperança e Industrial).
Lei nº 6.046	de 05.12.14	Contratação, temporária e administrativa, de 02 Atendentes de Farmácia.
LC n.º 6.067	de 09.02.15	Cria 4 (quatro) cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.068	de 09.02.15	Cria 3 (três) cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.

Lei n.º 6.069	de 09.02.15	Concede abono salarial aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à equipe da Estratégia de Saúde da Família – ESF.
LC n.º 6.082	de 09.03.15	Cria um cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.086	de 16.03.15	Cria dois cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.087	de 16.03.15	Cria 1 (um) cargo de Odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.118	de 29.05.15	Cria 1 (um) cargo de Assistente Administrativo e 3 (três) cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.192	de 24.07.15	Cria 1 (um) cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS – SMVSU

Lei n.º 3.775	de 30.07.02	Acrescenta valores às metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá outras providências.
Lei n.º 3.782	de 16.08.02	Inclui Programa na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002 e dá providências.
Lei n.º 3.907	de 30.06.03	Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências (sinalização de ruas).
Lei n.º 3.930	de 01.09.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$100.000,00. (Recapeamento de ruas).
Lei n.º 3974	de 18.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a reduzir valor de meta constante na LDO 2003 e dá outras providências. (jazigos para o Cemitério Municipal)

Lei n.º 3984	de 25.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um operário, e dá outras providências.
Lei n.º 3996	de 22.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a excluir metas constantes na LDO 2003. (Pavimentação da estrada de Santos Reis, Calçamento da rua Amândio Lampert, Manutenção do Balneário Municipal, Reforma do Arquivo Público Municipal e Construção de Casas)
Lei n.º 4007	de 30.12.03	Acrescenta o art. 2.º-A à Lei n.º 3930, de 1.º de setembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 100000,00. (recapeamento de ruas)
Lei n.º 4068	de 24.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 7000,00 e dá outras providências. (abrigos p/ paradas de ônibus)
Lei n.º 4072	de 24.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 32880,00 e dá outras providências (aquisição de subestação elétrica compartilhada)
Lei n.º 4120	de 24.9.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 165.000,00 e dá outras providências. (aquisição de retroescavadeira para a SMVSU)
Lei n.º 4124	de 04.10.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 216240,61 e dá outras providências. (Aquisição de material para recapeamento de ruas, juntamente com recursos da CIDE)
Lei n.º 3.130	de 25.10.04	Autoriza o executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 – SMVSU (construção de jazigos no cemitério)
Lei n.º 4.149	de 17.12.04	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 47.526,24 – R. Maestro Gustavo Jahn.
Lei n.º 4.154	de 27.12.04	Altera o art. 1º da Lei nº 4149/04.
Lei n.º 4.165	de 21.02.05	Autoriza abrir crédito Especial no valor de R\$ 40.547,20 (aquisição de capinadeira e duas roçadeiras).
Lei n.º 4.167	de 21.02.05	Autoriza abrir Crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (ampliação e reforma do almoxarifado do SMVSU).

Lei n.º 4.182	de 06.04.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 450,00 (aquisição de marcador de pneu).
Lei n.º 4.192	de 25.04.05	Autoriza Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 83.000,00 (frota de veículos, máquinas e implementos).
Lei n.º 4.193	de 25.04.05	Autoriza o Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 10.000,00 (aquisição abrigo nas paradas de ônibus).
Lei n.º 4.242	de 18.07.05	Autoriza o Executivo a incluir Programa no PPA 2002/5 e incluir meta na LDO 2005 (Tratamento antipó Estrada Santos Reis).
Lei n.º 4.269	de 26.09.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 30.000,00, incluir programa no PPA 2002/5 e meta na LDO/05 (iluminação pública RST 470 e RS 287).
Lei n.º 4.275	de 03.10.05	Autoriza Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 45.000,00 (semáforos).
Lei n.º 4.277	de 03.10.05	Autoriza o Executivo incluir meta na LDO 2005 (pavim.asfalt. Rua Bruno de Andrade)
Lei n.º 4.305	de 07.11.05	Autoriza o Executivo a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor de R\$ 130.000,00 (instalação posto de combustível)
Lei n.º 4.415	de 27.03.06	Autoriza Executivo excluir e incluir ações na LDO 2006 (ampliação e renovação da frota).
Lei n.º 4.417	de 27.03.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com Governo RS, através da SEHADUR para implantação de loteamento popular, alterar ação no PPA 2006/9 e na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 420.000,00.
Lei n.º 4.455	de 22.05.06	Autoriza o Executivo a incluir ação na LDO 2006 e abrir crédito especial no valor de R\$ 4.740,00 (aquisição copiadora p/SMVSU).
Lei n.º 4.511	de 14.08.06	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ações na LDO 2006 e abrir crédito especial de R\$ 160.000,00 (exclui equip. SMVSU, inclui asfalto Estr. Dr. Niquinho, Compra Vaga Creche e Incent.Comércio)
Lei n.º 4.612	de 26.02.07	Autoriza o Executivo a incluir ação em programa do PPA, alterar e incluir ação na LDO 2007 (aquisição rolo compressor).

Lei nº 4.831	de 10.03.08	Institui o Fundo Municipal de Transportes – FUNTRAN.
Lei nº 4.893	de 16.06.08	Autoriza o Executivo excluir ações da LDO/08, incluir ação no PPA e na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 34.543,00 (iluminação Av. Itália)
Lei nº 4.898	de 18.06.08	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO/08 e abrir crédito especial de R\$ 50.000,00 (aquisição tanque emulsão asfáltica)
Lei nº 4.926	de 28.07.08	Autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui aquisição de frota SMVSU p/ suplementar SMOP recapeamento asfáltico)
Lei nº 4.933	de 08.08.08	Altera redação do Inciso I do art. 1º da Lei 4.926/08 que autoriza Executivo a excluir ação da LDO 2008 (exclui aquisição de frota SMVSU p/ suplementar SMOP recapeamento asfáltico)
Lei n.º 5.060	de 14.04.09	Autoriza o Executivo a excluir e incluir ação na LDO/2009 e a abrir crédito especial de R\$ 110.000,00 (reforma e ampliação dos prédios do SMVSU)
Lei nº 5.236	de 08.03.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 3.001.000,00 (renovação da frota-PROVIAS)
Lei nº 5.251	de 12.04.10	Inclui ação na LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 1.000.000,00 (ampliação e renovação da frota)
Lei nº 5.329	de 21.09.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ações na LDO e abre crédito especial de R\$ 850.000,00 (recuperação da malha viária rural e bueiros)
Lei n.º 5.433	de 17.05.11	Contrata, temporária e administrativamente, 03 (três) Operadores de Máquina Rodoviária.
Lei n.º 5.508	de 04.10.11	Contrata, temporária e administrativamente, 2 (dois) Eletricistas.
Lei n.º 5.912	de 14.04.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 444.000,00 (aquisição de caminhão, retroescavadeira e equipamentos diversos - FMGC/CORSAN).
Lei nº 5.959	de 18.08.14	Abre crédito especial de R\$ 26.575,00 (incentivo qualificação do Programa pré-natal Rede Cegonha).
LC nº 6.194	de 24.07.15	Cria 2 (dois) cargos de Operador de Máquina Rodoviária no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Lei n.º 3.314	de 11.08.98	Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências.
Lei n.º 3.557	de 04.12.00	Fixa o subsídio dos Secretários Municipais do Município de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 3.734	de 20.05.02	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3557/00, que dispõe sobre os subsídios dos Secretários Municipais.
Lei n.º 3.814	de 17.10.02	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3557/00, que dispõe sobre o subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro.
Lei n.º 3.898	de 13.06.03	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3557/00, que dispõe sobre o subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro.
Lei n.º 3.970	de 14.11.03	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3557/00, que dispõe sobre o subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro.
Lei n.º 4.020	de 20.01.04	Fixa o subsídio dos Secretários Municipais do Município de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 4.035	de 19.03.04	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3557/00, que dispõe sobre o subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro. (Reajuste de 10% – Prefeito: R\$ 2279,84)
Lei n.º 4.189	de 15.04.05	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro.
Lei n.º 4.380	de 06.01.06	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro. (Reajuste de 10% – Secretários: R\$ 3520,00)
Lei n.º 4.450	de 15.05.06	Dispõe sobre o pagamento, no valor de subsídio em parcela única, a servidor posto à disposição e investido no cargo de Secretário Municipal.
Lei n.º 4.644	de 18.04.07	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais.

Lei nº 4.863	de 22.04.08	Dispõe s/ a fixação do subsídio dos Secretários Municipais p/ Legislatura 2009-2012
Lei n.º 5.066	de 16.04.09	Dispõe sobre revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro
Lei n.º 5.259	de 16.04.10	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais (6,50%)
Lei n.º 5.422	de 19.04.11	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro (6%)
Lei n.º 5.610	de 09.04.12	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro (7%)
Lei nº 5.684	de 06.08.12	Dispõe sobre a fixação do subsídio dos Secretários Municipais p/ Legislatura 2013-2016
Lei n.º 5.764	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro (7,17%)
Lei nº 5.915	de 22.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Montenegro (5,40%).
Lei nº 5.916	de 22.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios dos Vereadores do Município Montenegro (5,40%).
Lei nº 6.104	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais (7,55%).

SEGUNDA VIA DE CERTIDÕES DE NASCIMENTO E CASAMENTO

Lei n.º 3.890	de 02.05.03	Altera o inciso VII, do art. 4º da Lei nº 3.499, de 10 de abril de 2000, que estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações, critérios de atendimento aos munícipes usuários, e dá outras providências.
---------------	-------------	--

SEGURO DE VIDA

Lei n.º 2.397	de 25.10.85	Autoriza o Executivo a contratar Seguro de Vida aos funcionários municipais.
---------------	-------------	--

SEGURO - DPVAT

Lei n.º 4.247 de 29.07.05 Torna obrigatória a colocação de orientações sobre o DPVAT em estabelecimentos de prestação de serviços de saúde, públicos ou privados e funerárias no Município de Montenegro.

SEMANAS MUNICIPAIS

Lei n.º 3.426 de 26.08.99 Institui a "SEMANA DA PILCHA GAÚCHA" no município de Montenegro.

Lei n.º 4.581 de 15.12.06 Institui o Dia da Mãe Gestante e a Semana da Primeira Infância.

Lei n.º 4.995 de 08.12.08 Institui a Semana Municipal de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.

Lei n.º 5.020 de 12.01.09 Institui a Semana Municipal da Consciência Negra.

Lei n.º 5.085 de 25.05.09 Institui a Semana Municipal de Conscientização e Combate as Drogas e dá outras providências

Lei n.º 5.339 de 15.10.10 Institui a Semana Municipal de Luta da Pessoa com Deficiência e pela Acessibilidade.

Lei n.º 5.354 de 22.11.10 Institui a Semana Municipal do Idoso em Montenegro.

Lei n.º 5.442 de 07.06.11 Institui a "SEMANA MUNICIPAL DA ÁGUA" no Município de Montenegro/RS

Lei n.º 5.519 de 1º.11.11 Institui a "SEMANA MUNICIPAL DO HIP HOP" no Município de Montenegro/RS

Lei n.º 5.583 de 02.02.12 Institui a "Semana Municipal de Combate e Prevenção ao Câncer de Mama."

Lei n.º 5.584 de 02.02.12 Institui a "Semana Municipal do Artesanato, declara a data de 19 de março como "Dia do Artesão."

Lei n.º 5.747 de 08.03.13 Institui a Semana da Mulher Montenegrina e dá outras providências (e o Dia da Mulher)

Lei n.º 5.908 de 04.04.14 Acrescenta o parágrafo único ao art. 1.º da Lei n.º 5.747/13, que institui a "Semana da Mulher Montenegrina", e dá outras providências.

Lei n.º 6.014 de 27.10.14 Institui a Semana da Paz no Município.

SEMANA MUNICIPAL DA ÁGUA

Lei n.º 5.442 de 07.06.11 Institui a "SEMANA MUNICIPAL DA ÁGUA" no Município de Montenegro/RS

SEMANA MUNICIPAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Lei nº 5.020 de 12.01.09 Institui a Semana Municipal da Consciência Negra.

SEMANA MUNICIPAL DA MULHER MONTENEGRINA

Lei n.º 5.747 de 08.03.13 Institui a Semana da Mulher Montenegrina e dá outras providências (e o Dia da Mulher)

Lei n.º 5.908 de 04.04.14 Acrescenta o parágrafo único ao art. 1.º da Lei n.º 5.747/13, que institui a "Semana da Mulher Montenegrina", e dá outras providências.

SEMANA DA PAZ

Lei n.º 6.014 de 27.10.14 Institui a Semana da Paz no Município.

SEMANA MUNICIPAL DE COMBATE E PREVENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA

Lei n.º 5.583 de 02.02.12 Institui a "Semana Municipal de Combate e Prevenção ao Câncer de Mama."

SEMANA MUNICIPAL DE COMBATE E PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PRÓSTATA

Lei nº 4.995 de 08.12.08 Institui a Semana Municipal de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.

SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AS DROGAS

Lei n.º 5.085 de 25.05.09 Institui a Semana Municipal de Conscientização e Combate as Drogas e dá outras providências

SEMANA MUNICIPAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PELA ACESSIBILIDADE

Lei nº 5.339 de 15.10.10

Institui a Semana Municipal de Luta da Pessoa com Deficiência e pela Acessibilidade.

SEMANA MUNICIPAL DO ARTESANATO

Lei n.º 5.584 de 02.02.12

Institui a "Semana Municipal do Artesanato, declara a data de 19 de março como "Dia do Artesão."

SEMANA MUNICIPAL DO HIP HOP

Lei n.º 5.519 de 1º.11.11

Institui a "SEMANA MUNICIPAL DO HIP HOP" no Município de Montenegro/RS.

SEMANA MUNICIPAL DO IDOSO

Lei nº 5.354 de 22.11.10

Institui a Semana Municipal do Idoso em Montenegro.

SEMANA DA PILCHA GAÚCHA

Lei n.º 3.426 de 26.08.99

Institui a "SEMANA DA PILCHA GAÚCHA" no município de Montenegro.

SEMANA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Lei n.º 4.581 de 15.12.06

Institui o Dia da Mãe Gestante e a Semana da Primeira Infância.

SEMANA FARROUPILHA

Lei n.º 3.836 de 09.12.02

Oficializa a "Semana Farroupilha" no Município de Montenegro e dá outras providências.

Lei n.º 4.266 de 13.09.05

Autoriza o Executivo firmar convênio com Herança e ATM e abrir crédito especial no valor de R\$ 30.000,00.

Lei n.º 4.526 de 11.09.06

Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina.

Lei nº 4.948 de 08.09.08

Acrescenta alínea *b* ao inciso IV, art. 1º, da Lei nº 4.788/07–Plano de Auxílios e Subvenções (ATM-Semana Farroupilha)

Lei nº 5.135 de 28.08.09	Acrescenta valor à alínea b do inciso III do art. 1.º da Lei 4.980/08, Plano de Auxílios e Subvenções p/ 2009 (ATM – Semana Farroupilha)
Lei n.º 5.322 de 10.09.10	Acrescenta valor à alínea b do inciso III do art. 1º da Lei nº 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (ATM-Semana Farroupilha)
Lei n.º 5.504 de 13.09.11	Acrescenta a alínea b ao inciso III do art. 1.º da Lei n.º 5.357/10, que estabelece o Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2011. (Repasse recursos ATM – Semana Farroupilha)
Lei n.º 5.698 de 14.09.12	Acrescenta a alínea "b" ao inciso III do art. 1.º da Lei n.º 5.575/2011, que estabelece o Plano de Auxílios e subvenções para o exercício de 2012 (ATM – 12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.699 de 14.09.12	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 35.529,05 (12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.820 de 14.09.12	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 49.645,26 (12ª Semana Farroupilha).
Lei n.º 5.873 de 30.12.13	Altera redação do art.1.º da Lei n.º 5.820, de 2013, que autoriza a firmar convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 49.645,26.
Lei nº 5.981 de 08.09.14	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 45.752,29 – 14.ª Semana Farroupilha.
Lei n.º 6.157 de 24.07.15	Firma convênio com a 15ª Coordenadoria Regional Tradicionalista no valor de R\$ 30.636,00 (Cavalgada Regional para condução da Chama Crioula).
Lei n.º 6.158 de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Tradicionalista Montenegrina no valor de R\$ 52.000,00 (projeto "Semana Farroupilha de Montenegro 2015").

SEGURANÇA PÚBLICA

Lei n.º 4.689 de 03.08.07	Proíbe o uso de capacete e similares em diversos estabelecimentos.
---------------------------	--

Lei nº 4.984	de 01.12.08	Autoriza Executivo doar uma área de terras à ABAMF p/ implantação do Loteamento da Segurança Pública.
Lei nº 5.044	de 24.03.09	Altera redação do art. 1.º da Lei n.º 4.477/06, que autoriza o Executivo firmar convênio com o CONSEPRO (manutenção Posto Atendimento Mulher)
Lei n.º 5.526	de 08.11.11	Dispõe sobre a proteção e segurança dos consumidores nas agências bancárias do Município de Montenegro
Lei n.º 5.714	de 22.10.12	Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)
Lei n.º 5.717	de 13.11.12	Firma convênio com o Estado do RS, por intermédio da SSP, com a interveniência da Brigada Militar, visando à conjugação de esforços para viabilizar e apoiar o processo de Segurança Pública previsto no projeto de videomonitoramento.
Lei n.º 5.718	de 13.11.12	Regula a instalação, operação, tratamento de imagens, dados e informações produzidas a partir do sistema de videomonitoramento.
Lei 6.049	de 08.12.14	Institui o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM no Município
Lei nº 6.112	de 06.05.15	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 6.075/15 – firma convênio com o Conselho Pró-Segurança Pública de Montenegro - CONSEPRO para a cedência de dois estagiários.
Lei n.º 6.133	de 29.06.15	Firma convênio com o Estado do RS, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência da Brigada Militar, visando a conjugação de esforços entre os partícipes para viabilizar e apoiar o processo de Segurança Pública visando o incremento das ações de polícia ostensiva com a utilização do sistema de videomonitoramento de Montenegro.
Lei n.º 6.156	de 24.07.15	Firma convênio com o Estado do RS, através da Secretaria da Segurança Pública, para a execução dos serviços de prevenção e

combate a incêndios, buscas e salvamentos e de atividades da defesa civil.

SENAC

Lei n.º 4.487 de 11.07.06 Autoriza o Executivo firmar parceria com o SENAC (Pesquisa Perfil Consumidor).

SENAI

Lei n.º 2.644 de 12.06.90 Autoriza a concessão de auxílio para construção de uma Unidade Operacional do SENAI.

Lei n.º 4.375 de 30.12.05 Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 8095,00 (cursos de qualificação profissional junto ao Senai).

Lei nº 4.680 de 16.07.07 Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 38.000,00 (SENAI)

SERIART COMÉRCIO DE BRINDES LTDA.

Lei n.º 3.891 de 19.05.93 Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivo à instalação de empresa SERIART COMÉRCIA DE BRINDES LTDA. e dá outras providências.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE

Lei n.º 5.298 de 26.07.10 Firma convênio de Cooperação Técnica Financeira com SEBRAE/RS

Lei n.º 5.452 de 13.06.11 Firma convênio com o SEBRAE/RS e abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (Projeto "Desenvolver a Citricultura do Vale do Caí")

Lei n.º 5.661 de 06.07.12 Firma convênio com o SEBRAE/RS e abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (Desenvolver a Citricultura do Vale do Caí)

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

Lei n.º 5.327 de 13.09.10 Firma convênio com a OASE p/ custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192

Lei n.º 5.578	de 24.01.12	Firma convênio com OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192
Lei n.º 5.653	de 02.07.12	Firma convênio com OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192
Lei n.º 5.668	de 16.07.12	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> do inciso I do art. 1.º da Lei n.º 5.575/11 – Plano de Auxílios e subvenções 2012 (OASE/HM)
Lei n.º 5.754	de 05.04.13	Firma convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.
Lei n.º 5.951	de 28.07.14	Acrescenta valor ao inciso I, alínea “a” do art. 1.º da Lei n.º 5.875/13, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2014 (Samu/Salvar).
Lei n.º 5.952	de 28.07.14	Efetua pagamento a OASE referente ao mês de junho de 2014 para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192 e firma convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192.
Lei nº 6.059	de 29.12.14	Firma convênio com a OASE para custeio e manutenção do Programa Samu Salvar 192

SERVIÇO DE CADASTRO RURAL

Lei n.º 1.765	de 07.05.68	Cria o Serviço do Cadastro Rural e o cargo de monitor do cadastro rural.
---------------	-------------	--

SERVIÇO DE HABITAÇÃO SOCIAL

Lei nº 4.774	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de R\$ 729,45 (SMSAS-Alarme-Serviço de Habitação Social)
Lei nº 4.865	de 25.04.08	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito espec de R\$ 70.640,00 – Plano de Habitação-FRHP.
Lei nº 4.938	de 22.08.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 11.450,00 (regularização fundiária Loteamentos Mutirão Bom Jesus e Sem Teto)

SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM

Lei n.º 4.229	de 01.07.05	Institui o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, que dispõe sobre a inspeção industrial e
---------------	-------------	--

sanitária de produtos de origem vegetal e animal no Município.

Lei n.º 5.117 de 03.08.09

Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Médico Veterinário.

SERVIÇOS DE MÁQUINAS

Lei n.º 3978 de 18.11.03

Acrescenta parágrafo ao artigo 13 e altera a redação do artigo 14 da Lei 3739/2002 – Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Montenegro. (abertura de valas para enterro de animais)

Lei n.º 5.172 de 03.11.09

Altera redação da alínea *a* e do inciso I e acrescenta alíneas *h* e *i* ao inciso I do art. 2.º da Lei 4.213/05, Programa de Desenvolvimento Rural e o Programa de Incentivo à Expedição dIe Notas Fiscais de Produtor Rural.

SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO

Lei n.º 550 de 30.12.52

Institui o serviço municipal autônomo de fomento agro-pecuário (SMFAP).

Lei n.º 872 de 16.02.56

Altera a Lei nº 550, de 30.12.52 que institui o Serviço Municipal Autônomo de fomento Agro-Pecuário.

Lei n.º 903 de 29.05.56

Torna obrigatório o combate ao "serrador" da acácia negra e dá outras providências.

SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

Lei n.º 585 de 21.08.53

Dispões sobre a exploração dos serviços públicos do município.

Lei n.º 5.556 de 26.12.11

Autoriza a realização de Convênios de Cooperação com o Estado do RS e com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do sul e/ou outro Agente Regulador, a celebração de Contrato de Programa com a CORSAN e dá outras providências.

SERVIDORES

Lei n.º	24	de 31.12.47	Concede abono aos funcionários e cancela dotações orçamentárias.
Lei n.º	26	de 24.01.48	Transforma em função gratificada o cargo de sub-prefeito do 2º distrito e institui gratificação para o substituto do Contador, suplementa e reduz dotações orçamentárias.
Lei n.º	32	de 02.02.48	Fixa as comissões dos sub-prefeitos sobre a arrecadação de impostos e taxas.
Lei n.º	35	de 02.02.48	Revoga o ato nº 295 de 30.01.35.
Lei n.º	41	de 11.03.48	Estabelece as condições de horários do quadro da Prefeitura Municipal exercerão suas funções na Câmara Municipal.
Lei n.º	51	de 02.04.48	Concede pensão, em caráter excepcional as viúvas de dois antigos servidores municipais.
Lei n.º	57	de 07.05.48	Estende o abono provisório concedido pela Lei nº 49/48, aos servidores municipais que desempenham suas funções na Assistência Pública Municipal, dá providências sobre o seu funcionamento e abre crédito especial.
Lei n.º	64	de 23.05.48	Institui a comissão de 1% ao escriturário-cobrador contratado dos serviços industriais.
Lei n.º	66	de 23.05.48	Eleva para Cr\$ 260,00 os vencimentos dos servidores municipais inativos, que percebam quantia inferior ao salário mínimo vigente, e abre crédito especial de Cr\$ 1.582,00.
Lei n.º	69	de 18.06.48	Cria o cargo de Inspetor de Obras e Viação.
Lei n.º	72	de 18.06.48	Revoga a Lei nº 66 de 23.05.48, eleva os vencimentos dos servidores inativos que menciona e abre crédito suplementar de Cr\$ 1.255,00.
Lei n.º	73	de 02.07.48	Altera a Lei n.º 32/48.
Lei n.º	87	de 30.07.48	Dispõe sobre a designação de cobradores especiais e fixa-lhes as vantagens.
Lei n.º	88	de 30.07.48	Dispõe sobre a prestação de serviços pela Assistência Pública ao funcionalismo.
Lei n.º	115	de 01.10.48	Extingue três cargos vagos.
Lei n.º	129	de 19.11.48	Fixa a comissão sobre lançamentos novos ou revisados.

Lei n.º 130	de 26.11.48	Reajusta os quadros e os vencimentos dos funcionários.
Lei n.º 1.640	de 21.07.65	Eleva vencimentos dos sub-prefeitos.
Lei n.º 1.656	de 01.12.65	Abre crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para indenizar emprego camioneta sub-prefeito do 1º distrito nos serviços da Prefeitura.
Lei n.º 1.662	de 10.01.66	Equipara vencimentos do contador ao Secretário Municipal da Fazenda.
Lei n.º 1.707	de 21.12.66	Concede aumento de vencimentos e proventos ao funcionalismo municipal.
Lei n.º 1.708	de 21.12.66	Abre créditos especiais para pagamento 13º salário e eventual concessão de um abono de Natal ao funcionalismo.
Lei n.º 1.709	de 21.12.66	Abre crédito especial para eventual concessão de um abono de Natal aos funcionários da Câmara Municipal.
Lei n.º 1.722	de 03.01.67	Cria o cargo de topógrafo no quadro pessoal.
Lei n.º 1.724	de 03.01.67	Retifica aumento de vencimentos e proventos do funcionalismo do município.
Lei n.º 1.736	de 29.08.67	Eleva o quantum do abono familiar.
Lei n.º 1.737	de 29.08.67	Eleva o quantum dos avanços trienais.
Lei n.º 1.740	de 25.09.67	Concede aumento de vencimentos e proventos ao funcionalismo, etc.
Lei n.º 1.756	de 21.12.67	Autoriza abertura de crédito especial para pagamento de 13º salário ao pessoal de obras e eventual concessão de abono de Natal aos funcionários.
Lei n.º 1.757	de 21.12.67	Idem ao pessoal da Câmara Municipal.
Lei n.º 1.758	de 21.12.67	Autoriza a lavratura de convênio entre o município e a união dos funcionários municipais do RS.
Lei n.º 1.761	de 02.05.68	Cria o cargo de Assessor Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, de provimento em comissão.
Lei n.º 1.765	de 07.05.68	Cria o serviço do Cadastro Rural e o cargo de monitor do cadastro rural.

Lei n.º 1.767	de 28.05.68	Eleva os vencimentos dos subprefeitos rurais para NCr\$ 180,00.
Lei n.º 1.768	de 28.05.68	Autoriza celebração de acordo com servidores inativos e abre crédito especial.
Lei n.º 1.773	de 17.07.68	Concede abono provisório aos funcionários e professores de quadro.
Lei n.º 1.777	de 08.08.68	Cria e extingue cargo na Secretaria Municipal de Ensino.
Lei n.º 1.781	de 04.09.68	Autoriza firmar acordo com servidores inativos, etc.
Lei n.º 1.785	de 14.11.68	Concede aumento de vencimentos aos funcionários do município.
Lei n.º 1.789	de 27.12.68	Autoriza concessão de abono de Natal.
Lei n.º 1.795	de 10.02.69	Revoga a Lei n.º 1.662/66.
Lei n.º 1.796	de 10.01.66	Extingue o cargo de Secretário Municipal de Ensino.
Lei n.º 1.801	de 25.03.69	Revoga o art. 1º e § único da Lei nº 1777/68.
Lei n.º 1.802	de 02.04.69	Dispõe sobre a organização da Administração Municipal e traça diretrizes para a Reforma Administrativa.
Lei n.º 1.803	de 02.04.69	Revoga a Lei nº 1.579/64 (Indenização de Férias).
Lei n.º 1.806	de 07.05.69	Cria o Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
Lei n.º 1.808	de 03.06.69	Autoriza firmar acordo com servidores inativos para pagamento de diferença de providências.
Lei n.º 1.814	de 08.07.69	Estatuto dos Servidores Municipais de Montenegro.
Lei n.º 1.815	de 08.07.69	Cria o Quadro Geral dos Servidores e institui, no Serviço Público Municipal o sistema de classificação de cargos.
Lei n.º 1.823	de 23.09.69	Institui o Fundo de Assistência Financeira ao Serviço Público Municipal.
Lei n.º 1.844	de 18.05.70	Eleva a tabela de remuneração instituída pela Lei nº 1.815/69.

Lei n.º 1.845	de 18.05.70	Eleva a tabela de pagamento de que trata a Lei nº 1.806/69.
Lei n.º 1.846	de 18.05.70	Regulam os proventos de inatividade.
Lei n.º 1.852	de 03.06.70	Altera a forma de recrutamento dos cargos de que trata a Lei 1.815/69.
Lei n.º 1.868	de 23.11.70	Concede abono de Natal aos funcionários e abre crédito especial.
Lei n.º 1.873	de 08.12.70	Cria e extingue cargos.
Lei n.º 1.874	de 08.12.70	Dá nova redação ao inciso IV, art. 10 da Lei nº 1.814/69 e fixa idade limite para provimento em cargo público.
Lei n.º 1.881	de 26.04.71	Cria sete cargos de motoristas.
Lei n.º 1.884	de 18.05.71	Eleva tabela de remuneração instituída pela Lei nº 1.815/69.
Lei n.º 1.885	de 18.05.71	Altera tabela de pagamento dos Cargos em Comissão ou Funções Gratificadas.
Lei n.º 1.887	de 09.06.71	Fixa contribuição para formação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Municipal.
Lei n.º 1.888	de 09.06.71	Eleva a tabela de pagamento dos cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Legislativo.
Lei n.º 1.903	de 10.12.71	Concede abono de natal aos funcionários.
Lei n.º 1.910	de 16.05.72	Eleva a tabela de remuneração instituída pela Lei nº 1.815/69.
Lei n.º 1.911	de 16.05.72	Altera tabela de pagamento dos Cargos em Comissão ou Funções Gratificadas.
Lei n.º 1.913	de 16.05.72	Eleva o quantum do abono familiar.
Lei n.º 1.914	de 16.05.72	Altera a Lei nº 1.802/69, cria o Serviço de Oficina Mecânica.
Lei n.º 1.935	de 15.12.72	Concede abono de Natal aos funcionários e abre crédito especial.
Lei n.º 1.938	de 27.03.73	Cria a Secretaria do Planejamento, transforma diretorias.
Lei n.º 1.939	de 27.03.73	Altera o Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.

Lei n.º 1.940	de 27.03.73	Cria vinte cargos de Professores Padrão 1-4.
Lei n.º 1.945	de 27.03.73	Altera a tabela de pagamento dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Legislativo.
Lei n.º 1.948	de 22.05.73	Eleva a tabela de remuneração instituída pela Lei nº 1.815/69.
Lei n.º 1.949	de 22.05.73	Reajusta as pensões das viúvas de ex-servidores municipais.
Lei n.º 1.950	de 22.05.73	Concede aumento de vencimentos ao pessoal do Poder Legislativo.
Lei n.º 1.962	de 25.09.73	Cria dois cargos de Chefe de Unidade.
Lei n.º 1.966	de 20.11.73	Reabre prazo para opção de que trata o art. 54 da Lei n.º 1.814/69.
Lei n.º 1.967	de 06.12.73	Cria dez cargos de Auxiliar de Administração.
Lei n.º 1.969	de 12.12.73	Concede abono de Natal e abre crédito especial até Cr\$ 50.000,00.
Lei n.º 1.978	de 24.04.74	Altera o limite de idade para provimento dois cargos municipais.
Lei n.º 1.982	de 07.05.78	Cria pensão vitalícia para os dependentes dos servidores que menciona.
Lei n.º 1.983	de 16.05.74	Eleva a tabela de remuneração instituída pelo art. 12 da Lei n.º 1.815/69.
Lei n.º 1.984	de 16.05.74	Altera a tabela de pagamento instituída pelo art. 12 da Lei nº 1.806/69.
Lei n.º 1.986	de 16.05.74	Eleva vencimento e altera a tabela de pagamento do pessoal da Câmara.
Lei n.º 2.002	de 04.12.74	Cria mais dez cargos de Encarregado de serviço – CC1 ou FG1.
Lei n.º 2.011	de 19.05.75	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.019	de 19.08.75	Cria mais dez cargos de Motorista.
Lei n.º 2.021	de 02.10.75	Cria mais 20 cargos de professor do ensino primário rural.
Lei n.º 2.038	de 17.02.76	Cria cargos de auxiliar de Administração e de escriturário no quadro geral.

Lei n.º 2.042	de 28.04.76	Eleva a nível de Diretoria os serviços de pessoal, educação e cultura, oficina mecânica e administração urbana e distrital.
Lei n.º 2.043	de 18.05.76	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.046	de 02.06.76	Autoriza a convocação de professores para desdobramento de horário.
Lei n.º 2.047	de 08.06.76	Institui gratificação de férias.
Lei n.º 2.065	de 31.12.76	Cria um cargo de consultor jurídico de provimento efetivo.
Lei n.º 2.067	de 02.03.77	Estabelece padrão, cria funções de assessor e concede abono provisório de 10%.
Lei n.º 2.068	de 12.04.77	Extingue cargo em comissão de chefe de assessoria jurídica.
Lei n.º 2.071	de 06.06.77	Dispõe sobre os vencimentos de pessoal.
Lei n.º 2.074	de 16.08.77	Cria três cargos de chefe de serviço CC5 ou FG5 e um cargo de escriturário.
Lei n.º 2.084	de 07.12.77	Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura.
Lei n.º 2.085	de 07.12.77	Reorganiza o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da Câmara.
Lei n.º 2.086	de 14.04.78	Dispõe sobre o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da Câmara.
Lei n.º 2.087	de 17.04.78	Cria cargos e eleva padrões no quadro geral dos servidores.
Lei n.º 2.096	de 01.06.78	Reajusta os vencimentos dos servidores municipais.
Lei n.º 2.097	de 23.06.78	Reajusta os vencimentos dos secretários municipais.
Lei n.º 2.112	de 27.10.78	Cria cargos no quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da Câmara.
Lei n.º 2.134	de 16.05.79	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.135	de 16.05.79	Eleva o cargo de administração do padrão 3 para 4.
Lei n.º 2.153	de 19.12.79	Concede abono de Natal ao pessoal.

Lei n.º 2.162	de 05.05.80	Concede antecipação salarial aos servidores, a partir de 19.09.79.
Lei n.º 2.164	de 28.05.80	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.177	de 02.07.80	Transforma o cargo de chefe de seção em chefe de serviço.
Lei n.º 2.189	de 29.10.80	Altera a Lei n.º 1.814/69 (Licença Prêmio).
Lei n.º 2.192	de 02.12.80	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.208	de 26.05.81	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.228	de 04.11.81	Cria cargo no Quadro Cargos na Câmara.
Lei n.º 2.230	de 24.11.81	Concede antecipação salarial de 60% a partir de 01.01.82.
Lei n.º 2.242	de 22.04.82	Cria cargos no Centro Infantil de Montenegro.
Lei n.º 2.244	de 06.05.82	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal e reajusta os proventos dos inativos e pensões das viúvas dos ex-servidores.
Lei n.º 2.258	de 09.08.82	Concede abono de Natal.
Lei n.º 2.277	de 18.10.82	Eleva a nível de departamento a Diretoria de Pessoal.
Lei n.º 2.281	de 23.11.82	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal e reajusta os proventos dos inativos e pensões das viúvas dos servidores.
Lei n.º 2.293	de 25.03.83	Altera o art. 1º da Lei n.º 2.112/78.
Lei n.º 2.295	de 25.03.83	Dispõe sobre o regime de adiantamento de numerário aos servidores.
Lei n.º 2.297	de 13.05.83	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal e reajusta os proventos dos inativos e das pensões das viúvas dos ex-servidores.
Lei n.º 2.304	de 01.07.83	Concede abono de Natal aos funcionários municipais ativos, inativos e pensionistas.
Lei n.º 2.322	de 05.12.83	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.327	de 21.12.83	Altera para três meses de indenização de licença especial.
Lei n.º 2.329	de 21.12.83	Dispõe sobre os cargos de secretário municipal e geral, dispõe sobre o provimento

		de cargos em comissão e funções gratificadas e altera parte da Lei nº 2.085/77.
Lei n.º 2.336	de 18.05.84	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.346	de 29.06.84	Eleva padrão de motorista e operador de máquinas rodoviárias.
Lei n.º 2.351	de 24.08.84	Concede abono de Natal aos funcionários municipais ativos, inativos e pensionistas e abre crédito especial.
Lei n.º 2.353	de 24.08.84	Revoga o art. 2º e seu parágrafo e dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 2.112/78.
Lei n.º 2.358	de 14.09.84	Eleva e cria padrões no quadro geral de padrões dos servidores municipais.
Lei n.º 2.365	de 30.11.84	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.366	de 30.11.84	Concede abono de Natal.
Lei n.º 2.379	de 20.05.85	Cria cargos de escriturário no quadro geral de servidores.
Lei n.º 2.380	de 27.05.85	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.381	de 27.05.85	Altera redação do art. 2º da Lei 2.047/76 (CC e FG Férias).
Lei n.º 2.383	de 25.06.85	Cria o cargo de escriturário.
Lei n.º 2.384	de 25.06.85	Cria cargos de motorista e operadores de máquinas.
Lei n.º 2.386	de 25.06.85	Altera requisitos para cargos de motoristas e operadores de máquina.
Lei n.º 2.387	de 01.07.85	Plano de carreira do Magistério.
Lei n.º 2.392	de 30.08.85	Concede abono de Natal.
Lei n.º 2.397	de 25.10.85	Seguro de Vida.
Lei n.º 2.399	de 01.11.85	Institui fornecimento de refeição subsidiada.
Lei n.º 2.401	de 18.11.85	Dispõe sobre vencimentos de funcionários.
Lei n.º 2.411	de 04.01.86	Cria cargo de assessor econômico.
Lei n.º 2.415	de 21.05.85	Revoga a Lei n.º 2.228/81.
Lei n.º 2.424	de 18.08.86	Dispõe sobre os vencimentos.

Lei n.º 2.426	de 25.08.86	Concede abono de Natal.
Lei n.º 2.430	de 26.09.86	Altera art. 4º da Lei nº 2.380/85.
Lei n.º 2.441	de 16.12.86	Estabelece verba de representação para os secretários municipais.
Lei n.º 2.446	de 18.12.86	Reorganiza o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da Câmara Municipal, cria cargo de escriturário.
Lei n.º 2.450	de 13.03.87	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.452	de 05.05.87	Altera requisito para provimento do cargo de auxiliar de administração.
Lei n.º 2.455	de 19.05.87	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.457	de 05.06.87	Cria cargo de Auxiliar de Serviços Escolares.
Lei n.º 2.460	de 26.06.86	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.461	de 29.06.87	Acrescenta o § 3º ao artigo 1º da Lei nº 2.400/85 e altera o art. 3º da mesma Lei.
Lei n.º 2.464	de 24.08.87	Concede abono de Natal.
Lei n.º 2.469	de 14.09.87	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.471	de 14.09.87	Altera o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da Prefeitura.
Lei n.º 2.475	de 19.10.87	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.477	de 27.10.87	Cria cargos de auxiliar de administração, motorista e operador de máquinas rodoviárias.
Lei n.º 2.479	de 17.11.87	Altera o § único do art. 6º da Lei n.º 2.387/85 – Plano Carreira do Magistério Público.
Lei n.º 2.485	de 23.11.87	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.491	de 28.12.87	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.492	de 28.12.87	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.497	de 14.03.88	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.499	de 21.04.88	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.500	de 16.05.88	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.501	de 13.06.88	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.

Lei n.º 2.504	de 19.07.88	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.507	de 19.08.88	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.511	de 19.09.88	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.514	de 28.09.88	Altera § único do art. 1º Lei 2047/76.
Lei n.º 2.517	de 12.10.88	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.520	de 07.11.88	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.532	de 29.12.88	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.535	de 05.01.89	Reorganiza o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas.
Lei n.º 2.536	de 05.01.89	Cria o departamento municipal de agricultura, indústria e comércio.
Lei n.º 2.537	de 05.01.89	Concede abono provisório.
Lei n.º 2.538	de 05.01.89	Incorpora função gratificada.
Lei n.º 2.542	de 31.01.89	Cria cargos, eleva padrão, extingue cargos em comissão e funções gratificadas.
Lei n.º 2.543	de 31.01.89	Dispõe sobre a gratificação por produção aos servidores municipais da Pedreira.
Lei n.º 2.546	de 21.02.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.552	de 17.03.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.561	de 24.04.89	Autoriza cedência de até 151 servidores.
Lei n.º 2.563	de 02.05.89	Altera a Lei 2.084/77 que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura.
Lei n.º 2.565	de 22.05.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.567	de 22.05.89	Cria e extingue cargos no quadro de CC e FG.
Lei n.º 2.568	de 09.06.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.577	de 29.06.89	Eleva padrão de vencimentos dos cargos da Câmara.
Lei n.º 2.581	de 30.06.89	Cria cargos no Quadro Geral dos Servidores e revoga o art. 2º da Lei nº 2.457/87.

Lei n.º 2.582	de 30.06.89	Altera redação § único do art. 2º da Lei 2.346/84, que eleva padrões de motoristas e operadores de máquinas rodoviárias.
Lei n.º 2.584	de 30.06.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.591	de 18.08.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.595	de 15.09.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.596	de 22.09.89	Cria cargo de Avaliador.
Lei n.º 2.598	de 22.09.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.605	de 23.10.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.612	de 17.11.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.623	de 15.12.89	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.629	de 19.01.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.631	de 16.02.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.632	de 17.03.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.634	de 04.05.90	Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 2.635	de 04.05.90	Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos do Município.
Lei n.º 2.636	de 04.05.90	Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 2.637	de 04.05.90	Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município, institui o respectivo quadro de cargos.
Lei n.º 2.638	de 28.05.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.645	de 13.06.90	Altera o art. 10 da Lei nº 2.635/90.
Lei n.º 2.650	de 26.06.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.651	de 26.06.90	Cria o Fundo de Aposentadoria e Seguridade Social Servidor Estatutário de Montenegro – FAS.
Lei n.º 2.653	de 02.07.90	Prorroga prazo de cedência dos servidores.
Lei n.º 2.655	de 02.07.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.

Lei n.º 2.656	de 02.07.90	Dispõe sobre gratificação aos professores estaduais colocados à disposição do município
Lei n.º 2.658	de 02.07.90	Define as atividades insalubres e perigosas para efeito de percepção do adicional correspondente.
Lei n.º 2.660	de 22.07.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.662	de 17.08.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.668	de 24.09.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.672	de 28.09.90	Cedência de servidores para Escritório Regional da Junta Comercial do Estado.
Lei n.º 2.675	de 04.10.90	Fixa prazo de cedência de professores à Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro.
Lei n.º 2.680	de 19.10.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.682	de 26.10.90	Prorroga prazo de cedência dos servidores municipais.
Lei n.º 2.684	de 09.11.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.688	de 10.12.90	Cria cargos de Auxiliar de Enfermagem no Quadro de cargos de Provisão Efetivo.
Lei n.º 2.690	de 19.12.90	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.705	de 23.01.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.707	de 20.02.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.708	de 22.02.91	Prorroga prazo de cedência dos servidores.
Lei n.º 2.711	de 22.03.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.715	de 26.04.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.717	de 26.04.91	Cria e extingue cargos no Quadro de cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
Lei n.º 2.721	de 24.05.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.724	de 21.06.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.732	de 25.07.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.733	de 25.07.91	Prorroga prazo de cedência de servidores.
Lei n.º 2.739	de 20.08.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.

Lei n.º 2.745	de 27.09.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.753	de 21.10.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
LC n.º 2.761	de 28.10.91	Altera dispositivos da Lei n.º 2.636/90, na parte referente a promoções.
LC n.º 2.762	de 28.10.91	Altera dispositivos da Lei n.º 2.637/90, na parte referente a promoções.
Lei n.º 2.772	de 25.11.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.777	de 18.12.91	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
LC n.º 2.781	de 27.12.91	Cria cargos de professor no Quadro do Magistério Público Municipal.
LC n.º 2.782	de 27.12.91	Cria e extingue cargos no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
Lei n.º 2.784	de 27.12.91	Cria Seção na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.
Lei n.º 2.785	de 27.12.91	Cria cargo no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
Lei n.º 2.797	de 30.12.91	Cria cargos de Guarda Municipal no quadro de cargos de provimento efetivo.
LC n.º 2.802	de 17.01.92	Cria 01 (um) cargo de Chefe de Guarda Municipal, Padrão CC8/FG8 e extingue 2 (dois) cargos de Chefe de Seção.
LC n.º 2.803	de 17.01.92	Cria 02 (dois) cargos de Auxiliar de Enfermagem, Padrão 07, e 05 (cinco) cargos de Médico, Padrão 10.
Lei n.º 2.804	de 17.01.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
LC n.º 2.805	de 17.01.92	Cria 02 (dois) cargos de Asfaltador, Padrão 05, e 5 (cinco) cargos de Agente Administrativo Auxiliar, Padrão 06. Extingue 03 (três) cargos de Inspetor Sanitário e 02 (dois) cargos de recepcionista.
Lei n.º 2.808	de 20.02.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
LC n.º 2.811	de 20.03.92	Cria cargos no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Plano de Carreira dos Servidores Municipais.
Lei n.º 2.813	de 27.03.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.

Lei n.º 2.818	de 24.04.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.825	de 22.05.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.835	de 22.06.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.839	de 22.07.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.849	de 21.08.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
LC n.º 2.853	de 22.09.92	Cria a Guarda Municipal com os respectivos cargos, e dá outras providências.
Lei n.º 2.854	de 25.09.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.857	de 19.10.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.883	de 20.11.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.888	de 04.12.92	Estende benefícios às pensionistas e aos inativos do município.
Lei n.º 2.897	de 21.12.92	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.908	de 19.01.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.909	de 19.02.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
LC n.º 2.910	de 19.02.93	Extingue cargo do Quadro de cargos de Provimento Efetivo.
Lei n.º 2.911	de 19.02.93	Prorroga prazo de cedência de servidores municipais.
Lei n.º 2.914	de 19.03.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.916	de 19.04.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.918	de 24.05.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.919	de 01.06.93	Fixa remuneração básica para servidores municipais celetistas com estabilidade.
Lei n.º 2.923	de 21.06.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.927	de 02.07.93	Autoriza a cedência de servidora à APAE.
Lei n.º 2.929	de 27.07.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.934	de 23.08.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.941	de 20.09.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.945	de 25.10.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.

LC n.º 2.951	de 16.11.93	Altera a redação dos art. 86 e 87 da Lei nº 2.635/90 – RGU.
Lei n.º 2.953	de 22.11.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.957	de 06.12.93	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal.
LC n.º 2.961	de 13.12.93	Revoga a Seção IV da Lei 2.635/90 (art. 95 e § único) referente auxílio diferença de caixa.
Lei n.º 2.966	de 03.01.94	Define as atividades insalubres e perigosas para efeito de percepção do adicional correspondente.
Lei n.º 2.971	de 10.01.94	Altera e acrescenta parágrafo na Lei Complementar nº 2.637 e estabelece o Plano de Carreira do Magistério.
Lei n.º 2.972	de 10.01.94	Altera o art. 20 da Lei Complementar nº 2.636, que dispõe sobre os cargos e funções públicas do município.
Lei n.º 2.974	de 11.01.94	Reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências.
Lei n.º 2.975	de 19.01.94	Dispõe sobre vencimentos do pessoal.
Lei n.º 2.979	de 18.02.94	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 2.981	de 18.02.94	Autoriza a contratação temporária de 01 (um) pediatra e altera prazo para o inciso III do art. 233, da Lei nº 2.635/90.
Lei n.º 2.982	de 18.02.94	Prorroga prazo de cedência de servidores municipais.
Lei n.º 2.983	de 09.03.94	Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Convênio e ceder 02 (dois) funcionários à Delegacia Regional do Trabalho – Ministério do Trabalho.
Lei n.º 2.987	de 21.03.94	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 2.989	de 18.04.94	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 2.993	de 08.06.94	Autoriza a contratação temporária de 10 (dez) garis para a varrição limpeza das ruas centrais.

Lei n.º 3.000	de 15.07.94	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.003	de 22.08.94	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.008	de 16.09.94	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.013	de 14.10.94	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.016	de 21.11.94	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.020	de 05.12.94	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.038	de 04.01.95	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.046	de 21.03.95	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.047	de 31.03.95	Autoriza o Executivo Municipal a prorrogar prazo de cedência.
Lei n.º 3.048	de 31.03.95	Altera redação das especificações dos cargos de Fiscal de Posturas e Fiscal de Tributos, da Lei Complementar nº 2.636/90 e dá outras providências.
Lei n.º 3.057	de 19.05.95	Dispõe sobre os vencimentos do município e dá outras providências.
Lei n.º 3.060	de 22.05.95	Extingue cargos do Quadro de Cargos de Provisamento Efetivo.
Lei n.º 3.061	de 31.05.95	Cria o cargo de procurador do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.062	de 02.06.95	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 2.636/90 e dá outras providências.
Lei n.º 3.074	de 17.07.95	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.086	de 19.09.95	Dispõe sobre vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.087	de 21.09.95	Cria mais 01 (um) cargo de Chefe de Turma no Quadro de Cargos em Comissão e Função Gratificada do Plano de Carreira dos Servidores Municipais.

Lei n.º 3.110	de 19.12.95	Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 2.636/90 e dá outras providências.
Lei n.º 3.111	de 19.12.95	Extingue o cargo de Técnico de Laboratório e em substituição cria o de Auxiliar de Laboratório de Análises clínicas e dá outras providências.
Lei n.º 3.114	de 26.12.95	Dispões sobre os vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.124	de 19.03.96	Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 2.636/90 e dá outras providências.
Lei n.º 3.126	de 25.03.96	Autoriza a contratação temporária de profissionais de educação para atendimento à Rede Municipal de Ensino.
Lei n.º 3.133	de 25.04.96	Concede aos Servidores celetistas estáveis direito à Licença-Prêmio e à Licença para Tratamento de Saúde da Família.
Lei n.º 3.142	de 17.06.96	Altera disposições da Lei Complementar 2.637/90 e dá outras providências.
Lei n.º 3.144	de 05.07.96	Revoga a Lei Complementar nº 2.910/93.
Lei n.º 3.150	de 08.08.95	Faz retroagir os efeitos da Lei nº 3.133/96 na parte que trata do prêmio assiduidade (Licença-prêmio).
Lei n.º 3.156	de 24.09.96	Autoriza a contratação temporária de um pediatra e dá outras providências.
Lei n.º 3.157	de 25.09.96	Autoriza a prorrogação do prazo de cedência de um servidor para a Justiça Eleitoral-Cartório Eleitoral de Montenegro, até 31 de dezembro de 1996.
Lei n.º 3.158	de 25.09.96	Faz o Executivo Municipal a prorrogar o prazo de cedência (6 servidores – APAE).
Lei n.º 3.159	de 25.09.96	Autoriza a prorrogação de prazo de cedência (03 servidores – Sociedade Beneficente Espiritualista).
Lei n.º 3.168	de 20.11.96	Altera o enquadramento de servidor celetista estável e dá outras providências.
L. C. n.º 3.176	de 08.08.95	Cria o Fundo de Assistência e Previdência – FAP – do Servidor Estatutário de Montenegro, em substituição ao FAZ, e dá outras providências.

Lei n.º 3.179	de 17.03.97	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do município e dá outras providências.
Lei n.º 3.180	de 24.03.97	Cria mais um cargo de psicólogo no Quadro de Provimento Efetivo do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.195	de 19.05.97	Cria mais um cargo de Bioquímico, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo.
Lei n.º 3.196	de 19.05.97	Autoriza a contratação temporária de profissionais de educação para atendimento à Rede Municipal de Ensino.
Lei n.º 3.204	de 17.06.97	Autoriza a contratação temporária de um Assistente Social para atuar na área da saúde.
Lei n.º 3.226	de 30.09.97	Autoriza a contratação temporária de profissionais de educação para atendimento à Rede Municipal de Ensino.
L.C. n.º 3.236	de 07.11.97	Cria mais um cargo de Nutricionista, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo.
Lei n.º 3.259	de 27.02.98	Autoriza a contratação temporária de profissionais de ensino para atendimento à Rede Municipal de Ensino.
Lei n.º 3.261	de 13.03.98	Cria 01 (um) cargo de Assessor Jurídico – CC/FG 09 e dá outras providências.
Lei n.º 3.266	de 23.03.98	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, administrativamente, 5 pedreiros e 2 operários, e dá outras providências.
Lei n.º 3.268	de 30.03.98	Autoriza a cedência de servidor para a Justiça do Trabalho da 4ª Região.
L.C. n.º 3.276	de 17.04.98	Altera a redação do artigo 4º da Lei Complementar nº 3.266/98.
L.C. n.º 3.293	de 22.06.98	Cria mais 06 (seis) cargos de Auxiliar de Creche no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo.
L.C. n.º 3.295	de 26.06.98	Autoriza a contratação temporária de um Médico para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.
L.C. n.º 3.296	de 06.07.98	Autoriza a contratação temporária de profissional de educação para atendimento à Rede Municipal de Ensino.

L.C. n.º 3.305 de 14.07.98	Cria cargos no Quadro de servidores do Município, (Agentes de Trânsito).
L.C. n.º 3.306 de 17.07.98	Autoriza a contratação temporária de Agentes de Trânsito e dá outras providências.
L.C. n.º 3.307 de 03.08.98	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 5 pedreiros e 5 operários.
L.C. n.º 3.308 de 03.08.98	Ficam alteradas as Especificações do Cargo de Agente de Trânsito.
L.C. n.º 3.316 de 24.08.98	Autoriza a contratação temporária de profissionais de educação para atendimento à Rede Municipal de Ensino.
L.C. n.º 3.328 de 05.10.98	Cria cargos de Especialista em Educação no Quadro do Magistério Público Municipal.
L.C. n.º 3.330 de 13.10.98	Cria cargo de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo.
L.C. n.º 3.338 de 21.10.98	Cria cargo de Pedreiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo.
L.C. n.º 3.345 de 27.11.98	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do município e dá providências.
L.C. n.º 3.361 de 28.12.98	Altera o artigo 20 da Lei Complementar nº 2.636 de 04.05.90, que dispõe sobre os cargos e funções públicas do município.
L.C. n.º 3.364 de 28.12.98	Autoriza o Executivo Municipal a prorrogar o prazo de cedência de servidores para a APAE.
L.C. n.º 3.365 de 28.12.98	Idem para a Sociedade Beneficente Espiritualista.
L.C. n.º 3.367 de 28.12.98	Idem para o Colégio Sinodal Progresso.
L.C. n.º 3.368 de 28.12.98	Idem para a APCECM.
L.C. n.º 3.369 de 28.12.98	Idem a Junta Comercial do Estado.
L.C. n.º 3.383 de 26.02.99	Autoriza a contratação temporária de um Nutricionista par atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social – SMSAS.
L.C. n.º 3.386 de 01.04.99	Acrescenta o inciso IV e os parágrafos 3º e 4º ao art. 112 da Lei Complementar nº 2.635/90 – Regime Jurídico único.

L.C. n.º 3.389 de 23.04.99	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 2.637/90, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município.
L.C. n.º 3.392 de 14.05.99	Autoriza a contratação temporária de um Médico para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social – SMSAS.
L.C. n.º 3.400 de 18.06.99	Altera os artigos 112, 233 e 234 do Regime Jurídico Único – Lei Complementar nº 2.635/90.
L.C. n.º 3.401 de 18.06.99	Cria cargo de Desenhista no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo.
L.C. n.º 3.407 de 09.07.99	Cria cargo de Agente de Fiscalização de Transporte.
Lei n.º 3.408 de 09.07.99	Autoriza a contratação temporária de um Agente de Fiscalização de Transporte.
Lei n.º 3.410 de 09.07.99	Autoriza a contratação temporária de dois Médicos e um Enfermeiro.
Lei n.º 3.416 de 23.07.99	Autoriza a contratação temporária de Professores e Auxiliares de Serviços Escolares.
Lei n.º 3.417 de 23.07.99	Autoriza a contratação temporária de Professores e Auxiliares de Serviços Escolares.
L. C. nº 3.422 de 19.08.99	Altera a carga horária de diversos cargos de provimento efetivo.
L. C. nº 3.435 de 01.10.99	Altera a redação dos artigos 92, 93 e 247 da Lei Complementar nº 2.635/90 – Regime Jurídico Único.
Lei nº 3.446 de 12.11.99	Autoriza a contratação temporária de um Bioquímico.
Lei nº 3.447 de 26.11.99	Cria o cargo de Médico Veterinário.
Lei nº 3.449 de 26.11.99	Autoriza a contratação temporária de um Médico Veterinário.
Lei nº 3.461 de 17.12.99	Dispõe sobre o provimento de cargos públicos municipais por pessoas deficientes, e dá outras providências.
L. C. nº 3.464 de 20.12.99	Cria cargo de Engenheiro Agrônomo.
L. C. nº 3.473 de 27.12.99	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.

Lei nº 3.478 de 31.12.99	Autoriza a contratação temporária de um Médico Psiquiatra para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social – SMSAS.
Lei nº 3.481 de 31.12.99	Autoriza o Executivo Municipal a prorrogar o prazo de cedência de servidores para Junta Comercial do estado.
Lei nº 3.486 de 23.02.00	Autoriza a contratação temporária de Assistente Social.
Lei nº 3.487 de 23.02.00	Autoriza a contratação temporária de Professores.
Lei nº 3.488 de 01.03.00	Dispõe sobre estágio de estudantes em órgãos da Administração Municipal.
Lei nº 3.489 de 10.03.00	Autoriza a contratação temporária de Professor e Auxiliar de Serviços Escolares.
Lei nº 3.493 de 17.03.00	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, diversos profissionais.
L.C. nº 3.494 de 17.03.00	Dispõe sobre os vencimentos o pessoal do Legislativo e dá outras providência.
Lei nº 3.495 de 27.03.00	Autoriza o Executivo Municipal a contratar temporária e administrativamente, quatro motoristas.
Lei nº 3.500 de 10.04.00	Autoriza a contratação temporária de Professor.
L.C. nº 3.502 de 24.04.00	Cria cargos no Quadro de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2636/90.(Pedreiro/Nutricionista)
L.C. nº 3.503 de 24.04.00	Cria cargos de Professor no Quadro do Magistério, instituído pela LC 2637/090.
L.C. nº 3.504 de 24.04.00	Extingue cargos de servente no Quadro de Cargos, instituído pela LC 2636/90.
Lei nº 3.505 de 24.04.00	Autoriza a contratação temporária de Professores.
Lei nº 3.512 de 22.05.00	Autoriza a contratação administrativa e temporária de um Engenheiro.
Lei nº 3.515 de 22.05.00	Autoriza a contratação temporária de um Bioquímico.

L.C. nº 3.518	de 05.06.00	Altera dispositivos da LC 2635/90 – Regime Jurídico.
L.C. nº 3.552	de 20.06.00	Altera artigos 86, 87, 88, 89 e 90 da LC 2635/90 – Regime Jurídico.
L.C. nº 3.523	de 20.06.00	Define atividades insalubres e perigosas e revoga LC nº 2966/94.
Lei nº 3.542	de 27.09.00	Fixa os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito.
Lei nº 3.543	de 27.09.00	Fixa os subsídios dos Vereadores – Legislatura 2001/2004.
Lei nº 3.544	de 06.10.00	Dispõe s/ o Plano de Seguridade Social dos servidores municipais vinculados ao Regime Jurídico, instituído pela LC 2635/90.
Lei nº 3.557	de 04.12.00	Fixa os subsídios dos Secretários Municipais.
Lei nº 3.558	de 08.12.00	Acrescenta Parágrafo único ao Art. 7º da Lei nº 3.544/00 – Plano de Seguridade Social.
L.C. nº 3.583	de 06.04.01	Altera dispositivos da LC nº 2.635/90 – Regime Jurídico.
Lei nº 3.584	de 06.04.01	Altera a Lei nº 3.544/00 – Plano de Seguridade Social dos Servidores.
L.C. nº 3.597	de 28.05.01	Cria cargos de Enfermeiro e Assistente Social no Quadro de Cargos – LC nº 2.636/90.
Lei nº 3.601	de 05.06.01	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Operador de Máquina.
L.C. nº 3.615	de 05.07.01	Reorganiza o quadro de pessoal do Poder Legislativo.
Lei nº 3.619	de 06.07.01	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente um motorista.
Lei nº 3.620	de 06.07.01	Autoriza a contratar temporariamente um Assistente Leg. e Administrativo.
Lei nº 3.621	de 06.07.01	Autoriza a contratação temporária de um Encarregado de Serviços Gerais.
Lei nº. 3.645	de 05.09.01	Altera Parágrafo único do Art. 6º, Lei nº 3.523/00 – Atividades Insalubres e Perigosas.
L.C. nº 3.649	de 09.10.01	Cria 01 cargo de Chefe de Informática – CC/FG 06 e extingue cargo de Chefe de Serviço Laboratorial.

L.C. nº 3.561	de 09.10.01	Dispõe s/ vencimentos do pessoal do Município.
Lei nº 3.705	de 16.01.02	Altera dispositivo da LC 3.615/01 – reorganiza o quadro de pessoal do Legislativo.
Lei nº 3.723	de 23.04.02	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente um topógrafo.
Lei nº 3.724	de 23.04.02	Autoriza a contratar temporariamente 2 Professores de Estudos Sociais e 01 Professor Língua Estrangeira.
Lei nº 3.729	de 13.05.02	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município.
Lei nº 3.732	de 20.05.02	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 01 Operador de Máquina.
Lei nº 3.733	de 20.05.02	Altera redação do art. 2º da Lei nº 3.542/00 que fixa os Subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito.
Lei nº 3.734	de 20.05.02	Altera a redação do art. 1º da Lei nº. 3.557/00 – subsídios dos secretários municipais.
Lei nº 3.735	de 20.05.02	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 3.543/00 - subsídios dos vereadores
Lei nº 3.736	de 20.05.02	Dispõe s/ os vencimentos do pessoal do Poder Legislativo.
Lei nº 3.756	de 26.06.02	Acrescenta Parágrafo único ao Art. 3º da Lei nº 3.724/02. (seleção candidatos).
L.C. nº 3.760	de 03.07.02	Altera redação art. 192 da Lei 2.635/90 – Regime Jurídico Servidores.
Lei nº 3.761	de 08.07.02	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 01 Auxiliar de Serviços Gerais.
Lei nº 3.769	de 19.07.02	Cria mais 01 cargo de Assessor Jurídico – CC/FG 09.
L.C nº 3.779	de 12.08.02	Cria cargo de Farmacêutico e Nutricionista no Quadro de Cargos, LC nº 2.636/90.
Lei nº 3.792	de 16.09.02	Autoriza o Executivo editar os atos necessários ao cumprimento da decisão do TCE, cria o quadro especial de empregos públicos, de caráter temporário.

L.C. 3.804	de 10.10.02	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município.
Lei nº 3.813	de 17.10.02	Altera redação do Art. 2º, Lei 3.542/00 – subsídios Prefeito e Vice-Prefeito.
Lei nº 3.814	de 17.10.02	Altera redação Art. 1º da Lei 3.557/00 – subsídios Secretários Municipais.
Lei nº 3.815	de 17.10.02	Altera redação art. 2º da Lei 3.543/00 – subsídios vereadores.
L.C. nº 3.816	de 17.10.02	Dispõe s/ os vencimentos do pessoal do Poder Legislativo.
L.C. nº 3.818	de 25.10.02	Cria mais um cargo de Assistente Social e Psicólogo no quadro de cargos, LC 2.636/90.
L.C. nº 3.824	de 11.11.02	Cria mais 01 cargo de Enfermeiro no quadro de cargos – LC nº 2.636/90.
L.C. nº 3.829	de 19.11.02	Cria mais 01 cargo de Motorista no quadro de cargos – LC nº 2.636/90.
Lei nº 3.852	de 27.12.02	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 17 Agentes de Campo.
L.C. nº 3.859	de 14.01.03	Cria mais 05 cargos de Agente Administrativo e mais 01 de Contador no quadro de cargos – LC nº 2.636/90.
L.C. nº 3.860	de 14.01.03	Acrescenta art. 31-A à Lei nº 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
L.C. nº 3.862	de 21.02.03	Cria mais 10 cargos de Professor no quadro do Magistério – LC nº 2.637/90.
Lei nº 3.863	de 21.02.03	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 03 Professores – Área II.
L.C. nº 3.864	de 21.02.03	Cria cargo de Secretário de Escola no quadro de cargos.
L.C. nº 3.866	de 07.03.03	Cria mais 14 cargos de Auxiliar de Creche no quadro de cargos – LC 2.636/90.
Lei nº 3.867	de 07.03.03	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 14 Auxiliares de Creche.
Lei nº 3.894	de 02.06.03	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 01 Professor de Inglês.

L.C. nº 3.895	de 09.06.03	Dispõe s/ os vencimentos do pessoal do Município.
Lei nº 3.897	de 13.06.03	Altera redação do art. 2º da Lei nº 3.542/00 – subsídios Prefeito e Vice-Prefeito.
Lei nº 3.898	de 13.06.03	Altera redação do art. 1º da Lei nº 3.557/00 – subsídios Secretários.
Lei nº 3.899	de 13.06.03	Altera redação do art. 2º da Lei nº 3.543/00 – subsídios vereadores.
L.C. nº 3.900	de 13.06.03	Dispõe s/ os vencimentos do pessoal do Legislativo.
Lei nº 3.904	de 23.06.03	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 10 Agentes de Campo.
Lei nº 3.908	de 30.06.03	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 01 professor Língua Portuguesa.
Lei nº 3.926	de 26.08.03	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 01 Nutricionista.
Lei nº 3.927	de 26.08.03	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 01 Professor de Língua Portuguesa.
Lei nº 3.936	de 08.09.03	Autoriza o Executivo a contratar temporariamente 02 professores – Área II.
L.C. nº 3.939	de 12.09.03	Acrescenta Parágrafo único ao art. 235 da LC 2.635/90 – Regime Jurídico.
Lei nº 3.941	de 15.09.03	Autoriza o Executivo contratar temporariamente 01 Especialista em Educação – Supervisão Escolar.
L.C. nº 3.943	de 15.06.03	Estabelece o Plano de Carreira do Magistério.
Lei nº 3.944	de 16.09.03	Autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários de Auxiliares de Creche.
Lei nº 3.945	de 01.10.03	Cria mais 01 cargo de Agente Administrativo no quadro de cargos – LC 2.636/90.
Lei nº 3.961	de 03.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, dois professores.
L.C. nº 3.963	de 03.11.03	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 3943, de 15 de setembro de 2003, que

		estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município e dá outras providências.
L.C. n.º 3.965	de 03.11.03	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município. (Reajuste de 5% – Valor de Referência Servidores: R\$ 345,43; Magistério: R\$ 478,15)
Lei nº 3.966	de 03.11.03	Institui o Programa de Vale Alimentação aos servidores municipais e dá outras providências.
L.C. n.º 3.972	de 14.11.03	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Legislativo do Município de Montenegro.
Lei nº 3.984	de 25.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um operário, e dá outras providências.
L.C. n.º 3.985	de 02.12.03	Altera as atribuições do Cargo de Eletricista no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos servidores.
Lei nº 3.991	de 12.12.03	Institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo Municipal e dá outras providências.
L.C. n.º 3.994	de 18.12.03	Cria e extingue cargos no Quadro de Provimento Efetivo, instituído pela Lei complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
L.C. n.º 3.998	de 23.12.03	Cria mais um cargo de Pedreiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
L.C. n.º 3.999	de 29.12.03	Cria mais quatro cargos de Agente Administrativo Auxiliar no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 4.000	de 29.12.03	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um Psiquiatra.
L.C. n.º 4005	de 29.12.03	Cria cargos no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei

		Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
L.C. n.º 4.006	de 30.12.03	Cria 1 (um) Cargo em Comissão/Função Gratificada – CC/FG9 – Assessor de Comunicação, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 4.016	de 15.01.04	Dispõe sobre a reserva de vagas para afro-brasileiros(as) em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências.
L.C. n.º 4.021	de 21.01.04	Cria mais dois cargos de Assistente Legislativo e Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 3615/2001.
Lei n.º 4.022	de 09.02.04	Autoriza o Executivo Municipal a prorrogar contratos temporários de Agentes de Campo.
Lei n.º 4.024	de 16.02.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, professores, assistentes de escola e auxiliares de serviços escolares.
L.C. n.º 4033	de 19.3.04	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município. (Reajuste de 10% – Valor de Referência Servidores: R\$ 379,97; Magistério: R\$ 525,97)
L.C. n.º 4037	de 19.3.04	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro. (Reajuste de 10% – Valor de Referência Servidores: R\$ 379,97)
Lei n.º 4040	de 19.3.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um Pediatra.
Lei n.º 4045	de 01.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um Clínico geral, e dá outras providências.
Lei n.º 4046	de 01.4.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 17 Agentes Comunitários de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, e dá outras providências.

Lei n.º 4047	de 01.4.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento no Programa de Saúde da Família – PSF, e dá outras providências.
Lei n.º 4049	de 13.4.04	Altera os incisos I e II e acrescenta parágrafo 3.º no art. 5.º, da Lei n.º 3544, de 6 de outubro de 2000, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Municipais. (alteração da porcentagem de contribuição dos servidores)
Lei n.º 4058	de 27.4.04	Altera redação do art. 4.º da Lei n.º 4047, de 1.º de abril de 2004, que autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento no Programa de Saúde da Família – PSF, e dá outras providências.
Lei n.º 4062	de 04.5.04	Altera o CC/FG atribuído ao Cargo de Assessor de Comunicação do Quadro de Cargos em Comissão/Função Gratificada do Poder Legislativo de Montenegro – artigo 4.º da Lei Complementar 3615/01.
L.C. n.º 4066	de 11.5.04	Cria mais um cargo de Assessor Especial – CC/FG 08, no quadro de Cargos em Comissão e Função Gratificada, art. 20 da Lei Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, Plano de Carreira do Servidores Municipais.
Lei n.º 4067	de 17.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 10 (dez) Visitadores para atender ao Programa Primeira Infância Melhor, e dá outras providências.
L.C. n.º 4073	de 24.5.04	Cria cargos no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores Municipais (05 cargos de Auxiliar de Serviços Escolares e 27 de Assistente de Escola)
Lei n.º 4079	de 07.6.04	Altera o art. 3.º da Lei n.º 4047, de 1.º de abril de 2004, que autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de vários profissionais para atendimento ao Programa de Saúde da Família – PSF, e dá outras providências.

		(altera valores a serem pagos aos contratados)
Lei n.º 4083	de 18.6.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 10 (dez) Agentes de Campo e dá outras providências.
Lei n.º 4084	de 18.6.04	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, um Odontólogo.
L.C. n.º 4089	de 28.6.04	Altera o § 1.º do art. 45 da Lei Complementar n.º 3943, de 15 de setembro de 2003, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município e dá outras providências. (níveis de promoção)
Lei n.º 4090	de 28.6.04	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 01 (um) Auxiliar de Enfermagem para atender ao Programa Primeira Infância Melhor – PIM.
L.C. n.º 4091	de 28.6.04	Cria mais 2 (dois) cargos de Agente Administrativo Auxiliar no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
L.C. n.º 4092	de 28.6.04	Cria mais 6 (seis) cargos de Agente Administrativo Auxiliar no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 2636, de 4 de maio de 1990, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 4093	de 28.6.04	Autoriza a contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 30 (trinta) Agentes Comunitários de Saúde e de 1 (um) Enfermeiro para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS.
L.C. n.º 4100	de 19.7.04	Altera red. do art. 20 da LC n.º 2636/90, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município; estabelece o Plano de Carreira do Servidores (alteração da denominação do cargo de Procurador e implantação do Padrão 11).
L.C. n.º 4.134	de 03.11.04	Altera os arts. 1º e 2º da LC nº 3.994/03, que cria e extingue cargos no Quadro de cargos de provimento Efetivo, instituído pela LC

		2636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 4.150	de 27.12.04	Altera o CC/FG atribuído ao Secretário Geral do Legislativo, instituído pela LC 3615/01.
Lei n.º 4.151	de 27.12.04	Autoriza o Legislativo a contratar, temporária e administrativamente, um encarregado de serviços gerais.
Lei n.º 4.163	de 14.02.05	Altera redação do § 4º, acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei n.º 3.966/03, que institui Programa de Vale Alimentação aos servidores municipais.
Lei n.º 4.168	de 01.03.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, seis professores Área II (Matemática=3, Ciências=2 01 de Educação Física).
Lei n.º 4.179	de 01.04.05	Institui turno de atendimento ao público de 12h ininterruptas na Diretoria de Receita (Programa Refis).
LC n.º 4.180	de 01.04.05	Altera o § 1º do art. 56 da LC 2635/90 – Regime Jurídico Único (Horas Extras).
LC n.º 4.181	de 06.04.05	Cria mais 15 cargos de Auxiliar de Serviços Escolares e 45 cargos de Assistente de Escola
Lei n.º 4.183	de 06.04.05	Autoriza Executivo a firmar Convênio com o Tribunal Regional Eleitoral.
LC n.º 4.184	de 11.04.05	Altera redação do art. 1º da LC 2782/91 – Cria e extingue cargos em comissão e FG (Chefe de gabinete – CC11).
LC n.º 4.185	de 11.04.05	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do município (reposição de 8%).
LC n.º 4.190	de 15.04.05	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo.
LC n.º 4.220	de 15.06.05	Cria mais 1 cargo de Assessor Especial–CC/FG 8, cria o cargo de Assessor de Apoio Legislativo – CC/FG4 e extingue o cargo de Motorista Especial.
Lei n.º 4.222	de 23.06.05	Altera redação art. 5º da Lei nº 3.966/03, que institui o Programa Vale Alimentação aos servidores municipais.

Lei n.º 4.235	de 11.07.05	Altera redação do art. 4º da Lei 3.991/03, que institui o vale Alimentação aos servidores do Legislativo.
LC n.º 4.238	de 15.07.05	Cria o Departamento de Pessoal e de Processamento da Folha de Pagamento na Secretaria da Câmara.
LC nº 4.239	de 15.07.05	Cria 1 (um) cargo de Diretor do Departamento de Pessoal e de Processamento da Folha de Pagamento na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores.
LC nº 4.240	de 15.07.05	Altera CC/FG atribuído ao Cargo de Assessor Legislativo/ Administrativo, Quadro de Cargos do Legislativo, instituído pela LC 3615/01.
LC n.º 4.279	de 03.10.05	Cria mais dois cargos de Engenheiro e mais um cargo de Arquiteto no Quadro de Cargos Provimento Efetivo, instituído pela LC 2636/90.
LC n.º 4.280	de 03.10.05	Cria mais três cargos de Assessor Especial – CC/FG 8 no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
LC n.º 4.301	de 01.11.05	Cria mais um cargo de Assistente Legislativo e Administrativo no Quadro Câmara, conforme LC nº 3.615/01.
LC n.º 4.307	de 07.11.05	Cria o cargo de Fonoaudiólogo, Padrão 10, no Quadro de Cargos provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90.
LC n.º 4.308	de 07.11.05	Cria o cargo de Técnico de Segurança do Trabalho, Padrão 8, no Quadro Cargos provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90
LC n.º 4.310	de 07.11.05	Cria cargo de Bibliotecário, Padrão 10, no Quadro de Cargos Provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90.
Lei n.º 4.311	de 07.11.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Bibliotecário.
Lei n.º 4.312	de 07.11.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Fonoaudiólogo.
Lei n.º 4.328	de 23.11.05	Ratifica cedência de servidores e autoriza o Executivo firmar convênio (APAE).
LC n.º 4.330	de 28.11.05	Cria cargos de médico no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.

LC n.º 4.335	de 05.12.05	Cria mais dois cargos de Procurador no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 4.337	de 12.12.05	Altera o Capítulo VI da LC 2.635/90 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos (Processo Disciplinar).
Lei n.º 4.338	de 12.12.05	Institui Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e Especial – CPAD.
Lei n.º 4.339	de 12.12.05	Dispõe sobre o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal.
Lei n.º 4.340	de 12.12.05	Acrescenta o item 6 ao art. 4º Lei 3.360/98, reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei n.º 4.344	de 19.12.05	Ratifica a cedência de professores e autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 4.350	de 19.12.05	Cria cargo de Diretor de Departamento de Assistência Social na SMSAS – CC/FG 8, no Quadro de Cargos Comissão e FG.
Lei n.º 4.352	de 19.12.05	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, em Assistente Social.
Lei n.º 4.357	de 27.12.05	Cria mais 5 (cinco) cargos de Apoio pedagógico no Quadro do Magistério, instituído pela Lei Complementar n.º 3943/03.
L.C. n.º 4.363	de 30.12.05	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município. (Reajuste de 10% – Valor de Referência Servidores: R\$ 451,41; Magistério: R\$ 624,86)
Lei n.º 4.364	de 30.12.05	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente um Encarregado de Serviços Gerais.
L.C. n.º 4.368	de 30.12.05	Cria mais cinquenta cargos de Professor no Quadro do Magistério Público, instituído pela L.C. n.º 3943/03.
L.C. n.º 4.381	de 06.01.06	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Legislativo do Município de Montenegro. (Reajuste de 10% – Padrão de Referência: R\$ 451,41)

Lei n.º 4.383	de 19.01.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 1.000,00 – Contrat. Encarreg. Serv. Gerais da Câmara Municipal.
Lei n.º 4.390	de 14.02.06	Autoriza servidores municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo a realizarem curso superior de formação específica em Gestão Pública e concede benefício de 50% das mensalidades.
Lei n.º 4.391	de 14.02.06	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, um Odontólogo.
Lei n.º 4.400	de 06.03.06	Autoriza o Executivo a contratar temporária e administrativamente, onze professores Área II.
LC n.º 4.422	de 05.04.06	Cria mais 1 (um) cargo de Chefe de Seção – CC/FG 4 no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
LC n.º 4.432	de 24.04.06	Revoga artigos dos Títulos VII e VIII da LC 2635/90 – Regime Jurídico Servidores Públ.(Seguridade Social)
Lei n.º 4.433	de 24.04.06	Reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde – FAS dos Servidores efetivos do Município.
Lei n.º 4.434	de 24.04.06	Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos – FAP.
Lei n.º 4.443	de 02.05.06	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, três médicos para atender o PSF.
Lei n.º 4.444	de 02.05.06	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2635/90 e autoriza o Executivo a prorrogar os contratos temporários e emergenciais dos profissionais contratados para PACS e PSF.
Lei n.º 4.447	de 09.05.06	Dispõe sobre o estágio de estudantes na Câmara Municipal.
Lei n.º 4.448	de 09.05.06	Autoriza o Legislativo a contratar, temporária e administrativamente, dois Assistentes Legislativos e Administr.
Lei n.º 4.450	de 15.05.06	Dispõe sobre o pagamento, no valor de subsídio em parcela única, a servidor posto à disposição e investido no cargo de Secretário Municipal.
Lei n.º 4.462	de 30.05.06	Ratifica cedência de servidores e autoriza Executivo renovar convênio com Tribunal de Justiça do Estado do RS.

Lei n.º 4.470	de 12.06.06	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um enfermeiro (SMSAS).
Lei n.º 4.476	de 26.06.06	Autoriza o Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 27.000,00 – FAP (custeio da gratificação dos Técnicos Admin. dos Fundos)
Lei n.º 4.483	de 30.06.06	Excepciona regra geral art. 235 da LC 2.635/90 – prorrogar contratos temporários dos Agentes de Campo.
Lei n.º 4.484	de 30.06.06	Excepciona regra geral art. 235 da LC 2.635/90 – prorrogar contratos temporários dos Agentes Comunitários de Saúde.
Lei n.º 4.485	de 30.06.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 9.000,00 (FAP – Manut. Fundos).
LC n.º 4.495	de 17.07.06	Altera o art. 46 da LC 3.943/03, estabelece o Plano de Carreira do Magistério (permuta professores).
Lei n.º 4.551	de 30.10.06	Autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários dos profissionais contratados para o PACS, PSF e Programa de Combate a Dengue.
Lei n.º 4.604	de 02.02.07	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente um encarregado de serviços gerais.
LC n.º 4.605	de 12.02.07	Cria mais 2 cargos de Nutricionista no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90, Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 4.606	de 12.02.07	Altera a redação do art. 107 da LC n.º 2.635/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores do Município (licença servidor).
Lei n.º 4.608	de 22.02.07	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, um Médico Veterinário.
Lei n.º 4.616	de 07.03.07	Cria 10 cargos de Assessor Parlamentar no Quadro de Cargos em Comissão/Funções Gratificadas do Legislativo, cfe. LC n.º 3615/01.
Lei n.º 4.626	de 26.03.07	Ratifica cedência de servidores e autoriza o Executivo firmar convênio com Tribunal de Justiça do Estado RS.

Lei n.º 4.629	de 27.03.07	Altera a redação do art. 5º da Lei n.º 3.966/03 – Programa Vale-alimentação Servidores (R\$ 7,00).
LC n.º 4.640	de 16.04.07	Cria mais de 2 cargos de psicólogo, instituído pela LC n.º 2.636/90 (Plano de Carreirados Servidores)
LC n.º 4.642	de 16.04.07	Dispõe sobre revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (3,5%).
LC n.º 4.643	de 18.04.07	Dispõe sobre revisão geral dos vencimentos do pessoal do Legislativo (3,5%)
Lei n.º 4.646	de 26.04.07	Altera a redação do art. 4.º da Lei n.º 3.991/03, que institui o Programa de ValeAlimentação aos servidores do Legislativo-R\$ 10,00.
Lei n.º 4.657	de 18.05.07	Autoriza o Executivo a prorrogar contratos temporários de médico contratados p/ o PSF.
Lei nº 4.672	de 02.02.07	Altera redação do caput e acrescenta os Incisos I e II ao Art. 37 e altera Incisos I e II do Art. 42 da LC 3.943/03 – Plano Carreira Magistério.
Lei nº. 4.685	de 30.07.07	Altera redação do Anexo I da Lei 4.616/07, de 07/03/07, que criou 10 cargos de Assessor Parlamentar.
Lei nº. 4.692	de 14.08.07	Altera valor do salário constante do Art. 4º, Lei 4.083/04, que contrata temporariamente 10 Agentes de Campo.
Lei n.º 4.712	de 10.09.07	Autoriza o Executivo a reajustar o vlr. do salário constante do art. 3.º da Lei 4046/04, que autoriza a contratação de Excepc.Int.Público de 17 Ag. Comum. De Saúde no Progr. De Ag. Com. De Saúde-PACS (de R\$ 400,00 p/ R\$440,17).
Lei n.º 4.713	de 11.09.07	Autoriza o Executivo a reajustar o vlr do salário constante do art 3.º da Lei 4047/04, que autoriza a contratação temporária e administ. de Excep. Int. Público de vários profissionais para atendimento ao Prog. De Saúde da Família-PSF. (deR\$400,00 p/ R\$ 440,00)
Lei n.º 4.714	de 11.09.07	Autoriza o Executivo a reajustar o vlr do salário de Agente Com de Saúde, constante do art 4.º da Lei 4093/04, que autoriza a contratação temporária e administ. de Excep. Int. Público de 30 Ag. Com. De Saúde e 1

		Enfermeiro p/ o Progr. De Ag. Com. De Saúde-PACS (de R\$400,00 p/ R\$ 440,00).
Lei n.º 4.715	de 11.09.07	Autoriza o Executivo a reajustar o vlr do salário de Motorista, constante do art 3.º da Lei 4230/05, que autoriza a contratação temporária e administ. de Excep. Int. Público de vários profissionais para atendimento ao Prog. De Saúde da Família-PSF. (p/ R\$ 880,34)
Lei n.º 4.716	de 11.09.07	Autoriza o Executivo a acrescentar o art. 2.ºA à Lei n.º 4.601/06, que autoriza o Executivo a contratar, temporária e admin. 12 Visitadores para atender ao Progr. Primeira Infância Melhor.
Lei nº 4.721	de 17.09.07	Altera Incisos III e IV do art. 3º e Anexo I, da Lei 4.506/06, que autoriza a contratar temporária e administrativamente profissionais p/ a Farmácia Popular.
Lei nº 4.736	de 16.10.07	Autoriza o Executivo a reajustar salário de Auxiliar de Serviços Gerais, Lei nº 4.506/06, que autorizou a contratar temporária e administrativamente profissionais para a Farmácia Popular.
LC nº 4.740	de 16.10.07	Cria mais 19 cargos de Guarda Municipal- Padrão 02, instituídos pela LC nº 2.636/90.
LC nº 4.747	de 22.10.07	Cria cargo de Assessor Técnico CC/FG 06 no quadro de Cargos e Funções Gratificadas.
LC n.º 4.751	de 26.10.07	Altera o padrão de venc. Do cargo de Auxiliar de Creche (de 01 p/ 03), constante na LC 2636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 4.753	de 26.10.07	Altera a L 3.991/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 12,00)
Lei n.º 4.765	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a criar mais 35 cargos de Professor Área I no Quadro do Magistério, instituído pela LC 3943/03.
Lei n.º 4.766	de 04.12.07	Autoriza o Executivo a criar 45 cargos de Assistente e 25 cargos de Auxiliar de Serviços Escolares-Efetivos.
Lei n.º 4.767	de 04.12.07	Cria mais 2 cargos de Técnico de Enfermagem – Efetivos.

Lei n.º 4.770	de 05.12.07	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente um encarregado de serviços gerais.
Lei nº 4.775	de 10.12.07	Autoriza o Executivo a contratar, tempor. e administr., 02 (dois) Odontólogos.
LC nº 4.781	de 21.12.07	Altera padrão de vencimentos e atualiza atribuições de categoria funcional (Agente Adm. Auxiliar)
Lei nº 4.803	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio com o Tribunal de Justiça do RS. (cedência servidores)
Lei n.º 4.813	de 18.02.08	Cria mais 1 cargo de Diretor de Dto., mais 2 de Chefe de Setor e mais 1 de Turma e extingue 1 cargo de Chefe de Serviço no Quadro de CC's e FG's.
Lei n.º 4.814	de 18.02.08	Aut. o Exec. a alterar a redação do art. 1.º da Lei 3966/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores municipais (Secretários Municipais).
Lei n.º 4.836	de 31.03.08	Autoriza Executivo alterar a redação do art. 5º da Lei 3.966/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação servidores do Poder Executivo. (R\$ 10,00)
Lei n.º 4.837	de 31.03.08	Dispõe s/ revisão geral de vencimentos do pessoal Município (5,5%)
LC n.º 4.840	de 31.03.08	Altera redação do art. 4º da LC 2.853/92 que cria a Guarda Municipal (adicional periculosidade 50%)
LC nº 4.841	de 31.03.08	Dispõe s/ revisão geral vencimentos do pessoal Legislativo(5,5%)
Lei n.º 4.844	de 31.03.08	Altera redação do art. 4º Lei 3.991/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação Legislativo. (R\$ 14,00)
Lei n.º 4.853	de 14.04.08	Autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente, 01 Médico Veterinário. (SMAM)
Lei n.º 4.874	de 19.05.08	Cria cargo de Atendente de Farmácia, Padrão 3, no Quadro de Cargos de Prov Efetivo, instituído pela LC 2636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.

Lei n.º 4.878	de 19.05.08	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente 4 atendentes de farmácia.
Lei nº 4.892	de 10.06.08	Aut. Contratação Temporária e Administrativa de excepcional interesse público de 12 Agentes Comunitários de Saúde para o PACS e o PSF.
Lei nº 4.907	de 14.07.08	Aut. o Exec. a alterar a redação do art. 2.º da LC 3649/01, que cria 01 cargo de Chefe de Serviço de Informática – CC/FG 06 e extingue o cargo de Chefe de Serviço de Atendimento Laboratorial – na SMSAS.
Lei nº 4.908	de 14.07.08	Aut. Exec. a transferir o cargo de Chefe de Serviço de Informática – CC/FG 06 da SMSAS p/ a SMAP, L n.º 3360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.
Lei nº 4.914	de 18.07.08	Autoriza Executivo reajustar salário constante do art. 3º, Lei nº 4.046/04, contratação temporária de 17 Agentes Comunitários de Saúde-PACS.
Lei nº 4.915	de 18.07.08	Autoriza o Executivo reajustar salário constante do art. 3º da Lei nº 4.047/04, contratação temporária diversos profissionais p/ o PSF.
Lei nº 4.916	de 18.07.08	Autoriza o Executivo a reajustar salário constante do art. 4º da Lei nº 4.083/04, contratação temporária de 10 Agentes de Campo.
Lei nº 4.917	de 18.07.08	Autoriza o Executivo a reajustar salário constante do art. 4º da Lei nº 4.093/04, contratação temporária de 30 Agentes Comunitários de Saúde e 01 Enfermeiro-PACS.
Lei nº 4.918	de 18.07.08	Autoriza o Executivo reajustar salário constante do art. 2ºA, Lei nº 4.601/06, que autoriza a contratar temporária e administrativamente 12 Visitadores para o PIM.
Lei nº 4.928	de 04.08.08	Cria o cargo de Auxiliar de Consutório Dentário, P 08, no Quadro de Cargos de Prov Efetivo, LC 2636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.

Lei nº 4.957	de 03.10.08	Autoriza o Executivo contratar, temporária e administrativamente, profissionais para a Farmácia Popular
LC nº 4.989	de 08.12.08	Altera Requisitos para Provimento da categoria funcional Guarda Municipal
Lei nº 5.003	de 19.12.08	Autoriza o Executivo prorrogar o contrato temporário de um médico veterinário
Lei n.º 5.014	de 29.12.08	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente 1 Encarregado de Serviços Gerais
LC n.º 5.049	de 30.03.09	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Município. (6,45%)
LC n.º 5.054	de 08.04.09	Cria o cargo de Assessor Técnico – CC/FG 08 no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas
LC n.º 5.064	de 16.04.09	Dispõe sobre revisão geral dos vencimentos do pessoal do Legislativo de Montenegro
Lei nº 5.112	de 20.07.09	Reajusta o salário constante do art. 3.º da Lei 4.443/06, que autoriza o Executivo a contratar, temporária e administrativamente 3 médicos p/ o PSF.
Lei nº 5.116	de 27.07.09	Altera art. 20 e extingue cargos da LC 2.636/90, que dispõe s/ os quadros de cargos e funções públicas do Município e estabelece Plano de Carreira dos Servidores
LC n.º 5.140	de 31.08.09	Altera o anexo I da LC n.º 4.781/07, que altera o padrão de vencimentos e atualiza atribuições de categoria funcional (agente administrativo auxiliar)
Lei nº 5.183	de 16.11.09	Institui gratificação por risco de vida aos integrantes dos cargos de Fiscal de Obras, Fiscal de Tributos , Fiscal de Posturas e Agente Fiscal.
Lei n.º 5.215	de 30.12.09	Autoriza o Legislativo a contratar temporária e administrativamente 1 Encarregado de Serviços Gerais
LC nº 5.217	de 30.12.09	Cria cargos de Professor e Apoio Pedagógico no Quadro do Magistério, instituído pela LC 3.943/03.

LC nº 5.218	de 30.12.09	Cria mais 20 cargos de Assistente de Escola e 04 cargos de Secretário de Escola no quadro de cargos de provimento efetivo-LC 2.636/90.
LC nº 5.245	de 30.03.10	Cria cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.248	de 06.04.10	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do município.
LC nº 5.256	de 16.04.10	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do município (6,50%)
LC nº 5.278	de 14.06.10	Cria o cargo de Assistente Administrativo, Padrão 07, no quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC nº 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.283	de 28.06.10	Contratação, temporária e administrativa, de um Médico Ginecologista.
Lei n.º 5.293	de 14.07.10	Altera redação do art. 4.º da Lei nº 3.991, de 12/12/2003, que institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 15,50)
LC n.º 5.291	de 05.07.10	Cria cargos de Enfermeiro e Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.292	de 06.07.10	Contrata, temporária e administrativamente, um Odontólogo.
Lei n.º 5.299	de 26.07.10	Cria 05 cargos de Assessor Especial I – CC/FG 10, altera nomenclatura e extingue 01 cargo de Assessor Especial e 04 cargos de Assessor Técnico no quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da LC 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.300	de 27.07.10	Acrescenta artigos à LC 2.635/90-Regime Jurídico dos Servidores Públicos (das licenças)
Lei n.º 5.301	de 27.07.10	Institui o Programa de Prorrogação da Licença Gestante (60 dias)

Lei n.º 5.302	de 27.07.10	Acrescenta o inciso VI, altera redação do § 1º e § 2º e revoga a alínea c do inciso III do art. 113 da LC 2.635/90-Regime Jurídico dos Servidores Públicos (licença paternidade)
Lei n.º 5.304	de 02.08.10	Dispõe sobre o regime de adiantamento de numerário aos servidores.
Lei n.º 5.318	de 06.09.10	Contrata temporária e administrativamente, 02 Engenheiros e 01 Arquiteto
Lei n.º 5.323	de 13.09.10	Institui o sistema de sobreaviso no serviço público municipal
LC n.º 5.325	de 13.09.10	Cria cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores
Lei n.º 5.326	de 13.09.10	Contrata, temporária e administrativamente, 01 médico
LC n.º 5.336	de 04.10.10	Cria mais 02 cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – LC 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores
LC n.º 5.337	de 04.10.10	Cria mais um cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, Padrão 8, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo - LC 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores
Lei n.º 5.340	de 15.10.10	Define as atividades insalubres e perigosas p/ efeitos de percepção do adicional correspondente
Lei n.º 5.346	de 22.10.10	Altera a redação do art. 5º da Lei n.º 3.966/03 – Programa Vale-alimentação Servidores (R\$ 13,00).
Lei n.º 5.348	de 03.11.10	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, por excepcional interesse público (contratação temporária de um médico)
Lei n.º 5.358	de 30.11.10	Contratação, temporária e administrativa, de 01 Auxiliar de Consultório Dentário.
Lei n.º 5.367	de 14.12.10	Concede carga horária especial ao servidor público do Poder Executivo pai, mãe, tutor, curador ou que possua a guarda e responsabilidade de pessoa portadora de necessidades especiais.

LC n.º 5.369	de 17.12.10	Altera o coeficiente de vencimentos dos Padrões 01 e 10 previstos no art. 24 da LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.373	de 20.12.10	Cria mais cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Odontólogo no Quadro de Cargos-LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
Lei nº 5.374	de 27.12.10	Cria empregos públicos p/ atuação em programas da saúde na Administração Municipal e disciplina o regime de emprego público do pessoal contratado
Lei nº 5.375	de 27.12.10	Autoriza a convocação de profissionais p/ o regime suplementar de trabalho
Lei n.º 5.381	de 30.12.10	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC 2.635/90 e prorroga os contratos temporários dos profissionais que atuam nos programas de saúde ESF e Dengue.
LC n.º 5.384	de 30.12.10	Altera art. 1º da LC n.º 5.369/10, que altera o coeficiente de vencimentos dos Padrões 01 e 10 previstos no art. 24 da LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
Lei nº 5.394	de 01.03.11	Altera a alíquota do § 7º do art. 13 e a redação do art.16 da Lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro.
Lei n.º 5.403	de 28.03.11	Ratifica a cedência de servidor e firma convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do RS
Lei n.º 5.415	de 15.04.11	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 5.318/10, que contrata temporária e administrativamente dois Engenheiros e um Arquiteto.
Lei n.º 5.417	de 15.04.11	Altera a alíquota prevista nos incisos I e II do art. 2º da Lei n.º 4.433/06, que reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde – FAS dos servidores efetivos municipais do Município de Montenegro.
LC n.º 5.418	de 15.04.11	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (reajuste de 6%)
LC n.º 5.419	de 19.04.11	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município (reajuste de 6%)

Lei n.º 5.424	de 27.04.11	Ratifica a cedência de servidores e firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista
LC n.º 5.444	de 13.06.11	Cria mais 1 cargo de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
Lei nº 5.459	de 20.06.11	Acrescenta os incisos IV e V ao art. 21 e o parágrafo único ao art. 24 da Lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro – RPPS.
LC n.º 5.460	de 20.06.11	Cria 1 cargo de Auxiliar de Consultório Dentário no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.462	de 20.06.11	Cria cargos de Médico, Odontólogo, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira Servidores.
Lei n.º 5.467	de 30.06.11	Altera a redação do art. 74 da Lei n.º 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro.
LC n.º 5.470	de 30.06.11	Cria cargos de Assistente de Escola no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.471	de 30.06.11	Contrata, temporária e administrativamente, um Atendente de Farmácia.
Lei n.º 5.494	de 16.08.11	Altera a redação do art. 4.º da Lei 3.991/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 16,50)
LC n.º 5.496	de 22.08.11	Cria mais um cargo de Psicólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.500	de 05.09.11	Cria um cargo de Contador no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.

Lei n.º 5.508	de 04.10.11	Contrata, temporária e administrativamente, 2 (dois) Eletricistas.
Lei n.º 5.509	de 04.10.11	Contrata, temporária e administrativamente, um Engenheiro ou um Arquiteto.
LC n.º 5.529	de 16.11.11	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município (índice de 2%)
LC n.º 5.530	de 18.11.11	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro (reajuste de 2%)
LC n.º 5.538	de 09.12.11	Cria dois cargos de Procurador no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
Lei n.º 5.541	de 09.12.11	Acrescenta o inciso VII ao art. 14 da Lei n.º 4.434/06 que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro (incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço de férias)
LC n.º 5.546	de 19.12.11	Cria 1 (um) cargo de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90, que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores
Lei n.º 5.547	de 19.12.11	Contrata, temporária e administrativamente, 1 (um) Médico
Lei n.º 5.559	de 26.12.11	Ratifica convênio com o Estado do RS, através da Secretaria da Saúde. (Cedência do Servidor Cristiano Barreto Kochenborger – PIM)
Lei n.º 5.564	de 30.12.11	Autoriza a convocação de um Técnico de Enfermagem para o Regime Suplementar de Trabalho para atuar no Programa Saúde Prisional.
Lei n.º 5.573	de 30.12.11	Contrata, temporária e administrativamente, 3 (três) Médicos Clínicos Geral
Lei n.º 5.574	de 30.12.11	Excepciona a regra geral do art. 235 da LC n.º 2.635/90, e prorroga, em caráter excepcional, o contrato temporário e administrativo, em vigor, do profissional Médico que atua na SMS/ESF.
LC n.º 5.581	de 24.01.12	Cria 3 (três) cargos de Odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira Servidores.

Lei n.º 5.586	de 06.02.12	Altera a redação do inciso I do art. 76 da Lei n.º 4.434/06, que reestrutura o RPPS (inclui no cálculo para aposentadoria as contribuições sobre gratificações)
Lei n.º 5.592	de 05.03.12	Contrata, temporária e administrativamente, 01 Psicólogo e abre crédito especial (CRAS)
Lei n.º 5.604	de 27.03.12	Altera a redação do art. 5.º da Lei n.º 3.966/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores municipais. (R\$15,00)
LC n.º 5.606	de 03.04.12	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (reajuste 7%)
LC n.º 5.607	de 09.04.12	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro (reajuste 7%)
Lei n.º 5.611	de 09.04.12	Altera redação art. 4.º da Lei n.º 3.991/03– Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 18,50)
Lei n.º 5.629	de 21.05.12	Contrata, temporária e administrativamente, 1 Psicólogo (CAPS I).
Lei n.º 5.652	de 02.07.12	Convocação de profissionais para o regime suplementar de trabalho para atuação no CAPS, contratação temporária de 1 Médico Psiquiatra e abertura de crédito especial de R\$ 75.677,83.
Lei n.º 5.654	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 02 Agentes de Combate a Endemias.
Lei n.º 5.655	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Enfermeiro para atuar na SMS/PAM.
Lei n.º 5.656	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Auxiliar de Consultório Dentário para atuar na SMS/ESF 2 Esperança.
Lei n.º 5.657	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Enfermeiro para atuar na SMS/UBS Centenário.
Lei n.º 5.658	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Enfermeiro para atuar na SMS/ESF 2 Esperança.

Lei n.º 5.659	de 02.07.12	Institui gratificação a ser paga ao servidor designado como responsável pela gestão financeira do RPPS
Lei n.º 5.660	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Psicólogo (SMHAD-CREAS)
LC n.º 5.663	de 06.07.12	Cria um cargo de Agente Fiscal, Padrão 09, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90–Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.664	de 06.07.12	Cria 06 cargos de Assistente Administrativo, Padrão 07, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90–Plano de Carreira Servidores
Lei nº 5.684	de 06.08.12	Dispõe sobre a fixação do subsídio dos Secretários Municipais p/ Legislatura 2013-2016.
LC n.º 5.700	de 02.10.12	Extingue o cargo de Agente Sanitário e altera as especificações do cargo de Agente Fiscal no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.733	de 28.12.12	Altera a alíquota no inciso III e no § 7º do art. 13 da Lei 4.434/06, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos de Montenegro.
LC nº 5.753	de 05.04.13	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (8%).
LC nº 5.755	de 11.04.13	Contrata, temporária e administrativamente, um Psicólogo (p/ atuar na SMS).
LC nº 5.756	de 11.04.13	Contrata, temporária e administrativamente, dois Psicólogos (p/ atuarem no CREAS).
Lei nº 5.758	de 11.04.13	Contrata, temporária e administrativamente, um Enfermeiro (p/ atuar na SMS/ESF1 Germano Henke).
LC n.º 5.759	de 15.04.13	Cria um cargo de Assistente Social no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.858	de 26.11.13	Contrata, temporária e administrativamente, diversos profissionais para atuarem da SMEC.

LC n.º 5.761	de 15.04.13	Cria mais um cargo de Assistente Legislativo Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar n.º 3.615/2001.
LC n.º 5.763	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Legislativo (8%)
LC n.º 5.774	de 06.05.13	Cria três cargos de Odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 - Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.788	de 28.06.13	Contrata, temporária e administrativamente, um Médico. (Saúde Prisional).
LC n.º 5818	de 10.09.13	Cria quatro cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5823	de 16.09.13	Cria três cargos de Enfermeiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 5.836	de 07.10.13	Altera redação do art. 5º da Lei n. 3.966, de 2003, que institui o Vale-Alimentação aos servidores municipais. (R\$ 18,00)
LC n.º 5.847	de 29.10.13	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 5.864	de 06.12.13	Acrescenta o parágrafo único ao art. 2.º da Lei n.º 5.789/13, contratação, temporária e administrativa, diversos profissionais para SMEC.
Lei n.º 5.874	de 30.12.13	Contrata, temporária e administrativamente dois Auxiliares de Consultório Dentário.
Lei n.º 5.876	de 09.01.14	Altera redação do art. 4.º da Lei n.º 3.991/03-Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo Municipal.
Lei n.º 5.888	de 14.02.14	Institui gratificação para desempenhar tarefa de fiscalização no Concurso Público C/91/2013.
Lei nº 5.901	de 19.03.14	Institui o Plano de Carreira dos Servidores Efetivos e estabelece os Quadros de Cargos e

		Vencimentos da Câmara Municipal de Vereadores de Montenegro/RS.
Lei nº 5.910	de 07.04.14	Cria cargos de Assistente de Escola e Auxiliar de Serviços Escolares no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.911	de 14.04.14	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (7%).
LC nº 5.913	de 15.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro (7%).
Lei nº 5.914	de 22.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Montenegro (5,40%).
Lei nº 5.915	de 22.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Montenegro (5,40%).
Lei nº 5.919	de 28.04.14	Cria um cargo de pedreiro no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.923	de 27.05.14	Altera a Alíquota prevista no inciso III e no § 7.º da Lei n.º 4.434, que reestrutura o Regime Próprio da Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro.
Lei n.º 5.956	de 04.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 311.456,73 e Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 5.374/2010, que Cria empregos públicos para atuação em programas da saúde na Administração Municipal e disciplina o regime de emprego público do pessoal contratado.
Lei n.º 5.957	de 18.08.14	Contrata, temporária e administrativamente, um Engenheiro Civil.
LC nº 5.965	de 18.08.14	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.978	de 08.09.14	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.

LC nº 5.979	de 08.09.14	Cria dois cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 5.980	de 08.09.14	Cria três cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei nº 5.986	de 08.09.14	Institui gratificação por risco de vida aos servidores públicos que exercem suas funções no interior da Penitenciária Modulada Estadual Agente Penitenciário Jair Fiorin-PMAPJF.
LC nº 5.991	de 16.09.14	Cria um cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 6.011	de 20.10.14	Altera redação do art. 5º da Lei nº 3.966/03-Vale-Alimentação (R\$ 20,00)
LC n.º 6.033	de 10.11.14	Abre crédito especial e cria 05 cargos de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC 2.636/90.
LC n.º 6.034	de 10.11.14	Cria 01 cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC 2.636/90.
LC n.º 6.035	de 10.11.14	Cria 01 cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC 2.636/90.
LC n.º 6.045	de 05.12.14	Cria 02 cargos de Técnico de Segurança do Trabalho no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC nº 2.636/90
LC n.º 6.047	de 05.12.14	Cria 01 cargo de Atendente de Farmácia, Padrão 3, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo-LC nº 2.636/90
Lei n.º 6.062	de 30.12.14	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 3.966/03-Programa de Vale-Alimentação servidores municipais (pecúnia)
LC n.º 6.067	de 09.02.15	Cria 4 (quatro) cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.

LC n.º 6.068	de 09.02.15	Cria 3 (três) cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC n.º 6.082	de 09.03.15	Cria um cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.086	de 16.03.15	Cria dois cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
LC n.º 6.087	de 16.03.15	Cria 1 (um) cargo de Odontólogo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90.
Lei nº 6.102	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo (8%).
Lei nº 6.106	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (8%).
LC nº 6.109	de 27.04.15	Cria um cargo de Assistente Administrativo no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 6.108	de 27.04.15	Altera a alíquota prevista nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 4.433/06, que reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde - FAS dos servidores efetivos municipais do Município de Montenegro (7,5%).
LC nº 6.116	de 21.05.15	Cria cargos de Assistente de Escola no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 6.117	de 21.05.15	Cria cargos de Professor Área I e Área II no Quadro do Magistério, instituído pela LC n.º 3.943/03.
LC nº 6.118	de 29.05.15	Cria 1 (um) cargo de Assistente Administrativo e 3 (três) cargos de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 6.129	de 23.06.15	Altera a alíquota prevista nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 4.433/06, que reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde - FAS dos servidores efetivos municipais do Município de Montenegro (8%).

LC nº 6.192	de 24.07.15	Cria 1 (um) cargo de Técnico de Enfermagem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 6.193	de 24.07.15	Cria 2 (dois) cargos de Arquiteto no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
LC nº 6.194	de 24.07.15	Cria 2 (dois) cargos de Operador de Máquina Rodoviária no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela LC n.º 2.636/90 – Plano de Carreira dos Servidores.
Lei n.º 6.205	De 27.08.15	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 3.991/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação aos Servidores do Legislativo Municipal (R\$ 23,20).
Lei n.º 6.209	De 08.09.15	Altera a redação dos artigos 1º, 3º, 6º, 13, I e acrescenta o inc. IV ao art. 13 e o art. 15-A a Lei n.º 5.304/10, que dispõe sobre o regime de adiantamento de numerário aos servidores.
Lei n.º 6.214	De 24.09.15	Altera e acrescenta dispositivos à Lei n.º 4.433/06, que reestrutura o Fundo de Assistência à Saúde - FAS dos servidores efetivos municipais do Município de Montenegro e dá outras providências.
LC n.º 6.226	De 16.11.15	Autoriza o Executivo Municipal a contratar, temporária e administrativamente, 2 (dois) enfermeiros.
LC n.º 6.228	De 27.11.15	Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município; estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências.

SESI – SERVIÇOS SOCIAL DA INDÚSTRIA

Lei n.º 4.428	de 17.04.06	Autoriza Executivo firmar convênio com o Sesi para implementar o programa de alfabetização de jovens e adultos.
Lei n.º 4.566	de 21.11.06	Ratifica cedência de sala e autoriza Executivo firmar convênio com Sesi para implementar programa de alfabetização de jovens e adultos.

Lei nº 4.702 de 20.08.07 Autoriza o Executivo a firmar convênio com o SESI (Cozinha Brasil)

Lei n.º 6.203 De 18.08.15 Revoga o art. 2º da Lei n.º 1.812/69, que autoriza a doação de um terreno ao Serviço Social da Indústria - SESI e firma aditivo à escritura pública de doação do imóvel visando a exclusão da cláusula de reversão.

SETOR DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

Lei n.º 3.843 de 20.12.02 Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$19.200,00 e dá providências (aluguel de prédio para SEPAHC, Arquivo, Museu e Pinacoteca).

Lei n.º 4.940 de 01.09.08 Cria o Museu de Arte de Montenegro

SÍMBOLOS MUNICIPAIS

Lei n.º 1.897 de 15.09.71 Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos do município de Montenegro e dá outras providências.

Lei n.º 2.572 de 20.06.89 Institui o Troféu Símbolo "Cidade de Montenegro".

SIMPLES NACIONAL

Lei nº 5.143 de 08.09.09 Regras p/ recolhimento ISSQN em valor fixo p/ escritórios contábeis enquadrados no Simples Nacional

Lei nº 5.153 de 25.09.09 Concede redução ao contribuinte do ISS no âmbito deste município, optante pelo Simples Nacional.

SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Lei n.º 3.907 de 30.06.03 Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2003 e dá outras providências (Sinalização de ruas).

Lei n.º 5.714 de 22.10.12 Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses;

manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)

Lei n.º 6.097 de 06.04.15

Abre crédito especial de R\$ 68.000,00 (aquisição e instalação de semáforos).

Lei nº 6.113 de 18.05.15

Firma Convênio com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER/RS (instalação de semáforos junto a RS 287).

SISTEMA DE ALARME

Lei n.º 5.093 de 08.06.09

Inclui ação na LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 15.500,00 (sistema de alarme e monitoramento nos prédios da Prefeitura)

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Lei n.º 3.572 de 15.01.01

Institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

Lei n.º 3.857 de 14.01.03

Institui a Unidade do Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal e dá outras providências.

Lei n.º 3.858 de 14.01.03

Inclui a UNIDADE DO SISTEMA CONTROLE INTERNO na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

Lei n.º 3.859 de 14.01.03

Cria cargos no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo Instituído pela Lei Complementar nº 2.636/90.

Lei n.º 3.860 de 14.01.01

Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 2.636, de 4 de maio de 1990, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município; estabelece o Plano de Carreira dos sErvidores e dá outras providências.

SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS

Lei n.º 3.390 de 30.4.99

Autoriza o Poder Público Municipal a adotar o Sistema de Registro de Preços e dá outras providências.

SISTEMA DE SOBREAVISO

Lei n.º 5.323	de 13.09.10	Institui o sistema de sobreaviso no serviço público municipal
Lei n.º 5.612	de 10.04.12	Altera a redação dos §§ 1.º e 3.º do art. 1.º, do caput do art. 2.º e revoga o art. 3.º da Lei 5.323/10, que institui o sistema de sobreaviso no serviço público municipal.

SISTEMA DE SONORIZAÇÃO

Lei n.º 2.597	de 22.9.89	AUTORIZA O Executivo Municipal a firmar contrato de concessão para instalação de um sistema de sonorização na Praça Rui Barbosa.
---------------	------------	--

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

Lei n.º 5.150	de 25.09.09	Altera redação e acrescenta artigo à Lei n.º 3.484/99, que institui a Taxa por Ações e Serviços de Saúde de Competência da Direção Municipal do SUS.
LC n.º 5.491	de 15.08.11	Acrescenta incisos ao §1º e altera a redação do §1º do art. 40 da LC n.º 4.010/03 – Código Tributário do Município (isenção de tributação p/ receitas do SUS – NEFROCLIN).
Lei n.º 5.814	de 26.08.13	Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000,00 (referente ao bloco gestão do SUS)
Lei n.º 5.819	de 10.09.13	Lei n.º 5.819 de 10.09.13 Autoriza a firmar convênio com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ. (procedimentos de média e alta complexidade)
Lei n.º 5.849	de 29.10.13	Inclui no PPA 2010-2013 e na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 645.000,00 (Aquisição de equipamentos para o Hospital Montenegro – Consulta Popular)
Lei n.º 5.961	de 18.08.14	Abre crédito especial no valor de R\$ 645.000,00 (Coredes – Hospital Montenegro).

SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Lei n.º 3.574	de 31.1.01	Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino.
Lei n.º 3.595	de 28.5.01	Altera o inciso V do art. 10 Lei nº 3.574/01, que dispões sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino.

Lei n.º 4039 de 19.3.04 Altera a redação do parágrafo único, do art. 26, da Lei n.º 3574, de 31 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino. (normas a serem seguidas pelo Conselho Municipal de Educação)

Lei n.º 5.552 de 19.12.11 Altera a redação dos arts. 9.º, 10 e 26 da Lei n.º 3.574/01, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Lei nº 5.031 de 09.02.09 Autoriza Executivo a aderir ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário através do Termo de Compromisso Saúde Prisional e a abrir crédito especial no valor de R\$ 91.800,00

Lei nº 5.233 de 22.02.10 Abre crédito especial de R\$ 5.000,00 (medicamentos p/ Programa Saúde Prisional)

Lei nº 5.382 de 30.12.10 Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 80.000,00 (investimentos na Unidade de Saúde Prisional)

Lei nº 5.986 de 08.09.14 Institui gratificação por risco de vida aos servidores públicos que exercem suas funções no interior da Penitenciária Modulada Estadual Agente Penitenciário Jair Fiorin-PMAPJF.

SISTEMA VIÁRIO

Lei n.º 5.882 de 13.01.14 Dispõe sobre o Sistema Viário do Município.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Lei n.º 3.906 de 25.6.03 Dispõe sobre a distribuição de material de construção às famílias afetadas por situações de emergência.

Lei n.º 5.310 de 13.08.10 Abre crédito especial de R\$ 15.000,00 (recuperação de estradas do interior e bueiros/Decreto calamidade pública)

SKATES

Lei n.º 2.938	de 10.9.93	Regulamenta o trânsito de bicicletas e o uso de carrinhos de lombo, skates e brinquedos similares.
Lei n.º 3.744	de 18.6.02	Denomina Stéfano Müssig Fabre a Pista de Skate, localizada no Parque Centenário.
Lei n.º 5.714	de 22.10.12	Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)
Lei n.º 5.945	de 04.07.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 310.000,00 (pista de skate, bairro aeroclube)
Lei n.º 6.084	de 09.03.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial de R\$ 274.455,71 (construção pista de skate bairro aeroclube).
Lei n.º 6.098	de 06.04.15	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.084/15, que inclui ação na LDO 2015 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial de R\$ 274.455,71 (construção pista de skate no bairro aeroclube).

SLOGAN

Lei n.º 3.916	de 17.7.03	Institui a expressão Montenegro Cidade das Artes como designação distintiva para o Município de Montenegro.
---------------	------------	--

SOCIEDADE ABRIGO E PÃO DOS POBRES

Lei n.º 3.788	de 02.9.02	Acrescenta o art. 1º-A à Lei nº 3.709, de 05 de março de 2002, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 3.883	de 14.4.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais (APAE, Lar Sagrada Família, Abrigo e Pão dos Pobres, Sociedade Beneficente Espiritualista).
Lei n.º 3.951	de 06.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais e dá outras providências.

Lei n.º 4050	de 13.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 4225	de 28.06.05	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei n.º 4.157/04, que estabelece Plano de Auxílios e Subvenções para 2005.
Lei n.º 4360	de 27.12.05	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 4157/2004, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005 (Sociedade e Abrigo Pão dos Pobres).
Lei nº 4.850	de 14.04.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais
Lei n.º 5.072	de 05.05.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais
Lei n.º 5.098	de 22.06.09	Firma convênio c/ a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres e Associação Lar Sagrada Família (serviços socioassistenciais)
Lei nº 5.343	de 15.10.10	Firma convênio c/ entidades assistenciais (sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.454	de 13.06.11	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão do Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.527	de 16.11.11	Firma convênio com entidades assistenciais (APAE, Associação Lar Sagrada Família e Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres)
Lei n.º 5.597	de 09.03.12	Firma convênio com entidades assistenciais (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres, Associação Lar Sagrada Família e APAE)
Lei n.º 5.674	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres de R\$ 22.000,00 (Manutenção Asilo)
Lei n.º 5.777	de 13.05.13	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais. (Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres; Associação Lar Sagrada Família; Apae).
Lei n.º 5.837	de 08.10.13	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres no valor de R\$ 31.000,00 (atendimento básico)
Lei n.º 5.924	de 27.05.14	Autoriza a firmar convênio com a Sociedade Abrigo Pão dos Pobres no valor de R\$ 8.540,00
Lei nº 6.110	de 27.04.15	Firma convênio com entidades assistenciais para o repasse de recursos do FNAS,

SOCIEDADE BENEFICENTE ESPIRITUALISTA

Lei n.º 1.464	de 19.12.63	Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Sociedade Beneficente Espiritualista, local.
Lei n.º 3.215	de 07.8.98	Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e COMCRAD.
Lei n.º 3.313	de 07.8.98	Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.349	de 11.12.98	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo Aditivo ao Convênio de Colaboração nº 003001099, com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.374	de 31.12.98	Autoriza a doação de terreno para a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.375	de 31.12.98	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.382	de 17.02.99	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo Aditivo ao Convênio de Colaboração nº 003001099, com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.466	de 27.12.99	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio de Colaboração com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.626	de 06.8.01	Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel à Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.680	de 26.11.01	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista, mantenedora do Abrigo Menino Jesus de Praga.
Lei n.º 3.703	de 28.12.01	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial e dá outras providências (doação).
Lei n.º 3.711	de 12.3.02	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo Aditivo ao Convênio de Colaboração nº 003001099, com a Sociedade Beneficente Espiritualista.

Lei n.º 3.726	de 29.4.02	Autoriza a concessão de direito de uso de imóvel à Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.788	de 02.9.02	Acrescenta o art. 1º-A à Lei nº 3.709, de 05 de março de 2002, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 3.870	de 24.3.03	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.845, de 26 de dezembro de 22, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2003.
Lei n.º 3.876	de 07.4.03	Autoriza o Executivo Municipal a receber, em doação, recursos financeiros para repasse à Sociedade Beneficente Espiritualista – Lar do Menor e dá outras providências
Lei n.º 3.878	de 07.4.03	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei nº 3.845, de 26 de dezembro de 2002, alterado pela Lei nº 3.870/03, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2003 (sociedade Beneficente Espiritualista).
Lei n.º 3.879	de 07.4.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$20.000,00 e dá outras providências. (Reformas da Sociedade Beneficente Espiritualista).
Lei n.º 3.883	de 14.4.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais (APAE, Lar Sagrada Família, Abrigo e Pão dos Pobres, Sociedade Beneficente Espiritualista).
Lei n.º 3.888	de 02.5.03	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei nº 3.845, de 26 de dezembro de 2002, alterado pela Lei nº 3.870 e 3.878/2003, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2003.
Lei n.º 3.889	de 02.5.03	Exclui meta constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2003 e dá outras providências (repasse à Sociedade Beneficente Espiritualista para construção de creche no Bairro Aero clube).
Lei n.º 3.901	de 13.6.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 3.920	de 11.8.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e dá outras providências

(Repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Lei n.º 3.929	de 01.9.03	Altera o art. 2º da Lei nº 3.920, de 11 de agosto de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e dá outras providências.
Lei n.º 3.951	de 06.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais e dá outras providências.
Lei n.º 3955	de 13.10.03	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e dá outras providências. (Merenda Escolar)
Lei n.º 3960	de 03.11.03	Altera o art. 1.º da Lei n.º 3955, de 13 de outubro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista e dá outras providências. (Merenda Escolar)
Lei n.º 3993	de 15.12.03	Acrescenta valor ao art. 1.º, da Lei n.º 3845, de 26 de dezembro de 2002, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2003.
Lei n.º 3997	de 22.12.03	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4050	de 13.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 4059	de 27.4.04	Autoriza o Executivo Municipal a receber, em devolução, o imóvel concedido à Sociedade Beneficente Espiritualista através da Lei n.º 3726, de 29 de abril de 2002.
Lei n.º 4069	de 24.5.04	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 3997, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4106	de 03.8.04	Acrescenta valor ao art. 1.º da Lei n.º 3997, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece o Plano de auxílios e Subvenções para o exercício de 2004.
Lei n.º 4107	de 03.8.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (repasse R\$ 100.000,00).

Lei n.º 4.138	de 08.11.04	Acrescenta valor ao art. 1º da Lei nº 3.997/03 que estabelece o Plano de Auxílio e Subvenções para exercício de 2004.
Lei n.º 4.139	de 08.11.04	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (repasse R\$ 80.000,00).
Lei n.º 4.153	de 27.12.04	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista – SMSAS – FMDCA – repasse R\$ 307.088,44.
Lei n.º 4.157	de 31.12.04	Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005.
Lei n.º 4.178	de 29.03.05	Autoriza o Executivo a firmar Convênio com entidades assistenciais.
Lei n.º 4.281	de 03.10.05	Acrescenta valor ao art. 1º Lei 4.157/05, estabelece Plano Auxílios e Subvenções p/2005.
Lei n.º 4.532	de 25.09.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com Sociedade Beneficente Espiritualista, mantenedora do Abrigo Menino Jesus de Praga, no valor de R\$ 4.487,62.
Lei n.º 4.535	de 02.10.06	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista, no valor de R\$ 1.000,00 (Abrigo Menino Jesus Praga).
Lei n.º 4.536	de 02.10.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista, no valor de R\$ 30.000,00 (lavanderia – Lar do Menor).
Lei n.º 4.569	de 28.11.06	Acrescenta valor aos incisos II e III do art. 1º da Lei nº 4.374/05, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções p/06 (Soc.Ben.Espirit.).
Lei n.º 4.570	de 28.11.06	Autoriza o Executivo firmar convênio c/Sociedade Beneficente Espiritualista, no valor de R\$ 222.000,00.
Lei n.º 4.649	de 14.05.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio c/ Sociedade Beneficente Espiritualista-mantenedora do Abrigo Menino Jesus de Praga, no vlr. de R\$ 2.820,00.
Lei n.º 4.648	de 14.05.07	Autoriza o executivo a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no vlr. R\$ 4.795,00.

Lei nº 4.704	de 27.08.07	Acrescenta valor à alínea <i>a</i> Inciso III, art. 1º, Lei 4.579/06 – Auxílios e Subvenções (Sociedade Beneficente Espiritualista)
Lei nº 4.850	de 14.04.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com entidades assistenciais
Lei nº 4.944	de 08.09.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 15.480,00 e firmar convênio com entidades assistenciais p/ repasse de recursos do FEAS/2008 (Soc. Benef. Espiritualista e Anjos de Luz)
Lei nº 4.975	de 03.11.08	Autoriza a concessão de uso de bem público à Sociedade Beneficente Espiritualista (salas da DTT devido remodelação da Praça Rui Barbosa)
Lei nº 4.978	de 17.11.08	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Soc. Beneficente Espiritualista-Lar do Menor (renovação da roupa de cama, mesa e banho)
Lei n.º 5.072	de 05.05.09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com entidades assistenciais
Lei n.º 5.360	de 30.11.10	Firma convênio a Sociedade Beneficente Espiritualista-Lar do Menor (Família Feliz 2010)
Lei n.º 5.363	de 09.12.10	Firma convênio a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 15.000,00 (ampliação área de recreação Lar do Menor)
Lei nº 5.377	de 27.12.10	Acrescenta a alínea <i>e</i> ao inciso II do art. 1º da Lei nº 5.185/09-Plano de Auxílios e Subvenções 2010 (Soc. Beneficente Espiritualista)
Lei n.º 5.424	de 27.04.11	Ratifica a cedência de servidores e firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista
Lei n.º 5.497	de 22.08.11	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (“Ampliação da área de recreação das Creches Cinco de Maio, Trilhos, Promorar e Panorama”)
Lei n.º 5.673	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 6.600,00 – Família Feliz)
Lei n.º 5.675	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 46.000,00 – Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.676	de 23.07.12	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (R\$ 55.400,00 – Abrigo Menino Jesus de Praga).

Lei n.º 5.725	de 07.12.12	Repassa recursos à Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 218.000,00, mediante Termo para cobertura de "déficit de médio prazo".
Lei n.º 5.750	de 25.03.13	Firma o convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 5.287,70 (Reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei n.º 5.801	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 40.000,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/03)
Lei n.º 5.802	de 12.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 39.340,00 (reestruturando o Abrigo Menino Jesus de Praga/04)
Lei n.º 5.807	de 19.08.13	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (projeto Família Feliz – R\$ 28.500,00)
Lei n.º 5.834	de 07.10.13	Firma Termo de repasse com a Soc. Benef. Espir. no valor de R\$ 275.695,50 (Lar do Menor)
Lei n.º 5.931	de 09.06.14	Autoriza a firmar convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 17.020,00
Lei nº 6.023	de 27.10.14	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 205.000,00 ("Resgatando a Cidadania"-Abrigo Menino Jesus de Praga)
Lei nº 6.026	de 27.10.14	Firma convênio com Sociedade Beneficente Espiritualista e abre crédito especial de R\$ 236.679,46 (vagas educação infantil)
Lei n.º 6.070	de 18.02.15	Concede de forma gratuita o Direito Real de Uso de Bem Público (Lar do Menor).
Lei n.º 6.090	de 16.03.15	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 6.091	de 16.03.15	Firma convênio com a Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres de R\$ 25.000,00.
Lei n.º 6.131	de 23.06.15	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista (Educação Infantil em turno integral).
Lei n.º 6.179	de 24.07.15	Firma convênio com a Sociedade Beneficente Espiritualista no valor de R\$ 297.200,00 (projeto "Resgatando a Cidadania - 02").
Lei n.º 6.224	De 26.10.15	Altera redação do art. 1º da Lei nº 6.070 de 2015, que autoriza o Executivo Municipal a conceder de forma gratuita o Direito Real de Uso de Bem Público.

SOCIEDADE DE TIRO AO ALVO

- | | | |
|-------------|-------------|--|
| Lei n.º 311 | de 23.10.50 | Institui a "Taça Câmara Municipal" para ser disputada entre as sociedades de tiro ao alvo. |
| Lei n.º 640 | de 29.12.53 | Concede auxílios para o exercício 1954. |

SOCIEDADE ESPÍRITA MISSIONÁRIOS DA LUZ

- | | | |
|---------------|-------------|---|
| Lei n.º 3.021 | de 09.12.94 | Autoriza a isenção das taxas incidentes sobre a construção da Sede da Sociedade Espírita Missionários da Luz. |
|---------------|-------------|---|

SOCIEDADE EVANGÉLICA PELLA BETHÂNIA

- | | | |
|---------------|-------------|--|
| Lei n.º 132 | de 26.11.48 | Concede auxílios e subvenções para o exercício de 1948. |
| Lei n.º 2.191 | de 04.11.80 | Concede auxílio aos asilos Pella Bethânia. |
| Lei n.º 3.745 | de 21.06.02 | Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Sociedade Pella Bethânia. |
| Lei n.º 3.952 | de 06.10.03 | Altera o art. 2º da Lei nº 3.745/02, de 21 de junho de 2002, que autoriza o Executivo firmar convênio com a Sociedade Pella Bethânia. |
| Lei n.º 3.997 | de 22.12.03 | Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2004. |
| Lei n.º 4.077 | de 31.05.04 | Altera o art. 2.º da Lei n.º 3745/02, que autoriza o Executivo firmar Convênio com a Sociedade Pella Bethânia. (alteração anual do valor do repasse por adolescente atendido – R\$ 260,00) |
| Lei n.º 4.157 | de 31.12.04 | Estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício de 2005. |
| Lei n.º 4.215 | de 10.06.05 | Altera art. 2º da Lei nº 3.745/02 – autoriza firmar Convênio com a Sociedade Pella Bethânia. |
| Lei n.º 4.451 | de 15.05.06 | Acrescenta a alínea "e" ao inciso I do art. 1º da Lei 4.374/05, que estabelece Plano de Auxílios e Subvenções p/2006 (Pella Bethânia) |

Lei n.º 4.452 de 15.05.06 Altera o art. 2º da Lei n.º 3.745/02, que autoriza o Executivo firmar convênio com Sociedade Pella Bethânia.

SOCIEDADE SAGRADA FAMÍLIA

Lei n.º 589 de 02.10.53 Autoriza a doação de imóvel à Sociedade Sagrada Família.

Lei n.º 590 de 10.10.53 Autoriza a doação de imóvel à Sociedade Sagrada Família.

Lei n.º 656 de 26.03.54 Revoga as Leis nº 589 e 590.

Lei n.º 659 de 23.04.54 Autoriza a doação de imóvel à Sociedade Sagrada Família.

SOLOS

Lei n.º 3.687 de 11.12.01 Dispõe sobre os serviços de infra-estrutura que utilizam o solo e o subsolo de propriedade municipal, autoriza a cobrar pela utilização e pela passagem dos dutos no bem público e dá outras providências.

Lei n.º 5.216 de 30.12.09 Estabelece condições especiais p/ aprovação de projetos de parcelamento de solo sob a forma de Condomínio Residencial enquadradas no Programa Minha Casa Minha Vida (Prolurb V – Bairro Cinco de Maio)

Lei nº 5.353 de 19.11.10 Inclui ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 358.500,00 (recadastramento imobiliário)

Lei n.º 5.649 de 02.07.12 Abre crédito especial de R\$ 40.000,00 (recadastramento imobiliário zona urbana)

STAND

Lei n.º 2.933 de 06.08.93 Autoriza o Executivo Municipal a adquirir, em parceria com outros municípios, um STAND na Feira AGF-TOTAAL – HOLANDA, SETEMBRO 93 e dá outras providências.

SUB-DISTRITO

Lei n.º 907 de 05.06.56 Cria o sub-distrito de Pesqueiro, no 1º distrito.

Lei n.º 1.086	de 08.05.59	Cria o 1º sub-distrito do 1º distrito de Montenegro, com sede em Pesqueiro.
Lei n.º 1.087	de 08.05.59	Cria o 2º sub-distrito do 1º distrito de Montenegro, com sede em Costa da Serra.
Lei n.º 1.088	de 08.05.59	Cria o 3º sub-distrito do 1º distrito de Montenegro, com sede em Cafundó.
Lei n.º 1.109	de 01.09.59	Altera a denominação da localidade de Cafundó para Santos Reis.
Lei n.º 1.270	de 03.11.61	Transforma em distrito com a ordem de numeração de 10º distrito o atual 1º sub-distrito do 1º distrito de Montenegro, com sede em Pesqueiro.
Lei n.º 1.543	de 09.07.64	Cria o 7º distrito, com sede em Pesqueiro, revoga as Leis nº 1.086 e 1.270.

SUB-PREFEITOS

Lei n.º 26	de 24.01.48	Transforma em função gratificada o cargo de sub-prefeito do 1º distrito, institui gratificação para o substituto do Contador, suplementa e reduz dotações orçamentárias.
Lei n.º 32	de 02.02.00	Fixa as comissões dos sub-prefeitos sobre a arrecadação de impostos e taxas.
Lei n.º 73	de 02.07.48	Altera a Lei nº 32, de 02.02.48.
Lei n.º 232	de 31.03.50	Eleva para 5% a comissão dos sub-prefeitos sobre a arrecadação de impostos e taxas.
Lei n.º 268	de 14.07.50	Abre o crédito suplementar de Cr\$600.000,00.
Lei n.º 362	de 27.08.50	Aumenta a gratificação do sub-prefeito do 1º distrito.
Lei n.º 412	de 16.11.51	Eleva subsídio do sub-prefeitos.
Lei n.º 1.433	de 26.11.63	Concede aumento de vencimentos e proventos ao funcionalismo.
Lei n.º 1.436	de 26.11.63	Exclui os sub-prefeitos da percentagem sobre a cobrança da Taxa de Construção e Conservação de Estradas e Pontes.
Lei n.º 1.498	de 20.01.64	Revoga, entre outras, a Lei nº 1.433 e concede aumento de vencimentos, etc.

Lei n.º 1.499	de 20.01.64	Revoga a Lei nº 1.436/63 e outras.
Lei n.º 1.580	de 06.10.64	Concede aumento de vencimentos e proventos ao funcionalismo.
Lei n.º 1.604	de 22.12.64	Altera o art. 1º § 2º, da Lei nº 1.580.
Lei n.º 1.640	de 21.07.65	Eleva vencimentos dos sub-prefeitos.
Lei n.º 1.707	de 21.12.66	Concede aumento de vencimentos aos sub-prefeitos.
Lei n.º 1.730	de 26.04.67	Eleva para NCr\$100,00 os vencimentos dos sub-prefeitos rurais do município.
Lei n.º 1.749	de 24.11.67	Revoga as leis nº 32, de 02.02.48 e 1.370 de 29.12.62 e dá outras providências.
Lei n.º 1.767	de 28.05.68	Eleva vencimentos dos sub-prefeitos rurais para NCr\$ 180,00 mensais.
L.C. n.º 2.811	de 20.03.92	Cria cargos no Quadro de CC/FG do Plano de Carreira dos Servidores Municipais – Lei Complementar nº 2.636/90.

SUBSÍDIOS

Lei n.º 3.542	de 27.09.00	Fixa os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 3.543	de 27.09.00	Fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro para legislatura 2001/2004, e dá outras providências.
Lei n.º 3.557	de 04.12.00	Fixa o subsídio dos Secretários Municipais do Município de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 3.733	de 20.05.02	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3542/00, que fixa os subsídios do Prefeito e Vice.
Lei n.º 3.734	de 20.05.03	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3.557/00 que dispõe sobre os subsídios dos Secretários Municipais.
Lei n.º 3.735	de 20.05.02	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3.543/00, que fixa os subsídios dos Vereadores.

Lei n.º 3.813	de 17.10.02	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3542/00, que fixa os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro.
Lei n.º 3.814	de 17.10.02	Altera a redação do art. 1.º da Lei 3.557/00 que dispõe sobre o subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro.
Lei n.º 3.815	de 17.10.02	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3.543/00, que fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro.
Lei n.º 3.897	de 13.06.03	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3542/00, que fixa os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro.
Lei n.º 3.898	de 13.06.03	Altera a redação do art. 1.º da Lei 3.557/00, que dispõe sobre o subsídios dos Secretários Municipais de Montenegro.
Lei n.º 3.899	de 13.06.03	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3.543/00, que fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro.
Lei n.º 3.969	de 14.11.03	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3542/00, que fixa os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro.
Lei n.º 3.970	de 14.11.03	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3557/00, que dispõe sobre o subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro.
Lei n.º 3.971	de 14.11.03	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3543/00, que fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.018	de 20.01.04	Fixa a remuneração dos vereadores do Município de Montenegro para a Legislatura 2005/2008 e dá outras providências.
Lei n.º 4.034	de 19.3.04	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3542/00, que fixa o subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.035	de 19.3.04	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3557/00, que dispõe sobre o subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro.
Lei n.º 4.036	de 19.3.04	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3543/00, que fixa o subsídios dos Vereadores do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.188	de 15.04.05	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito do Município.

Lei n.º 4.189	de 15.04.05	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro.
Lei n.º 4.379	de 06.01.06	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro. (Reajuste de 10% – Prefeito: R\$ 9020,00)
Lei n.º 4.380	de 06.01.06	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro. (Reajuste de 10% – Secretários: R\$ 3520,00)
Lei n.º 4.398	de 02.03.06	Revoga artigo 5º da Lei 4.018/04 que fixa remuneração dos Vereadores para Legislatura 2005/2008 (Extingue Pagamento Sessão Extraordinária).
Lei nº 4.719	de 13.09.07	Dispõe s/ o subsídio dos Vereadores do Legislativo Montenegro.
Lei nº 4.842	de 31.03.08	Dispõe s/ a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito
Lei nº 4.843	de 31.03.08	Dispõe s/ a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais
Lei nº 4.861	de 22.04.08	Dispõe s/ a fixação do subsídio dos Vereadores p/ Legislatura 2009-2012
Lei nº 4.862	de 22.04.08	Dispõe s/ a fixação do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito p/ Legislatura 2009-2012
Lei nº 4.863	de 22.04.08	Dispõe s/ a fixação do subsídio dos Secretários Municipais p/ Legislatura 2009-2012
Lei n.º 5.065	de 16.04.09	Dispõe sobre revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito de Montenegro
Lei n.º 5.066	de 16.04.09	Dispõe sobre revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro
Lei n.º 5.067	de 16.04.09	Dispõe sobre revisão geral do subsídio dos vereadores do município de Montenegro
Lei n.º 5.077	de 20.05.09	Revoga o art. 3.º e altera a redação do art. 4.º da Lei 4861/08, que dispõe sobre a fixação do subsídio dos vereadores de Montenegro p/ a legislatura 2009-2012 (Verba de representação)
Lei n.º 5.257	de 16.04.10	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores do município (6,50%)

Lei n.º 5.258	de 16.04.10	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito (6,50%)
Lei n.º 5.259	de 16.04.10	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais (6,50%)
Lei n.º 5.420	de 19.04.11	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores do Município (6%)
Lei n.º 5.421	de 19.04.11	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município (6%)
Lei n.º 5.422	de 19.04.11	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro (6%)
Lei n.º 5.608	de 09.04.12	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores do Município (reajuste 5,30%)
Lei n.º 5.609	de 09.04.12	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município (reajuste 5,30%)
Lei n.º 5.610	de 09.04.12	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro (reajuste 7%)
Lei nº 5.682	de 06.08.12	Dispõe sobre a fixação do subsídio dos Vereadores p/ Legislatura 2013-2016
Lei nº 5.683	de 06.08.12	Dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito p/ Legislatura 2013-2016
Lei nº 5.684	de 06.08.12	Dispõe sobre a fixação do subsídio dos Secretários Municipais p/ Legislatura 2013-2016
Lei n.º 5.764	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro (7,17%)
Lei n.º 5.765	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito (2%)
Lei n.º 5.766	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores (2%)
Lei nº 6.103	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro (7,55%).
Lei nº 6.104	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais (7,55%).
Lei nº 6.105	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Montenegro (7,55%).

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Lei n.º 4044 de 01.4.04

Institui a Substituição tributária no Município de Montenegro.

SUBVENÇÃO ESPECIAL

Lei n.º 4.170 de 1º.03.05

Autoriza o Executivo a conceder subvenção social à OASE, mantenedora do HM, no valor de R\$ 360.000,00.

SUCO DE LARANJA

Lei n.º 2.643 de 12.06.90

Torna obrigatório o fornecimento, por parte do poder Executivo do Município, de um copo de suco de laranja, duas vezes por semana, aos alunos das escolas municipais, onde possui cozinha a merenda escolar, sendo substituído na entressafra por uma fruta.

SUSEPE

Lei n.º 4.768 de 04.12.07

Autoriza o Executivo a alterar o valor constante da ementa da L 4743/07-PAC's, através da SUSEP (R\$ 13.100,00)

Lei n.º 5.212 de 28.12.09

Firma Protocolo de Ação Conjunta com o Estado do RS, através da SUSEPE (mão-de-obra prisional apenados albergue)

Lei n.º 5.481 de 19.07.11

Firma Protocolo de Ação Conjunta – PAC com o Estado do RS, através da Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE (utilização de mão de obra prisional dos apenados recolhidos ao albergue)

TAÇA CÂMARA MUNICIPAL

Lei n.º 311 de 23.10.50 Institui a Taça Câmara Municipal para ser disputada entre as sociedades de tiro al alvo.

TAÇA CIDADE DE MONTENEGRO

Lei n.º 344 de 02.03.51 Institui a Taça Cidade de Montenegro para ser disputada entre as sociedades filiadas à Liga Montenegrina de Bocha.

TANINO MIMOSA

Lei nº 3.116 de 27.12.95 Autoriza o Poder Executivo adquirir uma área de terras para implantar núcleo habitacional e dá outras providências.

TAXA ADICIONAL

Lei n.º 716 de 30.11.54 Extingue as taxas escolares de Assistência e Segurança Social e Hospitalar e Cria a Taxa Adicional de 40%.

Lei nº 826 de 28.11.55 Eleva a incidência da Taxa Adicional, criada por lei nº 716 e dá outras providências.

Lei nº 1.067 de 28.11.58 Altera o art. 2º da Lei nº 826 de 28.11.55.

Lei nº 1.195 de 21.10.60 Extingue a taxa de fomento agropecuário, instituída pela lei nº 550 de 30.12.52 e dispõe sobre a aplicação da taxa adicional de que trata a lei nº 1.067 de 28.11.58.

Lei nº 1.201 de 05.11.60 Revoga a lei nº 1.195 de 21.10.60.

TAXA DE ASSEIO PÚBLICO

Lei n.º 1.171 de 29.07.60 Dispõe sobre a cobrança da taxa de asseio público e dá outras providências.

Lei nº 1.264 de 18.10.61 Extingue o serviço de asseio público, para remoção de cubos, fixando prazo aos proprietários de prédios para instalações sanitárias adequadas.

TAXA DE ASSISTÊNCIA E SEGURANÇA SOCIAL

Lei n.º 61	de 14.05.48	Altera diversas incidências de impostos e taxas da lei orçamentária vigente.
Lei nº 131	de 26.11.48	Dispõe sobre a aplicação da renda da taxa de assistência e segurança social.
Lei nº 205	de 11.11.49	Aumenta a taxa de assistência e segurança social.
Lei nº 301	de 25.08.50	Isenta de taxas os prédios favorecidos pela lei nº 154 de 18.03.49.
Lei nº 406	de 14.09.51	Dispõe sobre a aplicação da receita da taxa de assistência e segurança social.
Lei nº 438	de 17.12.51	Cancela saldo decorrente de dotação orçamentária.
Lei nº 716	de 30.11.54	Extingue as taxas escolares de assistência e segurança social e hospitalar e cria taxa adicional de 40%.

TAXA DE BOMBEIROS

Lei n.º 2.240	de 31.12.81	Cria a taxa de bombeiros.
Lei nº 2.289	de 24.12.82	Revoga a Lei nº 2.240/81.
Lei nº 2.420	de 03.06.86	Fixa normas indispensáveis à Proteção contra Incêndio.

TAXA DE CALÇAMENTO

Lei n.º 68	de 04.06.48	Cria a taxa de calçamento e regula a sua cobrança.
Lei nº 317	de 10.11.50	Autoriza o Executivo a facilitar o pagamento da taxa de calçamento.
Lei nº 446	de 15.02.52	Proíbe a concessão de descontos nas taxas de calçamento e pavimentação de ruas.
Lei nº 450	de 15.02.52	Dispõe sobre a taxa de calçamento.
Lei nº 603	de 17.11.53	Altera o art. 7º da lei nº 68 de 04.06.48 e dá outras providências.

Lei nº 669	de 04.06.54	Autoriza a cobrança da taxa de calçamento.
Lei nº 1.084	de 27.01.59	Cancela lançamentos referentes à Taxa de Calçamentos.
Lei nº 1.494	de 14.01.64	Altera a taxa de ressarcimento as atuais taxas de calçamento e pavimentação.
Lei nº 2.298	de 20.05.83	Reduz 50% o débito da Mitra da A de Porto Alegre – Capela do Rosário.
L.C. nº 2.698	de 28.12.90	Estabelece o novo Código Tributário do Município.

TAXA DE COLETA DE LIXO

Lei n.º 1.717	de 21.12.66	Cria a taxa de coleta de lixo.
Lei nº 2.371	de 27.12.89	Altera percentuais para cobrança da Taxa de Coleta de Lixo.
L.C. nº 2.698	de 28.12.90	Estabelece o novo Código Tributário do Município.
Lei nº 2.977	de 18.01.94	Isenta do pagamento da Taxa de Coleta de lixo as unidades industriais e templos de qualquer culto e dá outras providências.
Lei nº 3.234	de 07.11.97	Isenta do pagamento da taxa de coleta de lixo os templos de qualquer culto e dá outras providências.

TAXA DE CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS DE RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NAS VILAS

Lei n.º 103	de 03.09.48	Cria a taxa de conservação e melhoramentos de ruas e logradouros públicos nas vilas.
Lei nº 158	de 22.04.49	Reduz a taxa de conservação e melhoramentos de ruas e logradouros públicos nas vilas, criada pela Lei nº 103 de 03.09.49.
Lei nº 951	de 29.11.56	Revoga e consolida a legislação municipal sobre a taxa de conservação e melhoramentos de ruas e logradouros públicos nas vilas e dá outras providências.

L.C. nº 2.698	de 28.12.90	Estabelece novo Código Tributário do Município.
Lei nº 2.980	de 18.02.94	Isenta do pagamento da Taxa de Limpeza e Conservação de logradouros os imóveis com testada para via pública sem pavimentação e dá outras providências.
L.C. nº 3.022	de 09.12.94	Altera o Anexo III da Lei Complementar nº 2.698/90, de 28.12.90.

TAXA DE CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES

Lei n.º 514	de 19.09.52	Cria a taxa de construção e conservação de estradas e pontes.
Lei nº 560	de 20.02.53	Altera o § 1º, art. 2º da Lei nº 514 de 19.09.52.
Lei nº 661	de 30.04.54	Dá nova redação ao art. 11º da Lei nº 514 de 19.09.52.
Lei nº 715	de 27.11.54	Aumenta a taxa de construção e conservação de estradas e pontes.
Lei nº 875	de 16.02.56	Dispõe sobre a arrecadação da taxa de construção e conservação de estradas e pontes.
Lei nº 939	de 29.10.56	Altera a tabela de cobrança da taxa de construção e conservação de estradas e pontes.
Lei nº 942	de 10.11.56	Altera a tabela baixada pela lei nº 514 de 19.09.52, alterada pelas de nº 560 de 20.02.53 e 715 de 27.11.54.
Lei nº 968	de 15.12.56	Revoga a lei nº 875 de 16.02.56 e dispõe sobre a arrecadação da taxa de construção e conservação de estradas e pontes.
Lei nº 1.082	de 30.12.58	Revoga a lei nº 968 de 15.12.56 e dispõe sobre a arrecadação da taxa de construção e conservação de estradas e pontes.
Lei nº 1.149	de 08.04.60	Prorroga por mais trinta dias o prazo para pagamento da taxa de construção e conservação de estradas e pontes.
Lei nº 1.170	de 26.07.60	Altera o art. 3º da Lei nº 1.165 de 30.06.60 e dá outras providências.

Lei nº 1.217	de 30.11.60	Revoga e consolida toda a legislação municipal sobre a taxa de contribuição e conservação de estradas e pontes, estabelece normas para a sua cobrança e dá outras providências.
Lei nº 1.229	de 22.12.60	Institui a cobrança semestral dos tributos que menciona.
Lei nº 1.237	de 11.04.61	Prorroga por trinta dias, o prazo para pagamento dos impostos de Taxa de construção e conservação de estradas e pontes.
Lei nº 1.368	de 29.12.62	Revoga e consolida toda a legislação municipal referente a taxa de construção e conservação de estradas e pontes e dá outras providencias.
Lei nº 1.377	de 18.04.63	Altera a lei nº 1.368 de 29.12.62.
Lei nº 1.437	de 26.11.63	Mantém em 1964 os mesmos níveis vigorantes em 1963 para a cobrança da taxa de construção e conservação de estradas e pontes.
Lei nº 1.499	de 20.01.64	Revoga a lei nº 1.437/63 e outras.
Lei nº 1.522	de 11.04.64	Concede isenção da taxa de construção e conservação de estradas e pontes à Vva. Erna Götz.
Lei nº 1.550	de 05.08.64	Revoga a lei nº 1.377/63 e revigora a lei nº 1.368/62, etc.
Lei nº 1.588	de 04.11.64	Concede isenção da taxa de construção e conservação de estradas e pontes ao Sr. Adolfo Augusto Kettermann.
Lei nº 1.638	de 21.07.65	Idem, idem ao Sr. Emilio L. Heinzmann
Lei nº 1.655	de 01.12.65	Revoga o § 3º, acrescentado ao art. 1º da lei nº 1.368/62 pela lei 1.550/64.

TAXA DE EXPEDIENTE

Lei n.º 61	de 14.05.48	Altera diversas incidências de impostos e taxas da lei orçamentária vigente.
Lei nº 512	de 12.09.52	Altera diversas incidências de impostos e taxas da lei orçamentária vigente.
Lei nº 720	de 30.11.54	Altera a incidência da taxa de expedição.

Lei nº 870	de 16.02.56	Cria a taxa fixa de expediente destinada a custear os serviços mecanizados da Prefeitura.
Lei nº 950	de 29.11.56	Consolida e revoga toda a legislação em vigor sobre a taxa de expediente, dispõe sobre a sua cobrança e dá outras providências.
Lei nº 1.017	de 12.10.57	Concede redução da taxa de expediente para o registro de marcas de gado bovino para o pequeno produtor.
Lei nº 1.181	de 09.09.60	Dispõe sobre a taxa de expediente e dá outras providências.
Lei nº 1.265	de 18.10.61	Altera incidência da taxa de expediente.
Lei nº 1.438	de 26.11.63	Dispõe sobre a elevação de tributos municipais.
Lei nº 1.503	de 29.01.64	Altera a incidência constante da lei nº 1.181/60
Lei nº 1.558	de 26.08.64	Dispõe sobre a taxa de expediente e revoga a lei nº 950/56
Lei nº 1.713	de 21.12.66	Dispõe s/a taxa de expediente e dá outras providências.
Lei nº 1.831	de 18.11.69	Eleva coeficiente fixado na lei nº 1.713/66 – Taxa de Expediente.
L.C. nº 2.698	de 28.12.90	Estabelece novo código Tributário do Município.
Lei nº 3.141	de 04.06.96	Concede isenção de taxas de expediente, de aprovação e licença de construção, de expedição do "habite-se" e de vistoria (Frangosul e Agrogen).

TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS

Lei nº 512	de 12.09.52	Altera diversas incidências constantes na Lei Orçamentária vigente.
Lei nº 944	de 17.11.56	Revoga e consolida toda a legislação sobre a taxa de fiscalização e serviços diversos, define a sua cobrança, fixando a sua incidência. Prescreve normas para o seu lançamento e arrecadação e dá outras providências.

Lei nº 1.179	de 09.09.60	Dispõe sobre a taxa de fiscalização e serviços diversos e dá outras providências.
Lei nº 1.556	de 26.08.64	Dispõe sobre a taxa de fiscalização e serviços diversos e revoga a Lei nº 944/56.
L.C. nº 2.698	de 28.12.90	Estabelece o novo Código Tributário Município.
Lei nº 2.886	de 30.11.92	Isenta o Clube Riograndense do pagamento das taxas de construção de um ginásio poliesportivo.
Lei nº 3.007	de 12.09.94	Autoriza a isenção das taxas incidentes sobre a construção da Sede (galpão) do CTG Os Lanceiros.

TAXA DE FISCALIZAÇÃO OU VISTORIA SOBRE ATIVIDADE DE QUALQUER NATUREZA

Lei nº 2.320	de 29.11.63	Cria a taxa de fiscalização ou vistoria, altera disposições do código tributário.
--------------	-------------	---

TAXA DE FORNECIMENTO DE ATERRO

Lei nº 2.988	de 28.03.94	Dispõe sobre o fornecimento de aterro.
--------------	-------------	--

TAXA DE LICENÇA PARA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS

Lei nº 1.716	de 21.12.66	Cria a taxa de licença para circulação de veículos.
Lei nº 1.799	de 25.03.69	Exclui o acréscimo de 200% contido na nota II do art. 8º da Lei nº 1.716/66.

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO OU EXERCÍCIO DE ATIVIDADES

Lei nº 1.714	de 21.12.66	Cria a taxa de licença para localização ou exercício de atividade.
Lei nº 1.866	de 11.11.70	Altera a alínea I do art. 3º da Lei nº 1.714/66.
Lei nº 2.063	de 31.12.76	Institui o novo código tributário.

TAXA DE MELHORAMENTOS PÚBLICOS RURAIS

Lei nº 217	de 13.12.49	Cria a taxa de melhoramentos públicos rurais.
Lei nº 233	de 31.03.50	Modifica art. da Lei nº 217 de 13.12.49
Lei nº 257	de 09.06.50	Autoriza a compra de quatro caminhões para os distritos rurais, revoga a Lei nº 119 de 15.10.48 e dispõe sobre a taxa de melhoramentos públicos rurais.
Lei nº 341	de 12.01.51	Fixa os juros de mora sobre a taxa de melhoramentos públicos rurais.
Lei nº 352	de 30.03.51	Eleva juro de mora.
Lei nº 471	de 02.05.52	Dispõe sobre a receita e emprego da taxa de melhoramentos público rural.
Lei nº 472	de 02.05.52	Cancela dotações orçamentárias e dispõe sobre a despesa com os serviços de construção e reconstrução de estradas e pontes.
L.C. nº 2.698	de 28.12.90	Estabelece o novo Código Tributário do Município.

TAXA DE RESSARCIMENTO

Lei nº 1.494	de 14.01.64	Altera para taxa de ressarcimento as atuais taxas de calçamento e pavimentação, etc.
Lei nº 1.514	de 02.03.64	Acrescenta um parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.494/64.
Lei nº 1.540	de 01.07.64	Aplica aos lançamentos da taxa de ressarcimento as normas dos art. 13,14 e 15 da lei nº 937/56.
Lei nº 1.743	de 19.10.67	Autoriza receber, em doação, o prédio e terreno da antiga Igreja Matriz, dispensando, em compensação, taxa de ressarcimento.
Lei nº 1.775	de 22.07.68	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 1.494/64.
Lei nº 1.800	de 25.03.69	Inclui mais um item ao art. 4º da Lei nº 1.494/64.
Lei nº 1.958	de 22.08.73	Autoriza o recebimento de duas áreas de terras, em doação, com encargo.

Lei nº 1.980	de 24.04.74	Autoriza o recebimento de um terreno em doação com encargo.
Lei nº 1.981	de 24.04.74	Idem, idem.

TAXA DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS DO MUNICÍPIO

Lei nº 474	de 02.05.52	Cria a taxa de serviços telefônicos do município e dispõe sobre a respectiva arrecadação.
Lei nº 701	de 19.11.54	Aumenta a taxa de serviços telefônicos do município.
Lei nº 930	de 21.09.56	Fixa as tarifas dos serviços telefônicos municipais, revoga as leis nº 474, 701 e 770 e dá outras providências.
Lei nº 1.152	de 13.04.60	Eleva tarifas dos serviços telefônicos.
Lei nº 1.375	de 18.04.63	Idem, idem.
Lei nº 1.548	de 29.07.64	Revoga e consolida toda a legislação s/os serviços telefônicos municipais.
Lei nº 1.553	de 18.08.64	Dispõe s/os serviços de eletricidade e comunicações no município de Salvador do Sul.

TAXA DE SERVIÇOS URBANOS - TSU

Lei nº 1.832	de 01.12.69	Cria a taxa de serviços Urbanos.
Lei nº 2.063	de 31.12.76	Institui o novo código tributário.
L.C. nº 2.698	de 28.12.90	Estabelece o novo Código Tributário Municipal.
L.C. nº 3.022	de 09.12.94	Altera o Anexo III da Lei Complementar nº 2.698/90 de 28.12.90.
L.C. nº 3.034	de 28.12.94	Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício de 1995.
L.C. nº 3.117	de 28.12.95	Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício de 1996.
L.C. nº 3.164	de 11.11.96	Concede desconto no pagamento do IPTU e TSU do exercício e 1997.

Lei nº 4.798 de 28.12.07 Concede desconto pagamento do IPTU e TSU.

Lei nº 5.016 de 29.12.08 Autoriza o Executivo a conceder desconto no pagamento do IPTU e TSU para contribuintes adimplentes com a Fazenda Municipal

TAXA FOMENTO AGRO-PECUÁRIO

Lei nº 826 de 28.11.55 Cria taxa fomento.

Lei nº 1.195 de 21.10.60 Extingue a taxa de fomento agro-pecuária, instituído pela Lei nº 550, de 30.12.52 e dispõe sobre a aplicação da taxa adicional de que trata a lei nº 1.067 de 28.11.58.

Lei nº 1.201 de 05.11.60 Revoga a lei nº 1.195 de 21.10.60.

Lei nº 1.229 de 22.12.60 Institui a cobrança semestral dos tributos que menciona.

TAXA HOSPITALAR

Lei n.º 215 de 02.12.49 Cria a taxa hospitalar.

Lei nº 301 de 25.08.50 Isenta de taxas, os prédios favorecidos pela Lei nº 154 de 18.03.49.

Lei nº 716 de 30.11.54 Extingue as Taxas Escolares de Assistência e Segurança Social e Hospitalar e cria a taxa adicional de 40%.

TAXA MANEJO VEGETAÇÃO

Lei n.º 4.316 de 08.11.05 Institui as taxas para o licenciamento de supressão e manejo de vegetação.

TAXA POR AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Lei n.º 3.484 de 31.12.99 Institui a Taxa por ações e Serviços de Saúde de competência da direção municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.

Lei n.º 5.150 de 25.09.09 Altera redação e acrescenta artigo à Lei n.º 3.484/99, que institui a Taxa por Ações e Serviços de Saúde de Competência da Direção Municipal do SUS.

TAXI

Lei nº 1.776 de 07.08.68 Estabelece normas reguladoras para exploração de veículos de aluguel e dá outras providências.

Lei nº 1.849 de 26.05.70 Revoga e altera dispositivos da Lei nº 1.776/68.

Lei nº 2.013 de 31.05.75 Altera o art. 2º da Lei nº 1.776/68.

Lei nº 2.359 de 24.09.84 Cria i táxi propaganda em nosso município.

Lei nº 2.665 de 17.09.90 Cria Táxi-Lotação para as localidades do interior do município.

Lei nº 3.108 de 18.12.95 Acrescenta art. a Lei 1.776 de 07.08.68, alterando a redação do art. 18, remunerando este, bem como os demais existentes da referida lei.

Lei nº 3.442 de 05.11.99 Dispõe sobre os serviços de táxi no Município, e dá outras providências.

Lei n.º 3.873 de 25.03.03 Altera a Lei nº 3.442/99 – Dispõe sobre os serviços de táxi no município e dá outras providências.

TEATRO ROBERTO ATAYDE CARDONA

Lei nº 2.669 de 24.09.90 Denomina Teatro Roberto Atayde Cardona o auditório do Centro Cultural.

Lei n.º 3.346 de 27.11.98 Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$3.480,00 e dá outras providências.

Lei n.º 5.805 de 19.08.13 Inclui programas e ações na LDO 2013 e abre crédito especial de R\$ 11.000,00 (instalação de alarmes EMEI Bairro Estação, Biblioteca Pública e Teatro Roberto A. Cardona)

TELECENTROS

Lei n.º 5.620 de 23.04.12 Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 166.500,00 (implantação de Telecentro no Bairro Timbaúva)

TELECOMUNICAÇÕES

Lei n.º 5.087 de 27.05.09 Dispõe sobre a Instalação de Estações Rádio-Base – ERB's, Mini-ERB's, torres, Sistemas de Rádio-Transmissão e Equipamentos Afins no Município de Montenegro.

Lei n.º 5.594 de 09.03.12 Concede incentivos à empresa ProCable Energia e Telecomunicações.

TELEFONES

Lei n.º 171 de 03.06.49 Abre crédito especial de Cr\$10.000,00.

Lei nº 251 de 26.06.50 Autoriza a ampliação e reconstrução das redes telefônicas de Poço das Antas a Maratá e de São Vendelino e Bom Princípio.

Lei nº 252 de 26.05.50 Abre crédito especial de Cr\$15.000,00 e reduz dotações orçamentárias.

Lei nº 288 de 14.07.50 Destina a aplicação de empréstimo de Cr\$600.000,00 autorizado pela lei nº 176 de 08.07.49 e revoga a lei nº 188 de 29.07.49.

Lei nº 580 de 17.07.53 Abre crédito especial.

Lei nº 873 de 16.02.56 Cria o departamento municipal de telefones rurais e dá outras providencias.

Lei nº 1.152 de 13.04.60 Eleva tarifas dos serviços telefônicos municipais.

Lei nº 1.375 de 18.04.63 Eleva tarifas dos serviços telefônicos municipais e dá outras providencias.

Lei nº 1.548 de 29.07.64 Revoga e consolida toda a legislação os serviços telefônicos.

Lei nº 1.533 de 18.08.64 Dispõe s/os serviços de eletricidade e comunicações no município de Salvador do Sul.

Lei nº 2.149 de 30.11.79 Autoriza entrega de títulos múltiplos de telefones à Cervejaria Polar.

Lei nº 2.348 de 29.06.84 Autoriza o Executivo a firmar convênio para a implantação de telefonia rural social.

Lei nº 3.039 de 04.01.95 Autoriza o Executivo a celebrar convênio com a CRT para implantação de telefonia celular fixa.

TELET S/A

Lei n.º 3.346 de 27.11.98 Autoriza a permissão de uso de uma área de terras para a TELET S/A, destinada a instalação de uma antena de telefonia celular banda B.

TERMOS

Lei n.º 2.273 de 24.09.82 Homologa Termo de Acordo entre município e a Rede Ferroviária Federal.

Lei n.º 4.554 de 06.11.06 Autoriza o Executivo firmar termo de Cooperação Financeira com o Município de Triunfo.

Lei n.º 4.560 de 14.11.06 Autoriza o Executivo ratificar Termo de Compromisso Histórico, firmar convênio com a EFICA e abrir crédito especial de R\$ 200.000,00 (Projeto Estação – Paisagismo).

Lei nº 5.152 de 25.09.09 Firma termo de parceria com Associação, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. (Viabilizar acesso ao crédito pelos pequenos e micro empreendedores)

Lei n.º 5.298 de 26.07.10 Firma convênio de Cooperação Técnica Financeira com SEBRAE/RS

Lei n.º 5.566 de 30.12.11 Repassa recursos à ATM, de R\$ 35.000,00, mediante Termo para cobertura de déficit do 12º Arraial de São João Batista

Lei n.º 5.569 de 30.12.11 Repassa recursos à AESM, no valor de R\$ 12.000,00, mediante Termo para cobertura de déficit do projeto "Carnaval 2011"

Lei n.º 5.640 de 12.06.12 Firma Termo de Repasse com o Grupo Tarca de Arte Nativa e abre crédito especial de R\$ 70.000,00 (4ª Expomonte-repasse patrocínios)

Lei n.º 5.645 de 18.06.12 Firma Termo de Parceria com o Grupo Tarca de Arte Nativa como entidade Coordenadora e Executora da 4.ª Expomonte.

Lei n.º 5.726 de 17.12.12

Celebra Termo de Concessão de Direito Real de Uso de uma área de 1.031,85m², bem como repasse financeiro e isenção de tributos à Ecocitrus.

TIRO DE GUERRA 87

Lei n.º 135 de 26.11.48

Autoriza O Executivo a desistir de indenização.

TÍTULOS HONORÍFICOS

Lei n.º 1.156 de 13.05.60

Institui e regulamenta a concessão dos títulos honoríficos de "Cidadão Montenegrino", "Cidadão Benemérito" e "Medalha de Honra ao Mérito".

TMAIS

Lei n.º 3.962 de 03.11.03

Autoriza o Executivo Municipal a conceder Direito Real de Uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A. e dá outras providências.

Lei n.º 3.989 de 08.12.03

Altera o art. 4.º da Lei n.º 3962, de 3 de novembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a conceder Direito Real de Uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A., e dá outras providências.

Lei n.º 4.012 de 31.12.03

Altera o art. 5.º da Lei n.º 3962, de 3 de novembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal a conceder Direito Real de uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A. e dá outras providências.

Lei n.º 4.095 de 06.07.04

Altera o art. 5.º da Lei n.º 3962/03, que autoriza o Executivo Municipal a conceder Direito Real de Uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A. e dá outras providências. (prorroga prazo p/ instalação de equipamentos)

Lei n.º 5.865 de 23.12.13

Altera o art. 5.º da Lei n.º 3962/03, que autoriza o Executivo Municipal a conceder Direito Real de Uso de um terreno à empresa de telefonia TMAIS S.A. e dá outras

providências. (prorroga prazo p/ instalação de equipamentos)

TOLDOS

L.C. nº 3.135 de 30.04.96 Altera a redação do Inciso II do art. 149 da Lei nº 2.119/78 – Código de Posturas do Município.

TOMBAMENTO

Lei n.º 3.517 de 26.05.00 Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico-Cultural do Município, e dá outras providências.

TRÁFEGO

Lei nº 5.178 de 09.11.09 Inclui ação no Plano Plurianual 2006-2009, na LDO 2009 e abre crédito especial no valor de R\$ 19.800,00 (Estudo de planejamento da circulação viária e tráfego do município de Montenegro)

TRÂNSITO

Lei n.º 2.938 de 10.09.93 Regulamenta o trânsito de bicicletas e o uso de carrinhos de lombo, skates e brinquedos similares.

Lei n.º 4.474 de 23.06.06 Altera redação do art. 2º e suas alíneas "a" e "b" e acrescenta alínea "c", os incisos I e III do art. 8º e revoga o § 2º do art. 8º, todos da Lei 2.938/93.

Lei n.º 5.414 de 11.04.11 Institui o Transporte Seletivo no sistema de transporte urbano de Montenegro

Lei n.º 5.902 de 24.03.14 Autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 60.000,00 (Aquisição e instalação de semáforos)

Lei n.º 5.948 de 14.07.14 Denomina o dia 23 de setembro o dia municipal da conscientização no trânsito "pare na faixa" e da outras providências.

Lei nº 6.113 de 18.05.15 Firma Convênio com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER/RS (instalação de semáforos junto a RS 287).

TRANSCITRUS

Lei n.º 5.134 de 28.08.09	Firma convênio c/ RS, por intermédio do DAER (Pavimentação asfáltica da rodovia Transcitrus)
Lei nº 5.335 de 04.10.10	Inclui projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2010 e abre crédito especial de R\$ 925.072,52 (Pavimentação Transcitrus)
Lei n.º 5.833 de 27.09.13	Inclui ações no Plano Plurianual PPA 2014 – 2017. (Fibra ótica para secretarias e videomonitoramento; reestruturação sala datacenter; Sistema telefonia IP – VOIP; ampliação quadro de pessoal; Assessoria tributária; Bolsa Família; Aquisição de equipamentos de informática – SMEC; Aquisição de implementos agrícolas; Transcitrus; Legalização área e reforma EMEF Adolfo Schüller; Incentivos; Pavimentação pista de caminhada do Parque Centenário)

TRANSPORTE ANIMAIS

Lei n.º 4.431 de 19.04.06	Cria o Sistema de controle ao transporte com tração animal e disciplina o transporte de animais no Município.
---------------------------	---

TRANSPORTE COLETIVO

Lei nº 372 de 25.05.51	Autoriza o Executivo a fazer concessão para a exploração de transporte coletivo urbano e suburbano.
Lei nº 1.188 de 13.10.60	Autoriza o poder executivo a dar concessões a empresas de transportes coletivos no território do município.
Lei nº 2.333 de 23.04.84	Revoga a lei nº 585/53 e 1.188/60.
Lei nº 2.361 de 27.09.84	Institui isenção de pagamento de tarifa nos transportes coletivos para soldados e cabos da brigada Militar.
Lei nº 2.541 de 31.01.89	Institui o passaporte especial de transporte (PET) e dá outras providências.
Lei nº 2.592 de 04.09.89	Autoriza Contrato de Concessão dos Serviços de Colocação de Abrigos em paradas de ônibus.

Lei nº 2.599	de 10.10.89	Dispõe sobre o serviço de transporte escolar no território do município.
Lei nº 2.649	de 13.06.90	Dispõe sobre o Passaporte Especial de Transporte (PET).
Lei nº 2.665	de 17.09.90	Cria Táxi-Lotação para as localidades do interior do Município.
Lei nº 2.676	de 05.10.90	Autoriza o Poder Executivo a dar concessões a empresas de transporte coletivo, no território do Município.
Lei nº 2.678	de 19.10.90	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.676/90, que autorizou dar concessões a empresas de transporte coletivo.
Lei nº 2.920	de 15.06.93	Obriga os concessionários de transporte coletivo a comunicar reajuste tarifário e dá outras providências.
Lei nº 2.992	de 12.05.94	Estabelece a exoneração do pagamento da tarifa na falta de troco nos serviços de transporte coletivo do Município e dá outras providências.
Lei nº 2.999	de 17.06.94	Institui o Passaporte de Transporte aos Deficientes Físicos e Mentais e dá outras providências.
Lei nº 3.080	de 06.09.95	Cria o serviço de lotação no município de Montenegro.
Lei nº 3.280	de 30.04.98	Dispõe sobre a colocação de anúncios de propaganda em veículos de transporte coletivo e dá outras providências.
Lei nº 3.358	de 22.12.98	Altera a redação do art. 1º e acrescenta § 3º na lei nº 2.999, de 17.06.94 (institui o passaporte de transporte aos deficientes físicos e mentais) beneficiando o acompanhante.
Lei nº 3.537	de 01.08.00	Altera dispositivo de lei que institui o Passaporte de Transporte aos deficientes físicos e mentais.
Lei nº 3.791	de 16.09.02	Institui o Transporte Urbano Diferenciado para Pessoas Paralíticas e/ou cegas nas linhas convencionais de ônibus, dentro da cidade de Montenegro, e dá outras providências.
Lei n.º 4042	de 19.3.04	Altera a redação da ementa, do artigo 1.º e acrescenta parágrafos à Lei n.º 3791, de 16

		de setembro de 2002, que institui o Transporte Urbano Diferenciado para Pessoas Portadoras Paralíticas e ou cegas, nas linhas convencionais de ônibus, dentro da cidade de Montenegro, e dá outras providências.
Lei n.º 4068	de 24.5.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 7000,00 e dá outras providências. (abrigos p/ paradas de ônibus)
Lei n.º 4105	de 03.8.04	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 2676, de 5 de outubro de 1990, que autoriza o Poder executivo a dar concessões a empresas de transporte coletivo, no território do Município, e dá outras providências. (possibilidade de prorrogação da concessão)
Lei n.º 4.161	de 21.01.05	Altera a redação do art. 1º e acrescenta parágrafo único a Lei n.º 2541/89, que instituiu o Passaporte Especial de Transporte – PET, alterada pela Lei nº 2.649/90.
Lei n.º 5.414	de 11.04.11	Institui o Transporte Seletivo no sistema de transporte urbano de Montenegro
Lei n.º 5.503	de 12.09.11	Institui o Conselho Municipal de Usuários do Transporte Coletivo Público
Lei n.º 5.507	de 03.10.11	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 2.920/93, que obriga os concessionários de transporte coletivo a comunicar reajuste tarifário e dá outras providências.
Lei n.º 6.219	de 19.10.15	Inclui ação na LDO 2015 e abre crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (abrigo para ônibus).

TRANSPORTE ESCOLAR

Lei nº 2.599	de 10.10.89	Dispõe sobre o serviço de transporte escolar no território do município.
Lei nº 3.783	de 19.08.02	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio e custear montante de recursos para atender a demanda do Transporte Escolar para alunos da Rede Pública Estadual e dá outras providências.
Lei n.º 3.877	de 07.04.03	Acrescenta arts. à Lei 2599/89, que dispõe sobre serviço de Transporte Escolar no território do Município.

Lei n.º 4.087	de 23.06.04	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 39.367,98. (transporte escolar para estudantes residentes em área rural)
Lei n.º 4.219	de 15.06.05	Autoriza o Executivo abrir crédito Especial no valor de R\$ 55.000,00 – SMEC.
Lei n.º 4.457	de 29.06.06	Autoriza o Executivo abrir crédito especial de R\$ 517.000,00 – SMEC – Transporte Escolar.
Lei nº 4.698	de 14.08.07	Institui Programa de Parceria p/ Qualificação Profissional Universitária – subsídio ao transporte escolar universitário.
Lei nº 4.707	de 03.09.07	Altera a redação do caput e do Inciso II do art. 4º, da Lei 4.698/07, que institui o Programa de Parceria p/ Qualificação Profissional Universitária e autoriza a conceder subsídio ao transporte escolar universitário.
Lei nº 5.023	de 20.01.09	Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao BNDES, por intermédio do Banco do Brasil S.A. (Transporte escolar).
Lei nº 5.071	de 28.04.09	Dispões s/ serviço de transporte escolar no território do Município
Lei nº 5.127	de 18.08.09	Altera o valor constante do caput do art. 1.º da Lei 5023/09 que autoriza o Executivo a contratar financiamento c/ BNDES através do Banco do Brasil S.A
Lei nº 5.147	de 15.09.09	Inclui ação no PPA 2006/2009, na LDO 2009 e abre crédito especial de R\$ 600.100,00 (transporte escolar rural)
Lei n.º 5.480	de 11.07.11	Altera redação do caput e parágrafo único, transforma o parágrafo único em § 1.º, acrescenta o § 2.º ao art. 2º da Lei n.º 5.023/09-contrata financiamento junto ao Banco do Brasil (transporte escolar zona rural)
Lei n.º 5.585	de 06.02.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 520.400,00 (transporte escolar zona rural-programa Caminho da Escola).
Lei n.º 5.616	de 10.04.12	Altera redação do parágrafo único do art. 1.º, do caput e acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei n.º 5.023/09-financiamento junto ao BNDES, por intermédio do Banco do Brasil (veículos para transporte escolar)

Lei n.º 5.796	de 29.07.13	Inclui programa de ação na LDO 2013 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 250.500,00. (Aquisição de veículo para transporte escolar).
Lei n.º 5.938	de 30.06.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de 18.137,69 (desconto de veículo para transporte escolar rural)
Lei nº 5.999	de 08.10.14	Inclui ação na LDO 2014 e abre crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 (aquisição de ônibus escolar-FNDE)

TRANSPORTE FÚNEBRE

Lei nº 1.501	de 29.01.64	Dispõe sobre o transporte fúnebre no Município.
--------------	-------------	---

TRAVESSAS

Lei n.º 2.872	de 26.10.92	Denomina diversas ruas, travessas, passarelas e estradas.
---------------	-------------	---

TROFÉU SÍMBOLO CIDADE DE MONTENEGRO

Lei n.º 2.572	de 20.06.89	Institui troféu símbolo cidade de Montenegro.
---------------	-------------	---

TRIBUNAL DE CONTAS

Lei n.º 3.792	de 16.09.02	Autoriza o Poder Executivo a editar os atos necessários ao cumprimento de decisão do Tribunal de Contas do Estado, cria o Quadro de Empregos Públicos, de caráter temporário, e dá outras providências.
---------------	-------------	---

TRIBUTOS

Lei n.º 4044	de 01.4.04	Institui a Substituição tributária no Município de Montenegro.
Lei n.º 4103	de 30.7.04	Autoriza o Executivo Municipal a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, no máximo, 7,38% do custo da obra de calçamento da rua Goiânia.

Lei n.º 4104	de 30.7.04	Autoriza o Executivo Municipal a recuperar, através de Contribuição de Melhoria, no máximo, 7,37% do custo da obra de pavimentação da Avenida Itália.
Lei n.º 5.887	de 20.01.14	Altera a redação do art.3.º da Lei n.º 5.123, que concede a isenção tributaria para a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida.

TURISMO

Lei n.º 1.432	de 16.11.63	Cria o Conselho Municipal de Turismo
Lei nº 1.589	de 04.11.64	Cria o Conselho Municipal de Turismo e revoga a Lei nº 1.432/63.
Lei nº 1.762	de 02.05.68	Enquadra o município na legislação federal de incentivos fiscais ao Turismo.
Lei nº 1.770	de 10.07.68	Autoriza o município a subscrever ações do Parque Municipal de Turismo.
Lei n.º 5.136	de 31.08.09	Concede incentivo à empresa R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda (Estação Turismo).
Lei nº 5.389	de 21.02.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 97.500,00 (revitalização do balneário municipal)
Lei n.º 5.390	de 21.02.11	Inclui ação na LDO 2011 e abre crédito especial de R\$ 100.072,60 (construção de pórticos)
Lei n.º 5.545	de 19.12.11	Concede incentivo à empresa R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda., "Estação Turismo" (Prédio Bar da Usina – implantação de Assessoria Técnica de Turismo, Promoção e Captação de Eventos e Turismo)
Lei n.º 5.625	de 14.05.12	Altera a redação do "caput" e das alíneas "i", "k" e "p" e acrescenta a alínea "s" ao art. 2.º da Lei n.º 3.025/94, que reformula e consolida o Conselho Municipal de Turismo – CMTUR.
Lei n.º 5.936	de 25.06.14	Inclui ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 31.680,00

TURNOS

Lei n.º 4.179	de 01.04.05	Institui turno de atendimento ao público de 12h na Diretoria de Receita (Programa Refis).
Lei n.º 6.060	de 30.12.14	Institui Turno Único no serviço da Câmara Municipal

TV COMUNICAÇÃO DIGITAL - WIA

Lei n.º 4.567	de 21.11.06	Autoriza o Executivo firmar concessão de uso com a empresa WIA TV Comunicação Digital Ltda.
---------------	-------------	---

TV CULTURA

Lei n.º 4.236	de 12.07.05	Autoriza o Executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 52.775,87 – SMEC e incluir meta na LDO 2005.
Lei n.º 4.268	de 26.09.05	Autoriza o Executivo abrir crédito especial no valor de R\$ 18.537,87.
Lei n.º 4.711	de 10.09.07	Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 19.436,94 (Fundarte).
Lei n.º 5.479	de 11.07.11	Procede desafetação e doação de equipamentos de radiodifusão de sons e imagens à FUNDARTE

UCS (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL)

Lei n.º 4.146	de 13.12.04	Ratifica Convênio de Cooperação entre a Universidade de Caxias do Sul e o Município de Montenegro.
Lei n.º 4.390	de 14.02.06	Autoriza servidores municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo a realizarem curso superior de formação específica em Gestão Pública e concede benefício de 50% das mensalidades.
Lei nº 4.802	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio de cooperação com a Universidade de Caxias do Sul.
Lei nº 4.903	de 30.06.08	Autoriza Executivo revogar o art. 4º da Lei 4.802/07 que autoriza convênio de cooperação com a UCS.

UERGS

Lei n.º 3.967	de 11.11.03	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.440,00. (Bolsa de estudo p/ estudantes da UERGS)
---------------	-------------	--

UMC

Lei n.º 4.875	de 19.05.08	Autoriza o Executivo Municipal a instituir a Unidade Municipal de Cadastro – UMC
Lei n.º 4.876	de 19.05.08	Autoriza o Executivo Municipal a acrescentar a Unidade Municipal de Cadastro – UMC na SMAM, Lei 3360/98, que reorganiza e consolida a Estrutura Administrativa da Pref. Municipal.
Lei n.º 5.890	de 21.02.14	Altera redação dos art 1º, 2º, 3º, 4º e 6º da Lei 4.875 que autoriza a instituir a Unidade Municipal de Cadastro

UNIÃO MONTENEGRINA DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS – UMAC

Lei n.º 4.700	de 20.08.07	Acrescenta a alínea <i>h</i> ao inciso II do art. 1º da lei n.º 4579/06 – Plano de Auxílio e Subvenções para o exercício 2007(UMAC)
---------------	-------------	---

UNIÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

Lei n.º 611	de 30.11.53	Declara de utilidade pública a U. F. M.
Lei n.º 612	de 30.11.53	Autoriza a lavratura de convênio entre o município e a União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul, para distribuição de pensão à família dos funcionários.
Lei n.º 1.758	de 31.12.67	Autoriza lavratura de convênio com a U.F.M. do Rio Grande do Sul.

UNIDADE GESTORA DE MICRO CRÉDITO

Lei nº 5.151	de 25.09.09	Institui a Unidade Gestora de Microcrédito
--------------	-------------	--

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS

Lei n.º 5.657	de 02.07.12	Contratação temporária e administrativa de 01 Enfermeiro para atuar na SMS/UBS Centenário.
Lei n.º 5.669	de 16.07.12	Inclui ação/projeto no PPA 2010-2013, ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 124.825,00 (construção de Unidade Básica de Saúde em Costa da Serra)
Lei n.º 5.781	de 07.06.13	Contratação, temporária e administrativa, de 02 Auxiliares de Consultório Dentário.
Lei n.º 5.822	de 16.09.13	Autoriza a contratar, temporária e administrativamente, Médicos e enfermeiros. (Posto Timbaúva, PAM, UBS)
Lei n.º 5.923	de 13.06.14	Inclui Ação na LDO 2014 e autoriza a abrir crédito especial no valor de R\$ 334.059,83 (Construção UBS Santo Antônio)
Lei n.º 6.053	de 29.12.14	Abre crédito especial de R\$ 109.325,59 (devolução recursos-UBS Muda Boi)
Lei n.º 6.138	de 03.07.15	Denomina Vereador Joacir Menezes - Joa a Unidade Básica de Saúde do Bairro Santo Antônio.

UNIFRUTAS

Lei n.º 4365	de 30.12.05	Autoriza o Executivo a conceder incentivos para a instalação da empresa Unifrutas Comércio de Frutas Ltda.
--------------	-------------	--

UNIMED

Lei n.º 3.181	de 27.03.97	Autoriza a doação de aterro à Unimed Vale do Caí e dá outras providências.
Lei n.º 3.201	de 30.05.97	Autoriza a complementação do aterro à Unimed Vale do Caí e dá outras providências.
Lei n.º 4.418	de 27.03.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com a Unimed/Vale do Caí e o Estado do RS, por intermédio da Secretaria da Justiça e da Segurança, com a interveniência da Brigada Militar.
Lei nº 4.696	de 14.08.07	Autoriza a ratificar cedência de professor e firmar convênio com a UNIMED (Programa Unimed Educar)

UNISC (UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL)

Lei nº 4.800	de 28.12.07	Autoriza o Executivo firmar Termo de Concessão Real de Uso e convênio com APESC, incluir ação LDO/2007 e abrir crédito especial p/ implantação de campus universitário. (UNISC)
Lei n.º 5.399	de 18.03.11	Cria o Programa de Concessão de Bolsas de Estudos para alunos carentes e residentes no Município de Montenegro matriculados na UNISC, campus de Montenegro.
Lei n.º 5.773	de 06.05.13	Acrescenta os §§ 3º e 4º e altera a redação do caput do art. 5º e altera a redação do inciso IV do art. 7º da Lei n.º 5.399/11, a qual cria o Programa de Concessão de Bolsas de Estudos para Alunos Carentes e Residentes no Município de Montenegro matriculados na UNISC.
Lei n.º 6.165	de 24.07.15	Firma convênio com a Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul no valor de R\$ 80.244,76.

UNISINOS

Lei n.º 2.965	de 03.01.94	Isenta do pagamento ITBI, a Unisinos.
---------------	-------------	---------------------------------------

UNIVERSIDADES

Lei n.º 4.426	de 10.04.06	Autoriza o Executivo firmar convênio com universidades federais, estaduais e particulares.
Lei nº 4.698	de 14.08.07	Institui Programa de Parceria p/ Qualificação Profissional Universitária – subsídio ao transporte escolar universitário.
Lei nº 4.707	de 03.09.07	Altera a redação do caú e do Inciso II do art. 4º, da Lei 4.698/07, que institui o Programa de Parceria p/ Qualificação Profissional Universitária e autoriza a conceder subsídio ao transporte escolar universitário.
Lei nº 4.800	de 28.12.07	Autoriza o Executivo firmar Termo de Concessão Real de Uso e convênio com APESC, incluir ação LDO/2007 e abrir crédito especial p/ implantação de campus universitário. (UNISC)
Lei nº 4.802	de 28.12.07	Autoriza o Executivo a firmar convênio de cooperação com a Universidade de Caxias do Sul.
Lei nº 4.953	de 29.09.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 150.919,59 e ratificar contrato de repasses Ministério do Esporte (ginásio EMEF Dr. Walter Belian)
Lei nº 4.956	de 29.09.08	Autoriza Executivo Municipal a firmar convênio de cooperação com o Colégio Científico de Montenegro. (faculdade interativa junto a EMEF José Pedro Steigleder)
Lei n.º 5.399	de 18.03.11	Cria o Programa de Concessão de Bolsas de Estudos para alunos carentes e residentes no Município de Montenegro matriculados na UNISC, campus de Montenegro.
Lei n.º 5.522	de 08.11.11	Dispõe sobre o desenvolvimento de política antibullying por instituições de ensino e de educação infantil pública municipal ou privada, com ou sem fins lucrativos.
Lei n.º 5.773	de 06.05.13	Acrescenta os §§ 3º e 4º e altera a redação do caput do art. 5º e altera a redação do inciso IV do art. 7º da Lei n.º 5.399/11, a qual cria o Programa de Concessão de Bolsas de Estudos para Alunos Carentes e Residentes no Município de Montenegro matriculados na UNISC.

URM – UNIDADE DE REFERÊNCIA MUNICIPAL

Lei n.º 3.564	de 27.12.00	Institui a URM – Unidade de Referência Municipal e dá outras providências.
Lei n.º 3.657	de 17.10.01	Altera a redação do § 2º e acrescenta o § 3º ao art. 1º da Lei nº 3.564, de 27 de dezembro de 2000 que institui a URM – Unidade de Referência Municipal.

USINA

Lei n.º 3.884	de 14.04.03	Autoriza a Concessão de Uso de imóvel do Município. (Bar e lancheria da Usina).
Lei n.º 4.839	de 31.03.08	Autoriza Executivo abrir crédito especial de R\$ 34.277,34 (Aditivo elevador Câmara)
Lei n.º 5.545	de 19.12.11	Concede incentivo à empresa R. da Silva Antunes & A. J. Mariano Ltda., “Estação Turismo” (Prédio Bar da Usina – implantação de Assessoria Técnica de Turismo, Promoção e Captação de Eventos e Turismo)

UTILIDADE PÚBLICA (Sociedades, etc)

Lei n.º 2.113	de 21.11.78	Estabelece as condições pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.
Lei n.º 5.535	de 06.12.11	Altera a redação das alíneas “b” e “d” do art. 1.º da lei n.º 2.113/78, que estabelece as condições pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.

UTILIZAÇÃO DE ÁREAS NO CAIS DO PORTO, LOGRADOUROS E VIAS PÚBLICAS

Lei n.º 62	de 14.05.48	Dispõe sobre a concessão de licença para a utilização de logradouro público.
Lei n.º 208	de 25.11.49	Dispõe sobre praças, logradouros e jardins públicos.
Lei n.º 228	de 10.02.50	Regula a utilização de áreas no cais da cidade.
Lei n.º 229	de 10.02.50	Regula a concessão de licença para a utilização de áreas nas vias públicas.

Lei n.º 339	de 15.12.50	Altera a Lei nº 107 de 10.09.48 e fixa a incidência para utilização de áreas marginais do rio Caí.
Lei n.º 5.846	de 21.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 328.716,38. (recuperação do talude cais do Rio Caí)

UTILIZAÇÃO DO SOLO E SUBSOLO

Lei n.º 3.687	de 11.12.01	Dispõe sobre os serviços de infra-estrutura que utilizam o solo e o subsolo de propriedade municipal, autoriza a cobrar pela utilização e pela passagem dos dutos no bem público e dá outras providências.
LC n.º 5.883	de 13.01.14	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo do Município

UVERGS

Lei n.º 2.489	de 23.11.87	Autoriza o Poder Executivo a firmar autorização de Contribuição Mensal à União dos Vereadores do Rio Grande do Sul – UVERGS.
Lei n.º 2.391	de 22.06.98	Revoga a Lei nº 2.489 de 23 de novembro de 1987 que autoriza o Poder Executivo a firmar autorização de contribuição mensal à União dos Vereadores do Rio Grande do Sul – UVERGS.

VALE-ALIMENTAÇÃO

Lei n.º 3.966	de 03.11.03	Institui o Programa de Vale Alimentação aos servidores municipais.
Lei n.º 3.991	de 12.12.03	Institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo Municipal.
Lei n.º 4.163	de 14.02.05	Altera redação do § 4º, acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei 3.966/03.
Lei n.º 4.222	de 23.06.05	Altera redação do art. 5º da Lei nº 3.966/03.
Lei n.º 4.235	de 11.07.05	Altera redação do art. 4º da Lei nº 3.991/03.
Lei n.º 4.629	de 27.03.07	Altera a redação do art. 5º as Lei n.º 3.966/03- Programa Vale- Alimentação Servidores (R\$ 7,00).
Lei n.º 4.750	de 26.10.07	Altera a L 3966/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores municipais (R\$9,00)
Lei n.º 4.753	de 26.10.07	Altera a L 3.991/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 12,00)
Lei n.º 4.814	de 18.02.08	Aut. o Exec. a alterar a redação do art. 1.º da Lei 3966/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores municipais (Secretários Municipais).
Lei n.º 4.836	de 31.03.08	Autoriza Executivo alterar a redação do art. 5º da Lei 3.966/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação servidores do Poder Executivo. (R\$ 10,00)
Lei n.º 4.844	de 31.03.08	Altera redação do art. 4º Lei 3.991/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação Legislativo. (R\$ 14,00)
Lei n.º 5.293	de 14.07.10	Altera redação do art. 4.º da Lei nº 3.991, de 12/12/2003, que institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 15,50)
Lei n.º 5.346	de 22.10.10	Altera a redação do art. 5º da Lei n.º 3.966/03 – Programa Vale-alimentação Servidores (R\$ 13,00).
Lei n.º 5.494	de 16.08.11	Altera a redação do art. 4.º da Lei 3.991/03, que institui o Programa Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 16,50)

Lei n.º 5.604	de 27.03.12	Altera a redação do art. 5.º da Lei n.º 3.966/03, que institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores municipais. (R\$15,00)
Lei n.º 5.611	de 09.04.12	Altera redação art. 4.º da Lei n.º 3.991/03– Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo (R\$ 18,50)
Lei n.º 5.836	de 07.10.13	Altera redação do art. 5º da Lei n. 3.966, de 2003, que institui o Vale-Alimentação aos servidores municipais. (R\$ 18,00)
Lei n.º 5.876	de 09.01.14	Altera redação do art. 4.º da Lei n.º 3.991, de 12 de dezembro de 2003, que institui o Programa de Vale alimentação aos servidores do Legislativo Municipal.
Lei n.º 6.011	de 20.10.14	Altera redação do art. 5º da Lei nº 3.966/03- Vale-Alimentação (R\$ 20,00)
Lei n.º 6.062	de 30.12.14	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 3.966/03-Programa de Vale-Alimentação servidores municipais (pecúnia)

VALE TRANSPORTE

Lei n.º 2.807	de 20.01.92	Institui o Vale Transporte para os Servidores Municipais e dá outras providências (Vetado o Art. 7º).
Lei n.º 2.999	de 17.06.94	Institui o Passaporte de Transporte aos Deficientes Físicos e Mentais e dá outras providências.

VEÍCULOS

Lei n.º 47	de 29.03.48	Autoriza o Executivo a adquirir um automóvel e abrir o respectivo crédito.
Lei n.º 56	de 07.05.48	Abre crédito especial e altera o artigo 2º da lei nº 47 de 29.03.48.
Lei n.º 59	de 14.05.48	Autoriza a alienação de máquinas e unidades motorizadas.
Lei n.º 60	de 14.05.48	Altera a ementa da Lei nº 47, de 29.03.48, bem como o art. 1º da mesma Lei.
Lei n.º 149	de 28.01.49	Autoriza a venda de automóvel.
Lei n.º 204	de 28.10.49	Abre crédito suplementar de Cr\$7.000,00.

Lei n.º 225	de 23.12.49	Torna obrigatório a adoção de trava mecânica nas carretas de 4 rodas.
Lei n.º 250	de 26.05.50	Prorroga o prazo para adoção de travas mecânicas nas carretas de 4 rodas.
Lei n.º 257	de 09.06.50	Autoriza a compra de 4 caminhões para os distritos rurais, revoga a Lei nº 119 de 15.10.48 e dispõe sobre taxa de melhoramentos públicos rurais.
Lei n.º 258	de 09.06.50	Abri crédito especial de Cr\$134.358,00.
Lei n.º 353	de 13.04.51	Abre crédito especial Cr\$130.000,00 e autoriza a aquisição de veículos.
Lei n.º 364	de 27.04.51	Revoga dispositivo da Lei nº 257 de 09.06.50.
Lei n.º 429	de 05.12.51	Abre crédito especial de Cr\$63.100,00.
Lei n.º 459	de 16.02.52	Abre crédito especial Cr\$105.000,00 e autoriza a aquisição de veículo motorizado.
Lei n.º 478	de 16.05.52	Autoriza a aquisição de veículos motorizados e abre crédito especial.
Lei n.º 547	de 30.11.52	Concede isenção de impostos e taxas.
Lei n.º 575	de 05.06.53	Altera a Lei nº 547 de 30.12.52.
Lei n.º 599	de 30.10.53	Regula a utilização de veículos motorizados pertencentes ao patrimônio municipal e dá outras providências.
Lei n.º 1.324	de 25.04.62	Autoriza o Prefeito Municipal a alienar veículos considerados irrecuperáveis e toma providências.
Lei n.º 1.533	de 10.06.64	Autoriza a alienação de sucata e veículos inservíveis e abertura de créditos especiais.
Lei n.º 1.576	de 22.09.64	Autoriza a venda de uma carroceria inservível da camioneta Fargo – 1952.
Lei n.º 1.646	de 14.09.65	Autoriza a venda de uma camioneta Fargo 1952, pelo preço de Cr\$2.000,00.
Lei n.º 1.735	de 17.08.67	Autoriza a venda de dois tratores Hanomag e 4 caminhões velhos marca Ford.
Lei n.º 1.741	de 03.10.67	Autoriza a venda de 4 caminhões Ford.

Lei n.º 1.876	de 05.02.71	Autoriza a alienação de 6 caminhões e uma camioneta rural Willys.
Lei n.º 1.956	de 03.07.73	Autoriza a alienação de uma máquina de somar elétrica e duas camionetas inservíveis.
Lei n.º 1.957	de 14.08.73	Autoriza a alienação de um trator carregador mar Massey Ferguson ano 64.
Lei n.º 1.964	de 02.10.73	Autoriza a alienação de um trator escavo-carregador Michigan e uma moto-niveladora Huber Warco.
Lei n.º 1.991	de 12.08.74	Autoriza a alienação de uma camioneta marca Ford mod. Pick Up Willy ano 71.
Lei n.º 2.001	de 04.12.74	Autoriza a alienação de um jeep 1968 e um conjunto de inter-fones.
Lei n.º 2.014	de 11.06.75	Autoriza a alienação de veículos e máquinas inservíveis.
Lei n.º 2.025	de 18.11.75	Autoriza a doação de uma camioneta 1969 à Cooperativa dos Servidores Municipais.
Lei n.º 2.044	de 21.05.76	Autoriza a alienação de diversos bens de propriedade da municipalidade.
Lei n.º 2.072	de 06.06.77	Autoriza a alienação de nove veículos.
Lei n.º 2.079	de 08.11.77	Autoriza a permuta de duas camionetas.
Lei n.º 2.090	de 20.04.78	Autoriza a alienação de uma camioneta.
Lei n.º 2.125	de 16.02.79	Autoriza a alienação de uma Kombi 1975.
Lei n.º 2.147	de 02.10.79	Autoriza a doação de uma camioneta à Sociedade Beneficente Espiritualista.
Lei n.º 2.179	de 18.07.80	Revoga o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 2.147/79.
Lei n.º 2.241	de 12.04.82	Autoriza a alienação de caminhões, motores e transformadores.
Lei n.º 2.243	de 27.04.82	Autoriza alienação de uma Kombi Ambulância.
Lei n.º 2.378	de 06.05.85	Autoriza alienação de vários veículos.
Lei n.º 2.566	de 22.05.89	Aliena diversos bens do Patrimônio Municipal.
Lei n.º 2.583	de 30.06.89	Alienação de diversos bens pertencentes ao Patrimônio do Município e dá outras providências.

Lei n.º 2.665	de 17.09.90	Cria Táxi-lotação para as localidades do interior do Município.
Lei n.º 3.045	de 17.03.95	Autoriza o Poder Executivo a fornecer gratuitamente placas de veículo, para os casos de transferência e dá outras providências.
Lei n.º 4.120	de 24.9.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 165000,00 e dá outras providências. (aquisição de retroescavadeira para a SMVSU)
Lei n.º 4.121	de 27.9.04	Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 229796,00 e dá outras providências. (Postos de Saúde, Programa Saúde da Família e aquisição de unidade móvel para a SMSAS)
Lei nº 4.790	de 28.12.07	Autoriza o Executivo incluir ação na LDO 2007 e abrir crédito especial de R\$ 30.500,00 (aquisição veículo Bolsa Família)
Lei nº 4.935	de 18.08.08	Autoriza Executivo incluir ações na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 90.440,00 (aquisição de equipamentos e veículo p/ SMAM)
Lei nº 4.990	de 08.12.08	Autoriza Executivo incluir ação na LDO 2008 e abrir crédito especial de R\$ 61.000,00 (aquisição veículo SMSAS)
Lei nº 5.312	de 13.08.10	Inclui ação no PPA 2010-2013, LDO/10 e abre crédito especial de R\$ 160.000,000 (aquisição de caminhão caçamba-SMAM).
Lei n.º 5.585	de 06.02.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 520.400,00 (transporte escolar zona rural-programa Caminho da Escola).
Lei n.º 5.712	de 22.10.12	Inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R\$ 60.000,00 (aquisição veículo p/ Câmara de Vereadores).
Lei n.º 5.850	de 29.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (Aquisição de veículo – vigilância epidemiológica – SMS)
Lei n.º 5.851	de 29.10.13	Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 100.000,00. (Aquisição de ambulância- SMS)
Lei n.º 5.938	de 30.06.14	Autoriza a abrir crédito especial no valor de 18.137,69 (desconto de veículo para transporte escolar rural)

VENCIMENTOS

Lei n.º 3.314	de 11.08.98	Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências.
Lei n.º 3.315	de 11.08.98	Fixa os subsídios dos Vereadores e dá outras providências.
Lei n.º 3.542	de 27.09.00	Fixa os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro e dá outras providências.
Lei n.º 3.543	de 27.09.00	Fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro para a legislatura 2001/2004, e dá outras providências.
Lei n.º 3.651	de 09.10.01	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.729	de 13.05.02	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.736	de 20.05.02	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município.
Lei n.º 3.804	de 10.10.02	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
L.C. n.º 3.895	de 09.06.03	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município e dá outras providências.
Lei n.º 3.897	de 13.06.03	Altera a redação do art. 2º da Lei 3.542/00, que fixa os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro.
Lei n.º 3.898	de 13.06.03	Altera a redação do art. 1º da Lei 3.557/00, que dispõe sobre o subsídio dos Secretários Municipais de Montenegro.
Lei n.º 3.899	de 13.06.03	Altera a redação do art. 2º da Lei 3.543/00, que fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro.
L.C. n.º 3.900	de 13.06.03	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro.
LC n.º 4.190	de 15.04.05	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo.(repos. 8%)
L.C. n.º 4.363	de 30.12.05	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município. (Reajuste de 10% – Valor de

L.C. n.º 4.381	de 06.01.06	Referência Servidores: R\$ 451,41; Magistério: R\$ 624,86) Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Legislativo do Município de Montenegro. (Reajuste de 10% – Padrão de Referência: R\$ 451,41)
LC n.º 4.642	de 16.04.07	Dispõe sobre revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (3,5%)
LC n.º 4.643	de 18.04.07	Dispõe sobre revisão geral dos vencimentos do pessoal do Legislativo.(3,5%).
Lei n.º 4.644	de 18.04.07	Dispõe sobre revisão geral do subsídio dos Secretários Municipais.
Lei n.º 4.645	de 18.04.07	Dispõe sobre revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito.
Lei n.º 4.672	de 02.02.07	Altera redação do caput e acrescenta os Incisos I e II ao Art. 37 e altera Incisos I e II do Art. 42 da LC 3.943/03 – Plano Carreira Magistério.
Lei n.º 4.719	de 13.09.07	Dispõe s/ o subsídio dos Vereadores do Legislativo Montenegriño.
Lei n.º 4.736	de 16.10.07	Autoriza o Executivo a reajustar salário de Auxiliar de Serviços Gerais, Lei n.º 4.506/06, que autorizou a contratar temporária e administrativamente profissionais para a Farmácia Popular.
LC n.º 4.781	de 21.12.07	Altera padrão de vencimentos e atualiza atribuições de categoria funcional (Agente Adm. Auxiliar)
Lei n.º 4.837	de 31.03.08	Dispõe s/ revisão geral de vencimentos do pessoal Município (5,5%)
LC n.º 4.841	de 31.03.08	Dispõe s/ revisão geral vencimentos do pessoal Legislativo(5,5%)
Lei n.º 4.914	de 18.07.08	Autoriza Executivo reajustar salário constante do art. 3º, Lei n.º 4.046/04, contratação temporária de 17 Agentes Comunitários de Saúde-PACS.
Lei n.º 4.915	de 18.07.08	Autoriza o Executivo reajustar salário constante do art. 3º da Lei n.º 4.047/04, contratação temporária diversos profissionais p/ o PSF.

Lei nº 4.916	de 18.07.08	Autoriza o Executivo a reajustar salário constante do art. 4º da Lei nº 4.083/04, contratação temporária de 10 Agentes de Campo.
Lei nº 4.917	de 18.07.08	Autoriza o Executivo a reajustar salário constante do art. 4º da Lei nº 4.093/04, contratação temporária de 30 Agentes Comunitários de Saúde e 01 Enfermeiro-PACS.
Lei nº 4.918	de 18.07.08	Autoriza o Executivo reajustar salário constante do art. 2ºA, Lei nº 4.601/06, que autoriza a contratar temporária e administrativamente 12 Visitadores para o PIM.
LC n.º 5.049	de 30.03.09	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Município. (6,45%)
LC n.º 5.140	de 31.08.09	Altera o anexo I da LC n.º 4.781/07, que altera o padrão de vencimentos e atualiza atribuições de categoria funcional (agente administrativo auxiliar)
LC n.º 5.248	de 06.04.10	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do município.
LC n.º 5.256	de 16.04.10	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do município (6,50%)
LC n.º 5.369	de 17.12.10	Altera o coeficiente de vencimentos dos Padrões 01 e 10 previstos no art. 24 da LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores.
LC n.º 5.384	de 30.12.10	Altera art. 1º da LC n.º 5.369/10, que altera o coeficiente de vencimentos dos Padrões 01 e 10 previstos no art. 24 da LC n.º 2.636/90-Plano de Carreira Servidores
LC n.º 5.418	de 15.04.11	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (reajuste de 6%)
LC n.º 5.419	de 19.04.11	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município (reajuste de 6%)
LC n.º 5.529	de 16.11.11	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Município (índice de 2%)
LC n.º 5.530	de 18.11.11	Dispõe sobre os vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro (reajuste de 2%)

LC n.º 5.606	de 03.04.12	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (reajuste 7%)
LC n.º 5.607	de 09.04.12	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro (reajuste 7%)
LC n.º 5.753	de 05.04.13	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (8%)
LC n.º 5.763	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Legislativo (8%)
LC nº 5.911	de 14.04.14	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (7%).
LC nº 5.913	de 15.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo do Município de Montenegro (7%).
Lei nº 5.914	de 22.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Montenegro (5,40%).
Lei nº 5.915	de 22.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Montenegro (5,40%).
Lei nº 5.916	de 22.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios dos Vereadores do Município Montenegro (5,40%).
Lei nº 6.102	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos do pessoal do Poder Legislativo (8%).
Lei nº 6.106	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município (8%).

VEREADORES

Lei n.º 2.996	de 13.06.94	Exclui a participação de Vereadores em Conselhos Municipais.
Lei n.º 3.315	de 11.08.98	Fixa os subsídios dos Vereadores e dá outras providências.
Lei n.º 3.543	de 27.09.00	Fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro para a legislatura 2001/2004, e dá outras providências.
Lei n.º 3.735	de 2002	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3543/00.

Lei n.º 3.815	de 17.10.02	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3543/00, que fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro.
Lei n.º 3.899	de 13.06.03	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3543/00, que fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro.
Lei n.º 3.971	de 14.11.03	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3543/00, que fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro.
Lei n.º 4.018	de 20.01.04	Fixa a remuneração dos vereadores do Município de Montenegro para a Legislatura 2005/2008 e dá outras providências.
Lei n.º 4.036	de 19.3.04	Altera a redação do art. 2.º da Lei n.º 3543/00, que fixa o subsídios dos Vereadores do Município de Montenegro. (Reajuste de 10% – Vereadores: R\$ 1792,53); Verba de Repres.: R\$ 1195,02)
Lei nº 4.398	de 02.03.06	Revoga o art. 5º da Lei 4018/04 – (exclui remuneração de sessão extraordinária).
Lei nº 4.719	de 13.09.07	Dispõe s/ o subsídio dos Vereadores do Legislativo Montenegro.
Lei nº 4.861	de 22.04.08	Dispõe s/ a fixação do subsídio dos Vereadores p/ Legislatura 2009-2012
Lei n.º 5.067	de 16.04.09	Dispõe sobre revisão geral do subsídio dos vereadores do município de Montenegro
Lei n.º 5.077	de 20.05.09	Revoga o art. 3.º e altera a redação do art. 4.º da Lei 4861/08, que dispõe sobre a fixação do subsídio dos vereadores de Montenegro p/ a legislatura 2009-2012 (Verba de representação)
Lei n.º 5.257	de 16.04.10	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores do município (6,50%)
Lei n.º 5.420	de 19.04.11	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores do Município (6%)
Lei n.º 5.608	de 09.04.12	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores do Município (reajuste 5,30%)
Lei nº 5.682	de 06.08.12	Dispõe sobre a fixação do subsídio dos Vereadores p/ Legislatura 2013-2016
Lei n.º 5.766	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores (2%)

Lei nº 5.916	de 22.04.14	Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios dos Vereadores do Município Montenegro (5,40%).
Lei nº 6.103	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio dos Vereadores do Município de Montenegro (7,55%).

VICE-PREFEITO

Lei n.º 3.140	de 20.05.96	Estabelece atribuições ao Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências.
Lei n.º 3.314	de 11.08.98	Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências.
Lei n.º 3.542	de 27.09.00	Fixa o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Montenegro, e dá outras providências.
Lei n.º 3.573	de 31.01.01	Acrescenta o Gabinete do Vice-Prefeito ao item 1, do art. 2º da Lei nº 3.360/98 e dá outras providências.
Lei nº 4.842	de 31.03.08	Dispõe s/ a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito
Lei nº 4.862	de 22.04.08	Dispõe s/ a fixação do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito p/ Legislatura 2009-2012
LC n.º 5.064	de 16.04.09	Dispõe sobre revisão geral dos vencimentos do pessoal do Legislativo de Montenegro
Lei n.º 5.067	de 16.04.09	Dispõe sobre revisão geral do subsídio dos vereadores do município de Montenegro
Lei n.º 5.258	de 16.04.10	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito (6,50%)
Lei n.º 5.421	de 19.04.11	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município (6%)
Lei n.º 5.609	de 09.04.12	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município (reajuste 5,30%)
Lei nº 5.683	de 06.08.12	Dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito p/ Legislatura 2013-2016

Lei n.º 5.765	de 16.04.13	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município (2%)
Lei nº 6.105	de 10.04.15	Dispõe sobre a revisão geral do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Montenegro (7,55%).

VIAGEM DE ESTUDOS

Lei n.º 670	de 04.06.54	Concede auxílios para viagens de estudos, abre crédito especial e reduz consignação orçamentária.
-------------	-------------	---

VIDEOMONITORAMENTO

Lei n.º 5.195	de 04.12.09	Constitui o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, integrado ao CIS/CAÍ.
Lei n.º 5.196	de 04.12.09	Regula a instalação e operação do Sistema Integrado de Monitoramento e o tratamento de imagens, dados e informações produzidas.
Lei n.º 5.714	de 22.10.12	Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento; construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)
Lei n.º 5.717	de 13.11.12	Firma convênio com o Estado do RS, por intermédio da SSP, com a interveniência da Brigada Militar, visando à conjugação de esforços para viabilizar e apoiar o processo de Segurança Pública previsto no projeto de videomonitoramento.
Lei n.º 5.718	de 13.11.12	Regula a instalação, operação, tratamento de imagens, dados e informações produzidas a partir do sistema de videomonitoramento.
Lei n.º 5.833	de 27.09.13	Inclui ações no Plano Plurianual PPA 2014 – 2017. (Fibra ótica para secretarias e videomonitoramento; reestruturação sala datacenter; Sistema telefonia IP – VOIP; ampliação quadro de pessoal; Assessoria tributária; Bolsa Família; Aquisição de equipamentos de informática – SMEC; Aquisição de implementos agrícolas; Transcitrus; Legalização área e reforma EMEF

Adolfo Schüller; Incentivos; Pavimentação pista de caminhada do Parque Centenário)

Lei n.º 6.133 de 29.06.15 Firma convênio com o Estado do RS, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência da Brigada Militar, visando a conjugação de esforços entre os partícipes para viabilizar e apoiar o processo de Segurança Pública visando o incremento das ações de polícia ostensiva com a utilização do sistema de videomonitoramento de Montenegro.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Lei n.º 5.075 de 18.05.09 Inclui ação LDO/09 e abre crédito especial de R\$ 25.000,00 (equip. vigilância epidemiológica)

Lei n.º 5.654 de 02.07.12 Contratação temporária e administrativa de Excepcional Interesse Público de 02 Agentes de Combate a Endemias.

Lei n.º 5.850 de 29.10.13 Inclui ação na LDO 2013 e abre crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (Aquisição de veículo – vigilância epidemiológica – SMS)

VIGILÂNCIA SANITÁRIA/INDUSTRIAL

Lei n.º 4.229 de 01.07.05 Institui o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem vegetal e animal no Município.

Lei n.º 4367 de 30.12.05 Autoriza o Executivo Municipal a incluir meta na LDO 2005 e abrir crédito especial no valor R\$ 90.000,00 (aquisição e um veículo p/ a Vigilância Sanitária).

Lei n.º 4.665 de 12.06.07 Autoriza o Executivo a abrir crédito especial R\$ 8.896,00

Lei n.º 5.091 de 02.06.09 Abre crédito especial de R\$ 17.500,00 (Vigilância Sanitária)

Lei n.º 5.501 de 05.09.11 Inclui ação na LDO 2011 e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial de R\$ 55.759,30 (aquisição de um veículo para o Serviço de Vigilância Sanitária)

Lei n.º 5.714 de 22.10.12 Inclui ações no PPA 2010-2013 (terceirização da segurança patrimonial, videomonitoramento;

construção do Centro Municipal de Zoonoses; manutenção e recuperação de ciclovias; melhorias habitações populares; fiscalização por radar móvel; construção pista de skate; construção CREAS – pavimentação rua José Pedro Daudt)

VITASUIT ALIMENTOS LTDA

Lei n.º 3.427 de 30.08.99 Autoriza o Executivo Municipal a conceder incentivos à empresa VITASUIT ALIMENTOS LTDA.

Lei n.º 3.715 de 25.03.02 Prorroga o prazo para instalação da empresa VITASUIT ALIMENTOS LTDA.

VIÚVAS

Lei n.º 166 de 06.05.49 Dispõe sobre o imposto predial devido pelas viúvas.

Lei n.º 576 de 12.06.53 Altera a Lei nº 166 de 06.05.49.

Lei n.º 881 de 31.03.56 Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 166, de 06.05.49, alterada pela de nº 576 de 12.06.53.

VRM

Lei n.º 3.162 de 29.12.96 Ratifica a extinção da VRM; adota a UFIR como indexador e dá outras providências.

ZONA DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO

Lei n.º 2.089	de 17.04.78	Altera os limites da área urbana da cidade de Montenegro (expansão urbana).
Lei n.º 2.791	de 27.12.91	Altera o art. 1º da Lei nº 2.089/78, que fixa a Zona de Expansão Urbana do Município.
L.C. n.º 3.490	de 13.03.00	Altera a Planta de Zoneamento de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 2.703/90.
Lei n.º 4.026	de 19.02.04	Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 2.089/78, que altera os limites da área urbana da cidade de Montenegro.
Lei n.º 4.358	de 27.12.05	Altera a Planta de Zoneamento de que trata o art. 3.º da Lei n.º 2.095/78, que reestrutura o Plano Diretor.
LC n.º 4.951	de 25.11.08	Altera redação do § 2º do art. 30 da LC n.º 4.010/03, que estabelece o Código Tributário. (validade laudo p/ isenção IPTU na zona de expansão urbana)
LC nº 5.880	de 13.01.14	Institui o Perímetro da Macrozona Urbana do Município
LC n.º 5.883	de 13.01.14	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo do Município

ZONEAMENTO

Lei n.º 4.358	de 27.12.05	Altera a Planta de Zoneamento de que trata o art. 3.º da Lei n.º 2095/78, que reestrutura o Plano Diretor.
LC nº 5.880	de 13.01.14	Institui o Perímetro da Macrozona Urbana do Município
LC n.º 5.883	de 13.01.14	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo do Município